

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS – DOUTORADO**

**A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA COMO BASE PARA A  
VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE: o  
papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e  
demais agentes sociais**

**ROSANA MARIA BADALOTTI**

**Florianópolis, fevereiro de 2003.**

**ROSANA MARIA BADALOTTI**

**A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA COMO BASE PARA A  
VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE: o  
papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e  
demais agentes sociais**

**Florianópolis, fevereiro de 2003.**

*Dedico este trabalho à minha filha  
Sofia e a minha mãe Isolda.*

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de fazer um agradecimento especial, à minha filha Sofia, hoje com quase 5 anos, ou seja, acompanhou –me com compreensão e paciência todos estes anos de curso. Com muito bom humor, muitas vezes “imitou-me” colocando uma pasta com papéis embaixo do braço alegando ser “seu projeto”. De forma também especial gostaria de agradecer à minha mãe Isolda, que sempre esteve presente, nos momentos bons e difíceis. Gostaria de agradecer de forma especial também, a Professora Doutora Maria José Reis, minha orientadora, pelo profissionalismo, dedicação e rigor com que conduziu as atividades de orientação. Agradeço também ao Professor Dr. Héctor Ricardo Leis, co-orientador desta tese.

À APACO, e em especial, aos profissionais que disponibilizaram seu tempo fornecendo material para a pesquisa documental, bem como para as entrevistas. Neste sentido, gostaria de agradecer aos engenheiros agrônomos Afonso Bulcão Flach, Gelso Marchiorro e ao Presidente da APACO, Roberto Cordazzo. Às secretárias Sirlane e Genes que sempre se prontificaram em me fornecer material, seja pessoalmente, seja via internet.

Aos 13 Grupos de Cooperação Agrícolas (GCA's) e suas famílias, que sem exceção, me receberam sem restrições passando horas de seu tempo de trabalho participando das entrevistas. Em alguns dos grupos tive o prazer de compartilhar do almoço com algumas famílias, e em outros momentos, pude experimentar na hora do lanche da tarde, vários dos seus produtos.

Agradeço também aos demais entrevistados, “parceiros” da APACO que me forneceram preciosas informações. Ao engenheiro agrônomo e professor da UnoChapecó, Carlos Augusto Arns, ao coordenador do Programa Desenvolver na época da pesquisa, Pedro Boller e a todos os demais membros do Programa. Ao engenheiro agrônomo Ernesto Martinez, da Secretaria da Agricultura do Município de Chapecó. Aos profissionais das Prefeituras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas Familiares, EPAGRI, que fizeram o papel de mediadores com os grupos de cooperação e que em algumas ocasiões me acompanharam às visitas. À José Boff, amigo e “motorista” particular durante as visitas à alguns dos grupos entrevistados.

Um agradecimento especial aos colegas de Curso, Eliane Dalmora, Luis Carlos Mior, Fernando Noal, Maria Conceição de Oliveira e Cristiane Mansur, que em diferentes momentos, compartilharam aspectos da vida acadêmica e pessoal.

À Andreia Boeira da Silva e Cátia Weber, amigas pessoais, que além de dividir as alegrias e angústias, se prontificaram em realizar a difícil tarefa de transcrição das fitas das entrevistas com os grupos de cooperação.

Um agradecimento especial à Liana Bergman, secretária do Doutorado Interdisciplinar, pelo profissionalismo demonstrado em todos estes anos de curso, relação esta que se estendeu para além das formalidades do curso. Muitas vezes pudemos, juntamente com nossos filhos, percorrer o mesmo caminho de volta para casa, conversando e estabelecendo uma amizade que por certo perdurará.

Finalmente, gostaria de fazer um agradecimento à todos os professores do Curso que ministraram as disciplinas as quais realizei. À Coordenação do Curso (representada pelos Professores Héctor Ricardo Leis e Selvino Asmann) que com persistência e dedicação vêm encaminhando todas as questões relativas ao funcionamento do curso e sobretudo, sobre a sua continuidade. À Comissão de Bolsas e ao Colegiado, pela concessão de renovação da Bolsa da CAPES, sem a qual não teria sido possível realizar este curso.

## RESUMO

Esta tese tem como principal objetivo tratar da atuação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), uma organização não governamental, sediada na sede do município de Chapecó (SC) , que faz parte de uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar. É através desta Rede, composta por diferentes agentes sociais, que a APACO tem desenvolvido e assessorado programas destinados à viabilização da agricultura familiar na Região Oeste de Santa Catarina, com base na cooperação agrícola e práticas agroecológicas. Norteada, sobretudo, por uma concepção de "desenvolvimento sustentável", e por princípios de auto-gestão e solidariedade, a orientação repassada pela APACO, com vistas à reprodução social dos agricultores catarinenses, ocorre através da formação técnica e político-ideológica destes agricultores, tendo como suporte o intercâmbio com os diferentes agentes sociais que fazem parte da referida Rede. Para dar conta do objetivo central proposto em minha investigação, realizo um duplo investimento. Por um lado, coloco em discussão categorias teóricas centrais para a compreensão da problemática em pauta. Por outro, além de contextualizar e caracterizar a agricultura familiar no oeste catarinense em uma perspectiva histórica, a APACO, a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar e os Grupos de Cooperação constituídos através da mediação desta Rede, analiso as representações dos próprios agricultores sobre os projetos em que estão envolvidos e sobre o modo como a eles tiveram acesso .

## **ABSTRACT**

This thesis looks at the work carried out by the 'Association of Small Farmers in the West of Santa Catarina' (APACO, its acronym in Portuguese). APACO is a non-governmental organisation located in the city of Chapecó, State of Santa Catarina, Brazil. It is part of a network for the promotion of family agriculture. Through this network, which comprises different social agents, APACO has both developed and given assistance to programmes which are based on co-operative and ecological practices, and which aim to promote family agriculture in the western region of Santa Catarina. APACO is first and foremost guided by the notion of sustainable development and by the principles of solidarity and self-management. It seeks to disseminate its message to farmers in Santa Catarina by providing them with technical and political-ideological training. For that, APACO relies on the exchange of knowledge and expertise between the different social agents which make up the network for the promotion of family agriculture. There are two main strands in my study. On the one hand, we discuss the theoretical categories which are basic to an understanding of the issue of family agriculture. On the other hand, we describe family agriculture in the west of Santa Catarina; APACO; the Network for the Promotion of Family Agriculture; and the Co-operative Groups which have been set up through this Network. We also carry out an analysis of how farmers themselves see the projects in which they are involved and how they have gained access to these projects.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. A Problemática da Pesquisa.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Algumas considerações sobre a interdisciplinaridade .....</b>	<b>4</b>
<b>3. Objetivos da investigação .....</b>	<b>6</b>
3.1 Objetivo Geral:.....	6
3.2 Objetivos Específicos:.....	6
<b>4. Aspectos Metodológicos .....</b>	<b>7</b>
4.1. Critérios para a escolha das categorias entrevistadas .....	10
<b>5. A pesquisa de campo em suas diferentes etapas .....</b>	<b>11</b>
<b>6. Caracterização e delimitação do contexto da pesquisa.....</b>	<b>16</b>
6.1.Estrutura Fundiária.....	18
6.2. Base econômica.....	19
6.3. Aspectos ambientais.....	21
6.4 Aspectos Demográficos .....	23
<b>PARTE I.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO I – DE AGRICULTORES “TRADICIONAIS” À AGRICULTURA FAMILIAR “MODERNA”: os caminhos de sua viabilização econômica, social e política. ....</b>	<b>28</b>
1.1Revisitando a perspectiva de Alexander Chayanov.....	29
1.2. A atualidade em Chayanov .....	31
1.3. A herança do campesinato .....	34
1.4. Do campesinato à agricultura familiar .....	36
1.5. Os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil .....	37
1.5.1. <i>Entre a homogeneidade e a diversidade</i> .....	40
<b>2. Ser colono, ser agricultor familiar, ser trabalhador rural.....</b>	<b>43</b>
2.1. A construção social do colono no Oeste Catarinense .....	45
<b>CAPÍTULO II - OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A RELAÇÃO ENTRE REDES E O PAPEL DAS ONGS.....</b>	<b>50</b>
<b>1. A história dos movimentos sociais no campo e a diversidade de atores sociais.....</b>	<b>50</b>
1.1 O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Brasil e sua relação com diferentes agentes sociais.....	53

1.2 O lugar da agricultura familiar no sindicalismo rural .....	56
1.3 Os movimentos sociais no Oeste Catarinense .....	59
<b>2. A relação entre movimentos sociais, as redes sociais e o papel das ONGs.....</b>	<b>63</b>
2.1. O conceito de redes.....	64
2.2. O paradigma das redes: algumas abordagens teórico-metodológicas nas Ciências Humanas .....	66
2.2.1. <i>As perspectivas antropológicas e sociológicas</i> .....	69
2.3. As redes de colaboração solidária: uma abordagem sócio-econômica.....	70
2.4. Terceiro Setor : o papel das associações sem fins lucrativos.....	72
<b>3. As redes e o papel das ONGs.....</b>	<b>73</b>
3.1. O papel das ONGs na formação de redes .....	79
<b>CAPÍTULO III – DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À CRISE, DA CRISE AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO .....</b>	<b>82</b>
<b>1. A Modernização Agrícola.....</b>	<b>82</b>
1.1 Os efeitos da modernização agrícola e o surgimento de um modelo “alternativo”..	84
<b>2. A “crise” da modernização agrícola e a perspectiva do desenvolvimento sustentável</b>	<b>87</b>
<b>3. O (s) conceito (s) de desenvolvimento sustentável .....</b>	<b>90</b>
<b>4. O desenvolvimento alternativo .....</b>	<b>93</b>
<b>5. Do conceito de desenvolvimento ao desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva histórica.....</b>	<b>96</b>
5.1. Que modelo de desenvolvimento rural sustentável alternativo é este?.....	99
<b>6. A Agroecologia: Conhecimento local/tradicional e conhecimento científico/técnico .</b>	<b>100</b>
<b>7. A sustentabilidade a partir da perspectiva dos agentes sociais.....</b>	<b>106</b>
<b>8. Desenvolvimento local e processo participativo: uma estratégia organizativa, política e metodológica .....</b>	<b>112</b>
<b>9. A sócio-economia solidária: uma concepção alternativa de cooperativismo e solidariedade .....</b>	<b>116</b>
9.1. Para além da economia: a sócio-economia solidária na agricultura familiar .....	121
<b>10. Do Cooperativismo Convencional à Cooperação Agrícola.....</b>	<b>124</b>
10.1. O cooperativismo agrícola no Brasil.....	125
10.2. As formas alternativas de associativismo: origens e conceitos .....	127
10.3. O Cooperativismo “convencional” e o Associativismo “alternativo” em Santa Catarina .....	129
10.4. O Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense .....	130
10.4.1. <i>Perfil das Organizações Associativas no Oeste Catarinense</i> .....	133

<b>PARTE II.....</b>	<b>136</b>
<b>CAPÍTULO IV – CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR: do processo de colonização na Região Oeste Catarinense ao contexto atual .....</b>	<b>137</b>
<b>1. Histórico da ocupação do território.....</b>	<b>137</b>
<b>2. A colonização: o tempo do “progresso” e “desenvolvimento” .....</b>	<b>141</b>
<b>3. A ocupação territorial e o meio ambiente .....</b>	<b>142</b>
3.1. O processo de colonização e a expansão da agricultura: desmatamento e exclusão .....	144
<b>4. A formação sócio-econômica na região colonial do oeste catarinense .....</b>	<b>146</b>
4.1. A pequena produção familiar: base da expansão agroindustrial.....	146
4.2. Outros tempos : “integrados” e “excluídos” .....	150
<b>5. O contexto da agricultura familiar na Região Oeste em uma situação de crise .....</b>	<b>154</b>
5.1. A Crise e o complexo agroindustrial .....	156
<b>6. As representações da crise sob o ponto de vista dos técnicos .....</b>	<b>160</b>
6.1. A avaliação da APACO diante da situação de crise na agricultura familiar .....	160
6.2. Os diagnóstico da AMOSC e do CPPP/EPAGRI.....	164
6.3 O diagnóstico do ICEPA.....	166
<b>7. A crise sob o ponto de vista dos agricultores familiares, os <i>colonos</i> .....</b>	<b>168</b>
<b>CAPÍTULO V - A APACO E AS ALTERNATIVAS DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA ENQUANTO BASE DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO .....</b>	<b>172</b>
<b>1. Objetivos e Programas da APACO.....</b>	<b>172</b>
<b>2. As atividades do Programa Agroecologia e suas formas de divulgação.....</b>	<b>173</b>
2.1. A Produção de sementes de milho crioulo.....	174
2.2. A Suinocultura ao ar livre .....	176
<b>3. Os Programas da APACO e os grupos ligados à Associação .....</b>	<b>178</b>
<b>4. O Processo de construção dos programas da APACO: do projeto de cooperação agrícola ao desenvolvimento sustentável .....</b>	<b>183</b>
4.1. O Projeto de Cooperação Agrícola: 1ª fase (1990-1995).....	183
4.2. A Cooperação Agrícola e o Desenvolvimento Regional Sustentável: 2ª fase (1995-1999) .....	186
4.3 A Cooperação Agrícola e Desenvolvimento Regional Sustentável: 3ª fase (1999 – 2002) .....	189
<b>5. Os Programas da APACO na atualidade: o desenvolvimento rural sustentável e solidário como base para a cooperação agrícola e a produção agroecológica .....</b>	<b>192</b>

<b>6. O Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e o Programa Agroecologia .....</b>	<b>194</b>
<b>7. Os Programas de Formação, sua relação com o projeto de viabilização da Agricultura Familiar e com as alternativas agroecológicas .....</b>	<b>199</b>
<b>8. II Encontro Estadual de Agroecologia .....</b>	<b>201</b>

## **CAPÍTULO VI - A REDE DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE: a APACO e demais agentes.....203**

<b>1. A formação da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense .....</b>	<b>205</b>
1.1 O papel dos Movimentos Sociais e das ONGs .....	208
1.2. A APACO e outras entidades parceiras a partir de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.....	213
<b>2. Os princípios e ações que definem o papel dos agentes/parceiros da APACO.....</b>	<b>217</b>
2.1. AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) .....	217
2.2. A Rede T. A. Sul (Rede Tecnologias Alternativas Sul) .....	218
2.3. A Rede CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura Familiar) ....	219
2.3.1. CEPAGRI ( <i>Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais</i> ).....	220
2.3.2. <i>Centro VIANEL</i> .....	220
<b>3. Outras parcerias e suas áreas de atuação .....</b>	<b>221</b>
3.1. CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) .....	221
3.2. DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) .....	222
3.3. As parcerias na área das experiências tecnológicas, produtivas e científicas .....	223
3.4. A parceria na área da agroindustrialização familiar: Programa Desenvolver/APACO .....	224
3.5. As parcerias na área da Agroecologia e certificação participativa.....	228
3.5.1. UNOESC – <i>Campus Chapecó</i> .....	228
3.5.2. <i>A Rede Ecovida</i> .....	229
3.5.2.1. A formação do Núcleo Regional Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia .....	230
3.6. As parcerias na área do cooperativismo e crédito familiar .....	232
3.6.1. <i>O Sistema CRESOL</i> .....	232
3.6.2. <i>O Sistema CRESOL em Santa Catarina</i> .....	232
3.6.3. <i>Fontes alternativas de financiamento rural</i> .....	233
3.7 As parcerias na área da formação .....	233

## **CAPÍTULO VII – OS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E AS ATIVIDADES PRODUTIVAS AGROECOLÓGICAS.....235**

<b>1. Caracterização dos Grupos de Cooperação Agrícola (GCA's).....</b>	<b>235</b>
<b>2. Tempo de existência, tamanho e composição dos grupos .....</b>	<b>238</b>
<b>3. Composição das famílias, faixa etária e escolaridade .....</b>	<b>241</b>
<b>4. Propriedade da terra: local para morar e para produzir .....</b>	<b>243</b>
<b>5. Atividades Agroecológicas e Convencionais .....</b>	<b>245</b>
5.1. As Atividades Agroecológicas.....	246
5.2. As atividades convencionais .....	249
5.3 Entre o convencional e o agroecológico: outras atividades alternativas.....	253
<b>6. A divisão das atividades na unidade de produção familiar e nos grupos de cooperação .....</b>	<b>254</b>
<b>7. A produção agrícola e o calendário coletivo e individual .....</b>	<b>256</b>
7.1. A produção de subsistência e a produção de comercialização .....	258
<b>8. Rendas externas às atividades produtivas .....</b>	<b>260</b>
<b>CAPÍTULO VIII – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA: as práticas e representações dos grupos de cooperação agrícola.....</b>	<b>262</b>
<b>1. A origem dos grupos de cooperação agrícola: bases históricas e políticas .....</b>	<b>264</b>
<b>2. A Rede de Viabilização: o papel de ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas familiares, prefeituras e demais agentes .....</b>	<b>272</b>
<b>3. A opção pela coletivização: razões práticas e razões simbólicas .....</b>	<b>277</b>
3.1. Razões econômico produtivas.....	278
3.2 Razões político-ideológicas e ambientais .....	283
<b>4. Os significados e representações sobre a cooperação .....</b>	<b>290</b>
4.1. A cooperação, as relações de parentesco e vizinhança .....	290
<b>5. Adoção de atividades agroecológicas: razões práticas e simbólicas .....</b>	<b>297</b>
5.1. Da crise a agroecologia.....	299
5.2. Antes e depois: o convencional e o agroecológico .....	301
<b>6. O Papel da formação: dos aspectos político-ideológicos aos técnicos .....</b>	<b>303</b>
6.1. O Programa Terra Solidária.....	303
6.2. Cursos de Capacitação, de gestão e profissionalizante .....	305
6.3 Formação e práticas : processo de “mão-dupla” .....	306
<b>7. Produção agrícola agroecológica: um processo em conversão .....</b>	<b>309</b>
<b>8. As representações acerca da Agroecologia.....</b>	<b>313</b>
8.1. Razões práticas .....	314
8.1.1. Controle da cadeia produção – industrialização – certificação - comercialização .....	314

8.1.2. <i>O funcionamento dos sistemas de produção e seus aspectos agroecológicos</i> .....	315
8.2 Outras representações sobre Agroecologia e Meio ambiente: razões simbólicas ...	317
<b>9. As vantagens e desvantagens da adoção de práticas agroecológicas .....</b>	<b>322</b>
9.1. Vantagens econômicas .....	323
9.2. Vantagens econômicas e ambientais.....	324
9.3 Vantagens sociais e ambientais.....	326
<b>10. Superar as dificuldades: em busca de projetos futuros .....</b>	<b>327</b>
<b>11. Atividades alternativas: possibilidade de reprodução social para a agricultura familiar .....</b>	<b>328</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: da crise à agricultura alternativa .....</b>	<b>336</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>342</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>358</b>

## LISTA DE MAPAS, TABELAS E QUADROS

### **INTRODUÇÃO**

Quadro 01. Número de entrevistas individuais e coletivas por categorias .....	10
Quadro 02. Atividades relacionadas à Observação Participante .....	10
Figura 1. Mapa do Oeste de Santa Catarina .....	17
Tabela 01. Tamanho dos estabelecimentos por grupos de área total .....	18
Tabela 02. Condição do produtor e área -ha.....	19
Quadro 03. Principais sistemas de produção (%) .....	20
Tabela 03. Efetivos de bovinos, suínos e aves em 31.07.1996 .....	21
Tabela 04. Aspectos que diferenciam os estabelecimentos agrícolas .....	21
Quadro 04. Uso e ocupação do solo (%) .....	22
Tabela 05. Utilização das terras em 31.12.1995 .....	23

### **CAPÍTULO II**

BOX 1 .....	67
BOX 2 .....	77
Quadro 01. Comparação entre o modelo patronal e o modelo familiar .....	109
Quadro 02. Principais diferenças entre agricultura sustentável e convencional .....	110
Quadro 03. Fases da metodologia de animação de processos de desenvolvimento local .....	114
Tabela 01. Tipos e números de organizações no Oeste Catarinense .....	134

### **CAPÍTULO V**

Quadro 01. Relação de grupos com ligação a APACO (por microrregião) .....	180
BOX 1 .....	198

### **CAPÍTULO VII**

Tabela 01. Caracterização Geral dos Grupos Pesquisados .....	237
Tabela 02. Tempo de existência dos grupos pesquisados em relação a sua formalização .....	238

Tabela 03. Composição das famílias pertencentes aos grupos – aparentadas e não aparentadas .....	240
Tabela 04. Número de famílias por grupo .....	241
Tabela 05. Faixa etária/por número de membros .....	242
Tabela 06. Tipo de acesso à terra/por número de famílias .....	244
Tabela 07. Tamanho das Propriedades/ por número de proprietários.....	245
Tabela 08. Atividades Agroecológicas e Convencionais/por número de famílias .....	252

## LISTA DE SIGLAS

**ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural de SC

**AMEOSC** – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense

**AMAUC** – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

**AMOSC** – Associação dos Municípios do Oeste Catarinense

**APACO** – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

**APROFEC** – Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó

**AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CAPINA** – Cooperação e Apoio à Projetos de Inspiração Alternativa

**CAE-IPÊ** – Centro de Agricultura Ecológica

**CEADE** – Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento

**CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base

**CENTRO VIANEI** - Centro Vianei de Educação Popular

**CEPAGRO** – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

**CEPAGRI** – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais

**CETAP** – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

**CIDASC** – Companhia Integrada de Desenvolvimento de SC

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CPPP/EPAGRI** – Centro de Pesquisas de Pequenas Propriedades/EPAGRI

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CREDIQUILOMBO** – Cooperativa de Crédito Familiar de Quilombo/SC

**CREDISEARA** – Cooperativa de Crédito Familiar de Seara/SC

**CRESOL** – Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**DESER** – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EFTA** – European Fair Trade Association

**EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina

S.A

**FETRAFESC** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar de SC  
**FETRAF – SUL** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul  
**FMP** – Fundo de Mini Projetos  
**FUNCITEC** – Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina  
**GCA** – Grupo de Cooperação Agrícola  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICEPA/SC** – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina  
**MAB** – Movimento contra as Barragens  
**MCA** – Movimento de Cooperação Agrícola  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MMA** – Movimento das Mulheres Agricultoras  
**MISEREOR** – - Beschöfliches Hisfswek Misereor E. V  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PROGRAMA DESENVOLVER** – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção  
**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**RECOPA** – Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados  
**REDE T. A - SUL** – Rede Tecnologias Alternativas Sul  
**SAI** – Serviço de Assessoria e Informação da Diocese de Chapecó  
**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
**UCAF** – Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense  
**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina  
**UNOESC** – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
**UNOCHAPECO** – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

# INTRODUÇÃO

## 1. A Problemática da Pesquisa

O debate atual sobre a questão agrária nos remete para outras realidades e discussões teóricas que têm questionado os paradigmas clássicos e um modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente no crescimento econômico. A agricultura familiar, sua reprodução social e viabilidade econômica<sup>1</sup> têm sido possibilitada a partir de práticas alternativas que buscam se contrapor à um modelo de desenvolvimento convencional.

O termo viabilização econômica aqui será utilizado para se referir mais especificamente à reprodução no ciclo curto, onde são encontradas estratégias mais imediatas, como por exemplo, reforço de mão-de-obra e soma de terras a partir do trabalho coletivo, visando uma maior produtividade e lucro imediato. Já o termo reprodução social, além de abranger a viabilização econômica abrange outras estratégias a longo prazo, que visam a reprodução das famílias de geração para geração.

A modernização agrícola é fruto do referido modelo de desenvolvimento e seu processo pode ser verificado a partir de várias faces (cf. Martine, 1991). A modernização agrícola conservadora (idem, p.53) ao enfatizar somente a questão da produtividade, omitiu referências ao conflito de interesses entre distintos grupos de produtores. Este modelo têm sido questionado por diferentes agentes sociais que procuram mostrar os seus limites para a viabilidade dos agricultores familiares. Temos como exemplo, a atuação de movimentos sociais e ONGs que têm buscado se contrapor a este modelo a partir de novas alternativas para a agricultura familiar. As discussões teóricas atuais também têm refletido sobre as limitações deste modelo, enfatizando não somente os seus aspectos produtivos e técnicos, mas também os aspectos sociais, políticos e ambientais.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo Almeida (1986, p.67) no lugar da idéia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital aparece a idéia de reprodução da família para si (no ciclo longo e curto) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis). A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de “manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração”, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um “movimento governado por suas relações com o campo externo” (apud, Fortes, 1971, p.87)

<sup>2</sup> A análise de Brandenburg (1999,p.32) aponta para duas direções em relação ao processo de modernização da agricultura, afirmando que ela integra e exclui. É nos processos de exclusão que a questão ambiental surge como fundamental, na medida em que os agentes sociais optam por uma tecnologia alternativa à tecnologia convencional.

A partir do final dos anos 80, a idéia de desenvolvimento sustentável surge em um momento de crise (sócio-econômica e ambiental) onde o próprio modelo de desenvolvimento regional, alicerçado apenas no crescimento econômico - encontra os seus limites e a sua insustentabilidade. O que antes era visto como fonte inesgotável de crescimento econômico - o meio ambiente e as práticas econômicas (agricultura, agropecuária) -, são hoje vistos como os fatores limitantes para o desenvolvimento. A preocupação com o meio ambiente físico é decorrente da impossibilidade de reprodução social da agricultura familiar.

A discussão sobre desenvolvimento rural sustentável e Agroecologia na Região Oeste é fruto principalmente de discussões realizadas entre técnicos, movimentos sociais, ONGs, grupos de agricultores e diferentes agentes ligados à agricultura familiar, composição social de agentes à qual denomino como *Rede de Viabilização da Agricultura Familiar*.<sup>3</sup>

Esta Rede possui como princípios, a cooperação agrícola, a agroecologia, a solidariedade entre os grupos de agricultores, o resgate da cultura e conhecimento local, a participação democrática, a auto-gestão, etc. Ela se constitui tanto do ponto de vista das ações como da teoria em uma perspectiva ligada aos movimentos sociais, as ONGs, sindicatos e demais agentes preocupados com a construção de um novo modelo de desenvolvimento. É neste sentido que estes agentes têm adotado a idéia de desenvolvimento local como uma importante ferramenta metodológica e estratégica para a organização dos agricultores familiares, base para a discussão e elaboração de projetos e programas que envolvem a participação de agentes locais.

Para garantir a viabilidade do agricultor familiar estes agentes têm buscado soluções alternativas para a superação dessa "crise" na Região. A partir deste contexto, procurei verificar e interpretar concepções e práticas alternativas/sustentáveis – com base na cooperação agrícola e em práticas agroecológicas – desenvolvidas por grupos de cooperação agrícolas (gca's) assessorados por uma ONG, a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e por uma Rede à qual a associação pertence.

Para se chegar a uma análise destas práticas alternativas, foi preciso compreender o processo que envolveu a criação da APACO, a sua relação com os movimentos sociais e a formação de uma rede com diferentes agentes sociais, principalmente ONGs ligadas à agricultura familiar e instituições governamentais (municipais, estaduais e federais). A partir

---

<sup>3</sup> O termo Rede é pensado aqui teoricamente a partir de estudos que se referem às Redes Sociais, conforme desenvolvido, principalmente, por Scherer-Warren.

desta relação foi possível compreender como a APACO estruturou os seus programas e de que forma eles estão relacionados às diferentes parcerias.

O Programa Agroecologia é dividido em três áreas de atividades básicas (suinocultura ao ar livre, leite à base de pasto e produção de sementes de milho crioula), atividades que do ponto de vista sócio-econômico e ambiental buscam se diferenciar dos sistemas produtivos “convencionais”<sup>4</sup>. Estas atividades consideradas “tradicionais”<sup>5</sup> por técnicos e agricultores familiares, estão sendo resgatadas e adaptadas às suas realidades através de sistemas produtivos mais complexos do ponto de vista de seu funcionamento, porém não completamente estranhas ao conhecimento e lógica dos agricultores.

A APACO como uma organização não-governamental têm sem dúvida um importante papel junto a movimentos mais amplos ligados a projetos de viabilização da agricultura familiar e mais atualmente dando ênfase à questão ambiental, principalmente a partir da noção de desenvolvimento sustentável e solidário. Os diferentes agentes envolvidos com a APACO têm hoje no desenvolvimento sustentável uma questão norteadora para seus projetos e programas. Pelo menos em termos de discurso estes projetos pretendem um desenvolvimento que leve em consideração as diferentes dimensões (econômica, social, política, ambiental, cultural, etc). As concepções que os agricultores possuem sobre desenvolvimento sustentável, agroecologia, cooperação, solidariedade, entre outros aspectos, são fruto de um processo de conhecimento obtido em cursos de formação, de gestão e de profissionalização. Estas concepções ultrapassam a visão técnica e científica, na medida em que a Agroecologia, por exemplo, oferece não somente uma alternativa de produção, mas também uma nova visão na relação entre o homem e a natureza, os agricultores e a sociedade mais ampla, uma postura política e ideológica que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento convencional.

A problemática da pesquisa envolveu, portanto, a consideração de dois níveis teórico-metodológicos inter-relacionados:

---

<sup>4</sup> O termo convencional será utilizado para designar de uma maneira geral as práticas implantadas pela modernização da agricultura ou Revolução Verde, sendo que no Oeste Catarinense estão associadas principalmente às atividades agrícolas e agropecuárias, ligadas às grandes agroindústrias.

<sup>5</sup> O termo tradicional está aqui relacionado às práticas produtivas que eram desenvolvidas antes da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura, e não da forma como algumas perspectivas tem associado o tradicional a práticas produtivas “atrasadas”. Por outro lado, o termo tradicional, como desenvolve Seyferth (1992, p. 92) refere-se também a um modo de vida identificado pelos colonos.

- 1-) um nível micro, que envolveu as unidades familiares<sup>6</sup> organizadas em grupos de cooperação agrícolas (gcas), especialmente aquelas onde o responsável era proprietário, principalmente aquelas com área até 50 ha, onde encontram-se ainda tentativas e estratégias de reprodução social, baseada no trabalho familiar e nos valores culturais tradicionais;
- 2-) um nível macro, que envolve a APACO e os demais agentes à ela ligados através da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, envolvidos com projetos de assessoria aos grupos de cooperação na busca de novas alternativas de viabilização aos grupos de cooperação, dando ênfase principalmente ao desenvolvimento sustentável solidário e aos princípios agroecológicos.

## **2. Algumas considerações sobre a interdisciplinaridade**

A problemática em questão, e mais especificamente, a relação da agricultura familiar com os movimentos sociais, com o papel das ONGs e com a questão ambiental, tem demonstrado que a produção teórica que vem sendo desenvolvida - pelo menos a partir da década de 90 – aponta para um diálogo entre intelectuais de diferentes áreas. Apesar das diferentes perspectivas teóricas existentes, algumas concepções e idéias têm sido compartilhadas por estes intelectuais, pelos movimentos, pelas ONGs e mesmo por alguns setores governamentais que tem discutido questões relacionadas à agricultura familiar e ao meio ambiente. Um consenso mínimo nestas produções científicas e técnicas é resultado de um diálogo, pelo menos sobre alguns aspectos, entre diferentes disciplinas. Esta relação dialógica, em meu entendimento, possui uma mão dupla, que têm produzido a possibilidade de inter-relação entre conhecimentos que buscam entender uma determinada problemática. Ao mesmo tempo em que os intelectuais produzem teorias e conceitos com base em alguma realidade empírica, são ações e experiências vivenciadas no âmbito da sociedade civil que têm estimulado e permitido a produção de diferentes conceitos e concepções. É neste movimento que vai do empírico para o teórico, do teórico para o empírico, da ação para o discurso, das

---

<sup>6</sup> O termo unidade familiar aqui será utilizado como sinônimo ao de grupo doméstico, conforme definido por Almeida (1986, p.69). Para o autor o grupo doméstico corresponde à unidade residencial, de consumo e de trabalho. Neste caso os tipos de famílias possíveis para compor um grupo doméstico são: a família nuclear que é previamente especificada por um conjunto de parentes (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) (idem, p.68), podendo se estender para a família extensa, “que envolve um tipo de ambiguidade semelhante à encontrada no caso de família conjugal. De um lado, subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mis residências separadas e áreas distintas de cultivo (Woortmann, 1984; Seyferth, 1985; Moura, 1978). De outro lado designa um conjunto de duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco”. (idem, p. 69)

práticas para as representações e vice-versa que a interdisciplinaridade se faz presente nesta tese.

Nestes termos, a interdisciplinaridade aqui pensada não é somente teórica. Embora traga contribuições de diferentes disciplinas (Sociologia, Antropologia, Agronomia, Economia), os principais conceitos e concepções advindos da investigação científica estão diretamente relacionados às representações e discursos dos sujeitos da pesquisa. O referencial teórico em si, portanto, é uma construção a partir da realidade empírica investigada e vice-versa. De acordo com Weil (1993, p.58), “ a visão holística consiste em aceitar as duas verdades como partes da mesma realidade: a verdade relativa da existência do sujeito e do objeto, do conhecedor, do conhecido e do conhecimento, e a verdade absoluta da identidade entre sujeito e objeto”. Para o autor, referindo-se a Edgar Morin, o sujeito, ou conhecedor, tem sido praticamente escamoteado no processo de investigação científica, onde precisa ser reintroduzido”. (idem, ibidem)

Além da interdisciplinaridade enquanto fusão de conhecimentos de diferentes disciplinas, ou seja enquanto elaboração epistemológica - que se transforma em um trabalho autoral - parece necessário, assim, falar do processo pessoal e subjetivo que envolve este fazer. Em meu caso, este exercício da interdisciplinariedade, decorrente de pertencer à um Curso de Doutorado com este enfoque, trouxe muitos ganhos pessoais. Do ponto de vista teórico, os ganhos foram imensos, na medida em que tive que aprender tudo sobre a problemática em estudo. Embora com formação na área de Ciências Sociais e mestrado em Antropologia, a problemática surgiu como algo completamente novo em minha trajetória acadêmica. Assim sendo, foi através do curso, através das disciplinas, seminários, conversas informais e muita troca de bibliografia com os colegas de Doutorado, e, logicamente através da orientação específica, que se tornou possível a elaboração deste trabalho.

A pesquisa de campo e posteriormente a análise dos dados, juntamente com as leituras teóricas foram me dando a dimensão de quanto estava “envolvida” com uma problemática complexa, na medida em implicava em múltiplas dimensões e fatores que uma só disciplina não poderia dar conta. Por outro lado, como tratar com concepções que ao mesmo tempo em que exigiam uma análise teórica, estavam permeadas por questões ideológicas? A escolha de referenciais teóricos que não fazem esta divisão, ou seja, ciência x ideologia é sem dúvida o caminho mais acertado para o exercício da interdisciplinaridade. De acordo com Guattari (1992):

“A questão da interdisciplinaridade se desloca do domínio cognitivo para os domínios sociais, políticos, éticos e até mesmo estéticos”

Do ponto de vista da relação entre interdisciplinaridade, agricultura familiar e a questão ambiental, muito tem a ser feito em termos teóricos. Porém, as ações e práticas de diferentes agentes sociais envolvidos com a questão demonstram que existem tentativas interessantes a este respeito. De acordo com Leff (2000, p.66):

As ciências não vivem num vazio ideológico. Tanto por sua constituição a partir das ideologias teóricas e as cosmovisões do mundo que plasmam o terreno conflitivo das práticas sociais dos homens, como pelas transformações tecnológicas que se abrem a partir das condições econômicas de aplicação do conhecimento, as ciências estão inseridas dentro de processos ideológicos e discursivos onde se debatem num processo contraditório de conhecimento/desconhecimento, do qual derivam sua capacidade cognoscitiva e seu potencial transformador da realidade (...) Por estas formas de inserção das ciências no campo do saber ambiental, os princípios materialistas para a produção e aplicação dos conhecimentos constituem uma estratégia conceitual, mais do que critérios de validação ou falsificação dos conhecimentos. As ciências emergem e avançam por um campo contraditório de formações ideológicas que regem a tomada de consciência e que mobilizam as ações dos agentes sociais, bem como as práticas produtivas de técnicos e cientistas, para a construção de uma racionalidade ambiental.

### **3. Objetivos da investigação**

#### ***3.1 Objetivo Geral:***

- Verificar de que modo ocorre a contribuição da APACO para o fortalecimento da viabilidade da produção familiar na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, através de projetos alternativos de produção agropecuária;

#### ***3.2 Objetivos Específicos:***

- Analisar como se deu o processo de construção dos programas da APACO, que visam um projeto de permanência e conseqüentemente de não-exclusão dos agricultores familiares, baseados em princípios de cooperação agrícola e práticas agroecológicas;
- Identificar como se deu o processo de formação da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar na Região Oeste da qual a APACO faz parte;
- Verificar em que aspectos os diferentes agentes sociais que compõem a Rede participam para a viabilização dos grupos de cooperação agrícolas e quais seus objetivos e ideários em comum;

- Analisar como se deu o processo de formação e divulgação das práticas alternativas adotadas pelos grupos de cooperação e assessoradas pelos agentes da rede;
- Investigar as razões práticas e simbólicas, pelas quais os grupos de cooperação adotaram as práticas alternativas propostas pela APACO e demais agentes da rede;
- Identificar e caracterizar as práticas alternativas coletivas e as práticas produtivas individuais das famílias pertencentes aos grupos;
- Compreender as representações tanto dos grupos de cooperação, quanto de seus técnicos sobre o que seja cooperação agrícola, agroecologia, desenvolvimento sustentável e meio ambiente;
- Explicitar como os grupos avaliam os resultados das práticas adotadas e de que forma elas possibilitam a sua viabilidade e reprodução social.

#### 4. Aspectos Metodológicos

Para responder aos objetivos propostos utilizei a perspectiva metodológica sugerida por Bourdieu (1990, 1996 (a), 1996 (b)) que enfatiza as relações entre objetivismo e subjetivismo. Pensamento e realidade, representações e práticas, ideologia e vida material, enquanto dualidades que têm marcado a análise das “representações sociais”<sup>7</sup> e a multiplicidade de significados e interpretações advindos desta análise.

Minayo (1995) analisa como o conceito de representação têm atravessado a história da Sociologia Clássica e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. Partindo da vertente sociológica clássica inaugurada por Durkheim, a autora vai demonstrar como o conceito foi construído e posteriormente re (elaborado) por seus seguidores. Esta vertente clássica foi adotada não somente por sociólogos, mas também por antropólogos, filósofos, historiadores e psicólogos sociais.

De acordo com Minayo (1995, p. 89), nas Ciências Sociais as representações sociais “são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na,

---

<sup>7</sup> Émile Durkheim, é o primeiro autor que trabalha o conceito, usado no mesmo sentido ao de “Representações Coletivas”, que se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Para o autor essas categorias não são dadas *a priori* e não são universais, pois surgem sempre ligadas aos “fatos sociais”. De acordo com Minayo (1995, p. 90): “Na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa. Portanto, as representações não são necessariamente consciência do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social”.

justificando-a ou questionando-a”. A relação entre pensamento e realidade, representações e práticas e ou ações, objetividade e subjetividade, ideologia e vida material, etc, são dualidades que têm marcado a construção do conceito e a multiplicidade de significados e interpretações atribuídas à ele.

Ao analisar os aspectos da operacionalização do conceito de representação na Antropologia, Magnani (1987, idem, p.128) realiza uma reflexão sobre os aspectos metodológicos mais correntes, chamando a atenção de forma crítica para o fato de se privilegiar a análise interna do discurso, deixando em segundo plano, ou omitindo simplesmente, aspectos extradiscursivos: suas condições de produção e recepção e o espaço social onde tais discursos circulam. De acordo com esse autor (idem, ibidem) “os discursos e práticas dos atores sociais não são realidades que se opõem, são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado”.

Para Minayo (1995, p.103) Bourdieu e Bakhtin referem-se ao campo das representações sociais através da valorização da fala (e dos discursos) como expressão das condições de existência. A fala, não revela somente o pensamento, mas também as condições estruturais, os sistemas de valores, normas e símbolos através das representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. Os autores concordam no sentido de que "A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social". Ao privilegiar o aspecto das relações sociais os autores procuram dar conta de diferentes variáveis interrelacionadas em suas análises. Os aspectos conflitantes e contraditórios destas relações também são privilegiados não somente nas representações mas também nas práticas e ações. Neste sentido, a análise sobre as representações (mais em Bourdieu do que em Bakhtin) procura dar conta das diversas concepções de diferentes agentes sociais e não somente de classes sociais específicas.

Por outro lado, além de levar em conta as contribuições de Bourdieu e Magnani na análise das representações e práticas, utilizei também a perspectiva interpretativista de Geertz (1989), que sugere como recurso teórico-metodológico, a elaboração de uma “descrição densa”, ou seja, a construção de uma leitura das bases sociais e sua significação. A perspectiva de Geertz enquanto recurso teórico-metodológico se aplica nesta tese tanto para a análise dos significados dos discursos e representações dos técnicos e dos grupos de cooperação contidos nas entrevistas, bem como nos discursos contidos nos textos,

documentos, etc.<sup>8</sup> A teoria interpretativista de Geertz aplicada à problemática desta tese não se limita à análise cultural micro da realidade que envolve os agricultores familiares da Região Oeste. Por outro lado também, a análise do caso específico estudado, não pretende pensar em termos de uma “Teoria Geral de Interpretação”, na medida em que é possível através deste estudo de caso uma construção teórica que não codifique regularidades abstratas, mas que torne possível, descrições minuciosas, que não generalize através dos casos, mas que generalize dentro deles. Neste sentido, segundo o autor, o arcabouço teórico dos quais são feitas tais interpretações específicas devem ser capazes de render interpretações para novos fenômenos sociais, isto porque as idéias teóricas não são inteiramente novas a cada estudo, elas são refinadas de outros e aplicadas a novos problemas interpretativos.

A busca dos significados das representações e práticas, foram verificadas a partir dos seguintes procedimentos:

- 1. Análise documental** (Boletins, Relatórios, Cartilhas, Atas de Encontros, Assembléias, Material para Formação, Projetos Institucionais, Pesquisa na Internet, etc);<sup>9</sup>
- 2. Entrevistas abertas**, em um primeiro momento, com profissionais e coordenadores da APACO (engenheiro agrônomo e coordenador geral); profissionais de diferentes áreas ligados a APACO e outros programas de parceria (coordenador do Programa Desenvolver, Engenheiro Sanitarista do Desenvolver, Engenheiro Agrônomo da Prefeitura Municipal de Chapecó, Professor Unoesc, técnica da EPAGRI/Coronel Freitas ); e em um segundo momento entrevistas coletivas com grupos de cooperação agrícola e entrevistas individuais com coordenadores e agricultores pertencentes aos grupos. As entrevistas foram registradas – a partir da concordância dos informantes - em sua maioria com o recurso técnico de gravador. As entrevistas individuais com os técnicos em sua maioria foram gravadas (05) e não-gravadas (02); das entrevistas coletivas com os grupos foram gravadas (07) e não gravada (01), das entrevistas individuais com coordenadores e membros dos grupos foram gravadas (03) e não foram gravadas (04). O quadro n. 1, a seguir, apresenta o número de entrevistas individuais e coletivas por categorias.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> A teoria interpretativista de Geertz permite a análise dos significados tanto a partir do discurso falado, como do texto, que é a *parole* fixada e assim objetivada. Lagrou (1992), procura mostrar que o texto, também se constitui como uma especificidade empírica da pesquisa de campo.

<sup>9</sup> No final das Referências Bibliográficas, apresento uma lista dos documentos consultados nesta pesquisa.

<sup>10</sup> No Anexo n. 01, apresento quadro completo das entrevistas individuais e coletivas por ordem cronológica.

**Quadro 01. Número de entrevistas individuais e coletivas por categorias**

<b>Tipo de entrevistas/categorias</b>	<b>Individuais</b>	<b>Coletivas</b>
Profissionais e coordenação geral da APACO	02	-
Profissionais de outros programas de parceria	05	-
Grupos de Cooperação Agrícola	-	08
Coordenadores de Grupos	05	-
Agricultores associados aos grupos	02	-
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>08</b>

**3. Observação participante:** em cursos, encontros e visitas à grupos de cooperação. O quadro n. 2, a seguir, apresenta uma lista das atividades relacionadas à observação participante.

**Quadro 02. Atividades relacionadas à Observação Participante**

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita à dois grupos de cooperação no município de Saudades, junto com o grupo de alunos do Programa Terra Solidária do município de Arvoredo. Dia 25.08.2000</li> <li>- Comemoração 10 anos da APACO . dia 26.08.2000</li> <li>- Curso Agroecologia e Certificação Participativa. EcoVida/Epagri/SINE. Chapecó. Dia 13.09.2000</li> <li>- Visita à Feira <i>Sabor da Terra</i> - Chapecó. Dia 03.01.2001</li> <li>- II Encontro Estadual de Agroecologia. Chapecó, setembro de 2001</li> </ul> |
|--|

**4.1. Critérios para a escolha das categorias entrevistadas**

Os critérios para a escolha das categorias entrevistadas não seguiu uma metodologia rigorosa na medida em que o pesquisador depende de uma série de fatores e de uma dinâmica que muitas vezes independem de suas escolhas pessoais. Neste sentido, optou-se, em um primeiro momento, pela realização de entrevistas com os assessores diretamente ligados à APACO. Como a estrutura de profissionais ligados à APACO na ocasião da pesquisa, apresentava-se enxuta e capilarizada, optei em realizar inicialmente uma entrevista com o principal assessor e também engenheiro agrônomo da Associação. Por outro lado, realizei uma entrevista com o coordenador geral, agricultor membro de um grupo de cooperação do município de Coronel Freitas, na medida em na época da primeira etapa de campo - agosto de 2000 – a nova coordenação havia sido eleita.

O funcionamento dos programas da APACO e principalmente a assistência técnica aos grupos de cooperação, constitui-se enquanto uma estrutura capilarizada, na medida em que a Associação depende de parcerias com diferentes agentes. Na ocasião da pesquisa constatou-se esta parceria, principalmente na área da assistência técnica e produção, com o Programa Desenvolver, algumas Prefeituras Municipais, EPAGRI, Sindicatos e Cooperativas de Crédito Familiar. Neste sentido optou-se em realizar também entrevistas com profissionais ligados à estes agentes.

Por outro lado, a escolha dos grupos se deu principalmente por indicação da assessoria da APACO, tendo como base os critérios definidos pelos objetivos da pesquisa, que pretendeu verificar grupos de cooperação que estivessem desenvolvendo atividades produtivas agroecológicas na micro-região de Chapecó, e em segundo plano que tivessem ligação direta com a APACO (enquanto associados), ou com o programa agroecologia, a partir principalmente das três atividades que constituem este programa: produção de leite a base de pasto, suinocultura ao ar livre e produção de sementes de milho variedade.

O contato com os grupos escolhidos e as viagens a campo dependeram, principalmente das indicações e contatos da APACO com os agentes e técnicos responsáveis em cada município a ser visitado. Neste sentido, as visitas aos grupos eram previamente marcadas e definidas entre técnicos locais e grupos de cooperação. Em nenhum dos grupos escolhidos ocorreu algum tipo de recusa ao receber-me para as entrevistas.

## **5. A pesquisa de campo em suas diferentes etapas**

A primeira etapa da pesquisa de campo foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2000, onde priorizou-se as entrevistas com técnicos e pesquisa documental. Já na segunda etapa, realizada entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001, foram priorizadas as entrevistas diretamente com os grupos de cooperação, seus coordenadores e alguns membros individuais. Finalmente, uma terceira etapa foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2001, onde se buscou complementar os dados, principalmente a partir de entrevistas com alguns grupos de cooperação.

Conforme o cronograma de atividades e roteiro de pesquisa estabelecido para a 1ª etapa da pesquisa de campo, as atividades desenvolvidas foram àquelas relacionadas principalmente à pesquisa documental e a realização das entrevistas. Além destas, outras atividades significativas foram possíveis na medida em que procurei estar em contato a maior parte do tempo com os técnicos da Associação para que um calendário em comum pudesse ser

estabelecido. Este calendário foi sendo programado dia após dia e sendo adequado ao ritmo e as possibilidades dos sujeitos envolvidos com as atividades da APACO. Neste sentido a pesquisa documental e entrevistas com os técnicos (mais ligados à área de assessoria) foram agendadas previamente. No que diz respeito à observação participante, tive a oportunidade de participar e registrar 2 eventos organizados pela APACO, bem como acompanhar e registrar 4 experiências de campo com os assessores e técnicos. Estas “idas a campo” (como chamam os próprios técnicos) foram fundamentais na medida em que tive a oportunidade de ser apresentada a vários grupos de cooperação, o que sem dúvida permitiu o conhecimento de algumas situações práticas desenvolvidas, e possibilitou um primeiro contato com os agricultores familiares envolvidos com atividades agroecológicas.

A pesquisa de campo, como sabemos, é bastante dinâmica e muitas vezes o pesquisador precisa se adaptar até mesmo às intempéries climáticas. Durante uma semana choveu ininterruptamente na região, o que não permitiu uma programação específica de visitas aos grupos de cooperação. Porém, isto não impossibilitou a pesquisa documental e a participação em um encontro, ao qual tive que delicadamente "me convidar". Em outra situação, fui "esquecida" pelo técnico que havia combinado uma visita à experiências agroecológicas organizada por uma turma de alunos do município de Três Passos - RS, participantes do Programa de formação, Terra Solidária.

No caso da 1ª etapa, a avaliação que faço é positiva, já que a proposta pretendeu uma pesquisa qualitativa, centrada principalmente nas representações e concepções que envolvem os Programas da APACO. Esta questão foi contemplada nesta etapa, principalmente a partir dos dados obtidos em pesquisa documental, nas entrevistas com técnicos/coordenadores e dados relacionados às observações participantes. Esta etapa possibilitou, também, um conhecimento mais detalhado da Estrutura de Funcionamento e Estratégias de Ação da APACO, aspectos que definem e mantêm a integração entre os vários programas.

De maneira geral, a pesquisa documental e as entrevistas realizadas na 1ª etapa possibilitaram uma compreensão bastante significativa das concepções de técnicos/coordenadores sobre Desenvolvimento Sustentável, Agroecologia, Agricultura Familiar, Cooperação, questões que tem norteados a elaboração dos programas, projetos, cursos de formação, assessorias, orientações técnicas da APACO e demais agentes envolvidos com a proposta agroecológica.

O contexto em que se realizou esta etapa de pesquisa foi bastante específico, sendo possível traçar algumas considerações acerca de como as eleições municipais, que ocorreram durante a 1ª etapa, envolvem os técnicos e lideranças locais e como estas questões

influenciavam as tomadas de decisões e atividades dos grupos de cooperação. Neste período aconteceram também as eleições para a nova coordenação da APACO, processo em que concorreu apenas uma chapa, cujos membros já estavam ligados à Associação através dos grupos de cooperação. Muitos deles já faziam parte da coordenação anterior.

A 2ª etapa de campo visou centrar a investigação principalmente na realização de entrevistas abertas com os grupos de cooperação, que estivessem desenvolvendo pelo menos uma atividade agroecológica. Inicialmente pretendia-se realizar uma entrevista com cada família, mas o andamento da pesquisa direcionou para a realização de entrevistas coletivas, o que sem dúvida demonstrou que a preocupação com a coletividade está presente também nestes momentos em que os grupos são solicitados para entrevistas, visitas de “pessoas de fora”, situações nas quais os grupos tem a oportunidade de expor suas idéias e de tornar visível as suas atividades para um maior número de pessoas.

Um perfil sócioeconômico de cada família foi identificado nos casos em que cada uma delas, pertencente aos grupos, tivessem propriedade individual e/ou outras atividades individuais além daquelas realizadas coletivamente. As questões relativas ao perfil buscaram levantar desde dados básicos de caracterização das famílias, até questões relativas às noções que cada família possui sobre cooperação e agroecologia.<sup>11</sup>

No caso específico em estudo a categoria proprietário refere-se principalmente a *propriedade individual* ou então a um *Condomínio ou Sociedade de Pessoas* (neste caso da mesma família). Para o IBGE (Censo Agropecuário 1995-1996), os estabelecimentos agropecuários foram classificados, segundo a propriedade da terra que os constituíam nas seguintes categorias: Individual, Condomínio ou Sociedade de Pessoas, Sociedade Anônima, Sociedade Limitada, Cooperativa, Entidade Pública e Instituição Pia ou Religiosa. Outro aspecto refere-se à constituição dos estabelecimentos<sup>12</sup> segundo a *condição legal das terras*, de acordo com a seguinte classificação: **próprias** (inclusive por usufruto, foro ou enfiteuse); **arrendadas** (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); **parceiros** (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc); **ocupadas** (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário).

---

<sup>11</sup> No ANEXO n. 02 apresento o perfil aplicado.

<sup>12</sup> Neste caso, o produtor responsável também deverá ser o proprietário das terras, seja ele, o pai da família, ou outros parentes (filhos, netos, etc). Esta delimitação distingue, portanto, o agricultor familiar proprietário, das demais categorias de produtores. Para o IBGE, considerou-se produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros. Os produtores foram classificados em proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante. (Censo Agropecuário 1995-1996)

O roteiro de entrevista <sup>13</sup> com os grupos de cooperação foi aplicado na 2<sup>a</sup> etapa da pesquisa de campo, sendo possível realizar em média de 1 a 2 entrevistas por dia, quando previamente marcadas. Tirando os dias em que não foi possível marcar entrevistas, principalmente no período relativo às festas de final de ano e dias chuvosos (que impossibilitam uma chegada tranqüila a estas localidades) esta etapa foi realizada em 15 dias.

A terceira etapa de campo realizada entre agosto e setembro de 2001 teve como objetivo complementar os dados, principalmente aqueles relacionados aos grupos de cooperação. Neste sentido, foram realizadas mais 04 entrevistas com famílias de agricultores pertencentes a grupos de cooperação e 01 com uma técnica da EPAGRI, no município de Coronel Freitas, que assiste os grupos de cooperação filiados a APACO. Por outro lado, a observação participante no II Seminário Estadual de Agroecologia, realizado em Chapecó, foi um importante momento de reflexão sobre o tema envolvendo diferentes agentes que compõem a Rede de Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina. <sup>14</sup>

Foram realizadas entrevistas coletivas e individuais em 13 grupos de cooperação espalhados em 06 municípios da Região Oeste Catarinense. Os grupos estudados estão localizados nas seguintes micro-regiões: Micro Região da AMOSC (Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Irati, Saudades) e AMAUC (Seara). Estes 13 grupos totalizam um número de 56 famílias espalhadas por 6 municípios da Região Oeste. O critério inicial para a escolha dos grupos se deu em função da atividade agroecológica desenvolvida coletivamente. Outro critério importante, diz respeito ao tamanho dos grupos, optando-se por trabalhar com grupos pequenos, compostos por um número de 3 a 10 famílias no máximo. Esta delimitação diferencia estes grupos de outras formas de coletivização, como as cooperativas, grupos de máquinas, etc. <sup>15</sup>

Do ponto de vista objetivo, o número de entrevistas e dados obtidos com os perfis são satisfatórios, na medida em que procurei construir a amostra a partir de atividades, tipo de organização e número de famílias. Os dados da APACO sobre a área de atuação e o número de grupos é bastante relativo, na medida em que existem casos de municípios em que, por exemplo, apenas um grupo tem ligação à Associação. Por isso, a amostra não foi realizada por município, mas sim por atividade e tipo de grupo. Para termos idéia do quadro geral de alguns aspectos que delimitam o universo agropecuário a ser estudado, optamos por caracterizá-lo a

---

<sup>13</sup> No ANEXO n 03 apresento o roteiro de entrevista.

<sup>14</sup> O II Seminário Estadual de Agroecologia será descrito em detalhes em capítulo sobre a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar.

<sup>15</sup> Sobre esta diferenciação ver o Diagnóstico realizado por Massi (1999) no Oeste Catarinense.

partir de alguns dados básicos de acordo com a Região Oeste na medida em que a delimitação do universo foi realizada a partir da localização dos grupos de cooperação. No Oeste Catarinense registra-se uma grande diversidade tanto nas formas de se organizar, como nas maneiras de representar a cooperação.

A pesquisa exige determinadas posturas éticas e não somente metodológicas. Neste caso, optei por fazer contato com todos os grupos visitados antecipadamente, com o objetivo de consultá-los sobre a possibilidade de realizar as entrevistas. Procurei retornar a 4 grupos, os quais eu já havia visitado na 1<sup>a</sup> etapa, (e que não tive a oportunidade de realizar entrevistas específicas), e os demais (9) foram sendo escolhidos a partir de referências dos técnicos da APACO e técnicos locais (que em algumas oportunidades acompanharam-me na ida à campo). Um dado interessante que deve ser registrado e que fica nas “entrelinhas” da pesquisa, já que este dado não será analisado do ponto de vista teórico, é o fato de que 2 grupos localizados no município de Saudades, os quais já havia visitado com uma turma do Programa Terra Solidária na 1<sup>a</sup> etapa, decidiram cobrar 20,00 pela entrevista. Esta informação foi repassada por um funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região que intermediou o contato com os grupos. Diante deste fato, resolvi não visitá-los por não concordar pessoalmente com a idéia de ter que pagar por dados e informações desta natureza, se bem que do ponto de vista acadêmico esta questão merece uma análise mais aprofundada. De acordo com justificativa do técnico do sindicato, o grupo argumentou que nestes últimos anos tem “perdido muito tempo” com visitas de pessoas de fora. Estes grupos tornaram-se uma espécie de modelo de cooperação que “deu certo”, fato que os têm levado a receber visitantes os mais diversos, inclusive pesquisadores (como eu) e estrangeiros, que desejam conhecer as experiências por eles implantadas.

Este fato é interessante e preocupante, na medida em que pode significar um grau de profissionalização e especialização às avessas, de forma equivocada e contraditória, diante das concepções de cooperação e solidariedade que vêm sendo idealizadas por estes grupos. Estes grupos são um dos primeiros a se formar com a assessoria da APACO. O discurso bastante técnico demonstra um grau de autonomia e conhecimento sobre as atividades que desenvolvem, diferente daqueles que estão iniciando e ainda passam pelos cursos de formação e capacitação. Estes aspectos foram constatados em visita realizada e segundo pela maneira a qual os agricultores repassam o seu conhecimento para os alunos /agricultores que estão em formação no Programa Terra Solidária. Outra hipótese é a de que estes agricultores, descendentes de alemães, mantêm muito de seus valores relativos ao trabalho e o tempo necessário para o desempenho das atividades. Outro aspecto é o fato de que estes grupos já se

tornaram visíveis e reconhecidos, diante de tanta visita já recebida, ao contrário de outros aos quais visitei que estão em busca deste reconhecimento e fazem questão em receber “os de fora”.

Estes aspectos são significativos na medida em que estão relacionados com noções as quais irei trabalhar, tanto do ponto de vista das representações, quanto da teoria. Outros tantos aspectos se referem à dinâmica que um trabalho de campo deste tipo envolve, ou seja, as dificuldades, surpresas, satisfações, ou seja, como se costuma falar na antropologia, as *aventuras* e porque não *desventuras antropológicas*.

## 6. Caracterização e delimitação do contexto da pesquisa

Os aspectos que caracterizam a Região Oeste <sup>16</sup>, seja no que diz respeito à sua contextualização histórica, seja nos dados básicos que constituem o universo agropecuário (estrutura fundiária, base econômica, principais sistemas de produção, principais problemas ambientais, etc), podem ser estendidos para o contexto regional mais amplo.

A referida região é constituída pelas regiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Vale do Rio do Peixe. O processo de colonização e ocupação destes territórios, bem como as atividades econômicas e políticas nelas desenvolvidas, têm apresentado no decorrer da história aspectos que se relacionam e se diferenciam. A Região Oeste vem passando por transformações seja no que diz respeito às questões político-administrativas, presentes nos diversos desmembramentos ocorridos desde os anos 50 e intensificados a partir de 1988 <sup>17</sup>, seja nas mudanças sócio-econômicas ocorridas em função da urbanização e da industrialização, intensificada principalmente na cidade de Chapecó e outras cidades consideradas pólos micro-regionais importantes para o *desenvolvimento* da região. É em Chapecó e em seu entorno que estão localizadas as sedes de vários agentes envolvidos com as atividades produtivas dos agricultores familiares, como as ONGs (APACO), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Cooperativas Familiares, as agências governamentais (prefeituras, EPAGRI regional, etc) e as agências do mercado (cooperativas, agroindústrias, etc).

---

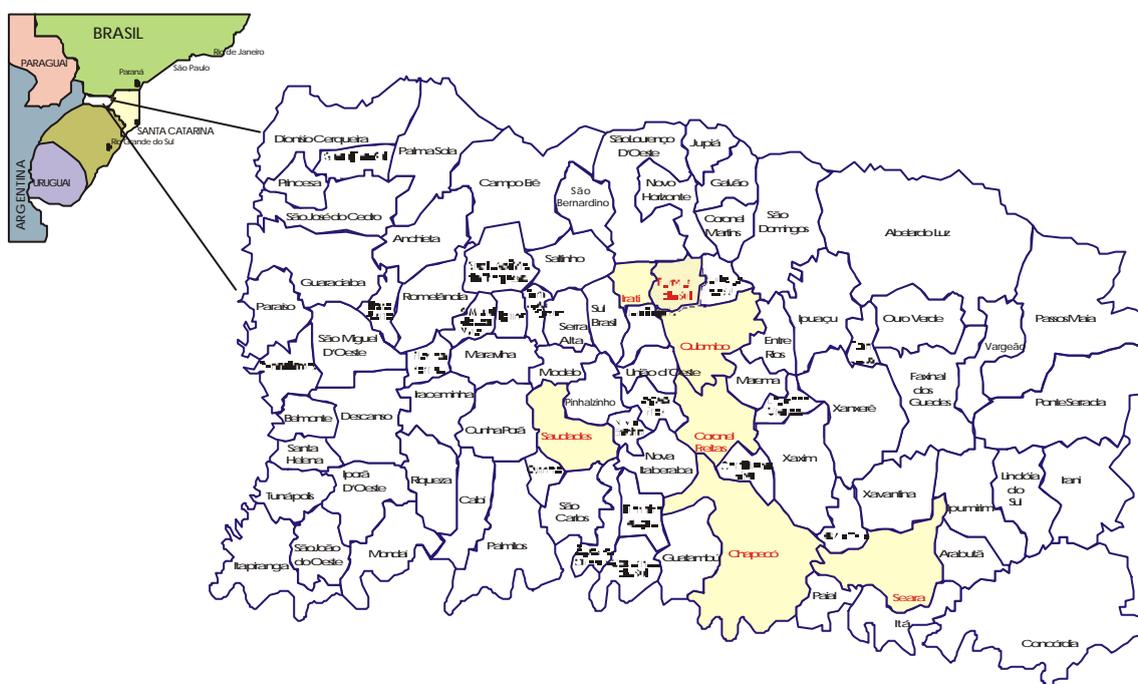
<sup>16</sup> A Região Oeste Catarinense (Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Vale do Rio do Peixe) abrange uma população de 1,1 milhão de habitantes e uma área de 25, 3 mil Km<sup>2</sup>. Nesta região, os 99 municípios estão organizados em seis microrregiões: microrregião de São Miguel do Oeste, microrregião de Chapecó, microrregião de Xanxerê, microrregião de Concórdia, microrregião de Joaçaba e microrregião de Videira.

<sup>17</sup> Sobre as emancipações político-administrativas ocorridas no Oeste Catarinense ver Badalotti (1996).

A área em estudo considerada neste trabalho faz parte da Região Colonial do Oeste Catarinense e abrange 6 municípios localizados na microrregião de Chapecó, microrregião de Concórdia e microrregião de São Miguel do Oeste.

A amostra de pesquisa desta tese, constituída basicamente por técnicos e grupos de cooperação residem em sua grande maioria em municípios localizados na microrregião de Chapecó ou microrregião da AMOSC (Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, Irati), na microrregião de Concórdia ou microrregião da AMAUC (Seara), e na microrregião de São Miguel do Oeste ou microrregião da AMEOSC (Saudades). Estes universos podem ser verificados no mapa que segue:

**Figura 1. Mapa do Oeste de Santa Catarina**  
MAPA DO OESTE DE SANTA CATARINA



**Fonte: APACO, 2001, apud Busnelo (2002)**

Na caracterização do universo de pesquisa que se segue, dados básicos serão considerados na medida em que evidenciam justamente um contexto mais amplo da região. São dados que de maneira geral apresentam características territoriais (estrutura fundiária), sócio-econômicas (caracterização do produtor rural, base econômica, principais sistemas de produção) e ambientais (principais problemas ambientais, uso e ocupação do solo e das terras) e aspectos demográficos (urbanização e êxodo rural). Estes dados servirão como subsídio para identificar em que contexto, estão inseridos os grupos de cooperação investigados nesta tese.

### 6.1. Estrutura Fundiária

De acordo com Testa et al (1996, p.53-54) a Região Oeste caracteriza-se pelo predomínio de pequenas Unidades de Produção Familiar Diversificadas, que em sua grande maioria sofrem acentuada escassez de capital e de terra, especialmente da apta para culturas anuais.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE, os estabelecimentos agropecuários são caracterizados por grupo de área total, de acordo com as mesorregiões, microrregiões e municípios.<sup>18</sup> A seguir, a tabela 1 apresenta os dados que caracterizam o tamanho dos estabelecimentos:

**Tabela 01. Tamanho dos estabelecimentos por grupos de área total**

	Menos de 10 ha	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais
<b>Oeste Catarinense</b>	29 629	56 688	1072	573	262	41
<b>Microrregião de Chapecó</b>	12 173	18 369	177	67	22	1

Os dados relativos ao tamanho da área total dos estabelecimentos agrícolas na microrregião de Chapecó demonstram que grande parte das unidades possuem áreas menores que 10 ha e menores que 100 ha. Os dados estatísticos são utilizados na medida em que caracterizam uma realidade mais geral, porém, por outro lado, as informações obtidas com os próprios agricultores quanto ao tamanho de suas propriedades e as atividades nelas desenvolvidas serão fundamentais para o entendimento do processo de mudanças e as representações relativas a seus universos. Além do tamanho do estabelecimento agrícola, outro dado fundamental refere-se à condição do responsável pelos estabelecimentos agrícolas. Os dados do IBGE, dos Censos de 1979, 1983 e 1991, apontam para um aumento da condição de *proprietário, arrendatário e parceiro* entre os anos de 75 e 85. Já a condição de *ocupante*,

---

<sup>18</sup> As tabelas apresentarão dados relativos à Região e à microrregião de Chapecó, onde se localizam a maioria dos municípios investigados (04) e, portanto, a maioria das unidades produtivas pertencentes aos grupos de cooperação.

diminuiu neste período. Os dados de 85 apontam para um número de 79.122 proprietários, o que equivale a 78,16% do total na região. (idem, p.57).

Os dados do último Censo Agropecuário (1995-1996) apresentam os seguintes dados para a caracterização do produtor rural, de acordo com a condição e tamanho da área. O número, por exemplo, de proprietários na região, de acordo com o último censo diminuiu em quase 3.000.

**Tabela 02. Condição do produtor e área -ha**

	<b>Proprietários total / área ha</b>	<b>Arrendatários total / área há</b>	<b>Parceiro total / área ha</b>	<b>Ocupante total / área ha</b>
<b>Oeste Catarinense</b>	76            664/ 2014.180	5.160/ 63.702	2.560/ 29.522	3.895/ 56.477
<b>Microrregião de Chapecó</b>	23.302/ 466.301	2.249/ 22.211	1.224/ 11.471	1.034/ 11.411

## **6.2. Base econômica**

A base econômica da região em pauta é a agropecuária, sendo que o setor primário é predominante em praticamente toda a região. Mesmo o setor secundário - dominado por indústrias agroalimentares - e o setor terciário -atividades comerciais e de serviços- estão diretamente ou indiretamente ligados à agropecuária. O setor agropecuário regional se caracteriza, portanto, pelo trinômio milho/suíno/aves, com espaço também para a produção de feijão e soja. Com menor expressão são produzidos erva-mate, bovinocultura de leite e corte, maçã e trigo. (Testa et al, 1996, p. 59-60)

Segundo Testa et al (1996, p.69-71) apenas uma minoria dos estabelecimentos agrícolas da região oeste desenvolvem uma só exploração agropecuária. Os sistemas de produção mais comuns combinam duas explorações ou três explorações de acordo com a seguinte amostra: milho+fumo; milho+suínos; milho+leite; milho+feijão; milho+leite+fumo; milho+suínos+leite; milho+leite+feijão; milho+suínos+fumo.

A produção agropecuária atual na micro-região de Chapecó é diversificada por combinar mais de um produto, porém ela é formada por poucos produtos. Neste sentido, os estabelecimentos agrícolas centram a produção geralmente em um deles, o que decorre da dependência da atividade agrícola à agroindústria. Os dados gerais da micro-região

demonstram que a produção de frango atinge 32,36% do total, seguindo-se o milho com 22,39%, os suínos com 13,73%, o feijão com 12,71%, o fumo com 5,61% e o leite com 4,92%. Estes dados apontam para uma economia voltada para o mercado (AMOSOC, 1996, p.231). Porém, este mesmo aspecto que aparentemente se traduz como "progresso e desenvolvimento", encontra limitações na estrutura de comercialização daqueles produtos que não atendem à agroindústria.

Embora a região apresente a predominância de pequenas propriedades, elas diferenciam-se em vários aspectos, sejam ligados às formas de produção, ao uso do solo, aos graus de capitalização, às relações estabelecidas com o mercado regional, e principalmente aos aspectos que caracterizam as especificidades de cada unidade familiar. Porém, segundo Testa et al (1996, p.62-63) existem características gerais que são comuns à maioria dos agricultores da região, principalmente no que diz respeito aos aspectos relacionados com a produção (mão-de-obra familiar, *baixo nível de instrução formal* dos agricultores, predominância de tração animal, a maioria das propriedades são pequenas em extensão e têm solos fortemente inclinados, pedregosos e rasos, resultando em pequena disponibilidade de terras aptas para culturas anuais, escassez de capital, *baixa adoção de tecnologia*, esforço de produção direcionado ao mercado (80%) e ao abastecimento (20%) sazonalidade no fluxo de caixa e no uso da mão-de-obra, grandes distâncias dos grandes centros consumidores). A heterogeneidade constatada por Testa et al (idem), refere-se mais especificamente aos sistemas de produção. Neste sentido, foi estabelecida uma tipologia que identificou três tipos de sistemas de produção:

### **Quadro 03. Principais sistemas de produção (%)**

< suinocultura - 78% dos estabelecimentos
< cereais - 7% dos estabelecimentos
< diversas atividades* - 15% dos estabelecimentos
*(avicultura, fruticultura, olericultura, bovinocultura de leite, fumo e outras)

A tabela a seguir formulada a partir dos dados do Censo Agropecuário (1995-1996) demonstra que a atividade ligada à suinocultura ainda é predominante na área em estudo, se comparada a outros produtos.

**Tabela 03. Efetivos de bovinos, suínos e aves em 31.07.1996**

	Total de bovinos	Total de suínos	Total de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (mil cabeças)
<b>Oeste Catarinense</b>	1.332.660	3.431.932	61.804
<b>Microrregião de Chapecó</b>	383.385	745.574	16.541

As atividades econômicas e produtivas estão associadas a aspectos que diferenciam os estabelecimentos agrícolas<sup>19</sup> e muitas vezes definem a forma e o uso dos solos, a aplicação ou não de tecnologias, o acesso à assistência técnica e a outros serviços. Os dados do IBGE do Censo Agropecuário de 1995-1996 não diferenciam de que maneira e a partir de que agentes os estabelecimentos são influenciados por estes aspectos. De uma maneira geral, os dados apontam o número de estabelecimentos com informação de uso de assistência técnica, irrigação, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo e energia elétrica.

**Tabela 04. Aspectos que diferenciam os estabelecimentos agrícolas**

	Assistência técnica	Irrigação	Adubos e corretivos	Controle de Pragas e Doenças	Conservação do solo	Energia Elétrica
<b>Oeste Catarinense</b>	57.116	77.432	84.706	50.188	1.436	74.944
<b>Microrregião de Chapecó</b>	18.853	26.554	29.554	18.975	227	26.016

### 6.3. Aspectos ambientais

De acordo com Testa et al (1996, p.137) os principais problemas ambientais no Oeste Catarinense são a redução da capacidade produtiva dos solos, especialmente para culturas

---

<sup>19</sup> Para o IBGE (Censo Agropecuário 1995-1996), “considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais”.

anuais, e a baixa disponibilidade e qualidade da água. As principais causas destes problemas se relacionam na seguinte ordem de importância:

1. erosão do solo, decorrente do seu uso e manejo inadequados;
2. dejetos de suínos, com origem concentrada e em sua maior parte não tratados e não reciclados
3. uso de agrotóxicos sem receituário agrônômico;
4. esgoto e lixo urbanos não tratados; e
5. efluentes industriais.

Por outro lado, as principais questões ambientais apontadas no Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico da AMOSC (1996), se referem especificamente aos recursos naturais (água, solo e florestas) que estariam comprometidos e degradados em função do *mau uso, manejo do solo e da erosão*. Como consequência destes aspectos, constatou-se a redução da fertilidade e produtividade do solo remanescente; redução drástica da taxa de infiltração e armazenamento de água no solo; redução da disponibilidade de água e comprometimento da qualidade da água. (idem, p.62)

O uso e a ocupação do solo na região se apresenta nos seguintes percentuais (AMOSC, p.68):

**Quadro 04. Uso e ocupação do solo (%)**

Culturas cíclicas - 49%;
Matas nativas - 19%;
Capoeira - 13%;
Pastagem - 17%; e
Reflorestamento – 2%.

O Censo Agropecuário de 1995 apresenta os seguintes dados para a utilização das terras na área em estudo.

**Tabela 05. Utilização das terras em 31.12.1995**

<b>Mesorregiões, Microrregiões e Municípios</b>	<b>Área total(ha)</b>	<b>Lavouras permanentes e temporárias</b>	<b>Pastagens Naturais e Artificiais</b>	<b>Matas naturais e plantadas</b>	<b>Lavouras em descanso e produtivas não-utilizadas</b>
<b>Oeste Catarinense</b>	2.163.881	828.069	612.853	431.611	129.362
<b>Microrregião De Chapecó</b>	511.393	256.191	116.439	69.811	31.413

#### **6.4 Aspectos Demográficos**

Outro aspecto que caracteriza a micro-região é a alta densidade demográfica que tem gerado implicações na viabilidade da ocupação da mão-de-obra existente na atividade agrícola, pois há claramente um limite na disponibilidade de recursos naturais e o número de pessoas que dependem da atividade agrícola para viver. Estes limites têm sido verificados no processo de urbanização que apresentou uma taxa média de crescimento de 4,42% ao ano, superando a média estadual de 3,68%. Por outro lado, têm se verificado um decréscimo da população rural, 1,17% ao ano, taxa superior ao decréscimo na população rural do Estado, que foi de 0,91%. Os municípios que apresentaram um maior índice de urbanização em consequência, principalmente da migração rural foram: Chapecó, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Campo Erê e Pinhalzinho.

Os dados analisados sob o ponto de vista do contexto regional em seus diferentes aspectos, demonstram que o agricultor familiar da Região Oeste Catarinense, que em sua maioria possui propriedades entre 10 e 50 hectares, vêm encontrando limites para a sua viabilização econômica. O fator do tamanho das propriedades não é definidor, porém juntamente com os demais aspectos, como, por exemplo, a falta de diversificação nas atividades produtivas - já que a suinocultura convencional ligada aos sistemas de integração ainda continua sendo a atividade principal para a maior parte dos estabelecimentos agrícolas na região -, juntamente com os problemas ambientais (erosão do solo, poluição dos mananciais de água por dejetos de suínos, uso de agrotóxicos, uso inadequado do solo, etc), com questões relacionadas à conjuntura política e econômica, o quadro geral sobre a condição do agricultor familiar vêm se alterando impossibilitando a sua viabilização e conseqüentemente ocasionando o êxodo rural.

É sobre uma parcela de agricultores familiares inseridos neste contexto que estamos nos referindo nesta tese. Por mais reduzida que possa parecer numericamente esta parcela diante da totalidade de famílias de agricultores familiares existentes na Região Oeste, esta amostra- constituída pelos gca's - que possuem como princípios a cooperação agrícola e a agroecologia- significa uma nova condição que vêm se configurando para a agricultura familiar na Região. É justamente sobre as alternativas de viabilização na agricultura familiar e mais especificamente sobre o Programa Agroecologia e o papel que a APACO através de uma Rede de outros agentes vêm desenvolvendo junto aos grupos de cooperação no Oeste Catarinense, que tratam os capítulos desta tese, divididos em duas partes. A Primeira Parte, composta de três capítulos (1, 2, 3) é basicamente teórica e de uma maneira geral procura dar conta dos diferentes conceitos que envolvem a problemática.

O capítulo 1, *De agricultores “tradicionais” à agricultura familiar “moderna”: os caminhos de sua viabilização econômica, social e política*, apresenta uma revisão teórica sobre a discussão a respeito da agricultura familiar, sua diversidade e de como esta concepção deriva da concepção de campesinato, transformações estas ocorridas teoricamente e no contexto das ações dos agricultores. A revisita a Alexander Chayanov justifica-se pelo fato de que do ponto de vista teórico se contrapõe àquelas perspectivas que previam o desaparecimento do campesinato. Finalmente faço referência ao agricultor familiar, *colono* de origem, por este constituir especificamente o tipo de agricultor familiar predominante nos grupos investigados.

O capítulo 2, *Os Movimentos Sociais, a relação entre Redes e o papel das ONGs*, apresenta uma revisão acerca dos movimentos sociais no campo e a sua relação com diferentes agentes sociais, com ênfase para o Sindicalismo Rural e mais atualmente – anos 90 - para o papel das Redes Sociais e ONGs que buscam viabilizar a agricultura familiar a partir de uma perspectiva da agricultura sustentável.

O capítulo 3, *Da Modernização Agrícola à Crise, da Crise ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*, apresenta uma reflexão teórica diretamente relacionada às categorias empíricas que foram verificadas tanto no discurso dos técnicos pertencentes à Rede, como às falas dos grupos de cooperação agrícola. A construção do texto segue uma lógica de temas que corresponde, por um lado, a um contexto que reflete a situação da agricultura familiar no Brasil, a emergência das reflexões ambientais ligadas à esta área, mais especificamente através do Desenvolvimento Rural Sustentável. A concepção de desenvolvimento rural sustentável que buscamos resgatar, diz respeito à uma perspectiva dita “alternativa” que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento convencional. Finalmente a

teoria, trata de concepções específicas ligadas aos princípios, objetivos, ideários e metodologia da APACO e demais agentes tais como: desenvolvimento local, sócio-economia solidária, cooperação agrícola e agroecologia.

A Segunda Parte, composta de 5 capítulos (4, 5, 6, 7, 8) é basicamente descritiva e empírica, na medida em que através de análises documentais, de estudos empíricos de outros autores, e dos dados obtidos nas entrevistas com técnicos e grupos de cooperação busca contextualizar historicamente a agricultura familiar na Região Oeste, a formação da APACO e de seus Programas, a formação da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar e finalmente a caracterização dos grupos de cooperação e de suas atividades produtivas, as suas representações sobre cooperação agrícola e agroecologia.

O capítulo 4, *Contextualizando a agricultura familiar na Região Oeste Catarinense: do processo de colonização ao contexto atual*, busca historicizar a ocupação do território, o processo de colonização e sua relação com a constituição da agricultura, as consequências ambientais advindas deste processo, a expansão agroindustrial e finalmente a crise da agricultura na Região avaliada e diagnosticada por diferentes agentes sociais.

O capítulo 5, *A APACO e as alternativas de viabilização da agricultura familiar: a cooperação agrícola e a agroecologia enquanto base de um desenvolvimento rural sustentável e solidário*, apresenta os objetivos e Programas da APACO, descreve o processo de construção destes programas que possui como princípios a cooperação agrícola, a formação e intercâmbio e o desenvolvimento sustentável, e mais atualmente enfatizando o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e Agroecologia.

O capítulo 6, *A Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense: a APACO e os demais agentes*, procura mostrar que a formação desta Rede se deu em 3 fases, das quais participaram agentes sociais específicos. Na 1ª e 2ª fases a rede se estabeleceu principalmente a partir do MCA (Movimento de Cooperação Agrícola) e outros movimentos sociais, que possibilitaram a criação da APACO; na 3ª fase iniciada principalmente no início dos anos 90, a APACO conta com diferentes parceiros (em nível nacional, estadual e regional) não-governamentais e governamentais para o desenvolvimento de projetos em várias áreas de atuação, onde compartilham de objetivos e ideários comuns.

O capítulo 7, *Os Grupos de Cooperação Agrícola e as atividades produtivas: entre o convencional e o agroecológico*, apresenta uma caracterização geral dos grupos através de dados básicos, desde o tempo de existência, passando pela composição das famílias, as atividades coletivas e individuais, agroecológicas e convencionais, a divisão do trabalho, mão de obra utilizada, a produção agrícola de subsistência e de comercialização e rendimentos.

O capítulo 8, *A Cooperação Agrícola e a Agroecologia: as práticas e representações dos grupos investigados*, apresenta a análise sobre as representações e significados atribuídos pelos grupos à cooperação agrícola, ao papel dos mediadores e da formação recebida, às razões práticas e simbólicas na adoção de alternativas, a agroecologia, às vantagens e desvantagens na adoção de práticas agroecológicas e às perspectivas de continuidade na agricultura familiar.

# PARTE I

## **CAPÍTULO I – DE AGRICULTORES “TRADICIONAIS” À AGRICULTURA FAMILIAR “MODERNA”: OS CAMINHOS DE SUA VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA.**

Este capítulo pretende apresentar uma revisão teórica que possa mostrar como a discussão a respeito da agricultura familiar surgiu no contexto intelectual e de que maneira algumas concepções e conceitos foram sendo transformados. Esta discussão teórica não está dissociada do contexto das ações e práticas de agentes ligados à agricultura familiar, assim, esta revisão só terá sentido na medida em que explicar como a agricultura familiar vem se mantendo e se construindo até os dias atuais, isto para contrapor algumas concepções que defendiam a sua exclusão. Por um lado, temos, o contexto intelectual e as teorias que buscam categorizar a agricultura familiar, analisar as mudanças ocorridas neste universo e explicar que aspectos possibilitaram a manutenção e continuidade de tal forma de agricultura até os dias atuais. Acrescentando a este debate uma dimensão descritiva, enfatizando mais os aspectos sociais e políticos, estão as análises sobre os movimentos sociais no campo, que buscam demonstrar como estas ações tem contribuído significativamente para a manutenção e viabilização da agricultura familiar.

As concepções teóricas - já consideradas clássicas na literatura – que defendiam a desaparecimento do campesinato, devido a sua impossibilidade de competir e se manter no sistema capitalista, constituem uma concepção mais geral presente, por exemplo, nos estudos de Lênin e Kautsky que buscaram analisar, também, o processo de “diferenciação do campesinato”.<sup>20</sup>

São muitas as revisões teóricas realizadas sobre o tema, porém vale a pena registrar a revisão feita por Costabeber (1998), em capítulo intitulado *Sobre la agricultura familiar em el desarrollo capitalista*. Esta revisão é procedente para iniciarmos uma discussão sobre esta tese na medida em que o autor vai procurar mostrar como duas perspectivas teóricas tratam a inclusão/exclusão da agricultura familiar no sistema capitalista, mas principalmente como elas não apresentam alternativas de viabilização da agricultura familiar. As duas perspectivas revisadas são: “a perspectiva marxista tradicional” (Lênin e Kautsky) e a “perspectiva liberal tradicional” (autores de distintas áreas: sociologia, antropologia, economia, psicologia). Por outro lado, a “perspectiva chayanoviana”, ao contrário das perspectivas anteriores vai

---

<sup>20</sup> Estou me referindo especificamente as análises de Lênin em *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e a *Questão Agrária*, de Kautsky. A referência sobre a revisão destes dois autores está em Costabeber, José A. (1998).

demonstrar que existem distintas formas de exploração agrícola apesar do avanço do capitalismo na agricultura.

### ***1.1 Revisitando a perspectiva de Alexander Chayanov***

A questão central que guia esta revisão teórica sobre Chayanov, justifica-se pelo fato de que do ponto de vista teórico se contrapõe àquelas perspectivas que previam o desaparecimento do campesinato e mais do que isso, apresenta caminhos para a viabilização da agricultura familiar que podem ser verificados na atualidade. Por outro lado, além da contribuição intelectual de Chayanov, a dimensão política presente em sua obra apontava já para as formas como diferentes agentes sociais se organizavam no sentido de defender e reproduzir a agricultura familiar.

Inicialmente, vou me deter nas diferenças que esta perspectiva apresenta em relação a outras. Em seguida apresentarei alguns aspectos que caracterizam a atualidade da perspectiva de Chayanov, a partir de um texto de Wanderley (1989, 1998), *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov*.

Partindo da idéia de que o campesinato não iria ser excluído com o acirramento das contradições do sistema capitalista, Chayanov compartilhava a idéia de uma diferenciação dentro do campesinato, porém, isso não significava para ele uma diferenciação na direção da formação de outras classes sociais no próprio sistema capitalista. De acordo com Costabeber (idem, p.70):

...desde su perspectiva, esas desigualdades, antes de representar una “diferenciación capitalista del campesinado” como señalaban los marxistas, tenían su causa en los procesos “demográficos”. Así, la desigualdad se podría considerar “cíclica” y representaba “los procesos puramente campesinos de una economía homogénea de base familiar”, y no habría de significar la necesaria desintegración de la sociedad campesina ni el surgimiento de dos nuevas clases polarizadas e antagónicas

A partir de uma concepção não-linear, Chayanov conseguiu construir uma perspectiva, que a despeito da consolidação do modo de produção capitalista, previa o futuro e a manutenção do campesinato. Por um lado, apresentava propostas que podem ser consideradas bastante atuais dentro do contexto da agricultura familiar, o que nos leva a pensar que as mudanças ocorridas no campesinato tradicional, possibilitaram a sua manutenção a partir de novas formas de organização dos agricultores familiares e não simplesmente o seu desaparecimento.

Chayanov veia la modernización de la pequeña agricultura tradicional no como parte de una vía capitalista o socialista, sino como una vía campesina que elevara el nivel técnico de la producción agrícola a través del trabajo de extensión agraria y la organización cooperativa, conservando al mismo tiempo el marco institucional de la pequeña propiedad familiar. (idem, p. 70)

Por outro lado, do ponto de vista analítico, a sua proposta chamada de Agronomia Social é justificada sobre dois pontos de vista:

... la “microanalítica”, que formula los conceptos clave para analizar la lógica de la explotación campesina y que propone estrategias cooperativas como base para el desarrollo rural; y la “macroanalítica”, que considera la multilinealidad del proceso histórico y la posibilidad que tienen las formas de explotación campesina de coexistir junto a otras. (idem, p.71)

Neste sentido, a exploração camponesa deveria ser pensada a partir de uma lógica diferente daquela que serve para pensar, por exemplo, o trabalho assalariado ou uma empresa capitalista. Neste sentido para Chayanov (apud, Costabebeber, idem, p. 73):

...los instrumentos de la economía “convencional” son incompatibles e insuficientes para una adecuada y profunda comprensión del comportamiento del *sujeto económico* de la unidad de explotación campesina, es decir, de la *familia* que la dirige: “la unidad de explotación familiar, al carecer de la categoría del salario, difiere en su comportamiento económico de la unidad económica basada en el trabajo asalariado, tanto al hacer sus estimaciones como en la motivación para el trabajo, y que la circulación del capital se producen en ella de manera diferente a la forma en que se da en la empresa capitalista.

De acordo com Chayanov a diferença entre a unidade de exploração familiar e a unidade de exploração capitalista, explica, por exemplo, como o campesinato conseguiu se manter e se viabilizar em situações de instabilidade no mercado. É o equilíbrio básico interno da unidade familiar de exploração agrícola que permite um equilíbrio entre trabalho e consumo, dentro de uma lógica que o autor chama de não capitalista. Na verdade, Chayanov não desconsiderava a influência e a penetração do capitalismo na agricultura, mas o que lhe interessava realmente era mostrar que a lógica interna da família camponesa, possibilitaria a sua viabilização a partir de uma transição e uma nova racionalidade requerida pelo desenvolvimento capitalista na agricultura. (idem, p.75)

...se para el marxismo agrario el campesinado era un anacronismo frente al desarrollo del capitalismo en la agricultura, para Chayanov había la posibilidad de coexistencia de distintas formas de agricultura, donde la unidad de explotación doméstica familiar tenía un papel central. La ampliación de los vínculos comerciales convertiría esas unidades en pequeñas productoras de mercancías agrarias y

constituiría una primera manera de promover su organización y de abrir las primeras vías de penetración del capitalismo en el campo. (idem, p.76)

A idéia de Chayanov de que o campesinato mesmo inserido no modelo econômico capitalista teria a possibilidade de promover uma transição mediante um progresso técnico em sintonia com o progresso sócio-econômico, respeitando a lógica camponesa e potencializando sua racionalidade frente a formas mais evoluídas de cooperação, é bastante atual segundo Costabeber. Para o autor, mais recentemente os ensinamentos de Chayanov tem influenciado algumas correntes teóricas que defendem uma maior participação do agricultor na definição de instrumentos e na formulação de estratégias compatíveis para uma adequada gestão dos recursos naturais, e neste sentido, propõem a racionalidade ecológica camponesa e o conhecimento local como elementos potencializadores de uma nova ética social e da viabilidade de coexistência de distintas formas de agricultura como modo de enfrentar os crescentes problemas ecológicos e sociais causados pelo modelo agroquímico dominante. De acordo com Costabeber, a perspectiva agroecológica constitui uma dessas correntes teóricas que pretende se contrapor ao modelo de desenvolvimento convencional.<sup>21</sup>

## ***1.2. A atualidade em Chayanov***

De acordo com Wanderley (1989) a concepção de Chayanov apresenta uma atualidade que deve ser resgatada. A autora desenvolve dois aspectos presentes na obra do autor que em meu entendimento, conseguem trazer para a atualidade respostas sobre o movimento de defesa da agricultura familiar que vêm se configurando principalmente nas duas últimas décadas.

Além de estudar as leis que regem o funcionamento interno da unidade de produção familiar, Chayanov se preocupou com outras questões mais gerais, porém articuladas entre si, para o entendimento da reprodução do campesinato. Embora seus estudos empíricos estejam relacionados a um determinado período e universo específico - a Rússia, pós Revolução - as contribuições do autor apresentam questões que dizem respeito à agricultura familiar na atualidade. De acordo com Wanderley (idem, p. 05), estas questões são as seguintes:

- a) a agricultura não constitui um setor isolado, autônomo, mas que se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital;

---

<sup>21</sup> Uma revisão teórica acerca da Agroecologia será realizada no capítulo 3.

- b) a agricultura deverá absorver cada vez mais o processo técnico e modernizar sua forma de produzir;
- c) as transformações do setor agrícola se inserem no objetivo de construção de uma sociedade socialista.

Com estas questões Chayanov pretendia um estudo mais complexo sobre a unidade econômica camponesa e as suas ligações com o processo geral de reprodução econômica e social. De acordo com Wanderley (idem, p.07-08), a partir desta concepção chamada de “integração vertical” da agricultura, é possível tirar duas conclusões importantes e atuais;

- 1) a chamada economia camponesa constitui, propriamente, um modo de produção no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas tem, sabidamente, um caráter heterogêneo. Nestes termos, a economia camponesa não representa algo residual, necessariamente atrasado, tendente a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo dominante.
- 2) a concentração vertical do capital tem como base a reprodução de unidades de produção familiares “dispersas e independentes”, as quais precisamente o capital concentra e subordina. Assim, a vigência das leis gerais de reprodução do capital – que evidentemente, como vimos, afeta a reprodução das unidades camponesas de produção – não anula as especificidades destas. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral da valorização do capital, a economia camponesa se reproduz na base dos princípios gerais de seu funcionamento interno.

Para Wanderley (idem, p.08), é na interface entre a “complexidade do meio histórico” e a “morfologia interna” das unidades de produção, que reside a grande riqueza da análise de Chayanov e que se apresenta como um grande desafio aos estudiosos atuais da questão familiar na agricultura, ou seja, de reconhecer no produtor familiar sua possível condição de agente social do progresso, e conseqüentemente legitimá-lo do ponto de vista social e político.

É neste sentido que a contribuição de Chayanov apresenta-se como atual, na medida em que propõe que o agricultor familiar seja o próprio agente do desenvolvimento, porém, de um desenvolvimento que se diferencie e se contraponha ao modelo econômico capitalista. O debate atual sobre desenvolvimento rural sustentável, sustentabilidade na agricultura,

desenvolvimento local, etc, tem no agricultor familiar e em suas bases organizativas os principais agentes de mudança de um modelo convencional para um modelo alternativo.

Assim, Chayanov propôs um modelo de cooperação, baseado na autocoletivização, uma proposta alternativa que pretendia se diferenciar da proposta oficial do governo soviético. Esta proposta, antes de mais nada, pretendia criar formas de organização da produção camponesa diferentes daquelas do modo de produção capitalista. Neste sentido, de acordo com Wanderley (idem, p. 10), Chayanov não pretendia apenas estabelecer, através da cooperação, os mecanismos de subordinação da agricultura e da produção familiar em particular. Ele pretendia de fato, propor a constituição de uma estrutura social. Assim, sua concepção de cooperação, longe de se contrapor, insere-se no projeto mais amplo de construção do socialismo.

Apesar de Chayanov estar se referindo a uma época específica e a um contexto político e social bastante particular, a atualidade deste projeto para as pesquisas de hoje está no fato de possibilitar entender a unidade de produção familiar inserida em processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo. E neste sentido para compreender o produtor familiar em sua totalidade, Wanderley (idem, p.14) formulou duas hipóteses:

1. a questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade, na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária.
2. reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital”, não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha.

Deste modo, uma das questões mais atuais para se pensar a agricultura familiar moderna é a relação que Chayanov estabelece entre a unidade de produção familiar e um processo mais amplo de subordinação da produção agrícola ao movimento do capital. A concepção de modernização a que se refere Wanderley referindo-se a Chayanov, logicamente que se diferencia da modernização conservadora, e aponta para questões fundamentais para entender a agricultura familiar atual. Entre essas questões:

- a) a unidade de produção familiar se orienta a partir de parâmetros diferentes dos tradicionais;

- b) os fatores externos, socialmente dados, introduzem mudanças no interior da própria organização da produção que resulta na imposição de comportamentos sociais e econômicos à família;
- c) a imposição de um patamar tecnológico, a dependência em relação ao crédito bancário, a fragilidade do acesso a terra e a vinculação da produção aos diversos mecanismos de mercado, integram a unidade de produção familiar ao processo geral de acumulação capitalista;

Diante de um quadro atual diferenciado na agricultura familiar em decorrência de mudanças tanto internas quanto externas a unidade de produção familiar, Wanderley (idem, p.20) propõe pensar em 3 direções, das quais gostaria de destacar 2 delas:

1. setor agrícola atual deve ser pensado como eficiente, superando definitivamente o peso histórico de sua tradição;
2. a necessidade do estabelecimento efetivo da cidadania para a população rural.

As duas questões apontam para uma dimensão política, embora possa parecer que a primeira esteja referindo-se apenas às questões produtivas. Porém ela refere-se justamente aos movimentos e ações impulsionadas pelos agricultores e demais agentes envolvidos com a manutenção e viabilização da agricultura familiar. A segunda, por sua vez, deixa claro que o setor da agricultura familiar atualmente pode e deve desenvolver e consolidar um espaço social e político que a rigor já vem sendo construído historicamente.

### ***1.3. A herança do campesinato***

A história do campesinato brasileiro será tomada como uma importante referência para a compreensão da atual situação vivida pelos agricultores familiares no Brasil. Porém, há que se considerar as especificidades existentes em cada região, embora algumas características possam ser atribuídas ao camponês de uma maneira geral. A história do campesinato permite compreender a situação atual do agricultor familiar em alguns aspectos. A partir da análise de Wanderley (1999, p.39-44), procurarei sistematizar alguns pontos mais relevantes para entender algumas situações que impossibilitaram a reprodução do campesinato.

A autora vai se referir a dois aspectos principais, a que ele chama de “precariedade” e “instabilidade das situações vividas”, que em muitas situações inviabilizam a reprodução do

campesinato. A “precariedade”, diz respeito de uma maneira geral, à falta de condições mínimas para a implantação de um sistema produtivo diversificado, o que impossibilitaria a construção de um patrimônio familiar. Wanderley admite, porém, que não é possível generalizar essa situação, e mesmo “considerando que as formas da precariedade são diferenciadas, os camponeses tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fontes de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no Sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul” (idem, p.40).

A “instabilidade das situações vividas”, refere-se a diferentes aspectos e tentativas do camponês em viabilizar-se. Para isso a autora buscou identificar alguns processos de “campesinização, descampesinização e recampesinização”, para exemplificar essas situações. Os exemplos de situações vividas no Sul do Brasil – como a ocupação das serras gaúchas pelos colonos imigrantes da Europa – e por outro, a desestruturação econômica e social de cultivadores pobres livres no Nordeste oriental são ilustrações destes processos, porém o que interessa ressaltar são as diferentes tentativas dos camponeses de se viabilizar a partir de atividades estáveis e rentáveis. De acordo com Wanderley (idem, p. 43):

Vencedores ou perdedores nesse campo de luta, os camponeses, no passado como atualmente, dele participam com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É esse objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares. Por um lado há o acesso a uma atividade mercantil (...) e por outro, a essa atividade mercantil se soma o autoconsumo (...) a economia de subsistência.

A dupla relação entre a integração ao mercado e a garantia do consumo, segundo a autora é fundamental para a constituição do “patrimônio sociocultural” do campesinato brasileiro, e é justamente o envolvimento destas duas faces que “gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade analisadas” (idem, p. 44).

É ainda este saber, efetado sobre a base de uma divisão do trabalho familiar que possibilita a prática do “princípio da alternatividade”, noção elaborada por Afrânio R. Garcia Jr. O princípio da alternatividade é interessante para entender atualmente o contexto da

agricultura familiar , pois baseia-se principalmente na possibilidade de consumir e vender os mesmos produtos. Segundo Garcia (apud, Wanderley, idem, p.44):

Há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos (...) São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim, atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos (...)

#### ***1.4. Do campesinato à agricultura familiar***

Não realizarei neste capítulo uma revisão teórica acerca da discussão sobre campesinato, pois diferentes trabalhos já apresentam esta revisão. Interessa aqui, situar a discussão sobre a agricultura familiar que buscará mostrar quais as mudanças ocorridas na utilização destes conceitos principalmente no que diz respeito à agricultura familiar brasileira. De antemão, é importante ressaltar que a concepção de agricultura familiar não é tão recente e que tampouco substituiu a de campesinato. De acordo com Wanderley (1999, p.25):

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Segundo a autora, o que tem diferenciado o uso da categoria nos últimos anos no Brasil, tem sido o significado e a abrangência que lhe estão atribuindo. Tem se falado de agricultura familiar “como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada” (idem, p.24).

Quando se fala em produtor moderno no âmbito da discussão da agricultura familiar é importante ressaltar que esta condição pressupõe a inserção do pequeno produtor no mercado, e não necessariamente a concordância com todas as regras impostas pelo mercado econômico convencional. Neste sentido, a noção de moderno refere-se a condição em que este produtor se encontra hoje diante do mercado e das novas tecnologias, o que não significa um rompimento total com seus valores mais tradicionais em sua condição também de camponês. Para Wanderley (idem, p.36-7):

É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, parece-me importante sublinhar (...) que esses “novos personagens”, ou pelo menos uma parte significativa dessa categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade. E acrescenta ainda: Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

A reprodução social da agricultura familiar, não somente como um modo de produção voltada para o mercado, é também tratada por autores da antropologia, como Woortmann (1990) e Seyferth (1992). Para Woortmann (1990, p.11-12), o campesinato sempre foi tratado como uma “economia”. O autor não nega o fato de que ele pode ser entendido através da análise da “lógica econômica”, ou da “lógica da produção-reprodução” no plano das “estratégias econômicas”, ou seja, “o modo como organiza os fatores de produção”.

Desse modo, a partir do que o autor (idem, p.12), chama de “campesinidade” – “comum a diferentes lugares e tempos” – procura tratar esta “qualidade”, a partir de categorias empíricas, como, por exemplo, *família, trabalho, terra, etc.*, ou seja, “categorias como nucleantes de significados” (idem, p. 56). Portanto, nesta perspectiva, a *terra* e o *trabalho* - apenas como dois exemplos de “categorias nucleantes”<sup>22</sup> - não são “objeto de uma análise apenas objetiva”, mas sim de uma “interpretação subjetiva”, “como expressão de uma moralidade”, “como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas” (idem, p. 12)

### ***1.5. Os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil***

O uso da categoria *agricultura familiar* nesta problemática de estudo refere-se ao fato de que o conceito abrange características essenciais para entender o agricultor a que

---

<sup>22</sup> De acordo com Woortmann (1990), “a importância destas categorias não reside no fato de que sejam comuns, mas nucleantes e, sobretudo relacionadas, ou seja, uma não existe sem a outra” (apud, Bloemer, 2000, p. 35). Por outro lado, são “categorias que possibilitam a passagem a outras categorias, que organizam o discurso antropológico” (Woortmann, idem, p. 56-7). Neste sentido, algumas categorias empíricas verificadas nesta tese, como por exemplo, *cooperação e solidariedade*, podem ser analisadas como categorias relacionadas as nucleantes, *terra, trabalho, família*.

estamos nos referindo empiricamente, bem como a sua generalidade<sup>23</sup> possibilita a apreensão da diversidade existente no universo da agricultura familiar. De acordo com Wanderley (1999, p. 25):

O ponto de partida é o conceito de *agricultura familiar*, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

O uso da categoria sociológica de agricultores familiares é importante na medida em que delimita sujeitos, famílias de agricultores e também espaços específicos de produção, bem como universos onde se estabelecem relações com os agentes externos. Porém este uso não impossibilita a apreensão de categorias “nativas” que envolvem representações e identidades diversas pautadas sobre valores sociais, culturais e étnicos que extrapolam a condição apenas econômica e produtiva. Em outros termos, a condição social e econômica empírica destes agricultores em muitos aspectos é pautada por universos sócio-culturais diferenciados e específicos, ao mesmo tempo, que em maior ou menor grau compartilham como base comum os já referidos aspectos.

Segundo Wanderley (1998, p. 27) os estudos existentes a respeito da agricultura familiar no Brasil apresentam diversas concepções sobre esse segmento social. Porém existem questões centrais que organizam esta produção intelectual. A primeira delas é reconhecer a existência histórica do campesinato no Brasil, constituindo-se a literatura sobre este registro, referências clássicas para a reconstrução e análise da própria história agrária brasileira.<sup>24</sup> Dentro desta perspectiva, existem muitas pesquisas que buscaram analisar as formas

---

<sup>23</sup> Estudos organizados pelo INCRA/FAO têm procurado avançar em suas caracterizações sobre a agricultura familiar no Brasil, apontando para a existência de uma diversidade entre as regiões e também dentro de cada região. Neste sentido, buscou-se “caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção”, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE. (Guanziroli, Carlos et al., 2000, p. 9). Estudos com esta finalidade embora baseados em variáveis gerais estabelecidas para todos os estabelecimentos agrícolas do País, podem fornecer subsídios para o entendimento do contexto agrícola brasileiro e suas respectivas regiões. Por outro lado, estas mesmas instituições têm apresentado estudos mais específicos sobre a agricultura familiar no Brasil. Como exemplo os seguintes trabalhos: Bittencourt, Gilson A. e Bianchini, Valter (2000); Guanziroli, Carlos et al. (2001)

<sup>24</sup> Wanderley (1999, p.37-52) realiza algumas reflexões sobre a história do campesinato no Brasil, principalmente a partir de três pontos: as lutas por um espaço produtivo, a constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

tradicionais de produção e reprodução do campesinato brasileiro. Grande parte destas pesquisas destacaram-se até os anos 80, sendo que posteriormente novos termos e conceitos foram sendo incorporados às discussões teóricas.

A segunda questão, situa as discussões sobre a agricultura diante do intenso processo de modernização da sociedade, de um modo geral, e do setor agrícola, em particular. Segundo a autora (idem, p. 28) de uma certa forma em todos os países, a modernização da agricultura e do meio rural se efetuou a partir da transformação da agricultura camponesa tradicional: a persistência do campesinato, sua diferenciação social, suas novas sociabilidades. No Brasil, a partir da década de 70, os trabalhos passaram a enfatizar o conceito de “pequena produção” e sua participação na produção geral da agricultura no país.<sup>25</sup>

Esta perspectiva procura superar a idéia de que as pequenas propriedades seriam “improdutivas” e o debate avança colocando a necessidade de se superar a imprecisão do conceito de “pequena produção”, de forma a incorporar uma agricultura familiar que não é necessariamente pequena, e também a necessidade de dimensionar esta agricultura de base familiar no país. (idem, ibidem)

De acordo com Wanderley, os estudos sobre agricultura familiar a partir dos anos 90, passaram a se ocupar da diversidade de situações empíricas e processos que envolvem os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos com a questão. A preocupação não centra-se mais somente nos modos de produção e nos aspectos que caracterizam a organização interna das unidades familiares. A agricultura familiar, passou a ser pensada em diferentes contextos que envolviam questões referentes aos movimentos de migração, ao crescimento do êxodo rural, a significação das fronteiras agrícolas, a ampliação das atividades rurais em sua relação com a produção mercantil, as motivações e estratégias dos indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos com a luta pela terra e a reprodução social camponesa. (idem, p. 29-30)

Para a autora (idem, p.30-31), a reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores. Porém em contextos específicos, as políticas agrícolas foram definidoras em processos de colonização e ocupação de determinadas regiões. Neste sentido o papel do Estado, constitui um agente de principal importância, cuja atuação se orientou ora no sentido da exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa, ora no

---

<sup>25</sup> José Graziano da Silva (1978) delimitou este termo a partir de uma pesquisa onde analisou a contribuição dos estabelecimentos com até 50 hectares, onde se presumia que estivesse concentrada a agricultura camponesa, que contribuía significativamente para o abastecimento interno do país, particularmente a partir de produtos alimentares. (apud, Wanderley, 1998, p. 28)

sentido inverso, de inserção de outras parcelas, ora ainda com objetivos clientelísticos, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meras reprodutoras da miséria rural e urbana.<sup>26</sup>

Por outro lado, de acordo com Medeiros (1997, p.70), referindo-se à relação entre agricultura familiar e organização sindical afirma:

É somente nos anos 90, no entanto que o termo “agricultura familiar” começou a ganhar terreno nos documentos sindicais e, pouco a pouco, se impôs para designar determinadas situações que recobriam o que antes aparecia como próprias ao “pequeno produtor”. É difícil, sem um aprofundamento investigativo, avaliar o peso que o debate acadêmico e as pesquisas encomendadas pela FAO (com sua legitimidade como parâmetro para as políticas públicas) tiveram nessa adoção, principalmente quando se consideram a, cada vez mais intensa, circularidade de conhecimento na sociedade e a capacidade dele intervir nos processos sociais. O termo passa a recobrir uma diversidade de novas identidades sociais e políticas que se constituíram nos últimos 15 ou 20 anos (...)

### 1.5.1. Entre a homogeneidade e a diversidade

As concepções atuais sobre agricultura familiar devem ser contextualizadas de acordo com a diversidade de mudanças vividas e construídas pelos vários agentes sociais em suas relações com as diferentes dimensões sociais. Estas dimensões envolvem processos que redefinam estas relações em vários níveis, seja, produtivo, econômico, político, ambiental, etc. De acordo com Medeiros (idem, p.65):

Nos debates acadêmicos, na formulação de políticas públicas e nas organizações de representação dos trabalhadores do campo, vem se generalizando, nos anos 90, o uso do termo “agricultura familiar”. Entendida genericamente como “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (Lamarche, 1993:15), “agricultura familiar” não só recobre uma diversidade de situações, como retém uma grande amplitude de significados que vêm sendo disputados no interior da sociedade.

Não é possível pensar hoje a agricultura familiar dissociada do processo de produção mercantil. A presença de novos personagens, atores sociais e mudanças no contexto sócio-econômico e **político** (grifo meu) tem transformado o meio rural e suas relações. De acordo com Tedesco (1999, p.14), são exemplos destas mudanças:

---

<sup>26</sup> Segundo a autora, o tema da reforma agrária deve merecer uma referência à parte. (idem, p. 31)

- a pluriatividade, a multifuncionalidade <sup>27</sup> de tarefas, a centralidade e a agregação da mulher <sup>28</sup> camponesa no formato moral e econômico da família, bem como do trabalho, as contratualizações e os trabalhos a domicílio, as associações informais entre parentes e vizinhos, as formas de produção alternativas às convencionais e produtivistas, envolvendo sociabilidades e reciprocidades coletivas e/ou grupais, etc. Essas mudanças manifestam estratégias e racionalidades internas e adaptativas frente e em razão do impacto das transformações globalizantes, do mercado, da cultura urbana, das redefinições industriais em termos de tempo, espacialidades e correlações de força entre os atores sociais envolvidos.

Diante desta diversidade de situações, pode-se afirmar, conforme Medeiros (1997, p. 65) que a agricultura familiar, “é ampla o suficiente para incorporar as mais diversas formas de tratamento da questão tecnológica, de relações com mercados e com as agroindústrias e de alternativas organizativas disponíveis”

Abramovay (1999 (a), p.13), também pergunta-se, como caracterizar a agricultura familiar dentro da sua própria diversidade e de um “mundo em transformação”, afirmando que ela (a agricultura familiar) não é apenas um setor econômico, é também um valor. Sua virtude é juntar eficiência, economia e equidade social. Para o autor, “ las oportunidades de desarrollo de las familias rurales dependen más del tipo de mercado y del ambiente institucional em que son constituidos los mercados em que se insertan, que de los setores (agricola e servicios) em que se basa esta insercion” (idem, ibidem)

Pensar o agricultor familiar no âmbito da dimensão familiar e das atividades produtivas, requer não somente um processo analítico, mas principalmente, uma análise que problematize aspectos que se vinculem às novas exigências da sociedade. (idem, p.15). Neste sentido, a agricultura familiar tem apresentado questões que dizem respeito à relação da unidade familiar com vínculos externos cada vez mais presentes, seja nas relações de trabalho, nas relações de mercado, nas formas alternativas de se organizar e se viabilizar economicamente e socialmente – através de grupos, associações, cooperativas familiares, etc - , delimitando com isso um espaço que tem buscado se contrapor às formas de organização da

---

<sup>27</sup> Embora não seja objetivo deste trabalho tratar destes conceitos, é importante registrar que existem discussões em torno das questões de pluriatividade e multifuncionalidade. Como exemplo ver, Cazella e Roux (1999) e Cazella et al (2002).

<sup>28</sup> Como referência importante ver : Gênero e Associativismo na Agricultura Familiar – mulheres e homens constituindo caminhos de igualdade (2000)

produção centradas exclusivamente nas unidades familiares e nas técnicas com base em um “modelo produtivista”.

Neves (1998, p.149-150), parte de uma perspectiva analítica que pretende o entendimento da “relação entre a unidade de produção e o mercado como domínios que se interligam a partir das estratégias de resistência à intensificação dos modos de subordinação do produtor”. De acordo com a autora (idem, ibidem), os estudos atuais sobre agricultura familiar, não devem priorizar apenas análises valorativas centradas em relações familiares e de parentesco que contraponham a “a unidade familiar de produção” em relação à “unidade capitalista de produção agrícola”, e tampouco, análises que “encapsulem” o produtor ao mercado, como apenas “agentes econômicos no sentido restrito ou como meros perseguidores da sobrevivência física e social”. Neste sentido, a autora propõe uma análise que fuja da dicotomia entre “unidade de produção familiar” e mercado. Neste sentido, são variadas as formas em que esta relação pode ser denominada, e isto vai depender não somente de suas condições objetivas de produção, mas principalmente das representações feitas a respeito destas relações.

Apesar da diversidade de situações que podem ser verificadas empiricamente na agricultura familiar, segundo Lamarche (1993, p. 15) uma definição que possibilita uma aproximação entre as diferentes formas conceituais e empíricas é a de “exploração familiar”. Segundo o autor, a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Estes três aspectos inter-relacionados constituem a base da formação sócio-econômica e cultural no universo agropecuário da região Oeste Catarinense. Embora transformações e mudanças tenham ocorrido neste universo, grande parte da produção econômica e da reprodução social de agricultores familiares depende significativamente da relação entre estes três fatores. Por outro lado, é possível pensá-los também em termos culturais, levando-se em conta que como propõe Woortmann (1990, p. 13), em menor ou maior grau, esses três aspectos (terra, trabalho e família) adquirem também uma dimensão valorativa dando conformidade a um aproximativo “ethos camponês”, ou a certa campesinidade.

## 2. Ser *colono*, ser agricultor familiar, ser trabalhador rural.

De acordo com Seyferth (1993, p. 46-47) o termo *colono*<sup>29</sup> possui um significado oficial que foi atribuído aos imigrantes pela política de colonização e que foi apropriado por parte dos imigrantes e seus descendentes. O termo colono expressa a identidade social de um determinado tipo de pequeno proprietário rural particular, que tem nas dimensões econômicas, sociais e étnicas a base na definição atual desta categoria de identificação.

Por exemplo, a literatura regional, sob um ponto de vista histórico oficial, tem caracterizado a Região Oeste como um universo onde haveria a predominância de descendentes de europeus, principalmente italianos e alemães. Por outro lado, alguns trabalhos<sup>30</sup>, têm procurado relativizar este ponto de vista, mostrando outras faces da história no que diz respeito à sua diversidade social, econômica e étnica. Estes mesmos estudos buscam mostrar os processos nos quais determinados grupos étnicos têm procurado se sobrepor a outros, principalmente no que diz respeito à forma como os agricultores se identificam e são identificados. No caso da Região Oeste Catarinense, a maior parte dos agricultores familiares são identificados pela literatura, bem como pelos “outros”, como *colonos*, ou seja, os descendentes de europeus, que se contrapõem à categoria dos chamados *caboclos* ou *brasileiros*.<sup>31</sup>

Porém, esta categoria nem sempre é acionada e nem sempre da mesma maneira, dependendo da inserção destes agentes em atividade públicas e nas suas relações com outros agentes. Segundo Renk (2000, 161-162) ora se classificam como *colonos*, ora como “produtores”, “agricultores”, “trabalhadores rurais”<sup>32</sup> ou “pequenos produtores”. Para a

<sup>29</sup> De acordo com Seyferth (1992, p.80) “Ele é chamado *Kolonist* (colono), termo cuja gênese remonta ao início da colonização, no século XIX – pela adaptação para o alemão de uma categoria administrativa. Ou seja, os imigrantes e seus descendentes adotaram como definidora da sua identidade social uma categoria classificatória que lhes foi atribuída pela administração colonial: para o Estado eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Trata-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização, apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem européia, sendo dela excluídos aqueles chamados de *caboclos* ou *brasileiros*. Concretamente, colono é a categoria designativa do camponês, mesmo quando este possui outra ocupação além da agricultura, e sua marca registrada é a posse de uma *colônia* (mesmo reduzida em tamanho) a pequena propriedade familiar”.

<sup>30</sup> Trabalhos que tratam sobre os *caboclos* ou *brasileiros* em Santa Catarina e no Oeste Catarinense, Renk (1990, 1991); Poli, J (1991); Paulilo (1994); Auras (1995); Santos, S C dos (1995); Bloemer, N. (2000)

<sup>31</sup> Esta diferenciação é tratada principalmente por Renk (1990, 1997, 2000) e por Bloemer, N (2000). No caso específico desta tese interessa abordar estas categorias na medida em que a maior parte das famílias de agricultores que constituem os sujeitos desta pesquisa, são agricultores familiares descendentes de europeus.

<sup>32</sup> Gaiger (1994, p. 186-187), desenvolve os conceitos de *ethos militante* e *ethos trabalhador rural*, para tratar de uma situação empírica relacionada ao MST. Estas categorias podem ser utilizadas em outros contextos, em que o agricultor familiar passa por um processo de questionamento e de transformação de sua condição social.

autora, agricultor é a categoria acionada mais usualmente entre aqueles com maior grau de escolarização, e faz parte também do linguajar técnico empregado por técnicos agrícolas, veterinários e agrônomos; trabalhador rural, é mais frequentemente empregada pelo associado ao Sindicato, por se opor ao trabalhador urbano. Ainda dentro desta categoria, uma fração se qualifica como pequeno produtor, categoria gestada na CPT (Comissão Pastoral da Terra), como uma “fração das classes de trabalhadores do campo”.

Assim, Renk demonstra não haver uma homogeneidade de designação para o agricultor familiar principalmente no que diz respeito ao jogo de identidades que é estabelecido nas relações públicas com outros agentes, mesmo entre aqueles que se denominam enquanto *colonos*. Entre os colonos, as suas representações apresentam várias faces, que vão desde uma representação positiva da categoria, que seria a face pública da história, conhecida e reconhecida enquanto história oficial e utilitária dos *de origem*; até uma representação atual em uma situação onde a condição do colono é vista como subalterna, quando pensada em relação aos outros, em relação, por exemplo, à cidade. A autora vai demonstrar como em situações de crise e de mudanças no universo rural do Oeste Catarinense ocorrem alterações nas percepções e representações dos colonos sobre sua própria condição.

De uma maneira geral, Renk (2000, p.306-312) vai demonstrar como ocorreram alterações e mudanças no mundo do colono em função de sua inserção em outros espaços e mundos externos. As relações que vão se estabelecendo entre os colonos e outros agentes sociais, principalmente àqueles ligados de alguma forma às questões da agricultura familiar, determinaram significativamente estas mudanças. Como exemplo, a autora cita o papel desempenhado pela Igreja Católica e a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) no Município de Palmitos, onde ambas instituições compartilham dos princípios da Teologia da Libertação. O trabalho da extensão rural possibilitou que os colonos adotassem novas práticas não somente do ponto de vista técnico, mas também de valores, como por exemplo, a noção de associativismo. Esse trabalho da extensão rural iniciou nos anos 70 com a atuação dos Clubes de Trabalho 4-S, ligados a antiga ACARESC.<sup>33</sup> Com a criação do sistema de integração, os colonos passaram a se relacionar diretamente com os técnicos das empresas agroindustriais. Por outro lado, a autora cita a importância da escola que seria responsável pelas “novas formas de sociabilidade” (idem, p.309). Finalmente, a instalação da

---

<sup>33</sup> É importante ressaltar que esta noção de associativismo iniciada nos anos 70 pelos Clubes 4-S, se diferencia de outras propostas de cooperação agrícola que tem como base a formação de grupos familiares, como, por exemplo, os grupos assessorados pela APACO e investigados nesta pesquisa.

rede elétrica no interior, a ampliação das rodovias e a acessibilidade ao mercado, a acessibilidade aos bancos e seus serviços provocaram a partir dos anos 70, mudanças significativas no mundo dos colonos em suas percepções sobre si mesmos e sobre um novo mundo que passa a ser descoberto. Segundo Renk (*idem*, p. 312), estas mudanças são fruto de um duplo movimento:

...colonos inserindo-se no mundo e este imiscuindo-se na vida dos colonos, desencadeando uma série de ações que afetam o substrato morfológico, os vários sentidos e momentos da vida cotidiana na colônia.

### **2.1. A construção social do colono no Oeste Catarinense**

Renk (1997, 2000) para pensar a construção social do *colono* no Oeste Catarinense, utiliza as categorias nucleantes, *família, terra e trabalho*, já referidas anteriormente. A categoria família é utilizada de maneira plurivocal pela autora, na medida em que pode ser empregada tanto para aspectos objetivos como subjetivos na construção dos atores sociais em questão. Neste sentido a família é dada pelo parentesco, pelos laços sanguíneos, pelos laços afetivos, norteadora de comportamentos, pela hereditariedade, pelo casamento, pela reprodução, etc<sup>34</sup>

A categoria trabalho é pensada pela autora em dois sentidos, enquanto constitutiva da identidade camponesa e étnica dos colonos e como aprendizado. De acordo com Renk (*idem*, p. 177):

O trabalho é numa categoria polissêmica, constitutiva da identidade camponesa e étnica desses colonos alemães e italianos, construída como referencial das virtudes étnicas em oposição à população heterônoma. De outro lado, há um aprendizado, onde a geração ascendente transmite os saberes práticos à outra geração.

A transmissão dos saberes práticos às futuras gerações é pensada por alguns autores como uma *transmissão hereditária* (*idem*, p.178), que tem uma função cultural, mas também econômica. A formação profissional do agricultor, é parte, antes de mais nada, de uma formação cultural, ou seja, dada pela condição da sua identidade. A possibilidade ou não de dar continuidade a situação ocupacional depende tanto de fatores objetivos como de fatores

---

<sup>34</sup> Renk (2000, p. 134-159) trabalha longamente a categoria família nestes diferentes aspectos.

subjetivos, ou seja, das representações e discursos sobre as próprias condições sociais destes segmentos.

A categoria trabalho pode ser pensada de diferentes maneiras, dependendo do contexto e da época vivida pelos agricultores. Por exemplo, Renk (idem, p.180) demonstra como o trabalho era representado nos tempos da colonização.

A literatura acerca dos colonos de origem no RS é plena das representações da positividade da atividade agrícola, acoplada à pequena propriedade e família. O trabalho é, por excelência, a categoria para se representarem e enaltecerem: avançaram no espaço geográfico, venceram as matas, plantaram colônias e cidades. (...) O trabalho do colono, enquanto sinônimo de liberdade <sup>35</sup>, é também símbolo do progresso e do pioneirismo.

A concepção de trabalho vai mudando na medida em que não apresenta mais um caráter positivo, não está mais associado à liberdade e passa a ser equivalente à servidão, a penosidade. Para o colono não conseguir reproduzir a sua situação ocupacional e étnica é perder a sua condição de identidade camponesa. Segundo Renk (idem, p.183), “recorrer ao trabalho assalariado temporário sempre foi uma estratégia facultada aos colonos fracos, muito pobres, em alguns momentos do ciclo de vida, como aquele anterior ao casamento”.

De acordo com Renk (idem, p. 358-359), “num contexto de crise, com a ampliação dos horizontes, a concepção de trabalho passa por reavaliações, situando-se em papel de ambivalência. (...) Anteriormente adoçava a vida e era expressão de liberdade, hoje transmuta-se na escravidão”.

É interessante como em um contexto de crise as categorias trabalho e terra/propriedade estão intimamente ligadas, e é justamente neste sentido que Renk (idem, p.183-184) vai desenvolver sua análise ao se referir à “ideologia da pequena propriedade enquanto “implantadora” do progresso”. O que foi construído como um discurso oficial desde a época da colonização vai apresentando seus limites na medida em que as pequenas propriedades apresentam “parcelas insuficientes para reproduzir as gerações seguintes na mesma condição”. Com o fechamento das fronteiras agrícolas a partir dos anos 70 e a impossibilidade de adquirir terras, a relação que os colonos passam a ter com a propriedade é de um sobreinvestimento de trabalho para assegurar a reprodução social dos membros.

---

<sup>35</sup> De acordo com Seyferth (1992, p.80) referindo-se aos *colonos* do médio Itajaí-Mirim (SC), “a simbologia acionada nos discursos sobre esta identidade camponesa se refere ao trabalho e à liberdade: constrói a imagem do colono que, ao contrário dos assalariados puros, tem liberdade de escolha, porque não tem patrão nem horário, embora exerça um ofício que exige dedicação, trabalho árduo, conhecimento tradicional, amor à terra etc”

Em um contexto de mudanças e crises, Renk (idem, p.190) chama a atenção para a simbiose entre empresa e economia familiar que ocorre nas pequenas propriedades. A dimensão empresarial neste caso não é similar ao das empresas capitalistas, e diz respeito ao aspecto da “administração” da propriedade.

Então, em tempos onde não existe a possibilidade de ampliar as terras, é necessário que para a família se viabilizar haja diversificação da produção, profissionalização e administração das atividades, dos recursos e gastos relativos à propriedade. Segundo Renk (idem, p.191):

... a administração está mais próxima a um conjunto de valores e cálculos, às tomadas de decisões, ao melhor aproveitamento dos recursos com o menor dispêndio de tempo e intensidade das jornadas de trabalho na propriedade. Engloba também o quê e quando plantar, as habilidades para a venda dos produtos e a aplicação dos recursos na propriedade.

Mesmo entre os colonos no Oeste Catarinense, existem diferenças que são classificadas na clivagem colono *forte* e *fraco*<sup>36</sup>. Essa classificação é importante na medida em que aponta para as representações e práticas destes agricultores em um momento em que estão buscando garantir uma reprodução social diante da situação de crise iniciada na região principalmente a partir dos anos 80. A reprodução ou não dos *colonos* vai depender das condições específicas de cada propriedade, das alternativas econômicas encontradas, do grau de organização, etc. Embora a categorização entre forte e fraco corresponda mais às representações dos próprios colonos entre si, de acordo com Renk existem traços e indicadores que definem essa clivagem. Para a autora a condição de colono forte remete em um primeiro momento:

... a uma situação estável, com patrimônio considerável; terras em torno de uma colônia, no mínimo; sem dívidas; mas acoplado à noção de administração, “de ter cabeça”, de saber gerenciar a propriedade e demonstrar interesse pela propriedade, que requer dedicação exclusiva. (idem, p.192)

---

<sup>36</sup> De acordo com Seyferth (1992, p. 83), a categoria de *colono-forte*, tomada como modelo do camponês ideal, é “aquele que possui a propriedade de terras suficientes para se reproduzir sem que um dos membros da família tenha de recorrer a alguma atividade assalariada. É aquele que tem uma colônia padrão, com tamanho aproximado ao do antigo lote colonial de 25/30 hectares”. Por outro lado, prossegue a autora (idem, p. 85), “a categoria colono-fraco define camponeses que têm mais de uma ocupação, que são camponeses em tempo integral mas não dispõem de uma colônia padrão, que dependem do cultivo em terras que não lhes pertencem (seja, na forma de arrendamento, seja pela simples ocupação de terras incultas)”. Portanto, “a diferenciação entre colonos fortes e fracos, passa pela questão da terra” enquanto categoria principal, já a “segunda contém uma gama variável de subcategorias, nas quais o principal elemento identificador ainda passa pela questão da terra, mais acrescido daquelas características que são a marca da “fraqueza”. (idem, ibidem)

Por outro lado, os colonos fracos:

... inserem-se num leque que vai de pequenos proprietários a arrendatários. Entre os proprietários, os fracos situam-se na faixa de áreas reduzidas, com dívidas e baixa produtividade e, às vezes, são acusados de “usar pouco a cabeça”. (...) Ainda na categoria de fracos inserem-se os agregados “que fazem pra comer”. O número de pequenos arrendatários tem aumentado pela impossibilidade de ter assegurada a terra. São classificados de pobres, e com heteronomia, “vão no mando do patrão”.

De uma maneira geral, as questões levantadas para a compreensão da construção do colono no Oeste Catarinense, nos fornecem subsídios importantes para entender quais as variáveis que norteiam a construção desta identidade social e étnica. Em muitos destes aspectos o sujeito investigado nesta tese corresponderá ao que foi tratado aqui teoricamente. Porém como chama a atenção Renk (idem, p. 196):

Pode haver, como efetivamente acontece, um hiato entre representação e realidade, entre *logos* e *ethos*. Nem sempre o escopo das representações são as configurações empíricas, mas servem de pistas para a análise das práticas sociais.

Em síntese, como afirma Seyferth (1992, p.80):

O reconhecimento de diferentes categorias de colonos não diminuiu o significado mais geral atribuído ao termo, tomado como sinónimo de pequeno proprietário rural, e regido por valores específicos, entre os quais se destacam a dedicação ao trabalho, a natureza da produção e o passado comum de colonizadores da região. Os primeiros valores estão implícitos nas três citações em epígrafe <sup>37</sup>: o trabalho duro, a dedicação à terra identificam o bom e verdadeiro colono, cuja virtude maior é ser um produtor de alimentos. As representações sobre o “bom colono” incluem também um ideal de independência e liberdade.

Estou me referindo, portanto, a uma categoria de “agricultor familiar moderno” (Lamarche, 1993), que desenvolve atividades de produção agrícolas e agropecuárias, voltadas para o mercado. Por outro lado, esta inserção ao mercado, tendo como base a agroindustrialização<sup>38</sup>, não ocasionou o desaparecimento de valores tradicionais, principalmente relacionados à aspectos da identidade social e étnica desta categoria, o *colono*. De acordo com Seyferth (1992, p. 78) :

---

<sup>37</sup> Como exemplo os depoimentos contidos no trabalho de Seyferth: “O colono é dono da terra onde planta. Não tem patrão.”; “Ninguém manda no colono. Mesmo quem precisa arrendar, planta o que quer e vende prá quem quer”; “O colono é dono do seu nariz: faz o seu horário”. (idem, p.80)

<sup>38</sup> Campos (1987), realiza um histórico da relação entre a produção agrícola familiar e as agroindústrias no Oeste Catarinense.

O capitalismo não pressupõe como regra, o desaparecimento dos camponeses. No caso desse campesinato (*refere-se aos colonos do médio Itajaí- Mirim (SC)*), a demanda de mão-de-obra pela grande indústria regional significou uma transformação da economia camponesa que ampliou a diferenciação interna da população rural sem destruir sua especificidade social, traduzida na identidade genérica de *colono*.

## **CAPÍTULO II - OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A RELAÇÃO ENTRE REDES E O PAPEL DAS ONGS**

O objetivo ao resgatar essa discussão sobre os movimentos sociais no campo está diretamente relacionado, primeiro à história do campesinato no Brasil e segundo, a construção deste novo personagem chamado de agricultor familiar, ambos os aspectos fundamentais para contextualizar os agricultores familiares do Oeste catarinense no presente. O surgimento desta categorização não diz respeito somente a uma construção teórica, mas principalmente a uma construção dos próprios agentes relacionados a esta área em seus contextos de organização política, social e econômica.

De modo mais específico, vou procurar sistematizar a discussão a partir de um enfoque mais geral que procurará contextualizar os movimentos sociais no campo, no Brasil principalmente a partir da década de 70. Esta delimitação histórica justifica-se, por um lado teoricamente, pois estamos nos referindo a um contexto onde estão presentes novas categorias analíticas, e por outro, empiricamente, pois o entendimento do problema de pesquisa desta tese está situado neste contexto das novas formas de movimentos e organizações. Do mesmo modo, uma discussão mais específica relacionada ao Oeste Catarinense no que diz respeito aos movimentos sociais nesta região, será fundamental para entendermos de que forma os projetos de viabilização da agricultura familiar foram sendo construídos a partir dos anos 70.

### **1. A história dos movimentos sociais no campo e a diversidade de atores sociais**

Vários são os estudos que descrevem as formas de organização dos produtores rurais no Brasil.<sup>39</sup> Medeiros (1989) busca recuperar a história dos movimentos sociais no campo em um período que vai de 1945 aos anos 80, mais especificamente o período chamado de Nova República. O primeiro período analisado pela autora vai de 1945 a 1964, período este que marca a emergência e consolidação das organizações e movimentos no meio rural. De acordo com a autora (idem, p. 14-15):

Nesse período, a sociedade brasileira viveu seu primeiro ensaio democrático, embora marcado por restrições a liberdade de organização partidária, pela presença de um sindicalismo vinculado ao estado, por sucessivas crises políticas e principalmente pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização e de direitos sociais já há algum tempo conquistados pelos trabalhadores urbanos.

---

<sup>39</sup> Veja-se além dos citados no texto, entre outros, Bonin et al (1987); Castro e Hébette (1989) e Paiva (1985).

Época de intensa industrialização, nela foram colocados em discussão, por diferentes forças sociais, projetos de desenvolvimento para o país, onde tinha lugar de destaque o debate sobre o lugar de uma agricultura considerada atrasada e pouco capaz de responder às necessidades que a indústria colocava. É nesse quadro que as lutas emergiram, politizando determinadas bandeiras e impondo a necessidade do reconhecimento político dos trabalhadores do campo.

Este período de organização dos agricultores é importante para entendermos quais os aspectos que impulsionaram suas lutas e reivindicações. Conforme a autora coloca, essa foi uma “época de intensa industrialização”, onde se questionava o lugar de uma agricultura “pouco capaz de responder às necessidades que a indústria colocava”. Ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico neste período estava centrado na indústria.

No período militar, de 64 até o final dos anos 70, verifica-se um período de repressão tanto dos movimentos operários, como dos movimentos no campo. Neste período consolidou-se a modernização da agricultura, amplamente apoiada pelo Estado. Do ponto de vista das organizações no campo, “o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)”<sup>40</sup> (idem, p.15)

O importante a destacar nesse período é a inter-relação – embora as vezes conflitante- de diferentes agentes sociais nos movimentos sociais e lutas no campo. Foi um período de diversificação e intensificação onde surgiram propostas distintas para o campo, que de acordo com Medeiros (idem, p. 16) “se expressavam quer na constituição de oposições sindicais, críticas em relação à linha da Contag, quer na formação do Movimento dos Sem Terra. A igreja, apoiando muitas das lutas e reivindicações que emergiam, manteve uma presença vigorosa entre os diversos segmentos dos trabalhadores”.

De acordo com a mesma autora (idem, ibidem) no início dos anos 80 “se verificou um encontro entre o novo sindicalismo, que surge nas cidades, e as organizações de trabalhadores rurais, especialmente através do processo de construção de uma central sindical. O debate que em torno dessa questão se verificou e que acabou por gerar duas centrais – CUT e CGT -, foi rico de consequências para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos” .

Por outro lado, Scherer-Warren (1993, p. 65), para analisar o que há de “novo” nos movimentos sociais no campo, partiu de uma contextualização histórica, dividindo os *velhos movimentos* e as *novas formas de organizações camponesas*, iniciadas a partir da década de

70. Esta delimitação não é apenas histórica, pois permite pensar a “questão da relação entre teoria e prática” (idem, ibidem) em diferentes situações que envolvem as organizações sociais no meio rural. Neste sentido, para a autora nos casos empíricos particulares é possível encontrar traços dos velhos movimentos sociais que ressurgem com maior ou menor intensidade nos movimentos sociais organizados mais recentemente.

A mesma autora, (idem, p.67-8) realiza uma distinção entre os “velhos e novos” movimentos <sup>41</sup> a partir de dois aspectos: o da organização e o do encaminhamento das lutas. Quanto à organização, os primeiros incorporavam, sobretudo, formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; as novas formas de organização, valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física. Quanto ao encaminhamento de suas lutas, os últimos como os primeiros possuem demandas específicas e por vezes defendem utopias de transformações sociais mais gerais. O que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações nas relações sociais cotidianas. Pelo menos alguns destes grupos pretendem modificar a historicidade e o sistema de relações de poder e só neste sentido são verdadeiros Movimentos Sociais, no sentido dado por Touraine. As bases de apoio destes movimentos no campo tem sido uma corrente do sindicalismo, denominada “novo sindicalismo” ou “sindicalismo combativo”. Além dessa mediação, é possível destacar o importante papel dos agentes ligados às igrejas progressistas, principalmente daqueles setores da igreja seguidores da Teologia da Libertação. <sup>42</sup>

Também para Fox (1996, p. 15) “a partir do final dos anos 80, a Esquerda e os movimentos sociais têm sido forçados a repensar as suas relações, e os movimentos camponeses não têm sido exceção a estas mudanças”. Esta (re) orientação dos movimentos pode ser pensada a partir da reflexão de alguns pontos, que envolvem desde a organização interna destes movimentos, as suas relações com diferentes agentes sociais, as soluções e as contradições advindas destas relações em diferentes níveis (político, social, econômico, cultural).

---

<sup>40</sup> De acordo com Medeiros (1986, p. 78-79) o processo de criação da Contag ocorreu de 1962 a 1964, quando foi reconhecida e assumiu dois compromissos básicos: “a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento”.

<sup>41</sup> A perspectiva teórica dos Novos Movimentos Sociais (NMS) pode ser encontrada em obra organizada por Scherer-Warren & Krische (1987) e nas análises de Scherer- Warren (1989, 1993).

<sup>42</sup> É importante ressaltar que a partir do final dos anos 80, as ONGs passaram a desempenhar um papel fundamental de apoio e assessoria aos movimentos sociais em geral e também ao meio rural.

As questões apontadas por Fox, permitem refletir sobre o contexto atual dos movimentos sociais rurais na América Latina, qual as relações estabelecidas com diferentes agentes sociais e a importância da formação de redes para a manutenção destes movimentos. O autor realiza um apanhado de exemplos em diferentes países latino americanos, mas neste trabalho me deterei especificamente aos exemplos relacionados ao Brasil.<sup>43</sup>

### ***1.1 O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Brasil e sua relação com diferentes agentes sociais***

Inicialmente vou apresentar uma reflexão mais geral que busca relacionar qual o papel e as limitações do movimento sindical e de outros agentes envolvidos com as lutas e reivindicações no meio rural. Por outro lado, esta contextualização permite compreender qual a relação atual entre o sindicalismo rural e a agricultura familiar.

De acordo com Medeiros (1986, p.75), as lutas e conflitos no campo “vieram acompanhados também pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais”. A autora recupera sucintamente a história do sindicalismo rural no período de 1945 a 1988, mostrando como diferentes agentes se relacionam e se conflituam dentro de um movimento no campo mais amplo. Entre 1950 e 1964, destaca o papel das Ligas Camponesas da Igreja (em seus diferentes organismos) e da Contag. De acordo com a autora (idem, p.77) “é difícil falar em homogeneidade de linha de ação nessas entidades criadas a partir da ação eclesial”, havendo uma pluralidade de organismos espalhados pelo País, ora divergindo , ora convergindo em suas propostas.

Porém, do ponto de vista organizacional a autora destaca (idem, p.80), “a enorme diversidade dos trabalhadores que se mobilizavam, colocando a nu uma pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida”, que os constituíam enquanto atores políticos, “que buscavam representá-los e articulá-los a um projeto de sociedade que ultrapassava seus interesses mais imediatos” .

De acordo com Medeiros (idem, p.86), “o período que se sucedeu ao golpe militar de 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores”. Na continuidade do processo , que se segue os anos 70, o sindicalismo se reconstituiu em diversas regiões, sendo que “as entidades vinculadas à Igreja parecem ter tido um papel importante”.

---

<sup>43</sup> Ianni (1985) realiza uma sistematização de algumas características em comum aos movimentos rurais na América Latina.

Segundo a autora (idem, 98) durante os anos 70 houve uma proliferação de sindicatos, o que contribuiu mais para acentuar a heterogeneidade já existente. A igreja ainda durante os anos 70 esteve presente na organização dos movimentos no campo. De acordo com Medeiros (idem, p.112), “é desse quadro que surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como entidade de apoio às lutas dos trabalhadores (...) à qual “deve-se destacar a emergência das comunidades eclesiais de base – CEBs – pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela” (idem, p. 114).

Para Favareto e Bittencourt (1999, p. 362), o surgimento de um movimento de oposição sindical à estrutura corporativa do antigo sindicalismo rural, também surgiu a partir da década de 70 principalmente com o apoio de uma ala progressista da Igreja Católica.

Foi exatamente a partir da crítica à estrutura sindical corporativa e a essa postura tida como pouco contundente na relação da confederação ante o Estado que começou a estruturar-se, desde meados da década de 1970, um movimento de oposições sindicais fortemente influenciado pela Igreja, através da prática das CEBs e da ação da CPT, criada em 1975. Os ideais da transformação social pelo “povo em ação”, as práticas libertárias, a ênfase nos movimentos de base pregados pela Teologia da Libertação não cabiam na rigidez da estrutura sindical e na prudência da ação que era desenvolvida pela Contag e pela maioria das federações e sindicatos de trabalhadores rurais.

No final dos anos 70 e início dos 80, segundo Medeiros (1986, p.122) questionava-se o papel do sindicato na sociedade e na política, constituindo momento crucial nesse processo a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora realizada em agosto de 1981. Nesta conferência estavam presentes diferentes correntes de pensamento no interior do sindicalismo que nos anos seguintes culminaram na criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e na Confederação Geral dos Trabalhadores –CGT.

De acordo com Fox (1996, p.20), o movimento sindical brasileiro representa o esforço nacional mais ambicioso da América Latina para combinar a “unidade na diversidade”, pois pretende reunir os pequenos produtores e os trabalhadores rurais e urbanos. O movimento sindical no Brasil que atualmente tem sido representado pela CUT, onde criou-se – a partir de uma facção - dentro de sua estrutura organizacional um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. Como em qualquer estrutura que envolve questões políticas e por que não dizer, partidárias, as relações apresentam-se de forma contraditória e por vezes conflituosa. Segundo o autor:

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é bem conhecida por sua aguerrida e militante base industrial, mas um terço de seus membros é, de fato, de origem rural, e mesmo aqueles envolvidos nas perigosas linhas de frente pela reforma agrária,

comumente identificam-se com a CUT. Mas a reforma agrária e as políticas agrícolas alternativas, contudo não se situam entre as principais prioridades da direção nacional da Central (assim como, acentue-se, para o aliado Partido dos Trabalhadores). Para assegurar que serão ouvidos, sindicalistas rurais formaram o seu próprio departamento dentro da estrutura da CUT (o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais), mas ainda frustram-se com a falta de autonomia e de apoio real do restante da organização (idem, 20-21) <sup>44</sup>

Apesar do número de filiados rurais à CUT ser bastante expressivo em termos nacionais, de acordo com Fox, a sua maior concentração está no Sul do País e a sua base organizativa refere-se aos pequenos produtores proprietários e aos Sindicatos Regionais que os representam. Neste sentido, muitas questões relacionadas à política agrária e mais especificamente à reforma agrária não tinham encontrado até recentemente nesta representação o principal espaço de luta e discussão. A CUT rural ao direcionar seus projetos e ações para os trabalhadores agricultores familiares proprietários, não estabeleceu ações para a grande parcela de pequenos produtores sem terra, que acabam buscando espaço no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), movimento este construído bem antes da formação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. Assim sendo, no Brasil, a categoria dos agricultores familiares apresenta diversidades não só do ponto de vista das atividades produtivas, mas principalmente na forma de se organizar politicamente.

Também para Favareto e Bittencourt (1999, p. 367-368) o espaço ocupado pela Contag durante 20 anos foi se transformando a partir de um processo de estruturação interno da Confederação e das contradições existentes entre a Confederação e a CUT, mas as mudanças aconteceram também em função das exigências e demandas das novas necessidades que se desenhavam para a agricultura familiar desde fins de 1980. Segundo os autores, uma análise realizada em documentos da CUT/Rural, mostra que a disputa pela direção da Contag vinha sempre associada com propostas destinadas a reformular o projeto político e a estrutura organizativa. Se, por um lado, propostas sobre alternativas de desenvolvimento rural eram elaboradas renovando assim o discurso e a relação com vários agentes sociais, por outro, a transformação da estrutura sindical não acontecia. Junto a este processo, inúmeras experiências organizativas foram se construindo, “como é o caso de vários sindicatos regionais, sindicatos de agricultores familiares, sindicatos de trabalhadores na agroindústria,

---

<sup>44</sup> De acordo com FOX (idem, p.20), “pequenos produtores formam aproximadamente a metade dos membros rurais da CUT e o restante são assalariados, arrendatários e posseiros. A base rural da Central é mais forte entre os pequenos proprietários do sul e do norte do país, sendo que está também crescendo entre os assalariados de São Paulo e do nordeste, especialmente nas zonas açucareiras. A CUT estima que entre os seus filiados encontram-se 14 a 20% do total de sindicatos rurais do Brasil”.

sindicatos de avicultores e fumicultores, e recentemente, a Federação dos Agricultores Familiares de Santa Catarina”. Isso mostra que:

... a mudança do mundo rural brasileiro ao longo dos últimos trinta anos deu origem a novos conflitos e a novas formas de encaminhamentos desses conflitos, que acabam por sugerir uma transição no desenho organizativo e nas formas de ação do sindicalismo rural. Com a junção da Contag a CUT, somaram-se potencialidades das duas trajetórias – a ampla representatividade e a capacidade de interlocução de um com o poder de mobilização de outro -; novos conteúdos e práticas foram absorvidos pela Contag, mas tem permanecido a intocabilidade da estrutura sindical como um limite a superar. Isso permite afirmar que a filiação da Contag não foi suficiente para resolver os dilemas das duas trajetórias sindicais, a crise do sindicalismo rural brasileiro, diferentemente disso, recolocou esses problemas e a capacidade de seu equacionamento sobre novas bases. (idem, p.370)

Fox chama a atenção para a importância das organizações e movimentos regionais, agindo como espaços de resistência. Cita como exemplo, o MAB )<sup>45</sup> (Movimento contra as Barragens), onde “pequenos produtores uniram-se, acima de fronteiras étnicas e de classe, para protestar contra projetos de construção de hidroelétricas planejadas pelo governo federal” (idem, p.25)

## ***1.2 O lugar da agricultura familiar no sindicalismo rural***

Medeiros (1997, p.65) discute “as relações entre o sindicalismo rural e “agricultura familiar” , procurando verificar em que contextos a adoção do novo termo se fez e que novas questões ele vem trazendo para os debates sobre representação e estrutura sindical no campo” . A autora vai verificar “como as formas de relações sociais e de produção recobertas pelo termo foram objeto de tratamento político em diferentes momentos da história: o da constituição do “campesinato”, enquanto ator político; o da constituição da categoria “trabalhadores rurais” através do trabalho sindical, dela fazendo parte o que então era denominado “pequeno produtor” e finalmente o da adoção da categoria “agricultura familiar” inclusive com propostas de organização próprias” (idem, ibidem)

De acordo com Medeiros (1997, p.70), “é somente nos anos 90 que o termo “agricultura familiar” começou a ganhar terreno nos documentos sindicais” (...) , sendo que, “no plano da organização sindical , essas mudanças correspondem também à crise de um modelo de condução de conflitos e de um modelo de representação sindical” . A autora assim sintetiza esta questão (idem, p.70-71):

---

<sup>45</sup> Sobre a vinculação desse Movimento ao sindicalismo rural, ver Reis (1998).

O crescente peso e repercussão das demandas em torno da “agricultura familiar” vem ligado a um processo de substituição de lideranças e de modos de fazer políticas. Indicativo disso é a recente filiação da Contag à CUT, num processo tenso que vem se desdobrando em moleculares alterações nas direções das federações estaduais. Mais do que qualificar esse processo, o que importa aqui ressaltar é como a disputa política vem reciclando e renovando direções sindicais. (...)

Favareto e Bittencourt (1999, p.371), também chamam a atenção para a diferença entre as trajetórias da Contag e da Cut/Rural ao definir a agricultura familiar como principal bandeira de luta. O caso da CUT/Rural nos interessa enfatizar mais neste trabalho, pois é atuação do sindicalismo da Cut que predomina no universo de pesquisa estudado nesta tese. O Sul do País é um importante espaço de atuação e mobilização do sindicalismo cutiano, que consolidou sua base em função justamente das especificidades que caracterizam esta região como típica da agricultura familiar. Juntamente com outros atores sociais, principalmente a Igreja, as práticas sindicais foram estabelecidas tendo como prioridade a afirmação da agricultura familiar:

.... através da mediação da Igreja, principalmente, instituíram-se práticas sindicais forjada na luta pela permanência na terra ou na busca de viabilidade para os empreendimentos familiares que questionaram os lugares já instituídos na representação sindical, onde essa identidade de agricultor pôde se sobrepor à identidade de trabalhador rural.

A década de 90 representa um momento importante de re-afirmação da agricultura familiar, em função de diferentes e inter-relacionados aspectos. Os autores destacam alguns, dos quais gostaria de enfatizar: as organizações das lutas, principalmente nas regiões sul e norte; somada aos movimentos já existentes, é importante enfatizar a criação de Ongs, associações, entidades de assessoria e representação à agricultura familiar; o papel de novos mediadores como os ligados às atividades acadêmicas, através do qual se introduziu o debate sobre agricultura familiar e modelos de desenvolvimento; a crise do modelo de desenvolvimento agrícola, que abria uma brecha para se discutir e propor projetos alternativos. (idem, p.372)

Neste novo quadro configurado a partir dos anos 90, o sindicalismo rural inverteu a ordem de algumas bandeiras de luta, bem como criou novas prioridades. De acordo com Favareto e Bittencourt (1999, p. 376):

A uma situação de ruptura com o modelo agrário brasileiro, intento sempre associado a uma reforma agrária ampla e massiva, o discurso sindical passa a privilegiar a promoção de um desenvolvimento rural em novas bases, a partir do

fortalecimento de um de seus agentes, a agricultura de base familiar. Trata-se, então, de buscar as alternativas dentro do quadro vigente, transformando-o. <sup>46</sup>

Essas mudanças são importantes, pois além de apontar uma possível mudança na estrutura sindical, o espaço de debate e projetos específicos relacionados à agricultura familiar ampliou-se em consonância com outras esferas e agentes sociais. Como exemplo, podemos citar os debates realizados na esfera acadêmica, algumas ações governamentais, mas principalmente, programas e projetos desenvolvidos por ONGs e movimentos sociais. <sup>47</sup>

Apesar dos avanços estabelecidos no sindicalismo rural, os autores apontam alguns conflitos entre a opção pela agricultura familiar e os limites da estrutura sindical. Esta situação revela algumas contradições, tais como: por um lado, aponta no sentido da especialização da agenda e da organização sindical; por outro, na sua amplificação, na costura de diversidades. Para Favareto e Bittencourt (idem, p.378):

Até aqui a noção de projeto de desenvolvimento rural tem amalgamado essa diversidade, preservando uma centralidade da agricultura familiar, e tem dado unidade à diversidade.

Seja como for, apesar das pertinências das colocações feitas por Fox (1996), Medeiros (1997) e Favareto e Bittencourt (1999) sobre as contradições existentes no movimento sindical, Medeiros (idem, p.70) chama a atenção para um novo modelo de agricultura familiar. Segundo a autora:

A emergência da agricultura familiar como categoria sindical apareceu intimamente articulada com a idéia de um novo modelo. Não se trata, sob essa ótica, de fazer demandas pontuais e atomizadas de políticas agrícolas, mas sim de articulá-las numa perspectiva que faça da agricultura familiar o centro das políticas públicas para a agricultura. Assim, a reforma agrária tornou-se um dos caminhos para a consolidação desse modelo e não apenas a demanda de um dos segmentos que vivem no campo. Verificou-se, pois, uma progressiva politização da questão da “agricultura familiar” e, através dela, uma progressiva valorização de temas antes considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola.

---

<sup>46</sup> De acordo com os autores (idem, p.376), um desses exemplos é o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que têm sido um dos principais objetos de ação do sindicalismo, pois permite a concessão de crédito de investimento e custeio a agricultores familiares e uma linha de financiamento para projetos de infra-estrutura, cuja liberação é condicionada à elaboração de planos de desenvolvimento local.

<sup>47</sup> Como referência sobre a relação entre ONGs, Tecnologias Alternativas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ver Cintrão, Rosângela P. (1996)

Almeida (1999) também realiza algumas considerações críticas ao movimento sindical, porém aponta como sinal positivo o “trabalho associativo com outros grupos e organizações de apoio aos agricultores e a assistência que esses últimos poderão, juntos, aportar aos movimentos sociais rurais. Um indício dessas tendências é dado pela aproximação de alguns sindicatos às proposições de agricultura alternativa (sustentável ou agroecologia) em todo o Brasil” (idem, p. 110-111).

O objetivo ao contextualizar a trajetória e mudanças ocorridas no sindicalismo rural, é o de situar o lugar da agricultura familiar e dos movimentos que buscam a sua viabilização. Neste sentido, o papel desempenhado pelo sindicalismo rural e sua relação com os demais movimentos sociais no campo, constitui um importante espaço de representação e de mobilização de uma significativa parcela de agricultores familiares, como é possível verificar na trajetória dos movimentos sociais no Oeste Catarinense.

### *1.3 Os movimentos sociais no Oeste Catarinense*

No que diz respeito ao Oeste Catarinense, Poli (1999), sistematiza os principais movimentos sociais no campo nesta região a partir da década de 80. A leitura do autor enfatiza a relação entre os movimentos sociais no campo, o processo de modernização e o êxodo rural. Interessa-nos recuperar esta sistematização que o autor realiza na medida em que apresenta subsídios descritivos e teóricos para pensar a construção dos movimentos sociais como um processo diretamente ligado à história do campesinato na Região Oeste. As lutas dos movimentos sociais no campo no Oeste Catarinense constituíram a base para a luta de diferentes agentes sociais ligados à pequena produção familiar. Embora com princípios e estratégias diferenciadas de lutas e atuação políticas, é possível ressaltar algumas questões comuns que nortearam estes movimentos.

De acordo com o autor (idem, p. 76-158), os principais movimentos sociais que aconteceram no Oeste no período entre 1978 e 1987, foram o Movimento de Oposições Sindicais, o Movimento Sem-Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB), todos analisados pelo autor como “Novos Movimentos Sociais”, nos termos propostos por Scherer-Warren (1993).

No que diz respeito ao Movimento Sindical no Oeste Catarinense interessa ressaltar a sua atuação junto aos trabalhadores rurais. Foi a partir de final dos anos 70 e início dos anos 80 que iniciou a formação de um movimento sindical no campo, paralelo ao sindicalismo oficial. As orientações deste novo movimento eram basicamente as mesmas do “novo

sindicalismo” urbano, que tinham como princípios a autonomia frente ao Estado, a organização pelas bases e a construção de uma sociedade democrática e socialista. Nesta época o novo sindicalismo ao invés de priorizar as decisões em nível de diretoria, preferiu a mobilização popular e os atos públicos como instrumentos de pressão. (Poli, 1999, p. 78)

No Oeste Catarinense, a atuação do novo sindicalismo também se deu nesta direção, principalmente a partir das mobilizações do MST e do MAB. De acordo com Poli (idem, p.80-81), suas principais bandeiras de luta foram à reforma agrária, melhores preços dos produtos agrícolas, a mudança da política agrícola, a democratização na distribuição de crédito para a agricultura, as quais juntaram-se, vale dizer, as reivindicações específicas dos “atingidos por barragens”. (...) Foi, principalmente, no interior dos grupos de reflexão e nos encontros da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que os camponeses começaram a tomar contato com interpretações críticas a respeito da ação dos sindicatos e a capacitar-se a superá-las.

Esta reconstituição histórica e teórica é importante na medida em que permite entender, primeiro, quais as bases que influenciaram as lutas e projetos dos pequenos produtores rurais e demais agentes, e segundo, quais as mudanças e rumos estabelecidos nestas lutas a partir deste contexto. É importante ressaltar que foi este processo de mobilização que possibilitou a formação de lideranças, o surgimento do Movimento de Cooperação Agrícola e a criação de entidades de representação e assessoria aos pequenos produtores rurais, como é o caso da APACO, na Região Oeste.

Nos anos 80, o principal agente mobilizador e formador de lideranças na região foi a CPT. Foi a partir deste processo que surgiu o movimento de oposição sindical, e aos poucos os líderes da igreja foram se afastando da questão e os agricultores assumiram a condução de suas lutas. (idem, p. 85)

O processo de formação do Movimento de Oposição Sindical e posteriormente de consolidação, enquanto entidade representativa dos trabalhadores rurais de diferentes municípios a partir dos STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), deve ser analisado, segundo Poli (idem, ibidem) como um Movimento na medida em que se opunha a um outro tipo de sindicalismo considerado “pelego”, propunha a renovação da prática sindical, principalmente a partir da iniciativa e participação dos agricultores de cada município que estavam ligados a outros movimentos (MST, MAB, MMA) e entidades (CPT, CUT (Central Única dos Trabalhadores), SAI (Serviço de Assessoria e Informação da Diocese de Chapecó) motivados e direcionados por uma orientação comum.

Também o Movimento dos Sem Terra, na região, assim como os demais movimentos foram sendo construídos a partir de lutas que foram motivadas pelos efeitos do processo de modernização da agricultura, pelo esgotamento da fronteira agrícola na região e pelo processo de reconcentração fundiária.

Por outro lado, é indispensável reafirmar que a atuação da igreja e mais especificamente da Diocese de Chapecó junto aos processos de ocupação foi fundamental para a formação do MST no Oeste Catarinense, em diferentes momentos de conflitos e negociações. O próprio processo organizativo do movimento, a transformação da luta individual pela terra para um projeto coletivo de ocupação e organização da produção, bem como a construção de uma identidade coletiva do movimento, foram questões trabalhadas e discutidas pela CPT, sindicatos e outros assessores. (idem, p.99-100)

De uma maneira geral, os encontros organizados pela CPT para discutir as questões relacionadas ao movimento tratavam de temas gerais que se voltavam à compreensão da situação vivida pelos agricultores familiares, como por exemplo, o porque da falta de terra, o processo de concentração de terra no país, bem como a importância da organização e da luta para a superação de tal situação. (idem, p.113)

Os movimentos sociais no campo na Região Oeste sempre estiveram relacionados uns aos outros, na medida em que muitas das questões tratadas por eles são comuns. Estas questões podem ser pensadas também como características que definem todos esses movimentos e que se constituem enquanto princípios gerais nas lutas dos agricultores familiares. De acordo com Poli (idem, p.158-162), essas características são as seguintes: 1) democracia de base/participação; 2) ênfase no processo de informação e de formação política, cultural e humana; 3) construção de um projeto de uma nova sociedade; 4) a fé como suporte para enfrentar a luta; 5) deslegitimação do Estado; 6) autonomia e liberdade; 7) valorização da mulher.

Para finalizar e em síntese, gostaria de situar os movimentos sociais no campo a partir de duas matrizes inter-relacionadas. A primeira diz respeito a uma matriz histórica e contextual, e a segunda refere-se a uma matriz teórica, sob a qual estes movimentos vêm sendo analisados.

Do ponto de vista histórico e contextual é importante ressaltar a participação da igreja e de outras instituições, como os sindicatos, por exemplo, no processo de mobilização e de organização destes movimentos, principalmente nos anos 70 e 80. Aos poucos, uma multiplicidade de outros atores passou a colaborar na construção da autonomia destes movimentos, contribuindo de diferentes maneiras através de trabalhos de assessoria,

formação, etc. Como exemplo, podemos citar, principalmente o papel das ONGs, que a partir do final dos anos 80, juntamente com os movimentos sociais no campo passaram a constituir uma rede social voltada a discutir e elaborar ações de viabilização da agricultura familiar.

Do ponto de vista teórico, os movimentos sociais no campo presentes na Região Oeste Catarinense devem ser compreendidos a partir de novos paradigmas, e principalmente através da perspectiva dos NMS. O contexto em que se dá o surgimento dos NMS, demonstra que estes movimentos têm surgido em função de algumas rupturas, principalmente com o modelo de desenvolvimento econômico, social e político convencional. E no caso do Oeste Catarinense, os movimentos sociais investigados por Poli também podem ser analisados a partir desta perspectiva, que tem se constituído como pano de fundo das discussões e ações destes movimentos.

De uma maneira geral, podemos destacar que os movimentos sociais no campo no Oeste Catarinense, têm como base a presença do chamado novo sindicalismo, que possui como características, “a democracia de base, ampliação do espaço da cidadania, autonomia em relação ao Estado e outras instituições”, o que o diferencia do modelo de sindicato patronal, por exemplo. (idem, p. 173). A questão da capacitação e da formação constitui uma das principais características dos NMS e especificamente dos movimentos sociais no campo. A busca de conhecimento por parte dos movimentos sociais está relacionada, por um lado, a compreensão de um contexto mais amplo em que estes sujeitos estão inseridos, e por outro, na busca de soluções e alternativas mais concretas relacionadas aos seus cotidianos.

Segundo o mesmo autor, os Movimentos Sociais no Oeste Catarinense foram se constituindo a partir de sua realidade concreta específica. De acordo com o autor (idem, p.175):

Por certo compartilham entre si a mesma exploração econômica e a mesma alienação crescente, que marcam a vida dos pequenos produtores do campo nas últimas décadas. Em todos os casos, é o mesmo capital e a mesma lógica social que, sob formas diversas, os oprime. Mas foi a partir das tensões de seu dia-a-dia, da sua realidade específica que se mobilizaram. Têm em vista uma melhoria das condições imediatas de vida, ou pelo menos impedir a sua crescente degradação e a superação de formas de opressão presentes e reproduzidas no seu cotidiano, não estando apenas voltadas para a conquista de melhoria num futuro distante.

Neste sentido os movimentos sociais no campo se inserem em um movimento mais geral de construção de uma sociedade nova, que atualmente não constitui apenas em um projeto de utopia, pois o que se pretende é a transformação da realidade concreta em cada contexto específico, onde diferentes dimensões se fazem presentes. Para Poli (idem, p. 178):

Um outro elemento novo, presente nos movimentos camponeses de que se está tratando, parece residir precisamente no não adiamento da concretização dessa utopia para um futuro muito distante, mas a sua concretização imediata, mesmo que parcial. Ocupar a terra ociosa e torná-la produtiva, sem esperar pela distribuição igualitária que virá na sociedade utópica do futuro. Conquistar uma valorização dos produtos do seu trabalho no momento presente, mesmo que ainda não seja possível eliminar todos os mecanismos discriminatórios do mercado. Superar a discriminação que se faz presente no interior da família, do partido, do sindicato ou da sua própria forma de conceber o mundo, onde o machismo lhe relega à condição de mera auxiliar do marido; em sua dupla jornada de trabalho é vista como mero complemento (subordinando) do trabalho principal do homem; onde o pressuposto da incapacidade política lhe nega o direito de falar por si própria e pelo grupo. Assim, no interior de seus movimentos e das suas organizações, constroem formas de pensar e de viver solidárias, e, portanto, mais humanizadas. Revolucionando sua realidade próxima, seu cotidiano, já estão contribuindo para a superação da alienação da sociedade em geral.

Assim é que, em suas diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais, de gênero) os movimentos sociais no Oeste Catarinense, buscam se contrapor a um modelo de desenvolvimento excludente, não somente participando de discussões mais amplas que pretendem a construção de uma nova sociedade e de um novo modelo de desenvolvimento. Buscam, principalmente construir novas alternativas concretas de viabilização econômica e social para a agricultura familiar, tendo como base por um lado, um processo de organização social, política e produtiva baseada principalmente na cooperação agrícola, na força de trabalho familiar e nos valores culturais específicos da região. Por outro, a constituição de redes sociais formadas principalmente pelos movimentos e ONGs, têm possibilitado aos agricultores familiares terem acesso a novas informações e serem assessorados em diferentes aspectos que envolvem as suas realidades.

## **2. A relação entre movimentos sociais, as redes sociais e o papel das ONGs**

Nesta revisão teórica interessa abordar principalmente reflexões que relacionem os movimentos sociais, a análise de redes e o papel das ONGs. Primeiramente, vou apresentar reflexões que tratam da formação de redes de uma maneira mais geral abordando principalmente o papel e a importância delas a partir da organização da sociedade civil que tem buscado soluções para problemas aos quais o Estado não consegue responder. Posteriormente, apresentarei reflexões acerca do conceito sobre redes e a construção de um novo paradigma relacionado ao tema, buscando recuperar algumas abordagens teórico-metodológicas nas ciências humanas. Será tratado em especial a relação entre Movimentos Sociais, Ongs e Redes, assunto que interessa especificamente ao tema desta tese.

De acordo com Nogueira (1995, p.338), as redes tem se formado devido ao:

(...) esgotamento do estado de bem estar associado ao crescente custo fiscal de sua manutenção, uma maior complexidade das estruturas sociais, o aumento na heterogeneidade de situações criadas pelos novos padrões de produção, de distribuição e de consumo; a maturação de mecanismos da sociedade civil para promover interesses e perspectivas; a reivindicação da identidade cultural e um marco de diversidade, e tantos outros. Todos esses elementos contribuem para conformar um marco político novo : o Estado se vê cada vez mais inabilitado para satisfazer necessidades coletivas, as instituições não mostram uma capacidade de resposta suficiente para adequar-se ao novo cenário, e as estruturas de representação confrontam desafios cuja complexidade as supera, pondo em evidência em muitos casos sua obsolescência e rigidez.

A formação das redes neste novo contexto pretende, portanto, se diferenciar e ocupar um novo espaço com fins de tomadas de decisão de um ponto de vista estratégico, político e prático para a resolução de diferentes problemas relacionados a diversos grupos e setores da sociedade civil. Para isto as redes reivindicam espaços que “ colocam em um primeiro plano as temáticas da descentralização e da participação”. De acordo com Nogueira (idem, p. 341) esta participação pode ser:

- *específica*: A participação se desencadeia em torno de questões concretas, imediatas, da cotidianidade, e que afetam os valores daqueles a que se outorga uma posição elevada na hierarquia ética.
- *Cognitivamente orientada*: É uma participação que não afeta a totalidade da vida do indivíduo e, portanto, os elementos expressivos nela envolvidos enfrentam os limites por ela impostos pela racionalidade da ação e por seu caráter instrumental.
- *Circunstanciada*: Não é uma participação que se precipita em torno a questões de alto nível de generalidade, com projeção temporal a longo prazo e com eventuais resultados de caráter difuso. Ao contrário é uma participação convocada por objetivos concretos, facilmente visualizáveis e apropriáveis, dirigida a promover decisões ou trocas de comportamento em outros atores claramente identificados.
- *Estratégica*: Implica que se precipita no marco de uma distribuição dada de poder, através da busca de acordos e a conformação de alianças traz interesses compartilhados (...) É uma participação referida ao micro, ao localizado.

## **2.1. O conceito de redes**

De acordo com Scherer-Warren (1999, p. 21) , o conceito de redes, embora incorporado pelas Ciências Sociais desde a década de 40, vêm se constituindo nos anos recentes num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diversos.

O termo *rede* é utilizado tanto pela ciência, como conceito teórico ou metodológico, quanto por atores sociais que passaram a empregar essa noção para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social. Portanto, uma proposta de análise de redes requer situar-nos em relação às diferentes abordagens disciplinares e utilizações metodológicas ou operacionais do conceito. (idem, ibidem)

A diversidade de uso do termo somente nas Ciências Humanas já é bastante grande, e por isso nos ateremos à síntese que Scherer-Warren (idem, p.21-22) faz das diversas abordagens disciplinares, principalmente àquelas relacionadas ao campo da Economia, da Antropologia e Sociologia.<sup>48</sup>

(...) No campo da Economia surge a noção de redes na esfera do mercado, do consumo, da produção, como com os miniprojetos alternativos. A Antropologia faz uso dos conceitos de redes de vizinhança, de parentesco, de amizade. Da Sociologia vem a idéia de redes como articulação política, ideológica ou simbólica.

Do ponto de vista teórico-metodológico a noção de redes nos interessa por dois aspectos. Por um lado, servirá como “teoria substantiva (ou seja, como conceito teórico, definidor de uma realidade), “ ou seja, o conceito é utilizado operacionalmente como categoria de análise. Por outro, a noção aparece como “estratégia de ação coletiva (ou seja, como conceito propositivo de atores políticos, movimentos sociais) (idem, p.22-23)

A noção de rede como conceito adotado por atores políticos, movimentos sociais, ONGs , etc, têm sido observado mais recentemente nas novas formas de organização com base na ação coletiva. Estas novas formas de organizações chamadas de *redes* apresentam em sua forma/estratégia de organização e pressupostos ideológicos. De acordo com Scherer-Warren (idem,p.28) estes pressupostos são os seguintes: 1. Construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico; 2. Possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta.

Para a autora, cabe as Ciências Humanas, “analisar se as experiências empíricas de organização sob a forma de rede de movimento realizam o ideal proposto” . Como o conceito propositivo de redes apresenta aspectos ideológicos e tem sentidos simbólicos diversos é necessário “interpretar tais sentidos e observar se na prática este ideal de democracia é efetivado” . Neste sentido Scherer-Warren sugere que em pesquisas onde o conceito de redes

---

<sup>48</sup> A autora refere-se a outras áreas como a Geografia e Administração, porém neste trabalho de tese interessa trabalhar com abordagens de áreas relacionadas à problemática em questão.

aparece como propositivo é necessário analisar : 1. A forma de mobilização de recursos; 2. A estratégia de organização e da ação; e 3. Efeito multiplicador das redes. (idem, p.29-30)

## ***2.2. O paradigma das redes: algumas abordagens teórico-metodológicas nas Ciências Humanas***

De um ponto de vista teórico-metodológico, o *paradigma das redes*, de acordo com Scherer-Warren têm sido analisado a partir de dimensões e tipos de relacionamentos. As dimensões estão divididas em três:

- a) da sociabilidade;
- b) da espacialidade;
- c) das temporalidades históricas.

Os tipos de relacionamentos envolvem:

1. vínculos diretos estabelecidos entre atores e seus cotidianos, ao nível de suas comunidades e no espaço mais restrito das organizações coletivas específicas
2. articulações políticas entre atores e organizações , em espaços definidos pela conflitualidade da ação coletiva, podendo pois transcender os espaços de emergência da ação, onde os elos constroem-se em torno de identidades de caráter ideológico ou de identificações político-culturais (1998,p.59)

A partir dos tipos de relacionamentos que envolvem a organização de grupos em redes a autora afirma que estas redes apresentam 2 faces: a “estratégica” e a “solidariedade”. (idem, p.60). Scherer-Warren não discorre longamente sobre estes dois aspectos, porém é possível afirmar que a sua percepção somente será apreendida na medida em que for realizada uma análise da forma como esta rede se estabelece e dos tipos de relacionamentos existentes entre os diferentes agentes envolvidos, seus discursos e práticas. Neste sentido a autora sugere caminhos metodológicos a serem seguidos em uma pesquisa que envolva a perspectiva de redes (idem, p.63-64), conforme o conteúdo do box a seguir:

**BOX 1**

- Que organizações e atores (lideranças e mediadores, etc) representam-se nós/elos fundamentais das redes, dinamizando os fluxos de informações, o desenvolvimento de solidariedades, o estabelecimento de estratégias, negociando alternativas de mudanças, etc)
- Que tipo de imaginário se constrói em torno de um ideário de democratização e de uma utopia emancipatória, através das conexões em rede dos agentes coletivos ?
- Como se dá a conectividade da rede, ou seja, como atores e organizações locais interagem com agentes coletivos atuantes nas escalas regionais, nacionais e transnacionais, e que novas territorialidades de ação se constroem neste processo?
- Quais são as organizações, atores e movimentos que são integrados ou excluídos através das redes, e quais as razões subjacentes a estes processos ?
- Que forma assumem as interações que se estabelecem através das redes e quais seus resultados (grau de coesão grupal, tipo de solidariedade, de estratégias, mecanismos de negociação, representações simbólicas, construção de processos de subjetivação, multiculturalismos ou hibridações culturais, universalização de valores, etc)

Estes caminhos/critérios são importantes na medida em que possibilitam compreender o papel que cada rede de movimento está construindo, bem como categorizar que tipo de rede está se estabelecendo a partir da análise do próprio pesquisador bem como das concepções dos agentes envolvidos. Parto deste princípio e concordo com Scherer-Warren (idem, p.60), quando a autora diz que:

(...) a idéia de rede têm sido utilizada como uma metáfora pelos atores coletivos, para representar a idealização de um formato organizacional democrático e participativo no interior dos movimentos sociais, e com um potencial de fortalecimento da sociedade civil, por meio da articulação de uma multiplicidade de atores diversificados existentes na contemporaneidade. Rede torna-se, assim, um conceito propositivo dos movimentos onde as relações interorganizacionais deverão se caracterizar pela não-centralidade organizacional e pela não-hierarquização do poder, e onde as relações entre os participantes deverão ser mais horizontalizadas, complementares, abertas ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural.

Esta perspectiva de análise de redes de movimentos sintetizada por Scherer-Warren (1998), demonstra que a mesma possui uma complexidade que deve ser tratada em diferentes dimensões inter-relacionadas. É justamente a análise sob esta perspectiva relacional que permite ao pesquisador investigar as redes de movimentos enquanto processos históricos em construção. É neste sentido que a dimensão histórica desenvolvida em vários níveis de manifestação possibilita ao pesquisador analisar as redes em suas relações sociais. Os

estudiosos que têm utilizado a análise sobre redes tem procurado enfatizar as diferentes dimensões que a envolvem, não se restringindo, portanto, à apenas um aspecto, como em análises que enfatizam, por exemplo, apenas os aspectos econômicos e técnicos, e que muitas vezes deixam de lado as demais variáveis.

A análise sobre redes enfocada a partir da diversidade, por exemplo, permite ao pesquisador investigar as múltiplas articulações na construção de redes. De acordo com Randolph (1994), “a rede como integração da diversidade” permite tanto a análise da cooperação como do conflito entre diferentes articulações sociais. Segundo o autor, permite a análise “da complexidade das articulações entre as mais diversas instâncias sociais envolvidas, localizadas em diferentes níveis e escalas – tanto sociais como territoriais, cada um com seu interesse e dinâmica próprios”. (idem, p.2)

A formação de redes sob este enfoque, possibilita a criação de uma nova articulação entre Estado, Economia e Sociedade, à qual o autor chama de “rede de solidariedade”, conceito que reflete as idéias de autores como Habermas, Rosanvallon, Guattari e outros. O conceito de “redes de solidariedade” é apresentado pelo autor como distinto ao de “redes estratégicas”. Esta distinção apresenta-se bastante específica na medida em que as redes estratégicas “são formadas por conjuntos de empresas interligadas entre si através de relações capitalistas e mercantis”, sendo que as redes de solidariedade, “são constituídas por indivíduos e ou grupos sociais reunidos através de processos de interação comunicativa, de debates valorativos e intenções de mútua compreensão e ajuda”. (idem, p.14)

Para realizar esta categorização o autor, se utilizou do pensamento habermasiano, onde os espaços dos diferentes agentes sociais (Mercado, Estado e Sociedade Civil) aparecem separados e distintos. Em nenhum momento o autor descarta a possibilidade de haver inter-relação entre eles, mas ao mesmo tempo não indica a possibilidade de articulação do tipo estratégicas/solidárias, onde diferentes interesses e variáveis possam estar em jogo concomitantemente.

Do ponto de vista da espacialidade e sua relação com as redes, novos elementos são adicionados para o seu entendimento, como por exemplo, as noções de presença e proximidade. A dimensão da espacialidade neste caso, também é percebida como relacionada à outras dimensões, como visto anteriormente em Scherer-Warren. As noções de presença e proximidade indicam não somente o pertencimento geográfico a determinado grupo, mas indicam também o pertencimento do ponto de vista das identidades, dos valores, da inclusão e exclusão. Neste sentido, a análise de redes deverá prever segundo Randolph (1994, p.16) a distinção entre diferentes formas de presença, ausência, integração, inclusão e exclusão.

### 2.2.1. As perspectivas antropológicas e sociológicas

As noções de campos sociais e estrutura social, foram pensadas de forma singular ao termo rede em um período onde antropólogos britânicos estavam preocupados em conhecer a estrutura e organização social de pequenas comunidades distantes aos seus países de origem.

De acordo com Mayer (1987, p. 128), o termo “rede” foi empregado pelo antropólogo Radcliffe-Brown em 1952, que caracterizou a estrutura social como a “rede de relações sociais efetivamente existentes”. Outro autor da mesma época, chamado Barnes, caracterizou o termo rede “como um campo social formado por relações entre pessoas”, entre as quais as relações de vizinhança, amizade, parentesco, que possibilitariam outras relações como as econômicas. (idem, p.129)

Diferentemente de Radcliffe-Brown, Barnes não via a estrutura social como um sinônimo de rede, mas sim como uma parte da estrutura. Para Barnes, a rede é uma base para os conjuntos de pessoas. Neste sentido é estabelecida uma diferenciação entre conjunto e rede. Nadel, acrescenta às análises de Barnes, as noções de atores e papéis sociais, porém de uma forma geral, a preocupação de ambos é a verificação de que tipo de interconexões é realizada para a formação de redes. Outro aspecto central é a análise centrada na diferença entre a rede enquanto conjunto de indivíduos (rede aberta) e a noção de grupo social – a partir da idéia de grupo fechado presente na teoria antropológica da época -, o que não impediu a análise a partir da noção de redes.

Em um artigo de 1969, intitulado *Networks and Political Process*, Barnes afirma que:

A noção de rede social está sendo desenvolvida na Antropologia Social tendo em vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. As conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos. (1987, p. 163 . Tradução brasileira)

Esta idéia de rede, embora pensada em contextos empíricos específicos, apresenta algumas questões interessantes para se pensar por exemplo, as particularidades de pequenos grupos de agricultores familiares, que embora diversificados em alguns aspectos, apresentam características e objetivos em comum, na medida em que fazem parte de uma rede específica de viabilização da agricultura familiar em uma determinada região. Por um lado, temos a formação de uma rede a partir de interesses e objetivos em comum tanto por parte dos

técnicos como dos agricultores. Por outro, temos uma rede que extrapola os limites destes grupos, na medida em que se estabelecem relações com diferentes agentes.

### **2.3. As redes de colaboração solidária: uma abordagem sócio-econômica**

O trabalho de Mance (2000), *A Revolução das Redes – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*, têm sido um importante referencial para diferentes setores da sociedade civil que buscam alternativas para suas atividades econômicas, sociais e políticas. A idéia da colaboração solidária está centrada em duas esferas centrais a do trabalho e a do consumo, desenvolvidas a partir de alguns conceitos fundantes.

De acordo com o autor (idem, p.17) “colaboração solidária” significa pois um trabalho e consumos compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular. Prossegue dizendo que :

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. (idem, p.19)

A idéia de rede para Mance constitui, portanto, a questão central da discussão, associada à colaboração solidária. Neste sentido, para o autor “trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, pertimitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde passa essas unidades se articulam através de diversos fluxos”. (idem, p.24)

O princípio básico, segundo o autor, desta noção de rede “é que ela funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, como um sistema *autopoético*” (idem, ibidem). Neste sentido, a noção de rede associada a colaboração solidária, busca dar conta de diferentes dimensões associadas (política, social, econômica, cultural, ambiental, etc) à um determinado movimento social , por exemplo.

O autor defende que a construção e crescimento das redes de colaboração solidária dependem das necessidades de novas alternativas de produção e de consumo que se diferenciem de um modelo capitalista. Neste sentido, a construção destas redes não atende somente necessidades econômicas, mas também se pauta sob princípios políticos e culturais que pretendem uma transformação da sociedade, que o autor chama de “revolução política” e “revolução cultural”. De acordo com Mance (idem, p.39-40):

A ocorrência de processos de articulação das atividades produtivas já em curso no *setor público não-estatal*, dando origem a redes econômicas de colaboração solidária – permitindo que se verifiquem fenômenos autopoieticos em todas elas, como a sua expansão e o surgimento de novas células – passa a instituir e expandir novas relações de produção, que se finalizam no consumo solidário. Pela sua própria característica, tal movimento desencadeia simultaneamente um intercâmbio cultural entre as diversas células da rede, que se torna não apenas econômica, mas também cultural. (...) No momento em que surgir a primeira coordenação democraticamente eleita, interligando duas ou mais células, a rede passará a ter também um caráter político, sendo necessário garantir a autonomia coletiva nas ações que ela passará a desenvolver, na definição de sua estratégia de crescimento e das políticas a serem adotadas frente às ações que empresas capitalistas e organismos estatais passarão a desenvolver para afetar o seu crescimento.

As Redes de Colaboração Solidária, segundo o autor, podem ser consideradas sob três aspectos: econômico, político e cultural. Neste sentido Mance (idem, p.47) destaca :

(...) não são três redes que se superpõem, mas uma única rede que tanto canaliza fluxos cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quanto efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, algum desses caracteres. Com efeito é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; igualmente toda ação econômica supõe uma certa organização coletiva do poder e um conjunto de mediações simbólicas; por fim, as ações culturais, do mesmo modo, estão intrinsecamente condicionadas por elementos econômicos e políticos.

A idéia de Rede de Colaboração Solidária, desenvolvida pelo autor, contribui, portanto, no sentido de mostrar especificamente a relação entre a possibilidade concreta de construção de novas alternativas econômicas e a busca de uma transformação/mudança em um modelo de desenvolvimento econômico, social e político que tem excluído diferentes categorias. Nesta relação, merece destaque os agentes sociais que vêm desenvolvendo projetos específicos nesta direção, como o caso de movimentos sociais, associações, ONGs, etc. Esta noção têm sido adotada como uma estratégia de organização destes agentes, bem como um novo referencial teórico-metodológico em construção para todos os agentes sociais que têm trabalhado com a relação entre redes e movimentos sociais. Por outro lado, temos

referenciais teóricos não tão específicos que buscam este entendimento sob um enfoque mais sociológico pautado sobre os movimentos sociais na América Latina.

#### **2.4. Terceiro Setor : o papel das associações sem fins lucrativos**

O trabalho de Fernandes (1994), *Privado porém público – O Terceiro Setor na América Latina*, é uma importante referência sobre o papel dos Movimentos Sociais e ONGs na América Latina. O autor realiza uma revisão e mapeamento sobre os diferentes movimentos e ONGs , a partir de uma perspectiva histórica bem como busca ressaltar a multiplicidade de atores, suas trajetórias e perspectivas atuais .

A idéia de que o Estado e o mercado não são mais os principais atores relacionados às ações públicas e privadas, é central na análise do autor. Segundo Fernandes (idem, p. 19-20) :

Além do Estado e do mercado, há um “terceiro setor”. “Não-governamental” e “não-lucrativo”, é no entanto organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. Sua emergência é de tal relevância que se pode falar de uma “virtual revolução” a implicar mudanças gerais nos modos de agir e pensar. As relações entre Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, não há de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias.

O autor procura demonstrar que a existência das associações voluntárias não é recente, e a partir de uma perspectiva histórica descreve as mudanças e especificidades dos tipos e formas de atuação destas associações e movimentos principalmente a partir dos anos 70. A perspectiva histórica ao ser reconstruída teve como objetivo compreender as novas possibilidades atuais, tendo como foco conceitos contextualizados historicamente e politicamente. De acordo com Fernandes (idem, p. 32):

“ Comunidade” e “movimentos sociais” nos anos 70, sob a pressão dos regimes autoritários; “cidadania” e “sociedade civil” , com os processos de democratização da década de 80, “sem fins lucrativos e não-governamental” , com suas múltiplas e inumeráveis expressões , nos últimos anos. São palavras articuladoras , mas do que conceitos objetivos. Dizer “sociedade civil” supõe uma cultura democrática que ainda está por ser estabelecida. Pensar “terceiro setor” significa reunir sob uma mesma classe conceitual atividades tão distintas que, no passado, costumavam ser vistas como contraditórias ou mesmo antagônicas. Perceber a relevância desta possibilidade de agrupamento ideal implica dar um passo no sentido de torná-lo eficaz e, neste sentido, acenar para a passagem do possível ao real.

Ao destacar a diversidade e multiplicidade que compõe o terceiro setor, o autor preocupou-se em diferenciar os principais segmentos e possíveis interações existentes ao longo dos anos. De acordo com Fernandes (idem, p.128), nos anos 70 e 80 destacaram-se quatro segmentos: 1. Formas tradicionais de ajuda mútua; 2. Movimentos sociais e associações civis; ONGs; Filantropia empresarial.

Segundo o autor nos anos 70 e 80, as interações aconteceram principalmente entre os movimentos, associações e ONGs, havendo por outro lado, um rompimento com o chamado “assistencialismo”. O rompimento deu-se portanto, com o Estado e o mercado, na medida em que estes setores significavam o contrário dos projetos e objetivos pretendidos pelos movimentos e ONGs. (idem, p.128) Este rompimento, em momento nenhum impossibilitou a formação e surgimento de diferentes iniciativas não-governamentais e não-lucrativas, aspecto último que neste momento buscava caracterizar o não pertencimento ao mercado. Esta diferenciação possibilitou concretamente a formação de uma multiplicidade de iniciativas capazes de conviver e de se articular em redes.<sup>49</sup>

A partir dos anos 90, um novo quadro passou a se configurar para novas interações, porém cada associação mantendo suas características de formação específicas, bem como uma base de organização formal ou informal própria para cada área de atuação. Como a diversidade é grande neste setor, é praticamente impossível falar de objetivos comuns ou linhas de atuação. De acordo com Fernandes (idem, p. 27-28), as classificações existentes servem sobretudo como ilustração da exigência de formalidade institucional, porém não dão conta da diversidade e especificidades de cada associação não-governamental e sem fins lucrativos. O autor apresenta no box 1, uma Sugestão para uma Classificação Internacional de Organizações sem Fins Lucrativos (ICNPO), dividida em grupos temáticos como por exemplo: cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; serviços sociais; meio ambiente; Desenvolvimento e habitação; direitos civis, defesa de direitos, política; intermediários filantrópicos e promoção de voluntariado, internacional; business, associações profissionais, sindicatos; religião; outros.

### **3. As redes e o papel das ONGs**

Scherer-Warren em seus trabalhos consegue relacionar de forma sucinta reflexões à cerca dos movimentos sociais na América Latina e a construção de uma nova perspectiva

---

<sup>49</sup> O autor faz um apanhado de algumas redes de ONGs na América Latina (idem, p.130)

teórico-metodológica centrada em uma análise sobre redes. Sua contribuição é fundamental pois desenvolve esta perspectiva a partir de questões mais gerais que aparecem apresentadas em forma de conceitos, definições, modelos, características e questões a serem pesquisadas.

Nesse sentido é que os movimentos sociais e o papel das ONGs, são elementos fundamentais para se entender a construção das redes sociais. A mobilização de movimentos e ONGs, e outros “sujeitos coletivos”, segundo a autora (1999) tem se desenvolvido em relação a uma multiplicidade de problemas. De acordo com a mesma autora (idem, p. 14), “os movimentos sociais são formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos. Essas reações podem ocorrer sob a forma de: - denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e propostas de mudanças” .

Segundo Scherer-Warren (1993, p.115), os movimentos da década de 70 e 80 no Brasil, chamados de movimentos populares ou sociais, eram utilizados para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas, com alcance limitado de sua ação política (por exemplo, associações de bairro, movimentos de mulheres, organizações de defesa ambiental, etc)

Por outro lado, a perspectiva de análise centrada nas redes de movimentos inaugurou no Brasil a partir dos anos 90, um novo paradigma que permite analisar o papel das ONGs e dos movimentos sociais de forma diferente a das abordagens dos anos 70 e até meados dos anos 80.

De acordo com a autora, as “redes de movimentos” (1993, p.111) são construções mais recentes e dizem respeito a segunda metade da década de 80 e principalmente aos anos 90. Algumas construções necessitam ser analisadas historicamente, pois existem movimentos organizados nos anos 90 que são fruto de lutas e reivindicações relacionadas à períodos anteriores.

De acordo com Scherer-Warren (1998, p.56), as abordagens teóricas sobre ações coletivas e movimentos sociais, podem ser divididas historicamente em 3 períodos. Nos anos 70, as teorias referiam-se ao pensamento marxista e à tradição funcionalista; A partir de meados dos anos 80 e início dos 90 essas teorias passam a ser enfocadas, a partir de duas abordagens principais: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); A partir dos anos 90 passa a se questionar a dicotomia entre as duas abordagens (TNMS e TMR), sendo que vários pesquisadores tem elaborado sínteses integradoras entre elas a partir da análise de redes. (idem, p.57)

Conceitualmente, têm se construído um consenso à cerca da relação entre movimentos e redes. De acordo com Alain Touraine, os movimentos e as redes de movimentos dos anos 90, são “articulações entre organizações e atores políticos e referem-se a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social”. Melucci também refere-se a movimentos mais recentes como redes de movimentos ou áreas de movimentos, nas quais inclui não apenas “as organizações “formais”, mas também a rede de relações “informais”, que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla”. (apud Scherer-Warren, 1993, p. 116)

Do ponto de vista teórico, portanto, estes processos que têm sido analisados sob a perspectiva de “redes de movimentos”, a qual permite “examinar o modo como a sociedade civil se organiza neste contexto de crise em múltiplos planos” (...) e quais as perspectivas buscadas pelos movimentos para superar este contexto, que se manifesta no plano econômico, no plano político e no plano cultural. (idem, p.111)

A “utopia de construção de uma nova sociedade”, também é um aspecto geral que norteia os novos movimentos sociais. Para Scherer-Warren (1993, p.69-72) a formação de identidades, a sociabilidade política e a construção de um projeto de transformação são pré-requisitos para a formação dos movimentos sociais.

Do ponto de vista das práticas e ações, entre os principais agentes que têm buscado se articular aos movimentos da sociedade civil, Scherer-Warren (1995) destaca o papel desempenhado pelas ONGs, que segundo a autora tem pouco se pesquisado. Para a autora, as ONGs no Brasil, tem atuado na organização dos sindicatos e das associações de trabalhadores, na educação popular, no fortalecimento político e social das minorias, no desenvolvimento das questões ditas “alternativas” como a ecologia e a paz, nas atividades de denúncia com relação aos “direitos humanos”, na produção de conhecimento e na democratização das informações.

No Brasil, segundo a autora (idem, ibidem), historicamente são os centros populares de educação, promoção e assessoria que têm utilizado esta autodenominação e têm se caracterizado por buscar transformar aspectos negativos da realidade social, manifestados por meio de movimentos sociais e/ou das comunidades. Objetivando a defesa da cidadania e de construção de uma sociedade civil mais participativa estas organizações geralmente trabalham a partir de temas específicos.

Segundo Landin (1988, p.49) as “ONGs brasileiras vêm-se movimentando, mais recentemente, no sentido de articulações, trocas de idéias, trabalhos em cooperação de

diferentes tipos, costurando-se no seu interior algumas redes temáticas mais permanentes, outras funcionais e imediatas, para atender a objetivos conjunturais diversos” (apud Scherer-Warren, 1993, p,117)

Porém para falar de ONG segundo Scherer-Warren (1995, p.162) implica entender esta noção em sua especificidade. O fato de serem organizações não-governamentais, já as diferenciam, mas não é critério suficiente para entendê-las. É preciso diferenciá-las dos dois outros setores da sociedade (o Estado e o Mercado) principalmente através de suas concepções e projetos. Para a autora (idem, 162-163) esta diferenciação é fundamental, e para entendê-las é preciso descrevê-las e analisá-las a partir de dois critérios, o da “historicidade” e o da “funcionalidade”.

Para fins de conceituação, pode-se definir as ONGs “como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e ou/local) ou ao nível macro (sistêmico e ou/global)” (idem, p.165)

Para fins analíticos existe uma classificação dos tipos de ONGs, a partir de critérios tais como, cronologia e orientações político-normativas. Essa classificação corresponde basicamente às três últimas décadas (70,80 e 90), e diz respeito a orientações das agências do Norte, porém ela pode ser combinada de diversas maneiras em casos empíricos. Esta classificação está dividida em quatro tipos: assistencialista, desenvolvimentista, democratizante e neoliberal. (idem, p.165-166).

Para o caso das ONGs latino-americanas, elas podem ser agrupadas em quatro tendências. Estas tendências segundo Scherer-Warren , são tipos ideais, e por isso é necessário esclarecer o pensamento concreto dos atores das ONGs, pois suas práticas discursivas e comportamentais mesclam, na maioria das vezes, elementos de mais de uma das tendências. As tendências subdividem-se em: neomarxista, neo-anarquista, teologia da libertação (cristã) e articulista. (idem, p.167-170)

**BOX 2**

**Neomarxista:** Partindo de uma concepção segundo a qual a transformação social/histórica baseia-se no processo de luta de classes e na tomada de poder do Estado, as ONGs terão um papel facilitador nesta trajetória. Se é ao partido que cabe a direção do movimento de transformação, às ONGs resta um papel de educador popular, de formador de consciência de classe e de executor de programas de treinamento de lideranças políticas. Em muitos casos os cursos de Metodologia de Ação e de Análise de Estrutura e de Conjuntura instrumentalizaram pedagogicamente os seguidores desta orientação. A fragmentação do trabalho das assessorias junto às bases populares coloca-se como um desafio a ser superado. (...) Esta orientação esteve presente, principalmente, nos primórdios de atuação dos centros a serviço do movimento popular, por toda a América Latina.

**Neo-anarquista:** concebe as formas de opressão social (com especial relevo para as culturais) como múltiplas e a constituição de sujeitos como plural, de acordo com as opressões sofridas, além daquela identificada pela sua posição de classe. A transformação social é concebida a partir das mudanças que ocorrem nas bases, nas relações micro, no cotidiano, nos processos de desalienação. Rejeitam sempre que possível, as interlocuções com a política institucional, considerada como centralizadora e autoritária. As ONGs, segundo esta orientação, são concebidas como parte do movimento social das bases, não devendo ter (pelo menos em princípio) um papel privilegiado na educação e na direção dos movimentos. Neste sentido, a própria ONG e o movimento se confundem, não havendo um mediador a serviço do movimento popular. É o que tem ocorrido, por exemplo, com grande parte dos grupos feministas, ecológicos e de cultura alternativa. Estes atores frequentemente haviam se relacionado com o movimento da nova esquerda dos anos 60 e 70 e posteriormente com tendências do feminismo radical e dos ecologistas das comunidades alternativas.

**Teologia da Libertação (cristã):** reelabora e reinterpreta a matriz discursiva cristã com auxílio do paradigma marxista, ampliando, porém, a noção de opressão (para múltiplas formas) e substituindo o conceito de “classe dominada” pelo de “povo oprimido”. Há uma valorização do saber popular (contribuição gramsciana) segundo a qual o processo de conscientização do povo resulta da troca de informações e experiências que pode ser instrumentalizada por intermédio da pedagogia do “ver, julgar e agir” das pastorais. Neste contexto, o papel das ONGs (representados pelos agentes pastorais) é tão-somente coordenar ou estimular os grupos de reflexão. Quanto à mudança social, busca-se uma transformação ética (cristã) nos indivíduos, baseada nos princípios de solidariedade, espírito comunitário e de capacidade crítica dos oprimidos com vista a construção de uma sociedade livre de todas

formas de opressão. Este processo é definido como a “caminhada da libertação” (dos pecados pessoais e sociais). A maneira do anarquismo, os seguidores desta visão geralmente não privilegiam a tarefa de precisar as estratégias políticas para a transformação.

**Articulista:** parte de uma nova abordagem da totalidade, onde as esferas privilegiadas para a análise serão o Estado, o mercado e a sociedade civil. Prevê que a expansão da democracia dar-se-á a partir da organização da sociedade civil, que poderá ocorrer nas múltiplas esferas do social (comunitário, gênero, étnica, ética, etc) Esta expansão de uma democracia popular tem como contrapartida a diminuição e descentralização do poder do Estado. Esta orientação combina princípios que podem ser identificados com tendências ora do neo-anarquismo, ora da social democracia, ou mesmo da utilização de certos princípios de estratégia política que remontam ao marxismo, empregados, porém, por meio de uma renovação epistemológica, comportando elementos das denominadas reflexões pós-modernas. Um exemplo ilustrativo é a própria noção de articulação. Enquanto no marxismo esta noção referia-se à necessidade de unicidade entre os setores/grupos articuláveis, de acordo com esta nova visão, a articulação é compreendida como rede que se constrói enquanto complementaridade de ideais e experiências de atores/setores plurais e diversificados. As ONGs, segundo esta concepção, têm também o papel de mediadoras entre as organizações ou movimentos sociais específicos e outros atores sociais, econômicos e políticos (incluindo-se aí a administração estatal). Prevê ainda, uma autonomia tanto em relação aos movimentos quanto em relação aos partidos políticos. Entre as suas estratégias de fortalecimento da sociedade civil vêm apresentando duas tendências complementares. Uma é a formação de redes entre organizações da sociedade civil e atores políticos sensibilizados para a busca de solução para uma mesma problemática (fóruns locais, nacionais e similares), ou a procura de um maior intercâmbio entre as próprias ONGs latino-americanas (associações de ONGs, seminários de ONGs e redes de informação). Outra é o estímulo à participação contínua da sociedade civil, por intermédio de suas organizações e de seus mediadores na elaboração ou implementação de políticas públicas, visando sobretudo a ampliação do espaço da cidadania e democratização do poder local e regional. É a partir desta matriz “articulista” que as ONGs populares e as ONGs ambientalistas vêm encontrando um terreno mais fértil para intercâmbios e articulações, bem como para o surgimento de ONGs populares ecologizadas.

Estas tendências ou matrizes que tem orientado o trabalho das ONGs, apesar de suas diferenças apresentam aspectos em comum. De acordo com Scherer-Warren (p.173-174):

Todas compartilham de uma visão de sociedade futura diferente da atual, enquanto espaço possível para a intervenção de uma sociedade civil organizada na transformação social. Trabalham para a realização de uma utopia social baseada nos princípios da igualdade, da democracia, da liberdade e agora também do respeito à natureza. Segundo esta ótica, os projetos das ONGs não se justificam pela realização do objetivo imediato proposto. Subjacente sempre há um objetivo de mudança social a ser realizado a longo termo (seja a revolução, a “caminhada da libertação”, a sociedade democrática e/ou também socializada ou ecologizada). Há uma nova sociedade a ser reconstruída, onde a participação dos sujeitos (das organizações populares e das ONGs) é considerada como relevante. Aí reside a razão da importância dos processos educacionais, de conscientização, de desalienação, ainda que seguindo metodologias distintas.

Para a autora, a orientação ideológica e/ou matriz discursiva que têm predominado entre as ONGs no momento histórico atual tem sido a articulista. Esta orientação tem permitido que as ONGs participem de um “movimento social sob a forma de rede”. Junto ao papel específico de cada ONG este movimento possibilita à elas se articularem com diferentes agentes, como por exemplo, as agências mantenedoras ou financiadoras, segmentos dentro do Estado, movimentos sociais, comunidades, outras ONGs, organizações populares, lideranças formais e informais, ou seja, diversos setores da sociedade civil. O principal objetivo desta rede é a “construção de um movimento social mais amplo, que visa transformações no âmbito local, regional, nacional e às vezes transnacional”. (idem, 175-176).

### ***3.1. O papel das ONGs na formação de redes***

As novas formas de organização e interação das ONGs no momento atual, têm produzido mudanças tanto teóricas, quanto no nível das práticas e ações dos agentes coletivos. De acordo com Scherer-Warren (1999, p.33), tem surgido uma nova forma de compreensão da realidade e dos processos políticos. Do ponto de vista teórico, percebe-se uma mudança de paradigma que possibilita juntamente a teoria dos atores coletivos:

(...) outro modo de interpretar os movimentos sociais e seu papel na transformação da sociedade. Admite-se a complexidade do cenário político, onde atuam uma multiplicidade de atores, podendo ser a expressão de uma diversidade de identidades específicas e do pluralismo ideológico. Diante desse quadro, concebe-se, porém, a possibilidade de articulação de forças sociais diversificadas, na forma de cooperação e solidariedade, em torno de projetos ou sonhos comuns

Os fatores históricos têm facilitado a formação de redes entre ONGs e outros atores coletivos e também tem permitido a renovação de utopias, baseada principalmente sob o discurso da democratização. Segundo Scherer-Warren (idem, ibidem):

Nesse sentido, as relações sociais na forma de redes têm significado especial para o ideal democrático. Concebem-se as redes como formas mais horizontalizadas de relacionamento, abertas ao pluralismo, à diversidade e à complementaridade. Portanto, correspondendo como formato organizacional e interativo a uma nova utopia da democracia.

“A Trama das Redes Movimentalistas” e o “Papel das ONGs”, de autoria de Doimo (1995), analisa diversos tipos de redes sociais a partir de movimentos populares. A autora classifica estas redes em três tipos: redes territoriais, temáticas e de influência. O papel das ONGs, no intercruzamento entre movimentos e instituições é ressaltado como fundamental para a constituição das redes sociais, “que congregam pessoas predispostas à participação continuada em movimentos reivindicativos, como parte de um campo informado por valores comuns” (idem, 152)

Apesar da dificuldade de tipificação das ONGs, Doimo busca estabelecer alguns cortes analíticos a partir de dois eixos, principalmente para aquelas que se relacionam com o movimento popular. O primeiro trata do eixo da “territorialização”, “no qual se incluem desde as redes locais até as de alcance nacional”. O segundo, o eixo “temático”, “indica certa especialização de funções”. O cruzamento destes dois eixos possibilita a formação de “redes de influência” que “disputam entre si a canalização política dos seus recursos de poder” (idem, p. 153)

Dentro do eixo da territorialização, a autora aponta tipos de redes de acordo com a problemática estudada, sobre os movimentos populares. Por um lado, as “redes movimentalistas locais”, que “são redes formadas por pessoas que desenvolveram certa predisposição à participação continuada e concomitante”. O aspecto central neste tipo de participação diz respeito principalmente ao comprometimento com a causa, com a “luta”, ou seja, com os objetivos a que se propunham os movimentos reivindicativos locais. Segundo a autora, esta participação é fruto de um processo de formação das pessoas ligadas aos movimentos, e é justamente este processo que possibilitou a formação da rede e sua continuidade. Porém para participar não bastava fazer parte dos movimentos, era necessário dar “consentimento às regras e valores que orientam e regulam as condutas participativas”. (idem, p. 154)

Esta discussão nos remete para as concepções de “rede abertas” e “redes fechadas”, concepções estas que normalmente não são definidas *a priori*, mas são verificadas em cada contexto empírico. Porém é possível dizer de alguns casos que, “não são redes fechadas, mas também não são abertas o suficiente, para incorporar todos os que se engajam nas manifestações públicas por elas engendradas”. (idem, p. 154)

No eixo temático, a autora descreve a presença das “redes temáticas”, que se formam em função de projetos similares, e de outras redes mais específicas como a produção do saber técnico-competente, de recursos comunicacionais, da memória ativa e de solidariedade à distância. A origem das ONGs está diretamente ligada à produção do saber científico em espaços não-governamentais já na década de 80, e a atuação delas pode ser verificada também nas demais redes citadas. (idem, 164-168)

No intercruzamento das redes territorializadas e das redes temáticas, formam-se as “redes de influência” , “seja no sentido de orientar práticas, através de cursos de formação, seja pela canalização política dos recursos de poder produzidos no interior de tais práticas. E, mais uma vez, as ONGs jogam papel fundamental abrigando, por assim dizer, uma espécie de militância anônima, que se autojustifica ideologicamente pelo apego à pedagogia da “educação popular” a qual, dilui o princípio fundamental da atividade política, que é a relação entre dirigente e dirigido” . (idem, 169)

As categorias de redes territorializadas e temáticas são pertinentes para se analisar a formação de redes que possuem nas ONGs e movimentos sociais a base de formação ideológica, para a elaboração e viabilização de projetos que envolvam questões em comum. O eixo da territorialização foi utilizado pela autora para analisar situações que envolveram principalmente os movimentos de base locais, e neste sentido, possíveis de serem localizados empiricamente por exemplo, em um bairro ou cidade. Porém esta categoria, se utilizada sobre o ponto de vista da questão do espaço geográfico, pode ser estendida para regiões, estados, etc. Já o eixo temático, pode estar relacionado ou não ao território, o que não impede a formação de redes, principalmente quando o eixo temático é predominante para determinados movimentos. Justifica-se que tem sido a formação das redes o principal suporte atual para a continuidade destes movimentos.

Enfatizamos referenciais que tem buscado analisar a formação de redes e sua relação com movimentos sociais e o papel das ONGs, na medida em que eles apresentam interessantes subsídios teóricos para analisar o papel desempenhado pela APACO, associação não-governamental e demais agentes da região Oeste Catarinense envolvidos em uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, que têm como princípios a cooperação agrícola e a agroecologia, problemática em questão nesta tese.

## **CAPÍTULO III – DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA À CRISE, DA CRISE AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO**

### **1. A Modernização Agrícola**

Muitos trabalhos teóricos e empíricos referem-se à chamada “modernização agrícola” ou modernização da agricultura . Neste momento buscarei realizar uma breve revisão de alguns referenciais que procuram pensar este processo em uma perspectiva mais ampla, ou seja, que levam em consideração diferentes aspectos inter-relacionados que o caracterizam. Esta revisão se faz necessária na medida em que traz subsídios para se pensar os discursos de agentes envolvidos com a agricultura familiar, que de forma crítica vêem este processo como definidor da chamada “crise” na agricultura familiar, enfatizada principalmente a partir dos anos 80.

A modernização agrícola é criticada na medida em que representa um modelo de desenvolvimento – ainda em processo – pautado principalmente em padrões produtivos que exige inovações tecnológicas contrárias aos padrões tradicionais desenvolvidos pelos agricultores, que causaram a exclusão de uma parcela significativa de agricultores familiares desestruturando não somente a sua lógica produtiva, como também todo o seu *ethos* cultural e parte do contexto social destes agricultores.

O padrão tecnológico da modernização não diz respeito somente às exigências de produtividade, de uso de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, mas significou a subordinação dos agricultores familiares ao setor industrial e financeiro, à lógica de um mercado, e de políticas de crédito que não beneficiaram a todos.<sup>50</sup>

A modernização agrícola pode ser contextualizada em um período histórico onde foram realizadas mudanças significativas nos padrões tecnológicos e produtivos, porém do ponto de vista político e social as consequências deste modelo se fazem presentes até os dias atuais em diferentes aspectos.

Do ponto de vista da presença do estado, ela tem se manifestado principalmente pelo inadequado investimento em políticas públicas específicas para a agricultura familiar, apesar de ser o Estado um dos principais agentes reforçadores deste modelo. Mussoi (1992, p.35) ao

---

<sup>50</sup> Em relação aos aspectos tecnológicos e suas consequências para a agricultora familiar ver os trabalhos de GEORGE, Susan (1978); SILVA, José Graziano da (1982) e SILVA, José G & KAGEYAMA, Angela A (1991). No que diz respeito à política agrícola e a modernização da agricultura em Santa Catarina ver trabalhos de ALTMANN, Rubens (1990) e MUSSOI, Eros (1992).

analisar as consequências deste modelo modernizador, ressalta que ele se manifesta também na política agrícola brasileira, que se apresenta em “pacotes” e em medidas imediatistas e de curto prazo. Segundo o autor, a modernização não deve ser pensada somente do ponto de vista econômico e técnico, mas como uma questão de poder que reflete os interesses dos setores industrial e financeiro.

Consequência de um modelo tecnológico e produtivo baseado principalmente na produtividade econômica e na ineficiência de políticas específicas para os pequenos agricultores, o modelo modernizador permanece atual, na medida em que tem sido excludente ao privilegiar alguns setores “mais eficientes” em contraposição ao “menos eficientes”.<sup>51</sup>

Kleba (1992), fala da necessidade de uma reestruturação no padrão de desenvolvimento vigente, pois este padrão está fechado com o modelo de modernização agrícola, e neste sentido, a necessidade de se buscar “alternativas de desenvolvimento”, quando refere-se à dinâmica contraditória do desenvolvimento rural em Santa Catarina. Este modelo conservador, trata-se de um modelo não devidamente adaptado às nossas especificidades ecológicas e sociais, e que implicou em maior dependência tecnológica”. (idem, p. 05). De uma maneira geral este modelo apresenta um “caráter predatório” que conduz à um ciclo interdependente de miséria social e degradação ambiental, tornando-o insustentável a longo prazo.<sup>52</sup>

Guivant (1995, p.102), procura demonstrar que o impacto ambiental causado por este modelo de desenvolvimento somente vem sendo reconhecido recentemente a partir da idéia de sustentabilidade agrícola. Em termos gerais, esta idéia de sustentabilidade vincula-se a uma idéia de desenvolvimento que visa garantir a satisfação das necessidades atuais, sem, entretanto, comprometer as possibilidades das gerações futuras de atender também às suas necessidades, o que seria viabilizado por processos de mudança que englobem a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e as estruturas institucionais.

A análise de Brandenburg sobre a modernização (1999, p. 32) é realizada “a partir do seu duplo processo integração/exclusão e do que denominamos implicações da modernização da agricultura”. De acordo com o autor (idem, ibidem):

---

<sup>51</sup> Estas concepções podem ser verificadas em Moreira, J. (1994)

<sup>52</sup> Estas reflexões estão presentes em Sachs, Ignacy (1986) Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir e Myers Norman (1987). El atlas gaia de la gestión Del planeta : para quienes cuidan de hoy el mundo de la mañana. (apud, Kleba, 1992)

No que tange à exclusão social, percebe-se que esse processo ocorre à medida que a modernização se realiza. Assim, pode-se dizer que no meio rural os movimentos sociais emergentes, a partir do fim da década de setenta, são movimentos de resistência, de luta pela sobrevivência de uma categoria ameaçada de perder suas raízes e sua identidade. É nessa conjuntura de crise, de quase perda de identidade, que alguns grupos passam a ser atendidos pelas chamadas organizações não-governamentais (...). No entanto, a prioridade dada aos agricultores que têm maior capacidade de resposta a estímulos modernizantes reforça o processo de exclusão, inerentes aos instrumentos modernizantes, de forma que exclusão social e meio ambiente fundem-se nesse momento, em uma só questão (socioambiental), à medida que as organizações vinculadas ao movimento popular optam por uma tecnologia alternativa à tecnologia convencional.

### ***1.1 Os efeitos da modernização agrícola e o surgimento de um modelo “alternativo”***

De acordo com Martine (1987) foi a partir de meados da década de 60 que se iniciou um projeto oficial ambicioso para a agricultura brasileira. Este projeto pretendia mudar a estrutura da produção agrícola, a partir de um modelo de agricultura desenvolvido em outros países, que tinham como base a produtividade e a rentabilidade. Este modelo apoiava-se no complexo industrial internacional, na oligarquia, nos setores mais modernos do capital urbano, no pacote tecnológico da “Revolução Verde”. A preocupação do governo era a de modernizar a agricultura, porém privilegiou os grandes produtores, incentivando com subsídios a compra de máquinas, sementes e insumos. Para o autor: (idem, p. 10):

O pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” – composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos – prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais. Por esta via, muitos pretendiam alcançar rapidamente a auto-suficiência alimentar e a produção de um excedente agrícola negociável no mercado externo, iniciando assim uma espiral ascendente de realimentação da economia que repercutiria positivamente em todos os setores. Era a promessa mais concreta de que seria possível saltar o abismo tecnológico e sócio-econômico que os separava dos países desenvolvidos.

Porém, esse modelo tecnológico entrou em crise pelo fato de não responder às necessidades de grande parcela da população rural, principalmente aquela relacionada à agricultura familiar. As vantagens econômicas deste modelo são questionadas, sendo que os impactos sociais causados são evidentes. É neste sentido que caminha o argumento de Martine que afirma que a modernização da agricultura deve ser pensada juntamente com os resultados sociais que têm gerado. Como exemplo desses resultados, temos no Brasil algumas questões “como o acesso a terra, a evolução do emprego, a dimensão da migração, a produção

e distribuição de alimentos, os efeitos dos agrotóxicos e a adequação do modelo tecnológico às condições sociais e ecológicas brasileiras”. (idem, p. 11)

A questão do êxodo rural foi e têm sido um dos impactos e conseqüências mais evidentes no Brasil, em decorrência da modernização. Porém, este aspecto não pode ser pensado de forma homogênea para todo o País, devendo ser analisado no contexto de interdependência entre o urbano e o rural. O êxodo rural no Brasil é decorrência justamente deste processo específico da modernização agrícola. Porém diferentemente de outros países, ele somente se intensifica na medida em que não se buscam alternativas de viabilização para a população rural, ou então, quando as soluções encontradas beneficiam apenas uma parcela desta população.<sup>53</sup>

A falta de alternativas para a agricultura familiar, passou a se manifestar sobretudo a partir dos anos 80 em um contexto que têm sido analisado como de “crise” para este setor. As conseqüências da modernização agrícola passaram, portanto, a ser refletidas sob diferentes aspectos, seja nas condições objetivas de reprodução social dos agricultores familiares, seja em suas representações, bem como em diagnósticos realizados por agentes sociais envolvidos com a agricultura familiar.

Estas questões levantadas a partir da década de 80, momento em que os limites do modelo de desenvolvimento baseado na modernização agrícola passam a se tornar evidentes, são bastante atuais. A partir da década de 90, as soluções e alternativas para estas questões passam a ser pensadas por diferentes agentes comprometidos com a agricultura familiar e que tem como princípio a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Martine chama a atenção para o fato de que as circunstâncias históricas da modernização agrícola são diferentes em todos os países, e que neste sentido os impactos e resultados da implantação deste modelo também se diferenciam. Isto é importante ressaltar, porque é a partir deste contexto histórico específico que é possível avaliar as mudanças e impactos causados pelo pacote tecnológico aqui no Brasil.<sup>54</sup> E conseqüentemente, as respostas e

---

<sup>53</sup> Wenceslau Gonçalves Neto, (1997), vai mostrar como durante duas décadas o Estado Brasileiro direcionou as políticas agrícolas e a modernização deste setor. De acordo com o autor as políticas foram realizadas, porém o modelo desenvolvimentista empreendido pelo Estado, resultou em um processo que buscou a transformação da base técnica, privilegiando sobretudo os grandes proprietários de terras, as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial, ocasionando com isso a chamada *modernização desigual*. Por outro lado, a formação do complexo agroindustrial, é uma outra face da modernização que impôs às unidades produtivas rurais, novas relações de produção e de comercialização. (1997, p.223-225)

<sup>54</sup> De acordo com Martine (1987, p. 12), no Brasil diferentemente de outros países, três processos-chave ocorreram quase que simultaneamente: a revolução mecânica, a revolução química e a “explosão demográfica”.

soluções para a crise causada pela modernização agrícola também serão específicas, dependendo da dimensão dos problemas e das estruturas de poder envolvidas.

A modernização agrícola é fruto do referido modelo de desenvolvimento e seu processo pode ser verificado a partir de várias faces (Martine, 1991). A modernização agrícola conservadora (idem, p.53) ao enfatizar somente a questão da produtividade, omitiu referências ao conflito de interesses entre distintos grupos de produtores.

Este modelo têm sido questionado por diferentes atores sociais que procuram mostrar os seus limites para a viabilidade dos agricultores familiares. As discussões teóricas atuais sobre as limitações deste modelo enfatizam não somente os seus aspectos produtivos e técnicos, mas também os aspectos sociais, políticos e ambientais. Estas perspectivas podem ser verificadas no que se tem denominado no amplo *guarda-chuva* do “desenvolvimento sustentável”, de “agricultura alternativa”.

De acordo com Jesus (1996, p. 13), a adoção do termo “Agricultura Alternativa” no Brasil, é fruto de um intenso movimento de contestação- iniciado nos anos 80- ao modelo agrícola dominante. <sup>55</sup> Segundo o autor (idem, p.14) existem diversas denominações para formas de agricultura não-convencional, “que surgiram como resposta ao modelo de agricultura industrial (Jesus, 1985)”. Para o autor (idem, ibidem), “do ponto de vista tecnológico, a agricultura industrial (AI), representa um modelo baseado em três pilares fundamentais: 1) agroquímica; 2) motomecanização; e 3) manipulação genética”.

Segundo Jesus (idem, p.15) , é possível distinguir várias “escolas ou linhas filosóficas” de agricultura não-convencional, apontadas de acordo com a ordem cronológica de seu surgimento: Agricultura orgânica (AO); Agricultura biodinâmica (ABD); Agricultura ecológica (AE); Agricultura natural ( A N); Permacultura (PA); Agricultura regenerativa (AR); Agricultura sustentável (AS) e finalmente Agricultura alternativa (AA)<sup>56</sup> .De acordo com o autor (idem, p.23) em algumas situações a AS é usada como sinônimo de AA, porém na perspectiva de algumas ONGs (como a ASP-TA), por exemplo, é a Agroecologia que melhor designa o “marco conceitual do novo”.

---

<sup>55</sup> Segundo Jesus (idem, ibidem) esse movimento era “coordenado pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), o movimento organizou quatro grandes encontros nacionais, conhecidos como Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiába (1987) e Porto Alegre (1989)”

<sup>56</sup> O autor (idem, p.15-23) faz uma longa revisão a respeito dos autores que trabalham com estas perspectivas em diferentes países. Interessa aqui nesta tese utilizar o termo, Agricultura Alternativa (AA), que melhor parece agregar a perspectiva agroecológica adotada pelos agentes sociais investigados neste trabalho.

Para finalizar este item, realizarei um comparativo entre a “agricultura alternativa” e a “agricultura convencional”, em seus aspectos mais técnico-produtivos na medida em que se contrapõe ao modelo da modernização agrícola e da Revolução Verde. De acordo com Figueiredo (s/d, p. 19-20), o Modelo Convencional (MC) é altamente mecanizado, com utilização de maquinaria pesada e alto consumo de combustíveis fósseis; utilização em larga escala de adubos químicos sintéticos, para a proteção de plantas, são utilizados agrotóxicos, como os herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas. Por outro lado, o Modelo Alternativo (MA), faz moderada utilização da mecanização, dando prioridade aos processos e medidas de uso, manejo e conservação; utilização de produtos naturais, principalmente fosfatos naturais, composto, estrume de curral, adubação verde, etc; controle de pragas e doenças, através de produtos naturais.

Em síntese, o modelo convencional não se preocupou com a preservação dos recursos naturais e têm enfatizado a produtividade e a lucratividade. Com isto, ocasionou não somente uma crise ambiental, mas têm impossibilitado – diante das limitações que forma impostas ao meio ambiente com as práticas depredadoras - a reprodução social da agricultura familiar.

## **2. A “crise” da modernização agrícola e a perspectiva do desenvolvimento sustentável**

Para tratar do que tem sido denominado de “crise” no setor agropecuário, em um primeiro momento realizo uma descrição de “crise” em sua forma mais ampla e genérica, para entender o contexto que antecede a questão central desta tese, ou seja, a busca de alternativas de viabilização para a agricultura familiar na Região Oeste. Por outro lado, este contexto está diretamente relacionado a questões teóricas fundamentais relativas as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

A breve descrição sobre a concepção de crise em sua forma mais ampla e genérica nos remete a conceitos importantes que demonstram que a crise não é uma situação isolada de outros momentos onde esta situação não estaria tão evidente. Neste sentido as noções de “processo” e “mudança” são importantes para entender o contexto vivenciado pelos agricultores familiares em sua busca de alternativas para a sua reprodução social, busca esta que têm transformado suas percepções, valores e práticas. Posteriormente, procuro mostrar como o conceito de desenvolvimento tem sido pensado em diferentes perspectivas em sua relação com a questão ambiental. Finalmente, busco mostrar como o conceito têm sido

utilizado em alguns estudos sobre desenvolvimento rural sustentável, principalmente aqueles que privilegiam a perspectiva dos movimentos sociais e da Agroecologia.

Vale destacar em primeiro lugar, que a crise não é uma constante histórica, e neste sentido precisa ser contextualizada e problematizada a partir das diversas variáveis que a possam compor. De acordo com Hélio Jaguaribe (apud , Kujawski, 1991, p.63) o conceito de crise está normalmente associado ao de ruptura:

Uma análise do conceito de crise, no seu sentido mais amplo, tem indubitavelmente características de uma inquirição filosófica. Seria então levado a dizer que, no seu sentido mais amplo, a palavra crise - que etimologicamente significa "ruptura", "conflito", "luta", em suas raízes gregas - exprime uma desconformidade estrutural entre um processo e seu princípio regulador. Esse é o sentido mais amplo que me parece existir no conceito de crise.

Assim sendo, o conceito de crise está ligado à “noção de processo” (idem, p.65), por um lado, porque ela própria constitui um processo de transformação que pode ser verificado em diferentes momentos e, por outro, porque estas situações (de crise) estão inseridas em um processo mais amplo no qual podem ser considerados diferentes aspectos (sociais, culturais, políticos, filosóficos, econômicos, etc), para o seu entendimento.

O conceito de crise em seu sentido mais genérico está ligado também à “noção de mudança”. Esta noção pode estar associada a “coisas concretas”, mais principalmente - e ao mesmo tempo - ao “sistema de convicções vigentes sobre a realidade”. (idem, p.68-69). A noção de mudança pensada desta forma requer a consideração de um fator operacional baseado nas percepções das gerações humanas <sup>57</sup>. A crise é aqui associada à mudança principalmente quando os sistemas de convicções que formam a base do mundo (das percepções, valores, etc.) do homem (aqui em seu sentido genérico) são desestruturados, rompidos.

A noção de crise em sua generalidade permite pensar o contexto específico da agricultura familiar, pois esta noção envolve, primeiro, uma situação de mudanças, rupturas e desordem, que tem sido representado e diagnosticado enquanto “crise”. Esta situação envolve diferentes dimensões inter-relacionadas, sendo que a dimensão ambiental – caracterizada a partir dos problemas ambientais – estaria contribuindo, por um lado, para o agravamento da

---

<sup>57</sup> Este tipo de mudança diz respeito à mudança histórica desenvolvida por Ortega. O autor distingue dois tipos de mudança: a mudança no mundo e a mudança do mundo. "Pode até ocorrer que as coisas concretas nem sempre mudem tanto e que, não obstante, o mundo se transforme pela base. E pode se dar que as coisas concretas mudem bastante, sem que o mundo se altere". (Kujawski, 1991, p.68).

crise na agricultura, e conseqüentemente, as soluções para esta situação implica na resolução dos problemas ambientais. Embora a questão central deste projeto não esteja diretamente ligada à idéia sobre o que tem sido denominado como “crise ecológica” ou crise ambiental, em seu âmbito global - tal como a desenvolve Leis (1995, 1996), a partir de uma análise do ambientalismo e da política internacional - as reflexões do autor apontam para questões que podem ser pensadas em qualquer contexto onde as relações entre sociedade e meio ambiente estejam produzindo dilemas e incertezas.

A busca de soluções para a crise na agricultura familiar, tem levado movimentos sociais, ONGs e demais agentes ligados a este setor, a questionar o modelo de desenvolvimento econômico e social vigente enquanto economicamente, socialmente e ambientalmente insustentável. Na prática, estes questionamentos têm se materializado em propostas alternativas de viabilização para os agricultores familiares. De uma maneira geral, estas propostas estão baseadas na noção de desenvolvimento sustentável, enquanto um grande guarda chuva conceitual que têm norteado as discussões teóricas, as ações políticas e as práticas produtivas. Porém há que se especificar de que noção de desenvolvimento e de sustentabilidade estão se referindo os agentes ligados à agricultura familiar. Mesmo dentro deste espaço há uma diversidade de representações e práticas, que correspondem aos interesses, projetos políticos e ideológicos de cada setor ligado à agricultura familiar.

De uma maneira geral, a noção de um tipo alternativo de desenvolvimento tem como pressuposto a contraposição ao modelo de desenvolvimento baseado na modernização agrícola que têm impossibilitado a viabilização econômica e social de grande parte dos agricultores familiares. Esta nova noção de desenvolvimento tem como pressuposto, também, as diferentes dimensões que envolvem a agricultura, ou seja, a econômica, social, política, cultural e ambiental.

Em um primeiro momento procurarei mostrar que a noção de desenvolvimento e mais especificamente de desenvolvimento sustentável está associada a diferentes significados e representações que dependem do contexto aos quais estão ligados os agentes sociais que constroem estes significados. Os significados atribuídos ao desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões diz respeito tanto a ações concretas que podem ser verificadas em programas específicos, como em princípios político –ideológicos que norteiam estas ações. A rigor e de um modo geral o desenvolvimento rural sustentável surge como uma alternativa de reflexão aquelas perspectivas que viam o desenvolvimento apenas do ponto de vista econômico.

### 3. O (s) conceito (s) de desenvolvimento sustentável

Não parece necessário realizar uma longa revisão a respeito do conceito de desenvolvimento e da noção de desenvolvimento sustentável, na medida em que muitos trabalhos já fizeram isto.<sup>58</sup> Porém, para fins da problemática desta tese, irei procurar mostrar como o conceito foi originalmente pensado e quais os aspectos em comum nas diferentes perspectivas, para posteriormente diferenciar as diversas tendências, até chegar finalmente na noção de desenvolvimento rural sustentável, sobretudo na perspectiva que têm privilegiado a participação de movimentos sociais, ONGs e outros agentes. A perspectiva do desenvolvimento rural sustentável que pretende se contrapor ao modelo convencional de desenvolvimento está centrado principalmente na relação agricultura familiar e sustentabilidade. A noção de sustentabilidade pensada neste contexto extrapola a dimensão ambiental, ou melhor, busca pensar a relação entre o econômico, social, político e ambiental. Como a idéia de desenvolvimento sustentável surgiu no contexto de movimentos ambientalistas, vale a pena mostrar que mesmo dentro da diversidade em que é tratado, existem pontos em comuns e preocupações do ponto de vista ambiental que estão presentes nas diferentes perspectivas teóricas que a tem elaborado.

Em um artigo sobre ambientalismo e desenvolvimento sustentado, Ribeiro (1991), procura mostrar como estes aspectos estão relacionadas a uma noção de desenvolvimento que se traduz enquanto ideologia/utopia. Segundo o autor a noção de desenvolvimento:

(...) é tão abrangente que recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar, e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e a natureza. (idem, p. 60)

É justamente esta abrangência e a multiplicidade de visões sobre o desenvolvimento que permitem um enorme número de apropriações e leituras muitas vezes divergentes sobre o ambientalismo e o desenvolvimento sustentado (idem, p.60). Porém, nesta multiplicidade, o autor procura destacar que o ambientalismo tem buscado se diferenciar de uma visão de

---

<sup>58</sup> Sobre as origens e implicações do conceito ver Vaillancourt, Jean-Guy (1995). O autor realiza uma reflexão utilizando Ann P. Hawkins e Frederick Buttel que tratam o conceito do ponto de vista sociológico. Para o autor o conceito constitui-se em uma vaga e complexa categoria teórica, serve parte como ideologia e parte como conceito de operacionalização imprecisa. Enfim, o artigo contribui no sentido de fazer uma revisão sobre a origem do conceito e como o termo sustentabilidade emerge a partir dos anos 70.

desenvolvimento que está centrado apenas nas forças do mercado econômico. Apesar desta busca de diferenciação, o termo “desenvolvimento” possui uma matriz principal que nem sempre está relacionada apenas ao mercado econômico: a idéia de progresso. O "progresso" enquanto idéia - matriz civilizacional baseia-se em um primeiro nível na percepção de que os seres vivos experimentam crescimento para amadurecer. (idem, p.68)

Esta idéia está presente nos diferentes discursos sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, porém as várias dimensões da vida social necessitam ser examinadas para se entender o contexto e o significado em que esta idéia é construída.

No que diz respeito ao ambientalismo, Ribeiro diz que normalmente o movimento é relacionado com "modelos alternativos de desenvolvimento", mas apenas há pouco tempo se transformou em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista. (idem, p. 69)

Segundo Ribeiro a questão do que é desenvolvimento sustentável é ainda uma idéia em elaboração que iniciou no final da década de 80 principalmente a partir do Relatório Brundtland. E, por não seguir uma única linha teórica, não é de se estranhar que a definição mais corrente de desenvolvimento sustentável se aproxime de uma perspectiva harmônica e não conflitiva dos processos econômicos, políticos e sociais, envolvidos no drama desenvolvimentista. (idem, p.77). Esta perspectiva possibilita, portanto, o uso da noção por diversos agentes sociais com os mais diferentes interesses.

Se, por um lado, a noção de desenvolvimento sustentável visa integrar os diversos aspectos que envolvem a relação homem/natureza, por outro, esta relação deve ser buscada a partir de um novo modelo de desenvolvimento que se diferencie do modelo tradicional. Esta idéia de desenvolvimento que não privilegia o crescimento econômico é uma idéia utópica para Ribeiro, pois trata-se de uma legítima e importante aspiração, mas que se movimenta com dificuldades em um feixe de contradições que envolvem a história da expansão do sistema político- econômico capitalista. Por exemplo, a idéia básica que envolve a noção de desenvolvimento sustentável - a de que o crescimento econômico é compatível com a preservação da natureza - deve ser relativizada e contextualizada. (idem, p.79)

Em síntese, a partir de Ribeiro (1991) é possível afirmar que a idéia de desenvolvimento sustentável esteja sendo utilizada por diferentes atores sociais do Estado, da sociedade civil ou do mercado, isto não significa estarem falando sobre as mesmas coisas, ou que os interesses ao acionar o uso desta concepção sejam os mesmos. É possível que exista um consenso mínimo quanto aos aspectos básicos que determinam a utilização do termo (desenvolvimento econômico, preservação ambiental e preocupação com as gerações futuras),

porém os meios (projetos, políticas públicas, etc.) e os fins decorrentes desta utilização nem sempre são consensuais e muitas vezes contraditórios.

Leis (1995) por sua vez, procura mostrar que a relação entre ecologia e economia nem sempre é fácil. Se por um lado existe um aumento de consciência sobre a importância de pensar e refletir sobre as questões ambientais, por outro, não parece haver clareza ou consenso quanto aos critérios e atores que buscam solucionar os problemas ambientais.

No Brasil, foi a partir principalmente da Eco 92, no Rio de Janeiro, que começou a se discutir mais especificamente a noção de desenvolvimento sustentável. Segundo Viola e Leis (1995, p. 136), a partir da Conferência, "os diversos setores passam a pensar as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental".

Mais do que essa relação, a Eco 92, possibilitou uma reflexão sobre a necessidade de se modificar o atual modelo de desenvolvimento econômico, para então a partir disso, redefinir a questão econômica e sua relação com o meio ambiente. Para Leis (1995, p. 24), esta relação exige muito mais do que uma razão instrumental, mas sim "uma mudança profunda do comportamento e da mentalidade de todos os atores sociais".

A multiplicidade de atores sociais existentes na sociedade contemporânea têm produzido diferentes representações e práticas acerca da relação entre economia e meio ambiente, e conseqüentemente, múltiplas concepções sobre desenvolvimento sustentável. Neste sentido, as propostas e projetos para a solução da crise ambiental dependem muito dos interesses e posições de cada agente social, sendo que um consenso quanto à necessidade de se solucionar esta crise, bem como a tomada de decisões frente a esta situação (que é global) ainda dependem muito do contexto de cada país, região ou localidade e por isso estão longe de um projeto realista-utópico. (idem, ibidem)

Os projetos, políticas públicas, fóruns e ações destinadas à discussão ambiental devem ser percebidas na sua multiplicidade e, normalmente, este conjunto de ações políticas (sejam do Estado, sejam da sociedade civil ou mesmo dos agentes sociais do mercado) ainda orientam-se a partir dos parâmetros e interesses de cada setor.

Em linhas gerais, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável deve ser contextualizado a partir das relações de força que o produziram e que tem sua origem em um projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente a partir da conferência de Estocolmo em 1972 (Ribeiro, 1991, p.79)

A idéia de uma sociedade mais sustentável, desde então, não opõe crescimento econômico e preservação da natureza. Porém, o seu oposto também parece ter predominado nos discursos, como por exemplo, a relação circular entre pobreza e degradação ambiental. A

base deste enfoque parte do pressuposto de que os problemas ambientais têm origem na oposição histórica entre seres humanos e natureza e não na sua complementaridade.

Mesmo sob a ótica dos negócios, a idéia de desenvolvimento sustentável tem privilegiado os seguintes aspectos: uso parcimonioso dos recursos não renováveis, uso sustentável dos recursos renováveis, melhoria da qualidade ambiental, conservação da biodiversidade, busca de equilíbrio econômico e social. (idem, p. 87)

A essência da noção de desenvolvimento sustentável, portanto, não foge à idéia da matriz que originou a idéia de desenvolvimento: o progresso e o crescimento. Contudo, com menor ou maior ênfase para o crescimento econômico, as condições para que o meio ambiente seja preservado constituem a base destes discursos.

Estas reflexões iniciais sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, pretendem servir como base para a discussão sobre desenvolvimento rural sustentável, na medida em que elas enfatizam, por um lado, um consenso mínimo quanto ao uso dos termos desenvolvimento e sustentável, principalmente no que diz respeito à busca de equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental - diferenciando-se de um modelo de desenvolvimento convencional. Por outro, chamam a atenção para a multiplicidade de percepções e discursos acerca da relação sociedade e meio ambiente. Neste sentido, as várias discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável, de uma maneira ou outra procuram enfatizar estes aspectos, colocando-se todos os discursos enquanto alternativos ao modelo de desenvolvimento convencional. Se os diferentes discursos que se contrapõem a um modelo de desenvolvimento convencional têm como consenso o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental, este aspecto por si só não torna os agentes sociais todos iguais em suas ações e discursos. As noções de desenvolvimento e sustentabilidade apresentam variações significativas quanto ao lugar de cada agente nas relações sociais, políticas e econômicas, ou seja, o papel específico de cada um deles e as propostas que os diferenciam. Que modelo alternativo de desenvolvimento é este que se diferencia dos demais?

#### **4. O desenvolvimento alternativo**

A noção de desenvolvimento durante muito tempo esteve relacionado à aceleração do crescimento econômico. De acordo com Souza e Rodríguez (2002, p. 45):

Em termos gerais, os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados “a partir de cima” (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem

a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial (Cypher e Dietz 1997). Esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos de desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

A teoria do desenvolvimento alternativo pretende se contrapor ao modelo de desenvolvimento convencional. A discussão iniciou nos anos 70, quando intelectuais, ativistas e peritos em planejamento econômico começaram a formular reflexões e organizar eventos que pretendiam criticar a abordagem tradicional do desenvolvimento. Como exemplo destes eventos podemos citar a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente (1972) e o seminário sobre “Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento”, em Cocoyoc (México) em 1974. (idem, p.45)

Segundo Souza e Rodriguez (idem, p.46-47), as análises teóricas e os trabalhos empíricos que adotam a perspectiva do desenvolvimento alternativo são muito variados. Contudo, todos eles partilham um conjunto de pressupostos e propostas que constituem a coluna vertebral da teoria:

O desenvolvimento alternativo é formulado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento econômicas.

O desenvolvimento econômico é concebido como uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, e para os setores marginalizados em particular.

O desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores de igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento.

Contra o desenvolvimento “a partir de cima”, esta perspectiva propõe um desenvolvimento de base, ou de “baixo para cima” (*bottom-up*). A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil.

O desenvolvimento alternativo privilegia a escala local, tanto como objeto de reflexão como de ação social.

O desenvolvimento alternativo é cético tanto em relação a uma economia centrada exclusivamente em formas de produção capitalista quanto em relação a um regime econômico centralizado controlado pelo Estado. Perante estas formas de organização econômica, propõe alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas e

organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro, a necessidade de recorrer à ajuda estatal.

Os autores (*idem*, 48-51) apresentam seis linhas principais de pensamento e ação segundo as quais as idéias de desenvolvimento alternativo têm penetrado na esfera da produção. São elas:

Movimentos sociais, ONGs, comunidades e setores governamentais da semiperiferia e da periferia continuam a promover formas associativas de produção (*vg.*, associação de moradores, cooperativas de trabalhadores, etc) que procuram assegurar o acesso das classes populares a bens e serviços básicos.

Desde o final dos anos 80, boa parte do dinamismo do desenvolvimento alternativo proveio do movimento ecologista, a coberto das propostas de “desenvolvimento sustentável”.

Graças ao ativismo de movimentos feministas, o problema da exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento convencionais passou a ser uma fonte de dinamismo nas propostas de desenvolvimento alternativo.

Um número crescente de programas de apoio econômico às classes populares da periferia e da semiperiferia tem sido concentrado na prestação de serviços financeiros de pequena escala, especialmente microcréditos.

Movimentos sociais populares, tanto no campo quanto nas cidades, têm reivindicado à ação direta, legal ou ilegal, para promover o acesso das classes subalternas a recursos como a terra e a habitação, que permitam a estas empreenderem atividades de produção alternativas.

Como resposta aos efeitos perversos da globalização neoliberal sobre comunidades de todo o mundo, uma vertente importante do movimento de crítica à globalização propôs variadíssimas táticas de “retorno ao local” ou “relocalização”.

Souza e Rodríguez (*idem*, p.54) chamam assim, a atenção para a diferença entre desenvolvimento alternativo e alternativas ao desenvolvimento.

Ao contrário da visão de desenvolvimento alternativo – que como já vimos, propõe modificações e limites ao crescimento, mas não põe em causa a própria idéia de crescimento econômico – as propostas de alternativas ao desenvolvimento radicalizam a crítica à noção de crescimento e, por conseguinte, exploram alternativas pós-desenvolvimentistas.

As teorias do chamado “desenvolvimento alternativo” partem de um pressuposto comum, ou seja, de que o modelo de desenvolvimento convencional vigente não atende as

necessidades de todas as categorias sociais e tem causado um processo de exclusão e empobrecimento de muitas delas, impossibilitando a sua viabilização econômica e reprodução social. No que diz respeito especificamente às discussões teóricas relacionadas ao meio rural e mais especificamente à agricultura familiar, a noção de “desenvolvimento rural sustentável” em suas diferentes vertentes teóricas têm procurado relacionar a idéia de crescimento econômico com proteção ambiental em diferentes contextos do universo rural, apoiando-se em concepções tais como agricultura sustentável, agricultura alternativa, sustentabilidade, viabilidade, equidade social, etc.

## **5. Do conceito de desenvolvimento ao desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva histórica**

Alguns autores têm procurado diferenciar os paradigmas científicos que tratam a noção de desenvolvimento sustentável e mais especificamente de desenvolvimento rural sustentável. De acordo com Sevilla Guzmán (1997, p.26), no que diz respeito especificamente às origens do desenvolvimento sustentável oficial, existe um consenso do ponto de vista teórico que o conceito foi oficializado a partir do Relatório Brundtland em 1987. Porém, anteriormente à oficialização do conceito, configurou-se um processo de discussão instituído em diversas reuniões internacionais associadas ao contexto do movimento ecologista nos Estados Unidos e Europa.

É justamente com o contexto da exploração ecologista nos Estados Unidos e Europa que tem lugar a Conferência sobre Meio Humano que organizada pelas Nações Unidas em 1972, em Estocolmo, estabelece os 26 princípios orientadores da relação homem-natureza, iniciando com isso a gênese teórica do desenvolvimento sustentável. Embora paradoxalmente a maior parte destes princípios se referissem ao subdesenvolvimento como origem da degradação ambiental, prontamente os trabalhos do Clube de Roma, sem nenhuma militância ecologista, começaram a mostrar a gravidade do problema a partir de uma “perspectiva científica” e a insinuar que os países ricos também tinham algo a ver com esse tema sem chegar, com certeza, a evidenciar que as “sociedades avançadas” tinham desenvolvido uma forma de produção e consumo dispendiosa de recursos e energia e poluente e destruidora dos equilíbrios naturais da biosfera.

O próprio conceito de desenvolvimento rural sustentável não possui um único significado e isto pode ser explicado primeiro a partir de uma perspectiva histórica de como a noção foi sendo pensada e construída. Por outro lado, esta noção, ao mesmo tempo em que possui significados relacionados a contextos políticos e econômicos específicos, ela vai se traduzindo em perspectivas teóricas com diferentes enfoques.

Navarro (2001) recupera nos últimos 50 anos como a noção de desenvolvimento e mais especificamente de desenvolvimento rural, foi tratada em dois momentos históricos. O primeiro período vai dos anos 50 até final dos anos 70, ao qual o autor define como um momento centrado principalmente no campo da política. Segundo Navarro (*idem*, p.2):

A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, foi moldada, certamente, pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, já nos anos setenta e sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da modernização agrícola).

Para Navarro (2001), o segundo momento é muito recente e está demarcado a partir de meados da década de 1990. Este momento constitui um momento de incertezas, de crises e de questionamentos sobre o futuro. Este quadro fez com que diferentes agentes governamentais e não-governamentais passassem a retomar a discussão sobre o desenvolvimento (rural). De acordo com o autor, mais recentemente é que vêm se construindo um debate acadêmico e político mais abrangente sobre desenvolvimento rural no Brasil. Existem diferentes usos e significados para o termo desenvolvimento e suas relações com meio rural. O autor cita como exemplos, as expressões “desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário”. Exemplifica trabalhos e autores que em diferentes períodos realizaram análises nestas perspectivas.

A expressão “desenvolvimento rural”, segundo o autor se diferencia das anteriores por uma característica específica, qual seja, “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. (*idem*, p.6). Navarro vai apontar o Estado Nacional como o agente principal nos anos 70 a propor ações de desenvolvimento rural. É importante ressaltar, portanto, que a concepção de desenvolvimento rural neste período é específica e com objetivos e interesses determinados pelo Estado. Por outro lado, a expressão “desenvolvimento rural sustentável”, surgiu a partir de meados dos anos 80, a partir da difusão da noção de “desenvolvimento sustentável”. É possível concordar com o autor quando diz que o termo “sustentabilidade” foi acrescido à noção de desenvolvimento rural, com o objetivo de incorporar a dimensão ambiental às estratégias de desenvolvimento rural. Isto parece simples se pensarmos do ponto de vista taxonômico da questão, porém se pensarmos o desenvolvimento rural sustentável de um ponto de vista mais político e ideológico, perceberemos que existem significativas diferenças. Posteriormente, procurarei mostrar que a própria noção de desenvolvimento sustentável, aquela iniciada no

Relatório de Burtland nem sempre pode ser adequada a determinados contextos onde diferentes perspectivas sob desenvolvimento e sustentabilidade passam a se construídas.

Por último o autor vai citar a expressão de “desenvolvimento local”, o que não é de se estranhar que seja “confundida” com as demais, na medida em que grande parte dos discursos a noção de “participação” esteja presente. Porém, a questão da participação por si só não significa desenvolvimento local. Interessa ressaltar aqui, e neste aspecto, concordo com o autor quando diz que o desenvolvimento local é recente e deriva de duas grandes mudanças do período recente.

Primeiramente, a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município) lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de “ação local”, que tornou-se ainda mais acentuada, por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes aceleraram-se. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes, a América Latina em particular (e o Brasil em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o “local”, no caso brasileiro o município. A convergência, portanto, desses fatores é que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não. A recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de “agricultura familiar” tem reforçado esta idéia de reinvidicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão social. (idem, p. 8)

Por outro lado, discordo do autor quando afirma que “não obstante o enorme esforço já realizado e os novos e promissores formatos organizacionais sendo implementados, tais entidades ainda são insuficientes em número e, especialmente, são quase sempre ainda pouco representativas e de baixa capacidade de mobilização social. A escassa tradição associativista existente no campo brasileiro, como atualmente demonstram as evidências, é um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais”.

As experiências alternativas de cooperação agrícola e associativismo, por exemplo, organizadas e assessoradas por Movimentos e ONGs ligados à agricultura familiar, são exemplos importantes e significativos de experiências preocupadas não somente com a viabilização econômica dos agricultores familiares. A partir deste tipo de organização, os agricultores familiares têm tido a oportunidade de participar de espaços de discussão e de formação que possibilitam a apreensão de um conhecimento teórico e prático, onde diferentes questões são debatidas, como por exemplo, desenvolvimento sustentável, agroecologia, cooperação agrícola, solidariedade, participação, desenvolvimento local, etc.

### ***5.1. Que modelo de desenvolvimento rural sustentável alternativo é este?***

De acordo com Altieri & Masera (1997, p. 73-74), as iniciativas de construção de uma concepção de desenvolvimento sustentável “de cima para baixo” têm fracassado e conseqüentemente legitimado “o papel das organizações não-governamentais (ONGs) como novos atores no desenvolvimento rural”. Conforme os autores, para as Ongs envolvidas na implementação de propostas agroecológicas, o grande desafio é:

a promoção de alternativas de produção que não somente sejam ecologicamente justas, mas também lucrativas. A lucratividade, em nível doméstico, depende não só do que os pequenos agricultores e as ONGs podem fazer, mas principalmente das condições macro sob as quais o agricultor produz. O sucesso à longo prazo dessas ONGs depende da criação de condições econômicas necessárias para a reprodução massiva das estratégias agroecológicas. (Altieri e Yurjevic, 1991)

Ribeiro (1997), também enfatiza a importância do papel das ONGs na agricultura sustentável. De acordo com a autora (idem, p. 153):

No tema agricultura sustentável e desenvolvimento rural isto adquire especial importância, já que nas últimas décadas o modelo dominante nestas esferas provocou e intensificou a fragmentação real e cognitiva da realidade, e que está na origem das múltiplas crises que emergem em nosso tempo.

Para Ribeiro (idem, *ibidem*), as ONGs têm a potencialidade de desempenhar um papel articulador em diferentes dimensões frente as rupturas causadas pelo modelo “dominante”, as quais gostaria de destacar e sintetizar: 1. articulação entre urbano e rural; 2. articulação entre produtores e consumidores; 3. romper com a fragmentação do conhecimento, buscando articular o conhecimento dos agricultores e o científico; 4. preocupação com a biodiversidade agrícola; 5. Propor tecnologias social e ecologicamente sustentáveis; 6. intercâmbios entre produtores em nível regional; 7. criticar e elaborar políticas públicas; 8. promover contatos entre instituições de pesquisa agrícola e produtores agrícolas; 9. reformulação das análises e políticas econômicas; 10. determinar de forma participativa e através de seus atores fundamentais quais seriam os indicadores da agricultura sustentável. (idem, 153-157)

Em síntese, o desenvolvimento rural sustentável quando pensado para o contexto da agricultura familiar e a partir dos movimentos sociais e ONGs, se contrapõe à idéia de crescimento econômico como a principal variável do desenvolvimento e ao mesmo tempo

trata a questão econômica sempre relacionada às demais dimensões.<sup>59</sup> É justamente as perspectivas que buscam pensar a relação entre ambiental e econômico ou entre “natureza” e “sociedade”, que passam a ter um espaço privilegiado nas discussões sobre desenvolvimento rural sustentável.<sup>60</sup>

Entre as discussões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, existem diferentes perspectivas que relacionam as noções de desenvolvimento, agricultura familiar e sustentabilidade. Por exemplo, a dimensão ambiental quando pensada para o contexto da agricultura familiar pode também ser tratada de uma maneira mais geral, onde aparecem questões relacionadas à crise ecológica e os problemas ambientais, aos recursos naturais, a biodiversidade, etc.<sup>61</sup> Por outro lado, a dimensão ambiental também aparece nos discursos com outros significados, como o simbólico, o político, o cultural, etc.

Segundo Sevilla Guzmán (1997, p.26), “é nesta conjuntura intelectual e política que tem lugar à crise da orientação teórica da modernização agrária liberal”, que a partir dos anos 80, vai se configurando um novo referencial teórico cujo sintetizador é Miguel Altieri. Este referencial teórico denominado “Agroecologia”, tem como pano de fundo um modelo de desenvolvimento rural sustentável que pretende ser alternativo ao discurso oficial dos organismos internacionais, e neste sentido se diferencia do conceito convencional de desenvolvimento.

## **6. A Agroecologia: Conhecimento local/tradicional e conhecimento científico/técnico**

De acordo com Hecht (1989, p.25), o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática tem a idade da própria agricultura. A autora vai se referir às origens que remontam as práticas agrícolas de populações indígenas e africanas. A transição epistemológica substitui uma visão orgânica e viva da natureza para uma visão mais

---

<sup>59</sup> Para uma discussão sobre a idéia de desenvolvimento e de como a noção de *progresso* é substituída pela de *crescimento*, até chegarmos na discussão atual sobre desenvolvimento rural sustentável, ver Almeida (1997) *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*.

<sup>60</sup> A partir dos anos 90, diferentes espaços de discussão sobre a temática vêm se consolidando, como por exemplo, Fóruns, Congressos, Seminários, etc. Mais recentemente em Florianópolis (maio de 2002), aconteceu o V Simpósio Latino-Americano sobre investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários/IESA e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/SBSP. Gostaria de chamar atenção para trabalhos que enfatizam a “agricultura alternativa” - principalmente a agricultura orgânica e agroecológica - como estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Os trabalhos chamam a atenção, também, para o papel das ONGs, das associações de agricultores, enfim, de formas alternativas que buscam a viabilização econômica da agricultura familiar a partir de uma perspectiva sustentável.

<sup>61</sup> Altieri & Masera (1997) fazem uma excelente revisão destes aspectos no artigo Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima.

mecânica. Cada vez mais esta tendência enfatizava uma linguagem científica, uma maneira de se referir ao naturalismo que rejeitava outras formas de conhecimento científico como superstição. (idem, p.27)

Para Hecht (idem, p.29) o termo agroecologia pode significar muitas coisas. Superficialmente definida, a agroecologia geralmente incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Este pode ser chamado o uso “normativo” ou “prescrito” do termo agroecologia, porque implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura.

Conforme Norgaard (1989, p.45) a diferença mais importante entre a visão agroecológica do mundo e a da ciência ocidental é que os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo – sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores. (p.45)

Segundo o mesmo autor (idem, p.46), a Agroecologia permite uma fusão dos conhecimentos ocidental e tradicional. Na ausência de um consenso epistemológico, os agroecologistas recorreram ao pragmatismo. Deste modo, o conhecimento ocidental não é rejeitado, uma vez que a visão mecânica do mundo nos deu muita percepção e as explicações convencionais na agricultura ajudaram os agroecologistas a entender os sistemas tradicionais.

A perspectiva agroecológica procura, portanto, levar em consideração não somente as bases tecnológicas e científicas, mas também traz embutida em sua construção epistemológica a crítica a um modelo de desenvolvimento excludente e convencional, o que a torna, neste sentido, uma perspectiva alternativa.

Para Norgaard (idem, p.47-8), a agroecologia tem bases epistemológicas diferentes da maioria das ciências ocidentais. Ter raízes diferentes é ser radical no verdadeiro sentido da palavra. Os cientistas convencionais empenham-se em trazer novas tecnologias derivadas da ciência moderna para produtores tradicionais para que eles se “desenvolvam”. Os agroecologistas empenham-se em entender como os sistemas tradicionais se “desenvolveram” para aprimorar a ciência da ecologia, de forma que a agricultura moderna possa ser feita de maneira mais sustentável. Os agroecologistas, em resumo, estão removendo os sinais de “mão única” da estrada entre a ciência e o desenvolvimento, e neste sentido as diferenças poderiam levar a algumas polêmicas linhas de questionamentos e pesquisas altamente produtivas. De acordo com Norgaard(idem, ibidem) se a comunidade científica conseguir abrigar duas bases

epistemológicas de pensamento, as próximas décadas podem torna-se períodos inovativos para ambas as ciências agrícolas e para a política de desenvolvimento.

Para Altieri (1989, p.18), a disciplina científica que se aproxima do estudo da agricultura numa perspectiva ecológica é denominada “agroecologia” ou “ecologia agrícola” e é definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira. A tendência agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais.

Do ponto de vista teórico constitui-se enquanto uma alternativa, pois segundo Altieri (idem, p.30-31) ao contrário da agricultura convencional, “a agroecologia pode ser mais bem descrita como uma tendência que integra as idéias e métodos de vários subcampos em vez de uma disciplina específica. A agroecologia pode ser um desafio normativo aos temas relacionados à agricultura que existem nas diversas disciplinas. Ela tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural”.

Em reflexões mais recentes, Altieri (1995, p.167) têm se referido à Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. O autor sugere alguns pontos em comum entre as duas noções:

1. Produção estável e eficiente de recursos produtivos;
2. seguridade a auto-suficiência alimentar;
3. uso de práticas agroecológicas e tradicionais de manejo;
4. preservação da cultura local e da pequena propriedade;
5. Assistência aos mais pobres através de um processo de auto-gestão;
6. um alto nível de participação da comunidade em decidir a direção de seu próprio desenvolvimento agrícola;
7. conservação e regeneração dos recursos naturais.

Do ponto de vista econômico e político, está baseada em conhecimentos científicos e tradicionais que objetivam a geração de tecnologias sustentáveis e alternativas, ao contrário da Revolução Verde que, segundo Altieri (1989, p.68), foi um exemplo claro de tecnologia inapropriada “que tentou resolver os problemas de produção das culturas do Terceiro Mundo através do desenvolvimento de variedades de cereais altamente produtivas, demandando o uso em massa de pesticidas, fertilizantes, irrigação e maquinário (Perelman 1977) Contrário às expectativas, nenhum novo pacote tecnológico significativo, capaz de aumentar as produções, pode ser oferecido à maioria dos camponeses (de Janvry 1981) Os novos pacotes falharam por

não levar em consideração as características da agricultura de subsistência – habilidade em suportar riscos, dificuldades de mão-de-obra, consórcio de culturas simbióticas, necessidades alimentares – que determinam os critérios de manejo e os níveis de uso dos recursos pelos produtores. Na maioria dos casos, as novas variedades não conseguiram superar as variedades locais quando manejadas com as práticas tradicionais (Perelman 1977)

Do ponto de vista técnico e ambiental (idem, p.18):

“Agricultura Alternativa” é definida aqui como uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis através do uso de tecnologias e manejos ecologicamente saudáveis. As estratégias baseiam-se em conceitos ecológicos tais, que o seu manejo resulte em reciclagem de nutrientes e de matéria orgânica otimizados, fluxo e sistemas energéticos fechados, populações de pragas e pestes equilibradas e crescente múltiplo uso da terra.

Para Altieri (idem, p.71-2), a geração de tecnologias sustentáveis deve levar em consideração aspectos naturais e sócio-econômicos, o que pressupõe a interação de conhecimentos e pesquisas em diferentes áreas.

A produção de tecnologias adaptadas às necessidades dos produtores alternativos deveria emergir de estudos integrados das circunstâncias naturais e sócio-econômicas que influenciam seus sistemas de produção e dominam suas respostas às tecnologias alternativas. Muitas circunstâncias podem influenciar o tipo de sistema de cultivo e práticas de manejo que um produtor escolhe. Circunstâncias naturais (clima, solo, pragas e doenças) impõem restrições biológicas ao sistema de cultivo. Por outro lado, muitas circunstâncias sócio-econômicas (transporte, capital, mercado, mão-de-obra, insumos, crédito e assistência técnica) afetam o ambiente externo que condiciona a decisão dos produtores. Conduzindo-se pesquisas multidisciplinares em determinadas propriedades e analisando-se as dificuldades sociais, econômicas, técnicas e ecológicas encontradas em tais propriedades para o cultivo e produção, podem-se obter importantes mecanismos de feedback para as condições da propriedade, práticas de manejo e necessidade dos agricultores. (p.71-2)

Também para Weid (2001, p.6-9), de uma maneira geral é possível apontar algumas questões (técnico-produtivas, econômicas, ambientais, políticas e culturais) que definem a agroecologia e que apontam para o seu futuro.

1. princípio básico da agroecologia é o de explorar a diversidade biótica e abiótica dos ambientes naturais. Neste sentido, a própria noção de monocultura está em contradição com esta abordagem;
2. A agroecologia limita o uso de motomecanização em grande escala;
3. Gestão do espaço e do uso do tempo de trabalho, tornando limitado o uso de mão de obra-contratada a não ser para serviços pontuais, tudo isso aponta para sistemas de produção baseados em mão-de-obra familiar;

4. Forte tendência a uma relação privilegiada entre o emprego da agroecologia e as dimensões de uma propriedade familiar;
5. Processo de fusão dos conhecimentos dos agricultores com as contribuições científicas;
6. As abordagens participativas para a geração e difusão de tecnologia agroecológica apostam na capacidade individual e coletiva dos agricultores de reavaliar os seus conhecimentos herdados ou próprios e de aprender os princípios da agroecologia de modo a construírem eles mesmos os novos desenhos de sistemas agroecológicos, através de experimentação e aprimoramento em permanente processo de socialização de conhecimentos. Assim, o problema de descobrir a solução específica para cada agricultor fica sob responsabilidade de cada agricultor apoiado nos processos coletivos de aprendizado e nos processos educativos introduzidos pelos técnicos;
7. A agroecologia não depende sistematicamente de insumos externos a propriedade mas pode necessitar de um impulso inicial (recursos mínimos, o autor está se referindo especificamente ao cultivo milho/feijão);
8. As organizações de agricultores devem assumir o controle das operações de beneficiamento e comercialização. Para isto são necessários bem mais substanciais do que para a transição dos sistemas produtivos para a agroecologia como também esforços de capacitação em gestão e em organização dos produtores;
9. Será preciso introduzir o conceito de multifuncionalidade da agricultura na legislação, valorizando o papel dos agricultores familiares na conservação do meio ambiente, dos recursos genéticos, do solo e dos recursos hídricos;
10. Apoio especial aos setores mais desfavorecidos. Restaura a viabilidade da agricultura familiar em situação de penúria e de degradação das condições produtivas, exige um investimento maior e mais prolongado, envolvendo garantias de direitos sociais básicos, inclusive o de alimentar-se, como premissa para poder promover a recuperação dos agroecossistemas e viabilizar uma exploração agrícola sustentável (está se referindo especificamente aos agricultores mais pobres do semi-árido nordestino)

Por não apresentar um rigor baseado apenas na racionalidade científica, mas sim em outros conhecimentos, a agroecologia enquanto ciência busca uma compreensão da agricultura, como vimos, através de uma visão das diferentes dimensões (sociais, econômicas, técnicas, ecológicas) não somente das atividades produtivas, mas também da produção de conhecimento. É neste sentido que as novas tecnologias advindas do conhecimento agroecológico são compatíveis com processos organizativos, políticos e

estratégicos específicos, como os vivenciados por ONGs , associações de agricultores, e outras formas alternativas de organização política.

Vale, ainda, destacar, a partir do que foi dito que de uma maneira geral, a Agroecologia possui dois enfoques: o enfoque técnico-agronômico e o enfoque que privilegia a dimensão político cultural. De acordo com Cardoso (2002, p.56-57):

Los primeros pretenden que la Agroecología sea utilizada como una mera técnica o instrumento metodológico para comprender mejor el funcionamiento y la dinámica de los sistemas agrarios y resolver la gran cantidad de problemas técnico-agronómicos que las ciencias agrarias convencionales no han logrado solventar. (...) Por el contrario, quienes sobre valoran su dimensión sociopolítica y cultural pretenden utilizar la Agroecología, exclusivamente, como una herramienta de lucha política, cayendo en un mero activismo socioambiental; ciertamente valioso, pero incapaz de alcanzar una reproducción ampliada de experiencias productivas agroecológicas. Aunque la utilización de las variables sociopolíticas y culturales resulte imprescindible en la Agroecología, su prevalencia ciega esteriliza los diagnósticos y estrategias de sustentabilidad, en sus dimensiones productiva y económica. La consideración de los aspectos político-culturales permiten, a la Agroecología, desvelar los problemas sociales y políticos que mantienen: a la agricultura, por un lado, y a los sistemas rurales, por otro, en una situación de explotación y dependencia. Empero si éstos, los aspectos político-culturales, no se articulan con los aspectos ecológico-productivos y económicos, es frecuente caer en la inoperancia. En realidad, estas adulteraciones de la Agroecología la transforman en una Agroecología débil que no se diferencia en mucho de; por un lado, la agronomía convencional y, por otro, de una “sociología para la acción”, lo que no supone más que una ruptura parcial de las visiones tradicionales.

Esta perspectiva da Agroecologia, que busca articular os aspectos políticos e culturais e os aspectos ecológicos-productivos e econômicos, tem portanto, como já vimos, a sua base nas reflexões de Altieri e de outros autores latino-americanos, que o tomam como referência. Como apenas alguns exemplos, temos os trabalhos – alguns já citados - desenvolvidos por Guzmán Casado (2000); González de Molina (2000) e Sevilla Guzmán (1997, 2001(a), 2001 (b), 2002).

Estes autores, partem do pressuposto, de que o enfoque agroecológico, pretende resgatar o conhecimento local, não como uma “volta ao passado” <sup>62</sup> , mas como um componente essencial, que permita a organização social e produtiva, dos agricultores familiares. Neste sentido, a “ação coletiva” <sup>63</sup> atua, como uma forma de enfrentar a crise e permitir a reprodução social da agricultura familiar.

---

<sup>62</sup> Os modelos de uma agricultura alternativa articulam elementos, tanto do conhecimento tradicional, como do científico moderno. Entre os trabalhos já citados que discutem esta questão, ver ainda Gliessman ( 2000); Moreira (2000) e Muller (2001)

<sup>63</sup> Conforme desenvolvido por Touraine, Palavra e Sangue.

Assim sendo, torna-se fundamental, ressaltar a importância dos movimentos sociais na construção da Agroecologia e de outras formas de Agricultura Alternativa. De acordo com Graziano (1997, p.106), a importância do movimento por uma agricultura sustentável não está somente na criação de novas tecnologias alternativas ou sustentáveis, mas na “produção da consciência”, ou seja, na produção de novas formas “políticas e ideológicas”.<sup>64</sup> Também para Cardoso (2002, p. 63), “a contribuição dos movimentos sociais à Agroecologia poderia ser esquematizada através do que poderia denominar-se como as “formas de consciência” agroecológica”.

A Agroecologia, tem possibilitado por um lado, o surgimento de diferentes experiências produtivas que parecem apontar para a emergência de um novo modelo de produção agropecuário e de manejo dos recursos naturais, baseado no trabalho familiar com a articulação à formas de produção e organização baseadas no associativismo.

É neste sentido, que diferentes disciplinas têm se ocupado em discutir também os aspectos sociais, culturais e políticos da Agroecologia e não somente os seus aspectos produtivos e econômicos. Assim, as formas de agriculturas alternativas, apoiadas pelos princípios epistemológicos da Agroecologia, também têm se aproximado desta integração de conhecimentos. De acordo com Caporal e Costabeber (2000, p. 11), a integração entre os conhecimentos agrônômicos, culturais, ecológicos, sociais e de outras disciplinas correlatas, têm gerado base científica diferente daquela que apoia o modelo agroquímico.

## **7. A sustentabilidade a partir da perspectiva dos agentes sociais**

Os critérios que definem, portanto, a sustentabilidade da Agroecologia, como já vimos, baseiam-se em diferentes dimensões que vão além das preocupações ambientais. Em síntese, de acordo com Guzmán (1997, p.29):

(...) a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expropriadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia,

---

<sup>64</sup> O autor (idem, ibidem) baseia-se na famosa passagem de Karl Marx no prefácio de “Para a Crítica da Economia Política” de 1859. Ou seja, novas formas políticas e ideológicas “pelas quais os homens tomam consciência desse conflito (entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes) e o conduzem até o fim (...)”.

desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e sócio-cultural.

A idéia de sustentabilidade defendida pela Agroecologia , envolve, portanto, não somente as formas de manejo dos recursos naturais e a preocupação com a biodiversidade, mas principalmente, as formas de organização e ação coletiva gestadas pelos agricultores familiares e seus representantes. É neste sentido, que a Agroecologia é referencial epistemológico e princípio para muitas ONGs. Segundo Altieri (1995, p.176), existem muitas compatibilidades nesta integração entre Agroecologia e os projetos de desenvolvimento das ONGs, entre as quais destaco: ênfase na reprodução da família rural, priorização de seu potencial socialmente ativador, uma vez que requer alto nível de participação popular nas técnicas agrícolas regenerativas e de baixos insumos, os técnicos não pretendem modificar o agroecossistema dos agricultores, mas sim identificar elementos de manejo que possibilitem otimizar a unidade de produção. Altieri ressalta também, que para atingir estes objetivos, é necessário complementar o processo tecnológico com programas de educação popular, que busquem “preservar e fortalecer a lógica produtiva do campesinato, ao mesmo tempo em que os apoiam no processo de adaptação tecnológica, na integração com o mercado e na organização social”(idem, p. 177)

De acordo com Guivant (1995, p. 103-104) a partir das diversas modalidades de agricultura existentes (agricultura orgânica, agricultura de insumos reduzidos, agricultura ecológica, etc)<sup>65</sup> é possível estabelecer diferentes planos de sustentabilidade, que podem ser verificados a partir das práticas e técnicas agrícolas, bem como nos discursos produzidos pelos agentes sociais envolvidos com estas experiências. Porém, mesmo em cada tipo de agricultura desenvolvida existem diferenças de representações que vão desde um conhecimento técnico científico até o conhecimento específico dos agricultores. Por outro, temos vários aspectos que impossibilitam a transição de uma agricultura considerada mais "convencional" para uma agricultura sustentável. Estes aspectos vão desde a falta de condições objetivas bem como a resistência as mudanças que envolvem não somente a adoção

---

<sup>65</sup> Para Guivant (1995, p.106), a sustentabilidade agrícola pode ser distinguida em dois tipos mais importantes: a orgânica e a de insumos reduzidos. Basicamente o que distingue a primeira da segunda é que a orgânica tem compromisso primordial de proteger o meio ambiente e a saúde, objetivando a produtividade em longo prazo e não a sua maximização imediatista. Já a agricultura de insumos reduzidos vincula-se à priorização da questão econômica, sendo seu objetivo fundamental a diminuição dos custos de produção, que é conseguida mediante a redução parcial dos insumos químicos e a menor utilização das fontes de energia não renováveis. (idem, p.108-9)

de práticas novas e diferenciadas, mas sim a mudança de comportamento e a reordenação dos conhecimentos e representações consideradas convencionais.

Neste sentido é que os critérios de sustentabilidade para uma agricultura sustentável e/ou alternativa são construídos a partir de comparações com o modelo convencional. Alguns autores têm argumentado que a agricultura familiar em seus diferentes aspectos, tenderia a ser mais sustentável que outros modelos.

De acordo com Veiga (2002, p.10), “sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade) são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e à maior maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe a especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal”.<sup>66</sup>

A comparação apresentada pelo autor, entre o modelo patronal e o modelo familiar, mostra como a sustentabilidade da agricultura familiar pode ser caracterizada em seus diferentes aspectos produtivos, sócio-econômicos e ambientais:

---

<sup>66</sup> As concepções que definem uma agricultura “sustentável” (viabilidade, vivacidade e reprodutibilidade do meio ambiente) como as apontadas no Taller *Las Agriculturas Familiares de cara a um mundo em cambio* (CIRAD-TERA, 1999) correspondem de certa forma a estas apontadas por Veiga. De acordo com o documento as concepções podem ser assim definidas: a *viabilidade* (capacidade para transigir aos embates da natureza e das relações contratuais nas relações comerciais pela capacidade técnica-econômica e a autonomia conquistada nas relações de produção); a *avivacidade* (refere-se a capacidade do produtor para conduzir o sistema de produção, assumir riscos, como também de sua atitude de se relacionar com a rede social buscando apoio e sustentáculos); a *reprodutibilidade* do meio ambiente (refere-se a conservação dos recursos naturais como requisito fundamental na gestão dos sistemas de produção, redimindo os tradicionais tendências de impacto ambiental, tais como cultivos em áreas declivosas, desmatamentos, degradação dos solos, monoculturas e uso intensivo do solos)

**Quadro 01. Comparação entre o modelo patronal e o modelo familiar**

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade da vida
Trabalho assalariado predominante	trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	tomada de decisões "in loco", condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	ênfase no uso de insumos internos

**Fonte: Veiga (2002, p.11)**

Para Carmo (1998, p. 225-226), “a sustentabilidade, em sentido pleno, além do enfoque técnico-produtivo, que envolve o econômico, não pode prescindir dos enfoques ambiental, associado à exploração dos recursos naturais, e social, ligado à concentração dos meios de produção”. Para tanto a autora apresenta um quadro sobre as principais diferenças entre agricultura sustentável e convencional:

**Quadro 02. Principais diferenças entre agricultura sustentável e convencional**

<b>Agricultura sustentável</b>	<b>Agricultura convencional</b>
<b>Aspectos Tecnológicos</b>	
1. Adapta-se às diferentes condições regionais, aproveitando ao máximo os recursos locais. 2. Atua considerando o agrossistema como um todo, procurando antever as possíveis consequências da adoção das técnicas. O manejo do solo visa sua movimentação mínima, conservando a fauna e a flora. 3. As práticas adotadas visam estimular a atividade biológica do solo	1. Desconsidera as condições locais, impondo pacotes tecnológicos 2. Atua diretamente sobre os indivíduos produtivos, visando somente o aumento da produção. 3. O manejo do solo, com intensa movimentação, desconsidera sua atividade orgânica e biológica.
<b>Aspectos ecológicos</b>	
1. Grande diversificação. Policultura e/ou culturas em rotação. 2. Integra, sustenta e intensifica as interações biológicas. 3. Associação da produção animal à vegetal. 4. Agrossistemas formados por indivíduos de potencial produtivo alto ou médio, e com relativa resistência às variações das condições ambientais.	1. Pouca diversificação. Predominância de monoculturas. 2. Reduz e simplifica as interações biológicas. 3. Sistemas pouco estáveis, com grande possibilidade de desequilíbrios. Formado por indivíduos com alto potencial produtivo, que necessitam de condições especiais para produzir e são altamente suscetíveis às variações ambientais.
<b>Aspectos socioeconômicos</b>	
1. Retorno econômico a médio e longo prazo, com elevado objetivo social. Relação capital/homem baixa. 3. Alta eficiência energética. Grande parte da energia introduzida e produzida é reciclada. 4. Alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos.	1. Rápido retorno econômico, com objetivo social de classe. 2. Maior relação capital/homem. 3. Baixa eficiência energética. A maior parte da energia gasta no processo produtivo é introduzida e, em grande parte, dissipada. 4. Alimentos de menor valor biológico e com resíduos químicos.

**Fonte: Carmo (1998, p. 226)**

Pretty (1995), diz que descrever metas para uma agricultura sustentável não é difícil, porém o mais problemático é definir sustentabilidade. Segundo o autor, em qualquer discussão de sustentabilidade é importante clarificar o que está sendo sustentado, para o benefício de quem e a custo de quem, e por quanto tempo, sobre qual área e medida e por

quais critérios. Pelo fato de que, a sustentabilidade é construída socialmente, existem tantas definições, e neste sentido é preciso selecionar parâmetros e critérios que devem ser medidos pelos diferentes atores sociais. Para este autor, a sustentabilidade não pode ser definida com precisão, é um conceito que não apresenta um conjunto fixo de práticas e tecnologias, nem tampouco um modelo único. A agricultura sustentável não é uma estratégia específica de como gerir a unidade de produção, é antes, uma abordagem de como aprender sobre o mundo, sobre a capacidade dos atores aprenderem a respeito das mudanças, de modo que eles possam agir para transformar as atividades existentes.

Ainda de acordo com Pretty (idem), realidades construídas de modos diferentes podem estar relacionadas, e a agricultura sustentável deve prever a participação de diferentes agentes, ou seja, uma ação de base comunitária, onde estejam envolvidos instituições e grupos locais. A idéia de agricultura sustentável envolve principalmente novas maneiras de apreender sobre o mundo, é uma tendência que envolve metodologias de interdisciplinaridade que buscam perspectivas múltiplas e que fazem uso de processos de aprendizado estruturados. O processo de aprendizado possibilita novos conceitos, valores e comportamentos e implica em novos papéis para profissionais e políticas de ação que trabalham com a idéia de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, Scoones e Thompson (1994), assim como Guivant (1997), buscam aprofundar teoricamente a discussão sobre agricultura sustentável, refletindo sobre a necessidade de ir além do *farmer first*. Para Scoones e Thompson (idem), a perspectiva populista falha ao confrontar o impacto do poder sobre relações entre diferentes grupos dentro das comunidades de agricultores e agentes externos. Ela não captura as dimensões sócio-culturais, econômicas e políticas da criação de conhecimento, da inovação, da transmissão e da aplicação dentro das sociedades rurais e organizações científicas.

Em lugar da dicotomia entre o conhecimento tradicional e o moderno ou entre o local e o técnico-científico, Guivant (1997, p. 428), sugere uma perspectiva que aponta para a confluência de conhecimentos híbridos. Com este conceito aponta-se a natureza heterogênea dos conhecimentos, resultado de processos de modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo.

É neste sentido, que diferentes projetos de desenvolvimento rural sustentável, que possuem práticas alternativas de produção e de organização social e que envolvem a participação de diferentes agentes sociais, tem adotado como ferramenta estratégica e metodológica a perspectiva do desenvolvimento local.

## **8. Desenvolvimento local e processo participativo: uma estratégia organizativa, política e metodológica**

O conceito de desenvolvimento local trabalhado por ROVER (2000) tem a ver especificamente com as experiências realizadas por ONGs que atuam com agricultores familiares em âmbito municipal. Segundo o autor, o conceito refere-se, portanto, a prática destas Ongs com o município. É neste sentido que a noção de local foi construída. De acordo com o autor (idem, p.01):

A concepção de desenvolvimento, exatamente pelo fato de os processos propostos pelas Ongs buscarem a participação como catalisadora ao longo de sua execução, é vista como algo a ser construído e definido no processo participativo, e por seus participantes.

O que nos interessa especificamente neste estudo é entender a metodologia elaborada e proposta pelas Ongs que desenvolvem projetos de desenvolvimento local junto aos agricultores e demais agentes municipais, bem como sintetizar as noções teóricas que embasam esta metodologia. As Ongs referidas pelo autor são Cepagro, Viane e Apaco e a metodologia utilizada por estas organizações é a denominada “Metodologia de Animação de Processos de Desenvolvimento Local”.

De acordo com Turnes (1998, apud, Rover, idem, p.46):

Desenvolvimento local é uma noção muito vaga e exige melhor qualificação sobre qual concepção está colocada. Cabe ressaltar que a metodologia e o conjunto da proposta apresentada por essa rede de ONGs buscaram adaptar-se à realidade de municípios essencialmente rurais. Nesta experiência, a noção de desenvolvimento local é orientada por algumas diretrizes de trabalho: a) a Agricultura familiar como base de um novo modelo de desenvolvimento rural; b) a cooperação e a solidariedade entre os agricultores como imprescindíveis à manutenção e ao fortalecimento da agricultura familiar; c) a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, pela criação de infra-estrutura social; d) a criação de empregos no meio rural como forma de evitar o êxodo rural, inclusive pela introdução de novas atividades econômicas; e) a pluriatividade como forma de possibilitar a estabilidade de renda e do “panorama rural”; f) a participação comunitária como catalisadora de todo o processo; g) o papel determinante do poder público em todo o processo; h) a conservação da qualidade ambiental como fator imprescindível na definição das diretrizes do projeto de desenvolvimento local.

É interessante perceber como a noção de desenvolvimento local construída na região oeste e em outras regiões do Estado de SC tem como base e como orientação comum uma metodologia a partir de ações integradas entre as ONGs e os representantes locais dos

municípios envolvidos, o que possibilitou a formação de uma rede. De acordo com Rover (idem, ibidem):

O processo que convencionou-se chamar de “desenvolvimento local” teve em cada município características peculiares, com a orientação comum da “metodologia de animação de processos de desenvolvimento local”. A partir de ações integradas entre o Cepagro, Vianeí e Apaco e representantes dos municípios (...) constituiu-se uma rede de articulação em Desenvolvimento Local, envolvendo técnicos e lideranças, agentes de desenvolvimento local destas organizações e municípios. A partir desta rede manteve-se uma abordagem comum de atuação, viabilizando a elaboração de documentos orientadores e processos de capacitação. Estes processos de capacitação se estruturaram especialmente no oeste catarinense, gerando novas iniciativas de atuação baseadas na mesma abordagem metodológica, nos municípios de Dionísio cerqueira, Irati, Coronel Freitas, União do Oeste e Anchieta. Nestes municípios trabalhou-se especialmente na elaboração de “planos estratégicos e participativos de desenvolvimento rural”, aproveitando-se o conjunto de técnicos ligados à Apaco que atuam nestes municípios e que foram capacitados para tal.

A orientação comum, portanto, do trabalho das ONGs é a “metodologia de animação de processos de desenvolvimento local”, que segundo Rover (idem, p.51):

(...) se estrutura referenciada em dinâmicas participativas, tendo na participação das organizações e pessoas locais a cada momento do processo um princípio de trabalho. Em outras palavras: a participação das organizações e pessoas, através da estruturação de espaços de decisão envolvendo a sociedade civil e o estado local, é apresentada como catalisadora desta proposta de organização do processo de desenvolvimento (Turnes, 1998). Esta participação aparece como mecanismo de : a) mobilização da sociedade local; b) mantê-la informada sobre o andamento do processo em curso; c) aproveitar sua criatividade para potencializar os resultados deste processo

E ainda, de acordo com o mesmo autor (idem, ibidem):

O processo de desenvolvimento local, que tem no envolvimento e participação da “Comunidade” seu catalisador, é apresentado como uma forma de superar a “degradação sócio-econômica” (Turnes, 1996) por que passam os municípios essencialmente rurais, que ficaram a margem do processo hegemônico de desenvolvimento recente do Brasil, orientado por uma lógica urbano-industrial .

Ainda conforme Rover (idem, p. 52) as fases que compuseram inicialmente a “metodologia de animação de processos de desenvolvimento local” são as seguintes, como demonstra o quadro:

**Quadro 03. Fases da metodologia de animação de processos de desenvolvimento local**

<b>FASE</b>	<b>OBJETIVO</b>
a) Contato X Contrato	Informar Animar Assegurar a continuidade
b) Diagnóstico do território	- Conhecer a realidade
c) Elaboração do Plano de desenvolvimento local	Envolver atores sociais Projetar futuro
d) Restituição à comunidade	- Divulgar o plano de desenvolvimento
e) Grupos de Trabalho	- Formar grupos locais para estruturar a execução do plano de desenvolvimento
f) Formação	- Qualificar a ação através de um programa estratégico de formação
g) Acompanhamento e avaliação	- Realizar objetivos e metas

**Fonte: Rover (Rover, 2000, p.52)**

Compreender o que significa esta metodologia construída e adotada pelas ONGs envolvidas com projetos de agricultura familiar e de desenvolvimento local é importante na medida em que é este o referencial que normalmente é utilizado pelos técnicos principalmente nas fases em que pretende-se uma “sensibilização” e “mobilização”<sup>67</sup> de agentes sociais locais para a elaboração de novos projetos alternativos. É nas primeiras etapas do processo que um trabalho de sensibilização é realizado inicialmente junto às lideranças locais no sentido passar um novo referencial sobre alternativas de desenvolvimento local, entre as quais se incluem o uso de tecnologias agroecológicas, agroindustrialização de pequeno porte e cooperação e associativismo.

A Apaco tem, portanto, nesta metodologia um referencial para a elaboração de projetos junto aos municípios bem como aos grupos de cooperação já existentes. A própria formação de um grupo de cooperação que tem a intenção de trabalhar com a perspectiva agroecológica ou outras atividades alternativas, desenvolve juntamente com os técnicos esta metodologia muitas vezes de forma aleatória. Isto não quer dizer que o plano de desenvolvimento local seja menos eficaz, mas que o cumprimento das etapas da metodologia não são critério obrigatório para o processo de construção do desenvolvimento local. A questão central que envolve estes processos está na possibilidade de uma “elaboração participativa” que segundo Rover (idem, p.53 -4) vai possibilitar as pessoas da comunidade se questionarem quanto ao referencial sobre o que vem a ser desenvolvimento, e até que ponto

---

<sup>67</sup> Estas noções são desenvolvidas por Rover (2000, p. 53-4)

esta participação vai potencializar um processo que gere sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Existe uma questão de fundo que norteia todo o processo de construção de um projeto de desenvolvimento local, que é a noção de “participação”. De acordo com Leff (2000, p.337):

As novas lutas camponesas pelo desenvolvimento sustentável vem-se associando e entrelaçando com as lutas pela democracia, quer dizer, pela decisão consensual, a partir das bases das organizações populares, através de sua participação direta na gestão de recursos produtivos. O movimento ambientalista reivindica os princípios da descentralização e autonomia como fundamento de suas formas de organização e tomadas de decisões, opondo-se às estruturas hierárquicas e aos sistemas de dominação que caracterizam as instituições políticas.

É interessante relacionarmos esta noção e seu significado em processos específicos como nos casos estudados por Rover. Para o autor, (idem, 142) a noção de participação que possuem os agentes sociais envolvidos com a construção dos fóruns de desenvolvimento local nos municípios estudados, demonstra fragilidades, na medida em que esta noção na prática e nas ações não condiz com a metodologia previamente elaborada.

Fazendo uma crítica ao processo e a própria metodologia elaborada Rover (idem, p. 145) afirma:

Uma orientação metodológica melhor definida para a gestão do processo de execução dos PEP's elaborados daria outra qualidade ao mesmo, mas certamente não teria a capacidade de resolver a dimensão de conflitos que se põem neste momento. Até porque, uma metodologia que se arrogue esta capacidade pode estar sendo transformada mais em um fim em si mesma do que em um meio de trabalho, correndo o risco de minimizar os conflitos locais, mas ao mesmo tempo de cristalizar a capacidade criativa das pessoas, grupos e organizações. Não se trata, portanto, nem da super-valorização de uma metodologia de trabalho, nem de um processo de desenvolvimento que fique a mercê dos interesses dos políticos tradicionais. Trata-se de propor uma metodologia que represente um caminho para a ação integrada entre as forças locais, que contemple a diversidade de interesses existentes, mas que também contemple a inserção constante de novos agentes na construção do processo de desenvolvimento. Uma metodologia que oportunize condições para ampliação de espaços de exercício de cidadania ativa, dinamizando a participação cidadã, gerando e ampliando o capital social e, assim, produzindo contrapontos às dimensões de autonomia e heteronomia das práticas políticas locais. Estas são contribuições que podem ser dadas pelo uso de alguma metodologia de trabalho participativo, como, por exemplo, a “metodologia de animação de processos de desenvolvimento local”.

Se do ponto de vista metodológico nem sempre as ações participativas seguem rigorosamente as orientações, este fator não tem impedido que diferentes agentes sociais se organizem e construam alternativas de viabilização econômica e social baseadas em

princípios como o cooperativismo e a solidariedade, buscando com isso a contraposição a um modelo de desenvolvimento excludente. Exemplo disto são as experiências de sócio-economia solidária que têm possibilitado a elaboração de uma nova matriz teórica baseada em perspectivas do desenvolvimento alternativo. A sócio-economia solidária enquanto uma perspectiva mais ampla têm sido concretizada a partir de experiências auto-gestadas por diferentes setores da sociedade civil. Organizados em redes, associações, grupos de cooperação, etc, agentes do setor urbano e rural têm buscado alternativas para o desemprego, a exclusão social, a fome, o êxodo rural, etc.

### **9. A sócio-economia solidária: uma concepção alternativa de cooperativismo e solidariedade**

As origens da economia solidária, de acordo com Singer (2002), estão diretamente associadas aos movimentos sociais do início do século XIX - principalmente os operários - pautados sob a ideologia do socialismo que pretendiam criar formas alternativas de produção e renda que pudessem minimizar a pobreza e desemprego causados principalmente após a Revolução Industrial.

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta a pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (idem, p.83)

A economia solidária ou também chamada de sócio-economia solidária está inserida dentro de uma concepção mais ampla que pretende se contrapor a um modelo de desenvolvimento econômico e social excludente. Neste sentido, tanto as discussões teóricas quanto as experiências concretas relacionadas a esta área podem ser inseridas na perspectiva do desenvolvimento alternativo. De uma maneira geral a discussão teórica sobre a economia solidária busca se contrapor e repensar as relações entre conceitos como trabalho, modo de produção, mercado, capital, emprego/desemprego, distribuição de renda, exclusão social, etc. Mais do que uma discussão teórica, a economia solidária é uma construção dos movimentos sociais e dos trabalhadores engajados nestas lutas. De acordo com Singer (2000, p. 13), a economia solidária possui uma base ideológica importante:

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

O autor (idem, p.14) defende que as bases ideológicas da economia solidária vêm sendo construídas historicamente há dois séculos e que os resultados deste processo podem ser assim sintetizados:

1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;
2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles;
3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;
5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc

De acordo com o autor há, portanto, uma forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a economia solidária. (idem, p.15) Porém isto não quer dizer que os trabalhadores rejeitem totalmente o capitalismo, mas encontram na economia solidária uma alternativa de viabilização econômica e social muitas vezes impossibilitada pelo modelo de desenvolvimento convencional. Apesar do fato da economia solidária centrar-se também na produção econômica e no mercado, ainda assim ela se diferencia dos empreendimentos capitalistas, na medida em que a estrutura organizacional das experiências solidárias não está nas mãos dos patrões e sim dos próprios trabalhadores. Este é um aspecto objetivo importante. Porém, por trás desta objetividade, questões de ordem política e ideológica permeiam a concepção de economia solidária.

Segundo Singer (idem, p.21-22) “uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma

opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho”.

A economia solidária tem, portanto, a sua base nas chamadas empresas solidárias organizadas em forma de cooperativas. Para Singer (idem, p. 84-5) a empresa solidária pode ser definida pelas seguintes características:

1. a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção
2. capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa
3. Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores
4. capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há “lucro”, pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital.

As questões delineadas acima definem a modalidade básica da economia solidária que está baseada na cooperativa de produção e nas relações sociais de produção. De acordo com Singer (idem, 84-85), além da cooperativa de produção existem outras modalidades para as empresas solidárias. São elas:

- a) Cooperativa de comercialização: composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também as suas vendas.
- b) Cooperativa de consumo: que é possuída pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade dela é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperados.
- c) Cooperativa de crédito: são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. Para que sejam solidárias, é preciso que os trabalhadores que as operam profissionalmente sejam sócios dela.

A economia solidária possui logicamente uma inserção econômica, porém sem estar desvinculada de uma inserção política já que pretende ser um modelo de produção alternativo que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento convencional e que é auto-gestado por trabalhadores. Neste sentido para Singer (idem, p.86):

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Porém, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção e de organização social, porque não consegue inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. Neste sentido Singer diz que a economia solidária cresce em função das crises sociais que o capitalismo engendra, e por isso, ela se viabiliza e se torna uma alternativa concreta. (idem, p.86-7)

A economia solidária surge no Brasil nos anos 80, como resposta à grande crise de 1981-83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar. Foi, portanto, o fechamento de empresas e a demissão de numerosos trabalhadores durante os anos 1980 e 1990 que impulsionou o desenvolvimento da economia solidária, que pretendia criar possibilidades de manter os trabalhadores em seus postos e locais de trabalho.

É importante ressaltar que a economia solidária foi sendo construída de acordo com as necessidades dos trabalhadores e de suas entidades de representação. O trabalho de assessoria de ONGs e mais especificamente de pessoas ligadas a elas neste processo também foi fundamental para a formação a concretização da idéia.<sup>68</sup>

É possível afirmar, portanto, que a economia solidária ou também conhecida como sócio-economia solidária vêm se construindo como uma linha teórica multidisciplinar, na medida em que diferentes áreas de conhecimento têm focado esta temática sob diferentes aspectos. Por outro lado, e mais importante, é o fato de que a economia solidária faz parte de um movimento social mais amplo, organizado principalmente por ONGs, que pretendem construir através de experiências concretas e participativas um novo modelo de desenvolvimento econômico e social a partir de experiências alternativas que possibilitem a viabilização econômica e social de diferentes segmentos de trabalhadores.

---

<sup>68</sup> A experiência da Makerly, uma grande fábrica de sapatos de Franca (SP) que entrou em crise, “foi a base que permitiu desenvolver uma metodologia de transferência de empresas capitalistas a seus empregados. “Gente de todo o país, sindicalistas, políticos, trabalhadores, imprensa, todos iam até Franca para conhecer a experiência que eles denominaram “fábrica de trabalhador” . Este contexto de crise e de auto-gestão vivenciado pelos trabalhadores culminou em um Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão realizado em 1994 em São Paulo, onde decidiu-se criar a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) (Singer, idem, p.89)

A economia solidária vem sendo construída e reinventada a partir do intercruzamento de diferentes movimentos e entidades que buscam alternativas concretas para a exclusão social e o desemprego.<sup>69</sup> Como exemplo destes movimentos devemos ressaltar o importante papel de sindicatos, de seus assessores e trabalhadores filiados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem se organizado para viabilizar os assentamentos a partir de diferentes tipos de cooperativas. O Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida também constituiu um marco importante para a construção desta concepção. Como exemplo de apoio às experiências de economia solidária podemos citar a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligada a central sindical CUT, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese; as atividades da Cáritas, órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), da FASE no Rio de Janeiro e de ações de algumas prefeituras que compartilham com esta concepção e que portanto, tem apoiado projetos específicos em suas cidades.

De acordo com Souza (2000, p.7-8), as experiências de economia solidária no Brasil agregam cerca de 100 mil trabalhadores. Segundo o autor este conjunto é ínfimo no quadro ocupacional brasileiro, mas está em evidente expansão, sobretudo no que se refere a mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho. Estas experiências são significativamente apoiadas pelos sindicatos, ligados ao novo sindicalismo, por ONGs e sobretudo, pela Anteag, que conta hoje com 103 projetos autogestionários, com cerca de 25 mil trabalhadores, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul.

As experiências de economia solidária podem ser caracterizadas em diferentes níveis: empreendimentos maiores e menores, formais e informais, coletivos e semi-coletivos. Em sua forma estrutural e jurídica, essas experiências normalmente são chamadas de cooperativas. As cooperativas formadas com base na economia solidária podem ser categorizadas em diferentes tipos: cooperativas industriais, de produção, de crédito, de comercialização, de troca, etc. Como exemplos de experiências podemos citar a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) que congrega 11 cooperativas industriais; o MST, congrega hoje 86 cooperativas espalhadas em nove centrais estaduais de cooperativas dos assentados, todas ligadas nacionalmente a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab); a Rede de Incubadoras

---

<sup>69</sup> É importante ressaltar que a APACO, ONG investigada neste estudo, compartilha com esta noção de economia solidária, na medida em que faz parte de uma rede mais ampla ligada a Movimentos Sociais, ONGs, Sindicatos, Universidades entidades que tem participado da construção desta concepção enquanto um referencial

Tecnológicas de Cooperativas Populares, presente hoje em 14 universidades em diversos estados brasileiros; o Sistema Cresol de Cooperativas de crédito rural; os clubes de troca. Por outro lado, existem movimentos internacionais mais amplos, como o *Aliança por um Mundo Responsável e Solidário*, articulado no Brasil pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a experiência chamada de Economia de Comunhão, nascida em 1991 no interior do movimento católico Focolares. (idem, p.8-10)

De acordo com Singer (2000, p.23) existe uma variedade de organizações que compõem a economia solidária e que a partir disso é possível formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos da atividade econômica. O setor da agricultura familiar, composto principalmente pelos grupos de cooperação agrícola, associações de agricultores, cooperativas familiares, trabalhos de formação, intercâmbio e assessoria que têm como base o desenvolvimento rural sustentável e solidário são importantes exemplos de experiências no Sul do Brasil.

Para Singer (idem, p.24) a experiência solidária terá êxito na medida em que ela for construída, primeiro sob os princípios da solidariedade, e segundo a partir da interação de diversos canais (ou redes – grifo da autora) inter-relacionados. Por exemplo, para se manter, a experiência deverá ter condições de se financiar, se abastecer, escoar sua produção, aperfeiçoar-se tecnologicamente e educar seus membros em intercâmbio com outros empreendimentos solidários.

### ***9.1. Para além da economia: a sócio-economia solidária na agricultura familiar***

É importante deixar claro que a concepção de economia solidária ou sócioeconomia solidária que pretendo utilizar, diz respeito primeiramente, àquela adotada pela rede de agentes sociais envolvidos na problemática desta tese.<sup>70</sup> A própria discussão teórica a respeito da temática vêm sendo construída e recuperada tanto por intelectuais, lideranças de movimentos sociais, sindicalistas, técnicos, etc. Neste sentido, esta concepção é resultado principalmente das experiências concretas e dos movimentos sociais que pretendem a

---

político-ideológico e que está também em processo de se constituir enquanto uma matriz multidisciplinar, orientadora de diferentes problemáticas de estudo.

<sup>70</sup> A base política e ideológica que têm servido como referencial para a construção conceitual da idéia de sócioeconomia solidária e de uma maneira mais abrangente de desenvolvimento sustentável e solidário, diz respeito principalmente à concepção desenvolvida pelo Movimento Sindical, ligado à Escola Sindical Sul da CUT. No âmbito da agricultura familiar, é o Projeto Terra Solidária, também ligado a CUT Rural, juntamente com o DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais), que têm orientado e formado, a partir de uma rede, os diferentes atores envolvidos com a agricultura familiar.

construção de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico. De acordo com Peraci (2000, p. 13-14):

(...) o comum acordo conceitual entre alguns pesquisadores do campo popular rural entende a sócio-economia solidária como todas as formas de organizar a produção, a transformação e distribuição com princípios solidários, onde aspectos da gestão com elementos de cooperação/interação, ajuda mútua e motivação para a mudança com perspectivas no reposicionamento das pessoas frente a processos, e conseqüentes melhorias individuais, são componentes estratégicos que ajudam a definir e operacionalizar o termo. ONGs, sindicatos, cooperativas, condomínios, grupos e outras formas de cooperação na agricultura familiar, formais e informais, apresentam embriões de desenvolvimento organizacional e humano que se aproxima de tal conceituação. Vale ressaltar que nessas aproximações teóricas, o conceito de *cultura* ganha peso e importância na perspectiva do desenvolvimento e que o termo *economia* solidária limita-se o que pretende e faz-se neste campo de trabalho.

O autor chama a atenção para os limites do conceito de economia solidária quando apenas pensado no meio urbano, e mais especificamente em espaços de grandes empreendimentos industriais. Neste sentido, procura ressaltar as diferenças entre o meio urbano e o meio rural. Estas diferenças dizem respeito muito mais às atividades produtivas, a dinâmica cotidiana e aos valores culturais que envolvem a agricultura familiar, do que propriamente à concepção geral que norteia a idéia de economia solidária. Segundo Peraci (idem, p.14):

Diferente do meio urbano, o debate sobre sócioeconomia solidária no meio rural não deve se prender a aspectos da ocupação formal (emprego), pois as famílias rurais vivem no “pleno emprego/ocupação”, em que a inexistência de políticas estruturais – geração de renda, financiamento da produção, habitação, educação/capacitação, saúde, seguro agrícola, reforma agrária e outras – são fatores limitantes para a continuidade na atividade. Ou seja, o trabalhador urbano está subordinado/submetido a um processo produtivo de rotina que lhe permite pouco ou nenhum princípio de gestão sobre o capital e seu trabalho, daí a origem constante do conflito capital e trabalho coordenado pelos sindicatos urbanos. Diferente desta situação, no meio rural a gestão familiar é completa sobre os fatores do desenvolvimento: terra, capital e trabalho, com elevado grau de autonomia em relação a tomada de decisões estratégicas (épocas, cultivos, preços, seleção tecnologias, contratações, etc), situação que podemos definir como autogestão na sua plenitude.

A concepção de sócioeconomia solidária presente no projeto de desenvolvimento rural sustentável defendida pela APACO, está diretamente relacionada aos Programas adotados pela Associação, que pretendem viabilizar os grupos de cooperação agrícola a partir de uma rede de agentes que possuem os mesmos princípios. Desde a produção, até a certificação dos produtos as ações da APACO envolvem programas que tem como princípios a cooperação, a agroecologia e a solidariedade. A noção de solidariedade está presente inicialmente nas atividades coletivas de produção dos grupos e associações, no trabalho

desenvolvido pelas cooperativas familiares, como por exemplo, as de crédito rural, ligadas ao Sistema Cresol. Fazendo parte deste mesmo conjunto de ações, o programa de formação e intercâmbio prevê a troca de informações e experiências pautadas também sob os mesmos princípios. Um importante exemplo disso, diz respeito ao Programa Terra Solidária, ligado a CUT Rural e ao DESER. Todos estes programas interligados entre si por uma rede de agentes, constituem alternativas de viabilização sócio-econômica e de fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com Magalhães e Todeschini (2000, p. 137):

Nas áreas rurais de todos os estados, milhares de pequenas associações, cooperativas e condomínios estão sendo formadas nos últimos vinte anos como alternativas às grandes cooperativas agropecuárias, como formas economicamente mais viáveis, democráticas e adequadas às condições da agricultura familiar, desenvolvendo inclusive a organização da produção e da comercialização de produtos orgânicos. Na base rural da CUT, nos três estados da região Sul, foi constituído um sistema de crédito com interação solidária – o Sistema Cresol – composto por trinta cooperativas de crédito rural para a agricultura familiar. Este sistema está viabilizando o crédito para agricultores que não conseguiam atender às exigências financeiras e burocráticas do sistema bancário oficial.

O papel do sindicalismo junto aos trabalhadores rurais tem possibilitado, portanto, importantes reflexões e ações voltadas à economia solidária. Os projetos relacionados à agricultura familiar estão inseridos dentro de uma discussão mais ampla, em que a Central Única dos Trabalhadores têm formulado uma política sindical para a economia solidária, organizada por uma Agência de Desenvolvimento Solidário, voltada para pensar e formular políticas que possam promover um novo tipo de desenvolvimento (Magalhães & Todeschini, 2000, p. 135). De acordo com os autores (idem, p. 140):

Por isso o debate atual na CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Daí a centralidade que as formas de desenvolvimento local, de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento solidário vêm ocupando na agenda dos setores populares como processos de inclusão qualificada e distribuição de renda. A construção desta nova concepção de desenvolvimento demanda um intenso processo de formação de dirigentes e técnicos que os torne capazes de gerir uma política neste terreno, incorporando temas e práticas ainda não muito comuns à maioria das nossas organizações comerciais e financeiras, mercado e comercialização, cooperativismo e autogestão etc.

As experiências de economia solidária pensadas no âmbito dos movimentos sociais, ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais, tem tido, portanto, como base de seus projetos e programas a viabilização da agricultura familiar. Estes programas estão voltados

especificamente para atender aquela parcela excluída do sistema convencional, porém nem todos os agricultores familiares tem tido acesso a estes programas, pois uma parte deles ainda optou por estar vinculado, por exemplo, ao sistema convencional das grandes agroindústrias. Esta é uma diferença fundamental para entendermos a que tipo de desenvolvimento estão se referindo estes agentes. A noção de solidariedade presente nestes projetos está diretamente relacionada a uma concepção alternativa de cooperação que pretende ser contrapor ao cooperativismo convencional. Algumas formas de cooperação agrícola realizadas entre agricultores familiares têm sido utilizadas como mais uma alternativa de viabilização econômica e em muitos casos de uma real possibilidade de mudar de sistema produtivo e inclusive de repensar os valores frente ao significado que o sistema convencional têm em suas vidas.

## **10. Do Cooperativismo Convencional à Cooperação Agrícola**

De uma maneira geral existem diversos trabalhos com diferentes perspectivas teóricas que tratam sobre o cooperativismo.<sup>71</sup> Por outro lado, existem importantes trabalhos que buscam diferenciar o cooperativismo convencional da concepção de cooperação agrícola, sendo que esta última está diretamente relacionada às perspectivas da agricultura familiar que pretende a construção de um novo modelo de desenvolvimento que se contraponha ao convencional. É, neste sentido que a cooperação agrícola é uma das principais perspectivas de desenvolvimento econômico e de reprodução social dos agricultores familiares. A cooperação agrícola como uma alternativa, não diz respeito somente à viabilização econômica, mas se trata também de um projeto de vida, de transformação de um modelo de desenvolvimento econômico e social excludente e conseqüentemente da construção de um novo modelo de desenvolvimento que tem como princípios a parceria e a solidariedade.

A revisão teórica aqui realizada buscará sintetizar dados, em primeiro lugar que demonstrem a origem do cooperativismo agrícola no Brasil, bem como a diversidade e as formas de cooperativismo em suas diferentes concepções, objetivando com isso delimitar de que tipo de cooperação estamos tratando. Por outro lado, interessa fundamentalmente as discussões que relacionem a cooperação agrícola, primeiro a projetos da agricultura familiar

---

<sup>71</sup> Uma referência que busca sintetizar os diferentes aspectos que envolvem o cooperativismo desde a sua história, seus conceitos, suas determinações jurídicas e de como este aspecto apenas não consegue caracterizar o cooperativismo em suas diferentes formas, está presente em Rios (1989)

que pretendem a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Juntamente a esta discussão mais ideológica e política que perpassa este tipo de cooperação, apresentarei dados específicos sobre a cooperação agrícola na região em estudo desta tese.

### ***10.1. O cooperativismo agrícola no Brasil***

Interessa mostrar neste momento quais os principais aspectos que impulsionaram a origem do cooperativismo agrícola no Brasil e não realizar uma longa revisão teórica, mesmo porque alguns trabalhos já fizeram isto.<sup>72</sup> De uma maneira geral é possível dizer que as primeiras cooperativas agrícolas surgiram no estado do Rio Grande do Sul no início do século XX, e tinham como objetivo mudar a situação dos produtores coloniais que encontravam-se “em desvantagem frente a economia central do país e ao capital comercial, que absorvia a maior parte, senão a totalidade, dos excedentes econômicos gerados” (Bach, 2001, p. 81)

As cooperativas desde o seu início tinham como objetivo dar assistência técnica e financeira aos associados, bem como servir de canal direto de comercialização dos produtos dos pequenos agricultores. Elas significam, portanto, uma forma alternativa de apoio aos agricultores que se sentiam excluídos do mercado mais formal e das políticas públicas. Somente mais tarde, com os efeitos da crise de 1929, desencadeada com a quebra da Bolsa de Nova York, é que o Estado passou a interferir juridicamente promulgando um decreto lei em 1932 que simplificava a fundação das cooperativas e as isentava de impostos. (idem, p.82)

A atuação do Estado se resumia, basicamente em criar leis que definissem políticas específicas sobre o cooperativismo. De acordo com Bach (idem, p.83), foi a partir de 1950 até 1970, que “o cooperativismo de produção foi articulado e implantado por meio de políticas governamentais cujas diretrizes estavam direcionadas a viabilizar objetivos de auto-suficiência para o abastecimento do crescente mercado interno. O estado viu o cooperativismo como um dos instrumentos que melhor viabilizaria a execução das políticas econômicas voltadas ao setor rural, inserindo-o, portanto, no novo padrão de acumulação do capital”.

O cooperativismo agrícola no Brasil de uma maneira geral até o final dos anos 70 e início dos anos 80, com a criação das grandes cooperativas, passa a se caracterizar de forma

---

<sup>72</sup> No que diz respeito ao cooperativismo agrícola de um ponto de vista histórico consultar Campos, G. L. R. (1998) *Cooperativismo Agrário e integração econômica; a agricultura familiar no Mercosul*. No que diz respeito à história do cooperativismo em Santa Catarina ver OCESC/ITEC/DENACOOOP (1996). *O cooperativismo ao alcance de todos*. Sobre a cooperação agrícola no Oeste Catarinense, ver Prim, (1996), Massi, Jacir (2000) e Bach, Celso (2001), Schmidt et al (2002) e Busnello (2002).

convencional, na medida em que estas cooperativas passam a atender aos interesses do capital e de um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado. Geralmente, a forma de gestão hoje destas cooperativas na prática não está centrada na autogestão e tampouco em princípios de participação democrática, diferentemente das cooperativas geridas, por exemplo, pelos agricultores familiares. É importante ressaltar a diferença entre o modelo cooperativista das grandes cooperativas, do modelo construído pelos agricultores familiares, movimentos sociais, ONGs e outras entidades principalmente a partir dos anos 80.

Embora o cooperativismo desde as suas origens tenha como princípio a *gestão e o controle democrático*<sup>73</sup>, a maioria das cooperativas convencionais vêm perdendo credibilidade na medida em que não tem colocado em prática estes princípios. De acordo com Silvestro (1995, p. 306):

Os pequenos agricultores dizem não acreditar mais nesta instituição enquanto mediadora entre eles e o Estado, ou entre eles e o mercado. Nas suas lutas não percebem a cooperativa como aliada em um novo projeto para a agricultura regional. Os pequenos agricultores acreditam que estão perdendo o seu espaço dentro da cooperativa e que ela favorece determinados grupos, principalmente, os agricultores fortes. Entendem, pois que a Cooperativa faz o jogo do mercado, e que este, na sua forma pura de manifestação, *tende a excluir os pequenos agricultores*.

A origem e formação de cooperativas agrícolas, se analisada a partir de uma perspectiva sócio-histórica, está diretamente relacionada aos diferentes momentos de crises que o setor agrícola brasileiro têm vivenciado. O processo de modernização agrícola, por um lado contribui para o fortalecimento de um modelo de cooperativismo voltado somente para o mercado e a produtividade, e por outro, levou parcela dos agricultores familiares que sentem-se excluídos a buscarem novas alternativas. De acordo com Bach (*idem*, p.93):

Numa crítica ao Cooperativismo brasileiro, Schneider (1984, p. 17), afirma que há por parte da assistência técnica das cooperativas uma aceitação incondicional do pacote tecnológico com vistas ao aumento da produção e da produtividade. Subordinam-se as cooperativas ao modelo agrícola oficial de modernização tecnológica indiscriminada, forçando o produtor associado a aceitar os pacotes e desconsiderando a metodologia de produção já há muito utilizada por ele. Assim, a principal vítima é o pequeno produtor, descapitalizando-se, endividando-se perigosamente e transferindo aos poucos seu capital e poupança às indústrias de insumos e de equipamentos.

---

<sup>73</sup> Um dos princípios reformulados pela Aliança Cooperativa Internacional em 1966 em Viena. (apud, BACH, *idem*, p.86)

## 10.2. As formas alternativas de associativismo: origens e conceitos

Do ponto de vista conceitual, faz-se necessário distinguir entre “cooperativismo” e “associativismo”. Como vimos, o cooperativismo em suas origens, tinha um caráter mais “alternativo”, porém com o passar do tempo, os princípios de solidariedade, auto-gestão, democracia, etc, foram se perdendo, dando lugar, à preocupação apenas com a produtividade e a lucratividade. De acordo com Schmidt et al (2002, p. 60), o “cooperativismo”, inicialmente foi implementado a partir da atuação de instituições governamentais, porém mais como recurso auxiliar de políticas de modernização da agricultura do que como um instrumento efetivo de organização. Neste sentido, portanto, se diferencia de formas alternativas de “associativismo”, organizadas pelas associações de agricultores familiares, ONGs, etc.

Existe um consenso entre alguns autores de que a origem da cooperação agrícola esteja em formas mais simples de associativismo, como por exemplo, o mutirão, bem como outras experiências motivadas e organizadas por agente sociais em diferentes épocas . De acordo com Reis (1998, p. 191) ao longo dos anos 70 e início dos 80 o modelo de coletivização adotado pelo MST, inspirava-se nas chamadas “roças comunitárias”, que eram “projetos de ação coletiva adotados , segundo Esterici (1984, p.34), pelos setores ligados à Pastoral Rural”. Prossegue a autora dizendo que:

De acordo ainda com Esterici (idem, ibidem), “solidariedade, igualdade e união” era o tripé de valores políticos-cristãos nos quais baseavam-se esses projetos. O perfil ideal desse modelo de coletivização tinha como base, segundo a mesma autora (idem ibidem), a posse e o uso coletivos da terra, o trabalho coletivo e a apropriação igualitária dos produtos desse trabalho. (idem, ibidem)

Estas formas mais atuais de cooperação agrícola e associativismo teriam portanto, de acordo com alguns autores (Santos, 1984 e Bonin,1987), a sua base em uma tradição camponesa.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> De acordo com Santos (1984) e Bonin (1987), estas formas de cooperação agrícolas atuais teriam haver com uma tradição camponesa mais geral, com um determinado “*ethos* comunitário”. Este *ethos* estaria presente não somente nas relações de produção, mas de uma maneira geral nas diferentes relações (de parentesco, de vizinhança, de lazer, etc) do universo rural. (grifo da autora)

De uma maneira geral a idéia de cooperação agrícola está presente em diferentes espaços de discussão e de ação da agricultura familiar. São principalmente os movimentos sociais ligados à agricultura familiar os principais espaços onde a idéia foi inicialmente pensada. Um dos principais movimentos sociais a elaborar a proposta da cooperação agrícola como projeto de viabilização da agricultura familiar foi o MST. De acordo com Kleba (idem, p.56):

Teria surgido a partir do consenso sobre a inviabilidade da pequena propriedade convencional (não associativa) no sistema capitalista vigente, e sobre as vantagens da economia de escala. Além disto, o caráter coletivo do trabalho e da posse da terra aparecia como uma forma “superior” em contraposição ao caráter “individualista” do capitalismo.

Portanto, o MST tradicionalmente tem o mérito de ter iniciado experiências alternativas de cooperação agrícola, porém paralelamente e no mesmo período - meados dos anos 80 em diante – outros segmentos da agricultura familiar passaram a construir propostas de cooperação agrícola similares. Também para Cazella (1992), foi o MST a organização que mais investiu esforços no sentido da formulação de uma política de cooperação agrícola para os agricultores assentados.

Assim, a perspectiva do desenvolvimento econômico de agricultores familiares organizados em forma de cooperação agrícola, significa mais do que a possibilidade de produzir, mas sim uma forma de se contrapor a um modelo de desenvolvimento excludente.

Em Santa Catarina, como em outros estados brasileiros, o processo de modernização agrícola causou profundas mudanças no papel da agricultura familiar. Por um lado, temos uma parcela desta população rural integrada a agroindustrialização convencional das empresas privadas e por outro, uma grande parcela sendo excluída dos padrões tecnológicos e de mercado impostos por este modelo. Esta situação de exclusão e crise vivenciada por muitos agricultores familiares os leva a optar por dois caminhos: o êxodo rural ou a busca de novas alternativas para o universo rural. Alternativas de associativismo e de cooperação agrícola têm sido formas encontradas pelos agricultores e entidades que os assessoram e representam para buscar novas alternativas de viabilização da agricultura familiar.

### ***10.3. O Cooperativismo “convencional” e o Associativismo “alternativo” em Santa Catarina***

De acordo com Schmidt et al (2000), no Estado de SC, o processo de criação de cooperativas não se deu de forma diferente ao resto do País, ou seja, forma criadas cooperativas principalmente incentivadas por instituições governamentais. No caso do Oeste Catarinense, os autores referem-se (idem, p. 70-71), especificamente à COOPERALFA. Nos anos 70, estas cooperativas, eram as únicas opções existentes e foram cada vez mais se aproximando do modelo de seus “concorrentes” (idem, p.72), os grupos agroindustriais.

A partir dos anos 80, o modelo de desenvolvimento da agricultura dominante, passou a mostrar sinais de esgotamento, atingindo, diretamente, os agricultores e, por consequência o sistema cooperativo existente. Como tentativa de fortalecer o sistema cooperativo convencional, de acordo com Schmidt (idem, p. 73), em 1998 o governo federal criou o RECOOP (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária), que de uma maneira geral, não atendia aos interesses de todos os setores da agropecuária.

Em Santa Catarina, de acordo com Schmidt et al (idem, p. 76), os movimentos e setores progressistas da Igreja também passam a discutir e estimular a criação de novas formas de organização, as quais os autores denominam como “cooperação alternativa” ou “novo associativismo”.

Cazella (1992, p.75-76), destaca o papel do CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), ONG estadual idealizada e fundada em 1990, por profissionais da então ACARESC, hoje EPAGRI. O autor (idem, ibidem), chama a atenção para a relação que já existia nos anos 90, entre agentes, objetivando a criação de formas alternativas de associativismo para os agricultores familiares do Estado de SC, ressaltando assim o significado político destas alternativas.

Schmidt et al (idem, p-98-106), realizam também, um apanhado dos Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural no Estado de SC. Os autores diferenciam entre dois sistemas (chamado cooperativismo tradicional e o alternativo) existentes no Estado e que atendem à grupos e agricultores individuais. De acordo com os autores (idem, p.98), com a criação do Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (COCECRER/SC), deu origem ao SICCOB/SC.

De acordo com os mesmos autores (idem, p.99) existe um “divisor de águas” entre este sistema e as iniciativas empreendidas por ONGs e movimentos populares. No Estado de SC as raízes do Sistema “alternativo” de cooperativas de crédito está relacionado à criação do

CEPAGRO e suas instituições de base. De acordo com os autores (idem, p. 102-103), entre 1993 e 1999, onze cooperativas foram constituídas por essa rede, tendo como pioneira a cooperativa de crédito rural do município de Quilombo.

Porém, em virtude de contradições e divergências entre diretores e assessores das novas cooperativas e a diretoria do COCECRER/SC, em 1996, por iniciativa de ONGs paranaenses, que acompanharam desde o início os trabalhos em Santa Catarina, foi constituído o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Atualmente, das CREDIS fundadas com a assessoria do CEPAGRO dez passaram a fazer parte do sistema CRESOL e seis permaneceram no sistema SICOOB. (idem, 103). Em resumo, afirmam os autores (idem, p. 106), a experiência recente das ONGs nessa área indica que as cooperativas de crédito tem sido um importante canal de acesso ao mercado de crédito para os agricultores familiares serem incluídos na dinâmica de desenvolvimento rural.

#### ***10.4. O Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense***

De acordo com Prim (1996, p.31) o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense iniciou a partir de experiências chamadas de “agricultura de grupo”, conforme já conceituado. De acordo com a autora, essas experiências possuíam grande diversidade e heterogeneidade, e se diferiam em relação ao número e característica das famílias associadas, ao tipo de atividade que coletivizavam (a produção, a comercialização, a armazenagem, etc), ao tamanho e estrutura da propriedade, ao tempo e período de existência do grupo, à expectativa político ideológica e à própria forma de organizar-se.

Além da diversidade e heterogeneidade interna própria de cada associação ou grupo de cooperação, passou a se construir uma diferenciação dada do ponto de vista político e ideológico a partir da entidade apoiadora que assessorava a formação e continuidade destas experiências. Neste caso especificamente nos ateremos aos grupos de cooperação (gca,s) tais como caracterizados pela APACO, sem esquecer porém, que a vertente destes grupos está no MCA, e neste sentido, já havia um movimento composto por diferentes agentes e pessoas que discutiam e colocavam em prática experiências de agricultura em grupo. Esta caracterização passou a ser utilizada pela associação e pelos grupos filiados a partir do momento em que a entidade delimitou o seu papel enquanto ONG de assessoria aos pequenos produtores familiares na região, principalmente a partir dos anos 90.

A “agricultura de grupo” na região Oeste, nasceu sob duas vertentes. A primeira de iniciativa governamental, sob a influência das experiências de coletivização orientadas pela ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), atualmente EPAGRI, que através da implantação de condomínios coletivos de suínos buscou ressaltar as vantagens do trabalho coletivo. A segunda trazia como principais mediadores a igreja e o novo sindicalismo. (Prim), 1996, p. 32-43).

O termo “agricultura de grupo” juntamente com as iniciativas da ACARESC a partir da formação dos condomínios de suínos, foi sendo utilizado ao mesmo tempo dentro dos movimentos de base, principalmente àqueles ligados aos grupos de reflexão das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja, ao Novo Sindicalismo, ao Movimento dos Sem Terra e ao PT (Partido dos Trabalhadores). A idéia de agricultura de grupo foi se diferenciando, na medida em que a chamada “vertente progressista” ou de “esquerda” foi construindo paralelamente o MCA, demarcando assim a contribuição das entidades que participaram deste processo. A análise de Prim (1996), busca dar conta da caracterização deste processo, porém vai além, na medida em que procura analisar as diferentes tendências presentes na constituição do MCA, e ressaltar a importância de determinados segmentos – ligados principalmente aos Movimentos de Base – neste processo.

Para entendermos a formação do MCA e quais as influências deste processo na concepção e experiências de cooperação agrícola atuais, faz-se necessário recuperar qual o entendimento que diferentes agentes tinham sobre a “agricultura de grupo” e a cooperação agrícola.

De acordo com Arns (1991, apud Prim, 1996) a ação do governo estadual nos anos 80, destinada à agricultura de grupo tinha como base os condomínios de suínos, os condomínios de armazenagem e a formação de grupos de mecanização. Juntamente a programas específicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), “os serviços prestados pela EPAGRI se pautaram por uma concepção globalizante da pequena propriedade como um sistema onde as diversas atividades se complementavam”. A empresa passou a assistir principalmente aqueles pequenos produtores que encontravam maiores dificuldades frente a modernização da agricultura, na região. No interior da empresa, esse fato gerou um desdobramento. De um lado, alguns técnicos, através de iniciativas individuais, passaram a atuar de forma mais efetiva nas lutas políticas dos pequenos produtores e, de outro, a instituição absorveu a sua maneira a nova realidade, adotando novos programas de

atuação baseados na busca de novas tecnologias adaptadas à pequena produção e ao incentivo ao artesanato familiar. (Prim, 1996, p. 34-35)

De acordo com Prim (idem, p. 37), é possível sintetizar a atuação da EPAGRI na formação da agricultura de grupo nos seguintes aspectos:

(...) a empresa foi pioneira na formação da agricultura de grupo no Oeste de Santa Catarina no início da década de 80. Tinha como principal objetivo a viabilização da pequena propriedade e acreditava que através da incorporação de uma nova lógica organizacional, esta poderia racionalizar ou otimizar sua produção e recursos e assim resistir e permanecer no campo. Começa atuando na produção para mais tarde chegar à conclusão de que as atividades de comercialização coletiva também são fundamentais para a estabilidade da pequena produção. A perspectiva de atuação da EPAGRI foi via modernização tecnológica, pois não tinha o cunho político-ideológico que as experiências adquiriram posteriormente.

A Igreja, como mediadora dos agricultores junto ao MCA tinha como base as CEBs que segundo Prim (idem, p. 39 -40) eram grupos de reflexão “formados por famílias de uma comunidade que se encontravam periodicamente para escutar a palavra de Deus e compartilhar seus problemas através da inspiração do evangelho”. A base ideológica e política destes grupos tinha na Teologia da Libertação a sua base material e espiritual. O objetivo da Igreja “era lutar contra o modelo de desenvolvimento que vinha sendo adotado, considerado por ela desumano e selvagem” .

Para Prim (idem, p.41), a contribuição da igreja na constituição do MCA se efetiva no nível da formação. Ela “conscientiza” a respeito da realidade e defende as propostas da agricultura de grupo. Na Diocese de Chapecó, a ação educativa das CEBs foi muito importante para a formação dos grupos de cooperação agrícola. Em 1991, lançou um Boletim da Campanha da Fraternidade com o tema *Solidários na Dignidade do Trabalho*, que serviu de apoio para a discussão dos grupos de reflexão ligados às comunidades rurais. Seu objetivo principal era divulgar a idéia e os princípios da agricultura de grupo.

Por outro lado, a contribuição do sindicalismo para a formação do MCA, no Oeste Catarinense, se deu principalmente através da facção denominada Novo Sindicalismo, que nasceu no decorrer da década de 80. De acordo com Prim (idem, p.45), inicialmente o Novo Sindicalismo, juntamente com a CPT atuava no Movimento dos Sem-Terra, e em outras lutas como, por exemplo, a de preços mínimos. Deixava, assim, uma lacuna em relação ao pequeno proprietário que não se identificava com as discussões gerais das lutas sobre “trabalhadores rurais” e pela reforma agrária. Os sindicalistas começaram, então, a discutir a necessidade dos pequenos agricultores formarem organizações também no campo da produção e comercialização, como alternativa de luta política contra o processo de pauperização a que

estes vinham sendo submetidos pelas atuais políticas agrícolas e agrárias. A partir daí, adotaram a cooperação agrícola como proposta de resistência e viabilização para a pequena produção, e com isso tentaram uma superação da crise sindical na qual se encontravam.

Cazella (1992, p. 74), ressalta o papel da APACO neste processo de construção de alternativas de cooperação, enfatizando a relação desta associação com o sindicalismo rural. Segundo o autor (idem, ibidem) citando a CUT (1990, p.43), “existem dois tipos de associações no agrobRASILEIRO: “as legítimas”, surgidas das necessidades dos pequenos produtores em resolver os problemas relacionados a produção e a comercialização e as criadas por ação governamental”.

Se haviam diferenças na forma de conceber e organizar-se coletivamente, haviam também pontos em comum entre os movimentos. Uma das questões centrais que aproximava e ainda hoje os aproxima é a crítica a um modelo de desenvolvimento econômico e agrícola que ameaça a viabilidade da agricultura familiar. Este ponto em comum mais geral entre os movimentos está relacionado à construção de uma identidade social que levaria o pequeno produtor a reconhecer-se enquanto igual aos demais trabalhadores, no que diz respeito as suas dificuldades e à sua situação diante de outras categorias sociais. A base de construção desta identidade seriam os diferentes espaços (igreja, sindicatos, partidos políticos, em especial o PT) que, cada um a sua maneira, contribuíram para a formação do movimento de cooperação agrícola.

#### **10.4.1. Perfil das Organizações Associativas no Oeste Catarinense**

Em *Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região Oeste*, Massi (1999, p.45) identificou os seguintes tipos de organizações: cooperativas, grupos de cooperação agrícola (gca's), associações, condomínios e clubes de integração e trocas de experiências (CITE). De acordo com a tabela a seguir é possível ter uma idéia do número e tipos de organizações identificados pelo autor:

**Tabela 01. Tipos e números de organizações no Oeste Catarinense**

<i>Tipo de organização</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<b>Associações sem fins lucrativos</b>	182	52,6
<b>Grupos de Cooperação – GCA’s</b>	127	36,7
<b>Cooperativas</b>	19	5,5
<b>Condomínios</b>	15	4,3
<b>Clubes de integração e trocas de experiências</b>	3	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>	<b>100</b>

**Fonte: Dados de campo Jacir Massi**

Massi (idem) utilizou as seguintes variáveis para analisar os tipos de organizações estudadas: ano de fundação das organizações, tamanho da organização (parâmetro, n. de sócios), setor de cooperação, principal atividade ou produto, forma de organização (semi-coletivas, coletivas, prestadoras de serviços), aspectos legais (formais, informais). Outro aspecto interessante foi a identificação das entidades que apoiam ou assessoram os grupos.

Para este trabalho, interessa destacar que tipos de organizações associativas foram identificadas como tendo o apoio da APACO. De acordo com Massi (idem, p.60) a APACO foi identificada como sendo a entidade apoiadora de 24 associações, 16 GCA’s, 2 cooperativas e 1 condomínio, ou seja, totalizando um número de 43 organizações.<sup>75</sup>

Embora, Massi faça uma diferenciação entre Associações e GCA’s<sup>76</sup>, neste trabalho, tomarei as duas formas como sinônimos. Primeiro, porque a APACO se refere institucionalmente, às formas de grupos com o perfil investigado nesta tese, enquanto GCA’s. Segundo, porque empiricamente, esta diferenciação – entre Associações e GCA’s – não foi identificada.

Outro aspecto, a ser destacado no diagnóstico de Massi são as formas de cooperação identificadas. Segundo o autor (idem, p.56) os dados mostram que há um predomínio das formas semi-coletivas de trabalho (51,4%), onde uma ou mais atividades são desenvolvidas de forma cooperada, sendo que as demais atividades da unidade de produção familiar são desenvolvidas de forma individual. De acordo com o autor (idem, ibidem), as organizações semi-coletivas são:

<sup>75</sup> É importante ressaltar que este número corresponde ao identificado pelo autor na aplicação do questionário utilizado em sua pesquisa e não especificamente ao número de grupos filiados a APACO.

<sup>76</sup> Para Massi (idem, p. 36), a diferenciação está apenas no aspecto legal. Segundo o autor, “enquanto as cooperativas e associações necessitam de ser formalmente constituídas, para os grupos de cooperação, basta o registro em cartório, não necessitando, obrigatoriamente, de registro na junta comercial”.

(...) aquelas onde apenas parte da terra, dos recursos e da força de trabalho são realizados de forma cooperada e outra parte é utilizada de forma individual. Estas, geralmente, possuem poucas atividades realizadas em comum, sendo que são organizadas escalas de trabalho para atuarem no coletivo, ficando o restante do tempo disponível para realização de trabalhos no individual.

Giehl (2002, p. 165), referindo-se às formas de cooperação agrícola verificadas em sua pesquisa, assim define, os grupos semi-coletivos:

Nesses grupos, parte da terra é destinada ao uso coletivo e parte ao uso individual. A proporção destinada a um ou a outro varia de grupo para grupo. Geralmente as áreas individuais são destinadas às atividades de subsistência e as áreas coletivas aos produtos direcionados ao mercado. O planejamento da produção da parte coletiva é feita pelo grupo todo. Dos investimentos efetuados em meios de produção, uma parcela, destina-se ao coletivo e outra ao individual.

Os dados do Diagnóstico realizado por Massi são importantes na medida em que conseguem identificar um perfil das diferentes formas de organização agrícolas existentes no Oeste Catarinense. Por outro lado, no que diz respeito aos grupos de cooperação (gca's) e as Associações, a caracterização realizada pelo autor sobre estes tipos de organizações correspondem em vários aspectos aos grupos que estamos nos referindo nesta tese.

## **PARTE II**

## **CAPÍTULO IV – CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR: DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE AO CONTEXTO ATUAL**

### **1. Histórico da ocupação do território**

Antes da chegada dos colonizadores e dos migrantes gaúchos vindos do Rio Grande do Sul, outros grupos étnicos ocupavam o território catarinense de forma diferenciada dos *colonos* migrantes. Ocupavam a região, populações indígenas e os luso-brasileiros - ou *caboclos* - que aos poucos foram perdendo espaço seus espaços tradicionais para as levas de migrantes de origem européia. A convivência entre índios e luso-brasileiros não foi pacífica. De acordo com Santos, (1995, p.85), no litoral, as primeiras incursões dos brancos (inicialmente os lusos) os atritos tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento de uma etnia sobre a outra. Porém os imigrantes não estavam dispostos a tal tipo de contato. Para eles, a floresta já apresentava mil problemas a vencer, e a existência de índios só podia significar perigo e insegurança. Daí a utilização de armas de fogo para afugentar os índios, dentro de um quadro em que o índio aparecia como um selvagem em quem não se podia confiar.

Segundo, Paulilo, (1994, p. 4), é somente no século XIX que a colonização passa a se efetivar no sul, com a vinda de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Este processo se deu em função de uma política de colonização baseada em pressupostos racistas, que caracterizavam um período histórico, onde se acreditava na superioridade natural da "raça branca". Junto à política de colonização outros fatos históricos e políticos agitavam o período. A Independência, a República, a Abolição da Escravatura, a Guerra Cisplatina, a Guerra do Paraguai, as Guerras Provinciais e a Revolução Federalista, contribuíram efetivamente na definição do quadro político e econômico da região.

O povoamento no interior do sul do país iniciou com a criação de gado, nos campos do Rio Grande do Sul, nos campos de Guarapuava, de Lages e de Palmas (Renk, 1990, p. 24). Nesta época, início do século XX, o território do oeste catarinense não fazia parte de Santa Catarina em função das indefinições geo-políticas do Governo Imperial e dos conflitos entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Estas indefinições políticas eram permeadas também pela concorrência acirrada entre as empresas colonizadoras particulares que disputavam a área em litígio. Todos estes aspectos culminaram em um movimento, conhecido

como a Guerra do Contestado<sup>77</sup>. De acordo com alguns autores, o Contestado teria retardado o processo de colonização.<sup>78</sup>

Todas essas áreas, a partir de 1854 até 1917, foram administradas pelo Paraná, o que suscitou diversos conflitos na área contestada. De um lado, o confronto entre índios e fazendeiros; de outro, a divisão interna entre os fazendeiros na ocupação dos campos (Renk, 1990, p.26).

A região do "velho Chapecó" foi uma das regiões entre as disputadas. As principais atividades econômicas desenvolvidas no período eram a agricultura e a indústria extrativista da erva-mate, que surgiu como atividade economicamente rentável após 1850. A atividade agrícola era basicamente de subsistência, e os agricultores, em sua maioria os caboclos, careciam de terras para cultivar já que, por um lado as áreas estavam ocupadas basicamente pelos grandes fazendeiros e, por outro, a colonização tinha como objetivo ocupar as áreas "vazias" com imigrantes europeus.

"Os colonos europeus ocuparam as áreas florestais e os lusos com as fazendas de criar nos campos. A bibliografia clássica silencia a respeito dos brasileiros vivendo nas áreas de matas ." (Renk, 1990, p. 23-24)

A medida em que o país descobria a sua "vocação agrícola", os fazendeiros da região, com a pecuária decadente, justificavam não ser os campos férteis, nem os caboclos se prestarem à agricultura (Wachowicz, 1984, apud Renk, 1990, p.33).

A próxima tentativa de domínio do governo central da área contestada é a funda o, em 1859 de colônias militares. Nos campos de Palmas foram criadas duas colônias: a de Chopim, ao norte, e a de Chapecó, ao sul<sup>79</sup>. De acordo com Poli (1991, p. 56-7):

(...) não conseguindo produzir efeitos de coloniza o suficientes para assegurar os domínios brasileiros, o governo brasileiro resolveu fundar as colônias militares. A

---

<sup>77</sup> Sobre o Contestado veja-se entre outros: Monteiro, D. T (1974), Thomé, Nilson (1992) e Auras, Marli (1995).

<sup>78</sup> De acordo com Peluso, (1983, p. 370) , a questão de limites entre Paraná-Santa Catarina impedira as atividades colonizadoras no território contestado. O autor cita Cabral, O.R. na busca de uma caracteriza o para o conflito: "não havia justiça e os criminosos que delinquiavam num Estado, passavam as linhas mal definidas e se acolhiam no outro, onde as autoridades , nas rivalidades que a questão de limites suscitavam, os  oitavam. Não havia instru o, não havia sequer assistência religiosa. Nenhum dos estados contestantes se animavam em promover o adiamento da região que de uma ora para outra, poderia passar a integrar o território da parte oposta" .

<sup>79</sup>A Colônia Militar de Chapecó foi criada em 1859 pelo Governo Imperial. Esta foi uma decisão que suscitou conflitos no que diz respeito   política internacional, pois a Argentina protestou contra a funda o do núcleo que foi criado em terreno que se achava em litígio entre os dois países. A colônia militar foi instalada somente em 1882, pelo Capitão José Bernardino Bormann. (Cabral, 1986, p.137, apud, Renk, 1990)

ação governamental brasileira preocupou-se somente em promover ações necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do oeste catarinense.

A ocupação destes territórios ocorreu, ou por concessões de sesmarias ou por aquisição de “terras devolutas”, através de compra. Basicamente todas as terras ocupadas, seja obtidas por concessão ou por compra foram registradas. Estes registros deveriam ser feitos nas freguesias pelos vigários. Na freguesia de Palmas, nos anos de 1855/6, foram realizados 89 registros. Segundo Santos (1995), "a Colônia Militar de Chapecó, no período compreendido entre 1882 a 1910, distribuiu 255 títulos de propriedades aos agricultores".

A instalação da colônia militar foi um fator importante para a divulgação econômica do Oeste, que tinha na extração da erva-mate sua atividade principal. Segundo Poli (1991, p. 58-9) em 1895, ocasião do julgamento da questão de limites, houve um estudo aprofundado sobre os redutos povoados, com mapeamento de toda a área, buscando argumentação suficiente para convencer os intermediadores de que esta região deveria ser brasileira.

A condição básica para que o título de propriedade fosse definitivo era a de que os donos promovessem a exploração das riquezas e se comprometessem com os custos das demarcações. De acordo com Poli (idem, p. 62), o caboclo foi afastado de suas terras, pois não possuía recursos suficientes para produzir os excedentes que os colonizadores queriam. Os "grandes" provinham do RS e exerciam uma pressão muito forte, para que esses vendessem as terras ou os pinhais.

As concessões eram feitas pelo Estado às companhias colonizadoras que se comprometiam em beneficiar a região, e por outro lado, as compras de terras eram realizadas principalmente pelos migrantes italianos e alemães vindos do RS.<sup>80</sup>

Segundo Giron (1990, p.483- 494), o processo de colonização se insere no período em que o Estado do RS não poderia suportar as pressões sociais decorrentes do esgotamento das terras destinadas à ocupação colonial, bem como dos limites impostos à fragmentação das mesmas nos antigos lotes coloniais. Para se ter uma idéia, o movimento das famílias dos

---

<sup>80</sup> De acordo com Peluso (1983, p. 372) "Os governos estaduais não auxiliaram a colonização e com suas rivalidades perturbaram um processo que teria desenvolvimento rápido, sem sacrifício para a população. Mas outras injustiças foram também cometidas pelos homens de governo, realizando as concessões de terras com absoluto desprezo pelos direitos dos posseiros. Esta gente passou, mercê da omissão dos governos que tinham o dever de lhes dar proteção, a intrusos em suas próprias terras". (...) "Contudo, os choques entre colonizadores e posseiros não foram muito frequentes. Mesmo quando a posse, antiga, era legítima, o morador era tentado a vendê-la por preço irrisório, porque não estava habituado a transação monetária".

travessões Cavour e Alfredo, em Caxias do Sul, foi de 67,31% para o Oeste de SC e PR, sendo que somente 32,69 permaneceram nas colônias antigas.

Para o preenchimento do "vazio" demográfico a solução foi a venda de pequenas áreas para a colonização, que inicialmente passa a ser um "empreendimento particular" (Renk, 1990, p. 45/7). Desde 1889 empresas colonizadoras particulares tentaram colonizar as áreas do ex-contestado.

De acordo com Campos (1987, p. 98-9), "com a gestação de uma forte demanda por terras por parte dos pequenos produtores do RS, logo surgiram empresas que viram na colonização uma lucrativa atividade. Por outro lado, havia por parte do governo do Estado de SC interesse na consolidação de sua soberania sobre os Campos de Palmas. A ocupação daquele enorme vazio selaria por fim quaisquer divergências e proporcionaria ao estado novas fontes de recursos" (...) "Desta forma tivemos a conjugação de dois processos históricos - o primeiro relacionado com a evolução econômica das colônias rio-grandenses e o segundo ligado a questão do contestado - com os interesses da acumulação de capitais. Reuniram-se numa grande empreitada o governo estadual, o grande capital multinacional e o capital nacional".

Em síntese, para Poli (1991, p. 48), a ocupação do oeste catarinense se deu em três fases diferenciadas, cada uma com atividades econômicas específicas: a fase da ocupação indígena, a fase cabocla e a fase da colonização, com a vinda de migrantes vindos do Rio Grande do Sul.

Até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território ocupado pelos índios Kaingang. A população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelos desenvolvimentos dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo.

A ocupação do Oeste Catarinense tem, portanto, nestas particularidades históricas, a conjugação de um sistema econômico e político diferenciado das demais regiões. No oeste não se consolidou uma burguesia agrária com interesses na manutenção de grandes territórios como em outras regiões. Pelo contrário, a economia esteve inicialmente baseada na pequena produção familiar. Este sistema necessitou de uma expansão geográfica para a instalação de novas unidades familiares. A formação das colônias e posteriormente das vilas, que

conjugavam várias unidades familiares, tinham nas atividades agrícolas as bases que sustentaram o surgimento de atividades comerciais e industriais que hoje caracterizam economicamente a região.

## **2. A colonização: o tempo do “progresso” e “desenvolvimento”**

A forma como a ocupação do oeste catarinense foi realizada, principalmente a partir da atuação das empresas colonizadoras, não definiu somente o sistema econômico e político da região, mas possibilitou a constituição de um sistema de valores culturais baseado nas relações interétnicas e mais especificamente na construção de representações contrastivas entre os colonos ou conforme sua auto-denominação, os de “origem” e os “brasileiros”. Estas representações passaram a fazer parte do discurso de diferentes agentes e se traduziram na "eficácia" do projeto colonizador que encontrou na exclusão da população constituída pelos brasileiros a justificativa e legitimação de um processo que construiu um modelo de agricultor - o colono - conveniente a um “país com vocação agrícola”.

Até a década de 20, as terras da área do Contestado ainda continuavam irregulares. Antes da chegada das “gentes desejadas” para a colonização, foi necessário vencer obstáculos. O primeiro foi o fim do Contestado e o segundo foi o "caudilhismo", o “faroeste” associado ao oeste catarinense, segundo funcionário do Governo do Estado, em uma primeira visita a região em 1929 (Breves, 1985, p. 50) e ainda presente hoje no imaginário da população litorânea. As colônias recém implantadas e povoadas por descendentes de italianos e alemães, foram apontadas, pela “Bandeira de Konder” como amostragem do “futuro promissor”.

Os empreendimentos colonizadores foram planejados no sentido de dar ênfase às pequenas propriedades, não porque estavam preocupados em "facilitar a vida dos agricultores", que possuíam escassos recursos para adquirir as terras, mas porque correspondia à política de colonização do país, que a partir da Lei de Terras, viu na pequena propriedade fonte de sucesso e progresso. (Renk, 1997)

Segundo Renk (1990, p. 61), nas décadas de 40 a 60 o movimento colonizador cresceu significativamente. O oeste catarinense era apontado como “Celeiro do Brasil”. Antes da colonização era o tempo onde “a lei era o trabuco” e depois a “civilização e progresso, a lei e a justiça”. A "civilização e progresso", a "lei e a justiça" estão associadas a uma representação política oficial e legal.

A política de colonização através de seus agentes - o Estado e as empresas colonizadoras - instauraram na região uma ideologia desenvolvimentista que passou a

corresponder ao valores culturais dos imigrantes e traduziu-se na construção de uma identidade positiva - a de colono - alicerçada sobre o mito do pioneiro desbravador.

Atualmente, o mito do pioneiro desbravador, tem se transformado e mais do que nunca apresenta-se como mito em uma época de “crise”, onde o colono repensa a sua condição e (re)constrói a sua identidade que pode apresentar-se sob diversas faces. O mito têm sido (re)construído e surge com novas roupagens tanto em suas representações como em suas práticas neste contexto de transformação. É neste momento, que o *colono* descendente de italianos e alemães se vê diante de incertezas e dúvidas, quanto ao seu lugar, em um momento onde a sua imagem se reflete no “outro” - o agricultor *brasileiro* ou *caboclo*, que se iguala - pelo menos na condição comum de ser agricultor - em uma situação de “crise”. O “outro” já não é tão diferente, como se apregoava nos tempos da colonização, em que se esperava que estas “gentes desejadas” transformassem a região em um “celeiro de desenvolvimento e progresso”.

### **3. A ocupação territorial e o meio ambiente**

Para entendermos as relações estabelecidas entre a população da região oeste e o meio ambiente, é necessário levar em conta as relações que se estabeleceram entre a ocupação do território, as atividades econômicas e o processo de relacionamento que constituem aspectos fundamentais para entendermos as diferentes percepções sobre a relação agricultor e natureza. Como já foi dito, a história da região tem como base um processo conflitivo entre as etnias que ocupam este espaço, processo este que culminou na exclusão de índios e caboclos ou *brasileiros*, primeiros povoadores do oeste catarinense.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no período da guerra do Contestado, eram a agricultura de subsistência e a indústria extrativista da erva-mate. A grande maioria dos agricultores eram caboclos que ocupavam áreas através do sistema de posse ou então trabalhavam para os grandes fazendeiros. Estas atividades econômicas eram decorrência de um sistema social e cultural próprio dos caboclos ou brasileiros que determinava a relação e a percepção deste grupo com a natureza.

De acordo com Renk (1991,p.191-194), existia um modo de vida anterior à colonização que definia todos os aspectos relacionados ao “habitus” (Bourdieu,1990) da população cabocla. Inicialmente a atividade extrativa sempre esteve vinculada à população nômade. Este nomadismo, por sua vez era decorrente da sazonalidade da atividade, no caso da extração da erva-mate, e da impossibilidade de podar o mesmo erval em período menor de

três anos. As atividades econômicas eram determinadas por um modo de vida estabelecido pela satisfação das necessidades de um determinado período, sem com isso significar exploração consecutiva e depredatória do meio ambiente. A autora, chama a atenção para um aspecto significativo que define este tempo d'antes na relação da população cabocla com a terra. Neste período a terra ainda não possui a conotação de propriedade privada estabelecida pelas colonizadoras, pelo Estado e conseqüentemente, pelos migrantes italianos.

De acordo com Poli (1991, p.68) a transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse. A partir da exploração da erva-mate e do início do ciclo da madeira, a terra passou a ser cobiçada e tomada ou ganha pelas companhias colonizadoras que, quase sempre foram as mesmas que exploraram a madeira. A retirada da riqueza natural permitia a penetração do agricultor, oriundo, do RS, pelos caminhos da extração da madeira.<sup>81</sup>

No Tempo d'antes a roça cabocla, por exemplo, se contrapunha à colônia. A população cabocla dividia as terras em “terras de plantar” e “terras de criar”. Como havia abundância de terras, os caboclos a cada safra cultivavam uma área diferente. Além da rotação de terras a população local era itinerante. A casa e as terras de criar tinham uma certa imobilidade, ao passo que as terras de plantar apresentavam maior rotatividade. (Renk, 1991, p.191-194)

A relação com a terra não passava por valores tais como economizar, acumular, investir, tão importantes para o *habitus* do sistema do italiano. Com a colonização e a transformação da terra em bem de produção para o acúmulo de capital, houve uma ruptura entre o *habitus* da população cabocla e as estruturas econômicas introduzidas. Como para o brasileiro a forma de apropriação da terra era a posse, as significações deste tempo d'antes era a do “tempo da folga, da largueza, da fartura” como é expressa a abundância de solo e a ausência de concorrência que se põe ao presente, o “tempo da pobreza, o tempo da careza”. Com a colonização passa-se a estabelecer uma relação de exploração com o meio ambiente, de acúmulo de capital e de “ganância” dos "gringos", aqui tomados genericamente pelos brasileiros como os colonizadores, os donos de madeireiras e os colonos descendentes. (idem, p.218).

---

<sup>81</sup> Sobre a extração e a comercialização da madeira no Oeste Catarinense, ver Bellani (1995).

### 3.1. O processo de colonização e a expansão da agricultura: desmatamento e exclusão

O processo de colonização e o uso das áreas destinadas à agricultura provocaram na região oeste um quadro ambiental que ocasionou um sucessivo desmatamento dos espaços de floresta em espaços de produção agrícola. A expansão urbana e industrial também se utilizou demasiadamente dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito às atividades das madeiras.

De acordo com Dalmora (2000, p. 2), o tipo de agricultura que se desenvolveu na região oeste catarinense tendo como base a consolidação da propriedade da terra sob a organização do trabalho familiar e da policultura, provocou desmatamentos, que foram reforçados e legitimados por um discurso oficial pautado sobre um projeto desenvolvimentista.

As práticas de desmatamento, bem como suas representações estão associadas a um discurso que pretendeu consolidar um tipo de desenvolvimento pautado sobre o mito do pioneiro-desbravador, que constituía na “limpeza do mato” para garantir a entrada e sobrevivência dos *colonos* nas matas nativas.

De acordo com Silvestro (1995), estas práticas – que fizeram com que os agricultores derrubassem muita mata nativa – devem ser relativizadas. Primeiro, porque a mata densa impossibilitava o estabelecimento das famílias e das práticas agrícolas. Portanto, a retirada das matas neste primeiro momento, era condição de sobrevivência. Neste sentido, o sistema de “coivara” passou a se constituir como uma espécie de “manejo obrigatório do solo”. De acordo com o autor (*idem*, p.70-71):

Nestes primeiros anos os agricultores praticam uma agricultura bastante próxima daquela desenvolvida pelos primeiros imigrantes do Rio Grande do Sul, e que de certa forma assemelhava-se àquela desenvolvida pelos caboclos existentes na região. Giralda Seyfert (1986), assegura que este sistema de produção em “coivaras” ou com base na exploração do solo foi apreendido pelos colonos dos caboclos.

Se a colonização, de acordo com Dalmora (*idem*, p.3), priorizou e facilitou a entrada dos migrantes descendentes de europeus “cuja racionalidade permite toda a forma de intervenção sobre os espaços “vazios” da natureza, bem como valores de uso que primavam por interesses mercantis sobre o meio ambiente”, isto não quer dizer, que os agricultores não possuíam também estratégias de preservação da natureza. Segundo Silvestro (1995, p.72-73):

Antes de se efetuar o desmatamento ou corte para as lavouras, os imigrantes estudavam com atenção a área de uma propriedade. Era preciso, em uma área pequena, prestar atenção e não fazer um desmatamento arbitrário, pois havia necessidade de conservar parte da floresta, para lenha e madeira para a construção e posterior manutenção das benfeitorias. As encostas expostas ao nascente geralmente eram derrubadas para as lavouras enquanto que as de exposição para o poente ficavam como reserva. As primeiras, dizem eles, se prestavam mais para o cultivo de todas as culturas. Com a falta de adubo, ou de recursos para a sua aquisição, e a consequente impossibilidade de adubar, restava ao imigrante a prática de deixar áreas em pousio e a cada 4 ou cinco anos fazer o corte da capoeira para o plantio da lavoura.

Portanto, o desmatamento neste primeiro momento de acordo com o autor (idem, p.73), foi decorrência “da necessidade de plantar e cultivar para sobreviver. Mesmo neste contexto existiu a preocupação de preservar algumas espécies, as chamadas madeiras de lei, por sua utilidade ou até mesmo por sua beleza”.

É certo, porém que a “racionalidade” e a “lógica” do desmatamento estão associadas às ações das companhias colonizadoras – com o apoio do Estado – na estratégia de ocupação das “terras devolutas”. De acordo com Dalla’Aba, 1987, p.157, apud, Dalmora, p.6)

Desse modo, as empresas colonizadoras que atuam no oeste além de estimular a vinda dos colonos tinha a incumbência de fazer a “limpeza” da área ocupada por posseiros, viabilizando-se assim a formação da colônia, evitando-se conflitos diretos com os colonos.

Os conflitos étnicos estabelecidos pelo processo de colonização não só excluíram as populações locais das terras que ocupavam como também transformaram a lógica de uso das áreas destinadas para a agricultura e outras atividades comerciais. Porém esta transformação se deparou com limitações do próprio ecossistema florestal e das condições agroecológicas. Segundo Dalmora (idem, p.8) as limitações seriam as seguintes: a declividade abrupta das terras, solos rasos onde afloram pedregosidades, deficiência de fertilidade natural dos solos, etc. Tais condições, implicam em limitações frente ao projeto de conversão intensa dos ecossistemas em sistemas de culturas anuais sob manejos similares a agricultura desenvolvida nos países de clima temperado.

As condições do meio físico e o modo de uso da terra para o cultivo agrícola levaram ao desenvolvimento de uma agricultura com bases diferenciadas daquelas desenvolvidas na Europa. As dificuldades relativas à mecanização agrícola e mesmo a tração animal em áreas declivosas fizeram com que os agricultores utilizassem a queimada <sup>82</sup> como principal método

---

<sup>82</sup> De acordo com Dalmora (idem, p.10), a prática da queimada causou um intenso processo de erosão genética, e a rápida regeneração da mata sob o predomínio das plantas pioneiras já adaptadas ao fogo e causam a falsa impressão de que a destruição da floresta não é tão significativa.

na "limpeza" das terras. Por outro lado, as toras das árvores só tinham valor em situações que permitissem o seu transporte e técnicas de extração. (idem, p. 9)

No Oeste Catarinense, o desmatamento vai acontecendo com base em uma política florestal de perspectiva extrativista aliada a um projeto de conversão do espaço florestal em áreas agriculturáveis. Dessa forma, os reflorestamentos são insignificantes face ao ritmo de exploração e não são efetivados programas que implicam na formação de sistemas de integração agricultura/floresta na perspectiva de usos múltiplos. O desmatamento se amplia com a disseminação de novas necessidades de consumo e de intercâmbios de mercados, pela modernização agrícola que implica no aumento da área plantada como forma de garantir a reprodução da unidade de produção agrícola e pela ambição em acumular capital a partir do extrativismo e da fertilidade natural do solo. (idem, 11-12)

Se no campo da agricultura as consequências ambientais estão diretamente relacionadas ao desmatamento e ao uso intensivo do solo, por outro, as práticas agroindustriais também têm causado sérios problemas ao meio ambiente. No caso do oeste catarinense estes problemas estão associados as indústrias frigoríficas de aves e suínos. As atividades de criação de aves e suínos, pelo lançamento de dejetos contaminam os mananciais de água, provocam a mortandade dos peixes e a proliferação de insetos, e comprometem o solo pelo uso inadequado de produtos químicos. As indústrias frigoríficas lançam aos rios rejeitos orgânicos contendo sólidos em suspensão, sangue, proteínas, gorduras e alta DBO. (Montibiller, 1994, p.70)

#### **4. A formação sócio-econômica na região colonial do oeste catarinense**

##### ***4.1. A pequena produção familiar: base da expansão agroindustrial***

As atividades econômicas nesta região a partir de 1964, têm na relação com a pequena produção familiar, em diferentes momentos históricos, a base da expansão agroindustrial. De acordo com Campos (1987, p. 142), “a pequena produção familiar presente na região oeste apresenta uma diversidade interna, existindo desde o "sem terra" até o produtor familiar modernizado, diversidade esta que não corresponde a uma concepção homogênea do campesinato” (...) “isto porque não apresenta determinações inerentes, mas historicamente definidas”.

Até os anos 40, as principais atividades econômicas da região eram a produção de grãos que estava restrita a um mercado mais local e regional e a comercialização da madeira,

que constituía uma atividade mais abrangente, devido as exportações realizadas por balsas no Rio Uruguai. Já nos anos 50, com a melhoria das estradas locais e regionais, o transporte de madeira passou a ser realizado através de caminhões, o que promoveu uma acumulação de capital principalmente para os madeireiros e colonizadores. Esta acumulação, os levou a investir em outras atividades como o comércio, o transporte e a indústria. As mercadorias produzidas localmente começaram a ser transportadas para outros centros comerciais. Os próprios comerciantes, intermediários entre os pequenos produtores e os centros comerciais, passaram a realizar os transportes das mercadorias, pois estes possuíam recursos financeiros que possibilitaram a compra de caminhões.

No decorrer dos anos 40 e início dos anos 50, a criação de porcos para a comercialização passa a ser a principal atividade, em substituição ao fumo, mais praticada entre os teuto-brasileiros. De acordo com Campos (*idem*, p. 133), após 1940, ao contrário das duas décadas anteriores, a migração italiana predomina sobre a alemã, o mesmo acontecendo durante todo o período de colonização. Isto se reveste de particular importância pois entre os italianos a cultura do fumo não era tradicional, dedicando-se estes a outras atividades.

A industrialização do suíno, não era na época uma atividade realizada em todo o país, ao contrário da indústria do fumo. Isto permitiu a criação de diversos frigoríficos no oeste catarinense. Em 1943, Atílio Fontana cria a S.A. Indústria e Comércio Concórdia, rebatizada no ano seguinte como Sadia (S.A. Concórdia). Esta atividade agroindustrial passou a interferir na economia de todo o oeste a partir dos anos 50 e mais intensamente a partir dos anos 60. Em 1952, Plínio Arlindo De Nês fundou o frigorífico da Saic.<sup>83</sup>

A Sadia é criada no município de Chapecó somente em 1971, atuando especificamente no abate de perus e de frangos e na produção de rações e concentrados.<sup>84</sup> A Cooperativa Alfa, criada em 1969 em Chapecó, é a principal filial da Cooperativa Central Oeste Catarinense. Esta cooperativa iniciou as suas atividades comercializando suínos e grãos,

---

<sup>83</sup> Outros frigoríficos menores foram sendo criados após a Sadia e a Saic. Em 1956, cria-se o frigorífico Seara, no município de Seara. Em 1969, cria-se o frigorífico Eliane pertencente a Cooperativa Central Oeste. Além destas empresas houve a criação de outras menores, que progressivamente foram sendo incorporadas as 5 maiores. (Campos, 1987, p. 136)

<sup>84</sup> Sobre o caso Sadia ver Espíndola (1999).

e posteriormente passou a diversificar suas atividades atuando no ramo de armazenagem, comércio de insumos e bens de consumo junto a seus associados.<sup>85</sup>

Segundo Campos, (1987, p.143), o oeste catarinense revela uma forma de desenvolvimento capitalista na agricultura que não teve como paradigma as formas clássicas do assalariamento capitalista. Pelo contrário, desenvolveu-se um estreitamento de relações entre a pequena produção familiar e a agroindústria processadora de matéria prima e que tem nos sistemas de integração de suínos e aves a sua forma atual mais desenvolvida.

Os frigoríficos somente se expandiram porque tiveram na pequena produção familiar a base para a produção local. As grandes empresas ampliam os seus negócios enquanto que os produtores locais permanecem dependentes deste sistema.

De acordo com Silvestro (1995, p. 110), com a expansão da agroindústria na região, “o ambiente econômico e social externo, antes colocado como relativamente homogêneo, permitindo a igualdade e a previsibilidade das estratégias de reprodução, começa a se transformar mais profundamente, provocando o início da metamorfose estrutural na agricultura familiar de origem colonial”. É neste sentido que também para o autor (idem, *ibidem*) “o potencial de produção da agricultura na região, permitiu a constituição do capital agroindustrial. A suinocultura se firma como a principal atividade agropecuária da grande maioria dos pequenos agricultores, e as relações entre a agroindústria e a pequena produção começam a se estreitar chegando ao nível do processo produtivo”.

Renk (1997) ao abordar as transformações pela qual passou a agricultura tradicional e sua inserção na agroindústria em Palmitos, classifica este tipo de agricultura como uma policultura subordinada hierarquicamente à suinocultura (cf. Testa et al, 1996, apud Renk, 1997). Esta subordinação é decorrência das transformações da integração horizontal, pela integração vertical com a agroindústria. Na integração horizontal, a atividade econômica deve proporcionar não só os meios para manter a reprodução familiar, como também as condições de reprodução econômica dos filhos, ou seja, para a formação de novas unidades familiares. (cf. Campos, 1987, p.179, apud Renk, 1997)

---

<sup>85</sup> Conforme Campos (idem, p.167), além das atividades de produção e comércio localizadas em Chapecó, estas empresas têm os seus negócios ampliados em todo o país. Por exemplo, em 1985, o grupo Sadia era um conglomerado de 25 empresas que com suas filiais perfaziam um total de 92 unidades espalhadas em 15 estados brasileiros, além de atuar em comércio internacional, em seguros, hotelaria, processamento de dados e transportes, como por exemplo, a Transbrasil. A Cooperalfa, é formada por uma rede de entrepostos comerciais que somados a uma frota de 150 caminhões e 7 supermercados, se estende por 8 municípios da região. Possui cerca de 13.500 associados, dos quais aproximadamente 15% são integrados ao departamento de fomento a suinocultura criado em 1977. A Saic, é formada por 7 empresas espalhadas pelo oeste catarinense e Paraná.

De acordo com Campos (1987, p.192), a ação do Estado - entenda-se governo federal e estadual - no oeste catarinense seguem basicamente as mesmas diretrizes gerais para o Brasil como um todo. O modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, imposto pelos sucessivos governos militares, em linhas gerais, pode ser definido como um processo de modernização de determinados segmentos da agricultura brasileira viabilizado principalmente pela política de crédito agrícola subsidiado.

Silvestro (1995, p.115-116), chama a atenção para o papel desempenhado pelas agroindústrias e o Estado em um determinado momento, na reprodução da pequena produção agrícola familiar. De acordo com o autor:

(...) nas relações que se manifestam nesse contexto, se define um lugar para a agricultura familiar; lugar este que se complementa com um projeto destes agricultores, definido em um certo sentido dentro do paradigma Chayanoviano. O papel deste contexto social pode ser bloqueador, não fornecendo os meios necessários para a sua reprodução - expropriando-a até, ou então, pode favorecer o desenvolvimento de práticas políticas com elementos estimuladores à sua permanência.

Como a expansão das empresas agroindustriais está vinculada à modernização da pequena produção, baseada em um sistema com elevada demanda por insumos e equipamentos agrícolas modernos, e integrada ao mercado externo principalmente através da exportação de frangos, a economia do oeste catarinense sempre reuniu as condições para receber os privilégios da política agrícola brasileira: geração de tecnologias modernas, expansão rural destas tecnologias e crédito agrícola. (Campos, 1987, p.192-193).<sup>86</sup>

O governo do Estado, através de diversas instituições federais e estaduais, procurou realizar uma política agrícola, principalmente voltada para a pesquisa, assistência técnica e extensão rural<sup>87</sup>. São exemplos desta atuação a extinta ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina)- criada em 1956, com a orientação do governo dos Estados Unidos, tornando-se um projeto pioneiro de extensão rural no Brasil.

A partir dos anos 70, o modelo de desenvolvimento agrícola nacional introduziu mecanismos através da pesquisa e extensão, capazes de fomentar e controlar áreas estratégicas destinadas à produção agropecuária. No Ministério da Agricultura foram criadas a

---

<sup>86</sup> Sobre o conjunto de ações e políticas desenvolvidas pelo Estado, para beneficiar o setor agroindustrial, ver também, Giese (1991) e Mior (1992).

<sup>87</sup> Para a implantação destes projetos houve um intenso investimento do capital internacional, especialmente através do BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e empresas de fomento à pesquisa e extensão do governo alemão (GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) e outros países. (Holz et al, 1989)

EMBRATER (Empresa Brasileira de Tecnologia e Extensão Rural) e EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Para operacionalizar o modelo nos estados brasileiros foram implantadas, em conjunto com os governos estaduais, autarquias mistas como por exemplo, as EMATER (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural). Em Santa Catarina, o governo do estado criou a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC) responsável pela política de abastecimento e sanidade animal.

Em 1990, no governo Kleinunbing foi criada a EPAGRI, resultado da fusão da EMPASC (Empresa de Pesquisa Agropecuária de SC) com a ACARESC. De acordo com Prim (1996, p.34-35), “a ACARESC passou a introduzir novas técnicas de cultivo, de criação de suínos e bovinos, elaborar projetos para financiamento agrícola, prestar assistência social, etc” (...) “Nas fases iniciais de implantação dos sistemas de integração, a ACARESC prestou serviços conjuntamente com os departamentos de fomento de frigoríficos, porém, gradativamente, estes últimos passaram a se responsabilizar por seus integrados. Assim, o público assistido pela ACARESC se reduziu aos pequenos produtores cujos laços com as agroindústrias eram mais tênues, normalmente pequenos proprietários dedicados apenas a agricultura ou pequenas criações de suínos”.

Para Silva, (1991, p.15), uma nova concepção de produção do espaço é instaurada a partir de uma "gestão do território" como fonte de poder dos grupos empresariais agroindustriais no Brasil. As agroindústrias atuam em questões administrativas, legais e políticas necessárias ao desenvolvimento do seu espaço de gestão. Neste sentido aliam-se ao Estado e as prefeituras municipais e grande parte das políticas públicas têm sido direcionadas em obras e melhorias que venham a facilitar a continuidade da gestão agroindustrial. Porém as relações de interesse estabelecidas entre empresas e poder público não têm garantido a permanência do agricultor familiar em suas atividades, o que têm caracterizado um quadro diferenciado - denominado como “crise” - que têm levado diferentes agentes sociais a repensar as suas práticas e representações.

#### ***4.2. Outros tempos : “integrados” e “excluídos”***

A concepção de “integrado” (Paulilo, 1990) no oeste catarinense está associada ao proprietário de terras, em sua maioria descendentes de europeus e “afeitos” ao trabalho. As agroindústrias surgiram muito em função destes valores culturais e étnicos, pois encontraram no pequeno produtor a base para a sua expansão. Os mesmos valores que “integraram” o pequeno produtor ao sistema agroindustrial nos anos 60 e 70, hoje continuam sendo

utilizados, porém "disfarçados" em um discurso modernizador, que desesperadamente busca manter vivo o mito do pioneiro/desbravador, ou seja, aquele "que faz com as próprias mãos". Dos anos 80 para cá, a condição do agricultor familiar proprietário de uma maneira geral e do agricultor integrado no Oeste Catarinense, vêm sendo relativizada, na medida em que estes agricultores familiares encontram os limites para a sua reprodução social em uma situação de mudanças e crise.

De acordo com Paulilo (1990, p. 26), "os descendentes de europeus, segundo eles mesmos, só se tornam sem terra quando uma desgraça, vício ou doença provoca esta situação. Para os "brasileiros", porém, não há desculpa. Eram os primeiros donos da terra e a foram perdendo por ignorância ou desleixo. São hoje "merecidamente" diaristas. Ser "empregado" no campo ou na cidade é uma espécie de cativo, principalmente porque esse termo só é usado para trabalhadores não-qualificados e mal-remunerados". Prossegue a autora afirmando que, os donos de terras tem para com os assalariados um preconceito, e referem-se a eles dizendo que "querem salário mais não trabalho", e adicionam ao preconceito um componente étnico. Os assalariados são "brasileiros" e, portanto, menos afeitos, ao trabalho. O discurso deste informante, segundo a autora, deixa claro este componente étnico:

"Não é para desprezar a raça de ninguém, mas na maioria são filhos de portugueses, mestiço, índio que aqui nós dizemos os "brasileiros". Então esses em geral são os agregados" (idem, ibidem)

Se, por um lado, a posse da terra garante ao pequeno produtor se diferenciar do assalariado, do agregado, e com isso estabelecer uma diferenciação étnica sobre os "outros", não descendentes de italianos, alemães..., ela (a posse) atualmente não define necessariamente a continuidade do agricultor familiar no meio rural. A permanência deste agricultor em atividades ligadas às grandes agroindústrias, depende quase que exclusivamente da incorporação de tecnologia à produção.

No Oeste Catarinense, grande parte dos produtores integrados, são donos de suas propriedades, e além das atividades convencionais ligadas à agroindústria (suinocultura, avicultura e fumo)<sup>88</sup>, desenvolvem outras, como a produção de grãos (milho, feijão, arroz, soja, trigo, etc). Atualmente o plantio de milho, nas propriedades dos "integrados", está

---

<sup>88</sup> De acordo com Prim (1996, p. 25), a avicultura apareceu em 1980 como a principal renda de apenas 2% dos agricultores. O n. de avicultores não sofreu uma alteração significativa permanecendo de 2 a 3% do total de estabelecimentos do Estado de SC. Já na suinocultura, o n. de produtores integrados passou de 3.860 em 1980, para cerca de 30.000 em 1990. As 5 maiores agroindústrias da região oeste, através de onze frigoríficos, são responsáveis por quase 90% do abate no Estado.

diretamente relacionada à alimentação dos suínos e aves. Por outro lado, existe uma parcela significativa de agricultores familiares que não estão mais ligados ao sistema agroindustrial, isto porque, as empresas têm cada vez mais realizado um processo de seleção e exclusão, que têm ocasionado um significativo êxodo rural na Região.

Os critérios de seleção, para que o agricultor permaneça no sistema agroindustrial ou venha fazer parte dele, estão cada vez mais rigorosos, pois visam atingir uma maior produtividade e qualidade, em tempos onde as técnicas tornam-se a cada dia que passa mais modernas. Os pequenos produtores que não conseguem se inserir neste sistema, passam a depender exclusivamente das culturas anuais (milho, feijão, trigo, etc) e de outras atividades alternativas. De acordo com Prim (1996, p.28):

"Os agricultores que não conseguiram competir, ficaram numa situação de abandono e isolamento: falta-lhes assistência técnica, canais de comercialização, de infraestrutura básica. Seria necessário modificar as políticas agrícolas, no sentido de reorientar a agricultura familiar, pois conforme Grazziano (1993), a política agrícola atual favorece o segmento patronal da agropecuária brasileira"

De acordo com Renk (1997), ao se modernizar a pequena produção diversifica suas relações com distintos capitais que conformam o complexo agroindustrial. Assume relações com o capital financeiro, com a indústria de máquinas e fertilizantes. Uma parcela dos pequenos produtores eleva sua capacidade produtiva rapidamente, sendo responsável por quantidades maiores de produção total. Com isso deslocam quantidades crescentes de agricultores não modernizados. A modernização puxa para cima as condições sociais médias de produção que regulam o mercado. Há agravamento das já difíceis condições enfrentadas pelas unidades não modernizadas. Desloca os menos produtivos, dificultando a sobrevivência das unidades mais atrasadas, aumentando a geração de excedente populacional da região.

A região oeste está inserida em um contexto econômico que visa a globalização com ênfase para a formação de mercados mundiais. Na América Latina temos a formação do Mercosul. Diante deste novo contexto econômico, muitas questões têm sido levantadas como consequência deste processo. Como exemplo, temos a cada ano que passa um número maior de famílias que deixam o meio rural, pois não conseguem se viabilizar economicamente.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Segundo Testa et al, 1996, p.26) "entre 1980 e 1991 houve um relativo esvaziamento populacional e, conseqüentemente, político da região Oeste Catarinense. Nesse período houve uma redução de 70 mil pessoas no meio rural" . E prosseguem os autores, dizendo que, se forem mantidas as atuais tendências tecnológicas, de mercado e de uso dos recursos naturais, de sistemas de produção agrícola e de políticas de desenvolvimento, em um espaço de tempo inferior a dez anos , poderá ocorrer a exclusão de 250 mil pessoas da produção agrícola comercial, dentre as quais 80 mil economicamente ativas. (apud, Bach, 2001, p.63)

Se, por um lado, a integração às agroindústrias, iniciada com a suinocultura, constituiu uma das facetas da modernização, ela mesma tem passado por crises que, desde 1971, se traduzem nas sucessivas altas e quedas de preços dos suínos, bem como na subordinação cada vez maior dos produtores ao sistema, sejam os integrados e os não-integrados. A partir da década de 90, o quadro das unidades familiares subordinadas à suinocultura sofreu alterações principalmente no que diz respeito ao processo de seleção cada vez mais rigoroso, que tem excluído um número significativo de produtores<sup>90</sup>, bem como no oligopólio de um mercado determinado pelas indústrias frigoríficas, que impossibilita a venda dos produtos aos não-integrados.

Este processo tem sido decorrente de transformações ocorridas no contexto sócio-econômico já descrito, do qual podemos destacar o seguinte quadro: 1. com o desgaste do solo e as adversidades geográficas da região, muitas famílias que dependem exclusivamente da produção de grãos, não tem encontrado alternativas para se manter e buscam outras atividades não agrícolas; 2. um número significativo de famílias que não dependem exclusivamente da produção de grãos, mas que se constituem enquanto “integrados” ao sistema agroindustrial, tem sido excluídas por não corresponderem mais aos critérios de seleção realizados pelas empresas.

Este quadro pode ser pensado de forma generalizada na região, já que a base da economia é constituída pelas atividades agrícolas atreladas ao sistema agroindustrial em grande parte dos municípios. Diagnósticos apontam para o fato de que as dificuldades encontradas para a viabilização do agricultor familiar na Região Oeste têm sido decorrentes deste quadro mais geral. Esta situação gerou várias representações sobre a crise vivenciada na Região. Porém, esta situação de “crise” constitui um momento de transformação e mudanças que apontam para a busca de diferentes projetos e alternativas de viabilização para a agricultura familiar, que procuram se contrapor a um modelo de desenvolvimento convencional criado pela modernização agrícola.

---

<sup>90</sup> Segundo Testa et al (1996, p. 23) em 1980 existiam 67 mil suinocultores. Em 1995 estimou-se um número de 20 mil, com tendência de concentração ainda maior nos anos seguintes. De acordo com Bach ( 2001, p. 63), os dados mais atuais, de acordo com o Instituto CEPA (2000), estimam um número de suinocultores de 15,3 mil criadores, sendo 11, 3 mil integrados e 4 mil independentes.

## 5. O contexto da agricultura familiar na Região Oeste em uma situação de crise

Trabalhos teóricos e empíricos em diferentes áreas têm procurado verificar a crise na agropecuária sob várias perspectivas. Alguns buscam mostrar que esta situação de crise tem como um dos principais aspectos a modernização da agricultura, analisada de um ponto de vista econômico, social e político. Outros procuram enfatizar as representações e práticas sob o ponto de vista dos agricultores familiares e suas representações, como, por exemplo, os trabalhos de Renk (1997, 2000).

No que diz respeito especificamente ao oeste catarinense, Poli (1999, p.17) procura mostrar como o processo de modernização da agricultura no Brasil, voltado para o desenvolvimento do grande empreendimento agrícola baseado no modelo de empresa rural, dificultou a adaptação das pequenas unidades de produção agrícola de caráter familiar às novas condições de produção.

De acordo com o autor (idem, p. 64), este processo provocou na região, nas décadas de 70 e 80, profundas transformações econômicas, sociais e políticas. A modernização se deu principalmente através da agroindústria, tendo como consequência uma crescente submissão da pequena produção à sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção camponesa tradicional, que caracterizava predominantemente a região.

Para Poli (idem, p.64), a chegada da modernização agrícola e o início da crise da economia camponesa tradicional foram sentidos por dois fatores principais: o endividamento junto ao setor bancário e a crise da suinocultura.

A abertura de linhas de crédito bancário acessíveis aos pequenos produtores rurais coincidiu com o surgimento de uma série de estímulos à melhoria dos equipamentos e instalações das propriedades e à modernização das técnicas de produção, como o emprego mais intensivo de sementes selecionadas, a utilização de insumos de origem industrial e a mecanização agrícola. O setor mais sensível, nesse sentido, foi, sem dúvida, a suinocultura, o ramo mais importante da produção agrícola tradicional da região. Nesse caso houve grande incentivo à melhoria das raças, das instalações e das técnicas de manejo e alimentação (...) A esses estímulos correspondeu um aumento nas exigências de qualidade dos produtos e das expectativas de produtividade, inviabilizando a continuidade das formas tradicionais de produção. Além disso, a utilização de insumos industrializados, não produzidos na própria propriedade, aumentou os custos de produção ao mesmo tempo em que os preços experimentaram uma tendência de queda. Essa foi precisamente a lógica da modernização agrícola em todo o país. (idem, p. 64-65)

Além deste contexto mais geral, outros fatores, segundo Poli (idem, p.66-68) contribuíram para o agravamento da crise na região. De um lado uma oscilação muito grande

no preço dos suínos, e de outro, o processo inflacionário que elevou muito o custo do dinheiro para os camponeses. De acordo com o autor, a chamada Peste Suína Africana<sup>91</sup>, episódio polêmico que jamais foi comprovado, contribuiu significativamente para o auge da crise no Oeste Catarinense.

Segundo o autor (idem, p. 71-72), é preciso destacar que a crise da suinocultura já existia mesmo antes do episódio da Peste. Entretanto, considerando a importância da suinocultura para a produção camponesa tradicional na época, o fato contribuiu significativamente para a desestruturação dos produtores de suínos, e como consequência disso, o crescimento da produção integrada de suínos, controlada diretamente pela indústria, passou a ser a forma hegemônica na região, o que praticamente inviabilizou a produção independente.

As consequências da modernização da agricultura e a crise da economia camponesa tradicional se manifestaram de formas diversas, indo desde a busca de novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste (Mato Grosso), Nordeste (Maranhão) e Norte (Rondônia), à integração das unidades camponesas de produção às agroindústrias, até o deslocamento de grandes contingentes populacionais para as cidades-pólo da região. Como consequência, o êxodo que se seguiu foi muito significativo. Nos municípios-pólo como é o caso de Chapecó, o fenômeno se manifestou de modo mais intenso. A análise dos dados revela que a população rural de Chapecó decresceu, em termos percentuais, 3,4% entre 1970 e 1980 e 24,4% de 1980 a 1990. Enquanto isso, no mesmo período, a população urbana cresceu 173,8% e 69% respectivamente. Esses números revelam uma sensível retração da população rural que decresceu não apenas em termos percentuais, mas até em termos absolutos. (Poli, idem, p.72-73)

Em termos quantitativos, os efeitos sociais do processo de modernização parecem evidentes. Porém, um número significativo de agricultores familiares ainda permanece em suas propriedades produzindo estratégias de reprodução social que ora seguem a lógica do mercado, ora seguem a lógica da sobrevivência familiar. Estas lógicas se traduzem em diferentes representações e práticas que evidenciam os interesses dos agentes sociais envolvidos com a agropecuária. Se a crise sócio-econômica aparece revelada em números, o seu oposto também se apresenta em dados do IBGE, que procura mostrar que o Estado de

---

<sup>91</sup> “Com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos de um aeroporto, começou a ser divulgada, nos noticiários, a existência de uma doença nos suínos, chamada Peste Suína Africana, que poderia espalhar-se por todo o país. A partir de então, passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos da Região Sul, inclusive no Oeste Catarinense” (Poli, 1999, p.68)

Santa Catarina é o quinto produtor nacional de alimentos, com 25% de sua área cultivada e 26,1% da população residindo na zona rural (IBGE, 1997, apud Espírito Santo, 1999, p. 130)

O autor busca associar a situação de instabilidade e insegurança quanto às possibilidades de permanência e reprodução de famílias de agricultores no campo, ao desencadeamento de movimentos sociais. O surgimento dos movimentos sociais descritos por Poli (1999) no Oeste Catarinense<sup>92</sup> no início da década de 80, já caracterizava uma situação de incertezas e dificuldades para os agricultores, que se estendeu durante os anos 80 e se intensificou a partir dos anos 90. A descrição e análise destes movimentos são importantes na medida em que demonstram que a atual situação vivida pelos agricultores familiares na região oeste é decorrência de um processo caracterizado pela modernização agrícola, por políticas públicas agrícolas, entre as quais as pelo rebaixamento do preço dos produtos, etc.

Muitos desses motivos e outros mais recentes ainda continuam sendo apontados por alguns agentes sociais como espelho da situação de crise que se prolonga até os dias atuais.

### ***5.1. A Crise e o complexo agroindustrial***

Antes de especificar a crise que se intensificou a partir dos anos 90 envolvendo também as atividades agroindustriais na região oeste, pretendo especificar como este sistema desde a sua implantação e consolidação construiu uma relação de dependência e subordinação para com os agricultores familiares. Este processo de implantação e consolidação desde o seu início gerou uma situação de incertezas, gerada pela seleção e exclusão de muitas unidades familiares.

De acordo com Belato (1986, p.61), um dos segredos do sucesso de um "sistema integrado" consiste na seleção dos camponeses que serão submetidos ao controle das empresas. O trabalho de assistência técnica junto às unidades camponesas funciona como um poderoso instrumento de propaganda da imagem da empresa, de sua boa vontade para solucionar os problemas crônicos gerados pelo desprezo, humilhação e exploração do trabalho camponês. O trabalho de propaganda é particularmente eficiente quando as empresas têm um conjunto de produtores modelares, que "estão bem de vida".

---

<sup>92</sup> O Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai (MAB) e o Movimento de Oposições Sindicais.

O autor refere-se a um período - anos 80 - em que muitas famílias de pequenos produtores foram submetidas a um processo de seleção e passaram a fazer parte do sistema integrado, acreditando com isso que suas dificuldades de reprodução seriam contornadas. Na época ainda não se falava em globalização da economia, novas exigências do mercado, porém o pequeno produtor rural integrado já se encontrava atrelado ao sistema, enquanto que os demais - os não "escolhidos", teriam que se viabilizar de outras maneiras. O que é importante ressaltar deste processo é o fato de que, desde então, o produtor integrado foi se envolvendo e sendo envolvido por um sistema que acabaria por lhe fazer posteriormente mais exigências do que àquelas necessárias para a sua integração. Por outro lado, aquele pequeno produtor não-integrado foi sendo excluído não somente do processo de seleção das agroindústrias, mas também de uma maneira geral de um sistema produtivo hegemônico implantado por estas empresas, o que sem dúvida lhe causou maiores dificuldades para se reproduzir.

Na época, segundo Belato (idem, p. 63) os pré-requisitos para aprovação de um candidato a ser integrado eram: a) ser minifundiário e proprietário da terra, condição esta para que os bancos garantissem os empréstimos aos investimentos de capital mediante hipoteca da terra; b) o segundo critério é relativo à organização da propriedade como um todo. Os contratos de produção aprofundam a "integração da propriedade" à empresa. Trata-se para a empresa de fechar um circuito que lhe garanta, de um lado, a matéria prima para abate (aves e suínos) e grãos (milho e soja) para o fábriço de rações. A intervenção sobre a unidade produtiva também tem outras funções de dominação, pois as empresas controlam também a produção do milho e da soja, seja através dos técnicos que acompanham o plantio, seja na compra do produto; c) condições financeiras e reserva de dinheiro e de recursos próprios para a construção do galinheiro ou da pocilga; d) a distância entre a propriedade e a fábrica (a propriedade deveria estar localizada em uma distância média de trinta quilômetros).

A eleição da pequena propriedade além destes critérios de seleção configurou-se também a partir de "razões de ordem ideológica e de ordem disciplinar". Para Belato (idem, p.66-67) estas razões buscaram capturar a mão-de-obra familiar exatamente porque ela pode ser acionada permanentemente na produção e oferecer a garantia de um "trabalho a capricho". A ênfase no capricho além de incrementar o histórico preconceito contra o proletário rural, permite o disciplinamento e a habilitação técnica da mão-de-obra familiar - que pelo fato de ser familiar, pode absorver e introjetar mais eficazmente os mecanismos de disciplinamento, dispensando controles externos sobre o trabalho. Neste sentido, os mecanismos de seleção têm por um lado, a função de predispor o camponês a acatar as exigências que a empresa lhe faz, seja a forma de procedimentos técnicos e, neste caso, a acatar como benéfica à

modificação de seus ritmos de trabalho, seja na aceitação do fato de que a empresa o eleja, entre muitos, para ser seu sócio. E por outro, provoca um controle sobre o estilo de vida, o caráter do candidato, o tipo de relação que o chefe de família tem com a mulher e os filhos, rixas e conflitos com vizinhos. Para a seleção, as empresas faziam um controle que é realizado "sutilmente" a partir de testemunhos de camponeses que já são integrados.

Esta reflexão de Belato é interessante na medida em que ao mostrar sob que critérios os pequenos produtores são selecionados, ela aponta para possíveis causas que podem ser percebidas como constituídas da crise atual no universo agropecuário. Porém esta situação se apresenta em diferentes representações e muitas vezes dados contraditórios.

Segundo Espírito Santo (1999, p.130), apesar da perspectiva otimista revelada em números pelo IBGE os dados procuram mostrar que o Estado de Santa Catarina é o quinto produtor nacional de alimentos, com 25% de sua área cultivada e 26,1% da população residindo na zona rural, o Estado de Santa Catarina não se enquadrou no modelo de modernização da agricultura do modo esperado (IBGE, 1997). No Oeste Catarinense, por exemplo, os reflexos disso se traduzem no êxodo rural e no esgotamento do modelo agroindustrial.

Os reflexos da crise sócio-econômica e ambiental na agropecuária na Região Oeste são decorrência de um processo que se agravou no início dos anos 80 e que atingiu todo o país, pois o modelo agrícola dependente do Estado também entra em declínio. Neste sentido, segundo Espírito Santo (idem, 131), nas décadas de 1980 e 1990, o sistema de crédito estatal deixou de ser o fator impulsor da agricultura. Toda esta situação levou a uma descapitalização dos produtores rurais que passaram a enfrentar sérios problemas perante a nova realidade, que associada aos processos de globalização e abertura de novos mercados, mostrou-se muitas vezes insustentável.

A base da economia do Oeste Catarinense, mantida pelas atividades agroindustriais, também tem experimentado os reflexos deste processo de globalização. O modelo baseado nos complexos agroindustriais passou a se transformar na década de 1990, em função de diversos aspectos inter-relacionados. Podemos citar, como exemplo, as novas exigências do mercado econômico que têm produzido cada vez mais a exclusão dos pequenos produtores. Associado a isto, temos o desestímulo do crédito estatal, a baixa nos preços dos produtos e a concorrência que enfrentam os mercados internos e externos. Por outro lado, as questões ambientais associadas às atividades econômicas têm encontrado os seus limites. As características dos recursos naturais, tais como a fertilidade dos solos, as matas naturais, a

qualidade dos mananciais de água, são exemplos do esgotamento de um modelo que têm se tornado insustentável.

De acordo com Espírito Santo (idem, p.136), o desenvolvimento sustentável passou a ser um dos principais objetivos da política agrícola, e para reverter a situação gerada pelo esgotamento do modelo agroindustrial convencional, principalmente no Oeste foram criadas algumas alternativas.<sup>93</sup> Estas alternativas são exemplos de projetos governamentais como é o caso do PRONAF<sup>94</sup>, sendo que os outros projetos integram associações com iniciativas privadas.<sup>95</sup>

Estes projetos apesar de diferenciados em seus objetivos e práticas, ainda têm como base as pequenas propriedades e a mão-de-obra familiar como os principais elementos da agropecuária, elementos estes que não impediram que a modernização acontecesse em certos setores como o da avicultura, suinocultura e fumo, porém com a dependência às agroindústrias. Este fator de dependência gerou uma modernização parcial, contribuindo em muitos casos para a não viabilização de pequenos produtores. O contexto da região oeste catarinense demonstra que não é o tamanho da propriedade o principal fator limitante da viabilidade dos agricultores familiares, pois uma parte significativa da produção estadual provém de propriedades com menos de 50 hectares. A associação de propriedades de pequeno tamanho com recursos naturais de baixa qualidade é que seria limitante, e neste caso verificasse a necessidade da adoção de políticas de auxílio. (Espírito Santo, 1999, p. 138)

As dificuldades para garantir a viabilidade do agricultor familiar têm mobilizado diversos agentes sociais na Região Oeste Catarinense. Estes agentes têm se referido a essas dificuldades como constitutivas de um momento de "crise" que - embora de forma

---

<sup>93</sup> A autora como exemplo cita as seguintes alternativas : 1. as agroindústrias associativas financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-agroindústria) , que objetiva viabilizar empreendimentos diversificados com a agregação de valor ao produto; 2. outra alternativa foi viabilizada pelo Instituto SAGA, que visa a comercialização em conjunto dos produtores, através de uma marca própria. Este Instituto orienta e organiza os produtores que devem seguir as normas de qualidade definidas; 3.o Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias Brasileiras (RECOOP) (idem, p. 136).

<sup>94</sup> De acordo com Silva (1998, apud Schmidt, 2002, p.10-11), o PRONAF Agroindústria se propõe a promover: “o fortalecimento e a melhoria de vida dos agricultores mediante a criação de oportunidades de ocupações produtivas, possibilitando a reconversão, geração de renda de forma desconcentrada, uso sustentado dos fatores ambientais, redução da migração campo cidade, ampliação do acesso aos serviços públicos, modernização do processo produtivo e redução das desigualdades sociais”.

<sup>95</sup> É importante ressaltar que estes programas se diferenciam das alternativas propostas pela Rede de Viabilização da Agricultura Familiar – representada, principalmente pelos movimentos de agricultores e ONGs – que possuem como princípios a cooperação agrícola e as práticas agroecológicas. Por outro lado, a APACO também viabiliza através de assessoria, créditos e financiamentos obtidos junto a parcerias governamentais, como é o caso do PRONAF, que têm possibilitado a concretização de diversas agroindústrias familiares na região.

diferenciada a de outros contextos - têm se generalizado em diferentes discursos e representações, bem como em soluções e respostas para esta situação.

Os trabalhos que buscam caracterizar o contexto da agropecuária na Região Oeste, principalmente a partir de meados dos anos 90, se constituem enquanto diagnósticos que tratam de fatores conjunturais e estruturais relacionados a questões econômicas, sociais e ambientais. Em sua maioria, estão preocupados em caracterizar essa situação de crise, que tem impossibilitado a viabilização da população rural, principalmente, aquela categorizada enquanto “unidades familiares de produção”, bem como objetivam fornecer subsídios para a formulação de propostas que visam um processo de desenvolvimento sustentável.

## **6. As representações da crise sob o ponto de vista dos técnicos**

### ***6.1. A avaliação da APACO diante da situação de crise na agricultura familiar***

A caracterização da situação da agricultura familiar, o papel da APACO e dos projetos por ela desenvolvidos diante deste contexto, são avaliados como fazendo parte de uma conjuntura estadual e nacional. A associação refere-se a uma crise econômica vivenciada principalmente a partir da década de 80, sendo que, como consequência da falta de projetos e alternativas para o meio rural, têm-se verificado um crescimento desordenado nas grandes cidades catarinenses. Segundo a APACO (1995, p. 16-17):

O modelo de desenvolvimento adotado nos anos 70 continua a ser o motor das ações públicas: a industrialização centralizada, a priorização da criação de infra-estrutura urbana, a regionalização do desenvolvimento, etc, constituem a base da lógica urbano-industrial. Em contrapartida, verificamos dia a dia o empobrecimento das áreas distantes das regiões de influência dos pólos de crescimento econômico, entre estas as rurais.

A Associação atribui principalmente ao descaso governamental a falta de alternativas para o meio rural, fruto de um modelo de desenvolvimento que têm priorizado o setor urbano e mais especificamente, o setor industrial. Por outro lado, critica os pressupostos da Constituição Federal de 1988, que prevê a “autonomia” dos municípios diante da descentralização na estrutura administrativa dos mesmos. Porém, a contradição se evidencia na falta de recursos públicos para a efetivação de políticas públicas concretas. Neste sentido, a importância da ação regional é enfatizada, quando assumida pela organização e representação

da sociedade civil, que diante da falta de recursos e políticas públicas direcionadas ao meio rural, buscam alternativas para a solução de seus problemas.

A partir desta contextualização a APACO assim define o seu papel:

O grande mérito da APACO, desde a sua criação, tem sido sua capacidade de captar e difundir novas idéias e soluções inusitadas, reunindo em torno delas posições políticas diferenciadas. Graças a isso, temos verificado de um lado, a “oxigenação” de discursos e o amadurecimento dos agentes políticos envolvidos nos diversos projetos coordenados pela APACO; e de outro o respaldo público e institucional que a entidade tem obtido nas suas ações. Estes atributos credenciam a APACO a propor e assumir ações junto às administrações municipais e aos setores organizados dos agricultores, no sentido de sistematizar as iniciativas que busquem o desenvolvimento integral do meio rural, dos agricultores e suas famílias. (idem, p.17)

As soluções propostas pela Associação diante dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares e mais especificamente pelos grupos de cooperação, se evidenciam principalmente a partir das parcerias realizadas junto as ONGs, órgãos do Estado e convênios com as prefeituras municipais. É a partir da lógica e estratégia geral de ações centradas principalmente na Metodologia de Planejamento Participativo e na Descentralização dos Programas, que se concretizará o “fortalecimento da cooperação de desenvolvimento rural, via cooperação entre agricultores familiares e os programas de trabalho” (idem, 18-20).

A situação vivenciada pelos agricultores familiares na Região Oeste é justificada pela Associação também por fatores de ordem conjuntural, principalmente relacionados a um quadro macro-econômico iniciado em 1994 pelo Plano Real. Este quadro provocou mudanças ocasionadas pelo processo de abertura comercial, sobrevalorização do real, redução do Estado, elevação das taxas de juros e o congelamento dos preços mínimos agrícolas. Este novo cenário causou mudanças no desenvolvimento e nos mercados de trabalho rural e urbano, ocasionando principalmente a perda de renda agrícola, a exclusão de produtores de atividades básicas como a suinocultura, e o êxodo rural. (1999, p. 5)

De acordo com a APACO (idem, ibidem) “com a redução do número de famílias, diminuiu drasticamente a vida das comunidades, perdendo-se a perspectiva do desenvolvimento local. Ocorrendo um enfraquecimento na economia local, comprometendo o desenvolvimento dos municípios, cuja economia depende de atividades rurais, uma vez que, 90% dos municípios da Região Oeste, tem menos de 20 mil /habitantes, sendo consideradas rurais”.

Esta situação de crise é fruto de um modelo de desenvolvimento que “além de intensificar a destruição sócio-econômica dos agricultores familiares e de suas comunidades,

apresenta impactos no meio ambiente, através da contaminação por agrotóxicos (análises feitas em 6.635 agricultores de Santa Catarina, mostraram que 18% apresentavam nível de atividade de colinesterase em 75% (cítrico) e apenas 5,7% abaixo deste nível) e também pela contaminação por dejetos de suínos, devido a grande concentração de animais confinados”. (idem, p.5-6)

Estes fatores conjuntamente vêm intensificando um processo de empobrecimento geral, de seleção e exclusão e conseqüentemente de êxodo principalmente entre os jovens na agricultura familiar.

No sentido de solucionar estas questões que envolvem a agricultura familiar, a APACO (idem, p.6) propõe a construção de um novo modelo de desenvolvimento, orientado para o Desenvolvimento Sustentável. Para a Associação:

(...) este modelo de desenvolvimento tem como base o fortalecimento e a consolidação da agricultura familiar, na medida em que este setor é considerado estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, por ser essencialmente distributivo, além de incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Seus sistemas poliprodutivos de cultura e criação são uma garantia da segurança alimentar para o país, e isto aliado à maior maleabilidade de seu processo decisório, que traz imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental.

A base metodológica e estratégica de ações voltadas para este novo modelo tem como sustentáculo a idéia de desenvolvimento local e regional. È com base na “municipalização desencadeada principalmente a partir da constituição de 1988, que os governos municipais passam aos poucos a assumir um novo papel, se estabelecendo como importantes agentes articuladores e promotores do Desenvolvimento Econômico” (idem, p.7)

Do ponto de vista regional, é a partir da parceria da APACO com outras entidades que tem sido possível a aplicação da metodologia participativa (PEP – Planejamento Estratégico Participativo) <sup>96</sup>. Este trabalho de parceria regional tem também “ampliado o número de formas de cooperação entre os agricultores familiares, bem como trabalho para o surgimento de diversas formas de organização, como o Fórum de Desenvolvimento Regional (FRDI/Região AMOSC), Fórum de Desenvolvimento Local, Conselhos de Desenvolvimento Rural, como Cooperativas de Crédito, agroindústrias de pequeno porte, atividades rurais não agrícolas associativas (Turismo Rural, Confecções, etc), e várias outras formais e informais,

---

<sup>96</sup> A metodologia do PEP no Oeste Catarinense, tem sido implantada pelos municípios através de projetos assessorados por ONGS como a APACO (em nível regional) e o CEPAGRO (em nível estadual). A base metodológica e teórica destes Planejamentos tem como principal referência a idéia de desenvolvimento local. Em anexo n. 03 ver PEP – Planejamento Estratégico Participativo do Município de Chapecó.

umentando a eficiência da implementação destas políticas e o alcance por parte de seus beneficiários” (idem, p.8).

Para a Associação, “a atuação da APACO em nível local e regional na articulação e animação de propostas de Desenvolvimento Sustentável, são caminhos importantíssimos para que a sociedade se organize e participe nas decisões de políticas públicas, viabilizando a descentralização política, econômica e geográfica do desenvolvimento. O grande desafio colocado para a APACO, movimentos sociais e administrações, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e da democratização do estado, é a garantia da geração e implementação de políticas de desenvolvimento sustentáveis, que consigam articular instrumentos, projetos locais com projetos regionais e até globais, mas que, sobretudo, garantam processos participativos, com democracia, transparência e controle social, equidade e redistribuição, sendo indicadores de sustentabilidade”. (idem, p.9)

De acordo com documento de avaliação sobre o papel da APACO, realizado por Abramovay e Miranda (1997, p.7), a trajetória da Associação foi sendo construída justamente em função desta crise, que teve como principais fatores: a diminuição do crédito agrícola, a elevação das taxas de juros, a concentração da atividade suinícola, a redução na rentabilidade de produtos tradicionais como o milho e o suíno, o esgotamento dos recursos naturais e principalmente o esvaziamento populacional das áreas rurais, notadamente da população mais jovem, estimado em aproximadamente 70 mil pessoas no período 1980-1991.<sup>97</sup>

Estes mesmos autores (idem, p.9) afirmam que:

(...) também a desilusão com o modelo cooperativista tradicional, e sua forma autoritária de gestão, motivava que os agricultores buscassem um modelo alternativo de cooperação que garantisse a efetiva participação dos produtores e que ao mesmo tempo trouxesse vantagens econômicas para os associados. Em oposição ao modelo vigente, autoritário e excludente, os movimentos sociais propunham a construção de um novo tipo de sociedade mais igualitária e participativa. Esta proposta representava o resgate de valores tradicionalmente defendidos pela igreja, tais como: a convivência familiar, à vida comunal e o espírito de solidariedade entre vizinhos

Em síntese, a avaliação da APACO sobre a situação da agropecuária na Região Oeste, aponta principalmente como causa principal dos problemas enfrentados pela agricultura familiar a relação entre uma conjuntura política e um modelo econômico e social

---

<sup>97</sup> Sobre Juventude Rural no Oeste Catarinense ver: Abramovay, Ricardo et al (1998) e Stropasolas, Valmir (2002).

que tem causado exclusão. Os diagnósticos realizados por outros agentes envolvidos com a agricultura familiar também apontam para fatores conjunturais e estruturais, porém o que os diferencia é o papel e a ênfase ideológica dada por cada um deles no contexto da agricultura familiar da Região.

## ***6.2. Os diagnósticos da AMOSC e do CPPP/EPAGRI***

A AMOSC e o CPPP/EPAGRI (Centro de Pesquisas para Pequenas Propriedades), em seus diagnósticos utilizam-se dos termos “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável” no sentido de que buscam dar conta dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos que envolvem a realidade regional. Estes diagnósticos representam documentos importantes para a elaboração dos dados básicos de caracterização da região, porém mais do que isso, dizem respeito à um conhecimento técnico que visou diagnosticar a crise, bem como levantar propostas para a "solução" da mesma. As percepções da crise neste ponto de vista, revestem-se de conceitos técnico-científicos e de um caráter político-normativo no que diz respeito ao tratamento sobre a situação atual.

O Diagnóstico realizado pela AMOSC resume os aspectos econômicos e ambientais do setor primário em três fatores relacionados: “condicionantes, deficiências e potencialidades”. Os principais “condicionantes” são: os solos rasos e declivosos, a distância dos mercados consumidores, a descapitalização das pequenas propriedades e as condições das estradas de acesso. As “deficiências” relacionam-se à própria degradação do solo e a problemas de mercado e tecnologia - como a baixa produtividade, o baixo uso de insumos, o manejo inadequado do solo, além da falta de estrutura para armazenagem, da existência de poucas opções agrícolas de mercado, da dificuldade de acesso ao crédito e da falta de profissionalização na administração da propriedade e em aspectos tecnológicos. As “potencialidades” se traduzem nas propostas do plano que pretende o desenvolvimento sustentável da região através dos seguintes aspectos: existência de um centro de pesquisas e de centros de treinamento, disponibilidade de terras com aptidão para culturas anuais, possibilidades de novas opções adequadas às condições naturais e rentáveis, possibilidade de industrialização do meio rural para a geração de empregos. (AMOSC, idem, p.616)

A crise representada então por alguns agentes sociais está pautada em um discurso que busca mostrar as limitações de um modelo de desenvolvimento econômico até então vigente. Este modelo, segundo esta visão, estaria impossibilitando a viabilização/reprodução dos agricultores familiares principalmente em função de fatores conjunturais e estruturais. A

atual situação caracterizada pelas pesquisas técnicas e científicas tratam de fatores que buscam dar conta da conjuntura agrícola na região, bem como de fatores estruturais que definem a lógica do mercado. Segundo os dados apresentados por estas pesquisas, estes fatores conjuntamente tem gerado uma descapitalização dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na dificuldade de criar oportunidades de trabalho, intensificando o êxodo rural e regional. Diante deste quadro apontam para a necessidade de estabelecer novos rumos para o desenvolvimento, visando a sustentabilidade econômica, social e ambiental. (Testa et al , 1996, p. 23-28)

De acordo com os pesquisadores do CPPP/EPAGRI, as propostas e tendências da viabilidade da agricultura familiar, são pensadas a partir das seguintes premissas básicas: “uso sustentável dos recursos naturais e geração de oportunidades de ocupação econômica para fixar a população na região, especialmente a rural”. As propostas podem ser enumeradas em 4 grandes questões: **1.** necessidade de integrar os três setores da economia; **2.** propostas para o setor agropecuário (fortalecimento da agricultura familiar diversificada, intensificação tecnológica no milho, feijão e soja; desconcentração da suinocultura; diversificação das atividades agropecuárias (*já consolidadas* - suinocultura, milho, feijão, soja, fumo, avicultura - e *em consolidação* - bovinocultura de leite, erva-mate, piscicultura e laranja - e também *novas opções* - fruteiras diversas, reflorestamento, hortaliças, flores, chás, essências aromáticas e medicinais e pequenos animais, etc) políticas de acesso à terra) **3.** propostas específicas para o setor secundário (industrialização descentralizada; estudos de mercado para novas opções agropecuárias e agroindustriais; organizações regionais de padronização e comercialização - ORPCS; linha de crédito industrial) **4.** turismo (Testa et al, 1996, p.28-36)

As representações sobre a “crise” do ponto de vista do diagnóstico do CPPP/Epagri pressupõem um conhecimento que tem nos trabalhos de pesquisa e extensão a sua base. As relações estabelecidas com os agricultores familiares atualmente têm buscado transformar os objetivos de suas ações com vistas a uma mudança nas políticas e paradigmas, pois pretendem uma sociedade mais sustentável <sup>98</sup>. Os objetivos da AMOSC não são muito diferentes, principalmente no que diz respeito ao ideal de um desenvolvimento regional sustentável econômica, social e ambientalmente. Um consenso, pelo menos neste aspecto, está presente, por exemplo, no Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico da AMOSC, que teve a colaboração de diversos agentes da região oeste.

---

<sup>98</sup> Discussões a respeito da mudança de paradigma na extensão rural ver: Caporal (1998, 1999); Costabeber (1998, 1999)

Nestes diagnósticos, por exemplo, os termos “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável” são utilizados no sentido de que buscam dar conta dos mais diversos aspectos que envolvem a realidade regional, e mais do que isso, utilizam estas concepções para a construção de um "novo" projeto político-ideológico que visa uma mudança de paradigma na "maneira de pensar" e nas práticas dos atores envolvidos com a questão da agropecuária.

### **6.3 O diagnóstico do ICEPA**

De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina /Instituto CEPA/SC (1998), a estrutura agrária atual no Oeste Catarinense está diretamente relacionada ao fenômeno da migração rural e do êxodo rural, ocasionados principalmente pela modernização da agricultura. Segundo o ICEPA (idem, p.9):

(...) o modelo de desenvolvimento agrícola não cumpriu o seu papel de promotor do desenvolvimento rural, ocorrendo nos últimos anos uma radicalização tanto dos seus pressupostos quanto dos seus impactos, o que tem levado a se repensar o espaço rural em seu conjunto. É neste contexto que se insere a reflexão sobre a migração rural no oeste catarinense, a qual não é uma simples contrapartida do desenvolvimento, cuja tendência natural seria o próprio esgotamento. A desruralização ou, ainda, o esvaziamento social e econômico do meio rural oestino tem-se constituído num processo que vem ameaçando o próprio desenvolvimento sócio-econômico da região.

O ICEPA (idem, p 41), realizou uma análise do setor agrícola catarinense sob dois enfoques – o econômico e o social – concluindo que:

As análises do setor agrícola catarinense, do ponto de vista socioeconômico, se encaminham para duas vertentes. O enfoque econômico remete as conclusões para um quadro que apresenta uma agricultura pujante, cujo crescimento é inquestionável. Por outro lado, o enfoque social apresenta uma realidade preocupante para uma parcela significativa da população rural, que não dispõe de renda suficiente para sua sobrevivência no meio em que vive.

Os resultados da pesquisa realizada pelo ICEPA (idem, p.68) mostram que a agricultura da Região “não proporciona níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção, especialmente nos estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 20 hectares. A renda obtida das atividades agrícolas parece não ser mais suficiente para que as unidades familiares se viabilizem economicamente, tornando impossível a continuidade dos membros da família na condição de agricultor familiar”.

É importante ressaltar que a análise realizada pelo Instituto teve como base de suas pesquisas as unidades familiares individuais que desenvolvem atividades produtivas consideradas “convencionais”, ou seja, principalmente a produção com predominância dos sistemas que combinam as explorações de milho, fumo, feijão e leite. Outras formas de organização e de produção alternativas realizadas por agricultores familiares não constituíram objeto de análise deste estudo. Assim sendo, a análise corresponde a uma realidade regional mais ampla, o que têm suscitado diferentes propostas para se pensar o modelo de desenvolvimento econômico vigente, com vistas à busca de novas alternativas de viabilização para a agricultura familiar.

No sentido de (re) significar o contexto da agropecuária na região o Instituto pensa que “a mudança de significado (e de papel) da pequena produção agrícola passa pelo entendimento de que “o espaço rural não é apenas um local de produção agrícola, mas um espaço de iniciativas diversas e de vida, para uma parte importante da população, ampliando o papel da agricultura familiar” (Mattei, 1998) “ (idem, p.68). As propostas do Instituto se encaminham no sentido de que “a reorientação do desenvolvimento regional deve assentar-se na potencialização da absorção da mão-de-obra no meio rural em condições dignas, com uso sustentável dos recursos naturais e em condições de competitividade econômica” (idem, p.69)

Para a construção deste novo cenário para a região, é necessário que a definição, a adoção, a natureza e o alcance das políticas públicas sejam resultado de um amplo debate da sociedade local, especialmente dos segmentos diretamente envolvidos. Os resultados da pesquisa sugerem que o debate seja orientado, fundamentalmente, pelos seguintes grupos de políticas: políticas de incentivo à agricultura familiar; políticas de geração de renda a partir de ocupações não-agrícolas; políticas de ampliação da infra-estrutura, políticas fundiárias e políticas ambientais. (idem, p. 69)

As análises realizadas por diferentes agentes sociais ligados à agricultura familiar, apontam por um lado, para um consenso, de que uma situação de crise e mudanças tem alterado o contexto da agricultura na Região Oeste e de que novas alternativas precisam ser encontradas para possibilitar a viabilização dos pequenos produtores familiares. Parece haver um consenso também quanto ao esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico criado principalmente pela Modernização da agricultura. Por outro, as propostas e projetos de viabilização caminham por rumos diferenciados, isto em função, principalmente de princípios ideológicos e políticos nos quais estas propostas de mudança estão baseadas.

A análise do contexto regional ligado à agricultura familiar do ponto de vista institucional (como é o caso da EPAGRI e do ICEPA) fornecem subsídios técnicos precisos no que diz respeito aos dados quantitativos relativos à situação da estrutura agrária na região.

Estas análises priorizam os dados econômicos como determinantes do atual contexto de dificuldades diagnosticado pelos técnicos. Em determinados momentos, a conjuntura nacional também é considerada como relevante para se entender este quadro, porém ele é avaliada mais em relação às políticas públicas, do que efetivamente em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e social. As concepções acerca do “desenvolvimento” são adjetivadas fazendo-se referência ao “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável” e outros termos equivalentes. A rigor, no caso das avaliações do CPPP/EPAGRI, AMOSC e ICEPA estas noções são empregadas quase como sinônimos, sendo que a sustentabilidade é adicionada ao desenvolvimento regional com o objetivo de acrescentar as questões ambientais como uma nova preocupação nos atuais projetos de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, trabalhos empíricos e teóricos têm procurado verificar as representações dos agricultores familiares - os chamados *colonos* na Região Oeste- sobre esta situação de crise, ou seja, uma situação de mudança que têm modificado as condições objetivas e valores, aspectos constitutivos para a viabilização econômica e reprodução social destes agricultores.

### **7. A crise sob o ponto de vista dos agricultores familiares, os *colonos***

Renk (1997, 2000) buscou verificar as representações sobre a crise junto aos *colonos* descendentes de italianos e alemães no município de Palmitos, região oeste de SC. Trata-se de um referencial importante para pensar a atual situação, pois privilegia as representações e práticas dos *colonos*, refletindo, assim a visão de uma maioria significativa de agricultores familiares da região Oeste de SC. A perspectiva da autora centra-se na reprodução social camponesa e as decorrentes alusões sobre a crise em relação a essa reprodução. A autora vai demonstrar – como foi tratado anteriormente - que homogeneidade não existe nem mesmo entre os *colonos* descendentes de italianos e alemães e que os "cálculos" realizados entre eles, para representar sua condição, passam por outras variáveis - que não somente a variável apontada pelas estatísticas- como as que caracterizam o seu universo cultural, por exemplo, as “categorias nucleantes” terra/trabalho/família.

Ao tratar das representações sobre a crise sob o ponto de vista dos *colonos*, a autora abre espaço para a relação que se estabelece entre as percepções dos *colonos* e outros agentes que tem diagnosticado a situação da agropecuária no Oeste Catarinense. A autora analisou documentos elaborados pela EPAGRI, AMOSC e pela imprensa, sendo os diagnósticos dos

dois primeiros agentes citados. A contribuição de Renk (2000) é fundamental na medida em que procura demonstrar - embora este não seja seu objetivo central - que “de um modo geral, do ponto de vista dos técnicos, a crise tem múltiplas determinações, mas prende-se, fundamentalmente, a fatores de ordem econômica e ao esgotamento dos recursos naturais. O discurso nativo, provavelmente, não está explicitado em linguajar técnico. Mesmo assim, os colonos, em suas falas, recorrem a alguns desses aspectos (...) O conteúdo central, sem dúvida, refere-se a “dificuldade de existir”.

Ao buscar as representações sobre a situação da agricultura na Região, é possível de antemão já traçar os possíveis caminhos e soluções que vem sendo pensadas para solucionar os problemas. Embora, a pesquisa da autora tenha sido desenvolvida entre colonos de um município específico, e que não fazem parte do perfil de agricultor elegido neste trabalho, ou seja - os grupos de cooperação agrícola assessorados pela APACO-, é possível destacar algumas questões gerais que caracterizam a situação do pequeno agricultor familiar no Oeste Catarinense, sobretudo a partir de suas próprias concepções.

Renk (2000, p.47) chama a atenção para o fato de que o colono pode pertencer a diferentes associações, seja ela um movimento social, uma Cooperativa de Crédito rural ou mesmo a uma Cooperativa de caráter empresarial, bem como às agroindústrias. Isto indica que os agricultores estão em busca de novas alternativas, diferentes daquelas já convencionais, como é o caso da agroindústria e das Cooperativas empresariais. Segundo a autora (idem, p. 50), “a inserção numa associação de agricultores é avaliada, nesse caso, como uma alternativa contra o “individualismo dos colonos, e é a saída para a agricultura”. Temos, nesse caso, a auto-avaliação de progressista em oposição àqueles que trabalham individualmente e, conseqüentemente, rotulados como os mais conservadores” .

A busca de alguns colonos em trabalhar coletivamente, reflete uma situação geral vivida pelos pequenos produtores na região, que em função do surgimento da crise nos anos 80, buscaram nos movimentos sociais um espaço de discussão e de busca para novas alternativas. Os depoimentos dos agricultores e agricultoras entrevistados por Renk, demonstram que o trabalho coletivo e a inserção em movimentos sociais têm sido espaços fundamentais para a superação da crise e, portanto, para a reprodução social dos agricultores familiares.

Outro aspecto importante verificado na pesquisa de Renk (idem, p.52-3) é a relação da crise com a modernização da agricultura. A diversificação de produtos exigida pelo mercado e por projetos oficiais “alterou a rotina tradicional desses agricultores”. Por outro lado, a saúde dos agricultores começou a ser prejudicada em função do uso de agrotóxicos,

bem como o comprometimento das safras devido à dificuldade cada vez maior para a aquisição das sementes selecionadas.

A escassez de terras, principalmente para os filhos mais jovens, é apontada como um dos fatores para a agudização da crise que se revela em números nas estatísticas sobre o êxodo rural. Isto nos remete a outro lado da questão, que é defendida por mediadores que acreditam haver soluções e alternativas para a o agricultor familiar, seja através da aquisição de novas terras - defendida pelo MST- ou pela busca de novas alternativas no interior das pequenas propriedades já existentes.

A análise dos discursos sobre a crise realizada por Renk pode assumir uma “conotação geracional” (idem, p. 64) e poderíamos afirmar que também política, na medida em que as representações e a busca de soluções para a mesma estão associadas com a inserção que os agricultores possuem em movimentos, associações, sindicatos, etc , ou seja, “fora” do espaço apenas produtivo da propriedade rural. De acordo com Renk (idem, p. 66-7):

A crise deve ser inserida num contexto de mudanças no espaço geográfico – o chamado “encolhimento do mundo” (espaço e tempo são construções sociais ) – e nas alterações por que passou a agricultura na região. Não obstante o mesmo significado, há diferentes conotações significativas para a crise. Estas são retraduzões das evidências empíricas que, por sua vez, não permitem leituras reducionistas. Não há possibilidade de apresentar uma oposição binária entre a expressão de cunho mais acadêmico, elaborado pelos técnicos do estado, e as formulações da sociologia nativa, apresentadas pelos personagens do mundo rural. No primeiro caso, há uma preocupação técnica que parte da economia rural, da administração rural e da agronomia. No segundo conjunto, aqueles elementos retraduzem-se em linguajar menos elaborado, um entreglosar num universo de despossessão linguística. (...) As percepções são mediadas pelos traços biográficos, pelas posições ocupadas no espaço social, ou seja, a diferenciação dos colonos e suas inserções noutras esferas além daquelas da colônia e, internamente, no espaço familiar, na “integração diferencial”. (...) Enfim, os colonos explicitam uma crise que afeta não só a terra, mas todas as concepções que agregam os nucleantes da vida na colônia e a colônia, mas a todas as transformações porque passa o mundo”.

As representações sobre a crise e as mudanças vivenciadas pelos colonos no trabalho de Renk (idem), nos remetem a um contexto de mudanças que pode ser generalizado para a Região Oeste, na medida em que grande parte dos agricultores familiares da Região corresponde a este perfil de agricultor, ou seja, o *colono*. Sua análise traz importantes reflexões teóricas na medida em que aponta para uma re-significação dos valores e categorias nucleantes, transformadas e re-elaboradas a partir de uma situação de crise. Dentro deste contexto, a autora vai demonstrar que existe uma diversidade dependendo da condição sócio-econômica e política pela qual encontra-se inserido o agricultor familiar – *colono*. Vai chamar a atenção para uma categoria de *colonos* que encontra nas relações externas à unidade

produtiva, nos movimentos sociais, nas ONGs, Sindicatos, etc- os agentes que a autora chama de “mediadores” – importantes espaços de discussão política e de possibilidades concretas de viabilização econômica e social. São estes espaços de “alargamento” do mundo (entendido aqui como a colônia) que possibilitam aos *colonos* uma re-significação dos valores que até então representavam sua identidade bem como a sua condição social e econômica. Os colonos encontram nas ações políticas – dos movimentos sociais e sindicatos – importantes espaços de reforço de sua identidade como “trabalhador rural”, e nos projetos de Ongs e demais agentes sociais – significativos espaços de discussão sobre sistemas alternativos de produção e formas de organização participativas e solidárias, o que os possibilita re-estruturar sua condição sócio-econômica, com perspectivas de criar condições concretas de reprodução social para as futuras gerações, ou seja, de re-significação de sua identidade de “agricultor familiar-colono”.

# **CAPÍTULO V - A APACO E AS ALTERNATIVAS DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA ENQUANTO BASE DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO**

## **1. Objetivos e Programas da APACO**

De uma maneira geral a APACO (1999 (a), p.2) a partir de sua criação em 20 de novembro de 1989, com sede no município de Chapecó (SC), tem como objetivo estimular e assessorar o desenvolvimento da “agricultura de grupo”<sup>99</sup> na região Oeste de Santa Catarina. A cooperação agrícola assessorada pela APACO possui uma organização em âmbito regional, que corresponde à Associação como um todo; em âmbito municipal, com as Cooperativas para Comercialização e de Crédito. Estas Cooperativas são decorrência, de um processo, que teve como objetivo substituir as CEMA's (Centrais Municipais de Apoio), que até pouco tempo totalizavam um número de 12 centrais. Em nível local funcionam os GCA's (Grupos de Cooperação Agrícola) que se reúnem por local de moradia das famílias de agricultores.<sup>100</sup>

A Associação surgiu em um contexto mais amplo que objetivava, além da mobilização política, a busca de alternativas para o pequeno agricultor. Para a Associação (idem, p. 2) estas alternativas devem significar não só a melhoria das condições de vida mas, também, a discussão de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na cooperação entre as unidades de produção familiar, na solidariedade, na independência dos agricultores em relação à agroindústria, no uso de tecnologias que reduzam o custo de produção, preservem os recursos naturais e melhorem as condições de trabalho do agricultor.

Estes objetivos têm sido concretizados através da relação com diferentes agentes sociais, constituindo uma “rede” que visa construir alternativas que viabilizem a reprodução social dos agricultores familiares. Neste sentido, a APACO (idem) busca a participação efetiva das organizações sindicais e movimentos populares no desenvolvimento da cooperação dos órgãos de pesquisa e assistência técnica do Estado, como também das

---

<sup>99</sup> Prim (1996, p.25), analisou a partir do Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense, novas formas de organização dos agricultores familiares com base em trabalho semi-coletivo e denominadas de maneira geral como “agricultura de grupo”. Para a autora (idem, ibidem), essas experiências, “possuem grande diversidade e heterogeneidade, ambas garantidas pela forma como se constituem os grupos. Eles diferem em relação ao número e característica das famílias associadas, ao tipo de atividade que coletivizam (pode ser produção, comercialização, armazenagem, etc), ao tamanho e estrutura da propriedade, ao tempo e período de existência dos grupos, à expectativa político-ideológica e a própria forma de organizar-se”.

<sup>100</sup> Em anexo n. 5 ver folder demonstrativo da APACO.

prefeituras municipais e outras organizações governamentais. Articula-se principalmente com uma rede de ONGs da região sul e outras em âmbito nacional e internacional.

Atualmente, entretanto, os objetivos da Associação vão além da construção de um modelo de agricultura baseado na cooperação agrícola. Neste sentido, a Associação (idem, p.5), se orienta por princípios de uma agricultura auto-sustentável e agroecológica. Os principais programas da Associação são os seguintes: 1. Gestão Agrícola Associativa; 2. Agroecologia (o trabalho se concentra em três áreas): a) *Produção de sementes de milho variedade*; b) *Produção de leite a base de pasto*<sup>101</sup>; c) *Suinocultura ao ar livre*. 3. Agroindústria familiar associativa; 4. Comercialização; 5. Assessoria técnica; 6. Crédito Solidário; 7. Formação e intercâmbio; 8. Desenvolvimento sustentável solidário.

## **2. As atividades do Programa Agroecologia e suas formas de divulgação**

As atividades agroecológicas assessoradas pela APACO e adotadas pelos grupos de cooperação, são atividades que pretendem recuperar conhecimentos tradicionais dos agricultores, bem como inserir a este conhecimento tecnologias alternativas que possibilitem aos agricultores a sua reprodução social.

Esta discussão, como vimos, tem sido fruto de debates entre movimentos sociais, ONGs, Sindicatos, grupos e associações de agricultores, intelectuais, universidades e algumas instituições governamentais. Estas discussões têm chegado aos agricultores a partir de diferentes canais de divulgação e informação.

Neste sentido, apresentarei de forma resumida, alguns pontos específicos do conteúdo proposto em um tipo de material didático que têm circulado entre os agricultores familiares no Oeste Catarinense<sup>102</sup>, e que juntamente, com cursos de formação e capacitação, constituem importante fonte de informação para que os agricultores busquem recuperar seus conhecimentos tradicionais, tenham acesso a novas alternativas tecnológicas de produção, e

---

<sup>101</sup> Sobre a produção de leite em SC, e mais especificamente, sobre a produção de leite à base de pasto ver: Mello, M (1998); Abreu, C. L. (2001); Dartora, V. (2002) e Vicenzi, M. L (2001, 2002).

<sup>102</sup> O material analisado foram cartilhas elaboradas por ONGs de SC e RS. Duas delas tratam sobre a produção de sementes de milho variedade (ou crioula): *Milho crioulo: produção orgânica de sementes em casa*, (2000) organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Anchieta/SC, com o apoio da APACO; *Produção caseira de semente de milho* (1997), produzida pelo CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), ONG de Passo Fundo/RS. A outra cartilha também organizada pelo CETAP, tem como tema a *Criação de suínos ao ar livre* (1997). (**Ver em anexo 6, as capas do material didático citado**).

principalmente, construam uma nova maneira de pensar a sua relação com o sistema econômico e social mais amplo em que estão inseridos, pensar a sua condição enquanto agricultor familiar, pensar a sua relação com o meio ambiente.

É importante ressaltar estas questões, porque o Programa Agroecologia da APACO, bem como outras propostas de viabilização da agricultura familiar, desenvolvidas por agentes ligados à Rede, trazem em seus objetivos e ideários, ou seja, em seus discursos, todas estas questões contempladas.

De uma maneira geral, as cartilhas apresentam como tema da apresentação uma breve contextualização, sobre os efeitos da modernização agrícola, principalmente baseada na Revolução Verde, as conseqüências deste processo e a necessidade de se criar novas alternativas para os agricultores familiares se diferenciem deste modelo.

### ***2.1. A Produção de sementes de milho crioulo***

O material sobre milho crioulo elaborado pelo Sindicato dos Agricultores de Anchieta/SC procura mostrar como o milho híbrido – o oposto ao caseiro – passou a ser implantado em SC, e de que maneira os movimentos alternativos na agricultura se organizaram em oposição a isto.

Em 1948, em Santa Catarina, surgiu a Assistência Técnica, com a qual começou a difusão de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, entre eles, os híbridos. A assistência técnica fez com que os agricultores esquecessem a sua cultura, as suas práticas e adotassem uma “tecnologia” que só interessava às empresas. (...) No início dos anos 80, se intensificaram as manifestações de críticos a este sistema. Ocorreram várias mobilizações em todo o Brasil, se contrapondo ao mesmo. Estes movimentos começaram a se juntar, desenvolvendo uma proposta, chamada no início de Movimento da Agricultura Alternativa, mais tarde, Agroecologia. É com este movimento, que surge a chamada Rede Sementes, articulada na Rede de tecnologias Alternativas (Rede PTA) em nível nacional. A Rede Sementes organizou inicialmente o trabalho de produção e pesquisa de milho crioulo a nível nacional. Em Santa Catarina, algumas ONGs, como a APACO e VIANEI, há mais de 15 anos contribuem para que a produção de sementes se torne uma realidade. (Canci & Carpeggiani, 2000, p.01)

O material do CETAP sobre produção de sementes de milho, antes de entrar nas orientações técnicas procura mostrar que a produção de sementes caseira é uma atividade que deve ser recuperada a partir da história da agricultura. Posteriormente, a produção de sementes passou a ser exclusiva dos laboratórios e cientistas. O processo de modernização contribuiu significativamente para o desaparecimento de muitas variedades locais, que foram substituídas pelas sementes melhoradas e híbridas.

O melhoramento vegetal passou a ser reconhecido como uma atividade exclusiva de cientistas e um esquema de propaganda passou a desqualificar as variedades locais, bem como os sistemas de produção diversificados nos quais elas se desenvolveram. As sementes melhoradas definiram um novo modo de fazer agricultura, tornando-a dependente do uso de insumos químicos industrializados, como adubos e venenos. Até mesmo as políticas agrícolas foram direcionadas para viabilizar a implantação desse modelo de agricultura. O processo de “modernização” não atingiu todos os cultivos, nem todos os agricultores da mesma forma, mas os impactos em relação à diversidade genética foram grandes. A substituição de variedades locais por cultivares melhoradas resultou no desaparecimento de muitas variedades locais (*erosão genética*). (1997, p. 6)

A produção de sementes, principalmente de milho é considerada uma das mais importantes atividades para a agricultura familiar, pois os agricultores cultivam milho para a sua alimentação, para alimentar os animais e também para comercializar. Com a modernização da agricultura passaram cada vez mais a depender das sementes comerciais, bem como, dos insumos químicos. Que a cultura do milho e a produção de sementes é uma atividade fundamental para a agricultura familiar, isto parece estar mais evidente na medida em que os agricultores passaram a se sentir cada vez mais dependentes das empresas e os custos da produção ultrapassaram as suas condições econômicas. Estas são questões de ordem objetivas que vêm sendo avaliadas pelos agricultores, porém existem questões não menos objetivas, porém de ordem mais política e ideológica que têm possibilitado que os agricultores familiares em movimentos específicos reavaliem e questionem sua condição diante das conseqüências da modernização agrícola.

A produção de sementes não diz respeito somente às atividades de produção nos espaços locais nos quais residem e produzem os agricultores. Atualmente esta discussão envolve questões de ordem global na medida em que o uso excessivo de agrotóxicos têm causado problemas sérios na saúde dos agricultores, e conseqüentemente a contaminação dos alimentos produzidos, das águas, destruição dos solos, alterações climáticas, perda da biodiversidade. Por outro lado, a produção de sementes e de alimentos geneticamente modificados em laboratórios, os chamados transgênicos, vêm sendo alvo de severas críticas por parte de movimentos sociais, ONGs e diferentes organizações da sociedade civil.

## 2.2. A Suinocultura ao ar livre

Juntamente à produção de sementes, a suinocultura ao ar livre <sup>103</sup> é uma atividade que cada vez mais tem sido adotada como alternativa de viabilização para os agricultores familiares, em contraposição ao modelo convencional implantado pelas agroindústrias. Assim como a produção de sementes, a suinocultura “tem um papel importante na pequena propriedade, tanto como fonte de alimentação, quanto produto de comercialização. No entanto, as freqüentes crises que afetam o setor levam muitos produtores a abandonar esta atividade e amargar enormes prejuízos com os investimentos”. (CETAP, 1997, p. 4)

De acordo com o CETAP (idem, idem), a suinocultura também sofreu grandes mudanças com a modernização, que provocou alterações em relação às raças e ao sistema de criação. Neste sentido, os suínos foram retirados de seu ambiente natural e confinados em ambientes fechados. Estes sistemas de produção têm se tornado “cada vez mais sofisticados, caros e menos acessíveis à realidade dos pequenos agricultores”. Por outro lado, o sistema confinado também atinge diretamente os animais comprometendo a sua qualidade e trazendo prejuízos aos agricultores.

Os animais, retirados de seu ambiente natural, foram se tornando cada vez mais frágeis, estressados e suscetíveis a doenças, o que obriga os produtores, para garantir a “sanidade” de seus rebanhos e contornar os prejuízos, a usar grandes quantidades de medicamentos, que, além de elevarem os custos de produção, comprometem a qualidade da carne produzida. (idem, ibidem)

Por estas questões, é que “a suinocultura ao ar livre é uma alternativa para os agricultores produzirem carne suína com boa produtividade, qualidade e baixos custos”. (idem, ibidem) As vantagens desta alternativa, segundo o CETAP, são as seguintes: menor investimento, menor estresse (para o animal), menor utilização de medicamentos, flexibilidade, qualidade da carne. (idem, p.5-6). Porém, a atividade apresenta também alguns limites (maior área de terra; manejo adequado e cobertura vegetal para evitar erosão do solo; o trabalho de alimentação e manejo dos animais é mais difícil). (idem, p.7). As experiências de cooperação e a formação técnica dos agricultores, têm demonstrado que estes limites podem ser superados à médio e longo prazo, o que vai depender de aspectos que dizem respeito, primeiro à organização do grupo, a área disponível (é neste sentido que a cooperação

---

<sup>103</sup> De acordo com o CETAP (1997, p. 4-5) “as primeiras experiências com este sistema de criação aconteceram na Inglaterra, ao final dos anos 50, e na França, no início dos anos 80. No Brasil, a partir de 1985 começam a surgir alguns criatórios experimentais nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

contribui no sentido de somar áreas de terras), a divisão de trabalho (a cooperação possibilita a soma de mão-de-obra).

O material didático do CETAP (idem, p. 7-17) apresenta orientações técnicas relacionadas à diferentes aspectos do sistema. Inicialmente orienta como preparar a área e como criar a infra-estrutura necessária do sistema - dividido em cercas e piquetes – e que deve comportar cabanas, bebedouros e comedouros adequados<sup>104</sup>. O manejo de criação também segue uma lógica e estrutura que deve ser seguida para a eficácia do sistema. O manejo está dividido em : manejo do plantel de reprodutores, piquete de gestação, piquete de maternidade-creche. A alimentação e armazenagem das rações também podem ser elaboradas na propriedade, através do aproveitamento de alimentos como milho, soja, triticale, trigo (farelo), etc. As vantagens são o baixo custo e a garantia de qualidade da ração. O manejo sanitário consiste em controlar as verminoses a cada três meses, onde podem ser usados desverminantes naturais (alho, semente de abóbora), as cabanas devem ser trocadas de lugar periodicamente, permitindo que os locais onde os animais ficaram possam ser “desinfetados” pelo sol.

Estes aspectos são importantes, na medida em que demonstram constituírem alternativas viáveis e possíveis à realidade dos agricultores familiares. Por outro lado, as comparações que os agricultores fazem entre o sistema ao ar livre e o confinado – a partir de informações recebidas em cursos e orientações dos técnicos – também demonstram, que estas alternativas possibilitam a viabilidade econômica dos agricultores familiares.

O desenvolvimento destes programas, implantados em municípios e localidades específicas (através dos GCA's) através de atividades produtivas alternativas baseadas na perspectiva de desenvolvimento sustentável, tem como, já vimos, por base metodológica o desenvolvimento local. O Programa Agroecologia constituído por três áreas específicas, foi avaliado positivamente por Abramovay e Miranda (1997, p. 17) como alternativas para a viabilização do agricultor familiar na Região Oeste, principalmente as atividades relacionadas à produção de leite a base de pasto e a de produção de sementes de milho.

As atividades agroecológicas assessoradas pela APACO associam a produção em grupo com práticas convencionais desenvolvidas individualmente pelas famílias de agricultores. Como exemplo, podemos citar as atividades agrícolas convencionais e também aquelas ligadas às empresas agroindustriais. Neste sentido, as atividades alternativas não

---

<sup>104</sup> É importante ressaltar que esta infra-estrutura não exige materiais e tecnologias caras. O próprio agricultor pode se encarregar de sua instalação.

impossibilitaram a continuidade das atividades convencionais. Por outro lado, a possibilidade de adoção destes programas agroecológicos é passível de ser combinada com outras atividades, por constituir mais uma alternativa de reprodução social para os agricultores familiares.

### **3. Os Programas da APACO e os grupos ligados à Associação**

A partir, principalmente de análise documental <sup>105</sup>, buscarei descrever o processo de construção dos programas da APACO, as articulações que compõem a rede de agentes ligados à ela e como foram construídas neste processo – entre 1990 e 2001 - as concepções dos técnicos sobre agricultura familiar, cooperação, desenvolvimento sustentável e agroecologia.

Este processo desde o seu início teve como base o movimento de cooperação agrícola, sendo que os programas de viabilização da agricultura familiar assessorados pela APACO atualmente consideram a cooperação um dos principais elementos da agricultura familiar na região oeste catarinense. É a cooperação agrícola que dá sustentação para a estrutura organizacional e funcionamento dos programas da Associação. O trabalho de assessoria prevê, atualmente, um ciclo que vai além da cooperação, enquanto apenas uma alternativa produtiva, pois têm na transformação e comercialização da produção, aspectos que visam a auto-gestão dos grupos de agricultores, bem como a conscientização de um novo modelo de desenvolvimento: “o desenvolvimento rural sustentável”. Existe uma relação direta entre os programas da APACO e destes com as atividades dos grupos de cooperação, pressuposta principalmente pelo ciclo: *produção - transformação - comercialização*, relação que pretende um modelo de desenvolvimento diferenciado do convencional. Os programas assessorados pela APACO, estão interrelacionados, portanto, a partir de dois elementos principais : a cooperação e o ciclo - *produção - transformação- comercialização* - , que pretendem principalmente a auto-gestão dos agricultores familiares em suas atividades. Este modelo de desenvolvimento baseado na cooperação pretende não apenas a viabilização econômica dos agricultores familiares, a partir de novas alternativas, mas também a formação e conscientização de uma categoria que busca um novo modelo de desenvolvimento.

A partir do ano 2000, iniciou-se uma discussão entre a rede de ONGs relacionada ao processo de certificação dos produtos agroecológicos. Esta discussão está centrada

principalmente nos trabalhos que vêm sendo realizados pela Rede Eco Vida de Agroecologia, rede à qual a APACO e os grupos de cooperação ligados a ela tem participado a partir do Núcleo Regional Oeste. A certificação hoje, juntamente com a comercialização constitui um importante aspecto no ciclo já citado.

O trabalho de assessoria desenvolvido pela APACO, atualmente procura manter as bases que formaram a associação, tanto no que diz respeito a sua estrutura organizacional, como em relação aos seus programas. Conforme histórico da APACO, presente em diferentes documentos, o seu objetivo mais amplo sempre foi o de "estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na região oeste catarinense". Conforme verificado em atas das assembléias dos primeiros anos de trabalho da associação, os principais objetivos eram a consolidação do movimento de cooperação através da filiação dos grupos, a estruturação legal da associação a partir da construção de um estatuto que pudesse oficializar os princípios, concepções, objetivos e projetos dos agricultores familiares. Neste sentido, o trabalho de assessoria previa uma forte organização política junto com o desenvolvimento de novas atividades produtivas, somadas as convencionais. Desde o início de sua formação, a estrutura organizacional da APACO tem como base os grupos (gca's) e as centrais municipais de apoio (cema's). De acordo com ata da assembléia realizada em 31 de maio de 1990, menos de um ano após sua fundação (20 de novembro de 1989), o número de grupos passou de 46 para 75. Esta nova estrutura passou a exigir diferentes estratégias para a comercialização. Como exemplo, é citado o projeto estrutural de Serra Alta, município de Quilombo, com secador, empacotadeira e armazém de cereais. Nos primeiros anos a cooperação agrícola estava centrada em atividades relacionadas principalmente à compra de insumos, fertilizantes e sementes de milho, bem como na venda de produtos como o milho, feijão, etc.

Por outro lado, a importância da "formação"<sup>106</sup>, é ressaltada como prioridade para o entendimento da proposta. O trabalho de adesão e filiação de novos grupos não constituiu o principal objetivo com o passar dos anos, mas sim o trabalho de formação dos agricultores já filiados, bem como a implantação de novos projetos que pudessem viabilizar a continuidade dos grupos já identificados com as propostas da associação. O número de grupos filiados não

---

<sup>105</sup> A documentação analisada refere-se principalmente aos Projetos trienais enviados a MISEREOR - Beschöfliches Hisfswek Misereor E. V., entidade religiosa alemã, que tem financiado parte das atividades da Associação desde 1989; projetos de capacitação, folders demonstrativos, cartilhas, etc

<sup>106</sup> Tomarei a formação aqui em um sentido mais específico, relacionado aos cursos de capacitação, de gestão, seminários, encontros, etc, organizados e realizados por diferentes agentes sociais ligados à agricultura familiar. Neste sentido, a formação se diferencia daquela recebida em instituições de ensino formais. O Programa Terra Solidária, organizado pela Escola Sul da CUT será considerado um importante referencial de formação, na medida em que foi bastante ressaltado pelos grupos de cooperação nas entrevistas.

sofreu alterações significativas desde 1990, tampouco o número de municípios aos quais pertencem estes grupos. Em 1990, a estrutura organizacional correspondia a 1140 famílias associadas, 75 grupos, 6 centrais municipais de apoio e 17 municípios de abrangência. (ata n.2 de 31 de maio de 1990). De acordo com a APACO (1990, p.2-3), até o final de 1996, havia 84 grupos e mais 60 sendo assessorados de forma mais indireta e esporádica totalizando um número aproximado de 1400 famílias, distribuídas em 24 municípios.

Os dados mais atuais sobre os grupos ligados a APACO podem ser verificados no quadro a seguir:

**Quadro 01. Relação de grupos com ligação a APACO (por microrregião)  
Microrregião de Chapecó**

N	Município	Grupo	Endereço	Atividade	Fam
1	Quilombo	Buscando Saídas	L. Fátima	Leite	5
2		Resistência	L. Janeiro	Leite	4
3		São Pedro	L. Salto Saudades	Suíños	4
4		Associação Fornazier/Brancher	L. Vale do Ouro	Suíños	5
5		Acove	L. Zamignan	Hortaliças	4
6	Formosa do Sul	Guarani	L. Gurani	Formação	5
7		Cooperativa de Leite	L. Conte	Leite	30
8		Conte	L. Conte	Suíños	6
9		Chico Mendes	L. Beira Rio	Peixes/comércio	4
10	Coronel	Monte Alegre	L. Monte Alegre	Suíños	10
11	Freitas	Rui Barbosa	L. Rui Barbosa	Leite	6
12		Appi	L. Sede Querência	Ovos	3
13		Camping Tibola	L. Cairú	Camping/Turismo	4
14		Ipiranga	L. Ipiranga	Cana-de-açúcar	5
15		Mânica	L. Favareto	Laranja	3
16		Santa Fé	L. Santa Fé	Vassouras	6
17	União do Oeste	Grupo Matiello	L. Santo Antônio do Meio	Peixes	6
18		Grupo Alto São Luis	L. Alto São Luis	Sementes	4
19		Grupo Pertusati	L. Alto São Luis	Leite	1
20		Grupo Gollo (Primavera)	L. Barra da Europa	Cereais	6
21	Chapecó	Munarini	L. Faxinal dos Rosas	Leite	4
22		Malagutti	L. Sede Figueira	Leite	6
23		Barp	L. Simoneto	Suíños	3
24		Luzzi	L. Rodeio Bonito	Leite	4
25		Carnes Silva	L. Faxinal dos Rosas	Suíños	3
26		Dona Maria	L. Rio dos Índios	Cana-de-açúcar	5
27		Grupo dos Fonseca	L. Bela Vista	Grãos	4
28		Caxambú do Sul	Pacassa	L. Palmeiras	Cana-de-açúcar

29	Irati	Água Limpa	L. São Paulo	Cana de açúcar	6
30		Jordaninho	L. Jordaninho	Hortaliças	8
31		Natureza em Festa	L. Sete Setembro	Hortaliças	6
32		Moinho colonial	Sede do Município	Cereais	80
33		Cooperleite	L. Conceição	Leite	80
34	Saudades	Grupo Coxilha	L. Coxilha	Suíños	8
35		Chico Mendes	L. Alto Solteiro	Suíños/leite	4
36		Sempre Unidos	L. Alto Solteiro	Suíños	5
37		Entre Rios	L. Santo Affonso	Feira	6
38		Progressistas	L. Tigres	Suíños	3
39		São Miguel	L. Santa Catarina	Frutas/Sementes	4
40	Pinhalzinho	Swirtz	L.	Suíños	2
41	Serra Alta	Condonínio 25 de Maio	Serra Alta	Leite	3
T		41	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	

### Microrregião de São Miguel do Oeste

N	Município	Grupo	Endereço	Atividade	Fam
1	Paraíso	Apag	L. Grápia	Suíños	17
2		Apage	L. Parque São Miguel	Hortaliças	18
3	Dionísio	Assoc. Colonial	L. Castelhana	Leite	21
4	Cerqueira	São Paulo	L. São paulo	Cana-de-açúcar	5
5		Acea	Sede/municipal	Mel	43
6		São Pedro Tobias	São Pedro Tobias	Cereais	14
7		Campinho	L. Campinho	Cana de açúcar	7
8		Pinheirinho	L. Pinheirinho	Cana-de-açúcar	5
9		Feirão da Roça	Cresol/Dionísio	Feira	19
10		Giacomelli	Linha Campinho	Suíños	3
11		São José	L. São José	Doces	6
12	Palma Sola	Estrela do Oeste	L. São Paulo	Suíños	10
13		Progresso	L. Progresso	Feira	12
14	Guaraciaba	Costa Curta	L. Barra do Guaraciaba	Cana-de-açúcar	3
15		Baraviera	L. São Roque	Cana-de-açúcar	5
16		Welter	L. Welter	Leite	5
17		Caravágio	L. Caravágio	Peixes	4
18		Nova Comunidade	L. Nova Comunidade	Leite	5
19		Marodanel	Sede	Suíños	2
T	4	19	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXX	

**Microrregião de Concórdia**

N	Município	Grupo	Endereço	Atividade	Fam
1	Seara	Vila Nova	L. Vila Nova	Peixes	12
2		São Pedrense	L. São Pedrense	Cereais	8
3		Bollis	L. São Valentim	Leite	3
4		São Paulo	L. São Paulo	Ovos	6
5		Teobald	L. Nova Teotônia	Mel	2
6		Rosário	L. Rosário	Vassouras	3
7		G.G.	L. Forquilha	Suínos	3
8		Passo do Uvá	L. Passo do Uvá	Cana-de-açúcar	6
9		Sol de Verão	L. Nova Teotônia	Conto comercial	7
10	Ipumirim	Sem Fronteiras	L. Serrinha	Suínos	6
11		Líbano	L. Lamedor	Cana-de-açúcar	2
12	Arvoredo	Nico	L.	Leite	4
13	Concórdia	Produtos Nelice	L. Kennedy	Padaria	3
14		Lazarotti	L. Quintino	Leite	2
15		Maltauro	L. Barra do Tigre	Peixes	1
16		Refosco	L. Tamanduá	Peixes	3
T	4	16	XXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	

Fonte: APACO (2001)

Portanto, os projetos e programas foram sendo construídos de acordo com a realidade dos grupos já filiados, suas novas necessidades, expectativas e possibilidades que surgiram através da Rede com diferentes agentes sociais. A seguir analisarei, o processo de construção dos programas e mais especificamente aqueles baseados em perspectivas de desenvolvimento sustentável e propostas agroecológicas. Para isto, foi necessário compreender o significado do Movimento de Cooperação Agrícola, as redes e articulações que foram sendo formadas e principalmente as concepções que nortearam, e que atualmente têm norteado os projetos de viabilização da agricultura familiar assessorados pela APACO, bem como com aqueles assessorados por outros agentes sociais aos quais a Associação se relaciona.

#### **4. O Processo de construção dos programas da APACO: do projeto de cooperação agrícola ao desenvolvimento sustentável**

##### ***4.1. O Projeto de Cooperação Agrícola: 1ª fase (1990-1995)***

O “Programa Trienal de Assessoria aos grupos de pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina” (1992), traz como proposta a auto-sustentação financeira e o que isto representa no projeto global da entidade. (idem, p.2) A importância e contribuição dos grupos filiados é ressaltada, como sendo "a única fonte de recursos próprios que podemos trabalhar com um nível maior de segurança". Outros recursos terão origem da comercialização e sofrerão variação de acordo com o volume comercializado e a margem de lucro em relação ao mercado local . (idem, p.3)

As atividades e objetivos traçados trienalmente, constituíram uma estratégia de ação que inicialmente visava estabelecer a meta de atingir no terceiro ano do projeto, o valor de 30% do total do orçamento com recursos próprios. As variáveis estabelecidas para a auto-sustentação eram: número de sócios, volume de comercialização, número de projetos coletivos, etc (idem, p.4)

Nesta 1ª fase da APACO, “o processo de desenvolvimento do projeto de cooperação agrícola na região” é enfatizado. A consolidação da Associação vai se construindo a partir deste processo e da filiação dos grupos, que depende em última instância, da aprovação da assembléia geral ordinária, realizada uma vez a cada ano, fórum que ideologicamente reforça o caráter democrático do movimento de cooperação agrícola e o processo de organização da Associação. (idem, p.12)

Para o “funcionamento da organização” é enfatizada a importância do Movimento de Cooperação Agrícola que originalmente definiu e ainda têm definido a base das ações e projetos da Associação. O seu funcionamento passa por instâncias diretamente relacionadas: a APACO, as CEMA's e os GCA's. "Cada uma das instâncias tem os seus órgãos de direção e um estatuto próprio que regulamenta o seu funcionamento, estabelece os direitos e obrigações dos associados e as relações entre essas várias instâncias" . (1992, p.13)

Esta estrutura organizativa tem como instância de decisão principalmente as assembléias, das quais participam delegados escolhidos pelos grupos, a coordenação administrativa, formada por 7 membros, o conselho fiscal, formado por 3 membros, e o conselho administrativo, formado por um representante de cada município. (idem, p.13)

De acordo com a APACO (1992), a estrutura é importante mais não determinante no projeto de cooperação agrícola. O entendimento que a Associação têm sobre o papel da cooperação agrícola neste momento, passa por uma avaliação de que a “pequena propriedade individualizada”, especialmente pelas limitações internas que lhe são próprias- como a baixa escala e o alto custo de produção, a escassez de recursos, etc - não tem condições de resistir em nível de mercado. (idem, p.14)

A assessoria procurava, assim, centrar as atividades na “produção comunitária”, que na época tinha como principais projetos:

1. Implantação da 1<sup>a</sup> leiteira comunitária do Estado, em Serra Alta, município de Quilombo;
2. Criação de chinchila em Sede Figueira, município de Chapecó, por um grupo de 26 famílias;
3. Em fase de implantação, 04 condomínios de suínos. (idem, p.16).

A cooperação, neste período, estava centrada mais nas atividades produtivas, porém com um processo que caminhava para a “industrialização comunitária”. Como exemplo, podemos citar indústria de queijo, moinho colonial, indústria de confecção de roupas. Várias outras alternativas previam a cooperação:

1. Produção comunitária de sementes;
2. Uso coletivo de máquinas;
3. Introdução de novas tecnologias;

Com a introdução de “novas tecnologias”, a partir de 1992, os grupos começaram a valorizar mais a busca de tecnologias apropriadas à pequena propriedade, por exemplo, a conservação do solo através da adubação verde e adubação orgânica se intensificou, como também a preocupação com o meio ambiente e o reflorestamento. Portanto, preocupações com novas alternativas de viabilização da agricultura familiar, associadas à conservação ambiental, já aparecem neste histórico, não como uma linha condutora dos projetos, mas como um aspecto que passa a ser considerado e a ser incorporado pela APACO nas orientações dadas aos grupos de cooperação. A questão ambiental é uma entre as questões que envolvem as atividades internas dos grupos. Outras, passam a ser incorporadas, também como alternativas, como é o caso do “envolvimento das empresas de pesquisa, extensão rural e universidade”, bem como a busca de “uma alternativa própria de crédito rural”. (idem, p.17)

A justificativa para a busca de novas alternativas de viabilização da agricultura familiar, enfatiza que “as raízes dos principais problemas que a pequena produção familiar

enfrenta, está no modelo de desenvolvimento agrícola e agrário implantado no país a partir de 1964". O contexto político da época, centrado no projeto neo-liberal do governo Collor, no livre mercado e no Mercosul, são fatores de uma política de governo excludente, aspectos criticados pelos formuladores do projeto. (p.19-20). Para a APACO (idem):

a pequena propriedade nessas condições fica extremamente vulnerável e economicamente inviável se trabalhada de forma individual (...). A cooperação agrícola está sendo construída como a principal alternativa para superar estas limitações e elevar o nível de renda das pequenas propriedades. A comercialização conjunta, a implantação de unidades comunitárias de produção e industrialização, a compra e uso coletivo de máquinas, o planejamento conjunto das diversas propriedades, a busca de tecnologias apropriadas, etc. São alguns exemplos de atividades que já estão sendo desenvolvidas pelos grupos ligados à APACO e que fazem parte de um projeto maior, que é a mudança do modelo de desenvolvimento agrícola da região (...) (p.20)

O processo de construção do movimento de cooperação agrícola teve como eixo central a discussão e a implantação a partir das práticas de um "novo modelo de desenvolvimento". Para a APACO, este modelo "pressupõe a organização dos agricultores em grupos e associações e através desta organização, a obtenção progressiva por parte dos agricultores do domínio de todo o processo de produção, industrialização e comercialização dos seus produtos". (idem,p.20)

A principal metodologia utilizada neste momento pela Associação era o "trabalho de formação", elemento fundamental do projeto de cooperação agrícola. A formação parte sempre da realidade concreta dos pequenos agricultores, buscando identificar as causas de seus problemas, as limitações e perspectivas da pequena propriedade, o projeto da agroindústria para a região e especialmente o projeto de cooperação agrícola, o seu papel, as suas limitações e as alternativas práticas que os agricultores poderiam viabilizar através deste projeto. A formação foi desde o início considerada fundamental para que os agricultores possam intervir na sua realidade, enquanto sujeitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Já nesta época, a formação acontecia principalmente através de seminários nos grupos e a realização de visitas às várias experiências de cooperação. A metodologia utilizada visava garantir que o projeto de cooperação agrícola evoluísse com segurança e consistência, assegurando ao mesmo tempo a "melhoria das condições de vida dos pequenos agricultores, o avanço no nível de consciência e a consolidação da sua organização". (idem, p.22)

O projeto previa na estratégia geral de ação os seguintes pontos:

a) **Formação:** principalmente através de seminários; um programa de profissionalização desenvolvido por temas de interesse, conservação do solo e água, reflorestamento, produção de leite e suínos, apicultura, piscicultura, indústria caseira, etc. A meta era profissionalizar no mínimo 200 agricultores por ano. Os cursos tiveram duração de 6 a 15 dias, sendo que os agricultores formadores desempenharão nos grupos o papel de monitores, repassando o aprendizado a todos os grupos (p.23)

b) **Comercialização:** O papel das CEMA's estava relacionado às vendas e a compra de insumos agrícolas duas vezes ao ano.

c) **Crédito Rural:** elaboração de projetos de investimento para os grupos; viabilização de uma alternativa de crédito própria, como um fundo rotativo ou até mesmo uma cooperativa de crédito; captação de recursos com Bancos Internacionais, de outras organizações internacionais e do próprio governo. (idem, p.24)

#### ***4.2. A Cooperação Agrícola e o Desenvolvimento Regional Sustentável: 2ª fase (1995-1999)***

O segundo projeto enviado em 27 de outubro de 1995 para a MISEREOR E.V. AACHEN, Rep. Fed da Alemanha. teve um período de duração entre abril de 1996 a março de 1999. Este projeto, intitulado “Programa Trienal de Assessoria a Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense”, apresenta em seus objetivos novos elementos que o diferenciam do primeiro momento, sem com isso deixar de levar em consideração os objetivos anteriores principalmente os relacionados à cooperação e a viabilização da agricultura familiar.

Este documento procura ressaltar que o movimento de cooperação agrícola e o fortalecimento dos pequenos agricultores familiares têm como base as articulações *com os grupos, movimentos populares e pastoral*, como por exemplo, o Movimento das Mulheres Agricultoras - M.M.A, o Movimento Sem Terra - MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB, etc, *com o Movimento Sindical* (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - DETR - CUT), *com as ONGs* (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, Centro de Promoção ao Pequeno Agricultor - CEPAGRI, Centro Vianei de Educação Popular - VIANEI, Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA, Rede Sul de Tecnologias Alternativas - TA-SUL), *entidades públicas* (Prefeituras, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina - EPAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMPRAPA), *entidades privadas* (Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE) (1995, p.2).

Nos primeiros anos de formação da APACO, os movimentos populares e sindicais constituíam a principal rede de relações da Associação. A proposta geral no processo de construção dos programas da APACO, bem como dos movimentos populares e sindicais, neste momento, mantinha a discussão de um “novo modelo de desenvolvimento”. Este modelo estava baseado:

(...) na cooperação em unidade de produção familiar, na solidariedade, na independência dos agricultores em relação à agroindústria, no uso de tecnologias alternativas que reduza o custo de produção, preserve os recursos naturais, melhore as condições de trabalho do agricultor e especialmente, eleve o grau de cooperação, e organização dos mesmos. (1995, p.3).

Nesta segunda fase, novas variáveis passam a compor a proposta da Associação, como, por exemplo, a preocupação ambiental e o uso de tecnologias alternativas. Uma discussão sobre um modelo de “desenvolvimento sustentável”, passa a fazer parte das propostas e programas da APACO. Sob o guarda-chuva do “desenvolvimento sustentável” aparecem outras concepções mais específicas como a de “desenvolvimento regional sustentável” e que neste momento se apresenta em forma de 7 programas: 1. gestão agrícola; 2. tecnologias alternativas; 3. cooperativismo de crédito; 4. comercialização; 5. assistência técnica; 6. formação e comunicação; 7. agroindustrialização.

De acordo com Histórico da Associação (1995, p.06-07) suas ações e estratégias podem ser sintetizadas em 2 momentos: 1. 1987 a 1994 - SAI - Sistema de Assessoria e Informação <sup>107</sup> e 2. 1995 até o presente - Construção de um Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

A Associação fez uma avaliação positiva dos resultados obtidos nos primeiros 06 anos de existência, principalmente em relação aos seguintes pontos: 1. *ampliação de suas relações* (com as ONG's e com o Estado); 2. *Em sua organização interna*; 3. *consolidação*

---

<sup>107</sup> É importante registrar que o SAI (Sistema de Assessoria e Informação) , juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores de Chapecó, em julho de 1989, ou seja, alguns meses antes da criação oficial da APACO, enviaram um projeto à Misereor, cujo tema tratava de um “Projeto Alternativo para o Desenvolvimento Agrícola da Região Oeste”. Juntamente à este projeto, o documento apresentava o resultado de um diagnóstico regional “cuja análise dos resultados permitiu a identificação de uma série de problemas prioritários da pequena produção familiar na região” (1989, p.1). Por motivos que desconheço, este projeto não me foi citado ou apresentado na época da pesquisa documental – talvez por não constituir documento oficial da APACO . Sendo que tive acesso à ele em momento posterior (por terceiros e não pela APACO), considere importante citá-lo por constituir um primeiro registro acerca da discussão sobre cooperação agrícola e alternativas de viabilização da agricultura familiar na época citada.

*dos grupos; 4. qualificação dos programas de trabalho: (a).comercialização, b).intercâmbio e comunicação, c).cooperativismo de crédito, d).assistência técnica, e).gestão participativa para gca's ; f).agroindustrialização familiar associativa (mini-usina de leite, indústrias de queijo, moinho colonial, confecção de roupas, indústria de vassouras, fábrica de ração); g). outras atividades; h). produção de sementes (milho, feijão, batatinha); i).uso coletivo de máquinas e equipamentos; j) produção comunitária; 5. auto-sustentação. (1995, 8-14)*

Neste momento, a concepção geral que norteia os programas da APACO é o de desenvolvimento regional sustentável, que abarca também uma forma alternativa de produção - as tecnologias alternativas - mas principalmente uma discussão política e organizativa de um novo modelo de desenvolvimento. A associação caracteriza o novo momento a um "novo" papel assim definido:

Construção de um programa de desenvolvimento regional sustentável, dando continuidade à articulação entre as diferentes formas de cooperação e solidariedade entre as diferentes formas de cooperação e solidariedade entre agricultores familiares, organizações populares, movimentos sociais, entidades públicas e privadas. (idem, p.15)

Os objetivos específicos neste período estavam centrados na continuidade das formas de cooperação já existentes e na busca de alternativas e propostas que viessem a fortalecer e desenvolver a agricultura familiar. Esta busca tem na relação com os diferentes agentes governamentais e não-governamentais, a sua principal estratégia de ação que “visa a construção de um novo modelo de desenvolvimento regional da agricultura em que a produção familiar seja prioridade, as formas de cooperação amplamente estimuladas e que a solidariedade seja elemento constitutivo dos valores rurais”. (idem, p.16)

O discurso institucional está baseado na importância da ação local e regional, que procura enfatizar o novo papel assumido pelos municípios e organizações da sociedade civil, após a constituição de 1988. Segundo a APACO:

Participar, democratizar, descentralizar... viraram verbos correntes em todos os discursos. O município passa, então, a assumir um papel determinante na solução de seus problemas. Será através desta instância que parte dos entraves ao desenvolvimento do meio rural poderão ser atacados com maior agilidade e com maiores chances de sucesso. (idem, p.17)

A ação local parece naquele momento uma das principais estratégias de continuidade das atividades da Associação, sem com isso perder de vista a elaboração de projetos e propostas junto as ONGs e órgãos do Estado. A estratégia geral de ação estava centrada:

Na construção e elaboração de metodologias participativas e orientadas para a visão sistêmica da sustentabilidade.(idem, p.18) Metodologicamente o trabalho da APACO caracteriza-se por ser participativo, capacitador, elevando o nível de consciência dos agricultores, tornando-os mais capazes de intervir na sua realidade enquanto sujeitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento. (idem, p.19)

A estrutura organizacional formada pelas instâncias integradas da APACO (Grupos, CEMA's Conselhos e Coordenação) definiam não somente a forma como as ações deveriam ser implementadas, mas também uma concepção política fundamentada:

No planejamento participativo, na descentralização dos programas, na relação entre a cooperação e os programas, na articulação com diferentes agentes, na capacitação dos agricultores - principalmente os gestores -, e em uma infra-estrutura enxuta. (idem, p.20-21)

#### ***4.3 A Cooperação Agrícola e Desenvolvimento Regional Sustentável: 3ª fase (1999 –2002)***

O terceiro projeto da APACO enviado a Misereor em fevereiro de 1999 tinha o título de “Continuação do Programa Trienal de Assessoria à Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense”. O prazo estipulado de execução do projeto foi 01 de abril de 1999 a 31 de março de 2002. O objetivo geral previa:

Qualificação e ampliação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), como base nos seus diversos programas (APACO) e das formas de cooperação entre os agricultores familiares, fortalecendo os compromissos com a sociedade organizada pelos movimentos sociais populares e organizações públicas, privadas e as não-governamentais. (1999 (b), p.4).

Os objetivos específicos pretendiam o fortalecimento e a reelaboração dos programas já existentes a partir de espaços e instrumentos mais complexos baseados no ciclo *produção - industrialização -comercialização*. Como exemplo, podemos citar: *1.construção de um Fórum Popular em nível regional, no âmbito das organizações populares, com base nos princípios da cooperação e do Desenvolvimento Sustentável; 2. Formar um Sistema Sul de Cooperativas de Crédito Solidário, através da implantação e estruturação de bases de serviços de Crédito a nível microrregional no Oeste de Santa Catarina para suporte e multiplicação de Cooperativas de Crédito locais; 3. Criar e desenvolver instrumentos de assessoria técnica, de agroecologia (selo orgânico); agroindustrialização de pequeno porte (Desenvolver) e comercialização (Comércio Justo); que possibilitem a viabilização da gestão*

*das unidades produtivas por parte dos próprios agricultores familiares, organizados na cooperação; 4. Realizar cursos de cooperação, capacitação para a expansão dos programas da APACO a nível regional.* (APACO, 1999 (b), p.4)

A justificativa da Associação para a elaboração de um projeto voltado para o desenvolvimento regional sustentável, têm a ver com a necessidade de comprometimento com as organizações locais e internacionais ligadas a este tipo de perspectiva. Esta (s) perspectivas (s) têm criticado o quadro macro-econômico iniciado principalmente a partir do Plano Real, em 1994, que criou um novo contexto à dinâmica do desenvolvimento e dos mercados de trabalho rural e urbano. Como causa deste contexto, têm se verificado um acentuado êxodo dos espaços rurais, principalmente dos jovens, perdendo-se com isso a perspectiva do desenvolvimento local. Segundo a APACO (1999 (b), p. 5-6),

Este modelo de "desenvolvimento", além de intensificar a destruição sócio-econômico dos agricultores familiares e de suas comunidades, apresenta impactos no meio ambiente, através da contaminação por agrotóxicos e também pela contaminação por dejetos de suínos, devido a grande concentração de animais confinados.

Para a Associação (idem, p. 6-7):

um novo modelo de desenvolvimento tem como base o fortalecimento e a consolidação da agricultura familiar, na medida em que este setor é considerado estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, por ser essencialmente distributivo, além de incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais.

Neste sentido é que as experiências de políticas de desenvolvimento ao nível local (municipal) são base fundamental do Desenvolvimento Regional Sustentável. (DRS). A APACO avaliou que o sucesso de algumas políticas locais e regionais depende da participação popular e dos processos educativos e de construção, que ampliam a capacidade política e técnica de vários atores sociais, permitindo a criação e o redirecionamento de programas dentro das concepções de sustentabilidade. (idem, 7-8)

As propostas de construção de um Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) buscaram dar continuidade e fortalecer os programas desenvolvidos pela APACO, que tinham, naquele momento, como base os seguintes princípios (idem, p.9):

- *agricultura familiar como ponto de partida deste desenvolvimento;*
- *fortalecimento do espaço rural, seu território e população, como local de produção, transformação, moradia, lazer e proteção ambiental; descentralização de políticas públicas, identidade cultural e equidade populacional;*

- *agroecologia como princípio e base técnica (dinâmica produtiva) para o processo de DRS;*

- *assessorar /animar processos de organização (cooperação) e participação das populações locais/regionais na sociedade e nas instituições;*

Os programas da APACO estavam , portanto, diretamente relacionados à esta perspectiva de DRS a partir dos seguintes eixos (idem, p. 10-13):

**1. Eixo da assessoria a Gestão Institucional do Desenvolvimento Local/Regional**

Programas: \* Planejamento Estratégico Participativo;

\* Assessoria - agentes de Desenvolvimento Local;

**2. Eixo de Intervenção do Processo Produtivo (produção, transformação, comercialização)**

Programas: \* Produção agroecológica

\* Indústrias rurais associativas de pequeno porte;

\* Comércio Justo;

**3. Eixo de Crédito**

Programas: \* Base de Serviços;

\* Cooperativas de Crédito

\* Microcrédito (F.M.P - Fundo de Mini-Projetos) e CEADe;

**4. Eixo da Capacitação/Formação**

Programas: \* Gestão Associativa

\* Capacitação dos atores sociais;

\* Intercâmbios.

A auto-avaliação realizada pela APACO (idem, p. 21-26), procurou ressaltar que os trabalhos conveniados mantiveram a *cooperação como base de suas atividades*, porém ampliando o seu foco de intervenção através da assessoria, mediada pelo DRS, possibilitada principalmente pelas parcerias. Algumas foram intensificadas e novas foram realizadas. As ações implementadas foram especificadas pela Associação nos seguintes pontos: 1. Elaboração do Planejamento e do Desenvolvimento Sustentável; 2. Cooperativismo de Crédito; 3. Prestação de Assessoria técnica-administrativa; 4. Beneficiamento dos produtos-agroindústrias; 5. Canais de comercialização; 6. Formação dos atores sociais locais; 7. Novas estratégias produtivas; 8. Programa de Gestão Agrícola Participativa;

## 5. Os Programas da APACO na atualidade: o desenvolvimento rural sustentável e solidário como base para a cooperação agrícola e a produção agroecológica

Como vimos, os Programas da APACO desde a sua formação não mudaram em seus objetivos gerais. Porém novas variáveis foram sendo incorporadas a eles na medida em que necessidades de mudanças foram se apresentando ao contexto da agricultura familiar na região e a realidade dos grupos de cooperação. Principalmente a partir de 1999 novos elementos foram sendo incorporados as relações estabelecidas entre grupos de cooperação, APACO e demais agentes ligados a Rede comprometida com a agricultura familiar. A idéia principal que norteia os trabalhos da Associação e dos grupos sobre a busca de autonomia e domínio do ciclo centrado na *produção – industrialização – comercialização*, continua sendo a base das atividades, porém com mudanças que buscaram incorporar novas alternativas de viabilização para os grupos de cooperação. Além destas etapas principais que compõem o ciclo, novas preocupações foram sendo incorporadas na medida em que aconteceram mudanças nos grupos. Como exemplos principais podemos citar uma preocupação maior relacionada com o reforço da agroindústria familiar associativa em um novo contexto onde exige-se cada vez mais profissionalização por parte dos grupos e credibilidade dos produtos.

A “agroindústria familiar associativa”,<sup>108</sup> na região oeste foi reforçada na medida em que a APACO, juntamente com outras entidades passaram a desenvolver projetos mais específicos nesta área. Como exemplo, temos a criação da UCAF (Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense) criada em novembro de 1999, “com a finalidade de apoiar os agricultores familiares organizados em grupos e proprietários de pequenas agroindústrias. Tem como objetivo unir forças para prestação de serviços ligados as áreas de produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização, buscando oferecer um produto com qualidade, procedência e legalização” (UCAF, 2001)<sup>109</sup>

A cooperação e o associativismo são aspectos mantidos em todo o processo de construção dos programas da APACO constituindo-se, portanto, como a base das atividades

---

<sup>108</sup> Conhecida também como “Agroindústria de Pequeno Porte”, constitui-se como programa de alguns agentes sociais, inclusive em parceria, como foi o caso do Programa Desenvolver. De acordo com o CEPAGRO ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br)), o Programa de Agroindústria de Pequeno Porte, “é um programa que visa promover a organização dos agricultores familiares para a implementação, no meio rural, de unidades de beneficiamento/transformação da produção agropecuária, gerenciadas por eles mesmos e direcionadas aos mercados locais e a segmentos de mercado”.

<sup>109</sup> Ver em anexo n. 07 folder demonstrativo da UCAF.

desenvolvidas pelos grupos de cooperação. Juntamente a esses aspectos, a agroecologia aparece como a principal base tecnológica, tanto na produção, como na transformação realizada pelos agricultores familiares.

O Programa Agroecologia faz parte de um projeto mais amplo da Associação que prevê o uso de uma metodologia voltada para o desenvolvimento local, onde os grupos de cooperação atuam como agentes juntamente com outros. De acordo com um projeto elaborado em 2000, a APACO, ao longo do processo de constituição dos seus programas, vêm atuando como um “instrumento de desenvolvimento local”, juntamente com outras organizações e movimentos sociais da região. A preocupação principal da Associação, sempre esteve relacionada à busca de articulação entre os diferentes programas, objetivando com isso “potencializar as dimensões de inter-complementariedade entre eles, constituindo assim o programa de "Desenvolvimento Rural Integrado" (idem, p.2). De acordo com a APACO (2000, p.3):

Este programa concentrou seu foco no desenvolvimento rural, em função de ser esta a missão definida pelos grupos de agricultores que compõem a organização, bem como pelo fato de quase a totalidade dos municípios do Oeste Catarinense se enquadrar na condição de municípios essencialmente rurais. A partir deste programa, a APACO assessorou em diversos municípios um processo de planejamento para o desenvolvimento rural, o qual convencionou-se chamar de "Planejamento Estratégico e Participativo (PEP)" do meio rural ou do espaço local (PEP Rural ou PEP Local).

O PEP em sua elaboração prevê, de forma participativa a discussão com o Poder Público e organizações locais sobre o modelo de desenvolvimento no qual pretende-se investir. De uma maneira geral, este novo modelo está pautado por “noções de um desenvolvimento que aproveite e qualifique o potencial existente em termos de recursos naturais (solo, água, floresta, sementes), de recursos humanos (capacitação das pessoas, cooperação e organização, potencialização das criatividades locais) e de recursos econômicos (crédito e poupança locais )” (idem, p.3).

De acordo com a APACO (idem, ibidem), esta noção de desenvolvimento de nada adianta se as pessoas e as instituições não desenvolverem uma capacidade “de se relacionar com o meio e aproveitar de forma cooperada os benefícios que este meio oferece, há um beneficiamento das diversas partes e se potencializa o Desenvolvimento Integrado. Não basta elaborar o plano de forma participativa. Muitas definições estratégicas ao andamento do processo se dão ao escolher caminhos durante a execução do plano. Por isto é fundamental que dinâmicas participativas sejam organizadas também para sua execução.”

A metodologia para implantação do referido modelo, prevê duas linhas de ação inter-relacionadas:

1. *capacitação para o desenvolvimento institucional e organizacional, apoiando as organizações para seu fortalecimento e para o fortalecimento da participação local no processo de execução dos planos elaborados.*
2. *construção de "Programas técnico - produtivos de base agroecológica para geração de trabalho e renda no meio rural de 04 (quatro) municípios piloto da Região de atuação da APACO. (idem, p.3-4)*

De uma maneira geral, a metodologia pretende a inter-relação das duas linhas, na medida em que uma contém a outra dentro de uma perspectiva regional e local. De acordo com a APACO (idem, p.3), a primeira linha de ação tem “um caráter mais regional, buscando dar continuidade ao processo já iniciado de capacitação de agentes de desenvolvimento local. Estes agentes são agricultores, lideranças de organizações, lideranças políticas e técnicos locais, os quais estão inseridos numa organização regional construída para dar suporte a este processo: o "Fórum Popular de Desenvolvimento Local". As dinâmicas de capacitação são propostas para Região Oeste Catarinense em alguns municípios específicos. Esta inter-relação é justificada pela Associação da seguinte maneira:

Atividades agroecológicas, quando construídas isoladamente, desvinculadas de um 'programa articulado localmente', têm limitada sua capacidade de produzir resultados. A construção de programas técnico – produtivos de base agroecológica, com abrangência municipal, pode contribuir no respaldo às decisões dos PEP's de cada município, no respaldo às tecnologias de base agroecológica, e na geração de alternativas produtivas de baixo custo e baixo impacto ambiental. Além disto, a constituição de um programa pode ordenar a articulação de esforços para efetivação das atividades que o compõem. (idem, p.4)

## **6. O Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e o Programa Agroecologia**

Esta noção de desenvolvimento constitui a base do trabalho assessorado pela APACO em seus diferentes programas. Cada um deles está contido dentro desta noção mais ampla, que pode ser chamada de “guarda chuva” conceitual, pois abarca todas as demais concepções. De uma maneira geral, a APACO pretende “ser um instrumento de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para a construção de um novo modelo de agricultura

com base na cooperação das unidades de produção familiar e nos princípios da agroecologia”. (APACO, 2001). De acordo com a APACO (idem):

O trabalho de animação de processos de desenvolvimento local tem por objetivos envolver Sociedade Civil e Estado Local na estruturação de propostas alternativas de desenvolvimento, construídas a partir da lógica das necessidades. São desenvolvidas ações de caráter organizativo, cultural, social, ambiental e econômico, que visem a melhoria da qualidade de vida sob a ótica das pessoas locais. Em se tratando de iniciativas econômicas, no caso de municípios essencialmente rurais, são os agricultores a maioria daqueles que irão estruturá-las. Neste sentido, a APACO assessora na formação e capacitação da base social, para ampliar a capacidade de uso e integração dos diversos instrumentos de desenvolvimento com que trabalha, aproveitando-os melhor e de forma sustentável e solidária.

O Programa Agroecologia além de constituir a base técnica produtiva para as atividades de cooperação dos agricultores familiares tem sido utilizado muitas vezes como um sinônimo de desenvolvimento rural sustentável, na medida em que busca se contrapor a um modelo de desenvolvimento convencional, baseado principalmente nas atividades das empresas agroindustriais. Assim, do ponto de vista da Associação, o Programa Agroecologia, embora esteja relacionado diretamente aos demais programas, foi construído tendo como base a concepção voltada para o desenvolvimento de tecnologias alternativas de produção. O Programa se concentra principalmente em três áreas e pode ser assim resumido:

São aquelas que objetivam a sustentabilidade das pequenas propriedades familiares através da busca da sua independência, auto-sustentação e equilíbrio com o meio ambiente e a capacitação técnica dos agricultores para o seu uso, confrontando-se desta forma com o modelo agropecuário vigente. O trabalho se concentra em três áreas, e tem como processo a Rede Ecovida de certificação. (idem)

As três áreas são as seguintes:

1. Produção de sementes de milho variedade: A APACO desenvolve junto aos grupos de cooperação agrícola o trabalho de resgate, reprodução e melhoramento de variedades de milho crioulo.
2. Produção de leite a base de pasto: Busca alternativas técnicas e organizativas da produção leiteira, baseada em princípios de alimentação com pastagens perenes, piqueteamento, melhoramento genético a partir do rebanho existente, homeopatia e fitoterapias, menor custo de produção e o bem estar animal.
3. Suinocultura ao ar livre: O sistema baseia-se no piqueteamento e no uso de cabanas, integrando animal ao meio ambiente, permitindo maior flexibilidade, o acesso a novos

criadores e com a grande vantagem de reduzir em até 80 % o custo de implantação em relação ao sistema confinado.

O Programa Agroecologia pretende ser uma nova alternativa não só do ponto de vista técnico e produtivo, mas também um sistema que se contraponha ao modelo convencional e que tenha como base organizativa e política a cooperação entre os agricultores familiares. Esses aspectos são centrais para a caracterização de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário que pretende ter como base a produção agroecológica. Outro aspecto importante, além da busca de novas tecnologias alternativas, que envolve o Programa e o processo de formação pelo qual o agricultor e os grupos de cooperação passam não somente a receber informações técnicas, mas também a entender qual o papel da Agroecologia em um contexto que pretende um novo modelo de desenvolvimento econômico e social diferenciado daquele implantado pela Revolução Verde.

É justamente na Revolução Verde e em suas consequências que o papel da Agroecologia tem sido justificado em diferentes materiais de formação tanto de técnicos como de agricultores. De acordo com cartilha sobre Agroecologia (2000, p.15-18), esse pacote tecnológico trouxe uma série de consequências para os agricultores, bem como para os moradores dos centros urbanos e para o meio ambiente:

- destruição das terras agriculturáveis, devido ao uso inadequado de máquinas agrícolas;
- perda da fertilidade natural do solo;
- exploração de áreas de mata nativa para ampliação da fronteira agrícola, com extinção de várias espécies de plantas e animais;
- poluição da água, do solo, do ar, plantas e animais e do próprio homem pelo uso abusivo de agrotóxicos e de outros insumos químicos;
- aumento do número de pragas e doenças das plantas cultivadas;
- perda da confiança dos agricultores em sua própria capacidade e no valor de seus conhecimentos;
- diminuição do número de propriedades com mão-de-obra familiar nas comunidades rurais;
- diminuição do número de famílias no meio rural;
- dependência, por parte dos agricultores de crédito e insumos externos;
- alta incidência de envenenamento, mortes, suicídios e casos de câncer no meio rural provocados pelo uso de agrotóxicos;

- redução da qualidade nutricional dos alimentos, e níveis intoleráveis de resíduos químicos nos mesmos;
- empobrecimento da vida social dos moradores de zonas rurais;
- aumento do desemprego e da miséria no meio rural;
- descaso com os recursos naturais;
- aumento do êxodo rural, provocando o inchamento das favelas e das periferias dos centros urbanos, conseqüentemente aumentando a violência e criminalidade;
- descapitalização dos agricultores familiares;
- perda das relações sociais e culturais nas comunidades rurais;
- incentivo as monoculturas, eliminando-se, em muitos casos, o hábito da produção de subsistência;
- mudança no sistema produtivo, perdendo-se o conhecimento transmitido de pai para filho durante várias gerações.

É justamente diante destas conseqüências que têm constituído um quadro preocupante que surge a discussão a respeito da agroecologia. Na tentativa de reverter ou minimizar as conseqüências da Revolução Verde, busca-se resgatar conhecimentos da agricultura tradicional, praticada por nossos antepassados, conjugadas com tecnologias novas e alternativas. (idem, p.18)

**BOX 1**

A Opção pela Agroecologia: A Agroecologia visa não somente à produção, mas também ao uso adequado dos recursos naturais, a valorização da cultura e sabedoria populares, a relação solidária entre produtores e consumidores. Longe de ser uma volta ao passado, a Agroecologia é um passo para o futuro, uma garantia de melhor qualidade de vida para agricultores e moradores de centros urbanos. Para que seja realmente um avanço, a Agroecologia deve levar em consideração o fato de não ser mais um pacote tecnológico, mas um modo de fazer agricultura. É um movimento que envolve pessoas e não mão-de-obra. Preocupa-se em garantir a sobrevivência e o bem-estar do agricultor, onde não haja explorados e exploradores, onde o trabalho seja valorizado. Não visa ao lucro ou ao desenvolvimento de poucos, mas sim ao retorno econômico equilibrado entre seus envolvidos. Outro fator priorizado pela Agroecologia é o ambiente, a natureza, sem a qual é impossível a produção de alimentos. A manutenção de recursos como água, solo, ar, plantas e animais é essencial para nossa sobrevivência e garantia de vida para as futuras gerações. A Agroecologia pressupõe uma nova maneira de fazer agricultura, onde existe cooperação entre os agricultores, beneficiamento da produção (agregação de valor), comercialização da forma mais direta possível e desenvolvimento local (comunitário e municipal)

Agroecologia e Meio Ambiente: Na Agroecologia, todos os elementos estão envolvidos/combinados. O homem e a natureza devem estar em harmonia. Os recursos naturais que formam o meio ambiente – o solo, água, vegetação e animais – tem uma intensa relação entre si, necessitando serem trabalhados de forma integrada. (idem, p. 19-20)

A idéia de que foi a Revolução Verde a grande causadora da situação em que se encontra atualmente a agricultura familiar esta presente em praticamente toda a produção de material destinado à formação de técnicos e agricultores. As noções de desenvolvimento sustentável, agroecologia, cooperação e solidariedade aparecem como conceitos fundamentais para entender o que tem se chamado de um novo modelo de desenvolvimento baseado em uma nova forma de fazer agricultura.

## 7. Os Programas de Formação, sua relação com o projeto de viabilização da Agricultura Familiar e com as alternativas agroecológicas

O Programa Terra Solidária é um importante exemplo de Programa de Formação direcionado à Agricultura Familiar, que tem trabalhado com os agricultores alguns conceitos-chaves aos quais já me referi. Este Programa elaborado e coordenado pela Escola Sindical Sul, através do Fórum Sul dos Rurais da CUT em parceria com a FETRAFESC – CUT/SC, o DETR – CUT/PR, o DETR-CUT/RS e o DESER, foi possibilitado também por um convênio nacional no qual participam diferentes entidades não-governamentais e governamentais dos três estados do Sul, para cada ano de desenvolvimento do Projeto.<sup>110</sup>

O Programa Terra Solidária constitui um Programa de Ensino Fundamental, voltado para agricultores familiares e grupos de agricultores. Seu conteúdo programático está dividido em 3 ciclos (Básico, Segundo e Terceiro), sendo que cada *ciclo* possui um *tema gerador*, dividido em módulos elaborados por eixos temáticos específicos.<sup>111</sup>

Os módulos de ensino divididos em caderno do educador e caderno do aluno, buscam através dos eixos temáticos específicos trabalhar áreas gerais do conhecimento, como História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Artes e Temas Transversais.<sup>112</sup>

O Programa têm como objetivo a formação fundamental dos agricultores, ou seja, proporcionar-lhes a conclusão do 1º grau a partir de questões específicas, ou seja, temas relacionados à agricultura familiar, e neste sentido se diferenciam das formas convencionais

---

<sup>110</sup> O convênio nacional financia a metodologia e a elaboração dos materiais utilizados em aula. Nos estados, os recursos são destinados para a realização das atividades das turmas. No Rio Grande do Sul o trabalho é desenvolvido com 36 turmas através do com o governo do Estado, via Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Em Santa Catarina são 18 turmas e o convênio é com a Secretaria do desenvolvimento Social e da Família. No Paraná são 11 turmas e o convênio é com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Nos três estados os convênios integram o Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ). Estes dados referem-se aos convênios de 1999 e 2000 e foram obtidos nos módulos do Programa.

<sup>111</sup> Ver em anexo n. 08, conteúdo programático de ensino do Programa de Ensino Fundamental do Terra Solidária.

<sup>112</sup> A área das ciências naturais está intrinsecamente presente em praticamente todos os módulos “especialmente a partir do módulo 7, com o estudo da agroecologia, os assuntos de ciências naturais foram estudados de forma bastante exaustiva”, (módulo 12, 2000). “Os Temas Transversais enfocam a realidade de diversas maneiras estabelecendo relações com os temas geradores. No percurso formativo proposto pelo Projeto Político-pedagógico do Terra Solidária, pretende-se trabalhar temas transversais como gênero, pluralidade cultural, raça, trabalho infantil, meio ambiente, saúde, direitos humanos e ética” (módulo 12, 2000, p. 12)

de formação educacional e pedagógica.<sup>113</sup> Os módulos do Terra Solidária, juntamente com outros materiais de formação constituem exemplos importantes de como as informações sobre determinadas noções estão sendo transmitidas aos alunos agricultores. Gostaria de recuperar deste material algumas noções que têm sido trabalhadas com os agricultores em um processo que não é somente de formação, mas também político e ideológico. Procurarei seguir a ordem dos ciclos e de seus eixos temáticos na medida em que eles pressupõem uma lógica metodológica dentro do Programa pedagógico e político. Para tanto, citarei apenas temas que interessam especificamente para a problemática desta tese, ou seja, *Reestruturação do Sistema Produtivo da Agricultura Familiar, Agricultura Familiar: potenciais e limites, Desenvolvimento Sustentável e Gestão Solidária, Atores e Formas Organizacionais, Manejo Agroecológico e Sustentabilidade, Sócio-economia solidária e cooperação, Gestão para grupos de cooperação, Desenvolvimento Local Sustentável.*

Gostaria de recuperar um texto do módulo “Manejo Agroecológico e Sustentabilidade”, para mostrar como os temas geradores estão inter-relacionados na formação dos agricultores. A visão que é passada das práticas agroecológicas, não é meramente técnica, e pretende passar uma “visão sistêmica” do que significa o manejo agroecológico.

O manejo agroecológico é o conjunto de práticas que sintetizam um modelo tecnológico mais adequado para a agricultura familiar, contrapondo-se ao modelo (pacote tecnológico) imposto pela Revolução verde. O manejo agroecológico é uma alternativa para a agricultura familiar, pois conserva os recursos naturais, preserva o ambiente, pode gerar renda e criar empregos, combina várias culturas intercaladas controlando naturalmente ou por fertilizantes pragas e doenças. Este manejo tem custos baixos, pode trazer retornos financeiros e é socialmente mais justo porque é mais adequado à agricultura familiar. O manejo agroecológico pensado sozinho não garante a construção do desenvolvimento sustentável e solidário. É preciso manejar ecologicamente a partir de uma visão sistêmica, ou seja, percebendo que a construção do desenvolvimento sustentável e solidário depende também da incorporação de um amplo processo de debate sobre gestão agrícola, organização de grupos, cooperação, canais alternativos de agroindustrialização e comercialização, políticas públicas e outros fatores. (Módulos 10 e 11, 2000, p. 14)

A formação possibilita, portanto, um conhecimento teórico e técnico, porém as concepções e questionamentos que envolvem este conhecimento vão além das práticas. A

---

<sup>113</sup> Vendramini (1992), recupera as propostas educacionais para o meio rural a partir da década de 20 até os anos 80, mostrando “como elas surgiram e qual o interesse e a expectativa que se teve com a sua implantação” (idem, p. 114). A partir de um estudo sobre a proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra, a autora afirma que “é importante identificar as experiências – sejam formais ou não – que estão sendo desenvolvidas no meio rural e que se contrapõem às políticas e programas oficiais para o meio rural que não surgiram para atender os interesses sociais dos trabalhadores rurais” (idem, p. 123)

formação, juntamente com outros espaços de reflexão, tem possibilitado que diferentes agentes sociais realizem debates acerca destes temas. O II Encontro Estadual de Agroecologia, realizado em setembro de 2001 em Chapecó, constituiu mais um destes espaços, que teve a agroecologia como tema central, e do qual tive a oportunidade de participar e observar.

## **8. II Encontro Estadual de Agroecologia**

O II Seminário Estadual de Agroecologia realizado em Chapecó – SC, foi organizado por diferentes agentes sociais da Região e do Estado, possibilitando a participação de entidades não-governamentais e governamentais preocupadas em discutir a Agroecologia dentro do contexto da Agricultura Familiar. As entidades promotoras e presentes foram as seguintes:

- AEAGRO – Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina
- APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Chapecó)
- Centro Vianei de Educação Popular (Lages)
- CEPAGRI – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Caçador)
- CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Florianópolis)
- Colegiado Estadual de Agricultura Orgânica
- EPAGRI S.A – Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- Grupo de Trabalho em Agroecologia – Departamento de Ciências Geo-Agrárias (UNOESC, hoje UnoChapecó)
- Prefeitura Municipal de Chapecó
- Rede EcoVida de Agroecologia
- SEAGRO/SC – Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina

Além das entidades promotoras, muitas outros agentes estiveram presentes ao Encontro como é o caso de grupos de agricultores de todo o Estado, da FETRAF – SUL, FETRAFESC, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, palestrantes ligados a universidades e ONGs, estudantes de escola agrícola, etc.

De uma maneira geral, o Seminário teve painéis e grupos temáticos. Os painéis trataram dos seguintes assuntos: Perspectivas da agroecologia na agricultura familiar; políticas públicas para a agroecologia; os transgênicos e seus impactos; mercados de produtos orgânicos e certificação de produtos orgânicos. Os trabalhos em grupo foram divididos nos

seguintes temas: Experiências tecnológicas ; crédito; legislação e certificação; comercialização. Os grupos se encarregaram também de discutir o “Processo de Organização e Política de promoção da Agroecologia”. A partir da sistematização do trabalho em grupos foi elaborada a Carta Agroecológica de Chapecó<sup>114</sup>. Um Seminário como este é um espaço bastante significativo, na medida em que consolida mais uma etapa no processo de discussão realizado por diferentes agentes sociais, sobre a Agroecologia e as alternativas de viabilização da agricultura familiar na Região Oeste e no Estado de SC.

O principal objetivo desta análise documental foi contextualizar o processo de formação dos programas da APACO para identificar quais as referências que norteiam as concepções relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável, a Agroecologia, a Cooperação, a Sócio-economia Solidária, as formas de organização, ao Desenvolvimento Local e de que forma fazem parte de um projeto geral de viabilização da agricultura familiar que tem sido construído por uma Rede de Agentes Sociais. O material norteador de discussão e formação tanto dos técnicos como dos grupos de agricultores são fundamentais para compreender como estas diferentes noções estão relacionadas. A análise da documentação oficial e escrita possibilitou a verificação de um processo que aconteceu em diferentes fases e que pode ser “traduzido” na história da Associação. Por outro lado e conjuntamente, o processo de construção dos programas da Associação e mais especificamente dos princípios que regem o Programa Agroecologia, está vinculado a um projeto mais amplo que envolve uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, assunto que tratarei no próximo capítulo.

---

<sup>114</sup> Em anexo n. 09 ver Carta Agroecológica de Chapecó.

## **CAPÍTULO VI - A REDE DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE: A APACO E DEMAIS AGENTES**

A rede de relações estabelecida entre a APACO e demais agentes vem sendo construída desde a sua criação em 1989. Ao longo dos 11 anos de atividades da Associação ela foi sendo definida a partir de interesses e programas que giram em torno principalmente de questões relacionadas à agricultura familiar. A construção desta rede será descrita a partir de um ponto de vista histórico, pois possibilita primeiro, a (re) construção das relações que foram sendo estabelecidas em diferentes períodos, e ao mesmo tempo permite a verificação e compreensão das concepções e das suas mudanças, no que diz respeito aos projetos e programas direcionados à agricultura familiar por parte da APACO e demais agentes a ela vinculados.

Por outro lado, esta perspectiva histórica permite analisar as prioridades e interesses da APACO ao longo deste processo, na medida em que a Associação vai estabelecendo as parcerias de acordo com as necessidades e prioridades não somente do ponto de vista da realidade regional, mas também a partir de princípios e objetivos mais amplos que tem norteado a linha de discussão e ações para a agricultura familiar, na qual está inserida.

Grande parte dos agentes com os quais a APACO vem se relacionando têm ligação com a agricultura familiar seja, a partir de programas direcionados a esta área ou de ações que se referem a ela de alguma forma. Dependendo do programa, projeto ou política pública, algum aspecto é mais enfatizado do que outro, porém de uma maneira geral existe uma concepção comum que tem norteado estas ações. Atualmente os diferentes agentes relacionados a APACO, bem como a própria Associação, tem se baseado na noção de “desenvolvimento sustentável”, para dar suporte ao desenvolvimento de seus programas, bem como para elaborar suas concepções políticas e ideológicas.

De uma maneira geral, o que se tem buscado são alternativas para a agricultura familiar, pois o modelo de desenvolvimento convencional centrado apenas em questões econômicas e tecnológicas não tem conseguido apresentar soluções para as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares se reproduzirem socialmente. Este modelo vêm sendo criticado principalmente por agentes que pretendem sua transformação, sendo que o papel desenvolvido por cada um deles tem possibilitado, principalmente a partir dos anos 90, uma rede que têm buscado se fortalecer do ponto de vista de cada projeto específico, bem como de questões comuns a todos, a partir de programas em parceria. Porém, na relação estabelecida entre a APACO e outros agentes, a crítica a este modelo nem sempre aparece

explicitamente, e isto vai depender do tipo de programa, sua concepção institucional e política. Se do ponto de vista, de aspectos ideológicos e políticos os programas, de um modo geral, se complementam, em relação às atividades produtivas, à dimensão tecnológica e aos interesses econômicos, existem diferenças e semelhanças entre os agentes e seus projetos.

Atualmente, a APACO mantém parcerias com uma rede de ONGs (em âmbito regional, nacional e internacional) entidades financiadoras internacionais, com prefeituras, sindicatos, cooperativas de crédito, federações de trabalhadores rurais, fóruns locais, regionais e nacionais, universidades (UNOChapecó e UFSC) e Programas de parceria governamentais.

A articulação que a APACO mantém com estes diferentes agentes são específicas, dependendo do tipo de Programa, de que agentes estão envolvidos e quais são seus objetivos. Em alguns casos a APACO aparece também como proponente; em outros a Associação adota a proposta ou Programa de outro agente e assume a responsabilidade por repassar as informações e implantar o programa junto aos grupos associados na região.

O nível de relação estabelecida e a importância que é dada a ela, vai depender das necessidades e demandas da Associação, para que ela própria enquanto organização possa se manter e dar continuidade aos programas. Sem a pretensão de hierarquizar a importância e o lugar de cada agente-parceiro à qual a APACO está relacionada, mesmo porque esta hierarquização não aparece no discurso dos técnicos/assessores, constatou-se através de documentos<sup>115</sup> que a Associação mantém um importante compromisso com a entidade internacional alemã, a MISEREOR - Beschöfliches Hisfswek Misereor E. V., que vem financiando desde 1992, projetos de viabilização da agricultura familiar. Ao financiar a possibilidade para que a APACO tenha uma mínima estrutura de funcionamento (pagamento de salários, computadores, contas básicas (luz, telefone, material de escritório, combustível, transporte, etc), a MISEREOR vem colaborando para que a APACO possa buscar em outras parcerias as condições necessárias para a concretização dos objetivos, princípios e programas que norteiam o projeto de viabilização da agricultura familiar na região oeste.

É neste sentido, de um projeto mais amplo, inicialmente centrado na cooperação agrícola e atualmente também no desenvolvimento sustentável que a entidade internacional têm investido. Esta é uma relação que envolve interesses e objetivos mais amplos e globais. Por outro lado, a continuidade dos grupos de cooperação e dos programas são de outra ordem de importância que envolve diferentes parcerias. Estas parcerias também podem ser diferenciadas, porém em alguns casos estão relacionadas principalmente àquelas que visam,

---

<sup>115</sup> Principalmente a partir dos Projetos trienais enviados a MISEREOR e já analisados em capítulo anterior.

por um lado, a formação, capacitação dos agricultores e ao mesmo tempo as práticas produtivas. Por outro, existem também aquelas parcerias que envolvem a troca de informação e experiências entre técnicos, ou entre técnicos e agricultores. A troca de informações e discussão sobre projetos mais amplos relacionados a agricultura familiar também fazem parte das parcerias.

De uma maneira geral, podemos dizer que as parcerias envolvem questões políticas, econômicas, culturais, técnicas em diferentes níveis (local, estadual, nacional, internacional), a partir de objetivos comuns e específicos.

### 1. A formação da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense

As parcerias com a APACO, vêm sendo construídas principalmente a partir de 1989, de acordo com diferentes interesses e necessidades e podem ser divididas em categorias:

- **Financiamento e apoio a projetos:** MISEREOR (Beschöfliches Hisfswek Misereor E. V); HEKS (Entidade da Igreja Luterana de Apoio a Projetos Sociais, situada na Suíça); KINDER NOT HILFE ( entidade que em conjunto com a AMENCAR no Brasil, trabalha com meninos/meninas de rua, conselhos tutelares e políticas para a infância); FMP (Fundo de Mini Projetos); PNUD/BNDES<sup>116</sup>(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
- **Formação e assessoria:** A.S-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa); CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa); Rede T. A Sul (Rede Tecnologias Alternativas Sul); CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo); CEPAGRI (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais); Centro VIANEI (Centro Vianeí de Educação Popular);

---

<sup>116</sup> Os Projetos mais recentes desenvolvidos pela APACO – elaborados após a pesquisa documental desta tese - fazem parte de um Programa mais amplo financiado em uma parceria entre PNUD/BNDES, que prevê Projetos de Desenvolvimento Local. Dentro deste “guarda-chuva”, a APACO juntamente com o Centro de Apoio e Assessoria aos Trabalhadores Rurais – Cepagri, elaborou em setembro de 2001, uma proposta intitulada “*Animação de Dinâmicas de Desenvolvimento Local do Oeste Catarinense*”. Esta proposta, se transformou em um Projeto específico, o Programa Fortalecer, que no período de dezembro/2001 a dezembro/2002, atuou nos municípios de: Chapecó, Arvoredo, Nova Itaberaba, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Dionísio Cerqueira, Guarujá, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, Jupiá, Coronel Martins, Concórdia e Ipumirim, localizados na região Oeste Catarinense. De acordo com a APACO/CEPAGRI (2002, p.2), o Programa Fortalecer, vem atuando em três eixos prioritários: Comunitário, Produtivo e Institucional; tendo como temas transversais: gênero, geração, ambiental, cooperação, todos trabalhados dentro dos princípios e métodos da educação popular. O trabalho desenvolvido nos municípios tem potencializado as dinâmicas de Desenvolvimento Local (DL), através da capacitação das equipes, organizações sociais e poder público locais, na perspectiva de construir um desenvolvimento sustentável e solidário”. Em dezembro de 2002, foi elaborada uma proposta de continuidade para o referido projeto no período de dezembro/2002 a julho/2003.

FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina) e FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) e STR's (Sindicatos Regionais de Trabalhadores Rurais); TERRA SOLIDÁRIA – CUT (Programa de Educação de agricultores familiares – CUT/Fórum Sul (organização dos agricultores familiares dos três estados do sul)/ Escola Sindical Sul e DESER (Departamento de Estudos Sócio Econômico Rurais); UCAF (Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense).

- **Experiências tecnológicas, intercâmbio e pesquisa:** EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina / Centro de Ciências Agrárias); UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina); UnoChapecó (Universidade Comunitária Regional de Chapecó);
- **Assistência técnica e produção:** Prefeituras Municipais e Secretarias; STR's– Sindicatos; EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A); Programa Desenvolver (FUNCITEC/CNPq) – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção; UCAF (Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense).
- **Comercialização e certificação:** Rede EcoVida de Agroecologia (Rede de Certificação Participativa); Comércio Justo (Rede ligada à EFTA – European Fair Trade Association<sup>117</sup>); Cooperativas Familiares; RECOPA (Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados)
- **de crédito** (Cooperativas de Crédito Familiares; CRESOL-BASER – Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito; )

No caso específico da APACO e suas relações com estes diferentes agentes, no momento atual, os graus de parceria vão depender dos interesses e programas da Associação e o consenso de algumas questões por parte dos agentes envolvidos. Por outro lado, é necessário descrever os diferentes momentos e que tipo de relações foram se estabelecendo entre a APACO e demais agentes, especialmente a partir de sua criação.

A compreensão da formação de uma rede de movimentos, conforme foi tratado teoricamente por Scherer-Warren (1993, 1998, 1999) pressupõe, segundo a autora, a consideração do processo histórico que possibilita a visualização das etapas, objetivos, metas, projetos, etc dos agentes envolvidos neste processo. É neste sentido, que a construção de uma

---

<sup>117</sup> Como referência sobre esta questão ver : Bowen , Brid (1998). “**Let’s go Fair**”: **Comercio justo – historia, principios y funcionamiento**. In: Anuario de Comercio Justo /1998 –2000. European Fair Trade Association – EFTA – EFTA/ INTERMÓN , enero, 1998.

*Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense*, será descrita de um ponto de vista histórico, com especial ênfase aos anos 90, período no qual esta rede passou a ser consolidada.

As bases da construção desta rede podem ser identificadas, em um primeiro momento, nos movimentos sociais ou populares, principalmente naqueles ligados à questão agrícola. Posteriormente, em um segundo momento, o papel das ONGs passou a ser central no processo de continuidade e consolidação da rede de viabilização da agricultura familiar. A relação entre movimentos e ONGs é fundamental para se compreender a construção destas redes, e neste sentido, darei especial ênfase à este aspecto quando descrever o papel da APACO e de suas parcerias na elaboração de um projeto alternativo de viabilização da agricultura familiar, que a partir dos anos 90 buscou se basear em uma concepção de “desenvolvimento sustentável” como pano de fundo de diferentes formas alternativas, sendo que uma das mais importantes na discussão, principalmente das ONGs e movimentos tem sido a *agroecologia*.

É justamente na questão da cooperação que a descrição tem seu ponto de partida, principalmente por dois motivos inter-relacionados. Primeiro, porque tanto a APACO, como os programas por ela assessorados, e neste caso especificamente o Programa Agroecologia, tem como base a estrutura de organização coletiva iniciada no Movimento de Cooperação Agrícola (MCA), processo iniciado na região nos anos 80. Segundo, porque a construção e concretização deste Programa tem como base grupos de cooperação - muitos deles oriundos da primeira etapa do movimento - e atualmente uma Rede que envolve diferentes atores não-governamentais e governamentais.

É possível afirmar que o Programa Agroecologia assessorado pela APACO se diferencia de outras noções de agroecologia defendidas por outros agentes, em função da importância que possui a cooperação agrícola e principalmente o papel que desempenham os grupos de cooperação na construção desta noção. A concepção de agroecologia, neste caso, possui princípios mais gerais comuns à perspectiva de outros agentes, porém ela se diferencia na prática dos agricultores, em suas formas de organização, e nas atividades realizadas por estes grupos. A adoção do enfoque agroecológico do ponto de vista tecnológico, foi sendo aos poucos, adaptado à realidade produtiva dos agricultores. Exemplo disto são principalmente as atividades de suinocultura ao ar livre e leite à base de pasto. Além das dimensões técnicas destes sistemas, a concepção de agroecologia defendida pela APACO busca ressaltar a importância da autonomia do pequeno produtor que aos poucos em seu processo de

capacitação e conscientização do trabalho, estará conduzindo toda a cadeia, desde a produção até a comercialização, e mais atualmente a certificação.

De acordo com a Associação (APACO, 2001), as atividades agroecológicas, “são aquelas que objetivam a sustentabilidade das pequenas propriedades familiares através da busca de sua independência, auto-sustentação e equilíbrio com o meio ambiente e a capacitação técnica dos agricultores para o seu uso, confrontando-se desta forma com o modelo agropecuário vigente”.

A busca de um novo modelo de desenvolvimento constitui um dos princípios gerais na construção desta rede e a Agroecologia tem sido uma das alternativas mais recentes defendidas pela APACO e outros agentes que compartilham destes princípios. A cooperação agrícola tem sido um dos princípios defendidos pela APACO desde o início de sua trajetória, sendo que, esta idéia na prática vem se concretizando a partir da organização dos grupos de cooperação, e mais atualmente a partir de áreas mais amplas como as cooperativas agrícolas familiares a as cooperativas de crédito que buscam dar suporte àqueles agricultores que compartilham com uma nova proposta de desenvolvimento.

### ***1.1 O papel dos Movimentos Sociais e das ONGs***

A APACO, foi criada, como já foi dito, como decorrência dos movimentos de base e de outros espaços que foram constituídos na região e que pretendiam discutir mais profundamente a situação da agricultura familiar. De acordo, com histórico traçado pela Associação em diferentes documentos, a cooperação agrícola e os movimentos de base foram fundamentais para a sua formação.

A APACO é fruto de uma longa história de organização dos pequenos agricultores da região, objetivando enfrentar as enormes dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento agrícola e agrário vigente no país, cujas consequências mais marcantes são a concentração da terra e da renda, a exclusão de uma grande parcela de pequenos agricultores da atividade agrícola bem como a degradação e comprometimento dos recursos naturais. A APACO surgiu em meio a este contexto, com apoio decisivo do movimento sindical, popular e da igreja, com o objetivo de buscar alternativas para o pequeno agricultor. (APACO, 2000)

De acordo professor da UnoChapecó que participou desta fase de formação da APACO:

A APACO é fruto desse trabalho da igreja e do movimento sindical. Então, dentro das diversas estratégias que o movimento sindical e a igreja trabalhavam, estava

surgindo espontaneamente entre aspas, porque havia um estímulo pela igreja principalmente na questão da coletividade, com o trabalho em grupo, das pessoas serem solidárias, mas completamente desorganizadas, vinham surgindo esses grupos de compras coletivas. Existiam vários grupos na região e o movimento sindical e a igreja repensando isso fizeram um debate sobre a questão da cooperação, inclusive com a participação de franceses. E aí se toma a decisão de criar uma organização que articulasse esses grupos dessas experiências e que desse apoio nessas experiências.

Neste breve histórico, é possível verificar algumas questões comuns aos movimentos e agentes neles envolvidos. Um dos principais é a viabilização do agricultor familiar em contraposição a um modelo de desenvolvimento excludente. Outro aspecto é a idéia da cooperação agrícola como estratégia para a organização e busca de alternativas para a viabilização dos pequenos agricultores. A APACO, a partir de sua criação assume este discurso como central em seus objetivos e princípios.

A APACO, então, foi criada para representar e assessorar os interesses destes pequenos agricultores já organizados, e ela própria enquanto entidade nasceu de uma discussão mais ampla que acontecia na região. Espaços de discussão, como o I Encontro Regional de Agricultura Alternativa) e o I Seminário Oeste de Cooperação Agrícola, ocorridos em Chapecó em 1989, são fruto de um movimento mais amplo, o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, que discutiu a relação entre cooperação agrícola e o projeto político da classe trabalhadora. (Prim, 1996, p. 55-59)

Em um primeiro momento, a consolidação dos grupos de cooperação agrícola era um dos principais objetivos da Associação, que pretendia aos poucos construir caminhos que possibilitassem ao pequeno agricultor “andar com as próprias pernas”. O “projeto de desenvolvimento agrícola” apoiado inicialmente pela APACO, movimento sindical e Misereor, passou a constituir um novo projeto alternativo, principalmente por estar baseado na cooperação agrícola. A busca de tecnologias alternativas, diferentes daquelas utilizadas convencionalmente passa a ser também uma questão importante que vai se estruturando aos poucos, na medida em que uma rede de agentes preocupados com a agricultura familiar passa a dialogar. De acordo com assessor/engenheiro agrônomo da APACO, a Associação se estruturou a partir da cooperação e num primeiro momento a preocupação era com as “forças produtivas” e não com as tecnologias. “ O diferencial neste momento não era a tecnologia (pois ela era convencional), o diferencial era de organização”. De acordo com assessor da APACO:

A idéia central sempre foi a cooperação. Mas a cooperação pra que? Cooperação nesse caso pra incorporar tecnologia moderna. Se organizar pra comprar insumos

mais baratos, poder vender em conjunto. E no campo da produção, da cadeia produtiva, produzir em escala, com especialização, com menor custo.

Inicialmente, as questões que uniram os movimentos, possibilitaram a formação de uma rede crítica a um modelo de desenvolvimento convencional baseado principalmente na integração ao Sistema Agroindustrial (principalmente de suínos e aves) e às Cooperativas Convencionais que cada vez mais limitavam e excluía a possibilidade de viabilização econômica de parcela significativa de agricultores familiares. A resposta encontrada pelo movimento e seus mediadores, deu-se principalmente a partir da organização social e política de agricultores familiares através dos grupos de cooperação. Juntamente à idéia da cooperação enquanto organização social e política, os técnicos e coordenadores de movimentos passam a sentir a necessidade de ampliar as relações e pensar questões mais específicas de viabilização (as questões tecnológicas relativas aos sistemas produtivos e as formas de transformação dos produtos; a comercialização; e finalmente as questões ambientais que envolvem todo este processo, que ainda tinha como base modelos convencionais.

Mesmo na primeira fase, onde a cooperação era o aspecto principal na organização dos agricultores, os Movimentos, Sindicatos e ONGs estiveram presentes, iniciando desta forma também a formação de uma rede de ONGs, estimulada e assessorada por outras Ongs em âmbito regional e nacional. As Ongs assessoravam principalmente na questão da compra de insumos, na articulação do mercado para a venda dos produtos.

De acordo com um dos assessores da APACO, no início dos anos 90:

Se abriu, uma possibilidade a partir do sistema de abastecimentos que eles estavam montando da compra de produtos em grande escala. E, principalmente no caso, foi o feijão, então todas as ONGs do sul, da rede, ela se articula e a APACO é também uma que estava envolvida nesse processo para fazer a venda. Então, existiu dois caminhos, um institucional, tentando participar de concorrências e o outro era informal mesmo, trazendo cargas, levando por fora da lei, por fora da fiscalização e vendendo em bairros em São Paulo, Rio de Janeiro. Fazendo essas vendas em pequenos pacotes. Porque dava uma diferença para o produtor interessante e para o consumidor também, havia uma defasagem muito grande. (Engenheiro agrônomo e Professor Universitário)

A idéia de cooperação vai sendo construída não somente no sentido de superar as dificuldades econômicas e de mercado que enfrentavam os agricultores. Ela tem como base ideológica e política o questionamento de um modelo econômico e tecnológico que exclui e limita o pequeno produtor a desenvolver outras formas alternativas de produção. De acordo com um assessor da APACO, este modelo está em crise e neste sentido, vai se produzindo um movimento ligado a AS-PTA, que visava a busca de tecnologias alternativas, que pretendiam

a adaptação de “algumas técnicas de produção em relação à mudança do padrão tecnológico, que era possível ter progresso técnico no trabalho tecnológico”. Este novo modelo tecnológico de produção já começava a ser pensado juntamente com a idéia de sustentabilidade:

Então essa quebra de paradigma, tanto através do social, como do modelo tecnológico, ele tem essa transição com as tecnologias alternativas, que eram técnicas pontuais, que davam respostas a algumas questões a campo. (...) Baseado aí no conhecimento da natureza a seu favor, de algumas técnicas que tivessem tido um resgate da cultura, do conhecimento do agricultor, né? E também baseado em menor custo, menor compra de insumos, maior rentabilidade, mas também tecnologias mais extensivas. Não tão intensivas, mas extensivas. Então aí se produziu o trabalho de milho, com variedades, variedades crioulas, o trabalho de suinocultura ao ar livre e produção de leite a base de pasto. São os três eixos básicos dentro da tecnologia.

De acordo com ex-assessor da APACO:

Nessa segunda fase a APACO começa a perceber a necessidade de entrar nesse campo mais técnico e construir alternativas e aí ela começa a fazer uma discussão mais clara do enfrentamento a um modelo de desenvolvimento, a um modelo de agricultura. Não era simplesmente uma alternativa de comercialização. Era um enfrentamento mais geral ao modelo de desenvolvimento, que era isso que iria garantir o desenvolvimento da cooperação e também da agricultura familiar; nessa época a gente chamava de pequenos agricultores. (engenheiro agrônomo e Professor Universitário)

No que diz respeito à relação da APACO com diferentes ONGs, este processo que se iniciou a partir de 1990, ampliou-se no decorrer da década e muitas das parcerias iniciadas nos anos 90 mantêm-se até hoje, a partir de projetos específicos e de relações que visam a troca de informações e experiências.

Hass (1989, p.48, apud Prim, 1996,p.62) verificou no final dos anos 80, diferentes agentes do sul do Brasil preocupados com a viabilização da agricultura familiar, como é o caso do Projeto T.A. Fase, em âmbito nacional, e especificamente no Oeste Catarinense, com experiências da ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) – Francisco Beltrão –PR; CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) – Ronda Alta –RS; VIANEI (Centro Vianei de Educação Popular) – Lages – SC; DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) – Curitiba – PR; e Fundação RURECO (Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do Paraná) – Guarapuava – PR.

Grande parte destas organizações não-governamentais fazem parte da Rede T.A Sul, e algumas foram criadas antes ou no mesmo período que a APACO. Em 1990, também foi criada o CEPAGRO (Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo) ONG estadual que até hoje, mantêm-se ligada a APACO. Todas estas ONGs representam, segundo

Brandenburg (1999, p.147), um movimento de agricultura alternativa no Brasil. De acordo com o autor:

O movimento de agricultura Alternativa no Brasil, que hoje se encontra organizado em torno da Rede de Tecnologias Alternativas Sul – Rede T.A. /Sul, surgiu no Brasil no início da década de 80. Tem sua origem no Projeto de Tecnologias Alternativas – PTA criado em 1983, na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação – FASE 118

Para o autor, a expansão de atividades da rede PTA fez com que a coordenação nacional do projeto criasse instâncias regionais no Sul, Sudoeste, Nordeste. Porém, com a reestruturação do projeto que ocorre em 1989, deixa de existir a coordenação nacional como assessoria ao movimento. As entidades passam a alternar entre si a função articuladora do movimento, a cada dois anos. (idem, ibidem). A rede T.A. Sul é composta por entidades dos três estados do sul. Em Santa Catarina fazem parte desta Rede o Centro Vianeí com sede em Lages e a APACO com sede em Chapecó.

A Rede T.A. Sul se organiza objetivando principalmente a viabilização da agricultura familiar a partir de concepções comuns, porém mantendo cada uma das organizações a sua especificidade. Para Brandenburg (1999, p. 148-149) :

Embora diferentes em sua trajetória, essas ONGs, articuladas como uma “rede em movimento”, compartilham uma certa ideologia que projeta no horizonte uma utopia fundamentada no desenvolvimento sustentável (...) Se, por um lado, a Rede T.A. constitui o *locus* de intercâmbio de estratégias de reforço na construção de ideais norteadores das ONGs, por outro, é na singularidade das ONGs que os agricultores se encontram, trocam experiências e se nutrem ideologicamente, para se realizarem como sujeitos.

A organização destas ONGs tem como um dos objetivos centrais criticar um modelo de desenvolvimento econômico e político que não tem conseguido apresentar respostas satisfatórias a questões mais gerais, como, por exemplo, a exclusão econômica, a pobreza, o aumento da desigualdade social, etc, que atingem grande parte da população nacional. Neste contingente insere-se uma parcela significativa de famílias de agricultores familiares. Estas ONGs juntamente com diferentes movimentos que possuem princípios e projetos em comum, se contrapõem a um modelo de desenvolvimento convencional e ao papel que o Estado ocupa neste modelo. Neste sentido, a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar em seu terceiro momento tem buscado construir alternativas de viabilização para a agricultura familiar, a

---

118 Brandenburg (idem, p.147) descreve a trajetória deste projeto.

partir de uma concepção mais geral baseada no Desenvolvimento Sustentável, entre as quais insere-se neste novo modelo a Agroecologia.

### ***1.2. A APACO e outras entidades parceiras a partir de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável***

Inicialmente, a formação da Rede caracterizou-se por relações estabelecidas entre movimentos e ONGs, que tinham como princípio a cooperação. A partir de meados dos anos 90, novas parcerias passaram a ser estabelecidas, principalmente, com prefeituras, cooperativas de agricultores e Programas específicos destinados à viabilização da agricultura familiar, como é o caso do Programa Desenvolver. Estes convênios passaram a concretizar de maneira mais específica os ideais de um “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”. De acordo com a APACO (2001), a noção de desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário está relacionada às estratégias de “desenvolvimento local”<sup>119</sup> :

O trabalho de animação de processos de desenvolvimento local tem por objetivos envolver Sociedade Civil e Estado Local na estruturação de propostas alternativas de desenvolvimento, construídas a partir da lógica das necessidades. São desenvolvidas ações de caráter organizativo, cultural, social, ambiental e econômico, que visem a melhoria da qualidade de vida sob a ótica das populações locais. Em se tratando de iniciativas econômicas, no caso de municípios essencialmente rurais <sup>120</sup>, são os agricultores a maioria daqueles que irão estruturá-las. Neste sentido, a APACO assessora na formação e capacitação da base social para ampliar a capacidade de uso e a integração para o uso dos diversos instrumentos de desenvolvimento com que trabalha, aproveitando-os melhor e de forma sustentável e solidária.

Conforme foi ressaltado anteriormente, a relação da APACO com os diferentes agentes acontece em diferentes níveis e a partir de questões que passam pelos principais programas da associação. Neste sentido podemos afirmar, que a atuação da APACO a partir dos grupos de cooperação, diz respeito especificamente à Região Oeste Catarinense, porém os objetivos e princípios da associação vão além da questão da assistência técnica aos agricultores familiares, pois pretendem uma inter-relação dos diversos programas a partir da Rede de agentes. O esquema abaixo é bastante elucidativo para entendermos a relação que

---

<sup>119</sup> De acordo com Godard et al (1985, p. 27) “os limites de um “espaço de desenvolvimento local” dependem da problemática selecionada, podendo variar geograficamente, de uma pequena comunidade rural à uma região”. Na verdade, o que define realmente o “local” são as relações que se estabelecem entre os agentes sociais, em busca de um modelo de desenvolvimento. Neste sentido, os municípios parecem constituir espaços privilegiados para a articulação entre atores locais e demais agentes ligados à sociedade civil e ao mercado.

<sup>120</sup> Conforme desenvolvido por Rover (2000).

envolve uma idéia mais ampla de desenvolvimento rural sustentável, a cadeia que envolve as atividades dos agricultores, os programas de trabalho da APACO e os demais agentes sociais envolvidos.

### **APACO – Programas**

#### **INSUMOS | PRODUÇÃO | TRANSFORMAÇÃO | COMERCIALIZAÇÃO**

#### **Agroindustrialização**

(Desenvolver/CNPq/Funcitec/Unoesc/Epagri/Pronaf Agroindústria)

#### **Agroecologia**

(Rede TA-SUL/Embrapa/UFSC/Rede Ecovida)

Agricultura Familiar  
Cooperação

#### **Gestão**

(PNFc/Rede ONGs/Credis)

#### **Assistência Técnica**

(Prefeituras/Cooperativas de Crédito)

#### **Formação e Intercâmbio**

(Aldis/Ceade/Rede Ongs/Unoesc/Sine/Capina/Heks/Terra Solidária-Escola Sul)

#### **Cooperativa de Crédito**

(Cresol/Baser)

---

### DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**Fonte: APACO (2000)**

Alguns dos programas da APACO, como por exemplo Agroecologia, Agroindústria Familiar Associativa, Assessoria Técnica e Crédito Solidário tiveram sua continuidade em função destas parcerias. Atualmente, os trabalhos realizados em convênio com as prefeituras são:

- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Departamento da Agricultura de Chapecó, através de assistência técnica, programa de agroecologia, desenvolvimento local sustentável, cooperativismo de crédito, fundo de aval;
- Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, através do Desenvolvimento Rural e Gestão de agroindústrias associativas;
- Prefeitura Municipal de São Domingos, através de Desenvolvimento Rural Sustentável, crédito solidário, intercâmbios, assistência técnica.

Ao longo de 2001 e 2002, estavam em andamento negociações para firmar convênios com as prefeituras municipais de Coronel Martins, Guaraciaba e Irati. As parcerias com os sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas organizadas por agricultores familiares também constituem base importante para o estabelecimento da rede de viabilização da agricultura familiar na região.

As cooperativas conveniadas com a APACO fazem parte do Sistema CRESOL-BASER, e mais especificamente da Base Regional Oeste de SC que possui 6 cooperativas de crédito rural associadas com sede em 6 municípios: CrediSeara (Seara - SC) Cresol (Dionísio Cerqueira – SC) Cresol (Chapecó – SC), CrediQuilombo (Quilombo – SC) , CrediAbelardo Luz (Abelardo Luz – SC) e Credisul.<sup>121</sup>

Os trabalhos realizados em parceria com as prefeituras, sindicatos e cooperativas são desenvolvidos pelos agrônomos/assessores da APACO, sendo que o trabalho de base e a articulação com os grupos de agricultores e movimentos são realizados pelos técnicos locais. Estes técnicos podem ser funcionários das prefeituras, agrônomos da EPAGRI ou mesmo técnicos dos sindicatos e cooperativas.

Como vimos, em alguns municípios, a APACO conseguiu estabelecer uma parceria com as prefeituras e com a EPAGRI, no sentido de garantir uma assistência técnica mínima aos agricultores familiares organizados em grupos, Esta parceria se dá muito em função dos interesses em comum dos parceiros e principalmente, de profissionais, como engenheiros agrônomos, técnicos rurais e extensionistas, que compartilham com os princípios da cooperação e agroecologia. Com a EPAGRI, a parceria acontece, portanto, através da assistência técnica e dos cursos profissionalizantes oferecidos pela instituição.

De uma maneira geral, a concepção que têm norteado estas parcerias é a de Desenvolvimento Sustentável, que possui diferentes denominações tais como: “Desenvolvimento Rural Sustentável” e “Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”. Estas denominações dependem de como cada agente está tratando a concepção mais ampla e de que aspectos envolvem cada projeto específico.

A produção de material informativo e educativo utilizado enquanto base conceitual, ideológica e técnica provém de diferentes agentes e fontes<sup>122</sup>. A produção e divulgação de

---

<sup>121</sup> Dados obtidos no site da CRESOL – BASER e na Revista Cresol, n.3 ano 2000.

<sup>122</sup> Como exemplo, podemos citar material produzido pelo Programa Terra Solidária – CUT, pelo FETRAFSUL- CUT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) e DESER (Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais), bem como diferentes cartilhas de orientação mais técnica voltadas para a produção de sementes de milho crioula, suinocultura ao ar livre, produzidas por ONGs e sindicatos, conforme já citado no capítulo 5.

material informativo e educativo tem sido realizada a partir da rede de agentes regionais, estaduais e nacionais citada anteriormente e da qual a APACO faz parte.

A opção em iniciar a descrição principalmente pelas parcerias locais e regionais não é aleatória na medida em que são elas que efetivamente possibilitam a concretização dos programas da APACO do ponto de vista da assistência técnica que é dada aos grupos de agricultores em suas atividades ligadas a agroecologia e à agroindústria familiar associativa. A seguir, será realizada uma descrição das parcerias que atuam em diferentes áreas, tais como, a de formação e gestão, capacitação e intercâmbio (capacitação, intercâmbio e assessoria), crédito solidário, experiências tecnológicas, e outras.

Para isto, a descrição dos agentes com os quais a APACO mantém parceria, buscará seguir três eixos específicos: *institucional, princípios e ações*. O *eixo institucional* situará o papel de cada agente dentro de um projeto mais amplo de viabilização da agricultura familiar e buscará verificar qual o modelo de desenvolvimento proposto. O eixo dos *princípios e ações*, refere-se às concepções que norteiam as propostas e ações destes agentes. Buscarei, portanto, dar ênfase ao que os parceiros da APACO dizem sobre agroecologia, cooperação agrícola, desenvolvimento sustentável e local.<sup>123</sup>

A partir de um entendimento mais geral dos programas da APACO e de como eles estão relacionados às parcerias que são realizadas com as demais entidades, vou iniciar a descrição a partir da Rede mais ampla, que congrega principalmente ONGs ligadas a Rede T. A Sul, onde alguns princípios e objetivos são compartilhados.

De acordo com Brandenburg (1999, p.148) a Rede T.A. Sul é composta pelos três estados do Sul e suas respectivas entidades:

- Paraná: RURECO (Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro Oeste do Paraná – Guarapuava); AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – União da Vitória); ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Francisco Beltrão).
- Santa Catarina: Centro Vianei de Educação Popular – Lages; APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Chapecó).
- Rio Grande do Sul: CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) ; CAE-IPÊ (Centro de Agricultura Ecológica); FUNDEP-DER ( Fundação de Desenvolvimento, Educação e

---

<sup>123</sup> Os dados para esta descrição foram obtidos em diferentes fontes documentais, tais como: sites disponíveis na internet, revistas, jornais, boletins informativos, cartilhas, relatórios, consultas por correio eletrônico e eventualmente dados das entrevistas realizadas no trabalho de campo.

pesquisa da Região Celeiro – Departamento de Educação Rural); CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares).

É importante enfatizar, que a formação da Rede T. A. Sul inicialmente, teve a influência direta da AS-PTA. Neste sentido grande parte dos princípios gerais que nortearam e norteiam as ações e projetos das ONGs da Rede T.A. Sul, tem como base a AS-PTA, enquanto importante ONG nacional de assessoria à projetos ligados à agricultura familiar. Por esta razão, iniciarei a descrição pela AS-PTA. Entre as ONGs que compõem a Rede T. A Sul, conforme citadas por Brandenburg, irei me deter em apenas algumas delas, ou seja, aquelas citadas pela APACO.

## **2. Os princípios e ações que definem o papel dos agentes/parceiros da APACO**

### **2.1. AS-PTA (*Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*)**

Para a AS-PTA ([www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br), 2001), o seu papel institucional deve ser contextualizado diante da situação de crise vivida pela agricultura familiar, decorrente de um modelo de desenvolvimento agrícola que se tornou insustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. É na busca de uma alternativa para este modelo insustentável que se inscreve a ação da AS-PTA.

De uma maneira geral, a AS-PTA (*idem*) tem como princípio, “viabilizar um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável, baseado em pequenos e médios produtores livremente associados para produzir, transformar e comercializar, garantindo-lhes renda adequada e boas condições de vida”.

A AS-PTA baseia-se em um modelo de agricultura sustentável que deve ser, economicamente viável; ecologicamente saudável; socialmente justa e humana; culturalmente apropriado. Este modelo de agricultura sustentável, tem como base científica a Agroecologia, que é assim definida pela AS-PTA (*idem*):

Para a AS-PTA, a agroecologia é a base científica de uma agricultura sustentável. Ela baseia-se num paradigma que busca produzir aproximando-se o máximo possível das leis que regem o funcionamento da natureza, com um mínimo de artificialização do meio ambiente e buscando a reciclagem de nutrientes como uma estratégia de conservação de recursos naturais.

Neste sentido, a busca de alternativas e as propostas da AS-PTA têm se baseado, principalmente, em metodologias participativas de extensão rural, apropriadas para o uso da

agroecologia. Estas metodologias compreendem as várias etapas de um projeto de desenvolvimento tais como: sensibilização do público alvo, diagnóstico de agroecossistemas, sistematização do saber popular, seleção de propostas técnico/econômicas, planejamento da transição para a agroecologia, experimentação, difusão e avaliação.

## **2.2. A Rede T. A. Sul (Rede Tecnologias Alternativas Sul)**

De acordo com informações obtidas com assessoria <sup>124</sup> da Rede T.A. Sul “trata-se de uma rede de entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de caráter não-partidário ou religioso, que desenvolve trabalhos de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de tecnologias alternativas para a agricultura. Tem como âmbito de abrangência, particularmente, os três estados do Sul do Brasil e mantêm articulações em âmbito nacional”.

A Rede T.A. Sul tem como princípios:

- qualificar e potencializar as práticas das entidades que a compõem, no campo da agroecologia;
- instrumentalizar os movimentos, instituições e outras organizações sociais do campo popular e democrático; bem como sensibilizar a sociedade civil com a finalidade de propor e influenciar as políticas públicas no setor;
- desenvolver ações conjuntas de resgate, produção, sistematização e difusão de experiências na área das Tecnologias Alternativas (Tas), com vistas à elaboração de um novo modelo de desenvolvimento rural para os três Estados do sul;
- buscar o aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos dirigentes e profissionais das entidades da rede no campo da agroecologia.

Entre as parcerias ligadas à APACO tem especial participação nos projetos da Associação e em outros programas ligados a agricultura familiar no Estado o CEPAGRO, o Centro Vianeí e o CEPAGRI. O CEPAGRO é uma ONG estadual com sede em Florianópolis, o Centro Vianeí tem atuação principalmente na Região Serrana, com sede em Lages e o CEPAGRI atua junto aos agricultores do meio oeste, com sede na cidade de Caçador.

Portanto, a partir de meados dos anos 80, a constituição de uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina e no Oeste Catarinense, passou a ficar mais evidente com a criação das ONGs já citadas, de fóruns locais e regionais; e em 2000, com a formação da Rede Ecovida de Agroecologia. Podemos sugerir, portanto,

que existe uma inter-relação de pelo menos, quatro Redes de agentes relacionados à agricultura familiar às quais a APACO está ligada. Em um primeiro plano, uma Rede mais ampla, que abrange todos os agentes não-governamentais e governamentais já citados anteriormente, a partir das diferentes parcerias já referidas. Em segundo plano, a Rede T. A. Sul, congrega, como vimos, ONGs dos três estados do Sul. Em Santa Catarina, fazem parte desta Rede, a APACO, o Centro Vianei e o CEPAGRI. Em um terceiro plano, em âmbito estadual, temos a Rede CEPAGRO, que congrega diferentes ONGs do Estado. E por último, mais em função de ter sido criada recentemente, A Rede EcoVida, que congrega diferentes ONGs e outros agentes, organizados em núcleos regionais nos três estados do Sul. É possível sugerir, portanto, que estas ONGs citadas, estão ligadas à estas Redes a partir de alguns objetivos mais comuns e outros específicos. Os planos da forma como foram citados, não atribuem nenhum tipo de hierarquia – na medida em que estas redes de sobrepõem - mas apenas uma tentativa de organizar as Redes identificadas e que estão relacionadas à APACO.

### ***2.3. A Rede CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura Familiar)***

O CEPAGRO foi fundado nos anos 90, por um grupo de pequenos agricultores e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo, como forma de viabilização das pequenas propriedades rurais. De acordo com o CEPAGRO ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br), 2001), a direção da entidade é formada atualmente pelas seguintes organizações: Apaco: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Agreco: Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, Cepagri: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais, Fetrafesc: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina e Centro Vianei de Educação Popular.

A Rede CEPAGRO (idem) têm como princípios, coordenar e promover as relações/interesses das entidades que o compõe, no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura de grupo e de outras formas de solidariedade no meio rural. Assessorar, apoiar, animar e promover ações que busquem o desenvolvimento local sustentável, tendo a agricultura familiar solidária como base para o desenvolvimento rural. Desenvolve suas ações, em rede, com as organizações de sua Direção e entidades parceiras. Atualmente, a Rede Cepagro desenvolve os seguintes programas de trabalho: Crédito Solidário, Agroecologia (Rede Ecovida), Agroturismo, Formação e Intercâmbio, Contabilidade e Gestão Agrícola,

---

<sup>124</sup> Informações obtidas através de e-mail em 2001.

Terra Solidária (apoio), Agroindústria de Pequeno Porte e Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local.

### **2.3.1. CEPAGRI (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais)**

O CEPAGRI ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br)), atua no Planalto Norte e Alto Vale do Rio do Peixe, em cerca de 23 municípios. Colabora na assessoria, animação e capacitação de pessoas e organizações, basicamente rurais, numa perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável. Sua atuação dá-se basicamente através de grupos e/ou associações, gerando influência em todo ambiente rural.

As linhas prioritárias do CEPAGRI (1998, p.4), são a Educação Popular associada à prática da Agroecologia. A agroecologia é entendida como uma “forma de viver”.

“Buscamos produzir alimentos sem a utilização de agrotóxicos e de adubos solúveis, não contaminando as pessoas que produzem, nem o ambiente e nem as pessoas que consomem. A produção é sempre em conjunto com a natureza, com uma visão de propriedade agroecológica e não apenas de produto, priorizando a venda direta de alimentos saudáveis e nutritivos para os trabalhadores da cidade, sem visar o lucro capitalista”.

O CEPAGRI compreende “a agroecologia como base para uma proposta de desenvolvimento sustentável, e esse desenvolvimento necessita ser abrangente, passando pelos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos, onde os trabalhadores assumem a construção desse projeto social e de intervenção organizada da sociedade, num processo educativo contínuo e permanente”. (idem, ibidem)

Neste processo privilegiam-se ações nas áreas da agroindustrialização de pequeno porte, a relação com os consumidores (preferencialmente via distribuição direta), a gestão rural, a produção de sementes, o emprego de tecnologias de produção ecologicamente corretas (redução de custos e sustentabilidade ambiental), além de outros aspectos que visam a melhoria das condições e qualidade de vida.

### **2.3.2. Centro VIANEI**

O Centro Vianei de Educação Popular ([www.cav.udesc.br/~vianei](http://www.cav.udesc.br/~vianei)), Organização Não Governamental foi criada em 1983, na cidade de Lages (SC). Em 1991, também foi criada a Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e

Saúde (AVICITECS) da qual o Centro Vianeí é filiado. Desde o princípio até hoje a entidade sempre atuou com os Movimentos e Organizações Populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. O trabalho busca na essência uma sociedade democrática, participativa, justa e solidária.

Em suas práticas, os profissionais do Centro Vianeí buscam uma metodologia de trabalho que possibilite para si e para seus parceiros, tornarem-se sujeitos autônomos e atuantes, com visão crítica da realidade e capacidade de buscar suas formas de desenvolvimento pessoal e coletivo. Para isso, o Centro Vianeí pauta suas práticas pelo "agir localmente e pensar globalmente". Procura concentrar algumas de suas ações técnico-pedagógicas em áreas localizadas. É a metodologia das chamadas "áreas de concentração". Nestes locais, atua-se na formação dos trabalhadores em vários níveis e na assessoria a projetos produtivos, utilizando tecnologias de baixo custo e de baixo impacto ambiental (Agroecologia). Enquanto se presta assessoria técnica também acontece a formação. Embora se atue localmente, busca-se difundir o que acontece nestes espaços para outros parceiros e localidades. A irradiação para fora das "áreas de concentração" ocorre das seguintes maneiras: 1. através de visitas e intercâmbios de outros agricultores a estas áreas; 2. divulgação através da imprensa escrita, falada e televisada; 3. divulgação através de outros meios como jornal próprio e vídeos e 4. participação de pessoas destes locais em eventos como seminários, palestras e painéis.

### **3. Outras parcerias e suas áreas de atuação**

Entre as ONGs as quais a APACO está ligada, também se fez referência a CAPINA e ao DESER. Entre as duas tem se estabelecido laços mais estreitos com o DESER a partir de diferentes projetos de assessoria, de formação e também publicações de artigos escritos pela equipe técnica do Deser, entre os quais, os de assessores ligados diretamente à APACO.

#### ***3.1. CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)***

A relação da APACO com a CAPINA (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa), se estabeleceu a partir dos anos 90 principalmente em função dos movimentos preocupados em pensar formas alternativas para as ações populares, entre elas as ligadas à agricultura familiar. O aspecto da reivindicação política foi a base de construção de projetos de inspiração alternativa, e é sob este enfoque que a CAPINA imprime à sua ação

institucional. A organização visa assessorar diferentes iniciativas populares que tenham como base a sustentabilidade e uma metodologia participativa e auto-gestionária. O trabalho de assessoria da CAPINA, baseia-se resumidamente na “Promoção e apoio a redes de intercomplementariedade institucional”, em diferentes níveis da sociedade civil, como por exemplo:

- de produtores agrícolas associados
- de produtores industriais ou de manufaturas associados
- de produtores e consumidores num comércio equitativo
- de iniciativas de formação profissional do ponto de vista da educação dos cidadãos trabalhadores.

### **3.2. DESER (*Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*)**

O DESER é uma organização não-governamental que foi fundada em julho de 1988 por diversos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas às igrejas e entidades de assessoria dos três estados da região Sul do Brasil. O DESER nasceu, portanto, a partir de uma demanda das diferentes organizações sociais do campo e, desde o início, procurou contribuir com o trabalho desses movimentos e entidades, desenvolvendo sistematização de informações, elaboração e difusão de análises e estudos, produção de pesquisas e assessorias que avancem na implementação de políticas que melhorem as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares da região. (www. deser.org.br, consulta realizada em 2001)

De acordo com o DESER (idem), a instituição estabelece uma relação politicamente orgânica com os movimentos e organizações sociais que se comprometem com:

1. a construção de uma identidade político-ideológica da agricultura familiar;
2. a construção da organização de representação dos agricultores e agricultoras familiares;
3. a elaboração e construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário;
4. a implementação prática e cotidiana de políticas que promovam o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar.

De uma maneira geral podemos dizer que a APACO está relacionada a determinados agentes em função de aspectos comuns, entre os quais podemos citar: 1. vínculo com diferentes movimentos sociais ligados à agricultura familiar; 2. compartilham aspectos em comum que perpassam os seus objetivos e projetos, na construção de um novo modelo de

desenvolvimento, que tem como princípio idéias tais como: desenvolvimento sustentável solidário, agroecologia, desenvolvimento local, cooperação, agroindustrialização, auto-gestão, etc

É possível, entretanto, perceber diferenciações em cada área de atuação, e mesmo nos projetos específicos de cada agente. Por exemplo, nas áreas relacionadas as experiências tecnológicas, bem como na área da assistência técnica e da agroindustrialização<sup>125</sup>, as organizações governamentais estão mais presentes, diferentemente de outras áreas onde prevalece a parceria principalmente entre ONGs. As parcerias que se estabelecem entre ONGs e Organizações Governamentais não está relacionada diretamente à políticas públicas específicas, mas sim à concepção de determinados profissionais que encontram dentro do espaço institucional governamental possibilidades de desenvolver projetos alternativos. E esta possibilidade têm sido facilitada e transformada em programas institucionais na medida em que o poder público local, no caso as prefeituras municipais, realiza parcerias com os movimentos e ONGs. Como exemplo, já citado, temos os Planejamentos Estratégicos Participativos (PEP) em diferentes municípios do Oeste Catarinense.

### ***3.3. As parcerias na área das experiências tecnológicas, produtivas e científicas***

As parcerias que se estabeleceram do ponto de vista de experiências tecnológicas e produtivas, principalmente objetivando a formação de técnicos e agricultores foram realizadas nas áreas relacionadas à suinocultura, a produção de leite e a produção de sementes de milho. Os intercâmbios destas experiências foram sendo direcionadas e adaptadas para as atividades específicas desenvolvidas pela APACO junto aos grupos de agricultores como é o caso da suinocultura ao ar livre, o leite a base de pasto e a produção de sementes crioulas. Estas parcerias foram realizadas principalmente junto a EMBRAPA , a Universidade Federal de Santa Catarina/ Departamento de Ciências Agrárias e às ONGs como o CETAP e o CAE-IPÊ, no Rio Grande do Sul e a ASSESSOAR no Paraná.

Estas experiências vêm sendo realizadas desde o final da década de oitenta, quando foram estabelecidos os primeiros cursos de formação, inicialmente dos técnicos junto a AS-PTA. No decorrer da década de 90 foram realizados vários encontros e seminários

---

<sup>125</sup> As áreas relacionadas a experiências tecnológicas, assistência técnica e agroindustrialização estão mais presentes em programas governamentais. Relacionadas a APACO podemos citar a EMBRAPA, a EPAGRI e mais recentemente, o Programa Desenvolver/CNPq/FUNCITEC, que teve seu término em agosto de 2001, com previsão de renovação para o ano 2002.

internacionais, nacionais e regionais sobre estas experiências. A participação dos agricultores nestes intercâmbios foi sendo viabilizada na medida em que viagens de estudos foram realizadas nos centros de formação já citados, sendo que aos poucos os grupos de agricultores passaram posteriormente a ser visitados em função das experiências que passaram desenvolviam. De acordo com um assessor da APACO:

Na década de 80, a gente participou de módulos da AS-PTA, depois teve encontros em Porto Alegre e encontros aqui em Chapecó. Então a gente sempre se reuniu, mesmo que em caráter meio precário, mas sempre se reuniu pra animar esse debate. E intercâmbio de experiências, experiências do CETAP, que é um grupo de dez anos no setor de sementes, sistema agroecológico. Em Erechim a gente fez duas visitas lá, e conheceu o sistema o sistema. A gente fez visitas, várias vezes ao CAE-IPÊ que já nos visitou aqui, muitos nos visitaram para ver o sistema de leite, o sistema de suinocultura. É uma troca de sistemas de produção e de TAS (Tecnologias Alternativas), boa parte do tempo. E a impressão é que o Estado faz indiferença em relação a isso.

A formação desta rede de viabilização da agricultura familiar está, portanto, relacionada a diferentes áreas e no caso da APACO elas coincidem com os programas desenvolvidos pela Associação. No caso das parcerias nesta área de atuação temos a EMBRAPA, a UFSC e UNOESC. É importante ressaltar que o nível de relação e parceria estabelecido entra a APACO e estes agentes vai depender dos interesses e objetivos envolvidos. No caso da EMBRAPA e da UFSC as parcerias foram realizadas objetivando principalmente a experiência tecnológica. Já no caso da UNOESC, a parceria estabeleceu-se em função de um programa específico na área da produção agroecológica e de estágios de alunos do curso de graduação em agronomia. Nem sempre foi possível obter dados específicos sobre as parcerias, e neste sentido, optamos por apresentar dados gerais que pudessem demonstrar os eixos institucional e dos princípios e ações.

### ***3.4. A parceria na área da agroindustrialização familiar: Programa Desenvolver/APACO***

Durante dois anos (2000-2001) foi o Programa Desenvolver - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção,<sup>126</sup> juntamente com algumas prefeituras que viabilizou a assistência técnica junto a grupos de cooperação assessorados pela APACO e procurou desenvolver alternativas econômicas a partir da agroindustrialização familiar.

---

<sup>126</sup> Schmidt, Vanice (2002) realiza uma síntese sobre o Programa Desenvolver.

Um ponto em comum que tem envolvido estes agentes, e que pode ser verificado nas entrevistas é a preocupação não somente com as tecnologias adotadas na produção agropecuária, mas sim com o processo como um todo, ou seja, viabilizar as condições para que o agricultor familiar tenha o controle da cadeia *produção - industrialização - comercialização*.

O Programa Desenvolver contou com a participação efetiva da APACO na região Oeste, que foi uma das instituições proponentes do Programa, junto com o CEPAGRO, a FUNCITEC (Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina) coordenadora do Programa e as Prefeituras de Blumenau e Joinville. O Desenvolver atuou em 6 pólos no Estado sendo 3 na Região Oeste e mais 3 na Região Norte. Além das instituições governamentais e não-governamentais proponentes, outras instituições federais e estaduais foram parceiras, como é o caso do CNPq ( Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico), a EMBRAPA - CNPSA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves), a EPAGRI, o CCA/UFSC (Centro de Ciências Agrárias). No caso específico da Região Oeste, aconteceram outras parcerias regionais, como é o caso de algumas cooperativas familiares (Cooperativa de Crédito de Quilombo, Cooperativa de Crédito de Seara, Cooperativa de Crédito de Abelardo Luz, Cooperativa de Crédito de Passos Maia e Cooperativa Familiar de Chapecó) e a UNOESC – Campus Chapecó.

Sendo a APACO uma das proponentes do Desenvolver, a Organização buscou nesta parceria mais uma forma de viabilizar suas atividades, principalmente aquelas que dizem respeito a agroindustrialização familiar. Como a estrutura de profissionais ligados à APACO é bastante enxuta, foi através do Desenvolver que a Associação viabilizou a assistência técnica a partir de profissionais como agrônomos, veterinários, engenheiros sanitarista, engenheiro civil, engenheiro de alimentos, etc. Por outro lado, o Desenvolver buscou nos grupos de cooperação assessorados pela APACO o universo relacionado à agricultura familiar sobre o qual pretendia desenvolver as suas atividades.

A idéia central que envolve os programas da APACO relacionada ao controle da cadeia como um todo sob a perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável possibilitou esta parceria. O Programa Agroecologia não pode ser visto isoladamente dos demais programas que envolvem a industrialização e a comercialização, pois a concepção desta idéia para os técnicos e coordenadores, envolve mais do que a tecnologia. É uma maneira de romper com um modelo de desenvolvimento que tem excluído o agricultor familiar da sua possibilidade de se viabilizar. Esta idéia está mais explícita no discurso de

alguns sujeitos envolvidos com a APACO, porém ela não era enfatizada na idéia geral que norteava os objetivos do Desenvolver. De acordo com o coordenador do Desenvolver na Região Oeste na época desta pesquisa:

(...) essa questão do desenvolvimento na região oeste, existe pelo menos dois projetos de desenvolvimento bem diferenciado. O projeto de desenvolvimento que é das organizações, da agricultura familiar, dos próprios trabalhadores em sentido geral, se diferencia mais na prática, porque na teoria são praticamente idênticos e porque que são idênticos: Porque todos eles falam de desenvolvimento integral, crescimento, progresso. Só que o progresso que nós concebemos, nós das organizações, é um desenvolvimento integral, onde haja um desenvolvimento em todos os sentidos, um desenvolvimento do ser humano em primeiro lugar, no sentido econômico, social, político, enfim, que ele cresça de uma forma integral. E há aquele desenvolvimento que o pessoal diz que é comum de se perceber, que o desenvolvimento se dá pro lado econômico, você mantém socialmente os indivíduos pra serem úteis economicamente e não pra favorecer o indivíduo; é o contrário, você desenvolve o indivíduo pra favorecer o econômico.

O fato do Desenvolver ser “um programa que visa contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no Estado de Santa Catarina” (1998, p. 1) pode ter diferentes significados dependendo da realidade local na qual o projeto está inserido, bem como de quem são os sujeitos e agentes envolvidos. De uma maneira geral, a idéia de viabilização da agricultura familiar a partir da agroindustrialização parece ser um ponto em comum entre o Desenvolver, a APACO e lideranças locais. A parceria foi viabilizada também por motivos de ordem infra-estrutural, já que principalmente a APACO garantiu o espaço físico e o transporte para a viabilização do Programa na Região Oeste. Para o Desenvolver, esta responsabilidade deveria ser das prefeituras municipais em seus diferentes pólos. No caso do pólo 1, 2 e 3, foi a APACO juntamente com algumas prefeituras que assumiram esta responsabilidade.

Algumas questões podem ser levantadas como comuns nos discursos de agentes que estão envolvidos com programas de viabilização da agricultura familiar, embora os interesses e objetivos de cada agente se diferenciam principalmente no que diz respeito às especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais que os sustentam, ou seja, a realidade de cada região e a diversidade que abarca o universo da agricultura familiar. De uma maneira geral a agricultura familiar é avaliada positivamente, no que diz respeito aos resultados de produção advinda desta categoria. Por outro lado, segundo o Programa Desenvolver “parcela significativa dessa população passa por enormes dificuldades e entra num processo crescente de exclusão econômica e social”. Diante desta situação de crise, o Desenvolver (1998, p.3) propõe-se a:

(...) reverter essa situação de exclusão, criando um espaço rural capaz de oferecer oportunidades de emprego, renda e qualidade de vida para as pessoas que nele vivem, de forma a evitar que essa migração campo- cidade seja única opção, é um desafio que se apresenta a toda sociedade, especialmente àqueles preocupados com o processo de desenvolvimento sustentável

A idéia de desenvolvimento sustentável, aparece como uma proposta geral de oposição ao modelo convencional. A questão do êxodo, principalmente de jovens, é um dos reflexos da falta de alternativas e oportunidades no meio rural. A concepção de desenvolvimento sustentável, apresentada pelo Desenvolver, busca principalmente a viabilidade econômica e social através da “agregação de renda aos produtos e ou sub-produtos da agricultura através do beneficiamento e/ou transformação industrial coloca-se como uma alternativa das mais importantes para a viabilização dessas unidades agrícolas”.(idem, p.7) A idéia principal está centrada na geração de renda e emprego aos agricultores familiares, e juntamente à estes aspectos, outros são acrescentados de maneira tímida pelo Programa, como por exemplo a questão ambiental e cultural. A questão ambiental, resume-se ao fato de que a pequena produção evitaria a concentração de resíduos poluidores, cujo tratamento e destino adequados se tornam de mais fácil execução. Por outro lado, a questão cultural, refere-se ao tipo de colonização diversificada no Estado de Santa Catarina, que apresentaria condições favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas desse tipo.

Assim, a viabilização da agricultura familiar a partir da instalação de agroindústrias de pequeno porte, aproximou o Programa Desenvolver da APACO em função de diferentes interesses. Na Região Oeste, o Desenvolver trabalhou principalmente com os grupos de cooperação organizados pela APACO e não com unidades familiares individuais. Esta estrutura organizativa foi utilizada como estratégia para a viabilização do Programa. Por outro lado, a APACO se utilizou da estrutura de profissionais do Desenvolver para viabilizar a assistência técnica a parte dos grupos associados. Seja como for, é importante ressaltar o fato de que o Desenvolver e a APACO realizaram uma interação de seus programas a partir da organização dos grupos de cooperação. Neste sentido, muitos dos grupos assessorados pela APACO que têm como base produtiva atividades agroecológicas, também têm sido incorporados aos projetos de agroindústria familiar do Desenvolver e de outras instituições, como é o caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e em nível de Estado de Estado de Santa Catarina o PROIND (Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte).

De uma maneira geral, a parceria entre o Programa Desenvolver e a APACO estiveram centradas em uma concepção comum sobre desenvolvimento sustentável, que tem

como base o controle da cadeia *produção- industrialização-comercialização* a partir do Programa de Agroindustrialização Familiar, que têm sido uma das alternativas de viabilização da agricultura familiar.

### **3.5. As parcerias na área da Agroecologia e certificação participativa**

#### **3.5.1. UNOESC – Campus Chapecó**

O projeto “Capacitação para pequenos agricultores familiares, técnicos locais e estudantes na constituição de um programa piloto de horticultura ecológica no município de Irati” (1999), resultou de parceria que aconteceu entre a UNOESC – Campus Chapecó, (hoje UnoChapecó), a Prefeitura Municipal e a comunidade durante a realização do EVA (Estágio de Vivência Ativa) dos estudantes de agronomia.

A APACO e a EPAGRI, participaram como parceiras neste projeto onde se “pretendeu unificar os esforços para promover a melhoria das condições de vida das comunidades rurais do município, com o desenvolvimento de atividades agrícolas que gerem permanentemente uma melhor renda para as famílias, utilizando tecnologias que valorizem a criatividade dos agricultores e os recursos disponíveis na comunidade, sempre respeitando a organização e os anseios destes” (idem)

A parceria gerou a possibilidade de agregar conhecimentos que proporcionaram às famílias de agricultores ligadas ao projeto, planejar – através do PEP – ações voltadas para a organização e produção, tendo como princípios a cooperação agrícola e a agroecologia.

De acordo com a UNOESC (1999), este processo de planejamento estratégico e participativo elegeu três questões como estratégicas para o desenvolvimento da comunidade:

A) Como estimular e desenvolver a organização e a capacitação dos agricultores do município de Irati fortalecendo a agricultura familiar?

B) Como desenvolver tecnologias alternativas que garantam o desenvolvimento sustentável e a capacitação dos agricultores familiares do Município de Irati?

C) Como aumentar a renda dos agricultores do Município de Irati e fixando-os no campo com condições dignas de vida?

Neste sentido, a Universidade apresentou como proposta, ser um dos agentes que pudessem contribuir para o desenvolvimento da região, indo além da formação de profissionais de nível superior. Como uma Universidade regional, ela interage com a comunidade através do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo-se em constante contato

com a realidade, buscando junto com outros agentes soluções para os entraves ao desenvolvimento da região. (idem)

### **3.5.2. A Rede Ecovida**

De acordo com a Rede EcoVida (2000), foi a partir de 1994 que se iniciaram discussões entre Ministério da Agricultura e ONGs com o intuito de elaborar uma normativa nacional para a produção, beneficiamento, comercialização e certificação de alimentos orgânicos. Em fins de 1997, Ongs de SC começaram a participar mais ativamente dos debates. Durante estas discussões percebeu-se diferenças marcantes de conceitos, práticas e maneiras de realizar a certificação entre as mais diversas Ongs. Depois de várias discussões a proposta das Ongs foi analisada e complementada e o Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa MA n. 7, em 17 de maio de 1999.

O processo de discussão sobre a agroecologia em Santa Catarina foi encaminhado, por um lado pelas ONGs, e por outro pela EPAGRI, o que ocasionou impasses e desencontros. De acordo com a Rede EcoVida houve uma tentativa da EPAGRI de implementar uma normatização no âmbito estadual que visava a composição de um comitê estadual que seria responsável pelo processo de certificação em SC. O projeto foi arquivado e serviu como mola propulsora para o fortalecimento nas relações das ONGs entre si e com os grupos agroecológicos já existentes.

Para aprofundar a discussão sobre o tema foram realizados diversos encontros. O primeiro foi realizado em União da Vitória/PR. O segundo foi realizado em 10 de novembro de 1998 em Caçador/SC. Neste encontro, a Rede contou com a assessoria de agrônomos da Cooperativa Colméia, de Porto Alegre/RS, e da ASSESSOAR de Francisco Beltrão/PR. A partir destes encontros algumas ações foram viabilizadas. Foi eleita uma Comissão provisória composta por associações de produtores e ONGs e criou-se um registro provisório da marca EcoVida junto ao Sebrae. No dia 28 de abril de 1999 ocorreu o lançamento oficial da Rede EcoVida de Agroecologia em Florianópolis numa audiência pública realizada na Assembléia Legislativa.

Em maio de 1999, pela primeira vez a APACO se reuniu com outras ONGs (Centro Vianeil/Lages, Cepagri/Caçador e Terra Nova/Mondaí) para discutir sobre a Rede EcoVida e também outros assuntos.

### 3.5.2.1. A formação do Núcleo Regional Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia

Nos dias 13 e 14 de setembro de 2000 foi realizado, em Chapecó, um primeiro curso de *Aprofundamento em Agroecologia e Certificação Participativa*, que consistiu na discussão de técnicas específicas até os passos iniciais para a formação do Núcleo "Rede EcoVida - Núcleo Regional Oeste". Este encontro contou com a participação de diferentes agentes: APACO, Depto de Agricultura da Secretaria de Agricultura do município de Chapecó, EPAGRI, SINE, Cooperativas Familiares, grupos de cooperação, técnicos de prefeituras, estudantes de Escolas Agrícolas, APROFEC (Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó), FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de SC), etc. Esta primeira discussão objetivou o aprofundamento sobre a certificação dos produtos agroecológicos e o mapeamento e o cadastramento dos grupos produtores na RedeEcovida. Para a Rede EcoVida de Agroecologia (2000):

(...) é visível o crescimento da agricultura orgânica ou ecológica e que isso deve-se, por um lado, pela constatação por parte de agricultores que o modelo tecnológico dito moderno é insustentável e traz consequências negativas ao homem e ao ambiente e; por outro, pela crescente demanda por alimentos limpos por consumidores conscientes do mundo inteiro.

Existe em nível nacional um processo de normatização para a produção orgânica que define também a certificação destes alimentos. No que diz respeito à certificação, esta iniciativa trabalha com a forma participativa que contempla as exigências da instrução normativa 007 do Ministério da Agricultura e apresenta-se adequada à realidade da agricultura familiar. Diante disso, a Rede EcoVida (idem, p.4):

(...) visa constituir uma Rede de Credibilidade a qual envolve os mais diversos interessados em consonância com nossa proposta, a fim de fortalecê-la e difundi-la. Esta difere-se das certificadoras comumente conhecidas pois são os próprios grupos de agricultores em trabalho conjunto com as organizações de assessoria e consumidores conscientes que garantem o processo que desenvolvem - através daquilo que chamamos de certificação participativa.

No Sul do Brasil este processo é respaldado através das organizações que integram a Rede Ecovida de Agroecologia, as quais trabalham em prol de um desenvolvimento construído sobre bases sustentáveis há mais de 30 anos. ( idem, ibidem)

É neste sentido que a Rede tem como princípios:

1. Ter a agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável
2. Garantir a qualidade do processo através da Certificação Participativa

3. Trabalhar com agricultores familiares e suas organizações
4. Ter como base a normativa nacional de produção orgânica
5. Ser regida por normativa própria de funcionamento e de produção

De uma maneira geral, os princípios e objetivos da rede visam acima de tudo:

(...) garantir a continuidade da construção histórica da Agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos; visando implementar e efetivar políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida de nossa sociedade. (2000)

A Agroecologia para a Rede EcoVida é a base para o desenvolvimento sustentável, sendo que não constitui apenas um aparato tecnológico alternativo para a produção. De acordo com Arl & Magnanti (2000) a agroecologia bem como outras correntes similares, desafiam e se contrapõem a lógica da modernização da agricultura, propondo e construindo na prática outro conceito de desenvolvimento. Para os autores:

Um conceito que coloca as pessoas como "centro" da proposta, e como parte no que se refere à inserção e relação com a natureza, onde os efeitos das relações que envolvem o processo de produção e o produto final são igualmente importantes. Uma concepção de sustentabilidade para o desenvolvimento que contemple os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, embasados em valores como a ética, solidariedade e justiça. Portanto, além de tratar-se de um produto diferenciado, trata-se de um processo de produção também diferenciado inserido num amplo ambiente.

A visão destes dois técnicos, um do CEPAGRI e o outro do Centro VIANEI, se aproxima bastante da idéia de agroecologia defendida pelos técnicos e coordenadores da APACO. A questão da certificação não está dissociada de outros aspectos como, a diferenciação do produto e a relação destes agentes no processo de transformação, certificação, comercialização e finalmente consumo.

### 3.6. As parcerias na área do cooperativismo e crédito familiar

#### 3.6.1. O Sistema CRESOL

De acordo com o CRESOL<sup>127</sup> ([www.cresol.org.br](http://www.cresol.org.br)) , nos últimos vinte anos os agricultores e agricultoras familiares avançaram, significativamente, na criação de várias formas alternativas de organização para resistir e se contrapor ao modelo político e econômico que exclui a maioria. Neste sentido, é que o Sistema CRESOL, criou formas alternativas de crédito, que se diferenciam daqueles obtidos em bancos e em cooperativas de crédito convencionais, como por exemplo, o “microcrédito sustentável e solidário”. De acordo com o CRESOL (2000, p.27):

A proposta de organização do crédito através de uma concepção de Microcrédito sustentável e Solidário, valorizando Núcleos Comunitários de Solidariedade e Agentes de Desenvolvimento Comunitário apresenta-se como alternativa concreta em um cenário de exclusão vivido pelo Brasil e particularmente na agricultura.

Um programa de Microcrédito Solidário deve partir da concepção de que o crédito é apenas mais um entre outros instrumentos de desenvolvimento e deve basear-se em princípios orientadores como: Controle Social e Sustentabilidade Institucional; Desenvolvimento Comunitário; Cooperação e Solidariedade; Agroecologia e Sustentabilidade. Entre os instrumentos para o desenvolvimento, o Sistema Cresol pretende criar e fortalecer Núcleos Comunitários de Solidariedade e Agentes de Desenvolvimento Solidário. *Os núcleos Comunitários de Solidariedade* constituem-se a partir das organizações dos agricultores, associações, grupos, cooperativas, agroindústrias comunitárias, feiras comunitárias, organizações de base dos sindicatos, grupos de trabalhos das ONGs, grupos de base das cooperativas de crédito e de produção. Estas organizações representam um capital social, resultado de décadas de história dos trabalhadores do campo.

#### 3.6.2. O Sistema CRESOL em Santa Catarina

De acordo com o CEPAGRO ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br)), a proposta para a criação do Programa de Crédito nasceu em 1990, a partir da solicitação de agricultores e suas organizações. Em 1991, o Centro realizou uma pesquisa sobre a situação do crédito rural em Santa Catarina, que constatou, ser o cooperativismo de crédito uma das alternativas mais eficientes e estratégicas para se combater a carência de recursos destinados à agricultura familiar. Desde o início de seus trabalhos, a metodologia da Rede CEPAGRO propôs a construção de um modelo diferente de cooperativismo de crédito. A criação de CREDIS

---

<sup>127</sup> Atualmente o Sistema Cresol é composto por vinte e três cooperativas, numa área de abrangência geográfica de 82 municípios nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul ([www.cresol.org.br](http://www.cresol.org.br))

"alternativas" <sup>128</sup> procurou não repetir o modelo observado no cooperativismo de produção convencional.

### **3.6.3. Fontes alternativas de financiamento rural**

A APACO tem principalmente na assessoria do CEPAGRO o apoio institucional necessário na busca de fontes alternativas de crédito rural entre os quais merecem destaque:

- a) Fundo de Mini Projetos ( FMP), é um fundo coordenado por ONGs e entidades ligadas aos movimentos sociais e pastorais sociais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O FMP apóia pequenos projetos de grupos populares, associações comunitárias e movimentos sociais. Atualmente, o CEPAGRO coordena o FMP em Santa Catarina.
- b) Fundo CEADE: O Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADE), sediado em Salvador/BA, é uma ONG que tem como objetivo apoiar iniciativas de grupos populares de todo o Brasil, através de modalidades de crédito mais acessíveis. O CEPAGRO participa do Conselho Fiscal do CEADE, colaborando também na recomendação de projetos e na prestação de consultorias.

### **3.7 As parcerias na área da formação**

Um importante instrumento de formação dos agricultores familiares na Região Sul do país tem sido o Programa Terra Solidária. A APACO passou a incorporar este Programa na formação de agricultores familiares desde o seu início (2000), formando grupos de estudantes em diferentes municípios da Região. Além da APACO, os sindicatos regionais também são responsáveis pela formação dos alunos.

De acordo com DESER ([www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)), o Terra Solidária é um programa de educação de agricultores familiares com vistas a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. Sua abrangência é a Região Sul do Brasil e a implementação ocorre através de ações locais articuladas por ações implementadas no âmbito regional. O projeto é desenvolvido e coordenado pelas CUT's estaduais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em conjunto com o Fórum Sul (organização dos agricultores familiares da região ligados à CUT), Escola Sindical Sul e o DESER.

---

<sup>128</sup> Foram criadas doze cooperativas de crédito rural com o apoio da Rede CEPAGRO. Atualmente, o trabalho se dá junto ao sistema CRESOL, que congrega cooperativas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. ([www.cepagro.org.br](http://www.cepagro.org.br))

O caminho apontado, pelos movimentos e organizações sociais, é a viabilização de processos de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto é necessário estimular as potencialidades da agricultura familiar e novas formas de organização e cooperação; produzir tecnologias agroecológicas adaptadas a realidade dos pequenos empreendimentos; promover atividades econômicas não agrícolas no meio rural, principalmente as derivadas da agricultura familiar; e melhorar as condições de vida das populações residentes no meio rural.

De acordo com DESER (*idem*), um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento rural é o ensino. Segundo a UNICEF menos de 40% das crianças matriculadas no primeiro grau chegam a concluir a quinta série e a maioria que o faz sabem muito pouco, Estas estatísticas se agravam no meio rural. A resolução dos problemas de educação rural é determinante e passa pela reformulação do ensino regular básico oferecido nas escolas rurais, da formação profissional, da pesquisa e extensão.

Desta forma, a educação e as poucas atividades oficiais de qualificação profissional na área rural tem sido realizada de forma descolada com a atual realidade do meio rural e desconsiderando as intensas transformações pela quais passa o campo brasileiro e as demandas urgentes no sentido de repensar o atual modo de desenvolvimento, que leve em conta os paradigmas da sustentabilidade, do respeito ao meio ambiente, da cidadania, da equidade e da justiça social.

## **CAPÍTULO VII – OS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E AS ATIVIDADES PRODUTIVAS AGROECOLÓGICAS**

### **1. Caracterização dos Grupos de Cooperação Agrícola (GCA's).**

Foram entrevistados, 13 grupos e observados 02 no município de Saudades por ocasião de uma visita realizada por um Grupo de alunos do Programa Terra Solidária da qual tive oportunidade de participar a convite da APACO.<sup>129</sup> Dos 13 grupos pesquisados, 02 são do município de Chapecó, 03 do município de Coronel Freitas, 03 do município de Quilombo e 01 do município de Irati, totalizando um número de 09 grupos entrevistados na micro-região de Chapecó. Os demais grupos (04), são do município de Saudades (02) e do município de Seara (02). O número eram compostos de 56 famílias. É importante ressaltar que a área de atuação da APACO se estende por toda a Região Oeste (com exceção do Vale do Rio do Peixe). Porém, existe uma concentração maior de grupos ligados a APACO na Micro-Região de Chapecó, principalmente, de grupos pequenos desenvolvendo as atividades agroecológicas presentes no Programa da Associação, motivo pelo qual a pesquisa foi concentrada nesta micro-região.

A caracterização dos grupos descrita aqui seguirá o roteiro aplicado na pesquisa de campo, que procurou identificar as características das unidades familiares componentes desses. Neste sentido, serão sistematizados dados referentes ao seu tempo de existência, características das famílias, quanto a sua composição (nuclear ou extensa), número de filhos, faixa etária, escolaridade, aspectos sobre o tamanho e a posse das terras, organização das atividades coletivas e individuais, alternativas e convencionais, produção para a subsistência e para a comercialização, função de cada pessoa nas atividades desenvolvidas e o calendário agrícola das unidades produtivas.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Estes grupos, foram visitados na primeira etapa da pesquisa, ocasião na qual realizei algumas anotações de campo. Tinha como objetivo retornar a eles na segunda etapa na qual foram realizadas as entrevistas com os demais grupos contatados. Porém, uma questão ética fez com que eu decidisse por não entrevistá-los, já que não concordei em pagar a quantia de R\$ 20,00 por grupo pelas entrevistas. Estes grupos serão referidos na medida em que considerar importantes os dados obtidos na observação participante para a caracterização geral dos grupos e análise específica de outras questões.

<sup>130</sup> Para fins das tabelas a seguir, numerarei cada grupo de acordo com a ordem apresentada na tabela 01, ou seja, do grupo 01 ao 13. Grupo 01 (Grupo de Cooperação Munarini), Grupo 02 (Grupo Sabor Ecológico), Grupo 03 (Associação Irmãos Mânica), Grupo 04 (Grupo de Cooperação Irmãos Api), Grupo 05 (Associação de Agricultores Monte Alegre), Grupo 06 (Associação Fornasier e Brancher), Grupo 07 (Associação de Agricultores São Pedro), Grupo 08 (Associação Coletiva Vida Ecológica), Grupo 09 (Associação de Agricultores Natureza em Festa), Grupo 10 (Associação dos Produtores Rurais Progressistas), Grupo

Os grupos de cooperação agrícola (gca's) e associações de agricultores pesquisados são em sua grande maioria filiadas a APACO ou estão ligados a ela por intermédio de outros agentes sociais, como por exemplo, Prefeituras, EPAGRI, Sindicatos e demais ONGs regionais.<sup>131</sup> Cada grupo possui uma história de formação específica, embora com alguns aspectos e objetivos em comum, o que caracteriza bem este perfil de grupo de cooperação assessorado pela APACO. Em sua maioria são grupos que antes de formalizarem (a partir de estatuto, cgc, etc) a constituição do grupo, já possuíam através da participação de indivíduos ou das famílias, alguma participação em movimentos sociais de base ligados à igreja e aos sindicatos. Este é o perfil dos grupos mais antigos. Por outro lado, temos grupos que se formaram mais recentemente em função da Rede e dos agentes que a compõem. Neste sentido foram incentivados por técnicos de prefeituras, através das secretarias de agricultura, técnicos da EPAGRI, sindicatos, etc que compartilham com os princípios de cooperação e agroecologia defendidos pela APACO.

A Tabela a seguir pretende uma sistematização, organização e caracterização dos grupos investigados a partir de alguns dados básicos, o que facilitará posteriormente ao leitor localizá-los na caracterização geral e na análise específica dos dados das entrevistas.

---

11(Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel), Grupo 12 (Associação Familiar Bollis) e Grupo 13 (Associação Linha São Paulo)

<sup>131</sup> A relação que os grupos de cooperação e associações de agricultores mantêm com a APACO depende muito mais da intermediação que outros agentes diretamente ligados aos grupos fazem com a ONG. Neste sentido o critério de filiação não é obrigatório para que esta relação possa ser estabelecida, pois muitas atividades, programas e projetos são desenvolvidos no conjunto da Rede. Por exemplo, a partir de 2001, passou a se realizar um trabalho bastante importante de oficialização dos produtos dos grupos de cooperação. Este trabalho, além da oficialização da marca (logotipos) dos diferentes produtos coloniais produzidos pelos grupos, vem realizando um investimento em marketing no sentido de abrir espaços no mercado para esta produção específica. A APACO juntamente com a UCAF têm assessorado os grupos em suas atividades agroecológicas e agroindustriais, no sentido de possibilitar e facilitar que estes grupos estejam dentro das normas legais de certificação e do controle da vigilância sanitária no que diz respeito a transformação e validade dos produtos. Para isto contam com profissionais na área da agronomia, engenharia de alimentos, assessoria de comunicação e marketing.

**Tabela 01. Caracterização Geral dos Grupos Pesquisados**

<b>Nome do Grupo</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Aparentadas/não aparentadas</b>	<b>Atividades coletivas</b>	<b>Município/localidade</b>
Associação Munarini	03	Aparentadas	Produção de leite à base de Pasto	Chapecó/Linha Faxinal dos Rosas
Grupo Sabor Ecológico	08	05 aparentadas e 03 não aparentadas	Horticultura/fruticultura e Produção de sementes	Chapecó/Linha Pedro e Paulo
Associação Irmãos Mânica	03	Aparentadas	Pomar de laranja orgânica/ Agroindústria de processamento da laranja/ leite à base de pasto	Coronel Freitas Linha Favaretto
Grupo de Cooperação Irmãos Api	03	Aparentadas	Aves de postura/produção de Sementes de milho	Coronel Freitas/ Linha Sede Querência
Associação de Agricultores Monte Alegre	07	03 aparentadas e 04 não aparentadas	Produção de sementes de milho/agroindústria familiar (abate e industrialização de suínos)	Coronel Freitas/ Linha Monte Alegre
Associação Fornasier e Brancher	04	Aparentadas	Produção de sementes de milho/suinocultura ao ar livre/Abate(com o grupo São Pedro)/horticultura/ fruticultura	Quilombo/Linha Vale do Ouro
Associação de Agricultores São Pedro	04	Aparentadas	Suinocultura ao ar livre/ abate(com o grupo Fornasier)	Quilombo/Linha Salto Saudades
Associação Coletiva Vida Ecológica	04	Aparentadas	Horticultura/fruticultura/ Produção de sementes de milho/Galinhas caipiras	Quilombo/Linha Zamignan
Associação de Agricultores Natureza em Festa	06	Não aparentadas	Horticultura/leite a base de pasto/produção de semente Crioula/ produção de conservas/Doces.	Irati/Linha Canarinho
Associação Dos Produtores Rurais Progressistas	03	Não aparentadas	Suinocultura ao ar livre/ Produção de sementes	Saudades/Linha Tigres
Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel	03	Aparentadas	Leite a base de pasto/ produção de milho e de sementes/ fruticultura	Saudades/Linha Santa Catarina
Associação	03	Aparentadas	Produção de leite à base de	Seara/ Linha

Familiar Bollis			pasto/agroindústria familiar (processamento do leite)	São Valentim
Associação São Paulo	05	02 aparentadas e 03 não aparentadas	Horticultura/criação de galinhas poedeiras/ Beneficiamento de Ovos/produção de sementes	Seara/ Linha São Paulo

Fonte: Tabela elaborada pela autora

## 2. Tempo de existência, tamanho e composição dos grupos

A maioria, portanto, dos grupos formalizou a sua existência através de estatuto, cgc, etc há cerca de 06 anos, ou seja, principalmente a partir de 1997. Isto coincide provavelmente com a consolidação da Rede de agentes ligados à APACO, que passou a atuar mais diretamente junto aos grupos dando assessoria em diferentes aspectos.

**Tabela 02. Tempo de existência dos grupos pesquisados em relação a sua formalização**

<i>Tempo em Relação aos Anos</i>	<i>G1</i>	<i>G2</i>	<i>G3</i>	<i>G4</i>	<i>G5</i>	<i>G6</i>	<i>G7</i>	<i>G8</i>	<i>G9</i>	<i>G10</i>	<i>G11</i>	<i>G12</i>	<i>G13</i>	
<b>01 a 02 anos</b>	X	x							x					<b>03</b>
<b>02 a 04 anos</b>					x							x		<b>02</b>
<b>04 a 06 anos</b>			x	x		x	x	x		x			x	<b>07</b>
<b>06 a 08 anos</b>											x			<b>01</b>
<b>08 a 10 anos</b>														
<b>10 anos a mais</b>														

Fonte: Tabela elaborada pela autora - 2002

Os dados da tabela, mostram que a maioria dos grupos (07), ou seja, 60% deles foram formalizados há pelo menos 06 anos. Outro dado interessante, é a formação mais recente de outros 03 grupos (20%), o que demonstra que existe interesse por parte das famílias de agricultores familiares no Oeste Catarinense, em formar grupos coletivos.

Em sua grande maioria desenvolvem atividades coletivas consideradas agroecológicas dentro daquelas três áreas principais assessoradas pela APACO: suinocultura ao ar livre, leite à base

de pasto e produção de sementes de milho crioula.<sup>132</sup>

De acordo com alguns trabalhos (Massi, 1999 e Giehl, 2002), estes grupos podem ser caracterizados como *semi-coletivos*, na medida em que parte da terra é destinada ao uso coletivo e parte ao uso individual. Porém, eu acrescentaria como caracterizador da semi-coletividade, também a não coletivização de toda a as atividades produtivas na medida em que algumas atividades são individuais. Importante ressaltar que normalmente as atividades individuais são as convencionais, como por exemplo, as roças de milho e feijão (em que ainda se faz uso de agrotóxicos), a integração na avicultura e na produção de fumo.

É importante ressaltar que os grupos de cooperação agrícola assessorados pela APACO e conseqüentemente pela Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense se caracterizam por constituir-se, em sua maioria, por grupos pequenos formados por um número de 3 a 10 famílias, em sua maioria aparentadas.<sup>133</sup> Os grupos investigados nesta pesquisa foram inicialmente escolhidos, primeiro por desenvolverem alguma atividade agroecológica, segundo por estarem dentro deste perfil de pequeno grupo. A variável do parentesco foi verificada no decorrer da pesquisa, e constitui entre tantas outras, um dos aspectos para a formação e continuidade deste tipo de grupo.<sup>134</sup>

Entre os 13 grupos pesquisados, oito (08) deles, mais de 50% constituem grupos formados somente por famílias e ou sócios aparentados. Possuem famílias aparentadas e não aparentadas, três (03) grupos e somente dois (2) são formados por famílias não aparentadas. De acordo com tabela 03, o grau de parentesco mais freqüente entre os grupos é o de irmãos (as), cunhados (as) casados, seguido de famílias compostas por pai e filhos casados e ou

---

<sup>132</sup> Com a diversificação da produção destes grupos não faz sentido eleger uma atividade como principal, porém existe uma expectativa e investimento de capital e trabalho por parte dos grupos para que uma delas seja a mais rentável economicamente. Neste sentido é que estes critérios serão utilizados (investimento de capital e trabalho/mão-de-obra familiar) para eleger qual a principal atividade coletiva desenvolvida. Além das atividades agroecológicas assessoradas pela APACO, temos outras atividades produtivas consideradas alternativas e agroecológicas, como por exemplo, a horticultura, a fruticultura, a criação de galinhas poedeiras, etc. Além das atividades produtivas temos as agroindústrias familiares, que se diferenciam das grandes empresas convencionais, primeiro pela forma como são organizadas e gestadas (pelos próprios agricultores), pelos investimentos conseguidos em programas voltados para a agricultura familiar (Desenvolver, PRONAF/Agroindústria, Fundo de Mini Projetos, etc), pela diferenciação dos produtos considerados coloniais e agroecológicos.

<sup>133</sup> Os Grupos de Cooperação Agrícola (GCA's) e Associações de Agricultores se diferenciam de outras formas de coletividade como, por exemplo, as cooperativas, os grupos de máquinas, etc. Ver esta diferenciação em Massi (1999).

<sup>134</sup> Uma análise mais detalhada sobre a relação entre parentesco e etnicidade na constituição destes grupos de cooperação Agrícola no Oeste Catarinense, constitui com certeza um tema para outra tese, na medida em que a maioria destes grupos é formada por colonos descendentes de europeus (italianos e alemães). Portanto, quando nos referirmos a algum destes aspectos será apenas no sentido de caracterizá-los sem a preocupação, neste momento, de analisar teoricamente os significados e representações destas categorias.

solteiros, e finalmente de irmãos (as) e ou primos solteiros.<sup>135</sup> Os 11 grupos que possuem famílias aparentadas, somam um total de 37 famílias. Dos 03 grupos que possuem famílias aparentadas e não aparentadas, mais os 02 que são compostos somente por não parentes, verificou-se que o grau de relação entre elas tem por base a proximidade geográfica das propriedades, totalizando um número de 19 famílias compostas por vizinhos.<sup>136</sup>

**Tabela 03. Composição das famílias pertencentes aos grupos – aparentadas e não aparentadas**

Por número de famílias														
	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11	G12	G13	
<b>Aparentadas</b>														
Pais e Filhos (casados ou solteiros)			02			03		01			01	01		<b>08</b>
Irmãos(as), Cunhados(as) (casados)	03	05	01	03	02		04	03			02	02	02	<b>27</b>
Irmãos (as), Cunhados (as) e Primos (as) Solteiros e Casados					01	01								<b>02</b>
<b>Não Aparentadas</b>														
Vizinhos da Mesma Localidade		03			04				06	03			03	<b>19</b>
Moradores de Outra Localidade														
														<b>56</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora - 2002

<sup>135</sup> É importante esclarecer que este tipo de composição foi necessário, na medida em que, o primeiro item contempla as famílias em que os pais também fazem parte do grupo. O que não se verificou nestes 02 casos em que os associados constituem famílias onde os pais não fazem parte do grupo. Trata-se de uma agricultura e sua filha, família membro do Grupo de Cooperação Monte Alegre e de um primo dos Irmãos Fornasier e Brancher.

<sup>136</sup> O critério de vizinhança neste caso, refere-se às famílias residentes em mesma localidade ou linha, e em alguns casos em localidades próximas no mesmo município.

### 3. Composição das famílias, faixa etária e escolaridade

A maior parte das famílias que compõem os grupos são famílias médias, com um número de membros que varia de 01 a 08 pessoas. O número de filhos varia de 01 a 06, com uma média de idade entre 0 a 25 anos, em sua maioria solteiros. Consideraremos como membros da família, portanto, somente os filhos solteiros, na medida em que os filhos casados em sua maioria não residem mais com os pais, fazendo parte, portanto, de outra família nuclear. É possível afirmar que a maioria das famílias tem como “chefes”, homens e mulheres com idade entre 30 e 50 anos. As duas tabelas, a seguir, dão idéia de números relativos ao tamanho das famílias (por número de membros) e a faixa etária média para cada grupo pesquisado.

**Tabela 04. Número de famílias por grupo**

Tamanho das Famílias (n. de membros)	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11	G12	G13	
<b>01 – 02</b>			02 <sup>137</sup>		01			01	01			01		<b>06</b>
<b>02 – 04</b>	01		01	02	02	01	02	01	03	01	01	01	04	<b>20</b>
<b>04 – 06</b>	01	06		01	02	02	02	02	02	01	01	01	01	<b>22</b>
<b>06 – 08</b>	01	02			02					01	01			<b>07</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora - 2002

O tamanho relativo das famílias que compõem a maior parte dos grupos é de uma média de 02 a 06 indivíduos por família. Porém isso não quer dizer que a maior parte dos componentes da família estejam disponíveis para as atividades produtivas. Isto vai depender da composição de cada família que irá determinar também a especificidade de cada grupo. Os dados referentes à faixa etária, embora específicos para cada família e grupo, podem nos trazer uma idéia relativa das faixas etárias mais presentes efetivamente nas atividades produtivas de cada grupo.

---

<sup>137</sup> O grupo Irmãos Mânica, diz ser constituído por 3 famílias, no caso aparentadas, sendo que é composto por 3 irmãos, 01 casado e 02 solteiros. Na lógica do grupo, cada irmão solteiro corresponde a uma família. O caso deste grupo é bastante específico, já que a maioria dos sócios que compõem os grupos geralmente são representados pelos homens casados, “chefes de famílias”. O critério da família é fundamental na composição deste tipo de grupos, porém, com o objetivo de somar a mão-de-obra nas atividades produtivas e possibilitar que o maior número de parentes venham a ter uma ocupação e rendimento, os grupos abrem espaço para os sócios solteiros. De uma maneira geral compõem o grupo além das famílias, sócios individuais.

**Tabela 05. Faixa etária/por número de membros**

Faixa Etária	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11	G12	G13	
<b>0 a 5</b>		02	01	01		01	02				04	02		<b>13</b>
<b>05 a 10</b>	02	04		02	01	01	02	02		01	03	01		<b>19</b>
<b>10 a 15</b>	02	08		01	07	01	02			01	02			<b>26</b>
<b>15 a 20</b>	02	05		01	05		01	01		03				<b>18</b>
<b>20 a 25</b>	02				02		01			04		01		<b>10</b>
<b>25 a 30</b>			03			04					02			<b>09</b>
<b>30 a 45</b>	06	16	01	06	12	04	08	06		04	04	03		<b>70</b>
<b>45 a mais</b>	01		01	01	05	02		01		02	02	02		<b>17</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora - 2002

A tabela referente à faixa etária vai demonstrar que a faixa entre os 30 a 45 anos é preponderante em todos os grupos sendo que, cabe aos pais e mães de família assumirem a maior parte das atividades produtivas. Os grupos apresentam números significativos na faixa etária entre 05 a 10 anos, ou seja, crianças não disponíveis para o trabalho e em fase escolar. Por outro lado, a faixa entre os 10 e 20 anos também é significativa, e conta com um grande número de jovens agricultores que estudam na cidade, ou seja, necessitam se ausentar por um período ou às vezes integralmente para realizar os estudos. Neste sentido, nem todos os grupos contam com a ajuda dos adolescentes nas atividades produtivas. A faixa etária que vai dos 25 aos 30 anos é a menos expressiva numericamente. Porém todos os indivíduos desta faixa são componentes importantes nas atividades produtivas e correspondem geralmente aos jovens solteiros que não estão estudando e de algumas mulheres nesta faixa etária. A faixa dos 45 anos a mais, é composta, em sua maioria, pelos avôs e avós, idosos geralmente aposentados pela previdência e que ainda colaboram com as atividades da unidade familiar, mas que nem sempre fazem parte do grupo como associados, e neste sentido não participam da divisão de trabalho somente atribuída aos membros do grupo formal.

O grau de escolaridade formal do pai e da mãe, (chefes das famílias) em sua maioria é o 1º grau, muitas vezes incompleto. Algumas mulheres se diferenciam por estarem realizando ou terem concluído o 2º grau e por estarem freqüentando a “faculdade”.<sup>138</sup> Os grupos, em sua maioria, possuem pelo menos de 01 a dois membros participando do Programa Terra Solidária. Os filhos, em sua maioria, freqüentam o 1º grau e o 2º grau em

escolas municipais ou estaduais. Existem alguns casos de famílias em que os filhos homens freqüentam escolas técnicas agrícolas, seminários, bem como jovens de ambos os sexos freqüentando universidades nos mais diferentes cursos de nível superior.

#### **4. Propriedade da terra: local para morar e para produzir**

A maioria das famílias e dos indivíduos que fazem parte dos grupos residem e trabalham em suas próprias terras ou, dependendo da atividade que é coletivizada, alternam-se trabalhando nas terras dos parentes e vizinhos pertencentes ao mesmo grupo.

Dos grupos pesquisados apenas dois possuem as famílias morando em uma mesma residência e propriedade. Porém o acesso formal à terra em ambos os casos é diferenciada. Em um dos casos (Associação Familiar Bollis), a propriedade da terra ainda está em nome dos pais (que compõem uma família do grupo) e no outro (Associação Irmãos Mânica), embora os filhos vivam na mesma casa que a mãe (o pai já é falecido) a terra já foi dividida em usufruto para os três filhos, sendo que neste caso a mãe não é sócia do grupo. Em vários casos, temos o pai ou a mãe vivendo na residência do filho ou filha e, portanto, fazendo parte da mesma família. Porém, normalmente não são sócios do grupo. Alguns grupos possuem os idosos, morando na mesma propriedade que o filho, filha, genro ou nora, porém, em uma residência própria. Este é caso, por exemplo, de uma família do Grupo de Cooperação Munarini. É comum, também, que filhos que morem na mesma propriedade, um deles, geralmente o mais velho, ainda viva na casa paterna ou materna, e os demais tenham a sua residência separada. É o caso de uma família do Grupo de Cooperação Munarini e outra do Grupo de Cooperação Irmãos Api.

A escritura de posse da terra na maioria dos casos está em nome dos homens, “chefes” das famílias que compõem os grupos. Existem casos de famílias que não são proprietários e sim arrendatários, ou seja, arrendaram a terra de outro proprietário. Porém, nestes casos o objetivo é residir na terra para cuidar das posses de outro e normalmente desenvolver alguma atividade produtiva convencional, com vistas a obter outra renda. Nestes casos as atividades coletivas não são realizadas na propriedade arrendada.

---

<sup>138</sup> Somente a Associação de Agricultores São Pedro de Quilombo, possuía duas agriculturas realizando cursos em universidades. Uma delas fazia o Curso de férias em Pedagogia na Universidade de Ijuí, no RS e a outra freqüentava o Curso de Letras na UNOESC - Campus Chapecó.

**Tabela 06. Tipo de acesso à terra/por número de famílias**

	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G7	G8	G9	G10	G11	G12	G13	
<b>Pais (inclusive Sogros e sogras)</b>	01				02	01		01			01	01		<b>07</b>
<b>Filho homem</b>	02	06 <sup>139</sup>	03 <sup>140</sup>	02	04	02 <sup>141</sup>	03 <sup>142</sup>		06	03			03 <sup>143</sup>	<b>34</b>
<b>Filha mulher</b>					01									<b>01</b>
<b>Arrendatário</b>		01						01 <sup>144</sup>			02			<b>04</b>

Fonte: Tabela elaborada pela autora – 2002

O que prevalece, portanto, nos grupos e nas famílias que os compõem é a propriedade individual da terra. Na grande maioria dos grupos e famílias a propriedade ou escritura da terra está em nome do homem, geralmente aquele chefe de família que saiu da casa dos pais quando se casou. Em seguida, temos um número de 07 famílias, onde a propriedade está em nome do pai ou da mãe (somente um caso, a Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel), em que as famílias possuem filhos solteiros e casados que residem ainda na casa paterna ou na mesma propriedade. Das famílias pertencentes aos grupos foram identificadas somente quatro (04) na condição de arrendatárias. Não foi identificado nenhum caso de propriedade coletiva da terra.

<sup>139</sup> No caso deste grupo temos duas famílias (compostas por dois irmãos casados) que residem em uma mesma propriedade que está em nome de um deles.

<sup>140</sup> Neste caso os três irmãos possuem escritura, pois a propriedade foi dividida em 3 partes, em sistema de usufruto.

<sup>141</sup> É importante ressaltar que neste grupo, a maior área de terra (50 hectares) está em nome do pai de alguns membros que compõem o grupo. Um dos filhos casados possui uma área de 3 hectares destinada para atividades coletivas (reflorestamento e plantação de milho e feijão crioulo) Um dos filhos solteiros possui 1 colônia e meia comprada de um vizinho. Os outros dois solteiros não possuem terras em seus nomes. O primo solteiro que também faz parte do grupo, embora não possua a propriedade legal da terra, participa com um pedaço de terra (cedida pelo pai) para o grupo trabalhar com lavoura de milho.

<sup>142</sup> Segundo o coordenador da Associação de Agricultores São Pedro, todos os irmãos associados ao grupo possuem escrituras de terras individuais. Porém existe um processo em andamento que pretende formalizar em nome do grupo uma área de 50 hectares, os quais já são utilizados para as atividades coletivas. Este tipo de acordo está previsto em um contrato onde o responsável legal é o coordenador.

<sup>143</sup> No caso deste grupo são 4 famílias e um (01) associado que não possui terras e participa apenas com a mão-de-obra. Das 4 famílias são apenas 3 propriedades, pois duas delas aparentadas moram em uma mesma terra.

<sup>144</sup> O grupo arrendou de uma parente uma área de terra de 20 hectares para desenvolver atividades coletivas. O pagamento é feito anualmente no valor de 100 sacas de milho.

O tamanho das propriedades das famílias que compõem os grupos variam entre 01 e 60 hectares. Existem alguns casos em que a terra ainda está em nome dos pais, constituindo nesses casos as propriedades maiores. Porém, a maioria das famílias possui propriedades com tamanho que variam entre 01 e 15 hectares (24 propriedades) e entre 15 a 25 (13 propriedades). A tabela a seguir apresenta o número de proprietários para cada tamanho de propriedade (por hectares), divididos em 5 categorias:

**Tabela 07. Tamanho das Propriedades/ por número de proprietários**

<b>Tamanho por hectares (hect)</b>	<b>N. de proprietários</b>
01 a 05 hect	<b>04</b>
05 a 15 hect	<b>20</b>
15 a 25 hect	<b>13</b>
25 a 50 hect	<b>04</b>
50 a mais	<b>01</b>
Total de proprietários	42 145

A forma como as terras são divididas e utilizadas vai variar de acordo com as atividades coletivas existentes em cada grupo. Por outro lado, o uso das terras vai variar também naqueles grupos que são compostos por famílias que possuem atividades produtivas agroecológicas e convencionais.

## **5. Atividades Agroecológicas e Convencionais**

Dos 13 grupos investigados todos desenvolvem pelo menos uma das atividades consideradas agroecológicas pela APACO. Porém, a maioria deles desenvolve mais de uma atividade agroecológica, além de alguma atividade convencional. Por convencional definiremos aqui principalmente as atividades de integração na avicultura, suinocultura ou fumo. Porém nem todas as famílias possuem vínculo com a integração. Dependendo do perfil do grupo, algumas famílias nunca possuíram vínculo com a integração, outras já possuíram e abandonaram a atividade, e outras continuam com a integração e adotaram também novas

---

<sup>145</sup> É importante lembrar que das 56 famílias que compõem o universo dos 13 grupos investigados, nem todas possuem o título de propriedade da terra. Temos aquelas que vivem ainda em propriedade que está em nome dos pais e aquelas que vivem em terras arrendadas. Foram incluídos nestes dados qualquer tipo e pedaço de terra acima de 01 hectare utilizado para as atividades coletivas e que estejam sobre a propriedade legal de qualquer associado dos grupos.

alternativas de viabilização econômica. Todos os grupos têm, portanto, nas atividades agroecológicas mais uma alternativa para a viabilização econômica. Na maioria dos grupos as atividades tradicionais, como as roças de milho, feijão, arroz, as hortas, os pomares de frutas, a criação de vacas, suínos e galinhas, os produtos coloniais (queijos, salames, conservas, compotas) etc, normalmente fazem parte das atividades coletivas do grupo. Em alguns casos, estas atividades são consideradas agroecológicas na medida em que existe uma tentativa de realizar as roças, as hortas, os pomares sem uso de agrotóxicos. Isto vai depender do entendimento e acordo entre as famílias que compõem os grupos, bem como da formação e orientação recebida geralmente por técnicos. Nos casos dos grupos em que as famílias possuem tanto atividades coletivas como individuais, existe um consenso de que cada família deve dispor de uma parte de suas terras para roças, hortas, pomares, etc direcionados para as atividades do grupo. Normalmente as terras são utilizadas para a plantação de milho que será utilizado na alimentação dos animais (vacas, suínos, galinhas) das atividades coletivas. Estas plantações em nem todos os casos é agroecológica. Este entendimento vai depender dos objetivos de cada grupo e das opções individuais de cada família.

### ***5.1. As Atividades Agroecológicas***

As atividades agroecológicas consideradas aqui são aquelas que constam no Programa Agroecologia da APACO (leite à base de pasto, suinocultura ao ar livre, produção de sementes de milho crioulas) bem como outras atividades (horticultura, fruticultura, etc) que embora não apareçam objetivamente listadas no Programa da APACO, intrinsecamente fazem parte dos projetos de diferentes agentes ligados à Rede de viabilização da agricultura familiar e que efetivamente vêm sendo desenvolvidas por grupos de cooperação agrícola. Como existe uma diversidade de atividades que envolvem os grupos de cooperação, bem como cada família individualmente, irei listar, primeiro, as atividades consideradas agroecológicas que constam no Programa Agroecologia da APACO e o número equivalente de famílias envolvidas nestas atividades. Posteriormente, as demais atividades agroecológicas serão listadas na medida em que elas constituem importantes atividades na cadeia de viabilização econômica destas famílias. As atividades não serão, portanto, categorizadas aqui como principais ou secundárias, na medida em que todas elas são importantes fontes de renda para as famílias. A partir dos 13 grupos pesquisados que constituem 56 famílias, listarei a seguir o número de famílias que desenvolvem as atividades agroecológicas do Programa da APACO.

<i>Leite à base de pasto</i>	18 famílias - 32%
<i>Suinocultura ao ar livre</i>	11 famílias – 20%
<i>Produção de sementes de milho crioulas</i>	43 famílias – 78,18%

Na maioria das situações as atividades aparecem combinadas da seguinte forma: leite à base de pasto + produção de sementes de milho; suinocultura ao ar livre + produção de sementes de milho, ou então produção de sementes de milho + outra atividade (horticultura, fruticultura, etc). Os dados acima se referem ao número de famílias e as respectivas atividades. Entretanto, dependendo da atividade algumas famílias realizam mais do que uma de forma combinada, como é o caso da maioria delas que produz o milho para alimentar os animais na produção de leite e na suinocultura.

Pretende-se com a combinação de mais de uma atividade agroecológica, ou que pelo menos uma seja agroecológica, que cada vez mais o agricultor tenha domínio sob a cadeia *produção-industrialização-comercialização*, buscando com isso romper parcialmente ou em definitivo com a dependência gerada pela agroindústria e cooperativas tradicionais. Porém, esta independência está longe de se constituir uma realidade mesmo para estes grupos que se consideram agroecológicos. A maioria dos grupos investigados está, portanto, no que se chama de fase de conversão, ou seja, as atividades produtivas estão divididas entre atividades agroecológicas e convencionais. É importante desde já mostrar que o modelo de agroecologia que vêm sendo construído e assessorado pela APACO e os grupos de cooperação agrícola é um modelo específico que surgiu da adaptação das atividades tradicionais (e não convencionais) – produção de sementes de milho, suinocultura ao ar livre, etc, são atividades que foram abandonadas quando a integração passou a ser a atividade principal dos agricultores – acrescidas de sistemas de produção “importados”, as tecnologias alternativas, modelos que foram adaptados à realidade da região oeste. Neste sentido é que o trabalho de assessoria da APACO, juntamente com outros agentes que compartilham destas idéias, têm sido fundamental para a construção de um modelo de produção agroecológica específico.

A produção de sementes de milho se apresentou como a atividade agroecológica preponderante em praticamente todos os grupos. Esta atividade se apresenta combinada com outras atividades consideradas agroecológicas, ou então com atividades convencionais. Em termos gerais os dados são os seguintes:

<b>Leite à base de pasto</b>	<b>05 grupos – 31,6 %</b>
<b>Suinocultura ao ar livre</b>	<b>03 grupos – 23,07 %</b>
<b>Produção de sementes de milho</b>	<b>09 grupos - 69,23 %</b>

As combinações mais comuns em que a produção de sementes de milho aparece com outras atividades são as seguintes, considerando em um primeiro momento somente as três atividades que constam no Programa da APACO.

<b>Produção de leite à base de pasto + Produção de sementes de milho</b>	<b>01 grupo</b>
<b>Suinocultura ao ar livre + produção de Sementes de milho</b>	<b>02 grupos</b>
<b>Produção de sementes de milho + outras atividades</b>	<b>06 grupos</b>

Apesar da diversidade de atividades ser significativa nos grupos investigados, das atividades do Programa Agroecologia da APACO, a produção de sementes de milho, juntamente com outras alternativas (como a agroindustrialização) foi a atividade que apareceu em praticamente todos os grupos. Porém isto não quer dizer que ela seja a principal e tampouco a atividade mais rentável na medida em que está sempre associada a outras atividades. As combinações mais comuns entre a produção de sementes de milho e outras atividades para além das priorizadas pela APACO, podem ser assim sintetizadas:

<b>Horticultura/fruticultura + produção de sementes</b> <b>Aves de postura/e ou galinhas poedeiras/caipiras + produção de sementes</b> <b>Agroindústria familiar (abate de suínos) + produção de sementes</b>
---

A produção de sementes de milho a que nos referimos diz respeito à produção considerada agroecológica na medida em que se pretende um resgate das variedades crioulas + a produção de milho sem o uso de agrotóxicos. A maior parte dos grupos têm desenvolvido esta atividade como experiência na medida em que utilizam apenas uma parte das terras, sendo que, muitas famílias ainda produzem milho na forma convencional.

As demais atividades agroecológicas que não aparecem no programa da APACO constituem principalmente as atividades de horticultura e fruticultura. Em muitos casos, nem todos os grupos têm nestas a principal atividade produtiva que impulsionou a formação do grupo, inicialmente, porém esta atividade hoje juntamente com as demais constitui uma importante fonte de renda de muitas famílias e grupos de cooperação.

## ***5. 2. As atividades convencionais***

As atividades convencionais serão classificadas em dois tipos: primeiro, àquelas relacionadas à integração com as empresas agroindustriais (aves, suíno, fumo, etc), no que diz respeito à produção; e as cooperativas convencionais e outras empresas, como laticínios, na parte de venda dos produtos ou comercialização. Por outro lado, temos as plantações convencionais, as quais dependem da semente híbrida e industrializada e do uso contínuo de insumos químicos. A criação de suínos confinados, mesmo que não sob o sistema de integração, se constitui também como convencional, pela forma como são criados, ainda que não vinculados ao referido sistema de integração.

Dos grupos investigados a maior parte das atividades convencionais são individuais, porém foram encontrados casos de grupos que possuem também atividades convencionais coletivas.

O grupo Monte Alegre é um caso específico que merece ser relatado, uma vez que coletiviza inclusive as atividades convencionais. O grupo possui como atividades coletivas a lavoura de fumo (100% convencional), as lavouras de milho e feijão (50% convencional e 50% agroecológico), abatedouro e transformação de suínos. Para a viabilização do abatedouro que foi financiado, o grupo decidiu que a 1ª parcela deveria ser paga com dinheiro da produção de fumo. A produção de milho, feijão e fumo é distribuída individualmente por hectares nas terras de cada família, sendo que o trabalho de plantio e colheita é realizado coletivamente em forma de mutirão. Cada família destina, portanto, tantos hectares de suas terras para a plantação de milho, feijão e fumo. Neste caso, o que é coletivizado é o trabalho destinado a estas atividades e a comercialização dos produtos. O trabalho no abatedouro de suínos também é organizado por mutirão entre todos os membros do grupo. Das 07 famílias associadas, 02 delas não dispõem de terras para as plantações, e neste caso, participam com a mão-de-obra em todas as atividades. O grupo estipulou como critério para computar o tempo trabalhado o seguinte cálculo: 1 dia de trabalho para quem tem terra e 2 dias para quem não tem.

Encontramos, por outro lado, situações de famílias que optaram por não participar de todas as atividades coletivas agroecológicas. Esta diversidade de situações de famílias que mantêm ainda suas atividades individuais e convencionais está mais presente em grupos maiores e onde predominam as relações de vizinhança. Outro aspecto que define a manutenção das atividades convencionais é que elas são anteriores à adoção de alternativas, e, portanto, as famílias individualmente já realizavam estas atividades.

O que define em última instância o tipo de grupo de cooperação é o perfil das famílias que os compõem. Grupos em que as relações de parentesco não são muito estreitas (como o caso de grupos formados na maioria por vizinhos, por exemplo), existe uma resistência maior em coletivizar todas as atividades, bem como em converter também toda a produção convencional em agroecológica. Esta é uma variável importante. Porém, a variável da formação (técnica, política e ideológica) específica de cada grupo, ou de alguns membros que compõem o grupo, é fundamental para a escolha e mudanças no sistema produtivo (o que envolve diretamente a relação com o meio ambiente), bem como a forma de pensar as relações sociais.

De uma maneira geral, as atividades convencionais estão relacionadas à integração na suinocultura, avicultura (frangos e perus) e fumo, com diferentes empresas da região e também de outros estados (no caso do fumo). As demais atividades produtivas consideradas convencionais são as plantações (as roças) de milho, feijão, soja, trigo e arroz (em poucos casos), na forma chamada de *plantio direto*<sup>146</sup> e com uso de agrotóxicos. A criação de suínos e aves confinadas, mesmo que não na forma integrada, são consideradas atividades convencionais, principalmente, no caso dos suínos confinados, uma vez que o sistema se diferencia da criação ao ar livre. Por outro lado, o que torna estas atividades também convencionais, é o fato da alimentação dos animais ser industrializada (ração comprada das empresas), que tem gerado uma dependência dos agricultores e fortalecimento das indústrias. A alimentação dos animais (vacas, suínos, aves) quando feita com milho convencional (produzido com agrotóxicos) também se diferencia da alimentação considerada natural e ecológica, como é o caso do milho, cultivado sem agrotóxicos, as pastagens naturais, e outros

---

146 De acordo com Osaka (1994), O plantio direto constitui-se em uma prática de preparo do solo que “visa a manutenção e o melhoramento das condições físico-químicas, morfológicas e biológicas do solo, conseqüentemente maior resistência a erosão e melhor desenvolvimento das plantas” (p.336.) Contrapõe-se as práticas de cultivo convencionais que consistiam no uso de instrumentos de discos (como o arado) que apresentam inconvenientes: mantêm o solo descoberto exposto ao sol e a chuva, compactação dos solos subsuperficiais, diminuição da atividade da fauna e flora; destruição da estrutura superficial e ao longo e médio prazo resultando na diminuição das colheitas (pela erosão causando diminuição dos níveis de matéria orgânica do solo). (idem, p. 271)

complementos naturais (bagaço de cana, farelo de trigo, etc). A forma como os animais são tratados e medicados também diferencia o convencional do agroecológico. A suinocultura ao ar livre, por exemplo, é considerada um sistema ecológico, pois os suínos são criados mais livres, ou seja, não confinados, o que evitaria determinadas doenças causadas por dejetos, e do ponto de vista do bem estar, estes animais seriam menos “estressados”. A homeopatia animal é considerada, igualmente, um tratamento alternativo e ecológico na medida em que tem a prevenção como meta e um tratamento à base de produtos não alopáticos.

As atividades individuais e convencionais, normalmente são assessoradas por técnicos e extensionistas rurais das Prefeituras/ Secretarias Municipais, EPAGRI, técnicos das agroindústrias. As unidades produtivas que possuem vínculo com as agroindústrias convencionais, eventualmente recebem assistência no que diz respeito às atividades relacionadas à integração. As instituições governamentais prevêm assistência na medida em que a grande maioria dos agricultores familiares da Região ainda desenvolve atividades convencionais, decorrência do modelo tecnológico e produtivo da modernização agrícola e ainda predominante nas políticas públicas governamentais do Estado. Atualmente alguns profissionais de prefeituras e da EPAGRI, têm revisto seus paradigmas e buscado em novas alternativas formas de viabilização para a agricultura familiar. Normalmente, estes agentes fazem parte da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar que compartilha dos princípios da cooperação agrícola e da Agroecologia. Espaço mais evidente desta participação na Região Oeste são alguns programas locais, como os Planejamentos Estratégicos Participativos (PEP) desenvolvidos em parceria com diferentes agentes locais e regionais e a consolidação da Rede Eco Vida de Agroecologia.

**Tabela 08. Atividades Agroecológicas e Convencionais/por número de famílias**

Grupos/ Atividades	Mun arini	S. Ecol	Mã Nica	Api	Mon te A	Forn e Branc	São Ped.	Vida Ecol.	Nat em Festa	R. Prog	R. São Mig.	Bollis	São Paulo	
<b>Atividades Agroecoló- gicas Coletivas</b>														
<b>Produção de Sementes Crioulas</b>	01	08			07	04	04	04	06	03	03	03	05	48
<b>Suincultur a ao Ar livre</b>						04	04			03				19
<b>Leite à base de Pasto</b>	03		03	03							03	03		15
<b>Horticultur a</b>		08				04		04	06				05	27
<b>Fruticultura</b>	01	08	03	03		04		04			03			26
<b>Outras</b>	01 <sup>147</sup>		03 <sup>148</sup>	03 <sup>149</sup>	07 <sup>150</sup>	03 <sup>151</sup>	04 <sup>152</sup>	03 <sup>153</sup>	06 <sup>154</sup>		03 <sup>155</sup>	03 <sup>156</sup>	05 <sup>157</sup>	41
<b>Atividades Convencio- nais Individuais</b>														

147 Uma das famílias do grupo, tem como atividade alternativa uma panificadora familiar. Os produtos são comercializados na Feira Agroecológica de Chapecó.

148 As famílias do grupo possuem como principal fonte de renda a agroindústria familiar de processamento da laranja orgânica, transformado em suco e comercializado em toda a região. Ver em anexo, rótulo do suco.

149 O grupo possui uma atividade de produção, que se não é agroecológica, é caracterizada como alternativa – criação de aves de postura – na medida em que foge aos padrões da criação de aves das grandes agroindústrias.

150 As famílias do grupo possuem uma atividade alternativa que é a agroindústria familiar de processamento de derivados de suínos.

151 O grupo trabalha em parceria em uma agroindústria familiar de processamento de suínos, juntamente com o grupo São Pedro, de uma localidade vizinha. O grupo possui também atividades alternativas como galinhas de postura (140), criação de coelhos, produção de ovos.

152 As famílias possuem como outras fontes de renda importantes além do abatedouro de suínos (parceria com a Associação Fornasier e Brancher) as atividades de gado de corte, galinhas poedeiras e apicultura, produção destinada para o consumo e comercialização.

153 O grupo possui criação de galinhas caipiras (150), criadas ao ar livre.

154 O grupo possui como renda alternativa a produção de conservas direcionada para a comercialização em feira agroecológica realizada semanalmente na UnoChapecó.

155 O grupo possui como renda alternativa a criação de galinhas caipiras, a produção de melado e açúcar mascavo.

156 O grupo possui como principal fonte de renda a agroindústria familiar de processamento de leite.

157 Além da horticultura o grupo possui também como uma fonte de renda importante a criação de galinhas poedeiras e o beneficiamento de ovos.

<b>E Coletivas</b>														
<b>Integração (aves, Suíno e fumo)</b>	03	06	03	03	07					01				23
<b>Produção de Grãos(milho feijão, soja, etc)</b>	03	08	03	03	07	04		04	06	03	03		03	47
<b>Vacas de leite</b>	02	08			07		04		06	03			03	33

### 5.3 Entre o convencional e o agroecológico: outras atividades alternativas

É importante ressaltar que entre o convencional e o agroecológico existem atividades alternativas que em alguns casos são a principal fonte de renda de alguns grupos. Estas atividades normalmente não estão desvinculadas das outras atividades agroecológicas e fazem parte da cadeia *produção – industrialização – comercialização*, ciclo que pretende possibilitar ao agricultor um controle sobre toda a cadeia produtiva. Estas atividades geralmente correspondem àquelas ligadas à agroindústria familiar, pequenas indústrias familiares de processamento e industrialização de diferentes produtos. Nos grupos estudados encontramos uma indústria familiar de processamento de laranja orgânica (Grupo de Cooperação Irmãos Mânica – município de Coronel Freitas), duas indústrias de abate e processamento de suínos (Associação de Agricultores Monte Alegre – Coronel Freitas; Associação Fornasier e Brancher e Associação de Agricultores São Pedro- Quilombo); uma indústria de processamento de leite (Associação familiar Bollis – Seara).<sup>158</sup> Como exemplo de outras atividades alternativas e coletivas temos a criação de aves de postura/galinhas poedeiras (Grupo de Cooperação Irmãos Api – Coronel Freitas); criação de galinhas poedeiras e unidade de beneficiamento de ovos (Associação São Paulo – Seara); a criação de galinhas caipiras ao ar livre (Associação Coletiva Vida Ecológica – Quilombo) e a produção de conservas (Associação de Agricultores Natureza em Festa – Irati). Cada um desses casos é específico, porém é importante demonstrar como na prática dos grupos os Programas da APACO

<sup>158</sup> Nestes casos, a agroindústria familiar foi viabilizada a partir da busca de financiamentos específicos para este tipo de empreendimento, como é o caso do PRONAF e Fundo de Mini-Projetos. A viabilização destas agroindústrias contou com diferentes agentes que a partir de programas específicos pretendem a viabilização econômica, a verticalização da produção e a agregação de valor aos produtos. A APACO (especificamente no

aparecem integrados, em alguns casos, na medida em que o objetivo da Associação é a viabilização das famílias de agricultores familiares, associadas em grupos através de atividades alternativas, ou seja, que se diferenciem tanto na forma de se organizar, como na forma de produzir, de industrializar, e conseqüentemente, na forma de identificar/certificar esta produção e posteriormente de comercializar.<sup>159</sup> O importante a ressaltar nestes casos é a relação que existe entre os programas da APACO, sendo que os princípios que norteiam estas experiências são a cooperação e a agroecologia. Nos casos em que os grupos possuem a agroindústria familiar, as atividades produtivas não deixam de ser menos importantes porque, segundo a lógica da cadeia, as atividades produtivas (suinocultura ao ar livre, leite a base de pasto e produção de sementes de milho crioula, etc) continuam sendo a principal base produtiva para as indústrias familiares. Com certeza, a agroindústria familiar é uma importante fonte de renda e viabilização para os grupos de cooperação, porém não são em todos os casos que as atividades produtivas são predominantemente agroecológicas, porque o perfil da maioria dos grupos de cooperação que se dizem agroecológicos, estão em fase de consolidação, ou seja, aos poucos estão adotando e implantando novas alternativas de viabilização, juntamente com aquelas convencionais.

## **6. A divisão das atividades na unidade de produção familiar e nos grupos de cooperação**

São duas as formas de divisão das atividades, as coletivas relativas às atividades do grupo e as individuais, relativas a cada unidade de produção familiar. De uma maneira geral, as atividades coletivas são de responsabilidade dos adultos (casais e sócio-solteiros). Já as atividades relacionadas principalmente ao âmbito doméstico (as atividades da casa e em seu entorno), bem como outras atividades (tirar leite, alimentar animais, cuidar as hortas e pomares, etc) são de responsabilidade das mulheres e dos adolescentes.

A divisão das atividades nos grupos é feita em função das necessidades, dependendo muito da(s) atividade(s) coletiva(s) desenvolvida(s) por cada grupo. A divisão é, portanto, realizada de acordo com a mão-de-obra disponível. Esta variável tem sido considerada pelos grupos como um dos principais motivos para a formação dos mesmos, sendo que na maioria

---

Oeste Catarinense), juntamente com o Programa Desenvolver/CNPq/Funcitec, mais a parceria com prefeituras, possibilitaram a concretização destas alternativas.

<sup>159</sup> A assessoria específica da APACO e da UCAF, juntamente com profissionais de algumas prefeituras, têm auxiliado os grupos de cooperação na construção de suas trajetórias, na identificação de sua produção através de uma logomarca específica, a *Sabor Colonial*, na certificação e cuidados necessários com as questões legais

dos grupos a mão-de-obra adulta é considerada limitada. Uma das principais características destes grupos é a utilização prioritariamente de mão-de-obra familiar.

Todos os grupos contam com mão-de-obra familiar em sua maioria de parentes. Além da mão-de-obra familiar, apenas dos parentes ou vizinhos associados aos grupos, (07) sete grupos contam, também, com ajuda de *diaristas*.<sup>160</sup> Apenas (04) quatro dos 13 grupos não contam com ajuda de *diaristas* ou de outra forma de trabalho terceirizado. Neste caso, os *diaristas* em sua maioria são vizinhos que não possuem terra e residem em propriedades de outros (04) e (03) são proprietários com menos de 05 alqueires de terras.

A divisão do trabalho vai depender muito do tipo de atividade desenvolvida e logicamente da composição de cada unidade de produção. O mais comum é que cada unidade ou membro sócio se responsabilize por um setor ou etapa do processo que como vimos vai da produção à comercialização. Dependendo das atividades existe uma demanda grande de participação de todos os membros do grupo, onde prevalece ainda o trabalho coletivo em forma de mutirão para algumas atividades de plantio e colheita. Na grande maioria dos casos, o plantio e a colheita são realizadas nas terras de cada unidade de produção. Existe somente um caso em que um dos grupos possui uma área de terra que pertence ao coletivo. De acordo com depoimento de agricultor do Grupo Sabor Ecológico, o sistema de trabalho, funciona da seguinte forma:

No caso das áreas coletivas de milho e feijão, todo o grupo trabalha. Marca-se um dia e realiza-se o processo, desde aprontar a terra, preparar a área, plantar e colher. O processo dura entre 100 a 120 dias, conforme a necessidade, 2 vezes por semana a cada 15 dias. A colheita é planejada coletivamente de acordo com a necessidade de venda na feira, sendo que o plantio cada família planeja individualmente. O grupo se organizou para não haver “sobra” ou “falta”.

A combinação de possibilidades para o desenvolvimento das atividades tanto coletivas, como individuais são diversas. Neste sentido, cada grupo, pode apresentar várias estratégias na forma como as terras serão utilizadas. As duas formas mais comuns são as seguintes: 1. cada família pertencente ao grupo possui sua propriedade, e trabalha nela em atividades coletivas e individuais (este é o caso da maioria (9) dos grupos); 2. as famílias trabalham coletivamente na propriedade que está em nome dos pais ou dos filhos em sistema de usufruto (este é o caso de (4) grupos). Além destas duas formas principais, outras foram

---

referentes à inspeção, na divulgação destes produtos e finalmente na busca de mercados alternativos para esta produção.

<sup>160</sup> Segundo agricultor do Grupo Sabor Ecológico de Chapecó, *diarista* é somente contratado em extrema necessidade, pois além de dois dias de trabalho a lei exige carteira assinada.

verificadas: o caso de um dos grupos que possui uma área de 50 hectares destinada somente para atividades coletivas; e o caso de duas famílias de um grupo que residem e trabalham em terras arrendadas, onde desenvolvem atividades individuais, sendo que as atividades coletivas são realizadas na propriedade dos pais. Por outro lado, um dos grupos, arrendou um pedaço de terra para uso coletivo, pois consideram a propriedade em que as famílias residem muito pequena para todas as atividades.

## **7. A produção agrícola e o calendário coletivo e individual**

De uma maneira geral, todos os grupos possuem um calendário agrícola geral que envolve a produção principalmente de produtos básicos, como o milho, o feijão, o arroz, a soja, o trigo; bem como aqueles produtos que nem sempre são comercializados e que são chamados de “miudezas”.<sup>161</sup> A grande maioria dos grupos possui uma produção agrícola individual, seja na produção de milho, feijão, ou na produção de miudezas. Toda a produção agrícola é planejada, seja ela individual ou coletiva, pois isto depende exclusivamente de um calendário que é comum para as culturas que são desenvolvidas na região. Neste sentido, o calendário de janeiro à dezembro é preenchido com atividades de preparação do solo, plantio e colheita. Este planejamento nem sempre inclui as hortas domésticas, onde planta-se e colhe-se o ano todo.

A produção agrícola – incluindo nesta categoria a produção de sementes de milho, fruticultura e horticultura – juntamente com outras atividades constitui a principal atividade coletiva e também principal fonte de renda de 5 dos grupos pesquisados. Os demais grupos têm na suinocultura ao ar livre e no leite a base de pasto, bem como no beneficiamento destes produtos sua principal atividade coletiva e de renda, juntamente também com atividades complementares, como a produção de sementes de milho.

Nos casos dos grupos onde a horticultura ou a fruticultura constituem a principal atividade coletiva e de renda, é possível afirmar que existem dois calendários agrícolas. Um planejado pelo grupo e outro para a produção individual de cada família. De acordo com descrição de um agricultor do Grupo Sabor Ecológico, o Planejamento da produção segue a seguinte lógica:

---

<sup>161</sup> As miudezas referem-se a produtos em geral como mandioca, pipoca, abóbora, batata, amendoim, cebola, alho, etc, frutas e hortaliças em geral.

Planejamento de um **ciclo curto** (verduras > alface, radite, almeirão, etc, categoria *folha mole*, a cada 15 dias se produz mudas novas para replantio); e de um **ciclo longo**, a cada 30 dias o replantio (couve-flor, brócoli, pimentão, berinjela, abobrinha, pepino, tomate, cenoura, beterraba)

O preparo da terra também constitui parte importante do calendário agrícola para aqueles grupos que utilizam a adubação verde como método alternativo e ecológico. Este preparo requer uma lógica que depende também das estações do ano, sendo que existe uma adubação para verão e outra para inverno. Esta mesma dinâmica, serve também para as diferentes pastagens que são plantadas em áreas alternadas nos diversos piquetes que constituem o sistema de produção de leite à base de pasto. De acordo com a Associação Familiar Bollis, a pastagem de verão começa a ser plantada em janeiro e dura até o mês de maio, onde inicia o plantio da pastagem de inverno, que deve ser devidamente repostada ao longo dos meses até chegar novamente o momento de plantar a pastagem de verão.

Normalmente, a produção agrícola é planejada coletivamente, quando esta produção esta direcionada para a comercialização, ou seja, o grupo decide o que vai ser plantado e como a produção vai ser comercializada. Isto não quer dizer que o plantio e ou colheita sejam sempre coletivos, já que em alguns casos cada família pertencente ao grupo se responsabiliza pelo plantio e colheita em cada propriedade. Porém, em muitos grupos onde todas as famílias são aparentadas e principalmente nos casos em que as famílias moram em uma única propriedade, mesmo que em casas separadas, inclusive a produção para subsistência é coletivizada, seja no trabalho que é direcionado para esta produção, seja no seu consumo. No caso dos 13 grupos pesquisados, 06 deles (Associação Irmãos Mânica, Grupo de Cooperação Irmãos Api, Associação Fornasier e Brancher, Associação de Agricultores São Pedro, Associação Coletiva Vida Ecológica (ACOVE) e Associação Familiar Bollis) afirmaram que todo o planejamento das atividades, inclusive aquelas de subsistência, são coletivas.

Os demais grupos, em número de 7 (Grupo de Cooperação Munarini, Grupo Sabor Ecológico, Associação de Agricultores Monte Alegre, Associação de Agricultores Natureza em Festa, Associação dos Produtores Rurais Progressistas, Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel e Associação São Paulo), programam suas atividades de modo coletivo e individual. A composição destes grupos é de parentesco e vizinhança, com exceção do Grupo de Cooperação Munarini e da Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel, onde as relações são apenas de parentesco. O critério do parentesco nestes dois casos não é o único fator que explica a programação coletiva, bem como não impede também o desenvolvimento de atividades individuais.

### **7.1. A produção de subsistência e a produção de comercialização**

De uma maneira geral todos os grupos de cooperação estudados independente das atividades coletivas realizadas possui uma produção de subsistência básica considerada própria à agricultura familiar da região. Esta produção diz respeito a produtos tais como o milho, feijão, arroz, soja, trigo – a produção chamada de “lavoura” pelos agricultores. Por outro lado, temos a produção de diferentes produtos que além de servirem para a subsistência das famílias, atualmente são produtos comercializados. Nesta categoria de produtos agrícolas temos as leguminosas, as verduras e frutas. Além disso, constituem importante fonte de renda para os agricultores familiares, o leite e seus derivados, derivados do suíno, galinhas, ovos, conservas de legumes e frutas, pães, etc.

Existe uma diferença importante entre os produtos que são exclusivamente para a subsistência e aqueles produtos que podem ser consumidos pelas famílias dos agricultores, mas que porém estão direcionados para a comercialização. Esta diferença já começa a ser delimitada, portanto, a partir do trabalho coletivo entre as famílias para a produção de determinados produtos. A escolha das áreas e a forma de produção, a divisão do trabalho e das atividades, ou seja, existe todo um planejamento por parte dos grupos para a realização das atividades coletivas. Todo o processo de *produção – industrialização – comercialização* está direcionado para mercados específicos e para a viabilização econômica dos grupos. É importante ressaltar que os produtos agroecológicos voltados para a comercialização passam por critérios que vão desde a escolha dos produtos com qualidade para a venda nas feiras, supermercados, direto ao consumidor, etc; sendo que muitos destes produtos, principalmente aqueles derivados do leite e suínos, passam por critérios legais de inspeção, credenciamento e credibilidade que os tornam produtos alternativos, diferenciados e com a qualidade exigida pelos órgãos de fiscalização e consumidores.

Embora os produtos de subsistência sejam basicamente os mesmos para todos os grupos pesquisados, existem algumas variáveis que os diferenciam e que devem ser consideradas. A primeira e talvez mais importante seja a produção coletiva e individual destes produtos. Dependendo das atividades coletivas realizadas pelos grupos, alguns produtos não são comercializados, pois deles depende a manutenção e alimentação dos animais que constituem a principal fonte de renda das famílias. Em alguns casos produtos como o milho, soja e as vezes o trigo, são transformados quase em sua totalidade em ração para alimentar os animais das atividades de suinocultura ao ar livre e leite a base de pasto. Nestes casos, o limite

entre o que é de subsistência e o que é comercializado, necessariamente não apresenta uma separação tão nítida, na medida em que o objetivo destes grupos é a manutenção do ciclo *produção – industrialização – comercialização*.

Este objetivo, além de constituir um processo objetivo na busca da viabilização econômica dos grupos, representa também um objetivo e meta dos grupos e da APACO, que pretendem a autonomia e auto-gestão dos agricultores familiares diante das atividades convencionais, que cada vez mais os tem excluído. Neste sentido, temos que diferenciar também aqueles grupos que além dos produtos agroecológicos de comercialização, possuem produtos convencionais de comercialização. Nestes casos em que o individual e o coletivo estão mais delimitados é onde a produção de subsistência também se constitui enquanto atividade individual.

Como na maioria dos grupos os produtos que são comercializados também são produtos da subsistência das famílias, buscarei mostrar especificamente quais as atividades ou a atividade principal de comercialização e que constituí a principal fonte de renda de cada grupo. Estarei me referindo, portanto, apenas as atividades coletivas consideradas agroecológicas e alternativas e não as convencionais.

- **Produção de leite à base de pasto (venda *in natura*)** – Grupo de Cooperação Munarini, Grupo de Cooperação Irmãos Api, Associação Agroecológica São Miguel
- **Derivados do leite à base de pasto** – Associação Familiar Bollis
- **Suinocultura ao ar livre (venda *in natura*)** – Associação de Agricultores Monte Alegre, Associação Fornasier e Brancher, Associação dos Produtores Rurais Progressistas, Associação de Agricultores São Pedro.
- **Derivados de suíno** – Associação Fornasier e Brancher, Associação de Agricultores São Pedro.
- **Horticultura (venda em feiras, supermercados, restaurantes, empresas, direto ao consumidor, etc)** – Grupo Sabor Ecológico, Associação Coletiva Vida Ecológica, Associação de Agricultores Natureza em Festa, Associação São Paulo.
- **Fruticultura (venda *in natura*)** – Grupo Sabor Ecológico, Associação Coletiva Vida Ecológica, Associação Irmãos Mânica, Associação de Agricultores Natureza em Festa
- **Derivados da horticultura e fruticultura (suco orgânico, conservas de produtos agroecológicos)** – Associação Irmãos Mânica, Associação de Agricultores Natureza em Festa

- **Outras atividades alternativas (criação de galinhas poedeiras, beneficiamento de ovos)** – Grupo de Cooperação Irmãos Api, Associação São Paulo

As atividades agroecológicas coletivas e algumas atividades convencionais individuais (por família) constituem as principais fontes de renda e de viabilização das famílias de agricultores investigados nesta tese. A grande maioria dos grupos ainda possui uma fonte de renda vinda de uma ou mais atividades convencionais. Porém, a formação destes grupos de cooperação os tem encaminhado para um processo de conversão, ou seja, o projeto a longo prazo é a substituição de todas as atividades convencionais em atividades agroecológicas. O importante a ressaltar é que as atividades agropecuárias e mais especificamente as atividades agroecológicas e alternativas, constituem importante fonte de renda e de viabilização dos agricultores familiares na Região Oeste.

## **8. Rendas externas às atividades produtivas**<sup>162</sup>

De uma maneira geral, em todos os grupos investigados a principal fonte de renda advém das atividades produtivas convencionais e agroecológicas. Por outro lado, em segundo lugar, temos rendas advindas de aposentadorias (07 grupos) que são normalmente utilizadas para as despesas pessoais dos idosos. Em terceiro, temos rendimentos salariais (06 grupos) advindos de outras atividades (professoras, funcionários de sindicatos, prefeituras e cooperativas, etc). Finalmente, temos salários advindos (03 grupos) de atividades realizadas dentro dos grupos de cooperação, ou seja, alguns associados são remunerados para desenvolverem determinadas atividades. Em seguida, especificarei em cada um dos grupos qual o tipo de renda extra com que as famílias contam, além da obtida com as atividades produtivas.

*Associação Munarini:* Aposentadoria do avô, que mora com um dos filhos, Salário de uma das mulheres que trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, Salário de outra componente que trabalha na Prefeitura Municipal de Chapecó.

---

<sup>162</sup> De acordo com Guanzioli, C. E. et al (2001, p.91) as “rendas externas ao estabelecimento agrícola” correspondem às aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos (familiares e patronais) ou atuando em atividades não-agrícolas. Segundo Schmidt (2002, p.66) em pesquisa recente no Oeste Catarinense e ainda não publicada que trata do “estudo do papel dos jovens na dinâmica de funcionamento e continuidade da agricultura familiar do Oeste Catarinense”, realizado por Abramovay, Ricardo et al, foram identificadas três tipos de renda “não-agrícola”: a aposentadoria, o envio de dinheiro pelos filhos que residem fora da propriedade e o trabalho assalariado temporário (na agricultura).

**Grupo Sabor Ecológico:** Salário de uma das mulheres que é professora na comunidade, pensão para os filhos adolescentes de uma família em função do falecimento da mãe.

**Associação Irmãos Mânica:** Aposentadoria da mãe e da avó.

**Grupo de Cooperação Irmãos Api:** Aposentadoria da nona.

**Associação de Agricultores Monte Alegre:** Três famílias do grupo contam com aposentadoria dos nonos e nonas, dois jovens trabalham fora (na cidade) e sustentam seus estudos.

**Associação Fornasier e Brancher:** Salários de componentes do grupo que desenvolvem atividades em conjunto com o Grupo São Pedro no abatedouro de transformação de suínos.

**Associação de Agricultores São Pedro:** Salário de 2 mulheres que são professoras.

**Associação Coletiva Vida Ecológica:** Aposentadoria da avó.

**Associação de Agricultores Natureza em Festa:** As famílias não contam com outras rendas além das obtidas com as atividades produtivas.

**Associação dos Produtores Rurais Progressistas:** um dos membros do grupo recebe  $\frac{1}{2}$  salário para cuidar dos suínos.

**Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel:** dois (2) membros da Associação recebem salário fixo mensal e mais um (1) saco de milho. Aposentadoria dos pais, direcionada para gastos pessoais. Um dos membros é funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saudades.

**Associação Familiar Bollis:** Um (1) membro trabalha na CrediSeara. Aposentadoria da mãe.

**Associação São Paulo:** O grupo não conta com outras rendas além das desenvolvidas com as atividades produtivas.

## **CAPÍTULO VIII – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA: AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DOS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA**

Este capítulo empírico pretende analisar e interpretar os dados relativos às entrevistas abertas realizadas com 11 grupos de cooperação agrícola. Em sua grande maioria as falas contidas nestas entrevistas são dos coordenadores (as), que normalmente representam o grupo. Em alguns casos, a entrevista apresenta falas de mais de uma pessoa em minha análise, portanto, estes depoimentos irão aparecer como fala de um agricultor ou agricultura pertencente a determinado grupo.

Uma das primeiras constatações feitas nos depoimentos é de que origem e razões para a formação dos grupos de cooperação agrícola correspondem a significações que dão ao trabalho coletivo uma dimensão que ultrapassa a funcionalidade das atividades produtivas. Os significados da cooperação agrícola e das atividades agroecológicas vão se definindo na medida em que os discursos buscam enfatizar as diferenças entre um modelo de produção e comercialização agropecuária convencional e um alternativo. O que inicialmente aparece como apenas discurso vai se delineando com mais clareza a partir da comparação entre as atividades convencionais (principalmente a integração e o uso de insumos químicos) e as agroecológicas. A viabilização econômica das famílias de agricultores organizadas coletivamente, parece ser o indício mais concreto de que estas alternativas estão sendo viáveis, seguidas de outras que correspondem a um processo de conscientização e formação que levou estes grupos a escolherem tais alternativas.

É possível afirmar que a viabilização econômica, embora apareça como uma variável importante para a formação e continuidade destes grupos é decorrência na maior parte dos casos da formação política e ideológica e da capacitação técnica vivenciada e experimentada por estes grupos. A viabilização econômica é fruto de um processo de formação que possibilita aos grupos de cooperação um conhecimento prático e teórico das atividades agroecológicas.

É neste sentido que é possível identificar nos depoimentos, dois momentos no processo de formação. O primeiro corresponde às experiências de intercâmbio, onde a partir do exemplo de outros grupos os agricultores poderão comprovar e se convencer de que as atividades agroecológicas são viáveis. Em um segundo momento é realizada uma formação específica que possibilita a implantação e execução das atividades agroecológicas, sendo que juntamente a esta capacitação mais técnica, está presente também a formação política e ideológica.

O exemplo mais evidente destes dois momentos é o Programa Terra Solidária, que tem possibilitado aos agricultores familiares não somente uma formação política que questiona um modelo de desenvolvimento econômico e social excludente e que os prepara para se organizar de forma cooperada. Por outro lado, uma formação técnica e teórica que traz ao conhecimento destes agricultores conceitos e concepções que são vivenciadas em suas práticas, tais como os conceitos identificados nos depoimentos.

Os cursos, seminários, encontros de formação podem ser divididos em basicamente 4 tipos: 1. cursos/seminários sobre agroecologia: que trazem informações sobre o significado da agroecologia do ponto de vista mais social e político, ou seja, como uma alternativa a um modelo de desenvolvimento convencional. Por outro lado, estes cursos possibilitam, também, o conhecimento de métodos, técnicas e teorias que dizem respeito ao uso do solo, ao meio ambiente, à biodiversidade, etc. 2. cursos técnicos de capacitação: que tratam de formação específica para o processamento e transformação de diferentes produtos. Os exemplos mais comuns são os de processamento de derivados do leite e suínos, processamento de frutas, destinados alguns para fazer compotas e doces, como as “chimias”<sup>163</sup>. 3. cursos de gestão agrícola: estes cursos especificamente tratam das questões de acompanhamento da unidade de produção e da contabilidade, de uma maneira geral. Os exemplos encontrados de material utilizado pelos grupos para a realização destes cursos foram: PNFC – Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável – parceria: CEPAGRO/Centro Vianeí/APACO; Caderno de acompanhamento da unidade de produção e Contabilidade Agrícola Simplificada – parceria: Produtor Mario Bottega, agricultor CEPAGRO; Joseph Soulard, animador da AFOC – Associação de Formação em Contabilidade Agrícola, Mayenne – França e Eloy Ferreira Diniz – PNFC. 4. cursos /seminários/encontros para discutir e consolidar uma Rede de Produtores Agroecológicos e a certificação de seus produtos: a discussão sobre a certificação participativa tem na Rede EcoVida de Agroecologia atualmente um importante espaço para os agricultores familiares que desenvolvem atividades agroecológicas.

Estes cursos, encontros e seminários estão sendo citados na medida em que aparecem praticamente em todos os depoimentos como um importante instrumento de consolidação dos grupos, tanto do ponto de vista do conhecimento e formação política, como do ponto de vista do conhecimento técnico que possibilita o domínio das novas atividades produtivas. Por outro

---

<sup>163</sup> Chimia é um tipo de pasta, resultante do cozimento da polpa de determinadas frutas, misturadas com água e açúcar, consumidas, como as geléias, cobrindo pedaços de pão.

lado, diferentes materiais de formação elaborados por ONGs, sindicatos, etc, são importantes fontes de conhecimento para os agricultores. Exemplos já citados neste trabalho são as cartilhas sobre a produção de milho crioulo e sobre a suinocultura ao ar livre.

Com esta formação específica os grupos sentem-se mais seguros para enfrentar o novo e os riscos das atividades alternativas. O entendimento mais ideológico do que significa a mudança de modelo produtivo e de desenvolvimento, juntamente com os cursos técnicos de capacitação e de gestão agrícola inserem este agricultor familiar em um novo contexto de conhecimento, possibilidades e mudanças. Estes grupos sentem-se formados e capacitados para realizar o processo de conversão de algumas atividades convencionais para as agroecológicas. Porém, a instabilidade própria do sistema econômico e social que atinge tanto o mercado convencional como o alternativo, os leva a manter também as atividades convencionais, na medida em que a Agroecologia é uma idéia e uma prática ainda muito recente na Região Oeste e que vêm sendo adaptada através destes Programas específicos à realidade econômica, social e cultural destes agricultores .

A formação, juntamente com a viabilização econômica dos grupos permitem a estes agricultores familiares à construção de uma nova identidade – diferenciada daquela elaborada nos momentos de dificuldades e crise, conforme afirmei anteriormente. Isto não significa que incertezas e dúvidas não estejam presentes nos discursos, porém elas aparecem amenizadas na medida em que estas novas alternativas possibilitam a viabilização econômica e reprodução social destes agricultores.

### **1. A origem dos grupos de cooperação agrícola: bases históricas e políticas**

A busca de novas alternativas de viabilização das famílias de agricultores familiares na Região Oeste vem possibilitando a formação dos grupos de cooperação e conseqüentemente estes espaços constituem importantes formas de organização, que objetivam não somente a produção a partir de sistemas alternativos, mas também objetivam a construção de uma nova forma de pensar, uma forma de se contrapor a um modelo de desenvolvimento excludente e desta forma construir uma nova identidade para o agricultor familiar, uma nova forma de se relacionar com os demais agricultores e conseqüentemente com o espaço regional e nacional. Em outros termos com uma nova forma de lidar com questões políticas, sociais, econômicas e ambientais, através do envolvimento em uma Rede de agentes preocupados com a viabilização da agricultura familiar.

A formação desta Rede deve ser analisada sob um ponto de vista histórico e político, conforme desenvolvemos na parte teórica e descritiva, e neste sentido, a história da formação dos grupos de cooperação – constituídos pelas famílias de agricultores e por sujeitos individuais específicos – será o fio condutor desta análise na medida em que demonstrará que o projeto de viabilização da agricultura familiar na Região Oeste está diretamente relacionado à formação política e ideológica iniciada principalmente nos movimentos de base da igreja e do sindicalismo rural. Associado a esta formação mais política – que pretendia a reflexão por parte dos agricultores sob sua condição em um modelo de desenvolvimento econômico e social que os excluía de qualquer tipo de decisão – a rede de viabilização da agricultura familiar além da participação da igreja, sindicatos, contava neste primeiro momento, com a participação do MST (Movimento dos Sem Terra), do MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras – de técnicos de Prefeituras e da EPAGRI (antiga ACARESC) comprometidos com a causa dos agricultores familiares. A formação dos grupos de cooperação investigados em sua maioria tem como base de formação a participação em grupos da igreja, seja através de lideranças específicas, participação em sindicatos rurais, bem como na assessoria de técnicos locais e regionais ligados também a estes movimentos. De acordo com membro do Grupo de Cooperação irmãos Api, de Coronel Freitas:

O Sindicato, a gente sempre participou, sempre, muitos anos. (...) Teve uns anos aqui, onde a Paróquia, a Igreja atuou muito nessa questão de formação de grupo, nessa questão de alternativas pra o meio rural junto com o Movimento Sindical.

Estes agentes, no final da década de 80 e início dos anos 90 ainda não discutiam especificamente a Agroecologia, mas buscavam formas de viabilização dos agricultores através de compras e vendas coletivas, inclusive de insumos agrícolas. O trabalho de conscientização e reflexão realizado pela igreja impulsionou a formação de outras entidades que tinham como objetivo organizar os agricultores. De acordo com o Grupo de Cooperação Irmãos Api, antes da formação da APACO, existiu uma entidade que foi formada a partir do Movimento Paroquial, chamada COPA, que funcionava como um sistema de organização dos agricultores. Era uma espécie de Central de Comercialização Municipal, que tinha como objetivo fazer compras e vendas coletivas.

Bem no início do processo da APACO era isso, era organizar os agricultores pra comprar coletivamente, comprar sal (...) e vender coletivamente. Até comprar venenos.

O processo de formação dos grupos de cooperação que desenvolvem atividades relacionadas ao Programa Agroecologia assessorado pela APACO, de uma maneira geral têm esta formação de base em movimentos da igreja e movimentos sindicais. Este é o perfil dos grupos que possuem uma história de mais de dez anos. De acordo com a coordenadora da Associação Fornasier e Brancher do município de Quilombo, a formação do grupo se deu igualmente, a partir dos grupos de reflexão da igreja:

O grupo, ele se formou a 11 anos. Saiu de um estudo que a gente fez nos grupos de reflexão, coordenado pela Igreja, né ? Então tinha que se partir pra uma coisa mais concreta. Então o que a gente ia fazer no concreto. A discussão então foi de se formar um “grupo coletivo”. Na época se falava no grupo coletivo e era assim, pra permanecer famílias mais unidas que se ajudassem, então no início tinha 5 famílias, dessas 5 famílias a gente convidou mais famílias, também pra fazer parte mas não quiseram fazer parte. Essas 5 famílias começaram a plantar trigo juntos, fazer rocinha, plantação de milho, pra pagar o dízimo na Igreja, pra contribuir com ajuda assim pra comunidade, daí se início. E passou uns anos assim até que a gente pensou em fazer uma atividade que fosse coletiva mesmo, que fosse uma base do grupo.

Nestes casos em que a igreja, e mais especificamente, os grupos de reflexão são a base de discussão da idéia de “coletividade” e “solidariedade”, estas noções inicialmente correspondiam à ajuda mútua entre as famílias de agricultores, tendo por base a prática tradicional do chamado “mutirão”, comum em coletividades camponesas. Conforme desenvolvem alguns outros autores, como por exemplo, Esterici (1984), Martins (1979)<sup>164</sup>, esta noção de coletividade é diretamente relacionada a um *ethos* cultural, onde valores tais como a ajuda mútua e a solidariedade fazem parte do universo sócio-cultural de agricultores familiares tradicionais em diferentes regiões brasileiras. Portanto, a partir do Movimento de Cooperação Agrícola (cf desenvolvido no capítulo 5) e mais especificamente da atuação da APACO e da rede de agentes à qual faz parte no Oeste Catarinense, é que um novo modelo de cooperação agrícola passa a ser construído tendo como base os gca's. Mesmo os grupos que têm como base inicial de formação os movimentos da igreja e sindical, na continuidade de sua história passaram a estabelecer contato com a APACO no sentido de buscar assessoria para a formalização do grupo cuja regulamentação e institucionalização passou a implicar, também, na constância da cooperação, na definição mais formal de papéis e de participantes. Estes aspectos diferem assim, das práticas associativas realizadas nos mutirões que eram mais esporádicas e mais personalizadas, tendo como base da solidariedade as relações de vizinhança e parentesco como valores, relações que se misturavam à reciprocidade reafirmada

---

<sup>164</sup> Sobre este aspecto, veja-se entre outros, Cândido (1971) e Abramovay (1981).

simbolicamente em outras “trocas”, para além do trabalho, como em celebrações festivas que davam por encerradas as atividades laborais cooperativas. Neste sentido, a influência da igreja, em um primeiro momento (final de 80, início de 90) foi decisiva para a formação de alguns grupos. Estas questões ficam claras neste depoimento da coordenadora da Associação Fornasier e Brancher:

A igreja ela vinha assim, desde aquela leitura bíblica onde que diz que os primeiros cristão, tinham tudo em comum o que eles possuíam né ? E cada um recebia conforme as suas necessidades, era repartido. Então, a gente meio que se iniciou por isso...(...) falavam que tem que se fazer alguma coisa na prática né ? Não adianta só senta e lê a bíblia e rezar, a gente tem que procurar formas na prática. Então, na verdade, na prática o que a gente fez foi formar esse grupo e depois claro, veio o incentivo do sindicato que também foi a segunda parte depois do grupo formado, depois da igreja, foi o sindicato que assessorou e ajudou. E depois, aí que veio a APACO, que daí a gente, depois de tudo formado, a gente partiu assim para se afiliar a essa associação de pequenos agricultores do Oeste Catarinense que era a APACO que até hoje a gente é filiado.

Fica evidente, nestes e outros depoimentos, que a participação de agricultores e agriculturas em movimentos sociais e no movimento sindical, a partir do final dos anos 80, influenciou de forma sequencial, diretamente na formação de grupos, bem como de lideranças, que a partir de novas concepções ideológicas e políticas passaram a perceber o grupo como espaço de produção e também de organização política. Em alguns casos, entretanto, a participação acontecia tanto em um espaço (o da igreja e comunidade) como no espaço do movimento sindical. Atualmente, os Sindicatos Regionais de Trabalhadores Rurais (STR,s), continuam sendo importantes espaços de organização política dos agricultores familiares.

Por outro lado, existem grupos com formação mais recente – meados dos anos 90 – que foram criados por influência direta da APACO e de seus técnicos, bem como de outros profissionais ligados à rede de agentes, tais como técnicos de prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de crédito familiares, EPAGRI, Universidades, etc. As alternativas de viabilização de muitas famílias passaram a serem construídas após a formação do grupo, embora a formação em si já seja considerada parte do projeto de viabilização.

A formalização legal destes grupos, em sua maioria, aconteceu nos anos 90, principalmente a partir de meados daquela década, época em começou a se consolidar uma rede de agentes. Porém, a base de discussão da cooperação agrícola tem nos grupos de reflexão da igreja um importante espaço. Como já foi dito, a idéia de cooperação e de solidariedade sempre foram questões importantes entre os agricultores familiares, porém a idéia de cooperação agrícola que passou a ser formalizada com o incentivo da APACO, por

exemplo, se diferencia não só do ponto de vista da organização, mas também do significado construído pela Rede. De acordo com agricultor da Associação Vida Ecológica (ACOVE) de Quilombo:

Eu comecei no 92 a juntá uma assinatura. Eu queria que fosse formado na comunidade vários grupos, não só de cultura, assim, de horta, né, abatedouro de porco, um pequeno frigorífico, e assim pra frente né. E compras de açúcar, de sal, de farinha, etc. Então começamos com 27 famílias. Foi caindo, foi caindo, foi caindo as famílias e ficamos com 7. Ficamos com 7 famílias. Nos escolhemos o grupo através dos grupos de reflexão, né? (da igreja). O nosso grupo nasceu através dos grupos de famílias. Daí através do sindicato e Igreja que o nosso grupo nasceu. E logo veio a APACO e foi formado a CEMA em Quilombo.

Nesta segunda fase, a fase de formalização e de formação de novos grupos teve a participação efetiva da APACO e de outros agentes que passaram a atuar como mediadores dos agricultores na busca de incentivos financeiros para a viabilização e formação de vários grupos. De acordo com a Associação dos Produtores Rurais Progressistas de Saudades, a formação do grupo, sua legalização e formalização caminhou junto com a busca de recursos para iniciar uma nova atividade de produção. Este processo teve o acompanhamento direto dos agrônomos da APACO. De acordo com agricultor da Associação dos Produtores Rurais Progressistas, do município de Saudades:

Então eles vieram com a proposta de formar grupo, então naquela época nos reunimos para tentar fazer um grupo e logo deu certo. Formamos com sete famílias, começamos com uma atividade de plantio de feijão e plantio de batatinha. Só que o plantio de batatinha apodreceu muito e não deu certo. E o feijão também, colhemos pensando um pouco adiante talvez em começar com um projeto de suinocultura. Aí pensamos em arrendar uma área e plantar milho, só que o objetivo era iniciar com uma renda extra. Colhemos esta área, aí não deu certo o início para a criação de suínos. Naquela época foi vendido aquele milho e foi dividido para cada família. Depois mais tarde foi feita a reunião de novo para dar início a criação de suíno, então a gente formou o grupo novamente e conseguimos uma ajuda de R\$2.000,00 e ali foi iniciado a criação de suínos. É um fundo para mini-projetos.

Para o Grupo de Cooperação Irmãos Api, o apoio da rede também foi importante para a formalização do grupo. Por outro lado, de acordo com técnico da prefeitura presente na entrevista, embora de certo modo “naturalize” a existência do associativismo como parte do universo social desses agricultores, a importância dos mediadores deve-se sobretudo à questão da formalização dos grupos:

O grupo aqui sempre existiu, enquanto grupo sempre existiu, desde que eles se conhecem por gente e eles só foram buscar essa questão da formalização porque a gente se aproximou deles. Nós os técnicos, a Prefeitura, a APACO, para trabalhar

mais forte essa questão do acesso ao mercado, do acesso a comercialização, esse tipo de coisa, se não eles ficariam como estavam.

A importância da formalização como meio para buscar formas de viabilização econômica, buscar conhecimentos e informações de novas práticas, é também reforçada por agricultor do grupo:

A questão da formalização é uma necessidade pra buscar novos meios de subsistência, porque na verdade como vinha não era bom, não se tinha perspectivas, “a gente sabe que aqui é pouco, mas vai melhorar” tinha até acabado isso. Quer dizer, não dava mais pra dizer: “Será que vai melhorar?”. Porque se sabia plantar feijão, o milho dava para os porcos e assim por diante. Daí a gente na verdade buscou essa formalização prá buscar novos meios de sobreviver.

A história do Grupo Irmãos Mânica começou com a participação de um estudante de agronomia da UNOESC de Chapecó. De acordo com o coordenador do grupo:

A questão da formação do grupo e da agroindústria se começou com a vinda de um estagiário da UNOESC, aqui de Chapecó, que ele estava se formando. Daí ele veio fazer um estágio de vivência. Então, ele veio em agosto de 97 e depois ele voltou em maio de 98. A segunda vez que ele veio, ele tinha que fazer um projeto pra industrializar o suco, que a gente vendia laranja, e o preço era muito barato, até porque na época a gente comprava todos os produtos e depois no final a gente vendia laranja prá eles, praticamente era uma troca de produtos, porque a gente comprava insumos, veneno.

Para o coordenador, o apoio de diferentes agentes foi importante para definir o projeto da indústria de processamento de laranja, pois inicialmente o grupo não tinha idéia de como realizar as atividades:

A gente pensava em fazer meio diferente, em fazer na própria casa a industrialização do produto e aí depois a gente foi visitar alguma coisa pra ver a questão de registro e aí que a gente viu que não tinha como. Depois entrou o Projeto Desenvolver, entrou a APACO, a Epagri e a Prefeitura. Acho que foi em 1998 pra 1999 que começou o novo projeto. Entrou o Desenvolver, a APACO, a Epagri, a Prefeitura, tivemos incentivo bastante forte da prefeitura. Tem um programa dessa administração que é forte e que dão incentivo pras agroindústrias.

A questão da formalização não determina especificamente a filiação a APACO, na medida em que muitos grupos de cooperação mantêm vínculo com a Associação através de outros agentes. A própria Associação não tem como exigência a filiação do grupo ou algum tipo de pagamento para então dar apoio ou assessoria. Este vínculo muitas vezes se dá informalmente através de outras relações. De acordo com técnico da Prefeitura de Coronel Freitas (2000) presente na entrevista do Grupo Fornasier e Brancher:

Eles mantêm uma relação com a APACO, mas não é uma relação formal. A APACO mesmo passou a lista dos grupos, tendo eles como referência e eles vêm a APACO como referência, só que a formalidade dessa coisa de ser associado ou não, doar uma bolsa de milho por ano que tem que pagar lá, isso nunca.

De acordo com depoimento do coordenador do grupo Irmãos Mânica, de Coronel Freitas, o apoio das entidades foi importante desde o encaminhamento da documentação, passando pela busca de financiamentos e finalmente na elaboração e implantação da atividade. A APACO, juntamente com o Programa Desenvolver e outros agentes, tiveram um papel decisivo na implantação de agroindústrias familiares junto a muitos grupos de cooperação agrícola, que tem como base de produção atividades agroecológicas.

Não tem dificuldades, especificamente não seria tantas, mas sempre tem alguma dificuldade mais é a questão de encaminhar documentos que a gente depende de sair pra Chapecó, quando a gente estava registrando ali, a gente tinha que ir em Chapecó, na Receita Federal e até porque a gente não tem lá tanto estudo também. A gente tem bastante apoio da Prefeitura, da APACO e tal, aí facilita um pouco, agora se depender só da gente é difícil. (...) não demos conta e aí a gente não pegou mais (referindo-se aos financiamentos bancários), ficamos sem dinheiro, essa questão foi bem difícil se não fosse o apoio das entidades, seria muito difícil da gente conseguir estar aqui. (...) Investimento da construção foi praticamente particular, gastei em torno de R\$25 mil, R\$26 mil. (...) O Desenvolver entra com os Engenheiros, Engenheiro de Alimento, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Civil, ele entrou aí na parte do projeto acho que é junto com a Epagri, a Epagri foi ele que fez o projeto. (...) Eles ajudam na elaboração do projeto, de agregar valor na agroindústria.

A assessoria da APACO e do Desenvolver atuaram juntos também na busca de recursos do PRONAF para complementar os investimentos próprios dos agricultores na viabilização de agroindústrias familiares, como demonstra este depoimento da coordenadora da Associação Fornasier e Brancher de Quilombo:

Essa discussão do abatedouro foi uma discussão longa né e várias reuniões, e ali a assessoria do Projeto Desenvolver, ali acompanhou muito nós, e muito, trabalhou bastante em cima disso da importância que é nós pequenos agricultores poder industrializar e comercializar direto para o consumidor. Foi uma discussão boa. Sempre teve um entendimento bom entre o grupo, né ? E hoje tá ali, temo o abatedouro já há um ano e meio quase que tá funcionando. Coisa que logo, uma experiência diferente que todo mundo tá pregando...A gente tem recurso do PRONAF que a gente investiu no abatedouro e tem também recursos próprios. Na verdade, o que mais tem lá é recursos próprios da gente.

A atuação do Desenvolver também tinha como objetivo a assistência técnica às diferentes atividades desenvolvidas pelos grupos, e neste sentido possuíam um quadro de profissionais para este fim. A Associação Familiar Bollis, em sua atividade de produção

voltada para o leite à base de pasto e para a transformação em derivados em sua pequena agroindústria familiar, recebe orientações sempre que necessário. Por um lado, da engenheira de alimentos e, por outro, da veterinária que os orienta na parte de cuidados e tratamentos com as vacas de leite, através da homeopatia animal.

Até agora é a M (*engenheira de alimentos*), que está dando assistência técnica. Veio aí a veterinária. Nós tivemos uma visita da L, da APACO. Ela mostrou uma fita sobre homeopatia. (...) Se a gente precisa a gente chama. É assim, pra gente não estar mais usando veneno. É só através da homeopatia e está funcionando.

A busca de novas alternativas de produção tem na agroindústria um importante espaço de transformação desta produção e constitui concretamente a possibilidade de viabilização econômica dos grupos de cooperação. O apoio recebido de alguns agentes demonstra como eles atuam no sentido de mostrar aos agricultores as novas possibilidades e suas vantagens. De acordo com agricultura da Associação Familiar Bollis de Seara:

O grupo se formou há dois anos atrás. Se formou por dificuldades que a gente tinha de não ter outros meios de entrar dinheiro, no caso a gente trabalhava com porco e a gente deixou e através da APACO e da CREDISEARA, a gente começou a fabricar o queijo. A gente começou dentro de casa, como viu que saía e a gente não vencia mais fazer a gente começou a fábrica (a agroindústria), através da CREDISEARA e depois através da APACO logo em seguida. No começo a gente trabalhava com pouco gado e foi aumentando, pouca vaca leiteira.

E ainda, segundo agricultor da mesma Associação, a decisão de passar a processar os produtos dependeu não apenas das sugestões e orientações dos referidos mediadores, como também do “efeito demonstração”, isto é, da constatação do sucesso de outros empreendimentos similares.

(...) o pessoal lá da APACO provou que tinha outras atividades que a gente podia fazer. E eu e um cara fomos numa fábrica de queijo, fomos visitar em Quilombo, e aí começamos...

A criação de muitos grupos de cooperação foi, portanto, sendo construída juntamente com a consolidação da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, e ao mesmo tempo a Rede através de seus agentes tem incentivado e impulsionado a formação de novos grupos e a continuidade dos já existentes. A atuação da APACO e por sua vez da Rede de agentes desenvolve um trabalho de assessoria que vai desde a formalização do grupo – orientando os agricultores na regularização da documentação necessária (estatuto, regimento, cgc, etc) -, passando pela busca de incentivos financeiros junto a entidades governamentais e não

governamentais, formando e capacitando os grupos a desenvolverem atividades alternativas tendo como base destas orientações à cooperação agrícola e a agroecologia. O planejamento e gestão destas atividades, também constitui parte fundamental do trabalho de assessoria da Rede. De acordo com agricultor da Associação Vida Ecológica de Quilombo:

E tem o planejamento na propriedade, planejamento anual (...) Esse planejamento foi feito com o G (na época, coordenador do Programa Desenvolver) e os agrônomo da APACO, e o Desenvolver. A gente fez o planejamento e dividiu as tarefas e a gente tá seguindo esse planejamento todos os anos.

## **2. A Rede de Viabilização: o papel de ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas familiares, prefeituras e demais agentes**

A assessoria dos agentes da Rede é importante, desse modo, no planejamento das atividades e na assistência técnica, que geralmente são de responsabilidade de técnicos que estão mais próximos dos agricultores e que possuem também uma relação com o projeto de cooperação e agroecologia. Segundo coordenadora da Associação Fornasier e Brancher de Quilombo:

Em termos do grupo, a gente todo ano, a gente tem assessoria do D (*técnico*) da Credi (*Cooperativa de Crédito Familiar*) de Quilombo, que ele vem no grupo e faz o planejamento. O planejamento dura de julho a julho do ano seguinte. Que o nosso, a gente vai pelo ano agrícola, não é pelo calendário, é o ano agrícola, é de julho a julho. Então sempre vem no mês de agosto e faz o planejamento e antes de ele revê o planejamento anterior dentro né ? O ano que se passou. Então ele pega o planejamento, e ele vê que no ano era pra fazer tal coisa. Ele fez, não fez, o que deixou de fazer, o que vamos fazer, então é colocado. Então, é tipo um, uma avaliação que ele faz do planejamento anterior e pra quando se vai fazer o planejamento atual do ano, não aconteça mais, tipo, só que as vezes o pessoal por causa do tempo, do clima, das próprias condições financeiras, as vezes a gente deixa de fazer alguma coisa que tava especificado pra fazer no tal mês e na tal época.

E prossegue:

...a gente começa de manhã cedo e às vezes vai até tarde fazendo, por exemplo a gente vai numa casa e a gente faz o almoço, tudo junto e almoça ali e da continuidade. O dia todo. Um dia é tirado pra isso, pra planejar as atividades.

No caso da Associação Munarini de Chapecó, é a Prefeitura Municipal através de profissionais da Secretaria da Agricultura que possui uma parceria com a APACO, quem oferece assistência técnica e apoio às atividades agroecológicas:

Há dois anos que a Administração (municipal) resolveu dar mais apoio à agricultura familiar e a parte da agroecologia. Apoio em relação à feira e até assistência técnica. No município de Chapecó quem quiser trabalhar com agroecologia tem assistência técnica. Inclusive está determinando que o quadro de profissionais da prefeitura estão proibidos de repassar formulários de agroquímicos aos agricultores. É uma determinação do Departamento de Agricultura.

O apoio da Rede sobre as atividades dos agricultores que tem como princípios a cooperação agrícola e a agroecologia, e como estratégia organizativa e ideológica a participação e a auto-gestão objetivam possibilitar aos grupos um domínio sobre todas as atividades, desde a *produção* até a *certificação*. Este domínio requer não somente conhecimentos técnicos que possibilitem aos grupos desenvolver as atividades agroecológicas, mas também uma formação política que os oriente para a construção de uma agricultura alternativa e de um novo modelo de desenvolvimento. Entre estes agentes que têm apoiado os grupos de cooperação, têm papel importante na formação e intercâmbio dos agricultores os sindicatos regionais de trabalhadores rurais (os str's), como ressaltam os depoimentos a seguir:

Quem incentivou acho que foi o sindicato, né, que tava mais, a CEMA de Quilombo. E que tava buscando essa visita, a gente sempre conversava assim, e tentava como produzir ecológico. (associação Coletiva Vida Ecológica)

A participação em sindicatos é um importante espaço de formação para os agricultores e seus grupos que recebem apoio em diferentes sentidos, desde uma formação política e ideológica específica que tem possibilitado a construção de uma identidade de agricultor familiar, passando por orientações e ações que têm possibilitado a sua viabilização. De acordo com a Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

Mas a gente sabe que mesmo não conseguindo resolver muitas questões o quanto é importante o apoio e a força que o sindicato dá para os agricultores, para quem está começando o grupo, para quem está individual. Faz uma agricultura diferente, pensa na industrialização, de agregar valor ao produto feito de uma maneira diferente, então isso é muito importante, é fundamental. Se a gente não tivesse tido isso de repente a gente teria quebrado ou quase com certeza a gente teria quebrado, então é fundamental.

O apoio e assessoria dada aos agricultores e seus grupos, têm, portanto, se evidenciado no papel que a Rede de agentes sociais têm, junto à agricultura familiar no Oeste Catarinense. Esta relação se estabelece desde a formação do grupo e se estende para a formação política, ideológica e técnica que os agricultores recebem para desenvolver as

atividades produtivas. Nesta Rede destacam-se, em especial, os sindicatos regionais, as cooperativas de crédito familiares, as prefeituras e os técnicos que possuem parcerias com a APACO no projeto de cooperação agrícola e agroecologia. De acordo com membro da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

O Sindicato é fundamental, a APACO no início da associação em 1996, nós tínhamos os técnicos da APACO, hoje a gente tem também o apoio deles da APACO, a orientação da APACO, foi fundamental na orientação do grupo. Conhecia pouco. Do Sindicato a gente sempre esteve próximo, mas da APACO a gente conhecia pouco. Conhecia o que estava sendo feito pelo convênio que a Prefeitura tinha com os técnicos.

A participação do sindicato, da Cooperativa Familiar e da APACO no apoio à formação dos grupos e em sua formação político-ideológica e técnica também é ressaltado por agricultor da Associação Munarini do município de Chapecó:

Quem falou na primeira vez, na época era a liderança sindical, o T fazia parte do Conselho do Sindicato e o A era mais direção de frente e ele tinha uma relação mais direta com a APACO. Daí eles trouxeram a APACO pra discutir na Comunidade, no grupo. Foram feitas várias reuniões e discutido o acompanhamento e a assessoria que a APACO podia estar dando pra nós.

Fica claro no discurso de alguns grupos quando a sua formação tem como base o movimento sindical. A própria concepção de cooperação se amplia para além da viabilização econômica. Este é o caso da Associação São Miguel:

Isso que eu queria colocar, a gente não está preocupado com o nosso conhecimento de se dar bem na vida e sim com as experiências que a gente (...), que praticamente desde que nós começamos a gente está fazendo experiência na roça também e com essas experiências colher resultados e poder repassar para outras famílias. A nossa preocupação é com a classe trabalhadora nossa.

É interessante perceber como realmente o vínculo a movimentos sociais e sindicais fornecem uma base político-ideológica importante para que certos agricultores mudem a sua concepção e optem por outras alternativas. A história de vida, de agricultores e agricultoras, demonstra bem como se deu esta escolha. O exemplo da história desta agricultora do Grupo de Cooperação Munarini de Chapecó é interessante para ilustrar isto.

A história começou quando C, era jovem e participava dos grupos 4S, depois que casou passou a participar do Movimento das Mulheres e Movimento Sindical. Ela está no movimento sindical há 15 anos e há 4 na direção do Sindicato, trabalhando diretamente com a

Secretaria de Finanças. É interessante como a história de C e sua família atualmente está diretamente ligada aos Movimentos e a agricultura familiar. Segundo a agricultura:

A minha família sempre participou dos movimentos, mesmo antes de formar o grupo. A minha filha mais nova (16 anos) participa do MMA e trabalha no movimento como secretária, 3 tardes por semana. O meu filho está no 1º ano do Curso de Agronomia da UNOESC (*hoje UnoChapecó*). A minha filha mais velha, de 18 anos, está fazendo curso de Filosofia na PUC em São Paulo. Eu estou fazendo o 2º grau em uma escola da CUT, a CEEBEJA, em Pinhão no Paraná. Vou uma vez por mês e fico três dias. É uma escola especial para sindicalistas. O curso tem todas as disciplinas básicas e em História se estuda também a parte de história do sindicalismo.

A formação deste grupo está, portanto, diretamente relacionada à história de alguns membros da família que sempre estiveram ligados ao movimento sindical. Porém, a busca em atividades produtivas alternativas (*neste caso o leite à base de pasto*) e a formação específica nesta atividade e em outros cursos de formação é mais recente. A família formalizou o grupo em 2000 a partir do apoio da Secretaria da Agricultura do Município de Chapecó e do Sindicato. Além disso, o grupo faz parte da Rede, através de vínculo com a UCAF e também da CRESOL.

Para agricultor da Associação Coletiva Vida Ecológica eles buscaram assessoria junto a APACO e a CREDIQUILOMBO (Cooperativa de Crédito Familiar de Quilombo, ligada ao Sistema CRESOL):

A gente tem a APACO. Quando a gente necessita de um projeto, de viabilizar um projeto, por exemplo da agroindústria a gente procura a APACO. Nós não temos assessoria aqui por enquanto (da prefeitura). Tem a Credi que tá mais ligada a APACO, mas da prefeitura não tem.

As Cooperativas de Crédito Familiares também desenvolvem um papel importante no processo de consolidação dos grupos de cooperação na medida em que constituem uma forma alternativa – conforme descrevemos quando nos detivemos sobre o Sistema Cresol - para as famílias ou os grupos movimentarem seus lucros e para conseguirem algum tipo de crédito ou financiamento. De acordo com depoimento da coordenadora da Associação Fornasier e Brancher:

Nós temos as famílias isoladas, cada uma é sócia também (da CrediQuilombo). E a gente só movimenta a conta corrente e aplicação em nome da associação. A associação tem conta corrente e outras aplicação assim é feita em nome da associação. Na verdade as famílias pouco sobra porque a gente trabalha tudo no coletivo. Então a gente não sobra, vamos dizer pra fazer uma aplicação individual, ou movimentar conta corrente individual, mas a gente ainda movimenta, mas é pouca coisa. Porque o trabalho em si já ele vem juntando tudo. É tudo na cooperação.

O trabalho de formação e orientação através de reuniões, palestras, cursos, bem como as experiências de intercâmbios através das visitas a outros grupos já formados, são momentos fundamentais para que os agricultores familiares compreendam e se convençam da importância de trabalhar em grupo e mudar o sistema produtivo. Segundo P, agricultor da Associação Munarini:

Os primeiros comentários que a gente ouviu, foi através da APACO, aí depois foi reforçado através de algumas palestras que a gente recebeu convite para participar e a Cooperfamiliar também ajudou muito e outro ponto que reforçou mais ainda, foi o Terra Solidária, que a gente começou a discutir, lançava e debater e depois nós ia pras visitas a campo ver as experiências já feita e com isso a gente conseguiu visualizar e ter uma noção de como era na prática desenvolvido o trabalho e outro ponto, como a gente já colocou antes, da necessidade de mudar de sistema.

Normalmente, o vínculo com a APACO é realizado pelos demais agentes ligados à Associação e normalmente a sua atuação e papel está mais ligado a um trabalho de assessoria que responde primeiro à estrutura organizativa, ou seja, pretende-se a participação dos agricultores em todos os níveis de tomada de decisão. Por outro lado, a estrutura dos programas de trabalho da associação permite a realização de atividades integradas com os grupos. O Programa Agroecologia, através das atividades produtivas se estende para outros programas, como por exemplo, o das agroindústrias familiares. A integração das atividades agroecológicas com atividades da agroindústria familiar têm sido uma alternativa concreta de viabilização e projeto da maioria dos grupos que depende muito do incentivo e apoio dos diferentes agentes ligados à rede. Esta Rede atua, portanto, desde a formação, passando pela assistência técnica aos grupos, organizando e assessorando a comercialização da produção dos grupos, como têm atuado, por exemplo, a UCAF, entidade criada em 2000 por iniciativa da APACO, agricultores e demais agentes. De acordo com o coordenador do Grupo de Cooperação Monte Alegre de Coronel Freitas:

A APACO sentou , o desenvolver sentou, a equipe técnica da Prefeitura (...) em cima disso vai ser criado uma central das agroindústrias do Oeste de Santa Catarina que vai possibilitar ainda mais a questão da venda, por exemplo, se tiver uma quantia maior que nós podemos oferecer, a Central vai ter uma equipe de vendedor, vai ter um engenheiro de alimentos, ela vai ser toda integrada, são três pessoas: um vendedor, um engenheiro de alimentos, e um que tem que ser técnico, que vão trabalhar com isso.

A formação dos grupos tem a ver com o apoio e incentivo recebido pela rede de agentes e este trabalho tem como objetivo criar condições para que os grupos se viabilizem economicamente, conquistem autonomia em todas as etapas das suas atividades, se convençam

de que vale a pena arriscar em novas atividades para romper com o sistema convencional, adquiram conhecimento e informação necessária para dominar a cadeia e principalmente construam uma nova forma de se relacionar com a sociedade e a natureza. É neste sentido que caminham as razões e práticas adotadas pelos grupos de cooperação na busca da construção de uma nova agricultura.

### 3. A opção pela coletivização: razões práticas e razões simbólicas

Alguns trabalhos na área da Antropologia, têm contribuído para a compreensão dos motivos e razões que levam agricultores à adotar tecnologias agrícolas. Estas opções fazem parte de um processo decisório e de “gestão”<sup>165</sup> de uma propriedade familiar. As tomadas de decisões dos agricultores são afetadas por várias dimensões que ultrapassam apenas a administração econômica.

Neste sentido, para Bennett (idem, ibidem) a “gestão” se constitui em um “sistema adaptativo” que envolve estratégias organizativas que variam de situação para situação. Para o autor (idem, ibidem):

Por “sistema adaptativo” nos referimos à mudança de conduta/comportamento de pessoas e às práticas de atores sociais se movimentando em um meio social organizado em um período de tempo conhecido, numa tentativa de realizar objetivos. Por “organizado”, nós damos o significado que há um grau de previsibilidade para as operações realizadas e seus resultados (...)

A “tomada de decisão adaptativa” em empreendimentos agrícolas familiares sofre a influência do que o autor chama de “contrangimentos”<sup>166</sup>, metas/oportunidades e outros fatores. Neste sentido, na “tomada de decisão adaptativa” estão presentes fatores que podem ser classificados em 3 categorias: os *recursos físicos*, *fenômenos microsociais* (família, comunidade) e *fenômenos macrosociais* (instituições nacionais, mercados, regulamentações governamentais). (Bennett, 1982, p.4)

---

<sup>165</sup> De acordo com Bennett (1982, p. 4), o termo “gestão” é equivalente a toda “conduta da atividade agrícola”. Porém, para o autor, “gestão” não é definida somente como um processo restrito de tomada de decisão ou de economia especializada, mais inclui negociações/transações entre parentes, amigos, vizinhos, a comunidade e as instituições (nacionais). Envolve tanto a alocação e aquisição de recursos assim como o balanço de custos e ganhos.

<sup>166</sup> Segundo Bennett (1982, p. 5-6), “o termo “constrangimento” vêm da economia, onde é definido como qualquer fator que forma ou inclina as decisões econômicas – algo que o agricultor precisa levar em conta para realizar seus objetivos. Mas cada “constrangimento” pode ser, uma limitação e um fator de liberação: para cada constrangimento há, teoricamente, uma oportunidade. As regras do jogo, como definidas pelas instituições, podem restringir decisões, mas elas também fornecem a oportunidade para tomar decisões e alcançar objetivos”.

Portanto, diferentes planos estão inter-relacionados nas decisões e expectativas dos agricultores, que além dos aspectos econômicos envolvem aspectos simbólicos e culturais. É neste aspecto, que as reflexões de Sahlins (1979) contribuem para entender que as “condições materiais” de uma sociedade, classe ou grupo social, são objetivas, mas ao mesmo tempo também são simbólicas e culturais. As ações e atividades práticas, não devem ser entendidas em si mesmas, mas devem ser interpretadas a partir de um sistema de valores que compõem uma “cultura”<sup>167</sup>.

Em síntese, ao mesmo tempo em que os agricultores familiares optam por determinadas alternativas agropecuárias, levados pela situação de “crise” e incertezas, impulsionados e motivados pelos mediadores e suas propostas, suas “tomadas de decisões e escolhas” são influenciados por razões simbólicas e valores culturais, que possibilitam sua reprodução social e, conseqüentemente, o reforço de sua identidade social e cultural.

Levando em consideração as reflexões teóricas acima, buscarei a seguir, analisar as razões que levaram à formação dos grupos de cooperação agrícola e a busca de novas alternativas. Para isto parto do pressuposto, de que estas razões tem como base aspectos de ordem econômico-produtiva, político-ideológica e ambiental.

Neste sentido, as razões que levaram as famílias dos agricultores a formar grupos de cooperação e a adotar as atividades agroecológicas, têm a ver com a necessidade, em primeiro lugar, de criar condições de produção, diferentes daquelas utilizadas na unidade individual sob o modelo convencional, ou seja, buscar viabilizar-se economicamente de forma alternativa. A cooperação agrícola constitui base concreta fundamental para este pressuposto de viabilização. Por outro lado, as demais razões – de ordem político-ideológica e ambiental – não devem ser analisadas de forma separada das razões econômico-produtivas. Na verdade, estas razões, constituem a base de formação e “convencimento” para que as famílias de agricultores adotassem e adotem novas atividades de produção.

### ***3.1. Razões econômico produtivas***

A questão da falta de mão-de-obra, a escassez de terras, e conseqüentemente a inviabilização do modelo produtivo convencional foram ressaltados como questões que têm

---

<sup>167</sup> Woortmann (1990, p.23), considera “a cultura como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade”. Percebe, ainda, a cultura “como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados”. Para o autor, são as “categorias

impossibilitado a viabilização econômica destes agricultores familiares. Porém estas dificuldades se ampliam na medida em que as famílias adotam novas atividades que exigem uma organização produtiva diferente daquela utilizada nas atividades convencionais. Assim é que o trabalho em grupo, a coletivização, associada às atividades agroecológicas têm sido apontadas como uma saída concreta e possível de viabilização econômica, isto é de reprodução social no ciclo curto, pois conseguem suprir esta nova necessidade de somar mão-de-obra e coletivizar as terras.

A possibilidade de somar mão-de-obra através do trabalho coletivo entre famílias (aparentadas ou não) é ressaltada neste depoimento do Grupo Irmãos Mânica:

Porque em grupo facilita mais, você não depende de pegar pessoal de fora pros trabalhos, tem bastante trabalho, se não tem que tercerizar, tem que pagar pessoal de fora e se reunindo a família se consegue tocar todas as atividades sem pegar pessoas de fora. Hoje tem bastante gente e funciona a formação do grupo. (...) antes da formação do grupo a gente já desenvolvia atividade coletiva, mas não agroecológica.

Para o coordenador do Grupo de Cooperação Monte Alegre, a diminuição de custos está intimamente relacionada a outros fatores como a questão da mão-de-obra:

Porque a gente tem concepção que associado a um grupo é melhor. Porque passa no pensamento que nós tivemos em agregar valor e tirar a questão, por exemplo, da falta de mão-de-obra. Por exemplo, eu na minha propriedade aqui, se eu fizer tudo o que eu tenho que fazer sozinho, não tem como eu voltar a fazer agricultura agroecológica. Porque traz mais mão-de-obra para dentro do grupo e daí começa a facilitar, se você quer alguma coisa a mais, mas você fica com a mão-de-obra, depois a mão-de-obra te corrige aqueles 100 e você consegue melhorar e diminuir os custos. Não importa se você tem que repartir com o outro.

A formação dos grupos com o objetivo de somar terras e com isso poder diversificar a produção agroecológica têm sido um motivo também ressaltado. A busca de alternativas diferentes das convencionais para alguns grupos é também justificada pela escassez de terras. De acordo com Grupo Irmãos Mânica:

Tem bastante gente querendo formar grupo, até porque quem tem pouca terra eles preferem formar grupo porque vamos supor que dois tenham 2ha, reúnem seis propriedades aí cada propriedade vai trabalhar com uma coisa e aí podem ter várias atividades. E se fosse um só não conseguiria ter e se formar um grupo. Agora dá prá ter várias atividades. E dá prá diversificar.

---

nucleantes”, (conforme tratamos em momento anterior), “que agregam conjuntos de significações, os quais dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade”.

Já no caso da Associação Familiar Bollis de Seara, a opção em trabalhar com leite à base de pasto e transformar esta produção em uma agroindústria, foi a solução encontrada para a viabilização de uma família com pouca terra, onde os filhos casados ainda vivem na casa paterna. De acordo com o pai:

O principal motivo foi o seguinte: eu que vivo aqui e os dois filhos, tinha que sair ou tentar fazer uma coisa. A fabriqueta de queijo, senão tinha que sair, não sabia onde ir. Uma que tem pouca terra e se tu ficar (...), tem três famílias pra plantar em cima dessa terra e só plantar assim prá vender, não tem como viver, daí surgiu (...), tinha que existir alguma outra coisa, pra nós ter um pouco mais de renda.

Para a Associação Familiar Bollis, as atividades convencionais associadas à pouca terra, vinham dificultando sua reprodução social, daí a necessidade de partir para uma atividade diferente. A formação do grupo e a busca de recursos para a agroindústria posteriormente consolidaram a nova atividade:

Se formou por dificuldades que a gente tinha de não ter outros meios de entrar dinheiro. No caso a gente trabalhava com porco e a gente deixou e através da APACO e da CREDISEARA, a gente começou a fabricar o queijo. Primeiro a gente fazia queijo caseiro, a gente começou dentro de casa, como viu que saia e a gente não vencia mais fazer a gente começou a fábrica, através da CREDISEARA e depois através da APACO, logo em seguida. No começo a gente trabalhava com pouco gado e foi aumentando, pouca vaca leiteira.

Já no caso do Grupo de Cooperação Irmãos Api, as terras não foram um limitante, mas sim as atividades convencionais que com o tempo se mostraram inviáveis e a cooperação entre as famílias de irmãos passou a ser vista como uma alternativa para tentar reverter a falta de capital que os impossibilitava de “modernizar-se”. De acordo com agrônomo da prefeitura, presente na entrevista desse grupo :

Eles sempre tiveram bastante terra, a terra pra eles nunca foi um limitante. Eles não tinham o capital pra eles adquirirem mais terra e eles irem tocar uma propriedade, isso eles não tinham. Eles sentiram essa necessidade de casar, mas de ficar por aqui, por que aqui tinha concentração das atividades. O pai deles já tinha um aviário, eles já tinham bastante lavoura. É um certo contrasenso, porque eles teriam que comprar um outro trator, comprar outras máquinas pra tocar as coisas dele.

A questão da mão-de-obra familiar para diversificar a produção e poder arriscar em novas atividades é um aspecto fundamental para que um grupo persista em novas alternativas de produção. A forma e a maneira como organizar esta produção e dividir o trabalho é que passa a ser diferenciado daquelas atividades convencionais, desenvolvidas por cada família individualmente. De acordo com agricultor da Associação Munarini de Chapecó:

Uma das razões é que a gente sozinho acaba se isolando e você tem mais dificuldade de competir pelo fato de ter uma pequena propriedade. Você sozinho é mais fácil de errar no planejamento, é mais fácil de você dar um tropeço no decorrer do período, porque sozinho você não pode diversificar muito a propriedade. Em grupo a gente pode distribuir por área, planeja tudo junto, se uma área de repente dá uma falha a outra pode estar compensando.

A relação entre “individual” e “coletivo” além de uma concepção mais geral, conforme apresentada anteriormente, possui diferentes significados que passam por questões relacionadas às práticas produtivas, à divisão do trabalho, as divisões dos lucros e investimentos para o grupo, às relações cotidianas, ao papel das famílias nas atividades coletivas e nas individuais, etc. Estas questões inter-relacionadas permitem a identificação de uma concepção de cooperação centrada na viabilização econômica e na reprodução social dos grupos e suas unidades familiares. Os depoimentos a seguir estão relacionados às divisões das atividades, e de como o trabalho coletivo facilita no dia-a-dia as práticas produtivas.

Cada pessoa de cada família, desenvolve, cuida de uma atividade, não é a família em si é cada pessoa. A gente tem várias atividades e a gente não é muito nas famílias. Até tem pessoas que tem duas, três atividades, também citei as mais por alto, mas tem quem cuida do reflorestamento, que cuida outras coisas mais específica. (...) A gente procura fazer (*dividir as atividades*) por proximidade. Que nem aqui na minha casa que tem as aves, a gente pohnou cada atividade, tipo naquela família que gosta mais disso, tipo aqui em casa meu marido gosta dos bichinho, então os bichinhos já tão aqui, já o meu mano gosta mais dos porco e fica perto da casa dele e assim vai né. (Associação Fornasier e Brancher)

Eu acho que tem diferença, a gente divide e vai pra frente, em grupo eu acho que é melhor. A preocupação também diminui, ao invés de uma família agora é sete. Agora com o fumo, com a colheita, aí tu tem que pensar no fumo, ainda tem que pensar no feijão, ainda tem que pensar no galinheiro, é um monte de coisa junto. E agora tu sabe que tem aquele que vai lá cortar o fumo, tem aquele que vai levar, quem corta, quem seca, quem vai levar em algum lugar, eu acho que alivia bastante. (agricultura, Grupo de Cooperação Monte Alegre)

A formação de um grupo, em alguns casos está também intimamente associado ao desejo de libertar-se da integração, neste caso, alegada às agroindústrias convencionais, como expressa o depoimento a seguir:

Na verdade o objetivo de um grupo coletivo é totalmente esse prá sair da integração. Ou seja, da agroindústria. É ser um grupo assim, sustentável, que se sustente e que ande com as próprias pernas. O conhecimento de cada família, de cada pessoa. Se a gente for falar em grupo de cooperação e a gente falasse que tá totalmente ligado a uma agroindústria nunca vai fechar como grupo de cooperação, não tem lógica. A gente tem que pensar assim, a gente é um grupo e desse grupo tudo que a gente produz, tudo que é nossa matéria prima, a nossa mão-de-obra tem que ser toda voltada, vamos dizer, pra uma indústria, mas que seja do próprio grupo,

desenvolvida por nós mesmo, nós que administramos, nós que comercializamos, nós que somos o dono né.

Por outro lado, um dos aspectos voltados igualmente para garantir a reprodução social de unidades familiares de produção organizadas em grupo é a sua formalização, no entanto, a formalização legal do grupo não determina na prática o seu funcionamento ou não, ela institui regras, direitos e deveres, que deverão ser cumpridos por todos os associados. Assim sendo, a organização formal e legal do grupo é importante, porém não é ela somente que vai definir o funcionamento e a continuidade do mesmo. A formalização do grupo é importante em momentos em que do ponto de vista legal, o mesmo necessita comprovar a sua existência através de cgc, estatuto, etc. Normalmente são situações que envolvem financiamentos, empréstimos, comercializações, etc. Ao mesmo tempo, as concepções de grupo, de coletivo ultrapassam estas questões legais e dizem respeito a diferentes variáveis que tratam da viabilização econômica e reprodução social destes agricultores. De acordo com um dos agricultores da Associação Familiar Bollis:

Se a gente não tivesse estatuto, CGC não funcionava, as vezes empréstimo, essas coisas assim, é bem mais fácil de conseguir.

É possível afirmar, em síntese, que os grupos de cooperação agrícola, pretendem, inicialmente, somar mão-de-obra familiar (aparentados ou não-aparentados) e somar terras para desenvolver atividades produtivas alternativas que no modelo convencional são inviáveis. As razões de ordem econômico-produtivas, em um primeiro momento, dizem respeito, portanto, a estratégias de organização em forma de grupos que possibilitem a viabilização econômica dos mesmos. Juntamente a estas razões mais estratégicas, temos as razões que envolvem o controle do início ao fim do processo, as tomadas de decisões para mudar de atividades produtivas e, com isso, conseqüentemente mudar o modelo excludente, com a mesma motivação acima referida, qual seja, ampliar ou garantir as possibilidades de reprodução de seu ciclo curto. É neste sentido que a idéia de mudar o modelo de desenvolvimento econômico e social que está alicerçado sob os moldes da modernização agrícola e do sistema agroindustrial, envolve diferentes perspectivas para se trabalhar em grupo e não mais individualmente. Estas mudanças implicam em um processo de formação técnica e político-ideológica, que colocada em prática possibilita a comparação entre o convencional e o alternativo. Em decorrência desta comparação são atribuídos significados e apontadas as vantagens e riscos destas atividades alternativas.

### ***3.2 Razões político-ideológicas e ambientais***

As razões político-ideológicas e ambientais devem ser analisadas conjuntamente, porque, antes de mais nada, envolvem um projeto político e tecnológico de mudanças não somente das atividades produtivas, dos sistemas de produção, mas sim uma mudança de concepção de um modelo de desenvolvimento econômico e social convencional, para um novo modelo alternativo que considere aspectos econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e ambientais sob uma nova ótica. Esta questão mais ampla pretende uma mudança na forma de pensar, nos valores da sociedade e mais especificamente dos agentes envolvidos com a agricultura familiar. Os desdobramentos desta questão são diversos e podem ser traduzidos, por um lado, a partir de aspectos mais estruturais, e por outro, de aspectos que envolvam as práticas dos agricultores e sua viabilização econômica, bem como suas representações e concepções acerca de sua reprodução social, sua identidade, sua relação com a natureza e com o meio ambiente.

A modernização agrícola fundada na produtividade e na competição, produziu valores individualistas que impedem os agricultores a terem determinada visão de como fazer agricultura na Região. Segundo um agricultor da Associação Munarini de Chapecó:

Um exemplo que eu vivi muito bem era nos anos 80, que se investiu muito na agricultura em máquinas e máquinas. As vezes tinha uma máquina que podia dois, três vizinhos se servir. Aí o vendedor vinha e fazia aquela propaganda que não adiantava comprar em grupo, tinha que cada um ter o seu porque a hora que você precisa o vizinho também precisa e aí vão de repente perder produtos, porque os dois querem, já vão brigar, não vai dar certo. Então, já colocava conflitos pra gente não se ajudar e a gente começou a perceber o que nós queria era o contrário, era unir mais. E outro ponto, é que a gente tem um desafio pela liderança que a gente faz na comunidade, de mostrar alguma coisa na comunidade e como é tão difícil da gente mostrar essa discussão, mostrar na prática, exemplo disto é que a gente está tentando fazer nas propriedades.

A formação político-ideológica dos grupos também influencia nas concepções sobre individual e coletivo. De um lado, temos uma visão mais geral, que procura criticar os valores individualistas advindos do sistema capitalista que têm na propriedade privada, na competitividade e na lucratividade suas bases. Estes dois depoimentos demonstram que o trabalho coletivo não tem apenas uma função utilitarista, e que a base de mudança dos valores daqueles agricultores familiares preocupados somente com o lucro e a produtividade em unidades familiares isoladas, depende fundamentalmente da formação :

Nós já vimos de vários trabalhos juntos na família e nunca tivemos problemas sérios, tivemos problemas de rotina. A região aqui é uma região onde foi colocado muito na nossa cabeça a individualidade, mesmo pelo comércio ali e as agroindústrias, sempre passaram pra nós uma visão que tu tem que cuidar da tua propriedade, do que é teu e deixa que o vizinho que faça o dele, você tem que ser melhor do que o outro, se o outro não vai bem é porque ele é relaxado, é vadio, essa é a concepção que passavam pra nós. Então, isso passaram também, uma idéia de ganância e poder pras pessoas e está muito difícil, a competitividade, está muito difícil da gente quebrar esse muro. (agricultor da Associação Munarini)

Esta é uma visão ainda predominante na Região Oeste, reforçada principalmente pela lógica do mercado das agroindústrias e cooperativas convencionais, pela mídia, etc, que têm influenciado diretamente na lógica produtiva e nos valores dos agricultores familiares. Por outro lado, temos os estereótipos relacionados aos descendentes de italianos e alemães que, segundo os *caboclos* ou *brasileiros* apresentam em seus discursos e práticas valores tais como a “avareza”, a “ganância”, a preocupação demasiada com o lucro e o bem estar apenas de seus familiares, questões que causariam uma maior resistência às mudanças. Os discursos e práticas associadas a esses valores atribuídos aos colonos descendentes de italianos e alemães podem ser verificados em diferentes trabalhos sobre identidade e etnicidade.<sup>168</sup> Vale ressaltar que, estou me referindo a tais valores enquanto representações construídas em situações de “fricção interétnica” (Oliveira, 1976) entre diferentes grupos, como ressalta Reis (1998). Mesmo assim, é impossível desconsiderar um atributo próprio aos *colonos*, qual seja a perspectiva de “fazer futuro”, no sentido de uma atitude “projetiva” diante do futuro, de “previsão” e sobretudo de poupança, através da parcimônia nos gastos, tendo em vista a possibilidade de acumulação<sup>169</sup>, pensada em termos de cada uma das unidades de produção. De acordo com um agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre:

Nós, por exemplo, o italiano que tem aquela cultura de trabalhar, não somos vadio, vamos trabalhar, quanto menos gastar para produzir, eles vão economizar, vão trabalhar. Só que no momento que você está em dois pra fazer diversas atividades na propriedade, automaticamente você vai ter que fazer alguma coisa que facilite um pouco mais a mão-de-obra, pra cuidar de uma coisa, vai ter que fazer alguma outra coisa com uma certa velocidade.

Esta peculiaridade é, ao que parece, uma das fontes de resistência às mudanças nas práticas produtivas dos agricultores familiares da Região. Porém, por outro lado, é interessante perceber como uma parcela destes mesmos agricultores descendentes de italianos

---

<sup>168</sup> Ver entre outros Renk (1997, 2000) e Seyferth (1992, 1993).

<sup>169</sup> Este aspecto é detidamente desenvolvido por Reis (1998), quando contrasta valores e orientações valorativas próprias de *colonos* e *brasileiros* ocupantes do oeste catarinense.

e alemães, têm procurado transformar seus valores e concepções, principalmente, a partir de uma formação política e ideológica específica que busca questionar os valores “individualistas”, reiterados e estimulados pelo sistema capitalista. Segundo um agricultor da Associação Munarini:

Além do grupo é muito pouco discutido, tem algumas famílias que a gente pode conversar e discutir, tem outras que tem uma visão muito individual e que não acreditam no trabalho agroecológico, na preservação do meio ambiente, acham que isso é normal, então fica difícil da gente discutir. São famílias que acham que tira uma tarde pra assistir uma palestra ou discutir é perder tempo. Acham que participar de uma organização onde se discute problemas da agricultura, do meio ambiente é coisa que só vai perder tempo. Então fica muito difícil se a pessoa não começa a se orientar, ela conseguir ter a visão do que pode acontecer.

“Perder tempo”, nestes termos, aponta não apenas para a questão da acumulação. Mas à íntima associação entre “progredir” e “acumular” através da dedicação ao trabalho, valor igualmente fundamental do “ethos” dos *colonos*, como apontam Seyferth (1982) e Renk (1997)

Esta questão pode ser verificada também no depoimento deste agricultor da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel, cujo discurso denota, sem dúvida, sua “formação” com mediadores preocupados com os aspectos políticos-ideológicos da problemática em questão.

E hoje em dia nós sabemos o que os meios de comunicação colocam então nós temos que colocar diferente. Então enquanto nós não estamos colocando, os meios de comunicação estão tramando a cada dia. E a gente tem percebido, o nosso trabalho mesmo não sendo exclusivo da agroecologia, no sindicato a gente tem puxado essa discussão também e a gente tem percebido a resistência de pessoas quando você fala com agricultores, de mentalidades diferentes, de culturas diferentes quanto ao trabalhar no coletivo. Porque até hoje isso é muito normal. Até hoje o vizinho comprou um carro, eu tenho que comprar um carro, o vizinho comprou um trator, eu tenho que comprar um trator, é tudo assim. Não foi colocado de uma maneira diferente que esse trator poderia servir para dez famílias, foi colocado de uma maneira diferente. E aí não adianta a gente se iludir porque os meios de comunicação estão sempre colocando a idéia do capitalismo, que é a realização pessoal tua, da tua felicidade, não importa quem está do lado sofrendo, é isso que o capitalismo coloca. Então hoje se nós estamos brigando por uma agroecologia, se nós estamos brigando por uma vida mais saudável, nós estamos batendo de frente com o capitalismo, com certeza. E por isso que a gente entende também que não há como a gente se isolar, você tem que estar envolvido, tem que estar envolvido no sindicato, nas entidades, comunidades, esportes, em todos os setores você tem que estar envolvido. Porque se você tem uma idéia, você defende essa idéia em todos os níveis da sociedade política, em todo o lugar você tem que defender isso e é importante isso e sempre você estar batendo de frente com o capitalismo. Esse capitalismo tem representantes espalhados em todos os lugares: liga a televisão, os meios de comunicação estão dentro de cada casa espalhando isso aí. Eu acho que o desafio maior hoje para nós como trabalho específico aqui é você conseguir convencer as pessoas através da tua prática também, na propriedade. O trabalho

agroecológico é na prática, porque as vezes eles falam muito mais do que as palavras da tua prática, da verdade, dos resultados.

Do mesmo modo, outros dois depoimentos salientam a questão de valores incentivados pelo sistema capitalista e como eles se opõem a nova perspectiva do associativismo assumido à partir de mediadores vinculados à forças sociais comprometidas com outros valores, apontando na direção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Para este agricultor da Associação Munarini:

Existem outros grupos de sistema de cooperação mas eles são interligados a família também, mas eles não trabalham as questões sociais, eles não discutem, eles discutem mais a questão convencional mesmo, que é o capitalismo. Constrõem um grupo é agroindústria ou é outra atividade, mas o objetivo é capitalista. O nosso grupo ele trabalha diferente, a gente procura levar o processo da sociedade, discutir todos os problemas sociais que existem, discutir dentro do grupo, os problemas da comunidade também, todo o grupo tem pessoas envolvidas na comunidade, ou é no esporte, ou é na igreja, ou é na escola, o grupo tem pessoas envolvidas. Então, o nosso grupo é um grupo que sempre foi ativo nos movimentos sociais também, então tem acompanhado sempre essa discussão.

O sentido do grupo e da cooperação não tem somente uma função utilitarista, ou seja, de apenas viabilizar economicamente as famílias, mas sim de possibilitar uma mudança de valores centrada nas atividades coletivas e no bem comum do grupo. Esta nova concepção política permite aos agricultores repensarem a sua condição social e a sua identidade de agricultores familiares, trabalhadores rurais, etc. Para agricultor da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

Eu acho que o bem comum, os bens do outro, as idéias que vão surgindo, e aí o que a gente têm aprendido até por trabalhar em grupo é de não se preocupar tanto com o eu e sim com o outro, com o nós. Não é porque o outro agricultor está sofrendo que eu vou querer rever apenas o meu problema, mas porque nós somos da *classe trabalhadora* e temos que rever os nossos problemas, é juntos que a gente vai resolver.

A importância da orientação e formação possibilita aos grupos uma comparação entre o modelo convencional e o agroecológico. Através de cálculos comparativos e dos resultados na prática o agricultor vai percebendo que a atividade agroecológica apresenta vantagens e que mesmo, a longo prazo, ela proporciona a viabilização econômica, a agregação de valor aos produtos, a redução nos custos de produção e conseqüentemente a reprodução social e permanência das famílias e principalmente, dos filhos que futuramente poderão ter uma perspectiva diferente no meio rural. Esta perspectiva diferente está relacionada, portanto, a uma concepção de trabalho coletivo que não pretende o lucro

imediate, que pretende romper com os valores individualistas do capitalismo, que pretende viabilizar economicamente as famílias através da soma de mão-de-obra e das terras, mas que pretende principalmente, reduzir os custos da produção. Vários depoimentos são elucidativos nessa direção, como os que seguem. De acordo com agricultor da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

A própria idéia do grupo, no nosso caso hoje o forte é a venda do leite. Só que a gente, desde o começo da Associação o nosso projeto não era o que estamos fazendo hoje, e sim o que a gente pretende ainda fazer, industrializar o leite, agregar valor, empregar mão-de-obra do agricultor nosso aqui. E aí ao invés de você vender o teu leite a R\$0,18 (dezoito centavos) para a cooperativa e ela vender por R\$1,50 (um real e cinquenta centavos), nós vendermos por R\$1,00 direto para o consumidor que dá lucro. Então, ter um produto que vai direto para o consumidor e o atravessador não vai tomar parte do lucro do agricultor. Então, eu acho que isso hoje, é um desafio para a agricultura. Nós sabemos que alguns anos atrás a produção de grãos, por exemplo soja, milho, feijão, era agricultura forte, só que hoje mudou. E a gente sabe que a agricultura não serve mais para o pequeno agricultor, então nós temos que fazer uma agricultura diferente e agregar valor é o nosso desafio para a gente poder fazer pequenas indústrias, açúcar mascavo, chimia, essas coisas que vai com certeza ajudar na manutenção da família e com certeza não vai ter atravessador.

Para a coordenadora da Associação Fornasier e Brancher:

Como que eu falava é pra a gente permanecer na roça, e segurar os jovens na roça, porque na época esse grupo tinha 7, 8 jovens, que faziam parte do grupo. Então o objetivo foi tentar assim que esses jovens permanecessem na roça. E até nós casais, até pouco tempo a gente tava muito desanimado com a situação que tava, vamos ver pra tentar ficar aqui, uns são um pouco teimoso vamos tentar formar o grupo...

Os motivos e razões em trabalhar coletivamente, como verificamos nestes depoimentos estão primeiramente associadas à possibilidade de viabilização econômica das famílias intimamente relacionada à diferentes fatores tais como aumento da disponibilidade de mão-de-obra e de terras. Contudo é indispensável ressaltar que estes aspectos, por sua vez, estão voltados para a viabilização de produção agropecuária alternativa ou agroecológica.

Como vimos, as razões e motivos que levam os agricultores familiares a se organizarem em grupos de cooperação agrícola, possuem diferentes significados e representações que vão desde a necessidade de viabilização econômica, passando por questões de ordem político-ideológicas – que enfatizam aspectos sociais e ambientais relacionados às atividades produtivas – até questões relacionadas ao *ethos* cultural destas famílias.

Um outro depoimento aponta para a importância do grupo de cooperação na reprodução social e valorização da identidade de ser agricultor familiar. Segundo agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre:

Eu acho que o A que já foi até assentado na questão do Movimento Sem Terra, a D também, que participou do Movimento das Mulheres Agricultoras, a minha formação também, é uma formação política. Eu tenho uma concepção política aqui, que a questão do grupo é um meio da gente permanecer na roça, não mandar o nosso filho embora, porque o que está acontecendo hoje? Se a gente tem falta de mão-de-obra, os nossos filhos estão todos indo embora, então você tem que criar alternativas para o teu filho ficar, porque tem que colocar na cabeça dele que ele não precisa ter vergonha de ser *colono*, de ser agricultor, de pertencer a esse meio. Porque produzir comida, alimento, não é indigno, é digno, é fator de dignidade.

O sentido do grupo e da coletivização tem na formação política e ideológica uma base muito importante para o convencimento de que trabalhar coletivamente possibilita a viabilização e continuidade de reprodução social das famílias de agricultores. Para agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre:

Faz uns dez anos que nós começamos a formar aquele grupo daí a APACO estava recém começando. Nós começamos meio que nos atalhos, se começar a coisa errada, acaba dando tudo errado. E quando foi trazido esse pessoal da APACO para conversar com nós, eu pelo menos tinha uma visão (...) acreditava naquilo que eles diziam, mas é difícil formar grupo e eles chegaram e colocaram aquilo que iria acontecer, aquilo que de fato iria começar a discutir. E nós tínhamos avançado tudo na contra mão e o pessoal que não tinha ideologia, que não tinha uma concepção de grupo, acabou desistindo porque quando viu o pessoal da APACO falar de grupo conforme como tinha que ser formado um grupo e muita gente pensava em formar o grupo para ganhar e não ver o do outro e não é assim que a gente faz hoje.

A concepção de grupo que passa a ser construída a partir de uma formação específica, como a repassada pela APACO, possibilita um questionamento sobre determinados valores que são considerados contrários aos princípios da cooperação agrícola e da agroecologia. Os significados sobre “individual” e “coletivo” passam a ser repensados a partir do novo referencial de grupo repassado pelos agentes da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar. Ainda segundo agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre:

Grupo a gente faz com aquela concepção de você somar, não de começar a querer tirar parte dos produtores e querer se beneficiar daquilo. Você entra, passa a ser mais um no grupo, não pode entrar no grupo para tirar coisas do grupo, o grupo é coisa futura, você não pode pensar no grupo para amanhã, você tem que pensar no grupo para daqui a quatro, cinco, seis anos, pensar para os teus filhos, o grupo é isso.

Questões como o imediatismo, a lucratividade rápida, o beneficiamento de apenas algumas pessoas e não do coletivo, são valores contrários à concepção de trabalho em grupo segundo a concepção dos grupos investigados. Esta questão fica clara neste depoimento de agricultor da Associação Munarini:

Pra fazer o trabalho em grupo, todos os membros tem que ter a convicção clara do que é trabalho em grupo e o que pode ser alcançado e quais os obstáculos que a gente vai ter e outra visão que a gente não pode pensar em primeiro lugar é a questão financeira, mas sim a questão social, social entre o grupo. O nosso grupo não é simplesmente para dizer “nós vamos formar o grupo e vamos enriquecer, ou vamos comprar um carro pra cada filho”, mas o grupo é pra que a gente se mantenha na atividade da agricultura familiar, que a gente possa manter os nossos filhos também nessas atividades e que a gente consiga transformar as propriedades em propriedades sustentáveis, que não basta ficar na agricultura se ela não te sustenta, quem ficar tem que sustentar também.

Esta questão também é ressaltada pela coordenadora da Associação Fornasier e Brancher:

O objetivo nosso, foi pra gente se fixar na roça, fica na roça e cooperar entre as mais diversas atividades, não ligando uma situação financeira imediata pras famílias. Teve um grupo que entrou com essa finalidade, esse objetivo. Nós queremos ficar rico logo, ter um grupo pra ficar rico rápido e subir rápido. Mas não é assim. Tem que ter muita discussão, entendimento e a prática né ?

A construção da identidade dos grupos de cooperação com este perfil, com formação específica obtida nas discussões e cursos ligados à Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, passa pela contraposição ao “outro”- àquelas famílias que trabalham individualmente, que não desenvolvem atividades agroecológicas, que estão ligadas exclusivamente às agroindústrias convencionais e que não valorizam e reconhecem o trabalho coletivo. Este depoimento é sugestivo:

O trabalho coletivo, assim na época que foi começado a formar o grupo, primeira discussão, tinha os comentários assim né: “Ihh, eles vão formar um grupo coletivo, mas vão enriquecer só uma pessoa de dentro do grupo..”. E foi né, e isso a gente ficou sabendo. Só que nós, cada vez que nos se reunia, nós deixava que os outros falam da gente. Que enquanto eles falam da gente, nós tocamos pra frente a nossa vida, nosso trabalho. E eles ficam só falando dos outros. Então por isso muitas pessoas não vêem o trabalho da gente assim valorizado, uma atividade , uma experiência que tem valor. Agora não falam mais, nem mais mal do grupo. Mas também não falam bem. Ficam assim, neutros, só que eles percebem que muitos ai agora chegam e dizem pra gente, mas vocês sim, não dão mais o porco pra agroindústria, vocês sim fazem, vocês mesmo vão vender, e tem que ser assim, tudo a gente vende nas famílias. Mas não é todos que são.

## 4. Os significados e representações sobre a cooperação

### 4.1. A cooperação, as relações de parentesco e vizinhança

Em casos de famílias aparentadas que vivem em uma mesma propriedade e que já tinham por “costume” coletivizar as atividades produtivas a formalização dos grupos de cooperação pode ter sido um processo mais tranquilo. Porém isto não está diretamente associado somente à questão cultural, ou seja, porque estas famílias já tinham como prática a ajuda mútua, o grupo formou-se e consolidou-se. Este aspecto pode contribuir decisivamente para isto. Porém a noção de coletividade trabalhada pela Rede de Viabilização é muito mais ampla, pois envolve toda uma formação político ideológica e a prática de atividades diferenciadas das convencionais. Entretanto, a proximidade entre as famílias, pelo aspecto do parentesco e até mesmo pelo aspecto físico - de residirem juntos na mesma casa ou em uma mesma propriedade - facilita muito o diálogo e as decisões que precisam ser tomadas coletivamente.

No caso do Grupo Irmãos Mânica, o parentesco entre as famílias que o compõem, foi um aspecto importante para a formação do grupo, sua formalização e a decisão em buscar uma nova alternativa econômica.

O grupo é formado a vários anos, porque é uma família. Os irmãos foram crescendo juntos e trabalharam sempre juntos mas, mais formalmente desde 97, que a gente começou a pensar em processar alguma coisa, um produto. Daí que a gente foi fazer ata e fizemos o registro da Associação. No papel precisa, mas na prática não é tanto. No papel tem o coordenador, o secretário, o tesoureiro. A gente não se reúne especificamente pra isso, mas tudo que a gente vai fazer é decidido junto. Facilita bastante (*morar na mesma casa, na mesma propriedade, ser aparentados*), o próprio convívio do dia a dia, a gente vai conversando e vendo o que é melhor a ser feito.

Para a Associação Familiar Bollis, o parentesco e o convívio no dia a dia também facilitam o funcionamento do grupo e sua continuidade.

Um pouco funciona melhor, porque assim, você tem (...), duas, três famílias (*não-aparentadas*) cada um tem uma idéia diferente daí não funciona tão direito assim, tem mais discussão. Assim, a família (*aparentada*) está quase direito, sempre junto e assim se fosse uma outra (...), se fosse outras pessoas tem até atrevimento mas, não é uma coisa direta. É, facilita, claro, a gente pode conversar direito.

Os grupos formados principalmente por parentes e que não possuem atividades individuais ressaltam a importância da convivência entre os membros e de como este tipo de

relação determina a divisão do trabalho coletivo. Esta relação pode ser verificada nos seguintes depoimentos:

Além da cooperação que tem no trabalho, a gente sente muito a falta um do outro, quando tá faltando um, vamos dizer no serviço, na roça, parece que falta uma coisa. Em relação a convivência assim, também a gente sai, passeia aqui, passeia lá. É uma relação assim que a gente não se separa muito, vamo dizer, no domingo, ou no dia santo, no feriado, assim, a gente tá sempre meio junto, sempre o costume é ficar junto. A gente sente falta um do outro, tipo assim, um fica, um não vai na roça, todo mundo pergunta, será que ele tá doente, será que deu o que? (Coordenadora da Associação Fornasier e Brancher)

Na verdade, nossa família sempre trabalhou assim. E a gente tinha antes de nós formar esse grupo entre a nossa família, a gente tinha outro grupo. Daí a gente trabalhou por horas nesse trabalho. E o dinheiro somado no mês, a gente dividia por hora e dividia pra cada um. Agora se a minha mana precisa de um dinheiro pra sai pega e sai. Não é dividido por hora o trabalho. (...) Só entre família a mão-de-obra é centralizada, é mais objetiva na propriedade. Todas as famílias aqui centralizadas num só objetivo e no trabalho do dia a dia. (...) Assim, todos participam. Nos trabalhos não tem quem faz o que. Tem as tarefas divididas, por exemplo, mas caso alguém saia, os outros tem que fazer o trabalho dele. Mas não é assim, que só eu tenho que ir pra Chapecó vender, eu sou responsável pela venda, mas no caso de poder ir outro comercializar os produtos, vai. (Agricultor da Associação Coletiva Vida Ecológica)

A relação entre parentesco e o consenso de que todas as atividades do grupo devem ser coletivizadas, também é ressaltado pelo coordenador do Grupo Irmãos Mânica:

Todas elas são coletivamente, porque é tudo em família. Não tem como se fazer alguma coisa que não seja pelo grupo, pela família. Se não fossem todos da mesma família, sempre iria haver alguma coisa que seria mais pessoal, fazer coisas que seriam pra eles (*os que não são da família*). Seria bastante diferente. No nosso caso, todas as atividades são coletivas. Até porque, as principais já estão definidas, cada um tem seu papel e daí quando um precisa da ajuda do outro eles conversam e fazem o serviço. Até porque o que é feito pra um é feito pra todos.

A divisão do trabalho, é portanto, algo sempre conversado, decidido e planejado no dia a dia das atividades cotidianas e de acordo com as necessidades e disponibilidade de mão-de-obra existente em cada grupo. De acordo com depoimento de agricultura do Grupo de Cooperação Munarini, a atividade desenvolvida pelo grupo foi planejada a partir da disponibilidade de terras, espaço e infra-estrutura em cada propriedade, bem como pelo tempo e mão-de-obra existente em cada família:

O manejo das vacas, a criação dos bezerros até o desmame, fica com a família do P. E depois as novilhas voltam para a nossa propriedade, para a ordenha onde tem um estábulo específico para isso. A distribuição do trabalho é feita também em função também do tempo de cada família, da mão-de-obra disponível. Na nossa família,

hoje estão disponíveis para o trabalho meu marido, um filho e o outro está estudando agronomia na universidade, não pode trabalhar o tempo todo.

Além da coletivização das atividades produtivas, da divisão do trabalho, os lucros também são divididos e muitas vezes, o lucro advindo do trabalho coletivo é investido em bens para o próprio grupo no sentido de possibilitar a continuidade das atividades. A descrição de como estas atividades são coletivizadas podem ser verificadas nestes depoimentos:

Coletivizado aqui no nosso grupo é a produção de leite, então a terra que é necessária pra produção de leite é tudo coletiva, aonde os animais ficam, a produção de pasto pros animais, a produção de milho pros animais é coletiva. (...) Tem uma família, no caso que é a minha que pega os animais depois do desmame e daí o macho é engordado aqui, fica até o ponto de abate e a fêmea até o ponto de parir (...) e daí uma outra família cuida só das matrizes e das novilhas. Daí a gente faz os custos e lucro e quem cuida trabalha com o leite, ganha a mais numa porcentagem de tirar o leite. Eles ganham 15% do leite que é vendido. Os responsáveis pela ordenha e o manejo dos animais. (...) O grupo já tem coletivamente, os animais, a ordenhadeira, o resfriador, a máquina para fazer a ração das vacas, o pasto e agora estamos com um projeto de comprar as máquinas pra industrializar o leite. (Agricultor da Associação Munarini)

Tudo é coletivo, desde a principal atividade que é o suíno e o milho, até a agricultura de subsistência. Inclusive ali também vem o maquinário que a gente tem hoje, que não é totalmente coletivo. O trator não é, já tem outras máquinas mais leves, equipamento mais simples que é tudo coletivo. A gente tá comprando tudo no grupo mesmo. É bem mais fácil. (...) Motores, tem quebrador pra fazer a ração, plantadeira, roçadeira para roçar os piquetes. No silo, tudo que tiver dentro daquele barracão lá, que é 14x14, é tudo coletivo. Então lá tem o secador, que tem capacidade pra secar 50 bolsas de produto por vez. Tem lugar pra se construir mais dois silos dentro desse barracão. Daí tem a fábrica de ração. O silo é onde armazena, onde fica armazenado de um ano pro outro. Daí tem o quebradouro, aquele que quebra o milho, tem o misturador, tem o motor à luz. Tem também outra coisa que é o caracol que também faz parte do silo e do secador e da fábrica de ração. Daí só tem um caracol, onde que ele leva, ele joga o milho de um lado pro outro. (...) ele joga o produto, vamos dizer, do secador no silo, depois no silo na fábrica de ração. (Coordenadora da Associação Fornasier e Brancher)

Era criado só num lugar os suínos e levava prá casa pra engordar o porco, fazia o confinamento nas casas. Mas aí dava muita mão de obra a alimentação e tinha que levar depois trazer, a gente achou depois de tanta reunião, vamos partir pra uma coisa mais coletiva, assim não dá, assim se tornava semi-coletivo. Dava muito trabalho. Daí a gente partiu pra todo o coletivo dos suínos. E foi ali que nós começamos a investir na instalação. Foi feito o chiqueiro, assim, só uma parte que era do meu pai, que era dono daquela construção, daí a gente investiu, fez um PRONAF, aí conseguimos e acabamos construindo com recursos próprios porque demorou o dinheiro do PRONAF. (Associação Fornasier e Brancher)

Após a formação do grupo, além da indústria se montou mais um galpão de aviário, mas não foi com a produção e industrialização da laranja, o que a gente conseguiu nesses anos

aqui foi tudo praticamente investido na indústria, teve um valor alto. A gente também investiu alguma coisa em leite, que foi comprado algumas vacas de leite. (Grupo Irmãos Mânica)

Até agora sempre foi (*o lucro*) investido. Foi comprado um quebrador, construímos um galpão para prender os animais e sempre fomos investindo tudo. (Associação dos Produtores Rurais Progressistas)

Até mesmo a questão da formalização dos grupos, que implica no consenso à respeito de regras, direitos e deveres, é, de acordo com alguns dos entrevistados, vivenciada com menos margem de conflito. Os depoimentos sugerem que estas regras, direitos e deveres seriam mais aceitos e compreendidos quando o grupo é formado por famílias aparentadas. Isto não quer dizer que não haja discordâncias e conflitos, porém eles podem ser discutidos mais abertamente. De acordo com um agrônomo referindo-se ao Grupo de Cooperação Irmãos Api:

O estatuto, o regimento interno, a ata, são questões que ajudam no sentido que as vezes tem determinada família que não concorda com determinado assunto, ou que não cumpre determinada tarefa e aí você busca um documento pra poder cobrar dessa família um respeito maior, uma identidade maior com o grupo. Eles já não tinham isso por que eles já são irmãos. Já são famílias que praticamente cresceram juntos, criaram os filhos juntos, então a relação entre eles é muito mais harmônica. Não quer dizer que eles não briguem, brigam, mas num sentido muito mais aberto, sem ressentimento.

A cooperação agrícola realizada por famílias aparentadas define muitos aspectos relacionados à produção, desde a forma como as atividades vão ser realizadas, a divisão do trabalho, a gestão das atividades, a divisão dos lucros, os investimentos advindos dos lucros, etc. Por outro lado, o fato do grupo ser formado só por famílias aparentadas, ou por uma composição mista (parentes e vizinhos) como encontramos em alguns grupos, define também as relações cotidianas vividas na comunidade e nos valores relacionados a noções como “particular” e “coletivo”, “individual” e “coletivo”. Estas noções dizem respeito não somente as atividades produtivas, mas também à vida cotidiana e as relações sociais e familiares. Estes depoimentos explicitam estas questões:

Não tem você comprar uma coisa e pegar em nome de algum. Isso não existe, quer dizer, existe se você faz um contrato. É na palavra mesmo. É na confiança. Porque primeiro de tudo num grupo tem que ter a confiança. Se você não tiver confiança, você não chega a lugar nenhum. (Associação Fornasier e Brancher)

A gente tem dividido nada aqui, nem um chinelo. A roupa pra se vestir é um pro outro. Se a minha roupa não serve pra eles não põe, se não eles ponhavam também aquela. Roupa ninguém tem dividido. Roupa mais pra mim sair, que o meu mano tem ele me empresta... Nem as panelas, nada, nada..

Entretanto, a própria concepção de grupo possui um significado diferente para aqueles, onde não há predomínio de parentes. Assim sendo, as atividades individuais de cada família - sejam elas produtivas ou relacionadas ao cotidiano e a vida em comunidade - possuem o seu espaço definido. Neste sentido o trabalho coletivo pode ser facilitado pela relação de parentesco, porém possui outro significado quando o grupo é formado também por relações de vizinhança. Por exemplo, para o Grupo de Cooperação Monte Alegre, composto em sua maioria por vizinhos, somente os laços de parentesco não definem a formação de um grupo de cooperação:

Por exemplo eu tenho parente no grupo, tenho cunhado, tem o N, não é parente, é um vizinho, mas a gente considera, eu considero as pessoas desse grupo, por exemplo o A e o N, estão os dois aqui. (...) esse lado é forte sim, eu acho que a gente tem que estar próximo de quem está próximo da gente. Eu tenho o meu pai lá em Chapecó, se eu quiser contar, tenho que contar com o meu vizinho (...), então esse grau de parentesco é uma questão particular de cada um. Só que a questão do grupo independe se é irmão, por que teve irmão que saiu do grupo, então, isso vai da concepção de cada um. Então tem que ter claro isso, se eu quero o grupo coletivo, eu não posso dizer: eu quero o grupo com Pedro, com Paulo, com João, eu quero o grupo com quem quer grupo também. Então, parte da vontade de cada um, se o N quer grupo, então vamos fazer grupo com o N, agora se o N não quer grupo, então não vamos fazer grupo com o N, vamos ter que escolher outro, é assim esse grupo.

A formação do grupo de cooperação Monte Alegre tem nas relações de vizinhança uma base muito importante que é estabelecida a partir de valores como a “confiança” e a “democracia” que está relacionada à formação política de alguns membros do grupo. Estes depoimentos são esclarecedores nesta direção:

Se você é responsável por fazer alguma coisa, você tem que fazer e fazer o mais transparente possível pra que nunca se perca, para que o grupo não perca, o grupo perde quando começa aparecer desconfiança, aí é que o grupo mais perde. Então, nós temos que ser, quanto mais agir, mais o grupo vai funcionar beleza. Então, eu acho que nós não temos mais o que tirar um do outro, por que nós temos muito pouco prá um tirar do outro, então o que nós temos é se ajudar, então isso é fundamental.

(...) o grupo tem que ser um centro democrático, quem não se sente a vontade, elas vão procurar a melhor convivência para elas, se para melhorar a questão da vida delas é sair do grupo, então sai automaticamente. A questão da saída de qualquer membro também, a gente discute, a gente não corre atrás para que a pessoa volte, mas também, jamais força alguém para sair.

Vale destacar, a partir desses e de outros depoimentos, a importância das relações de vizinhança como parte do “ethos” dos agricultores familiares, sobretudo entre os colonos,

cujos sentido de “relação comunitária”<sup>170</sup> como uma coletividade composta por grupos de vizinhança e parentesco, tendo por base a convivência em uma mesma localidade ou *comunidade*<sup>171</sup>, é devidamente apontada por diferentes autores, alguns deles já citados, como Seyferth (1990, 1992).

Aqui na nossa comunidade tem muita pouca gente que tem uma estrutura, por exemplo, que nem tem certos membros do grupo aqui, então tem umas três ou quatro famílias que talvez até tenham melhores condições, mas só que vai da concepção de cada um, que nem tem um que é individualista, foi convidado para participar do grupo e não quis, outros queriam participar do grupo, mas só que muito egoístas, daí o grupo começa a ficar com o pé atrás, então se é pra ter dúvida é melhor você ficar com aquilo que está. Então, a questão de formar grupo não é nem pela necessidade, é pela vontade, pela formação que a pessoa tem. (agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre)

A divisão do trabalho e das atividades, bem como a coletivização dos lucros, bens adquiridos e investimentos realizados sejam coletivos ou individuais, na prática do dia-a-dia são determinados também pela proximidade entre as famílias, seja ela relacionada ao parentesco ou a à proximidade física que facilitam não somente as práticas produtivas, mas também o entendimento e o consenso nas tomadas de decisões. Estes depoimentos obtidos junto ao Grupo Irmãos Api explicitam esta questão:

Na verdade que nem nós colocamos antes, a gente pega pela necessidade e não pelo método. (agricultor)

(...) Se vocês fossem se dividir hoje, cada um plantar essas coisas, vocês iriam ter muitas dificuldades, além da dificuldade material, vocês vão ter uma dificuldade de relação. Por que vocês construíram a vida de vocês dessa forma. (técnico presente na entrevista)

(...) Na verdade por que a gente acostumou assim, qualquer coisinha a gente vai conversar. Mesmo se eu tenho que vender um terneiro, é difícil que eu pegue e venda que o J e o A não saibam, mesmo que sendo um bom negócio, no meu ponto de vista, mas aí eu falo “o que vocês acham? É um bom negócio, não é?” E a gente se acostumou assim. (agricultor)

---

<sup>170</sup> O papel da reciprocidade e solidariedade para a reprodução social de agricultores familiares foi ressaltada por diferentes autores, como Candido, A. (1971), Santos, J. V. T. (1979) e Seyferth (1990).

<sup>171</sup> De acordo com Seyferth (1992, p.79), na literatura antropológica sobre campesinato, o termo *comunidade rural* quase sempre está referido à aldeia camponesa. Porém, este termo não deve ser tomado como sinônimo para o Sul do País, onde a “fixação dos colonos, teve como característica o povoamento disperso em fileiras, mantendo certa regularidade na distribuição dos lotes, constituindo as “linhas”, nas quais ocorre a coincidência entre áreas de habitação e produção”. (Bloemer, 2000, p. 24) . Neste sentido, o termo comunidade é bastante abrangente, na medida em que refere-se a área territorial que comporta todas as propriedades familiares de diferentes “linhas” e um único espaço comunitário onde situa-se a igreja, a escola, o salão paroquial, etc. Por outro lado, cada “linha” ou localidade, mantém relações de parentesco e vizinhança, não importando se exista um espaço específico (como o da igreja e salão paroquial, por exemplo), além daquele das propriedades de cada família.

Em síntese, a cooperação entre as famílias antes de ser uma concepção abstrata ou apenas ideológica, tem nas práticas e nas relações cotidianas significados concretos que são traduzidos e pensados de forma lógica e racional a partir de uma comparação com a concepção centrada apenas na produtividade, - muitas vezes de forma calculada, com base em uma lógica de “custos e benefícios” – buscando com isso explicitar as vantagens e benefícios que este tipo de organização traz para a viabilização das unidades familiares de produção, ao contrário da concepção da modernização agrícola. Estes depoimentos de agricultor do grupo de Cooperação Monte Alegre são elucidativos:

O que estrangulou também a questão da agricultura familiar foi a questão dos equipamentos que o agricultor usa, porque são equipamentos muito caros, a depreciação deles é muito grande e quando chega a um certo ponto, esse equipamento você não pode mais usar, porque a manutenção dele você não pode mais bancar. Então, o nosso grupo está cheio disso, o que tem de ferramenta velha aí atrapalhando, estrovando, eu acho que é algo da concepção individual. Se fulano tinha 3 ha, tinha 1 ha e desse para trabalhar com o trator, ele comprava um trator, não queria saber se o vizinho tinha, se quanto custasse lá para o vizinho fazer a roça, não se preocupou com a depreciação.

E na questão do grupo eu penso que daqui há três, quatro anos nós vamos conseguir construir esse processo e fazer, que nós tenhamos aquela colheita de boa qualidade, de melhor qualidade da que nós temos. Por exemplo, se nós não temos três, quatro tratores, mas tem um trator com condições de fazer todo o serviço é assim que a gente vai melhorar a situação nossa. Muitas vezes a manutenção de um trator, se eu tiver que pagar sozinho, eu gasto R\$ 2.000,00, agora se está em sete famílias, se nós temos sete vamos pagar a manutenção de R\$ 2.000,00, dá R\$ 250,00 cada um, então fica mais fácil não é verdade?

A concepção sobre coletivo, tanto nos grupos aparentados como naqueles formados também por vizinhos, é fruto de um processo de discussão, de formação, que além de possibilitar a viabilização econômica dos grupos, permite uma mudança dia após dia de valores e costumes que anteriormente estavam centrados mais em uma concepção voltada apenas para a unidade individual de produção.

É mais fácil (formar grupo em família), mas tem possibilidades de pessoas formar grupo desde que tenham uma visão aberta das coisas e que compreendam as coisas. Quem pensa em formar um grupo não pode pensar só pra si, tem que pensar no grupo. Não tem que ter todos a mesma coisa, mas discutir em grupo, ou ter todos o mesmo tamanho da propriedade, tem que ter a mesma idéia. (agricultor, Grupo Irmãos Mânica)

Antes não tinha grupo, tinha só um, sozinho. Agora a ... (*referindo-se a companheira do grupo*) falou uma grande coisa, da minha cabeça se foi o estresse, Deus o livre. Porque quando você faz uma coisa só pra ti, é você quem tem que se preocupar o tempo todo com aquilo, mas quando você faz em grupo, não é que a gente não tenha compromisso, mas já é todo mundo

decidindo, se um tiver que vender a vaquinha para pagar a conta, é de cada um. (agricultor, Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Você não pode uma hora para outra quebrar o ciclo, todo costume de vida aqui e você ter uma vida particular, uma vida só tua e você começar a dividir, por exemplo, a vida, a minha vida com o N, com o C, com o A e começar a discutir, vamos plantar isso, vamos plantar aquilo, em toda a discussão a gente decide juntos. Quando eu trabalhava pra mim eu decidia, lá eu planto milho, lá eu planto fumo, agora não, agora no grupo a gente discute. (agricultor, Grupo de Cooperação Monte Alegre)

O sentido de coletivização, é portanto, antes de mais nada diferenciado do trabalho individual que tem nas atividades exclusivamente as suas bases, e de outro lado, embora diferenciado de outras formas de trabalho coletivo, como por exemplo o mutirão, tem sido recuperado na fala de alguns grupos, que atribuem ao parentesco um fator importante para a formação deste tipo de cooperação. Mesmo assim, a adoção desta forma de cooperação tem provocado mudanças nos valores das famílias, que passam a ter que lidar com duas formas diferenciadas de produção agrícola, de gestão da propriedade, de divisão do trabalho, de administração dos gastos e lucros advindos do trabalho coletivo. Neste aspecto, a diferença e o sentido em trabalhar “coletivamente” ou “individualmente”, fica bem clara nas falas dos grupos. Esta diferença vai ser determinada dependendo se o grupo possui somente atividades coletivas ou coletivas e individuais.

Associada, portanto, a fatores de ordem prática, pode-se constatar “razões simbólicas”, tanto as de caráter político, ideológico como, embora não claramente evidenciados, aqueles ligados ao “corporativismo familiar” como um valor salientado por Woortmann (1990), como já foi apontado anteriormente.

Diretamente associado à cooperação agrícola aspectos ambientais também são apontados como razão para a opção do trabalho em grupo. Neste sentido, a agroecologia, bem como outras noções relacionadas à questão ambiental – como por exemplo, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade - são representadas a partir de razões práticas e simbólicas, conforme desenvolvido por Sahlins (1979).

## **5. Adoção de atividades agroecológicas: razões práticas e simbólicas**

Assim como a noção de cooperação agrícola foi analisada sob o ponto de vista das razões práticas e simbólicas, a noção de agroecologia também será tratada da mesma forma. Não há aqui uma intenção de separar as questões de ordem prática das de ordem simbólica, isto porque, do ponto de vista teórico e metodológico elas são analisadas de forma inter-

relacionada. Ao citar Sahlins (1979) pretendi enfatizar principalmente o fato do autor ressaltar que as relações e práticas econômicas não são meramente utilitaristas, mas também simbólicas. Neste sentido, tanto as práticas como as representações simbólicas são determinadas por sistemas culturais relacionados.

As práticas e representações simbólicas dos agricultores familiares no Oeste Catarinense, têm sido construídas, por um lado, através de uma lógica relacionada ao sistema capitalista mais amplo, o que sem dúvida têm determinado estas práticas e influenciado na construção de um suposto modelo de agricultura familiar próprio à Região Sul, modelo este que nem sempre têm sido analisado em sua diversidade e em suas limitações. Portanto, a lógica interna das unidades familiares também é perpassada pela lógica do sistema capitalista, porém não determinada por ela. As práticas e representações dos agricultores familiares são decorrência da inter-relação, entre esta lógica capitalista e a lógica da campesinidade. Como vimos anteriormente, de acordo com Woortmann (1990), a “campesinidade” implica mais do que uma ordem econômica, centrada apenas em questões produtivas e técnicas> Implica em uma ordem moral que determina uma relação entre categorias nucleantes como *terra, trabalho e família*. Além de dar significado às ações, estas categorias dão significado aos discursos.

A adoção de atividades agroecológicas pelos GCA's, além de razões práticas – que pretendem a viabilização econômica – possuem significados mais complexos e amplos que envolvem outras dimensões que não estão necessariamente desvinculadas das razões econômicas. Com o objetivo de organizar a análise e sem dúvida realizar uma interpretação dos significados, como nos propomos do ponto de vista metodológico, seguirei uma lógica que inicialmente enfatizará os motivos e razões que levaram os grupos a buscar alternativas agroecológicas.

É neste caminho que as diferenças entre o convencional e o alternativo aparecem nas falas. A adoção de atividades agroecológicas tem implicado em um processo de conversão que por si só apresenta aspectos técnicos e simbólicos. As mudanças e adoção de novas atividades tem sido perpassadas por um processo de formação político-ideológico e técnico. É este processo de formação que possibilita aos agricultores familiares construírem as suas concepções e significados sobre a agroecologia – concepções estas relacionadas as práticas e funcionamento dos sistemas, até concepções mais amplas relacionadas ao meio ambiente. As práticas e concepções permitem aos grupos de cooperação avaliarem as vantagens e desvantagens existentes nestas novas atividades . Esta avaliação também é perpassada por aspectos práticos e simbólicos. Para finalizar, analiso as falas que explicitam as opiniões dos

agricultores sobre a sua condição social e cultural, sobre as suas estratégias de reprodução social. A adoção de novas atividades produtivas mudou em que sentido a condição destes agricultores familiares? Em que sentido as atividades agroecológicas têm possibilitado a viabilidade econômica e reprodução social destes grupos ?

### ***5.1. Da crise a agroecologia***

A busca de novas alternativas de produção - neste caso as atividades agroecológicas desenvolvidas por grupos de cooperação assessorados pela APACO e demais agentes da Rede – está relacionada a um processo de crise que têm impossibilitado a uma parcela de agricultores familiares se viabilizarem. O significado da crise se manifesta principalmente na impossibilidade de dar continuidade à reprodução social da unidade de produção familiar, o que tem gerado um processo de êxodo rural, principalmente dos jovens, que não têm perspectivas de permanência no meio rural, na condição de agricultores familiares.

E agora foi perdido um pouco de identidade e pra se recuperar é mais difícil e a preocupação da sociedade que está aí é levar o jovem da roça pra cidade. Então, não foi criado nada de alternativa que explicasse, que formasse o jovem para a questão da agricultura familiar. Só tem coisa que quer levar o filho embora, mas nada que venha, por exemplo, incentivar o jovem a ficar. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Esta crise têm sido também atribuída, nas falas principalmente à dependência que as agroindústrias convencionais causam, às exigências de incorporação de tecnologias, o que têm endividado e excluído muitas famílias de agricultores, sendo que atualmente não tem proporcionado o retorno financeiro desejado. De acordo com este agricultor, a integração continua sendo uma alternativa de viabilização econômica, mas não a mais vantajosa.

Eu acho que é mais uma alternativa, mas que judia. Por que essa questão aí que vincula, faz com que você se torne preso a essa cadeia e a agroindústria ela quer saber que você produza e quer que você (...), ela te ocupa muito tempo, essa questão da agricultura, é uma forma de você ter uma renda mínima. O aviário é uma alternativa (...), é mais a questão da mão-de-obra, se você tiver bastante mão-de-obra vai te dar retorno, se não, não vai te dar retorno, ela só vai te manter no processo, mas você não vai ganhar dinheiro. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

O depoimento de um agricultor da Associação Munarini, também ressalta estas questões:

O grupo, as famílias em si, elas tem parcerias com as agroindústrias, no sistema convencional. Eu tenho suínos e os outros tem aves. Ela tem sua contribuição mas, hoje se eu tivesse o recurso pra investir numa parceria com uma agroindústria, hoje eu tenho outras alternativas com menos custo e me dá uma rentabilidade bem maior. Tem o risco de ficar atrelado, eu trabalho com mais liberdade, é um compromisso maior, porque a agroindústria pra alguns, acham melhor porque ela dá um determinado conforto, tu não precisa pensar, tu não precisa se preocupar muito, você recebe tudo pronto, tudo mastigado e esse trabalho que a gente quer desenvolver, não. A gente tem que planejar, tem que executar, tem que fazer experiências pra ver se se adapta.

Já na perspectiva de outros grupos, a integração causou crise, endividou as famílias e este processo levou ao abandono da atividade, em função da impossibilidade de incorporar cada vez cada vez mais a tecnologia exigida pelas empresas.

A gente vê que quem continua integrado aí da... (*cita a empresa*), principalmente, eles não deixam o integrado sossegado, eles não querem que sobre um centavo, eu acho que eles tem medo que deixam guardar dinheiro e depois daqui um pouco sai da atividade, daí eles botam sempre na prensa, está sempre espremido o cara, quando eles vêm que sobram R\$5,00, tem que gastar R\$4,00 pra fazer tal coisa, aí vem uma coisa e vem outra e vem. Sempre uma coisa diferente e quando eles terminarem de colocar, aparece outro. Se tu entrar no aviário lá no (*cita vizinho*) já tem um aviário que é todo automatizado praticamente, padrão, tu já vai ver um outro tipo de aviário. É outra coisa, é uma loucura o que é aquilo ali, só aperta um botão, sobe a cortina aqui e vem pra lá, aperta outro botão vai a razão pra lá, as galinhas tomam água gotejando, é uma gotinha que vai saindo ali numa chupetinha, que a galinha vai lá fica bicando e vai tomando água. A Sadia aqui que é padrão, tem no (*cita outro vizinho*) aqui à direita, eles investiram R\$35.000,00 dentro do aviário, veja bem R\$35.000,00 eles investiram dentro, entregou um lote outro dia e ganhou R\$1.200,00. (Grupo de Cooperação Irmãos Api)

Este depoimento do mesmo grupo, enfatiza novamente esta questão:

E aí com a venda do frigorífico houve um novo aquecimento, a empresa voltou a investir nos seus associados, quer dizer “investir”, forçou os associados a se modernizar, porque o aviário da C ficou parado por algum tempo. Aí eles tem um aviário bonito, bom, uma estrutura boa, só que eles teriam que investir mais ainda, então eles passaram quatro anos de crise, praticamente de empobrecimento, tirando dinheiro de outras atividades para se manter na agricultura, tem que chegar agora e investir mais R\$ 8.000,00, R\$ 9.000,00, R\$ 10.000,00 que nem vocês tinham que investir, daí eles perguntaram o que iriam fazer. (técnico que assessorava o Grupo de Cooperação Irmãos Api)

Por outro lado, alguns grupos mantêm, tanto as atividades convencionais e agroecológicas como formas de viabilização econômica, sem questionar tanto os significados do vínculo que é estabelecido com as agroindústrias convencionais. A possibilidade de desenvolver atividades diferentes das convencionais é representada por alguns grupos como mais uma alternativa, o que evitaria do ponto de vista econômico uma dependência total das atividades deste último tipo.

A integração é mais uma atividade, porque a gente tem outras atividades que não dependem da integração. Isso. A gente era mais dependente, ia fazer o que eles querem, era mais empregado, agora a gente é mais liberado, mais independente. A integração não exige tantas horas de trabalho. Porque hoje os galpões do aviário são mais automáticos, aí não depende de tantas horas. O trabalho, a assistência sempre tem que dar, tem que ficar olhando, o trabalho braçal diminui bastante. (Grupo Irmãos Mânica)

É nestas situações de crise, de incertezas, de “empobrecimento”, de dependência e exigências cada vez maiores por parte das agroindústrias que os grupos de cooperação se formam e se organizam para buscar alternativas diferentes das atividades convencionais.

### *5.2. Antes e depois: o convencional e o agroecológico*

A adoção de novas alternativas produz comparações com o sistema convencional. A busca de alternativas ao sistema convencional diz respeito a um descontentamento quanto à condição destas famílias em uma situação de crise, causada pela dependência às agroindústrias convencionais, ao “empobrecimento”, aos problemas de saúde gerados pelas atividades convencionais, especialmente pelo uso de produtos químicos nas lavouras.

No início eu lembro bem, que eu morava lá em União do Oeste, ainda o A ...umas duas vezes nós conversamos por telefone e a idéia dele é que a gente viesse pra cá ajudar eles a pensar a propriedade juntos. Uma pessoa, um técnico de confiança que pudesse vir e ajudar eles a pensar se o que eles estão fazendo é certo ou não é certo, porque eles vinham passando por um processo de empobrecimento. Então, quer dizer, sobrava mais dinheiro do que sobra hoje e isso faz com que o A se desespere, ele que cuida do caixa e começa a buscar alternativas. (técnico que assessorava o Grupo de Cooperação Irmãos Api)

Já o caso da família de uma agricultura pertencente à Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel, a busca de alternativas se deu também em contraposição às atividades convencionais de integração à avicultura que causaram problemas de saúde à ela.

Parei devido a um problema de saúde, pois trabalhei 11 anos com aviário, que me causou um problema de pulmão por causa da poeira do aviário. Deixamos a atividade há dois anos. O lucro com o aviário não era grande, e a gente tinha medo de não conseguir com outra atividade. Mas hoje conseguimos sobreviver bem com o lucro do leite.

De acordo com um agricultor da Associação Munarini, foi também uma situação de risco em sua saúde, causada pelo uso de agrotóxicos que o levou a adotar atividades agroecológicas:

A gente já vinha acompanhando o movimento da APACO, Cooperfamiliar, e tudo, mas a gente não levava a sério porque a gente estava muito ligado a esse sistema de agroindústria convencional, muito preso, eu participava muito, de dias em campo dessas empresas agroquímicas então, parecia que a única solução era isso então, daí depois que a gente sentiu dificuldades, que deu o problema (*de saúde causada pelo uso de venenos*) ,daí a gente caiu em si e pronto.

Sem dúvida, pelo menos parcialmente, as novas alternativas de produção agroecológicas têm como objetivo a viabilização econômica e, portanto, a permanência do agricultor familiar nas atividades rurais, na medida em que com a industrialização da produção através das agroindústrias familiares, com a auto-gestão das atividades, ou seja através do controle sobre toda a cadeia, os grupos conseguem agregar valor a sua produção, criando assim todas as condições necessárias para a sua autonomia, diferente da situação de estar integrado ou vender sua produção para empresas e cooperativas convencionais. Estes dois depoimentos elucidam esta questão:

A gente tinha plantação de laranja antes (da formação do grupo e da agroindústria), mas era no sistema convencional, e vendia só *in natura*. A gente era integrado na cooperativa, aí se comprava os insumos e se vendia a laranja. (Grupo Irmãos Mânica)

Antes era só pra consumo. Porque a gente fazia o queijo pra consumo e vendia leite pra Cooperdia, e antes de vender o leite pra Cooperdia só fazia pro consumo, só tinha uma, ou duas vacas de leite que só davam leite pro consumo e queijo pro consumo, se trabalhava mais com roça e porco. (Associação Familiar Bollis)

A representação sobre práticas alternativas, portanto, parece não estar somente relacionada as técnicas produtivas diferentes das convencionais, mas sim à possibilidade de conseguir se viabilizar através destas novas alternativas, de agregar valor à produção, de poder se manter pelas “próprias pernas” sem estar vinculados às empresas.

Alternativo, é o momento em que você agrega valor. Então, o fumo para mim não é alternativo, na minha concepção não é alternativo. O fumo é uma estrutura que nós temos aí, por exemplo, uma estrutura que nós temos pronta e ela pode render algum benefício no início dessa caminhada nossa. Pra você agregar valor hoje, não planta fumo. O fumo é uma alternativa imediata, por exemplo, desse ano, talvez do ano que vem aí, mas não para muito tempo por que daí começa a forçar a questão da mão-de-obra, é uma coisa que exige muito a mão-de-obra, praticamente vai estrangular o grupo por esse mesmo lado, que é a mão-de-obra. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Como foi citado no início deste capítulo, a adoção das atividades agroecológicas não é uma decisão aleatória, mas sim parte de um processo de formação pelo qual os grupos passam. O papel da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar mediando o processo de

criação e de formação dos grupos já foi devidamente desenvolvido. Tratarei a seguir, de acordo com os depoimentos, sobre qual o papel da formação para os agricultores, em relação à adoção de práticas alternativas.

## **6. O Papel da formação: dos aspectos político-ideológicos aos técnicos**

Este item tratará de dois momentos que embora não estejam separados, necessitam ser descritos de forma diferenciada na medida em que o intercâmbio de conhecimentos e experiências é realizado juntamente com uma formação mais política e ideológica, como por exemplo, o bastante citado “Programa Terra Solidária”. Por outro lado, os cursos técnicos e profissionalizantes, são específicos, na medida em que tratam mais diretamente das práticas produtivas, ou seja, das técnicas de “como fazer”, como proceder tecnicamente nas novas atividades. Por último, trarei alguns exemplos de representações e valores construídos sobre o significado da formação e sobre quais variáveis ela foi mais ressaltada.

### **6.1. O Programa Terra Solidária**

Iniciarei com um relato de minha própria observação realizada em uma visita de intercâmbio e formação de alunos do Programa Terra Solidária, do município de Arvoredo (próximo à Seara). Esta visita organizada pela APACO e Prefeitura do município, constituiu um momento importante no processo de “convencimento” da turma de alunos, que a partir desta experiência obteriam mais conhecimentos e subsídios para decidir ou não pela formação de grupos de cooperação e adoção de atividades agroecológicas.

O diálogo estabelecido entre a turma e um grupo já especializado na atividade (neste caso, a produção de laranja orgânica e o processamento do suco realizado em agroindústria familiar pela Associação Irmãos Mânica de Coronel Freitas) constituiu uma etapa importante do processo de formação, na medida em que o grupo de alunos buscava exemplos concretos daquilo que estudavam teoricamente. De acordo com um dos alunos, o Programa Terra Solidária têm por objetivo demonstrar teoricamente e na prática casos e alternativas de viabilidade da agricultura familiar, onde de uma maneira geral pretende-se “*criar um sistema de desenvolvimento sustentável*” (...) “*recuperar o processo natural*” (...) “*agregar o valor às propriedades*” (...) “*projeto diferente do que está aí*”.

Nesta relação dialógica, alunos agricultores, agricultores já especializados e assessores trocam conhecimentos verificados na teoria, mas principalmente nas práticas. Para

um agricultor do Grupo Irmãos Mânica, *“para haver mudanças é necessário o conhecimento, pois a gestão e administração de uma propriedade é ainda uma dificuldade para o agricultor”*. Este mesmo informante, enfatizou a importância de sua formação, que lhe conferiu o certificado de 1º grau na área de Gestão em Desenvolvimento. O assessor, engenheiro agrônomo da APACO, ressaltou dois aspectos importantes na formação de quem está no Terra Solidária: a cooperação e a mudança do processo produtivo para um sistema agroecológico. Segundo ele, é o sistema ideal para a pequena propriedade. Enfatizou também a importância da Rede que se estabelece entre o grupo e outros agentes, para que estas mudanças aconteçam.

O Programa Terra Solidária além de possibilitar as aulas teóricas, também proporciona como parte de seu Plano de Ensino, as viagens e visitas de intercâmbio e formação, que permitem aos alunos o conhecimento prático do que foi estudado em sala de aula. A importância dos agentes sociais comprometidos com este Programa é ressaltada por um dos agricultores:

O grupo se reúne pra estudar na sala de reuniões do Sindicato e as vezes numa sala cedida pela Prefeitura. E daí o grupo também tem feito muitas viagens pra conhecer experiência e lá a gente debate muito a parte da agroecologia, então as aulas práticas tem sido muito importantes e até os grupos visitados pela escola são indicados pela APACO. São de várias comunidades do município e também de quatro municípios. Tem alunos de Chapecó, Cordilheira Alta, Itaberaba e Catanduva. E outra entidade que está apoiando bastante a agroecologia também, é a Prefeitura mesmo. (agricultor, Associação Munarini)

A importância do Programa Terra Solidária é ressaltada também pela Associação Agroecológica São Miguel, que possui forte vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saudades, principal agente mediador e incentivador para a formação dos agricultores familiares nesta região.

O Terra, eu sempre tenho dito em várias oportunidades que o Terra para nós, para o grupo, significou a permanência do grupo. Para nós como grupo significou isso, porque, no momento que nós iniciamos no Terra, que foi em agosto. Em junho, eu tinha perdido a parte técnica e prática da Associação e em agosto nós iniciamos as aulas no Terra. Então, se nós não tivéssemos ido estudar (...), de repente até tem oportunidade, a gente sabe que tem oportunidade de outros cursos, mas não é a mesma coisa, a gente não tem o apoio de vinte e poucos companheiros dando força, estudando contigo e tendo a mesma idéia e discutindo contigo e questionando, estão aí. E você sabe que não é só você que tem essa idéia de trabalho, são mais vinte alunos de vinte comunidades diferentes que vão espalhar essa idéia. Eu acho que isso é importante, você tem que espalhar essa idéia, não é que amanhã ou depois todo mundo tem que trabalhar tudo agroecologicamente, mas pelo menos amanhã, você fala para um, você convence um e depois de amanhã outro e você vai estar defendendo a vida e isso vale a pena. Se dá retorno financeiro, isso é outro ponto, agora que vale a pena defender a vida isso a gente tem certeza.

Diferentes experiências de intercâmbio são também realizadas em outros Estados do Sul, principalmente em projetos experimentais desenvolvidos por ONGs, como é o caso do CETAP e Coolméia no Rio Grande do Sul. Foi a partir desta visita que o grupo optou pela atividade:

Para visitar outros grupos. Em Cedros, nos assentamentos, no Rio Grande do Sul. Foi cobertura de solos, criação de sementes. Depois disso fomos alterando a atividade, comprando mais matrizes e hoje estamos trabalhando com vinte e sete matrizes e dois machos. (Associação dos Produtores Rurais Progressistas)

## ***6.2. Cursos de Capacitação, de gestão e profissionalizante***

Os cursos de gestão e os aqui chamados profissionalizantes, são cursos de capacitação no sentido que preparam os agricultores para tratar com atividades específicas. O curso de gestão é mais abrangente pois não trata somente da parte “de como fazer”, mas possibilita um entendimento geral das atividades desenvolvidas nas unidades produtivas. De acordo com Grupo de Cooperação Monte Alegre:

O grupo também funciona essa questão da gestão agrícola, por exemplo, os cadernos da gestão a gente tem usado e prega o mesmo sistema ... Mas o que nós fizemos por exemplo, é informal agora, mas assim que tiver o abatedouro funcionando eu acho que vai ter que funcionar a gestão contrária. Na agricultura também, a gente tem que levar no controle para que funcione a gestão completa, por que não tem como você criar a gestão em si e te provam que te deu lucro se te deu prejuízo. (...) E na questão da gestão eu volto a dizer isso, a gestão ensinou a gente a ver o valor da depreciação que é muito grande, por exemplo, a coisa que hoje te vale R\$5.000,00 o ano que vem R\$5.000,00 o ano que vem não te vale R\$4.500,00 e aqueles R\$500,00 você tem que ter guardado em algum lugar se não você empobreceu, é assim que a agricultura familiar perdeu um pouco de identidade, foram usar equipamentos que não eram necessários.

Alguns exemplos de cursos realizados foram apontados por uma agricultura da Associação Familiar Bollis :

Sim, eu fiz curso. No Bancoob, na Ceced - Centro de Treinamento de Concórdia (Centro ligado a EPAGRI) Tem mais dois cursos, que eram os mesmos, através do Senac em Linha São Pedro em Linha São Valentim. Sim, processamento de leite. Quem incentivou foi a Prefeitura e a Epagri, no caso é tudo um grupo só. Curso de gado de leite. O L também fez. Gado leiteiro e pastagem. Ceced, também. O L fez também curso de gestão (agrícola), ligado a APACO. Ele fez muitos também, agora não lembro. Está no Terra Solidária. A APACO, a Credisera, fez outros assim, mas tipo de um dia, meio dia, mas, que valeu também.

Os depoimentos, a seguir, demonstram em que aspectos o conhecimento adquirido nos cursos capacitam os agricultores a desenvolverem tecnicamente as atividades produtivas e a ter um entendimento mais complexo sobre os significados da aplicação destes conhecimentos. Para A Associação Familiar Bollis, que trabalha com a industrialização do leite à base de pasto:

Um monte mudou pode-se dizer, claro que a gente fazia o queijo mas, não correto como deve ser feito, no caso, desde aquecer o leite, a quantidade de coalho, a quantidade de sal por litro de leite, isso a gente não sabia. A gente sabia fazer aquele queijo normal, que a gente fazia e eu acho que ajudou bastante. É o mesmo queijo que a nona fazia, só que é tudo mais medido e nas medidas certa, o leite o coalho, o sal e a gente ocupa o iogurte natural que uma vez não se ocupava.

Para o Grupo de Cooperação Monte Alegre, que trabalha com a industrialização da carne suína:

Foi importante o curso de vendas, entender bem o que está vendendo, como vender. A gente já fazia, que nem a produção de carne suína, a industrialização, mas lá a gente tomou consciência do que de fato a gente precisa fazer pra que não se esteja oferecendo riscos para o consumidor. A questão de higiene, lá ensina tudo, o manuseio do material, o manuseio da carne, como tem que ser feito o processo, eu acho que é muito importante, qualquer fundamentação que esses cursos existam.

Por outro lado, um curso mais geral sobre agroecologia, possibilita ao agricultor um entendimento mais amplo sobre o funcionamento do ecossistema, sobre técnicas de adubação verde, sobre o aproveitamento dos recursos naturais, sobre o controle natural de pragas , etc..

Até o A estava falando esses dias pra mim que foi num curso, não lembro onde, que eles ensinaram pra ele, ele é engenheiro agrônomo, a dizer para o agricultor plantar, planta no meio da capoeira, se tu faz um reflorestamento, planta tudo, planta um pé de caqui, um pé de ameixa, pra você amanhã ou depois ter um ecossistema e você talvez no tempo daquela fruta, produzir chimia, produzir a tua subsistência. Muitas vezes, tu tem uma capoeira, vai lá e mete uns pé de laranja, uns pé de abacate, qualquer coisa que seja, daqui há dez anos, cinco, está lá produzindo fruto, está dando alimentação para o ecossistema, para os bichinhos que precisam estar aí para controlar a questão de praga. (Grupo de C. Monte Alegre)

### ***6.3 Formação e práticas : processo de “mão-dupla”***

Alguns depoimentos demonstraram que a formação está diretamente relacionada com as práticas e que este é um processo de “mão-dupla”, ou seja, a formação leva as práticas, e o exemplo das práticas é recuperado na formação. O processo de formação é considerado um

importante ganho de “capital social e cultural”<sup>172</sup> para os agricultores e seus grupos que saem formados dos cursos com o objetivo de “repassar” o conhecimento adquirido.

Não existe maneira melhor de você espalhar a idéia, é mostrar a prática do grupo. Você mostrar na prática, tem diferença. Para o agricultor é um desafio, a gente tem conversado muito em cursos também, a subsistência do agricultor. Não é só nós ir lá, estudar para nós. Eu acho que é uma coisa que a gente estuda e tem o compromisso de repassar porque nem todos tiveram essa oportunidade de fazer esse curso que a gente está concluindo. (Associação Agroecológica dos Produtores Rurais Progressistas)

Além da formação mais teórica, os agricultores passam pelo conhecimento das experiências concretas, as viagens, os intercâmbios de formação organizados pela Rede. O trabalho de “convencimento” de outras famílias para a formação de grupos é também direcionado para aqueles que já possuem uma afinidade com as idéias relacionadas a agroecologia, ou seja, que compartilham de seus princípios e pressupostos. É neste sentido que o trabalho é direcionado, conforme depoimento de um agricultor da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

Eu acho que uma coisa é a consciência, a formação, eu acho que é um ponto fundamental que vai definir como você vê a questão, se você vai trabalhar coletivo ou não. E outra coisa que as pessoas são diferentes, pensam de maneira diferente, agem de maneira diferente, muitos casos atrapalha na formação e no próprio andamento e funcionamento do grupo e que eu acho que nesse caso não poderia ser diferente na maneira de fazer as coisas, deveria trabalhar em equipe, para enriquecer, tem que ter vontade, o convencimento de que o trabalho em grupo é importante. Se nós ficamos sabendo que tem pessoas que não pensam num trabalho mais agroecológico, dificilmente nós falamos desse trabalho com ele. Nós falamos com pessoas que já estão se encaminhando para isso. Então, eu acho que além de faltar formação, também, o que nós tivemos muito aqui no grupo, foi a visita de outras propriedades que a gente pode pegar uma forma de trabalho, eu acho que nós não chegamos a essas pessoas. Eu acho que é um trabalho nosso de chegar a essas pessoas e colocar. E com o tempo eu acho que eles vão vendo, se a gente conseguir com a propriedade fazendo um bom trabalho e se encaminhar bem, eles vão até poder ir sem nós falarmos o quanto é importante o nosso trabalho.

A formação política e ideológica, mais do que a técnica, tem diferentes significados para os grupos que podem ser traduzidos de duas formas principais. Primeiro, a formação, através da complexidade das concepções que são repassadas, reflete uma mudança de valores que questionam o modelo de desenvolvimento econômico e social no qual estão inseridos,

---

<sup>172</sup> Bourdieu (1989), toma o termo “capital” da economia para elaborar os conceitos de “capital simbólico”, “capital social”, “capital cultural”, etc. De acordo com Abramovay (1999, p.5), ao se referir ao uso do termo “capital social” utilizado nos trabalhos de Coleman e Putnam, junto às organizações internacionais de

questionam a forma como se relacionam com a natureza e o meio ambiente, questionam o tipo de agricultura que estão fazendo, baseada sobre qual modelo, e perguntam-se porque devem mudar. Ou seja, a formação atua diretamente na mudança de valores e concepções destes agricultores familiares, que adotam novas perspectivas muito em função desta formação. Este exemplo caracteriza como a questão ambiental é tratada depois da formação.

Para a família da coordenadora da Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel, foi através da formação que “aprenderam a ter amor ao meio ambiente, à natureza”. Antes da formação não pensavam em proteger a natureza, cria uma outra mentalidade. As informações são repassadas aos filhos. A filha de M de 14 anos se interessa pela questão da agroecologia e já escreveu 9 textos na escola sobre o tema. O filho de 7 anos vem vivenciando e aprendendo, já estão indo para estes caminhos.

A questão ambiental também é ressaltada por um agricultor da Associação Munarini:

Então a gente tem que conhecer, a natureza é uma biblioteca que indica a forma pra se viver. Tem que resgatar tudo isso aí e começar tudo de novo, temos que aprender. Tem que resgatar tudo isso ai e começar tudo de novo, temos que aprender, isso não quer dizer voltar ao passado, mas sim a gente conservar a terra e o meio ambiente como era conservado no passado com condições de desenvolver mais as técnicas onde venham melhorar a produção, aumentar e melhorar a qualidade de vida.

A preocupação com o meio ambiente está muito relacionada à idéia de desenvolvimento sustentável que enfatiza a preocupação com as “gerações futuras”. De uma maneira geral estes agricultores estão preocupados em recuperar o solo, preservar a natureza, adotar novas práticas produtivas, para que seus filhos possam se viabilizar economicamente no futuro, permaneçam no meio rural e tenham uma melhor qualidade de vida. Esta formação está relacionada também a uma concepção mais ampla que questiona o modelo de desenvolvimento econômico e social, que questiona o “sistema”, enfim que questiona o modelo de agricultura implantado pela Revolução Verde. Os seguintes depoimentos são elucidativos a esse respeito:

E agora a gente participando mais dos encontros, então a gente vê realmente que nunca aqueles que fabricam o adubo, a uréia, o veneno estão preocupados com a vida do agricultor ou com o financeiro do agricultor. E sim estão preocupados com eles, em se dar bem nos empregos. Então a gente agora trabalhando mais na associação, percebemos isso e viu que realmente é por aí. (agricultor, Associação Munarini)

---

desenvolvimento, diz que “está bastante próximo ao uso que faz desta noção Pierre Bourdieu . Para Bourdieu, o capital é definido como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis”.

Se a gente falar politicamente. depois da formação do grupo a idéia é diferente. A gente tem buscado informação e politicamente a gente sabe que depende de outros e outros dependem da prática da gente e a gente tem conhecimento e tem clareza que o que nós estamos fazendo hoje, nós não estamos ganhando retorno financeiro, mas para nós não é o mais importante no momento. Eu acho que nós tivemos essa oportunidade, estamos tendo essa oportunidade de trabalhar diferente, de dar uma cara nova para a agricultura, não só nós, mas nós temos essa oportunidade e é isso o que mais conta para nós. (Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel)

## 7. Produção agrícola agroecológica: um processo em conversão

O processo de formação como foi ressaltado em depoimentos anteriores influencia diretamente as práticas produtivas. Um dos critérios principais que estão definindo tecnicamente a produção da agricultura agroecológica é o não uso de insumos químicos, principalmente os chamados “agrotóxicos”. Esta questão torna-se importante porque a maioria dos grupos investigados ainda possuem atividades convencionais e passam por um processo de “transição”<sup>173</sup> onde a produção agrícola aos poucos está sendo convertida em agroecológica.<sup>174</sup> Os agricultores possuem representações claras de que esta conversão não é algo fácil, que possa ser realizada de uma hora para outra, já que eles passam um tempo razoável usando agrotóxicos. Uma produção agrícola totalmente sem agrotóxico é algo colocado como perspectiva a longo prazo, para alguns grupos, e que depende principalmente da orientação técnica..

Neste processo de “transição”, o agricultor passa por diferentes períodos de adaptação, onde é necessário lidar com os riscos, principalmente aqueles relacionados à queda de produção ou mesmo à perda total da lavoura. Este depoimento de agricultor do Grupo Irmãos Mânica demonstra este processo:

Já é três anos, mas foi quase dois anos do começo até chegar a todo o pomar ecológico. Até no primeiro ano, ele teve um choque, no segundo também, a produção caiu bastante, porque ele era acostumado com um tipo de produto e a gente passou um diferente. Porque o orgânico, ele demora bem mais prá agir a adubação do que o químico, o químico em um mês ele já está trabalhando e o orgânico é diferente. (...) Pra se adaptar ao novo processo. Teve uma queda de produção. Eu diria em torno de 20% a 30% a queda de produção. É, mas eu já sabia que ia acontecer isso. Isso, a gente tinha orientação técnica disso. A gente não se assustou

---

<sup>173</sup> Citando Sevilla Guzmán e González de Molina (1993), Moreira (2000, p. 220) diz “(...) el concepto de transición no debe incorporar juicios éticos que supongan lá aceptación del carácter ineluctable del desarrollo plasmado en la consideración de la inevitabilidad del triunfo del modo de producción nuevo sobre el anterior; tampoco debe implicar ni provisionalidad ni finitud ni, incluso, la desaparición de las “viejas formas de producción” uma vez que hayan triunfado las nuevas (...)”

<sup>174</sup> Sobre trabalhos que enfatizam questões sobre o processo de “transição” de uma agricultura convencional para a sustentável, alternativa ou agroecológica, ver Guivant (1994, 1995, 1997) e Costabeber (1998)

tanto porque a gente sabia que iria acontecer isso. Eu sabia, porque essa perda vai ser compensada durante o processo, depois porque a questão do custo vai baixar bastante. Então, valia a pena se perder dois, três anos alguma coisa, mas ser compensado ao longo dos anos.

As mudanças, sobretudo o não uso de agrotóxicos nas plantações depende principalmente de uma orientação técnica, de um trabalho de “base”, uma mudança de concepção e um entendimento sobre o que seja agroecológico. Estas mudanças não acontecem de uma hora para outra, pois o modelo que estes agricultores conheciam até então era o da Revolução Verde e dependem, como bem o atestam alguns depoimentos de uma boa orientação técnica, muito mais do que medidas reguladoras ou proibitivas da parte do poder público. Estes depoimentos de agricultor do grupo de Cooperação Monte Alegre são bastante interessantes neste sentido:

Então, a lavoura, com tudo que estavam oferecendo de agrotóxico aí pra fazer controle, a gente acabou por usar veneno na lavoura, a questão de voltar para o agroecológico não é de um dia para o outro. Eu acho que a gente tem que primeiro criar a concepção do que é agroecológico, daí sim a gente vai voltar e a gente vai ter que resgatar muitas coisas que a gente perdeu ao longo desses dez anos que a gente se desviou dessa rota, pra depois construir. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Tem agricultor que depende 100% do agrotóxico pra plantar e você chega e “tu não pode mais usar”, então você pega esse cara leva prá cidade, leva prá onde você quiser, por que ele não vai conseguir plantar. Então, eu acho que nesse caso o governo está muito mal assessorado. Eu acho que primeiro se faz uma política pra reverter esse quadro, depois aos poucos se vai proibindo um tipo de veneno, por exemplo, aquele que polui mais o ambiente, vai se cortando por aí, mas não chegar e cortar, ditadura não existe. Eu acho que tem que ir na base e fazer com que a base se preocupe com esse modelo e com aquilo que eles estão usando e dizer “isso aí não pode acontecer” e aos poucos fazer retornar ao processo antigo, mas não de uma hora para a outra, então você mata o resto de vez. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Estes depoimentos demonstram, também, como o modelo da Revolução Verde contribuiu para o uso demasiado dos insumos químicos nas lavouras. Muito em função disso é que os agricultores possuem uma resistência as mudanças na medida em que estão constantemente lidando com diferentes riscos e com o medo de não ter sucesso. Esta mudança gradual de convencional para agroecológico, ou de produzir meio a meio parece estar mais presente na produção de grãos (milho e feijão), porque aqueles grupos que já possuem uma produção agroecológica voltada para o mercado, como é o caso da horticultura e fruticultura estão “convencidos” de que a produção terá espaço para comercialização e não temem tantos os riscos e prejuízos.

Porque a agroecologia é que nem eu te dizia antes, há dez anos atrás, nós éramos agroecológicos e não sabíamos, a nossa concepção foi mudada e nós acabamos

saindo daquele eixo, perdemos a nossa origem. Eu não sei se é porque o mercado fez com que nós consumíssemos as questões químicas, os venenos, a propaganda e se trabalhou muito, agora querer tirar isso de repente não é fácil, porque você não consegue produzir, se você não der condição da planta sobreviver, ela não produz. (Fornasier e Brancher)

Acho que estamos próximos, mas ainda não, por exemplo, já saiu alguma coisa agroecológica, mas ainda não está totalmente agroecológico, está próximo disso. Vai ser definida a questão do milho, parte da questão do milho, não adianta se iludir, tem partes por exemplo, assim, tem 100% da área, 40% na questão do milho é próximo de agroecológico, mas não é 100% agroecológico ainda. A gente tem que fazer alguma coisa a mais para ser agroecológico, a gente tem esse pensamento, a gente quer fazer bonito, a voltar a fazer a agroecologia. (Fornasier e Brancher)

De uma maneira geral, muitos dos grupos ainda passam pelo processo de conversão e tentam romper com a produção agrícola convencional buscando outras alternativas. A orientação técnica, como já foi citado, é fundamental para que estas mudanças aconteçam, tanto do ponto de vista da troca de informações, quanto da segurança necessária para que a transição de um sistema a outro seja vivenciada com um mínimo de tranquilidade. Para isto, os projetos futuros de busca de alternativas, dependem muito do apoio que recebem dos agentes da Rede. Este diálogo entre agrônomo e os componentes do Grupo de Cooperação Irmãos Api é bastante ilustrativo a este respeito:

Agricultor - Sim, produzir qualidade, sem agrotóxico.

Agricultora - Só que por outro lado, se nós vamos produzir alimentos pras galinhas, daí a gente pode até eliminar a questão dos suínos se for assim.

Agrônomo: - Eu acho que vocês estão pensando no caminho certo. Vocês tem que estruturar as coisas, a mão-de-obra de vocês pra fazer isso, mas é uma coisa que vocês vão sentir essa diferença. Por que é diferente você plantar 15, 10 bolsinha de milho num ano e plantar uma lavoura de melão.

Agricultora - É totalmente diferente.

Agricultor - Sem pegar veneno, chega de veneno, abandonar. Eu concordo com essa idéia, só que não dá pra se jogar tudo na lama.

Agricultor - Não, não é botar de cabeça, é só aquele onde que não precisa tu botar veneno pra tu eliminar o risco. Por que a gente não pode abandonar a lavoura de uma hora para outra, mas a gente vê por exemplo, os P, eles estão trabalhando lá com ovos, com galinha, eles praticamente abandonaram toda a lavoura.

Este diálogo transparece as dúvidas e incertezas que o grupo possui ao ter que lidar com as novas alternativas. As incertezas e medos estão relacionados principalmente aos riscos que podem ocorrer na medida em que a atividade agrícola convencional, principalmente aquela relacionada à produção na lavoura, necessita ser substituída. E muitas vezes estas incertezas levam o grupo a cogitar a possibilidade de “abandonar” definitivamente a lavoura – aqui referida como a produção de milho e feijão convencional – na medida em que as atividades agroecológicas podem ser mais lucrativas porque reduzem o custo da produção e

são direcionadas para um mercado mais específico, o que garantiria um retorno financeiro mais imediato. Estes depoimentos mostram, portanto, que o processo de conversão exige dos agricultores uma adaptação e o vivenciar de novas experiências produtivas que muitas vezes os deixam temerosos. Porém as orientações e formação recebidas, podem, sem dúvida, dar suporte para enfrentar com constância e persistência os riscos inerentes ao processo de adaptação.

Agricultor - O mais de tudo que a gente que é abandonar o veneno. A gente tem que dar o passo conforme a perna.

Agrônomo - Hoje o agricultor, que nem o A, já percebeu que a questão da saúde, a questão da família, é muito mais importante do que está lá trabalhando de sol a sol.

Agricultor - O custo (...), tu vai lá plantar 20 kg de semente de milho, primeiro tu passa pra matar o bicho, pra fazer o plantio direto, depois tu tem que passar pra controlar, e aí se tu colhe, colhe pouco e às vezes tu passa o controle não funciona, aí vem o risco, tu não colhe praticamente, aí tu tem um prejuízo e grande. Porque a gente tem medo de arriscar, por exemplo, com o plantio de melancia, a gente tem medo por que que tal se a gente ficar no prejuízo?

Agrônomo: - Vocês já arriscaram bastante.

Agricultora - É verdade.

Agricultor - Porcaria, cansamos de ficar no prejuízo, plantando milho, feijão e assim por diante e nunca pegamos a caneta e botamos tudo no preto no branco, aí é que é bom, experimenta, bota tudo preto no branco pra ver. Isso é o que eu ia dizer, por que nunca contamos, que às vezes a gente faz uma lavoura, vem uma seca, o gasto já foi.

Agricultor - Bom, perdemos aquela lavoura, não colhermos quase nada de milho, plantou um pedaço de melão, perdemos tudo.

Agrônomo: - Mas é aquela coisa, vocês foram criados num sistema, vocês se acostumaram a ver aquilo ali, perder uma lavoura de milho pra vocês, não é a mesma coisa que perder uma lavoura de melão. A novidade, o fato novo, quer dizer a curiosidade de ver aquilo ali dá certo, a frustração é muito maior do que você ver uma lavoura de milho perdida.

Agricultor - Não. Eu sou ciente, daí logo ali, eu perdi a lavoura de milho e nem lamentei e por que se eu perco a lavoura de melancia eu vou ficar aí chorando.

Agrônomo: - Vocês apostam muito nessas coisas e pra vocês a ansiedade de ver aquilo ali dá certo, quando tem problema, a frustração é muito maior. O agricultor trabalha muito com risco, é uma das atividades econômicas que mais lida com o risco é a agricultura.

Apesar das incertezas sobre os riscos e vantagens que as novas atividades vão trazer, os grupos planejam mudar as atividades, diversificar a produção com o objetivo de buscar mais renda, ou seja, se viabilizar economicamente para assim, permanecer no meio rural, a partir destas novas perspectivas.

A minha idéia é assim, é plantar tudo sem produto químico, plantar melão, melancia, moranga, plantar um pedaço de arroz, esse arroz caseiro pra gente levar, no mercado está R\$2,00 o kg. Então, tudo coisinha assim que eu pelo menos vejo, que dá muito mais do que o milho. E plantar tudo os pedaços, vamos plantar esse pedaço de melão agora, amanhã, depois vamos plantar mais um pedaço, que venha não tudo numa etapa só e melancia também, pipoca tu vende, feijão preto, digamos produzido sem

agrotóxico, sem veneno, eu acho que é a saída pra nós. (Grupo de Cooperação Irmãos Api)

De acordo com a coordenadora da Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel, o medo que os agricultores tem em mudar do convencional para o agroecológico é, decorrência da falta de informação sobre o novo sistema e também do medo de não “lucrar”. Segundo ela, as coisas começam a melhorar do ponto de vista econômico, quando se começa a fazer o cálculo da diferença entre o convencional e o agroecológico, porque no sistema convencional o custo com os insumos é muito alto. De acordo com a agricultura, todos estes cálculos, inclusive os cálculos com gastos domésticos, foram aprendidos no Terra Solidária. Neste sentido é que a noção de agroecologia passa a ser construída principalmente através da formação, como algo não apenas relacionado à produção, mas também como uma forma de compartilhar objetivos, ideais, princípios e um modo de fazer “política”. Para a agricultura, “agroecologia não é só produção, mas participar dos movimentos”.

## **8. As representações acerca da Agroecologia**

A adoção de práticas alternativas, as mudanças de práticas convencionais para as agroecológicas, o não uso de agrotóxicos na produção agrícola, a possibilidade de industrializar e comercializar a própria produção sem a interferência de intermediários e, desta forma a agregação de valor à produção, têm criado uma perspectiva nova de mercado para estes grupos de cooperação. É neste sentido, que os agricultores vão construindo concepções acerca da Agroecologia, relacionadas a razões práticas – o mercado, a viabilização econômica – e a razões não menos objetivas, porém mais simbólicas – a questão da qualidade de vida, da saúde, do meio ambiente, da biodiversidade, do ecossistema. De forma inter-relacionada, estas representações se fundem e se confundem na medida em que as práticas produtivas dependem em um primeiro momento de questões mais técnicas – como por exemplo, o não uso de insumos químicos – ampliando-se para pensar a agroecologia de uma maneira mais complexa, enquanto um sistema produtivo total que requer uma preocupação com a conservação e recuperação do solo, com o equilíbrio do ecossistema a partir do controle natural de pragas, a partir da adoção de práticas de adubação verde, com a redução de custos, com a recuperação de práticas tradicionais, etc.

Por uma questão apenas de análise dividirei este item em dois tópicos: as representações de ordem práticas e simbólicas. Porém, conforme foi tratado anteriormente, estas duas questões estão inter-relacionadas.

## **8.1. Razões práticas**

### **8.1.1. Controle da cadeia produção – industrialização – certificação - comercialização**

Um dos aspectos relacionados a concepção de agroecologia enfatizado pelos grupos, diz respeito à viabilidade econômica que estas práticas têm possibilitado. Neste sentido, a produção agroecológica está primeiramente relacionada ao não uso de agrotóxicos, à qualidade do produto, a diferenciação do produto, à agregação de valor. Esta ênfase aparece mais em grupos que possuem atividades ligadas às agroindústrias familiares, onde existe uma concepção de domínio da cadeia, o que torna as suas atividades alternativas na medida em que se diferenciam das convencionais.

Tem gente na comunidade que tem vários pomares de laranja, só que acho que foi com a vinda do estagiário, que se viu que tinha uma perspectiva grande, mercado tinha pra esse produto e a produção era nossa, matéria prima tinha aqui na propriedade e aí que se investiu, até porque vender a laranja in natura, vender pra outros a gente ganhava muito pouco, praticamente era inviável e se podia ter um ganho bem maior processando a laranja. E aí a gente chegou a conclusão de todas as atividades que a gente tinha a laranja ainda seria a que mais dava pra se ampliar. (...) teve pesquisa no mercado pra se construir a agroindústria. Acho que foi com a vinda da agroindústria que se começou o processo de produção ecológica, pra se fazer um produto diferenciado. Só que o diferenciado você tem que começar do zero na produção, sem agrotóxico, sem produtos químicos.  
(Grupo Irmãos Mânica)

A representação sobre o domínio da cadeia e a relação com o agroecológico, aparece nestas falas de agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre, que descreve como a produção de milho está relacionada à criação dos suínos, que está direcionada para o processamento na agroindústria e a comercialização direta ao consumidor, possibilitando com isso a agregação de valor ao produto.

Mas, prioridade mesmo é a produção de milho, é uma lavoura com menos custo de produção, a produção de sementes é a partir de uma lavoura agroecológica e fazer com que a agricultura ela gire em cima de si própria, por exemplo, a agricultura na produção de milho ela vai automaticamente abastecer os suínos que vão ser abatidos no abatedouro, fazer um ciclo completo. Um ciclo completo dos suínos seria desde a criação até você vender suíno para a indústria, então nós vamos plantar o milho, vamos alimentar o suíno e vamos abater o suíno e vamos vender direto para o mercado.

A agregação de valor da produção é enfatizada também nestes dois depoimentos:

Vamos manter o controle da cadeia produtiva. Por que esse é o sentido do grupo, acho que você fazer grupo para plantar, para vender para a agroindústria, então você tem que trabalhar individualmente, por que não soma nada. Esse grupo é pensado assim para agregar valor em todos os sentidos. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

O projeto deles é assim: eles não vão abandonar a horta por que o projeto deles é compor a cesta básica. A partir do momento que eles vão ter acesso ao mercado, levando ovos, eles podem acompanhar outras coisas junto, a idéia deles é essa, é acompanhar outras coisas. Então, daqui a pouco tu está levando ovo, tu está levando horta, pode estar levando pão, pode estar levando outras coisas. Como eles estruturam a propriedade deles é dessa forma, isso vai se refletir, a agroecologia, por exemplo, vai ser uma função que eles vão ter que se aprofundar. E amanhã ou depois podem parar de trabalhar na roça e plantar milho, como cuidar das galinhas, vamos pensar cada vez mais, se dá certo e vamos trabalhar em cima do que traz mais renda pra gente. ( Agrônomo presente na entrevista do Grupo de Cooperação Irmãos Api)

Por outro lado, a agroecologia está relacionada às questões ambientais, seja na descrição do funcionamento dos sistemas de produção, passando por questões específicas que dizem respeito a concepções de meio ambiente relacionadas à recuperação do solo, à saúde, à qualidade dos alimentos, e finalmente concepções mais gerais, relacionadas ao ecossistema, a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

### **8.1.2. O funcionamento dos sistemas de produção e seus aspectos agroecológicos**

A descrição dos sistemas de leite à base de pasto e de suinocultura ao ar livre nestes depoiamentos mostram qual o entendimento dos agricultores sobre o seu funcionamento e em que aspectos eles podem ser considerados agroecológicos. De acordo com Associação Familiar Bollis, o sistema de leite a base de pasto assim funciona:

De manhã, bem cedo se tira o leite, depois da ordenha se larga no pasto até meio dia, pra pastagem, ao meio dia a gente toca no cadeado, no caso do piquete é separado. Na meia tarde vai ser ordenhado de novo e é tocado nas pastagens mais uma hora, duas, assim de tardezinha. E aí de noite volta (...) A diferença (*do sistema convencional e do sistema a base de pasto*) é que largar num lugar só ia acabando aquilo lá. Faz assim, por exemplo, se tivesse uns trinta piquete, tu larga um por dia, quando é no final do último, o outro já dá pra largar de novo. Potreiro e piquete tem diferença, agora pasto e piquete é o mesmo. A gente divide em piquetes pro gado comer tipo, três tipos no mesmo piquete, depois vai pro outro até que roda os pastos todo, passa todos os piquetes, o primeiro já está bom pra largar de novo, a pastagem é dividida em piquete. Acho que tem uns vinte e cinco piquetes. O correto seria usar um por dia. Isso depende do tamanho e da pastagem. Não faz muito tempo que a gente começou, as que dão mais leite, as que dão leite é colocado só num, e as que são assim seca é colocado num outro, é separado. Os bezerros é também junto com as secas. (...) as vacas secas não necessitam tanto de pastagem boa e aí a gente trata mais as que dão leite. Pastagem a vontade. Elas são só separadas porque estão secas, não estão produzindo leite, elas estão cobertas, no caso. Porque assim, dois meses antes dela vim de leite, tem que secar a vaca se não produz leite bem. E nesses dois meses é tirado do pasto. Se não, vai acabar com a vaca (...) Eu acho que esse sistema aí, das vacas também, larga uma hoje aqui, amanhã em outro lugar, daí é mais natural. Os dejetos servem como adubo. O correto seria até de noite largar elas do

piquete, mas por enquanto a gente não tem muito pasto. E nem todos os piquetes tem água, eles ficam num espaço onde não tem água, com o tempo talvez, a gente vai colocar água nesses espaços, em todos os piquetes.

Segundo coordenadora da Associação Fornasier e Brancher, o sistema de suinocultura ao ar livre é agroecológico pelos seguintes aspectos:

O que dá pra dizer que é agroecológico é o manejo que é feito no piqueteamento, que não precisa se utilizar assim tanto de medicamentos, medicamentos veterinários. Tipo assim, a terra já é uma coisa boa pro suíno que ele come o pasto, que ele come fora assim, e com isso dá pra dizer que é bom, que a gente tem um custo muito baixo de medicamento, quase pouca coisa. Já aqueles que são confinados, já gastam mais em medicamento prá eles. E o próprio sistema, que eles são criados já dá pra dizer que é ecológico, que ele se torna um porco livre, solto, ele não é ali preso, come e dorme e toma água tudo ali. Ele já fica mais livre, daí se torna a carne dele já fica bem mais diferente. Como com a experiência que nós tivemos naquele lote do suíno solto, ficou uma carne mais consistente, mas firme criado assim solto (...) Eles são produzidos desde que nasce o leitão, até depois do desmame é tudo ao ar livre. Não tem nenhuma porca que pare dentro do chiqueiro presa, é solta. Só depois da engorda é feito confinado. Além desse lote que foi feito como uma experiência toda ao ar livre, desde o nascimento até a engorda (...) A outra diferença é o manejo que não precisa ficar limpando toda a hora o chiqueiro. Não precisa isso. Os dejetos fica na própria terra, na própria área que vai fazer com que a área fique mais adubada, mais fértil pra mais tarde.

Na descrição dos sistemas agroecológicos, a questão ambiental aparece como um conjunto de fatores inter-relacionados, que abrange desde o tratamento dos animais, sua saúde, sua alimentação, seu comportamento e sua relação com o espaço do sistema que é dividido em piquetes, como descrito nos referidos depoimentos.

O sentido da agroecologia, no caso das atividades aqui descritas está, diretamente relacionada à integração delas, ou seja, a produção de leite à base de pasto e suinocultura ao ar livre está associada à produção de sementes. O ideal desta integração seria a produção total de sementes crioulas, para com isso poder evitar a compra de sementes de terceiros, sejam elas híbridas ou mesmo sementes crioulas de outros agricultores. Como a produção de sementes ainda se constitui enquanto uma experiência para a maioria dos grupos e este processo é algo a ser alcançado a longo prazo, a concepção de que toda a produção agrícola deva ser convertida, inclusive a de subsistência, é um ideal e um projeto ainda em construção. Sobre a produção de sementes de milho:

Tem o milho, mas não dá pra dizer que é todo ecológico, porque a gente ainda não conseguiu a semente, aquela semente crioula. A semente que é uma semente híbrida. Senão a gente faz muita adubação verde, mesmo uma adubação orgânica. E além dessa adubação verde a gente tem o esterco do próprio suíno que ele produz e é levado também na roça onde que vai enriquecer mais o solo. Daí evita usar o adubo químico e evita também a uréia. (Fornasier e Brancher)

O uso, de agrotóxicos e outros produtos químicos é também algo bastante enfatizado para significar a produção agroecológica. De acordo com estes dois depoimentos:

Agroecológico é o pomar e a produção de leite e a produção de coisas pra consumo interno no caso, plantas e verduras, hortaliças, tudo é ecológico. Não se usa produtos químicos, agrotóxicos, acho que mais é isso. Se usar adubos orgânicos, que são fermentados e as sementes são compradas também (...) Agora o que a gente mais pensa é nos produtos químicos e agrotóxicos o que a gente considera mais. (Grupo Irmãos Mânica)

Agroecológico é você começar a produzir sem usar os químicos e preservar o máximo possível o meio ambiente, a biodiversidade, plantar, consorciar. Eu acho que preservar o máximo o meio ambiente, ele está aí presente, eu acho que tem diversos cursos que estão sendo dados pra que a gente consiga de fato trabalhar com inteligência nesse campo, por que não é de uma hora para a outra que a gente vai resolver os problemas, a gente tem que aos poucos construir esse processo e descobrir a melhor forma da gente agilizar isso. A gente sabe que fazer agroecologia e deixar de usar todo o tipo de veneno, pra você trabalhar a biodiversidade, mas não é de uma hora para a outra que vai acontecer. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

## ***8.2 Outras representações sobre Agroecologia e Meio ambiente: razões simbólicas***

O uso de agrotóxicos durante muitos anos e hoje com a adoção de novas alternativas, tem levado estes grupos a buscar formas de recuperar o solo, pois segundo os agricultores este desgaste foi ocasionado pelo uso demasiado de insumos químicos. Junto à técnicas mais alternativas de recuperação do solo, como a adubação verde, a retomada da tradição dos pais têm sido enfatizada, não como uma “volta ao passado” simplesmente, mas como um valor relacionando à forma como se relacionar com a natureza, uma forma de considerar o conhecimento local /tradicional e não somente o científico.

Porque na verdade os técnicos que visitam a gente , não é que eles vem ali e dizem que tem que ser como “que eu sei”. “Como eu aprendi no colégio”. Não é assim, eles vem, e eles vê, se você fez a tal experiência e se deu certo, então vai por ali e continua. Eles procuram assim, bastante do conhecimento antigo, dos nossos avós, bisavós. Tipo a semente de milho criou ali uma coisa que há anos sabia, e hoje a gente tá fazendo ainda. Então a assistência mais técnica é nesse sentido, de deixar a gente fazer e talvez até a gente ensina pra eles e eles ensinam pra nós.

A agroecologia não é, portanto, a retomada do passado, mas sim a recuperação de alguns valores do conhecimento local, associados a práticas e técnicas alternativas atuais. Porém, segundo os agricultores, nem sempre o conhecimento dos idosos têm sido considerado por todos os agentes que tem discutido a agricultura familiar e a agroecologia.

Agora na prática dele, se você valorizar a prática do idoso, você vai ter que resgatar a dele, como foi a agricultura e ele vai ensinar muito para nós. E qual é o técnico que pergunta hoje para um idoso como é que se faz agricultura? Não existe, técnico da Epagri, das empresas aí, jamais alguém vai fazer isso.

Não vai recuperar, eu acho que não. Eu também acho que não pode copiar, porque não é a mesma coisa. Os nossos antepassados vieram da Europa onde o clima era diferente, mas muita coisa eles tem a ensinar para nós. Se nós soubermos valorizar a idéia dos nossos antepassados, tem praticamente um idoso em cada família. Hoje a renda da agricultura, está muito baseada nas aposentadorias, aqui na nossa região é uma realidade. Então a renda é baseada nas aposentadorias, só que o idoso é visto como passado, não é visto como presente na agricultura, onde você busca a saída para a agricultura hoje. Pega esse idoso e pergunta para ele como é. (Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel)

A questão da recuperação do solo é um dos aspectos também ressaltado na medida em que é da terra que os filhos destes agricultores dependem para permanecer na agricultura. Os depoimentos dizem que se os solos hoje precisam ser recuperados é em função principalmente do uso excessivo de insumos químicos. Por outro lado, lembram que poderia estar bem pior se há 30 anos atrás os pais também utilizassem veneno. É neste sentido, também, que passa a concepção de agroecologia, de que as práticas precisam ser diferentes, que o meio ambiente precisa ser respeitado, que os solos e as águas precisam ser recuperados. Estes dois depoimentos da Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel, enfatizam estas questões:

A agroecologia também está relacionada à qualidade de vida, a alimentos saudáveis, à saúde da família, a um meio ambiente melhor e mais saudável, ou seja, à mudança de concepções, mudança de hábitos e costumes. Estas questões podem ser verificadas nestes depoimentos:

Agroecologia na produção é ter um alimento mais puro, ter uma saúde melhor, ter um ar mais puro, um ambiente melhor. (Grupo sabor Ecológico)

Agroecologia é uma coisa que vai beneficiar talvez não só agora, mas no futuro a questão da saúde pra família, a saúde pro meio ambiente. É uma coisa também financeira, é uma coisa que vai também beneficiar, é uma coisa que tu consegue produzir aqui na propriedade, uma coisa mais de questão de saúde familiar e ambiental. (Grupo Irmãos Mânica)

Eu acho que não é só não usar o veneno na roça. Eu sempre tenho colocado pro grupo que a gente tem que começar nas nossas mesas, nas nossas casas a ser ecológico. Porque desde não comprar tantos produtos químicos pras crianças comer, pra nós fazer um doce, usar pra lavar a louça. Então começar dentro das nossas famílias a ser ecológicos. Se produzir a própria agricultura de subsistência, tipo não comprar a batatinha no mercado, não comprar massa, não comprar conservas e doces. Mas agente mesmo produzir, que a gente sabe que é ecológico. E depois a partir disso a gente vai aplicar na nossa produção, do dia a dia que é na roça. (coordenadora da Associação Fornasier e Brancher)

A agroecologia, finalmente, está relacionada a preservação do meio ambiente. Esta preservação deveria estar relacionada a uma concepção mais complexa que envolvesse a biodiversidade, o ecossistema, a recuperação florestal de diferentes espécies nativas, etc. Porém, segundo um agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre, existe uma concepção ainda equivocada de preservação do meio ambiente na região, baseada no reflorestamento de eucalipto.

Eu acho que pra nós aqui o reflorestamento, está muito mal explicado, está muito mal formado dentro da cabeça da gente. O reflorestamento de eucalipto só de uma espécie, não é reflorestamento, é um deserto. Aonde existe só uma espécie não existe vida, existe vida parcial, não existe vida total. Então eu acho que nós temos que ter a concepção de escolher na nossa área também uma área que seja de uma biodiversidade total, todas as espécies, com a possibilidade de ter diversos tipos de espécie. Eu acho que a reflorestação de eucalipto em si, não deixa de ser uma lavoura comercial, na minha concepção. Quem diz que reflorestar é plantar eucalipto, eu não tenho essa concepção. Reflorestar pra mim é você resgatar as questões da mata nativa, embutir na cabeça das pessoas que a gente tem que preservar o meio ambiente, preservar o meio ambiente não é plantar eucalipto, pinos é você escolher um pedaço da tua área e dizer “essa aqui é pros meus netos, bisnetos, aproveitar alguma coisa disso aqui, plantar pra 100 anos, 200 anos e não se preocupar com o que vai aproveitar daquela produção, assim se faz agroecologia. Plantando eucalipto, pinos, isso aí não é agroecologia, isso aí é típico de uma lavoura comercial, eu penso assim, no meu particular, não é no particular dos outros.

Também para o coordenador da Associação São Paulo, a preocupação com o meio ambiente é algo mais completo, que vai desde a preocupação com a terra, com a água, com a poluição, com o resgate das árvores nativas (angico, canela, grapia), pois o reflorestamento com eucalipto é de interesse imediato e econômico.

Partindo deste pressuposto, de que preservar o meio ambiente não é reflorestar com eucalipto, um agricultor do Grupo de Cooperação Monte Alegre conceitua o meio ambiente segundo uma visão que busca entendê-lo a partir do funcionamento do ecossistema em seu conjunto completo.

Porque o meio ambiente em si é um conjunto de coisas, tem que trabalhar com o ecossistema todo funcionando. Lá naquele meio de reflorestamento de eucaliptos dificilmente você vai achar diversos tipos de animais, por que o ambiente não oferece nada para os bichos comerem. Porque se tu fizer agroecologia sem controle de praga, por exemplo, quem é que vai fazer o controle de praga? Tem que ser o próprio ecossistema com o seu conjunto completo. Então, pra você ter vida, tem que gerar vida, é o conjunto da agroecologia que tem que existir, por que fazendo o reflorestamento disso e daquilo e quem não admite que lá dentro daquele espaço tenha vida, então como é que você vai ter o ecossistema funcionando?

A preocupação com a preservação do meio ambiente a partir do reflorestamento de diferentes espécies de árvores nativas, para alguns grupos, como vimos, não está associada a

viabilidade econômica, e embora tenha sido pouco frequente nos depoimentos, esta concepção pode estar relacionada à valores tradicionais.

Nós sempre tivemos o costume de reflorestar, por exemplo, a propriedade. Na horta a gente mudou os plantio. Os insetos eles se controlam entre si, eles tem um controle biológico, que não necessita de chegar lá com agrotóxico e acabar com eles. Você acaba com a cadeia produtiva deles e não com o inseto. Se não você vai querer controlar um inseto e acaba matando todos eles. (...) Essas que tem aqui ó, que nos tamo na sombra, elas são todas nativas. Tem laranjeiras, é uma árvore nativa, o alecrim do mato, tem o leitero, o coqueiro que foi arrancado do mato, cedro também foi plantado, jabuticaba, tem a cerejeira. Nós sempre tivemos, na verdade essa formação de plantar, nossa terra. É bonito, eu adoro o matinho. (Associação Coletiva Vida Ecológica)

Neste outro depoimento o conceito de agroecologia traz a noção de ecossistema e de sustentabilidade, enquanto preocupação com as gerações futuras.

Agroecologia, eu entendo por ser a continuidade do ecossistema na parte da terra e a continuidade dos seres vivos, nos quais nós estamos incluídos. E sustentável é a gente poder estar na terra, produzir o nosso alimento pelo período que a gente vive aqui sem descapitalizar a terra, viver sim do lucro da terra, tirar as sobras e que a terra permaneça fértil do jeito que nós pegamos ou até melhorar, nós temos até condições de melhorar. Isso depende das atividades que a gente vai desenvolver no período que a gente está usando, ocupando essa terra. A gente quando tem que devolver essa terra, o objetivo é que a gente consiga devolver ela melhor pra futura geração. (agricultor, Associação Munarini)

A questão da sustentabilidade na agroecologia não se refere somente as questões ambientais, mas sim as questões políticas e sociais. De acordo com a coordenadora da Associação de Agricultores Natureza em Festa, a questão da “sobrevivência” era precária quando estava “fechada no individualismo”. A cooperação possibilita lutar em defesa da vida, lutar pelo futuro dos filhos. A sustentabilidade aparece aqui como uma reflexão que permite “lembrar o passado, ver o presente e planejar o futuro”. Este futuro está associado à saúde, a qualidade de vida, à luta contra o sistema de exclusão do agricultor, ou seja, a agroecologia é um “processo em construção”.

De acordo com a agricultura, existe uma diferença entre agroecologia e produção orgânica. Este modelo de agroecologia que está sendo construído no Oeste, tem trabalhado com o contexto das atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores e com a sua realidade social e política. Já a produção orgânica, se preocupa apenas com a produção “sem químico”. Segundo a agricultora esta é uma distinção que está sendo feita nas discussões e encontros da Rede EcoVida.

Este modelo de agroecologia, tem portanto, na noção de sustentabilidade em suas diferentes dimensões (econômica, social, política e ambiental) a base para a adoção de tecnologias alternativas e a base político-ideológica para a construção de um novo projeto de desenvolvimento. De uma maneira mais ampla, o que significa este projeto, que dimensões contempla, se contrapõe a quem e a que? Está preocupado com o desenvolvimento do que e de quem?

Nesse novo projeto de desenvolvimento que a gente está construindo, que as entidades estão construindo, essa nova idéia de agricultura, por exemplo, e aí você tem que se preocupar com tudo. Você tem que se preocupar com as crianças, com jovens, adultos, idosos, mulheres, no geral, tudo isso você tem que se preocupar. E aí você pegar isso e trazer para a agroecologia você se pergunta. Mas se eu coloco o pai, o pai tem sessenta e oito anos. Se eu perguntar para ele: “Há quarenta anos atrás como é que se fazia agricultura?” Ele vai dizer: “Olha, eu tinha lá um milho crioulo para plantar, não tinha adubo químico, não tinha uréia”. Agora, “Quanto você colhia por hectare, quanta lavoura você fazia e como era? Quanto você fazia de rancho por mês?” Isso tudo, esse tipo de coisas são importantes e eu acho que tudo isso tem que estar no nosso novo projeto de desenvolvimento. Se você perguntar para o pai, com quantos reais você fazia de rancho? O pai vai dizer o que? Você comprava o necessário mesmo. Agora tu pergunta a uma criança minha que tem dois anos e daqui a quarenta anos se nós continuamos da maneira da agricultura convencional o que vai ser nesses termos. Agora tu pega no lado do solo. Como era o nosso solo a quarenta anos atrás e como vai ser daqui a quarenta anos? Nós não precisamos jogar tão alto. Vinte anos. Então tudo isso são partes do projeto de desenvolvimento que tem que entrar, porque a agricultura é que vai na verdade conduzir, tudo gira em torno disso. Não é porque a indústria tem mais incentivo do governo que ela é a mais importante. Eu acho que a agricultura deixou de ser importante porque não está recebendo incentivo, mas é ela aqui na nossa região, por exemplo, é ela que mantém. A economia aqui gira em torno da agricultura, mesmo não tendo incentivo. Agora se tivesse incentivo a gente tem claro que poderia produzir muito mais, poderia produzir emprego, ao invés do pessoal está sendo excluído da agricultura, poderia estar aumentando o emprego. E o novo projeto de desenvolvimento tem que se preocupar, principalmente mulheres, jovens, idosos que estão sendo excluídos desse sistema. (Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel)

Este novo projeto de desenvolvimento questiona o modelo de agricultura convencional que predomina hoje, se comparado com o tempo dos pais, dos avós. Coloca a necessidade de uma nova agricultura baseada nos princípios da agroecologia, objetivando com isso a permanência dos agricultores no meio rural. Este projeto tem uma preocupação com o meio ambiente, mas também prioriza a viabilização econômica, para com isso evitar o êxodo rural e a exclusão social. Este projeto, precisa ter políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar, programas de crédito e incentivo, programas que se preocupem com os jovens, com as crianças, idosos e mulheres, ou seja, este projeto, precisa gerar renda e empregos para que estes agricultores não sejam “excluídos do sistema”.

Esta noção de desenvolvimento é bastante ampla e demonstra que por trás desta concepção existe uma formação específica política e ideológica, na medida em que o grupo

está diretamente ligado aos Movimentos, Sindicalismo Rural e APACO. Por outro lado, temos concepções de desenvolvimento, que embora também se oponham ao modelo convencional, tratam o desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais local, enfatizando a importância da autonomia dos grupos em relação às agroindústrias, colocando a sustentabilidade como algo ligado à auto-gestão, ao domínio da cadeia, a possibilidade de “sustentar-se” sem depender dos outros. De acordo com este depoimento da coordenadora do Grupo Fornasier e Brancher:

O desenvolvimento sustentável, se a gente fala em desenvolver, não temos que pensar em dar pra indústria, a gente tem que se sustentar por nós mesmos e não depender tudo, vamos dizer da agroindústria, que vem ali e te leva tudo ali e dá pro teu suíno comer, pra tua vaca e teu porquinho. A gente produz essa sustentabilidade dentro do grupo mesmo, tipo, fazendo a própria ração que ainda não é um processo ecológico porque a gente depende, mas já pensando em produzir a própria soja para fazer o farelo, tratar talvez o suíno com uma alimentação mais alternativa. A gente já fez a experiência tentou pelo menos. Entende por ali. Para ser ecológico tem que não depender dos outros, vamos produzir o que a gente consome.

Por outro lado, a agroecologia também é associada a uma concepção mais global ligada aos movimentos ecologistas e a outros movimentos sociais, que por um lado, têm em comum a crítica a um modelo de desenvolvimento social e econômico excludente e, por outro, apresentam especificidades que dizem respeito a discussões sobre a crise ambiental, a continuidade da vida as desigualdades raciais, o respeito à diversidade e alteridade cultural.

Eu acho que de uma maneira geral nesse novo projeto que a gente está construindo, a gente tem que levar tudo isso em conta e aí eu acho que a agroecologia é fundamental, porque é a continuidade da vida. Porque se nós nos preocupamos com a nossa criança de colo hoje o que será daqui a trinta anos, se nós não trabalharmos a agroecologia e nós continuar trabalhando o convencional como hoje vêm sendo trabalhado, nós não vamos com certeza ver o nosso filho na roça, de repente na favela. E aí eu acho que além disso, entra também no projeto de desenvolvimento, entra também as diferentes raças, etnias, culturas, isso tudo tem que ser respeitado. Não é porque é negro tem menos valor, ou porque é índio não tem valor, ou porque é caboclo não trabalha, só gosta de festa. Eu acho que cada cultura tem que ser respeitada na sua maneira de ser. Eu acho que tem que haver harmonia entre as diversas culturas.

## **9. As vantagens e desvantagens da adoção de práticas agroecológicas**

De uma maneira geral, as concepções sobre agroecologia identificadas nos depoimentos mostram que os seus significados estão sendo construídos a partir das experiências vivenciadas e através da formação adquirida pelos grupos. As práticas

agroecológicas são, portanto, experiências novas que vêm sendo adotadas pela maioria dos grupos a partir de meados dos anos 90, embora muitos deles ainda, mantenham as atividades convencionais com o objetivo de manter a renda já existente. Por outro lado, é certo que as atividades agroecológicas vêm possibilitando a viabilização econômica da maioria dos grupos, bem como possibilitando também a elaboração de novos conceitos e concepções de uma nova agricultura. É neste sentido que os grupos apontaram vantagens e desvantagens relacionadas às práticas agroecológicas. De uma maneira geral, estas questões são colocadas de modo inter-relacionado nos depoimentos. Porém, para fins de análise, agrupei-as em três categorias empíricas: 1. vantagens econômicas (redução de custos e retorno financeiro); 2. vantagens ambientais (produto diferenciado, preocupação com o meio ambiente); 3. vantagens sociais e ambientais (saúde, qualidade de vida, alimentação saudável, preocupação com o consumidor, preocupação com os filhos, com as gerações futuras, visibilidade e reconhecimento).

### ***9.1. Vantagens econômicas***

De uma maneira geral as vantagens econômicas e ambientais, estão diretamente relacionadas em praticamente todos os depoimentos. Porém, considero vantagem econômica quando o depoimento enfatiza a redução de custos e o retorno financeiro imediato. A opção, por exemplo, em trabalhar com atividades agroecológicas traz vantagens econômicas, porque primeiramente reduz os custos de produção, como pode ser constatado no seguinte depoimento:

E aí que se pensou em começar a trabalhar organicamente para reduzir custos. A adubação a gente tinha toda ela e veneno se passaria a controlar ao máximo com cobertura do solo, com coisa verde, tipo roçados, que iria reduzir muito o custo. Porque se gastava em torno de 30 litros de veneno por vez que se matava mato, isso aí se fazia duas vezes por ano, gastava 60 litros por ano. E se fazendo roçados, coberturas de solo, esse custo reduziria. (Grupo Irmãos Mânica)

Assim, neste depoimento, a vantagem em trabalhar organicamente está primeiramente associada à redução de custos e não à preservação ambiental. Este outro depoimento enfatiza o retorno financeiro imediato, em contraposição às atividades agrícolas convencionais em que era necessário esperar por cada safra para ter um retorno financeiro, além de apontar um aspecto subjetivo resultante das novas práticas.

O trabalho aumentou, mas a auto-estima também aumentou. Agora a renda vem a cada 8 dias, antes tinha que esperar a cada safra, agora a cada 8 dias tem um retorno. (Grupo Sabor Ecológico)

## 9.2. *Vantagens econômicas e ambientais*

No que categorizo como vantagens ambientais, a redução de custos e o retorno financeiro também são lembrados, mas desta vez com ênfase para a questão ambiental. Para se obter o retorno financeiro e a redução de custos o agricultor precisa ter em mente os cálculos de comparação entre o sistema convencional e o agroecológico. Neste caso também, o retorno financeiro imediato não é ressaltado. Os depoimentos a seguir esclarecem bem a comparação que é feita entre o sistema convencional e o agroecológico e de que maneira a adoção de práticas agroecológicas traz vantagens econômicas associadas às ambientais.

A principal diferença que eu vejo é que no convencional a gente transfere uma parte muito grande dos recursos que era produzido nas propriedades para as agropecuárias, como os venenos, os produtos químicos, tanto pra animais e pra lavoura. Com a agroecologia a gente passa a ter um processo de inversão, aproveitar os recursos naturais que existem na propriedade, implantar mais alguns que podem ser implantados e aproveitamento e conservação melhor do solo e com isso sempre a economia de capital que saíria da propriedade. Capital em dinheiro mesmo, porque tem fertilizantes naturais que a gente pode fazer na propriedade e que aprendemos a fazer e tem dado resultados muito bons. Uma parte a gente compra, mas São produtos naturais, não são químicos. (agricultor , Associação Munarini)

As vantagens, algumas que já foi colocada, a preservação do meio ambiente, a qualidade de vida, a preservação da terra, da natureza, a gente tem mais segurança naquilo que está consumindo, é garantido. E a desvantagem é que você tem que aprender com a natureza, aprender a conhecer a natureza. Porque no convencional, tu tem um probleminha numa cultura, você vai lá no balcão (*da agropecuária*) e eles tiram da prateleira um pacote pronto, tecnológico e te dão pra você, tu tem que passar e depois tem que pagar. O agroecológico não, o processo a gente começou aqui há três anos e muita coisa que a gente achava que de repente não ia dar certo, hoje se está vendo que agroecologia não é como se pega dali e num ano está pronto. Tem que ir fazendo pra ela ir se adaptando, porque agroecologia ela é um ciclo de vida que existe mas não esquecendo do meio ambiente. Então, você tem que ter os mínimos fatores que vão contribuir para que seja efetuado o processo dela. (agricultor , Associação Munarini)

Nestes casos, as vantagens econômicas e ambientais são algo a ser alcançadas em longo prazo. Porque é da recuperação do meio ambiente, da adaptação do clima às novas técnicas, da independência ao sistema convencional, que dependem os resultados e eficácia das novas atividades.

O grupo tem como um dos objetivos conseguir a reprodução das sementes, que trará a longo prazo vantagens como a diminuição de custos, adaptação ao clima, desde o primeiro plantio vai se adaptando ao clima e ao solo. Porque quando eu era criança a

gente já fazia no RS a reprodução, só que a gente perdeu isso. As empresas que vendem sementes vão se aperfeiçoando na tecnologia e o interesse básico das empresas é o lucro. O grupo hoje está preocupado com o meio ambiente, com a questão social. A produção de fumo exige, correção de veneno. A intenção é largar o produto, pois estamos conseguindo se viabilizar. Estão preocupados com as nascentes de água. (Grupo Sabor Ecológico)

A venda e o retorno financeiro em alguns casos dependem da qualidade e da diferenciação do produto agroecológico. Nestes casos, as vantagens econômicas advêm da conquista de um mercado específico, da valorização do consumidor. Estas questões podem ser verificadas no caso da produção do suco de laranja orgânico, do Grupo Irmãos Mânica:

Eu acho que o maior privilégio é a venda do produto que está saindo, aumentando. A gente fala que começou entregando pouquinho, hoje a entrega é bem maior. A gente entrega de setecentas a oitocentas embalagens por semana, hoje. O consumidor fala que é produto diferente do que os outros agricultores fazem, bem mais natural, mais parecido com o açúcar e o sabor também, o sabor da laranja, eles sentem o sabor da laranja, não tem produtos químicos. O consumidor pelo o que eles falam pra gente, eles gostam. Em função da qualidade do produto, em função da gente trabalhar, correr atrás do mercado, mas, mais é em função da qualidade e de ser um produto diferente. Não. Porém a gente só vendia pra empresa, ela fazia quase todo o processo, agora a gente entrega, entrega um pouco pra cada um, vai distribuindo.

Por fim, temos descrições interessantes de como um sistema de produção alternativo pode trazer diferentes vantagens. Neste caso, as vantagens estão mais relacionadas ao funcionamento em si do sistema e aos aspectos ambientais a ele relacionados, como no depoimento da Associação dos Produtores Rurais Progressistas sobre a suinocultura ao ar livre:

A vantagem para o grupo de suinocultura é para aqueles que têm a propriedade própria. A suinocultura, hoje em dia, quanto maior a suinocultura, mais facilita o carregamento. Hoje em dia, a suinocultura individual não traz muita vantagem, então eliminamos tudo que tínhamos na propriedade e formamos um grupo para funcionar melhor. A mudança que existe aí na área ao ar livre, é um suíno mais saudável, menos doente. O que modificou um pouco é o tratamento, a gente precisa mais tempo para tratar. E o sistema é por aí, é formar grupos porque tem os suínos mais saudáveis e isso traz retorno para o futuro. Ao ar livre é mais distribuído na área. O esterco fica na grama. Agora no ar livre, o leitão tem mais espaço para escapar do perigo. Sim. Porque em geral no ar livre o leitão é mais sábio e ele escapa.

### 9.3 Vantagens sociais e ambientais

Em alguns depoimentos as vantagens ambientais e sociais aparecem como prioritárias em comparação com as econômicas. Nestes casos as atividades agroecológicas trazem vantagens porque melhoram a saúde, trazem qualidade de vida às famílias dos agricultores e dos consumidores, criam uma consciência sobre a importância da agroecologia.

A alternativa do leite é agroecológica, porque a alimentação é somente a base de pasto, a ração é produzida na propriedade, não tem químico, medicação homeopática, a receita da medicação é natural. Se não fosse esta atividade os filhos não teriam condições de estudar. Hoje a atividade é a principal fonte de renda da família (...) Além disso, a principal vantagem é a saúde. Se tranquiliza mais com o produto que está sendo vendido porque consomem o mesmo produto, o consumidor está procurando mais produto natural. (agricultura da Associação Munarini)  
A atividade não é prejudicial à saúde. A gente ajuda as outras pessoas a entender o processo da agroecologia. Se hoje precisasse comprar ração para alimentar as vacas, não teria o mesmo lucro no sistema convencional. O aspecto da saúde é importante, pois estão comendo sem químicos, saber que os filhos não vão usar, porque estão aprendendo desde pequenos esta mentalidade. (Família de M, Associação Agroecológica de produtores Rurais São Miguel)

A gente vai oferecer ao consumidor um produto diferenciado, com qualidade. A gente pode chegar na feira e vender pro consumidor e dizer “esse produto nós garantimos a qualidade, não tem veneno, tem isso e isso, é um produto natural”. (agricultor, Associação Munarini)

A preservação do meio ambiente - neste caso a preocupação com a terra, com a preservação dos solos - uma qualidade de vida melhor e a preocupação com o futuro dos filhos, com as gerações futuras, são apontadas como as principais vantagens trazidas com a Agroecologia neste depoimento de agricultor da Associação Munarini.

Optamos por trabalhar agroecologia pensando ter uma qualidade de vida melhor, não trabalhar com agrotóxicos, não consumir produtos químicos e com isso a gente estaria preservando a natureza, o meio ambiente, que faz parte do processo, preservaríamos muito a terra que é mais quem está sofrendo com os produtos químicos e a terra vai ficar para os nossos filhos e descendentes. Nós não podemos deixar a terra pior do que quando nós recebemos.

A preocupação com o futuro dos filhos, remete a uma questão central atualmente na agricultura familiar que é a reprodução social desta categoria. Neste sentido, as atividades agroecológicas além de produzirem resultados mais objetivos, têm produzido também representações sobre a condição social do agricultor familiar, que a partir do trabalho desenvolvido em grupo, tem resultado em reconhecimento e visibilidade.

A vantagem é que se a gente tava no individual talvez a gente taria na roça e a gente não taria melhor do que isso. Só se a gente tivesse saído da roça talvez que a gente podia estar melhor. Então a vantagem de ficar aqui é essa, de poder ficar e desenvolver aqui o nosso trabalho. Agora, a vantagem é que a família não se dispersou, a família ficou junta, tanto na roça como nos suínos, como nas aves, a gente tá conseguindo desenvolver isso. Porque se a gente fosse sozinho, nunca que a gente ia conseguir chegar com as atividades tudo junto. E uma outra vantagem também que a gente vê e sempre comenta é que a gente é percebido agora. E a gente pode ver as família individual que tem hoje, ninguém percebe essas famílias, ninguém visita, vai só aquele técnico da agroindústria e deu. E vê nós, como grupo assim, por mínimo que a gente esteja aqui, mas a gente é bem visto em tudo, a gente sai no jornal, sai em revista, sai em boletim, sai na imprensa, vai para fora do estado, até pra fora do país. Não pelo capital que o grupo tem, mas pela forma de realização, pelo sistema de frente de trabalho que a gente tem, com uma vantagem que a gente é mais percebido agora e é mais valorizado também. (agricultura , Associação Fornasier e Brancher)

## 10. Superar as dificuldades: em busca de projetos futuros

De uma maneira geral não foram apontadas desvantagens ou perdas significativas com a adoção das atividades agroecológicas, mas sim dificuldades para realizá-las de uma maneira mais integral. O que se percebeu nos discursos é a busca de um ideal que têm sido construído pelos agricultores e por seus assessores, a partir da realidade de alguns grupos que são tomados como exemplos de “grupos modelos”, em função das atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares. Porém isto, somente não justifica as “queixas” de que “as coisas poderiam ser melhores”, já que a falta de incentivo e de recursos para a agricultura familiar é apontada como uma das principais causas de muitos projetos não terem sido realizados. De uma maneira geral, os grupos têm projetos futuros para adequar e melhorar as suas atividades visando principalmente o domínio sobre a cadeia *produção – industrialização – comercialização*. Mesmo grupos que já possuem agroindústrias familiares possuem esta perspectiva:

É necessário ter uma outra atividade porque só com o queijo acho que a renda é muito baixa, tem que ter outra coisa, não dá para ficar só nisso aí (...) Tem vantagens e desvantagens, porque o negócio é o soro, tem que dar um destino pro soro, tu ocupando o soro mesmo fazendo ricota, mesmo fazendo bebida láctea, mesmo assim ainda vai sobrar um monte de soro, porque o que tu ocupa pra ricota, ainda pode ir pro porco depois e o que se ocupa pra bebida láctea, porque vai leite , não vai só soro. (Associação Familiar Bollis)

Por outro lado, temos aqueles grupos que almejam e planejam industrializar a produção, na medida em que a legalização e certificação de determinados produtos agroecológicos é fundamental para diferenciar o produto, criar uma identidade própria e

agregar valor. Neste sentido é que a preservação ambiental deve estar relacionada também a viabilização econômica do grupo.

Eu acho que a gente com o passar de anos, esse trabalho na prática agroecológica, a gente vê que não necessita da química pra sobreviver. A gente produzindo ecológico também a gente sobrevive, e a saúde aumenta também. Cada dia por causa das dificuldade da gente manter aquela grande estrutura, que a gente poderia até produzir melhor. Poderia tá ali com uma indústria de conservas a todo o vapor que ia ser uma renda boa pro grupo. Mas a gente não pode se queixar do trabalho ecológico, também nada é 100% de garantia de produção, quando a gente planta os produto. (Associação Coletiva Vida Ecológica)

As vantagens, é o que nós tava falando, a purificação do ar, a preservação do meio ambiente. É o que a gente ainda não conseguiu, assim, na produção ecológica na valorização do governo ainda. O governo não tá valorizando ainda a agricultura ecológica. Ela teria que ser mais valorizada, nesse setor da comercialização. O nosso produto é um produto diferente dos outros, e muitas vezes ele é consumido como um outro produto, como outro produto qualquer. Como um pé de alface ele não é respeitado como produto ecológico, sem agrotóxico, não é valorizado por si só. Essa é uma desvantagem pro grupo (...) É o objetivo é os produtores que produzem ecológico colocar o selo da EcoVida. (Associação Coletiva Vida Ecológica)

## **11. Atividades alternativas: possibilidade de reprodução social para a agricultura familiar**

As atividades alternativas – produção agroecológica e as agroindústrias familiares – têm possibilitado concretamente a viabilização econômica, na maioria dos casos analisados, como mais uma fonte de renda dos grupos pesquisados. Muito em função desta viabilização é que tem acontecido a permanência de muitas famílias no meio rural do Oeste Catarinense. De forma efetiva o que não têm ocorrido de modo significativo é a independência total destes grupos das empresas e cooperativas convencionais, das atividades de integração e de outras atividades convencionais que ainda constituem fontes de renda para a maioria dos grupos.

A viabilização econômica imediata constituiu uma realidade para estes grupos e isto se deve sem dúvida à forma de organização produtiva estabelecida pela cooperação agrícola e pelas alternativas produtivas agroecológicas. É neste contexto - que para a maioria dos grupos tem sentido e significado político e histórico - que começam a serem traçados os caminhos que estão possibilitando a reprodução social destes agricultores e suas famílias.

Sem dúvida o tamanho das propriedades dos agricultores familiares no Oeste Catarinense é um dos fatores que têm limitado a diversificação das atividades. Porém, este fator não é determinante e pesa mais no que diz respeito à reprodução social no ciclo longo,

quando os pais não possuem terras suficientes para dividir com todos os filhos.<sup>175</sup> De acordo com depoimentos de vários agricultores a limitação de terras e de mão-de-obra têm sido amenizada com o trabalho em grupo. Assim sendo, muitas famílias que pensavam em abandonar as atividades rurais, decidiram permanecer após a formação do grupo. Este depoimento de agricultura que reside e trabalha na condição de agregada demonstra isto:

Antes de formar o grupo, a família pensou em sair para a cidade, o objetivo hoje é conseguir terra para permanecer no campo. (Família de M, Associação Agroecológica de Produtores Rurais São Miguel)

Este outro depoimento também enfatiza esta questão:

Hoje nenhum membro do grupo pensa em sair. Antes de começar estas alternativas o V pensava em sair. (Grupo Sabor Ecológico)

O que tem possibilitado a permanência dos grupos e suas famílias tem sido, sem dúvida essas novas atividades e a forma de organização social possibilitadas por sua formação técnica e política. Este acesso à esta formação que cria mais um papel para este agricultor, o de formador, o de concientizador, ou seja, não é apenas na prática que os grupos devem realizar uma nova agricultura, mas também enquanto formadores de outros grupos e famílias. Este novo papel do agricultor, não mais como apenas produtor, mas sim como agente de formação, têm uma importância fundamental na decisão destes grupos em permanecer nas atividades rurais. Trata-se de um motivador que atua diretamente na auto-estima e na reconstrução de uma nova identidade social.

A gente tem um projeto de concientizar sobre a questão agroecológica. O grupo pensa em repassar as informações para outros agricultores de outras comunidades, passar as experiências, questões discutidas na rede EcoVida. Envolver desde o início na rede as comunidades, mostrar a importância do trabalho coletivo. (Grupo Sabor Ecológico)

Eu acho que uma das idéias que já foi discutida pelo grupo é a de permanecer na agricultura. Eu por exemplo, não gostaria nunca de sair da agricultura, só se eu precisasse... Trabalhar por menos preço, para não precisar sair da agricultura, porque é ali que o agricultor tem mais chance de ter uma vida saudável. Nós questionamos muito dentro do próprio sindicato, o próprio trabalho que a gente faz dentro do

---

<sup>175</sup> Existem muitos casos de famílias que trabalham como agregados em terras de terceiros, pois não tiveram a possibilidade de obter seu pedaço de terra através de herança ou não tiveram a possibilidade de comprar novas terras, o que sem dúvida é o fator mais determinante na região. Existem casos de moças que se casam, e o marido também não possui terra, então aquela família “se obriga” a trabalhar como agregados. Nesta pesquisa registrou-se, como vimos, 03 casos de famílias que residem e trabalham em terras de terceiros. Ver dados da tabela 06 no capítulo 07.

sindicato, nós temos questionado um pouco. Mas hoje, nós de Saudades, uma cidade de quinze mil habitantes, nós não conseguimos botar um produto orgânico para abastecer a mesa do consumidor, nós não conseguimos isso até hoje e acho que é um desafio para o agricultor familiar. Nós temos que conseguir isso, porque de repente tem consumidor consciente, que sabe que se pudesse estar consumindo um produto orgânico seria diferente. E nós não estamos conseguindo fazer isso, então eu acho que o agricultor, nós, eu pelo menos, nunca pensei em sair da agricultura. Quero ser agricultor e fazer uma agricultura diferente do que hoje está aí colocado. (agricultor e funcionário do Sindicato de Saudades, Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel)

Esta “agricultura diferente”, centrada portanto, no trabalho coletivo e na produção agroecológica, depende de um processo de formação que possibilite aos grupos se viabilizarem economicamente, mas principalmente que prepare o agricultor para questionar o modelo convencional, e que efetivamente o torne cada vez mais independente das grandes empresas. Gehlen (1998, p.55) identifica algumas alternativas a médio prazo para os agricultores familiares em geral, das quais citarei as que mais se aproximam ao caso estudado nesta tese:

... afirmar-se como produtor autônomo combinando a lógica da subsistência, prioritária com a de mercado, complementar. Para isso será necessário criar e participar de novas formas de organização do sistema produtivo e da vida local. (associações de produtores, cooperativas, condomínios, clubes, grupos diversos, representação política, etc) como estratégia de resistência e de recriação da vida.<sup>176</sup>

Esta lógica da subsistência com a produção de mercado em segundo plano, corresponde à idéia de autonomia e independência ressaltada neste depoimento de um agricultor da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel:

O grupo tem trabalhado também a questão da subsistência que a gente estava falando antes, do açúcar mascavo, a gente aprendeu fazer não para comercializar, mas sim para subsistência porque é um produto saudável. Tanto isso, quanto outras coisas, a gente já teve uma horta orgânica e vendemos hortaliças, depois por falta de mão-de-obra a gente parou, mas a idéia é de pelo menos ser cada vez mais independente. Se você puder produzir uma batatinha, produza para não ter que depender de outros e principalmente ter um produto sem agrotóxico, sem químico.

Este modelo de Agroecologia que vêm sendo construído no Oeste Catarinense pretende a conjugação destes fatores, com ênfase sem dúvida para a viabilização econômica com preservação ambiental, o que possibilitará em médio prazo a reprodução social e

---

<sup>176</sup> Todas estas características apontadas pelo autor caracterizam o tipo de agricultor familiar estudado, porém gostaria de ressaltar, que embora seja um projeto da agroecologia a priorização da produção de subsistência e posteriormente a de mercado, o que se percebeu na maioria dos grupos é “a priorização da produção de mercado combinada com a de subsistência” (idem, ibidem)

permanência de muitas famílias de agricultores familiares na Região, cada vez mais desvinculadas das agroindústrias convencionais. Este depoimento de agricultor da Associação Munarini aponta para isto:

O que mudou (*com as novas atividades*) é que a gente tinha medo de uma dependência, tinha uma dependência, tinha um medo de ficar sem ter mais assistência vinda das agroindústrias, das empresas que vendiam esses produtos e hoje a gente já tem a tranquilidade que a gente praticamente daria quase pra desenvolver atividades, se manter nas atividades sem depender deles. Então que é coisa muito importante pra nós, já estamos conseguindo ter capacidade de planejar, desenvolver trabalhos pra nós mesmos, sem ninguém trazer pronto.

Estes dois últimos depoimentos permitem refletir sobre qual o tipo de agricultura familiar vêm sendo construída pela Rede de Viabilização na Região, seja através de um discurso, seja através das práticas e experiências desenvolvidas pelos grupos de cooperação. Esta reflexão de Gehlen (idem, p. 64) é pertinente para o caso:

Pode-se pensar em um modelo do tipo subsistência e comercial, que valoriza a experiência acumulada pela lógica da subsistência familiar (no sentido amplo) e aumentaria sua inserção no mercado com o objetivo principal de garantir qualidade de vida, reprodutibilidade ecológica e social e valorização da cidadania participativa desses agricultores familiares.

As atividades agroecológicas e alternativas desenvolvidas e idealizadas têm sim a pretensão de concretamente viabilizar economicamente os grupos em curto, médio e longo prazo. A reprodução social das famílias destes agricultores, e futuramente das demais gerações está diretamente associada a estas práticas e depende de planejamento e projetos concretos, mas depende também da intenção e coragem de romper com o sistema vigente. É neste sentido, que estas famílias estão apostando, em uma “coisa diferente”, para que os filhos permaneçam no meio rural. Os pais hoje tem clareza de que os filhos não pretendem futuramente plantar fumo, como eles, e que não se houver uma alternativa, os jovens não pretendem permanecer no meio rural. Estes depoimentos dão conta desta questão:

Eu acho que você tem um filho e fazer o teu filho plantar fumo, eu duvido que ele fique na lavoura, essa é pedir demais. Então, eu acho que você tem que dar alguma coisa que seja diferente pra ele, dá alternativas. Por que a agricultura de hoje não admite a questão do agrotóxico, eu acho que essa, essa parte boa eles tem. Eu acho que a juventude de hoje, eles são meio vadia, eu acho que são preguiçoso. Eu acho que eles tem que embutir na cabeça deles que os pais deles também foram crianças, eu me lembro que era no pau que você tinha que trabalhar, eu acho que qualquer ajuda que eles derem é com essa ajuda que eles vão criar uma concepção de responsabilidade com aquilo que você tem, por que a agricultura familiar, o que eu tenho aqui é dos meus filhos também. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Bom eu falo pelo que o D me disse, que o filho queria uma coisa diferente, se não ele não iria ficar aí. Então, eu penso que esse nosso projeto tem a coisa diferente que ele está procurando. Eu penso que deve criar aquela expectativa, se eles não tivessem um pouco de amor, um pouco de carinho por aquilo ali, eles não estavam aqui ajudando nós. Então, eu acho que eles vão acabar ficando por aí, a gente não vai tirar a oportunidade deles de estudar. (agricultor – Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Para o grupo de Cooperação Monte Alegre, o abatedouro é uma realidade concreta que já está viabilizando o suporte econômico para as famílias, e que futuramente garantirá a permanência dos filhos, netos, ou seja das gerações futuras como agricultores. São estes projetos alternativos que possibilitarão a continuidade da agricultura familiar e amenizarão o êxodo rural na perspectiva da maioria dos agricultores entrevistados.

Por exemplo, trabalhar a questão do A, carregar frango, sendo diarista é uma coisa abstrata. Vamos partir para uma coisa concreta, por exemplo, a questão do abatedouro é uma coisa concreta, vai estar aí hoje, amanhã, depois de amanhã, vai durar trinta, quarenta anos, cinquenta anos a estrutura aí. Então, quem sabe, se não der agora, mas amanhã depois para os filhos dele, para os netos dele é isso que a gente pensa, montar uma coisa que vai servir não só pra nós, vai servir pra outras pessoas, pras gerações que estão pra vir aí. Por que na situação que agricultura familiar está passando hoje, se a gente não arriscar um projeto desse, automaticamente a gente vai acabar com a agricultura familiar, vai desestimulando, vai saindo um. O A podia sair antes, mas amanhã podia sair as filhas do A, sai a minha filha, sai os filhos do N, ao invés de ficar nós aqui, trabalhar com nós, sai todo mundo, vai todo mundo pra cidade. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

A possibilidade de permanecer no meio rural com atividades produtivas que garantam a reprodução social das famílias, traz também outras vantagens que dizem respeito ao seu bem estar e principalmente dos filhos que, caso contrário, não terão que enfrentar as dificuldades e formas de vida das cidades, que são avaliadas pelos pais como negativas. Em síntese, o trabalho em grupo, associado a agroecologia enquanto uma “nova maneira” de fazer agricultura abre novas perspectivas para que as famílias de agricultores e principalmente os jovens permaneçam no campo.

Prá mim mudou muita coisa. Por que eu morava na cidade e segurar dois filhos em casa não foi fácil. Aqui eles tem liberdade prá andar. Na cidade, já sabe lá tem de tudo, de drogas. Aqui eu achei é um lugar melhor prá se viver, tanto prá educar quanto prá se alimentar. A gente come coisas menos química, e temos um monte de comida, tem leite, tem galinha, tem ovos, tem todo tipo de carne, lá a gente comprava. (agricultora, Associação Coletiva Vida Ecológica)

A gente já tinha um relacionamento bom entre família e isso reforçou mais ainda, porque a gente não tem como primeiro objetivo na frente o lucro e sim o bem estar da família. A gente vê que os jovens não tem aquele interesse, ou não vê a hora de ter documentos e correr pra cidade trabalhar, esse é um ponto dos principais. E tem alguns da família que também, já tiveram assim oportunidades de sair, mas eles

estão apostando nessa alternativa e ver como uma perspectiva de vida, se manter na atividade. Porque nessa nova maneira, a agroecologia, numa agricultura sustentável a gente possa se manter mais. (agricultor, Associação Munarini)

A agroecologia está associada também a uma questão de identidade, uma identidade política e social que se contrapõe ao modelo convencional, ao poder da mídia, ao consumo, uma identidade de agricultor familiar que ao mesmo tempo em que é nova, pois reflete em discursos também re-elaborados e que trazem novas concepções e valores, é uma identidade que pretende ser “recuperada”, não no sentido de voltar ao passado, mas no sentido de recuperar práticas e ações políticas que perderam sua força, e que pretendem ser recuperadas através deste novo momento centrado na cooperação agrícola e na agroecologia.

Eu acho que nós vamos resgatar, eu acho que a questão agroecológica é o principal resgate que nós temos que fazer, de que forma? É a forma de você perder aquela cultura imbecil, tem lugares que só te oferecem pra você enriquecer, essas fábricas só querem ganhar dinheiro em cima disso. Eu não sei o que é benefício. A questão da cooperação na agricultura familiar, eu penso que tem que ter alguém para começar esse processo, pra agricultura familiar servir que não é essa agricultura familiar que nós estamos vivendo agora, mas a história que nós vivíamos há dez, quinze anos atrás, uma agricultura forte, uma agricultura centrada, com um movimento sindical muito forte, de uma agricultura atenta para aquilo que acontecia. Não um agricultor viciado, consumindo tudo que aparece pela frente. O agricultor está indo muito pela propaganda e muito pouco pela história que ele tem, então o agricultor tem que resgatar a história que eles fizeram, para que ele possa daqui a dez, quinze anos oferecer a história para os filhos dele, recuperar, por que nós perdemos a nossa identidade em função disso que aconteceu na questão da agricultura e aos poucos vamos construir essa nossa história diferente e que nós sejamos espelho desse pessoal que vem. Tem gente que faz agroecologia aqui, que nem sabe o que está fazendo, mas faz, mas não perdeu a sua identidade. Nós perdemos a identidade, mas vamos recuperar ela através da nossa grande discussão, através dessa mobilização que nós estamos fazendo através do nosso grupo. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

Eu acho que nós já fazíamos agroecologia quando nós tínhamos a verdadeira identidade de agricultura familiar. No momento que nós passamos a consumir certas coisas que o sistema nos ofereceu, daí a gente passou a abandonar esse sistema de agroecologia, sem mesmo saber disso. E também pela necessidade, pela falta de mão-de-obra isso aconteceu também, a questão do desvio, a questão agroecológica por que ninguém quer usar veneno, se você puder evitar o uso do agrotóxico, certamente você vai fazer isso. (Grupo de Cooperação Monte Alegre)

A agroecologia e demais atividades a ela associadas, como por exemplo, a agroindústria familiar, têm sido apontada como uma perspectiva importante para se realizar uma agricultura diferente, uma possibilidade que possa gerar trabalho e renda a partir da organização dos próprios agricultores familiares e seus representantes. Porém, muitos destes grupos esbarram em dificuldades que dizem respeito, tais como, à falta de incentivo e financiamento direcionado para estas atividades. A falta de “incentivo”, apontada aqui passa por uma questão mais complexa relacionada às políticas públicas direcionadas para a

agricultura familiar, ou seja, de políticas públicas adequadas. Este discurso, expressa uma opinião e tomada de posição política que atribui ao Estado a responsabilidade de criar as condições necessárias para a viabilização da agricultura familiar, em contraposição a isto, procura mostrar que não é o Estado que efetivamente está fazendo isto, mas sim outros agentes sociais.<sup>177</sup> A manutenção da agricultura familiar é algo que vêm sendo construído, e como qualquer processo com perspectivas para o futuro.

No meu caso, se nós não tivesse fundado o grupo eu não tava aqui, eu tinha outra profissão, na verdade. Eu treinava, era corredor de atletismo. Daí com o engajamento meu no grupo eu fiquei aqui junto com a família, também para o que der e vier. E a gente se engajou no grupo e a saída é por aqui. Esperamos que, a partir dos governantes, da nossa prefeitura, que a gente seja mais valorizado. Que quando a gente busca um subsídio, um financiamento, que ele venha imediato, que a gente tem perdido com isso. Nosso grupo ficou parado, o objetivo era industrializar a produção, mas o governo cortou o projeto e nós ficamos na mão. E a gente às vezes fica dando chutes, mas o objetivo seria a industrialização, agregar valor em nossa propriedade, é o que nós queremos. (jovem agricultor, Associação Coletiva Vida Ecológica)

Apesar do otimismo da maioria dos agricultores entrevistados é necessário ressaltar que, as perspectivas de viabilização e de reprodução social da agricultura familiar dependem, portanto de muitos fatores que passam por questões conjunturais e estruturais. De acordo com o depoimento de um agricultor da Associação dos Produtores Rurais Progressistas, mesmo com as novas atividades, neste caso a suinocultura ao ar livre, está difícil de “segurar”, porque o grupo depende consideravelmente da venda dos produtos agrícolas, das lavouras de milho e feijão, e os preços destes produtos oscilam muito no mercado, sendo que a atividade de suinocultura ao ar livre é uma experiência recente e ainda não trouxe resultados econômicos muito satisfatórios.

Na verdade não tem outra alternativa. Essa é uma resposta muito difícil porque na verdade nós somos obrigados a segurar, porque nós procurar outro emprego, para nós não tem mais. Mas o futuro, para os nosso filhos é levar para emprego. Porque

---

<sup>177</sup> Fica claro que este depoimento expressa uma tomada de posição política, e que sem dúvida a grande maioria dos agricultores familiares não estão sendo beneficiados por programas governamentais ou outros já citados neste trabalho. As reivindicações e lutas deflagradas pelos agricultores familiares têm nesta característica de oposição ao governo, um significado histórico e político e, neste sentido, os discursos e as ações se justificam. A própria CONTAG afirma que existem programas governamentais, porém não suficientes e devidamente integrados. “O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e os Fundos Constitucionais são algumas iniciativas, não podendo, entretanto, a ação estatal se esgotar apenas na disponibilização de recursos para crédito de custeio. É fundamental agilizar os procedimentos das linhas de crédito de custeio e investimento, assim como a reformulação de toda a infra-estrutura produtiva e social, para atender as necessidades da agricultura familiar”. O fortalecimento da agricultura familiar é atribuído também como responsabilidade da ação sindical através das seguintes iniciativas, “organização, comercialização e gestão da produção; diversificação agroecológica e planos de desenvolvimento local”. (CONTAG, p.5)

segurar os filhos na roça, hoje em dia não tem mais futuro, para agricultura, está tudo terminando. Mesmo com a nova atividade. Um ou outro dá para segurar. Hoje em dia, sempre a criançada com sete, oito anos, já não falam mais da roça, porque eles ouvem os pais falando o incentivo que o agricultor tem hoje em dia. Não querem mais saber da roça porque volta e meia os pais estão revoltados com os preços de milho, preços de adubos, preços de suíno, tudo lá em baixo e os insumos que a gente tem que comprar sobe, o salário sobe e o lucro do agricultor sempre vai reduzindo. Então, eles estão gravando esta fala que os pais tem com os filhos e estão decidindo que não querem ficar mais na roça. Se não houver mudança, não tem mais como segurar. (Associação dos Produtores Rurais Progressistas)

Este depoimento, embora seja um entre tantos outros mais esperançosos, é significativo, na medida em que demonstra justamente a heterogeneidade mesmo entre os grupos de cooperação com o perfil aqui descrito. Àqueles grupos que não desenvolvem atividades com agroindústria familiar demonstram ainda uma insatisfação e insegurança quanto ao futuro. A perspectiva de poder associar as atividades produtivas agroecológicas à agroindústria familiar, ou seja, a industrialização e beneficiamento destes produtos é um projeto idealizado pelos mediadores, e nem todos os grupos, por diferentes motivos, têm conseguido isto, já que dependem exclusivamente de capital e financiamentos externos.

É indispensável, portanto, destacar que dos grupos estudados, seis (06) deles não trabalham diretamente com agroindústria familiar, ou seja não possuem àquela estrutura física de pequena indústria, e têm conseguido se viabilizar com a venda dos produtos diretamente ao consumidor, através de feiras, nas próprias casas, ou ainda abastecendo supermercados, empresas, restaurantes, etc, ou seja, a demanda e o mercado para estes produtos diferenciados vêm se estabelecendo, principalmente em nível local e regional.

Há que se considerar também a diversidade nos níveis cognitivos e de conscientização dos grupos e de seus sujeitos. Esta diferenciação na formação técnica e política, define consideravelmente os rumos e as perspectivas que cada grupo e as famílias que os integram possuem. Neste sentido, é possível afirmar que a manutenção, continuidade e perspectivas de futuro para estes grupos, à despeito do relativo sucesso da mediação da APACO e da Rede a que esta organização está vinculada, cujo mérito é inquestionável e dependem de uma conjugação de fatores, objetivos e subjetivos, conjunturais e estruturais, como tentamos demonstrar até aqui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA CRISE À AGRICULTURA ALTERNATIVA

A problemática da crise será o ponto de partida de minhas considerações finais, na medida em que caracteriza, primeiro o ponto de partida onde situa-se esta reflexão, e segundo, este contexto tem se refletido a partir de espaços de ações coletivas que lutam por uma agricultura alternativa. De uma maneira geral, a APACO e a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense, questionam o padrão de desenvolvimento instituído ou dominante, e neste sentido, propõem e buscam alternativas e soluções para a agricultura familiar, tendo como base os princípios da Cooperação Agrícola e da Agroecologia.

Foi possível constatar em minha investigação, que a discussão teórica relacionada à modernização agrícola, mais especificamente, às causas e conseqüências da Revolução Verde, está contemplada nas falas e discursos de técnicos e agricultores entrevistados, bem como dos diferentes agentes que compõem a Rede, que atribuem a este processo os principais fatores que causaram a crise na agricultura familiar e, conseqüente, um dos principais motivos para a busca de novas alternativas.

A modernização agrícola está associada principalmente à ênfase demasiada na lucratividade e na produtividade, ao uso de insumos químicos nas lavouras e a exigência de mecanização e tecnificação das atividades, o que sem dúvida foi um dos motivos de exclusão de muitos agricultores familiares, na medida em que a maioria deles não possui capital para tal investimento. Porém, as razões não são apenas técnicas, e o significado atribuído à modernização agrícola - que no caso do Oeste Catarinense está associada diretamente às atividades convencionais relacionadas à produção agrícola e principalmente ao sistema de integração das grandes agroindústrias - também está associado à crítica a um modelo de desenvolvimento econômico e social, reflexão esta que demonstra o processo de formação política e ideológica no qual estes grupos de cooperação estão inseridos. As críticas a este modelo de desenvolvimento excludente e as ações coletivas voltadas para minimizar e solucionar os problemas dele advindos, estão devidamente explicitadas na história dos Movimentos Sociais no Oeste Catarinense, que resultou, a partir dos anos 80, no Movimento de Cooperação Agrícola e mais atualmente nas discussões e projetos voltados para o Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase nas práticas agroecológicas.

É possível afirmar que a modernização da agricultura na região Oeste, teve como conseqüências sócio-ambientais, perdas de solo por erosão, crescimento vertiginoso e indiscriminado do consumo de agrotóxicos, dilapidação da vegetação nativa, acelerado

processo de “erosão genética” decorrente da introdução de variedades de alto rendimento e híbridos, de grande fragilidade genética e altamente dependentes de insumos químicos, aspectos que, de uma maneira geral, podem também ser verificados nas falas de técnicos e agricultores entrevistados.

Contudo, a realidade empírica aqui analisada, nos mostra que em mais um contexto da história da agricultura familiar - contrariando os pressupostos teóricos de que ela estaria fadada ao “desaparecimento”, unidades de produção familiar, bem como os atores sociais e movimentos relacionados a ela, têm atualmente encontrado formas alternativas e diferentes de consolidá-la. Diferentes trabalhos teóricos e empíricos tem destacado o papel de movimentos sociais, ONGs e demais mediadores que tem buscado a reprodução social de agricultores familiares em situações de crise.

Do mesmo modo, a preocupação com a reprodução social de curta duração está contemplada nas representações dos grupos quando falam das mudanças e possibilidades em manter-se no campo a partir das novas alternativas produtivas, ou seja, agricultores familiares – *colonos*, que entre tantos no Oeste Catarinense, possuem uma formação diferenciada daqueles por eles chamados de “individualistas”, ou resistentes, por não adotarem como princípios a cooperação agrícola e as práticas agroecológicas.

Por outro lado, do ponto de vista teórico e metodológico, é confirmado o pressuposto de que o movimento histórico e político da agricultura familiar e as ações voltadas para sua manutenção têm na realidade objetiva sua principal base. A importância e o papel de movimentos sociais e mais recentemente de ONGs e outros mediadores sociais junto a programas e projetos de viabilização da agricultura familiar têm sido notórios não somente nas práticas e ações coletivas, mas também na produção teórica e científica que têm tratado a questão.

O modelo de desenvolvimento associado aos sistemas produtivos convencionais tem inviabilizado a reprodução social de muitos agricultores familiares no Brasil. Estas são questões que foram enfatizadas tanto em documentos que foram aqui analisados, como em algumas falas de técnicos e agricultores. Contudo, ao mesmo tempo em que caracterizam algumas das causas que inviabilizam a agricultura familiar, são estas mesmas dificuldades que movem os agricultores a buscar alternativas.

Se o modelo convencional têm inviabilizado a agricultura familiar, qual o modelo de desenvolvimento adequado para a sua viabilização? Se o modelo da Revolução Verde é tecnicamente inadequado, socialmente e economicamente injusto e desigual, politicamente ineficaz e ambientalmente insustentável, quais são as alternativas que têm sido encontradas?

Qual o modelo de desenvolvimento rural, ou quais modelos têm sido apontados como alternativas e quais os principais agentes sociais e mediadores envolvidos nesta construção?

É justamente em função da inviabilidade do modelo convencional que gostaria de reforçar aqui o papel dos movimentos sociais e demais mediadores na busca de soluções e alternativas. Nos anos oitenta, essas ações se multiplicaram e ampliam a discussão concernente às alternativas a um padrão agrícola de desenvolvimento que, segundo esses mesmos grupos, é o principal responsável pelos problemas enfrentados na agricultura. É neste contexto que surgem as ONGs, que até então estavam ligadas aos “movimentos sociais de base”, e que de uma maneira geral executavam serviços ligados à educação, à saúde, à moradia junto às categorias populares. Ainda nos anos 80, são criadas ONGs voltadas para a problemática agrícola e rural como é o caso das citadas pelo autor em seu estudo empírico. A APACO, criada em 1989, surge, assim, enquanto ONG de representação e assessoria dos “pequenos agricultores” do Oeste Catarinense.

Conforme foi verificado na análise empírica deste trabalho, o papel da APACO e de seus técnicos é o de “assessorar” os grupos de cooperação, o que não tem impedido a Associação de representá-los “politicamente”. Embora, a formação político-ideológica não esteja explicitamente proposta pela Associação, atualmente, ela está presente na medida em que os próprios agricultores e a história de formação dos grupos de cooperação estão diretamente relacionados aos movimentos de base principalmente os da Igreja, e a grande maioria dos grupos tem ligação com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Portanto, nos projetos e programas de assessoria de ONGs e outros agentes ligados à agricultura familiar, conforme denominamos aqui como *Rede de Viabilização da Agricultura Familiar*, estão presentes, por um lado, críticas e propostas de mudanças ao modelo de agricultura convencional, e por outro, técnicas e práticas alternativas de como é possível realizar uma “outra agricultura”.

É importante ressaltar que este processo possibilita uma forma de reprodutibilidade da agricultura familiar, não somente através das práticas produtivas, mas também através da reprodução simbólica da identidade e da condição social destes agricultores, a partir do momento em que o conhecimento e as novas práticas adquiridas através da formação permitem que o mediando se torne mediador, ou seja, que possa ser “agente multiplicador” de sua experiência e conhecimentos. Ou seja, conforme foi verificado, os coordenadores dos grupos de cooperação geralmente “repassam” as informações recebidas em cursos, em seminários para os demais componentes do grupo. Outra forma que se verificou também, e que representa motivo de satisfação e orgulho é a transmissão dos “novos conhecimentos” que

se tem efetuado pelos pais em relação aos filhos. Em outros termos, o papel do agricultor agora é de mediador também, a sua formação política-ideológica lhe confere a responsabilidade de repassar o conhecimento e se possível “convencer” outras famílias de agricultores familiares a adotarem, por exemplo, as práticas agroecológicas.

É, portanto, em um contexto histórico de mudanças e contestações que vai se constituindo um “movimento alternativo” onde os agricultores familiares e seus grupos coletivos re-significam suas identidades sociais e individuais.

É neste contexto que a APACO e a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar no Oeste Catarinense estão inseridos. Assim sendo, esta nova agricultura pode ser analisada sob o ponto de vista sócio-econômico, o ponto de vista tecnológico-ambiental e o ponto de vista político. Parece haver um consenso em grande parte dos trabalhos que tratam da temática que esta “nova agricultura” está diretamente relacionada à agricultura familiar e não à patronal.

Uma das principais questões que tem envolvido a discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento rural tem sido a sustentabilidade na agricultura familiar. Os critérios que definem esta sustentabilidade na maioria dos casos não passam por critérios apenas quantitativos, mas sim qualitativos. É sob o enfoque qualitativo que analisamos esta noção, principalmente levando em consideração os critérios advindos de uma comparação entre o modelo convencional e o modelo alternativo, comparação esta constantemente apontada pelos técnicos e grupos de cooperação quando falam sobre as vantagens obtidas com as novas alternativas de produção.

Parece, portanto, fora de dúvida que o aspecto político da sustentabilidade é fundamental quando se trata de agentes sociais envolvidos com as lutas e ações coletivas da agricultura familiar. Na Região Oeste a Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, rede social principalmente formada por ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas Familiares e prefeituras municipais, entre as quais a APACO e os demais agentes a ela ligados, ao buscarem formas alternativas de viabilização para a agricultura familiar na região a partir da cooperação agrícola e de práticas produtivas agroecológicas, de um certo modo assumem uma noção similar de sustentabilidade.

É justamente pelo fato da noção de sustentabilidade neste contexto empírico tratar de diferentes dimensões de forma inter-relacionada, que apenas os aspectos técnicos das práticas não tomam lugar especial. Neste sentido, as práticas agroecológicas (produção de leite à base de pasto, suinocultura ao ar livre e produção de sementes de milho crioula) desenvolvidas pelos grupos investigados nesta tese, diferenciam-se da chamada “agricultura orgânica” na medida em que as práticas agroecológicas investigadas estão centradas no desenvolvimento

de sistemas que integrem o animal e o vegetal de forma adaptada ao sistema tradicional. Não é possível falar em uma forma homogênea de sistema produtivo, porque neste caso, existe um sistema híbrido composto de casos que envolvem as práticas ditas agroecológicas, somadas a outras práticas alternativas como o processamento desta produção em agroindústrias familiares. Por outro lado, temos na maioria dos grupos as práticas agroecológicas associadas a práticas convencionais, o que significa afirmar que os grupos de cooperação investigados estão experimentando, o que alguns autores têm chamado de “transição” e que somente estudos posteriores poderiam constatar se este processo se consolidou.

Além destes aspectos, que não devem ser considerados separadamente, gostaria de enfatizar a importância das Redes Sociais compostas por diferentes agentes na orientação, assessoria técnica, formação, capacitação dos agricultores e seus grupos para que este processo de transição possa ser construído. Porém os critérios de sustentabilidade, como já foi enfatizado, dependerão dos princípios e das noções de desenvolvimento e de agricultura que se pretende.

Constatou-se, assim, que a conjunção entre cooperação agrícola, o papel das Redes de agentes sociais e de práticas produtivas agroecológicas têm demonstrado que este é um caminho que vêm se consolidando cada vez mais em direção à viabilização da agricultura familiar. É justamente na inter-relação de práticas produtivas diferenciadas- com ênfase especial na questão ambiental, e portanto, em um afastamento cada vez maior das práticas convencionais – práticas estas gestadas pelos próprios agricultores através dos grupos de cooperação e das associações de agricultores, tendo como suporte a orientação e assessoria técnica e política de uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, que os grupos de cooperação estudados têm encontrado formas de se viabilizar economicamente, agregar valor à sua produção e construir um mercado cada vez mais específico.

Em relação às práticas associativas, é indispensável considerar, em primeiro lugar, que diferentes estudos têm demonstrado que a coletivização está associada a diferentes fatores e que a sua eficácia e vantagens vai depender das especificidades de cada caso. Neste sentido, constatou-se que a coletivização consiste em uma alternativa para viabilizar a permanência do agricultor familiar no campo, através da qual tem conseguido se reproduzir no ciclo curto, necessita também, para se consolidar de políticas públicas favoráveis e do apoio de uma Rede de agentes comprometidos com a agricultura familiar.

Em segundo lugar, do ponto de vista da organização das unidades produtivas e dos grupos por elas compostos, é possível afirmar que verificou-se nos grupos estudados, uma

forte tendência ao domínio da cadeia *produção- industrialização – comercialização*, conforme foi identificado também por Flach e Marchiorro (2000).

Esta é uma tendência que, conforme foi verificado junto aos grupos de cooperação, constitui para a maioria como um projeto de viabilização e de vida, na medida em que na avaliação dos agricultores, a agroindústria familiar seria a garantia de permanência no meio rural. Para muitos grupos, a agroindústria já constitui uma realidade e para outros um projeto futuro. Porém, existem segundo os autores acima citados, entraves que impossibilitam o desenvolvimento das agroindústrias de pequeno porte, passando pela legislação sanitária, pelo serviço de inspeção, pelos procedimentos e documentos necessários para a legalização que ainda dependem de diferentes instâncias governamentais centralizadas. Eu apontaria como um fator determinante para a implantação destas agroindústrias muito referido nas falas dos grupos entrevistados, a falta de incentivo e da liberação de recursos por parte do Estado. Por último, vale ainda re-enfatizar que, estas questões podem ser aplicadas ao contexto estudado nesta tese, quando se propõe políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e voltadas para as práticas agroecológicas, questão também apontada pelos grupos estudados.

O recente estudo realizado por Busnello (2002) junto aos grupos de cooperação associados à APACO – dentre os quais alguns estudados por mim nesta tese - são apontados alguns fatores que têm contribuído para a durabilidade/viabilidade das organizações associativas. Entre estes fatores cabe destacar, a educação, mais especificamente a formação diferenciada e específica com ênfase para a formação política e técnica; as relações sociais ampliadas, questão longamente desenvolvida nesta tese quando trato da Rede de Viabilização da Agricultura Familiar; os valores éticos e morais, ou seja, a influência dos princípios da igreja e da religiosidade cristã na concepção de coletividade e solidariedade; a gestão das organizações associativas com o predomínio da mão-de-obra familiar, controle da produção e comercialização; a diversificação das atividades, garantida sob a forma semi-coletiva de produção; as atividades agroecológicas concretizadas pela preocupação com a preservação dos solos, adubação verde, adubação orgânica e não uso de agrotóxicos, configurando desta forma, ainda um processo de transição, e finalmente a ampliação da renda, ou seja a viabilidade econômica garantida.

A conjugação de todos esses fatores, na perspectiva da maioria dos próprios entrevistados, permite, embora não sem obstáculos a serem superados, apostar no futuro e na permanência em sua condição de agricultores familiares, o que sem sombra de dúvida, pode ser, pelo menos em parte, creditado à atuação da APACO.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### . Livros, artigos, teses, dissertações, etc

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo e MIRANDA, Cláudio da Rocha. **Avaliação. Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)**. Chapecó/São Paulo/Concórdia, junho, 1997.

ABRAMOVAY et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília – Convênio FAO/INCRA/CPPP-EPAGRI, Edições UNOESC, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, 1 a 4 de junho de 1999

ABRAMOVAY, R. **Agriculturas familiares – Brasil**. Memoria del taller: Las agriculturas familiares de cara a un mundo en cambio. San José, Costa Rica, 4 y 5 de nov. , 1999.

ABREU, C. L. **Análise do projeto do DZDR/CCA/UFSC de produção intensiva e coletiva de leite à base de pasto no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 02/2001. (Dissertação de mestrado)

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática**. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Editora Brasileira, 1993.

**Agricultura Familiar e Sócioeconomia Solidária**. Projeto Terra Solidária/ DESER/Escola Sindical Sul/CUT, dezembro de 2000.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Redescobrimo a família rural**. In: RBCS, n.1, vol.1, junho, 1986.

ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (orgs). **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALMEIDA, Jalcione. **Da Ideologia do Progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, J & NAVARRO, Z.(orgs) **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Editora da Universidade /UFRGS, Porto Alegre, 1999.

ALTMANN, Rubens. **Modernização da agricultura catarinense.** Informe Conjuntural, Florianópolis, 1990, ano 8, n.337, p.2-3.

ALTIERI, Miguel. **As bases científicas da Agricultura Alternativa.** FASE/PTA, Rio de Janeiro, 1989.

ALTIERI, Miguel. **Gerando Tecnologias Sustentáveis.** In: ) **As bases científicas da Agricultura Alternativa.** FASE/PTA, Rio de Janeiro, 1989.

ALTIERI, Miguel A. El “estado del arte”de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, Alfredo (Coord.). **Agricultura Y Desarrollo Sostenible.** Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995, p.151- 203.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Editora da Universidade do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 1998.

ALTIERI & MASERA. **Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima.** In: ALMEIDA, J & NAVARRO, Z.(orgs) **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ARL & MAGNANTI. **Agroecologia e Certificação Participativa.** Rede EcoVida, 2000.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A organização da Irmandade Cabocla.** Florianópolis, Ed. da UFSC, 1995.

BACH, Celso Luís. **A Cooperação Agrícola como estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: o município de Saudades.** Pós Graduação em Extensão Rural. UFSM, Santa Maria, 2001.

BADALOTTI, Rosana M. **A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - UFSC, Florianópolis, 1996.

BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade ?** EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 1997.

BELLANI, Eli Maria. **Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930 –1950).** In: Para uma história do Oeste Catarinense – 10 anos de CEOM. UNOESC, Chapecó, 1995.

BELATO, Dinarte. **A subordinação do camponês no interior das cadeias agroalimentares - Integração e Contratos de Produção (II).** in: Revista Contexto & Educação, Ijuí, Livraria Ijuí Ed., ano 1, n. 2 abr/junho, 1986.

BENNETT, John W. **Of Time and Enterprise – North American Family Farm Management in a Context of Resource Marginality.** Minneapolis: University of Minnesota, 1982.

BITTENCOURT, Gilson A. **Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares.** In: SINGER, P. e

SOUZA, André R. de. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.** Economia Contexto, São Paulo, 2000.

BLOEMER, Neusa M. S. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages.** Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BONIM, Ana Maria et al. **Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida.** In: Movimentos Sociais no campo. Curitiba, Criar, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Difel: Lisboa, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A força da representação.** In: A economia das trocas linguísticas. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas/Sobre a Teoria da Ação.** Campinas: Editora Papirus, 1996.

BOWEN, Brid. **“Let’s go Fair”:** Comercio justo – historia, principios y funcionamiento. In: Anuario de Comercio Justo /1998 –2000. European Fair Trade Association – EFTA – EFTA/ INTERMÓN , enero, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. **Colonos: subserviência e autonomia.** In: FERREIRA, Ângela e BRANDENBURG, Alfio (orgs). Para Pensar: Outra Agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Editora UFPR, 1999.

BREVES, Wenceslau de Souza. **O Chapecó que eu conheci.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3a fase, 1985, n. 6.

BUSNELLO, Jaqueline. **Fatores que contribuem para a durabilidade de organizações associativas ligadas à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO).** TCC do Curso de Agronomia, UNOESC – Campus Chapecó, 2002.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai - Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CANCI, Adriano, CARPEGIANI , Leocir (orgs). **Milho Crioulo: Produção Orgânica de sementes em casa.** Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta/Editora Gráfica MacLee, Anchieta/SC, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1971. (2.ed.).

CAPORAL, Francisco R. **La extensión agrária del sector público ante los desafios del desarrollo sostenible: em caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco R. **Em direção à extensão rural do futuro – Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul.** In: BRACAGIOLI NETO, A (org). Sustentabilidade e Cidadania – O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.

CAPORAL, Francisco R. e COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Sustentabilidade. Base Conceptual para uma nova Extensão Rural.** In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, Hotel Glória, Rio de Janeiro, 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

CARDOSO, Joel Henrique. **Reforma Agrária y Conservación Forestal em el Oeste de Santa Catarina , Brasil. El caso del município de Abelardo Luz.** (Tesis Doctoral) Universidad de Córdoba. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Córdoba, 2002.

CARMO, Maristela Simões do. **A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável.** In: FERREIRA, Ângela e BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar: Outra Agricultura.** Editora UFPR, Curitiba, 1998.

CAZELLA, Ademir Antônio. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes – O caso do assentamento 30 de outubro – SC.** (Dissertação de Mestrado) UFRRJ. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro, 1992.

CAZELLA, Ademir A . & ROUX, Bernard. **Agrobusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional .** In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 13, out., 1999. Pp. 47-69.

CAZELLA, Ademir A. et al. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para pensar o desenvolvimento rural.** In: V Simpósio IESA/SBSP, Florianópolis, Brasil (20-23 de maio de 2002)

CIRAD- TERÁ. **Las agricultoras familiares de cara a um mundo em cambio.** San José: Costa Rica, 1999. ( Memoria del Taller)

CINTRÃO, Rosangela Pezza. **ONGs, Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na zona da mata mineira.** (Dissertação de Mestrado) UFRJ/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 1996.

CORDEIRO, Ângela, PETERSEN, Paulo, ALMEIDA, Silvio Gomes de. **Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira – subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola.** Rio de Janeiro, dezembro de 1996.

COSTABEBER, José A. **Ácción colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil.** Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.

DALMORA, Eliane. **Processo de desmatamento na Fralda da Serra Geral: da agricultura itinerante a industrialização incipiente.** (no prelo) Florianópolis, 2000.

DARTORA, V. **Produção intensiva e coletiva de leite à base de pasto, processamento, transformação e comercialização como alternativa para agricultura familiar de pequeno porte.** (Dissertação de Mestrado). UFSC, Florianópolis, SC, 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A Trama das Redes Movimentalistas e o papel das ONGs.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. **O Estado de Santa Catarina, Modernização da Agricultura e o complexo Agroindustrial.** in: Revista Grifos, n. 07, UNOESC, Chapecó, 1999.

ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. **Agricultura no Estado de Santa Catarina.** Chapecó, Editora Grifos, 1999.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil – o caso Sadia.** Editora Grifos, Chapecó, 1999.

ESTERCÍ, Neide. **Roças comunitárias: Projetos de transformação e formas de luta.** ESTERCI, Neide (Org.) Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984.

FERNANDES, Ruben César. **Privado Porém Público – O Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1994.

FERREIRA, Ângela e BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar: Outra Agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FLACH, Afonso B. & MARCHIORO, Gelso. **Desenvolvimento Sustentável e Solidário – Agricultura Familiar e agregação de valores para a produção agrícola.** In: Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária. Projeto Terra Solidária/DESER/ Escola Sindical Sul – CUT, 2000.

FIGUEIREDO, Fernando E. da R (s/d). **Agricultura Alternativa versus convencional.** In: Revista Brasileira de Agropecuária, ano 1, n. 09, pp. 18-20.

FOX, Jonathan. **A política e as novas formas de organização camponesa na América Latina.** In: NAVARRO, Zander. Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. **A práxis coletiva dos sem terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural.** In: Cadernos de Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia, v.6, Porto Alegre:UFRGS, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

GEHLEN, Ivaldo. **Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social.** In: FERREIRA, Ângela e BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar: Outra Agricultura.** Curitiba: Editora UFPR, 1998.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIEHL, Alexandre Luís. **Coletivização e Sustentabilidade: um diálogo possível?** (Trabalho de Disciplina) Pós- Graduação em Agroecossistemas /UFSC, 2001.

GIEHL, Alexandre Luís. **Entre o Extraordinário e o Cotidiano: os processos decisórios dos Agricultores Assentados – um estudo de caso do Assentamento Domingos Carvalho (Rio Negrinho/SC)** (Dissertação de Mestrado) Pós- Graduação em Agroecossistemas /UFSC, 2001.

GIESE, Bárbara. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustriais: demandas e canais de influência (1970 –1980)**. Florianópolis: UFSC, 1991.

GIRON, Loraine; CORSETTI, Berenice. **As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial**. In: DE BONI, Luis A. (org) **A Presença Italiana no Brasil**. Itália/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/Escola Superior de Teologia, 1990, vol. II.

GODARD, Olivier et al. **Endogenous development and differentiation of development spaces: an analysis grid for local development**. In: Ecodevelopment News, Paris, n. 35, dez. de 1985.

GOLÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil – Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980)**, 1997.

GÓMEZ, William Héctor. **Desenvolvimento Sustentável, Agricultura e capitalismo**. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade ?** EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?** In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (orgs). **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 3<sup>a</sup> ed, 1992.

GUIVANT, Júlia S. **Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola - Uma revisão temática**. BIB, Rio de Janeiro, n.38, 2o semestre, 1994, pp.51-78.

GUIVANT, Júlia S. **A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais**. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania - desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

GUIVANT, Júlia S. **Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 3, 1997, p. 411-447.

GUZMÁN CASADO, G. I. **Estudio del proceso de transición agroecológica a nivel predial: el caso de la SCA El Romeral**. (Tesis Doctoral) Córdoba: Universidad de Córdoba. ETSIAM: ISEC, 2002.

GUZMÁN CASADO, G.I., GONZÁLEZ DE MOLINA, M. & SEVILLA GUZMÁN, E. (2000). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid Mundi-Prensa.

HECHT, Sussana B. **A Evolução do Pensamento Agroecológico**. In: ALTIERI, Miguel **As bases científicas da Agricultura Alternativa**. FASE/PTA, Rio de Janeiro, 1989.

HOLZ, Celívio et alii. **A Família Rural - Uma experiência de televisão em Santa Catarina**. Florianópolis: ACARESC/EMATER, 1989.

IANNI, Octavio. **Revoluções camponesas na América Latina**. In: SANTOS (org). **Revoluções Camponesas na América Latina**. Campinas, UNICAMP, 1985.

KLEBA, John Bernhard. **A Cooperação Agrícola em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina. (Estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento "Tracutinga", Dionísio Cerqueira)**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC, Florianópolis, 1992.

LAGROU, Elsje. **Hermenêutica e Etnografia – Uma reflexão sobre o uso da metáfora da textualidade para “ler” e “inscrever” culturas ágrafas**. (trabalho de disciplina) Doutorado em Antropologia Social, USP, 1992.

LAMARCHE, Hugues (coord). **Agricultura Familiar**. Volume I - Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord). **Agricultura Familiar**. Volume II - Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIS, Héctor R. **Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial**. in: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania - desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

LEIS, Héctor, R. **A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo**. (Tese de doutoramento em Filosofia) PUC, Rio de Janeiro, 1996.

MAGALHÃES, R.S. e TODESCHINI, Remígio. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. In: SINGER, P. e SOUZA, André R de. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **"Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas"**. In: **A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa**. Ruth Cardoso (org.), Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, 2a. ed.

MANCE, Euclides. **A Revolução das Redes – A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis: Vozes, 2000, 1<sup>a</sup> ed.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia ?** in: LUA NOVA. Revista de Cultura e Política. n. 23, 1991.

MARTINE, George & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINE, George. **Introdução. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola.** In: MARTINE, George & GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MASSI, Jacir. **Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região oeste de Santa Catarina.** TCC em Agronomia do Departamento de Ciências Geo-Agrárias/UNOESC, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. de. PACHECO, Maria Emília. LEITE, Sérgio. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Democrático: Notas de uma viagem à Alemanha.** IBASE/PÃO PARA O MUNDO, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical.** São Paulo: Revista Perspectiva. 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. LEITE, Sérgio (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil – processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MELLO, Márcio Antonio de. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste Catarinense e a busca de vias alternativas.** Centro de Ciências Agrárias. Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis, 1998.

MESQUITA, Zilá. **Redes e interdependência.** UFRGS. texto xerox. s/d

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **"O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica"** In: Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs). **Textos em Representações Sociais.** Vozes, Petrópolis, 1995.

MIOR, Luis Carlos. **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992.

MONTEIRO. D. T. **Os errantes do novo século .** São Paulo: Editora Duas cidades, 1974.

MONTIBILLER, Gilberto. **Industrialização e Ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em Economia Capitalista Periférica no Estado de SC.** Pós-Graduação/Mestrado em Geografia – UFSC, 1994.

MOREIRA, Janine. **A perspectiva do Agricultor frente ao modelo modernizador: o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis, 1994.

MOREIRA, Janine. **La dimensión educativa de la extensión rural em el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno.** Facultad de Ciencias de la Educación (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 2000.

MULLER, Jovania M. **Do Tradicional ao Agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC)** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, Florianópolis, 2001.

MUSSOI, Eros M. **Política agrícola e modernidade: o que há de novo?** Agropecuária Catarinense, Florianópolis: EPAGRI, v.5, n.1, p.35-36, mar. 1992.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Agosto de 2001. (página da internet)

NOGUEIRA, Roberto Martínez. **Redes Sociales. Más alla del individualismo y del comunitarismo** In: Redes – El lenguaje de los vínculos – Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil (Orgs) Elina Dabas, Denise Najmanovich. PAIDÓS /Ideias e Perspectivas, Barcelona, 1995.

NORGAARD, Richard B. **A base epistemológica da Agroecologia.** In: ALTIERI, Miguel **As bases científicas da Agricultura Alternativa.** FASE/PTA, Rio de Janeiro, 1989.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX.** São Paulo: Editora Ática. 2a ed., 1991.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, J. A. **O novo papel dos agricultores e da comunidade diante da crise.** Série Ideias e Ações. Cepagro, Florianópolis, 1998.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos.** Florianópolis: UFSC/FCC, 1990.

PAULILO, Maria Ignez. **Estado e Exclusão em Santa Catarina no século XIX. Cadernos de Pesquisa.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política /UFSC, n. 2, 1994.

PELUSO, Victor. **A evolução da cidade de Chapecó : de povoado a centro regional.** **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de SC.** Florianópolis, 3. fase, n. 4, 1982.

PERACI, **Sustentabilidade e solidariedade: definindo bases para um novo desenvolvimento rural**. In: Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária. Projeto Terra Solidária/DESER/ Escola Sindical Sul – CUT, 2000

POLI, Jaci. **Caboclo: Pioneirismo e Marginalização**. Cadernos do CEOM, Chapecó, ano 5, n. 7, abril, 1991.

POLI, Odilon. "Oeste Catarinense: Modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. in: POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó, Editora Grifos, 1999.

PRETTY, Jules. **Regenerating Agriculture- policies e practices for sustainability and self-reliance**. Londres: Earthscan, 1995.

PRIM, Lorena). **Agricultura de grupo e projeto camponês : avanços e limites na construção da cidadania - o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) UFSC.

RANDOLPH, Rainer. **A rede como integração da diversidade - o desafio da análise de múltiplas articulações de processos locais**. IPPUR/UFRJ , dez de 1994

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

RENK, Arlene. **As representações no oeste catarinense a partir dos brasileiros**. Cadernos do CEOM. Chapecó, ano 5, n.7, abr, 1991.

RENK, Arlene. **A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC**. ( Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avelãs**. Chapecó: Editora Grifos, 2000.

REIS, Maria José. **Espaços Vividos, Migração Compulsória, Identidade – Os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá**. (Tese de Doutorado) Doutorado em Ciências Sociais do IFCH da UNICAMP. Campinas, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. Revista de Antropologia, São Paulo : USP, n. 34, 1991, p. 59-101.

RIOS, Gilvando S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROMEIRO, Adhemar et al. **Reforma Agrária – Produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994.

ROMEIRO, Adhemar Ribeiro. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo, Annablume: FAPESP, 1998.

ROVER, Oscar. **A Democracia Participativa e a questão institucional : o caso de fóruns de desenvolvimento local em dois municípios catarinenses com características essencialmente rurais.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Florianópolis: UFSC, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho. Estudos sobre a subordinação do camponês ao capitalismo.** São Paulo: USP, 1979.

SANTOS, Silvio C dos. **Nova História de Santa Catarina.** 3.ed. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHE, Paulo. **Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes.** Revista Sociedade e Estado, volume XIII, n. 1 jan/jul, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **ONGS na América Latina: trajetória e perfil.** In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania – desafios para as Ciências Sociais. Cortez Editora/Editora da UFSC, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola/Centro João XXIII, 1993.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. **Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social.** In: V Simpósio IESA/SBSP, Florianópolis, Brasil (20-23 de maio de 2002)

SCHMIDT, Wilson et al. **Associativismo e Cooperativismo: O Terceiro Setor no Desenvolvimento Rural Catarinense.** In: VIEIRA, Paulo F (org). A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

SCOONES, I. e THOPSON, J. Knowledge, power and agriculture. Towards a theoretical understanding. In: Scoones, I e Thompson, J. (eds). **Beyond farmer first. Rural people's knowlwdge, agricultural reserch and extension practice.** Londres: Intermediate Technology Publications, 1994.

SEYFERTH, Giralda. **A representação do “trabalho alemão”na ideologia étnica teuto-brasileira.** In: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro, n.37, p. 1-33, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, ano 7, fev. de 1992, p. 78-95

SEYFERTH, Giralda. **Identidade Camponesa e Identidade Étnica - Um Estudo de Caso.** Anuário Antropológico 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável.** In: ALMEIDA, J & NAVARRO, Z.(orgs) **Reconstruindo a agricultura. Idéias**

**e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

SEVILLA GUZMÁN, E.. **Bases sociológicas de la Agroecología.** Ponencia presentada al Encontro Internacional sobre Agroecología e Desenvolvimento Sustentável.. 5 a 8 de julho FCA/UNESP. Lageado -Campus de Botucatu- SP/Brasil, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E.. **Una estrategia de sustentabilidad a partir de la Agroecología.** In: Agroecologia e Desenvolvimento Sustentavel. Porto Alegre, nº1; vol.2, 2001 p 35-45.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica.** In: SARANDÓN, S.: Agroecología. El camino hacia una agricultura sustentable. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José G. da & KAGEYAMA, Angela A. **As estratégias sociais dos agricultores – a produção camponesa e o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil.** In: Anais do Seminário A agricultura brasileira nos anos 90 – desafios e perspectivas. Curitiba: Editora da UFPR, 1991, p. 153-177

SILVA, Harryson L da. **A gestão do território pelo grupo SADIA no município de Concórdia - SC .** (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1991.

SILVESTRO, Milton. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.

SINGER, P. e SOUZA, André R de. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Economia Contexto.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil .** In: SOUZA SANTOS, Boaventura (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129

SOUZA, André Ricardo de. **Um instantâneo da economia solidária no Brasil.** In: SINGER, P. e SOUZA, André R de. **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Economia Contexto, 2000.

SOUZA e RODRIGUÈZ. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUZA SANTOS, Boaventura (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luis. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC.** (Tese de Doutorado ) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2002.

TESTA et alli. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão),** Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996.

TOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: INCON Edições/Universidade do Contestado, 1992.

VAILLANCOURT, Jean-Guy. **Sustainable Development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept**. In: MEHTA, M.d. and OVELLET, E. (eds) Environmental Sociology. Theory and Prartia, North York: Captus Press, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Retirado de site da web em 2002.

VENDRAMINI, Célia R. **“Ocupar, resistir e produzir”**: um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra. (Mestrado em Educação) São Carlos: UFSCAR, 1992.

VICENZI, M. L. **Recomendação para produção intensiva e coletiva de leite à base de pasto**. Revista Agroecologia e Agricultura Familiar. Ano IV, nº4, setembro/2001.

VICENZI, M. L et al. **Produção Intensiva e Coletiva de leite à base de pasto em condomínios de pequenos agricultores do Oeste Catarinense**. In: V Simpósio IESA/SBSP, Florianópolis, Brasil (20-23 de maio de 2002)

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. **O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável**. in: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania - desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez/ Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

VIOLA, Eduardo J. **A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil**. in: FERREIRA, Leila da C. e VIOLA, Eduardo J. (orgs). **Incertezas da Sustentabilidade na Globalização**. Campinas: UNICAMP, 1996.

TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio ?** in: LAMARCHE, H. (coord). **Agricultura Familiar. Volume II - Do mito à realidade**. Editora da UNICAMP. Campinas, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. Texto apresentado no seminário “ Os camponeses tem futuro – Uma homenagem a Alexander Chayanov”. Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, 1989.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: Ferreira, Angela D. D. & Brandenburg, Alfio. (orgs). Para pensar outra agricultura. Editora da UFPR, Curitiba, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Tedesco, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEID, Marc Von der. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** ASP- TA, Rio de Janeiro. Retirado da internet em 2002

WEIL, Pierre et al. **Rumo à nova Transdisciplinaridade – Sistemas abertos de conhecimento.** São Paulo: Summus, 1993.

WORTMANN, Klass. **Com parente não se neguceia - O campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico 1987, Ed. Tempo Brasileiro/UNB, Brasília, 1990.

### **. Documentos Consultados**

AMOSC. **Plano Básico de Desenvolvimento Regional.** AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de SC), Chapecó, 1995.

AMOSC. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico.** AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de SC), Chapecó, 1996.

APACO. **Ata de Assembléia realizada em 31 de maio de 1991.**

APACO. **Programa Trienal de Assessoria aos grupos de pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina.** APACO, Chapecó, 1992.

APACO. **Programa Trienal de Assessoria a Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense.** APACO, Chapecó, 1995.

APACO. **Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.** Chapecó, 1999

APACO. **Programa Trienal de Assessoria a Cooperação e ao Desenvolvimento Sustentável no Oeste Catarinense.** (continuação) APACO, Chapecó, 1999.

APACO. **Projeto de Capacitação para Gestão Participativa de Desenvolvimento Rural & Estruturação de Programas municipais de Tecnologia Agroecológica.** APACO, Chapecó, 2000.

APACO. **Folder Demonstrativo.** Chapecó, 2000.

APACO. **Folder Demonstrativo.** Chapecó, 2001.

APACO/CEPAGRI. **Animações de dinâmicas de Desenvolvimento Local do Oeste Catarinense.** Projeto BNDES – Desenvolvimento Local/Cooperação Técnica do PNUD. Chapecó, setembro de 2001.

APACO/CEPAGRI. **Animações de dinâmicas de Desenvolvimento Local do Oeste Catarinense (continuação).** Projeto BNDES – Desenvolvimento Local/Cooperação Técnica do PNUD. Chapecó, dezembro de 2002.

Carta de Chapecó. II Seminário Estadual de Agroecologia, Chapecó, 23 a 25 de agosto de 2001

Cartilha – **Criação de Suínos ao Ar Livre – Experiência desenvolvida pelo CETAP.** CETAP, Passo Fundo, novembro de 1997.

Cartilha – **Produção Caseira de Semente de Milho.** CETAP, Passo Fundo, novembro de 1997.

**Cartilha Agroecologia.** Programa Gestão Sustentável e Solidária/ Terra Solidária -Escola Sul-CUT, Florianópolis, 2000.

CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo). **Agricultura de grupo em Santa Catarina: cadastro de sociedades de pequenos para compra, produção, venda e transformação de produtos agrícolas.** Florianópolis: GTZ, 1992.

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília, s/d

CPPP/EPAGRI. **I Seminário de Atividade Leiteira.** Chapecó, 2000

IBGE (Censo Agropecuário 1995-1996)

**Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – DESENVOLVER** (Proposta Técnica do Programa). FUNCITEC/CEPAGRO/APACO/VIANEI: Florianópolis, 1998.

**Projeto Capacitação para pequenos agricultores familiares, técnicos locais e estudantes na constituição de um programa piloto de horticultura ecológica no município de Irati.** UNOESC, Chapecó, 1999.

**Projeto Terra Solidária. Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária.** Projeto Terra Solidária/DESER/ Escola Sindical Sul – CUT, 2000.

**Projeto Terra Solidária. Manejo Agroecológico e Sustentabilidade (módulos 10 e 11).** Terra Solidária/CUT. Escola Sindical Sul. Florianópolis, 2000.

**Projeto Terra Solidária. Sócioeconomia Solidária (módulos 12).** Terra Solidária/CUT. Escola Sindical Sul. Florianópolis, 2000.

**Projeto Terra Solidária. Gestão para Grupos de Cooperação (módulo 13).** Terra Solidária/CUT. Escola Sindical Sul. Florianópolis, 2000.

**Rede EcoVida de Agroecologia.** Texto elaborado pela coordenação da Rede, 2000

**REVISTA CRESOL BASER**, número 3, ano 2000

**Revista Reforma Agrária. Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Agricultura.** Janeiro/abril, 1993. pgs. 81-86

**. homepages consultadas**

<http://www.aspta.org>

<http://www.capina.org.org>

<http://www.cepagro.org.br>

<http://www.cresol.com.br>

<http://www.deser.org.br>

<http://www.embrapa.br>

<http://www.epagri.rct-sc.br>

<http://www.cav.udesc.br/~vianej>

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

Quadro : Entrevistas abertas individuais e coletivas com técnicos e grupos de cooperação agrícolas (gca's)/ por ordem cronológica

<b>Entrevistas individuais com técnicos/assessores da APACO e demais agentes sociais</b>	<b>Entrevistas coletivas e individuais com os grupos de cooperação.</b>
<b>Individuais</b>	<b>Coletivas</b>
<p>Afonso Bulcão Flach- Engenheiro Agrônomo/assessor da APACO - dia 04.09.2000</p> <p>Roberto Cordazzo - Coordenador Geral da APACO - dia 12.09.2000</p> <p>Pedro Boller - Coordenador do Programa Desenvolver - dia 08.05.2000</p> <p>Álvaro Michelotto - Engenheiro Sanitarista do Programa Desenvolver - dia 29.08.2000</p> <p>Ernesto Martinez - Engenheiro Agrônomo da Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de Chapecó - dia 08.01.2001</p> <p>Carlos Arns - Professor UNOESC (hoje UnoChapecó) - dia 11.01. 2001</p> <p>Maristela Soligo - EPAGRI /Coronel Freitas - dia 31.08.2001</p>	<p>Associação Familiar Bollis - Seara - 13/12/2000</p> <p>Grupo Irmãos Mânica - Coronel Freitas - 18/12/2000</p> <p>Grupo de Cooperação Monte Alegre - Coronel Freitas - 19/12/2000</p> <p>Grupo de Cooperação Irmãos Api - Coronel Freitas - 19/12/2000</p> <p>Associação Coletiva Vida Ecológica - Quilombo - 04/01/2001</p> <p>Grupo Sabor Ecológico - Chapecó - 10/01/2001</p> <p>Associação dos Produtores Rurais Progressistas - Saudades - 12/01/2001</p> <p>Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel - Saudades - 12/01/2001</p> <p><b>Individuais</b></p> <p>Paulo Munarini - Associação Munarini - Chapecó - 12/12/2000</p> <p>Ivo Munarini - Associação Munarini - Chapecó - 12/12/2000</p> <p>Clarice Fornasier - Coordenadora da Associação Fornasier e Brancher - Quilombo - 27/12/2000</p> <p>Maria Tessaro Martinelli - Coordenadora da Associação Natureza em Festa - Irati - 02/09/2001</p> <p>Valdir Benetti - Coordenador da Associação Linha São Paulo - Seara - 02/09/2001</p> <p>Madalena - Coordenadora da Associação Agroecológica dos Produtores Rurais São Miguel - Saudades - 24/08/2001</p>

	Carmem Munarini – Associação Munarini – Chapecó – 29/08/2001
--	---



11. Produção para a comercialização/com quem comercializam:

12. Outras rendas familiares ( previdência, filhos que estão fora, etc)

13. Além das pessoas da família que outras pessoas (parentes, vizinhos, agregados, diaristas) contam para as atividades (nomes, aonde residem, idade, como são remunerados)

## **ANEXO 3 – Roteiro de Entrevista**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA: A FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO GRUPO**

1. Tempo de existência. Possui estatuto, regimento, atas. É formal, informal. Existe um coordenador. Como é escolhido. Realizam reuniões, assembléias, de quanto em quanto tempo.
2. Como se dá a participação do grupo na APACO. Descrever o processo de filiação (por que se associaram, quais os critérios para participar, o que tratam nas assembléias, como são repassadas as informações para os demais membros do grupo, etc)
3. Contextualizar a história do grupo/como se formaram os primeiros grupos na comunidade. Existem outros, além deste na comunidade.
4. Motivos/razões para a adesão ao grupo
5. As famílias pertencentes ao grupo são aparentadas, são vizinhos, que tipo de relação existe entre elas.
6. Como é a vida na comunidade (escola, igreja, clube esportivo, parentesco, etc) e qual a relação com as atividades em cooperação desenvolvidas no trabalho diário. Aonde e como as atividades produtivas são discutidas pelo grupo e pela comunidade. Por que escolheram estas atividades e por que outras famílias da comunidade não escolheram .
7. Que tipo de atividade (s) agroecológica (s) o grupo desenvolve
8. Estas atividades foram incentivadas por quem (APACO, igreja, sindicato, prefeitura, político, cooperativa, etc)
9. Ao entrar para o grupo , já havia uma relação com a APACO. Quem falou pela primeira vez do trabalho da APACO
10. Além das atividades assessoradas pela APACO, o grupo ou a família faz parte de outra cooperativa/ agroindústria, etc
11. Além das atividades/agroecológicas coletivas , que outras atividades são realizadas coletivamente (possuem agregados, diaristas, com quem contam no trabalho)
12. Que tipo de cooperação existe. O que é cooperado/coletivizado
13. Quais as atividades que não são coletivizadas

14. Como funciona a distribuição do trabalho. Quem faz o que. O que é feito pelo grupo e o que é feito por cada família
15. Como funciona a administração das atividades coletivizadas. E no caso de cada família quem administra. Como são tomadas as decisões
16. O que adquiriram e utilizam em conjunto (bens, patrimônio, máquinas, tratores, etc). Existe algum contrato por escrito para a utilização destes bens. Quem administra esta parte.
17. Descrição da atividade agroecológica. Qual a diferença dessa atividade com as convencionais. Como essas atividades eram desenvolvidas antes e como são agora.
18. Quais as vantagens e desvantagens desta atividade (econômicas, sociais, ambientais, etc)
19. Que tipo de orientação/formação receberam para desenvolver esta atividade. Citar os cursos de formação, capacitação realizados (quem fez, aonde, que instituição, quando, etc)
20. O que aprenderam com estas orientações. O que mudou para a família e para as atividades desenvolvidas a partir destas orientações
21. Como a família pensa hoje a condição do produtor familiar, depois das mudanças. Querem continuar sendo agricultores ou não ? E os filhos (neste caso perguntar diretamente aos jovens presentes) o que esperam do futuro
22. De que modo estas novas alternativas assessoradas pela APACO, contribuíram para a permanência e reprodução do agricultor familiar
23. Existem casos de famílias que desistiram dos grupos de cooperação e casos de famílias que estão querendo participar
24. O que é agroecologia e desenvolvimento sustentável

## **ANEXO 4 – Planejamento Estratégico Participativo do Município de Chapecó**

## **ANEXO 5 – Folder demonstrativo da APACO**

**ANEXO 6 – Cartilhas de formação sobre produção de milho crioulo e suinocultura ao ar livre**

**ANEXO 7 – Folder UCAF ( Unidade das Agroindústrias Familiares do Oeste  
Catarinense)**

**ANEXO 8 – Conteúdo Programático do Programa de Ensino Fundamental do Terra  
Solidária**

## **ANEXO 9 – Carta Agroecológica de Chapecó**